



RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2022



RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO 2022



Relatório de Transição do TRE-PI em cumprimento à Resolução TRE-PI nº 268, de 20 de agosto de 2013, alterada pela Resolução TRE-PI nº 317 de 06 de outubro de 2015, e à Resolução CNJ nº 95, de 29 de outubro de 2009, alterada pela Resolução CNJ nº 326, de 26 de junho de 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgar Nogueira s/n, Centro Cívico

CEP 64000-830 Teresina – Piauí

Telefone: (86) 2107-9956

E-mail: asplan@tre-pi.jus.br

Organização

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Equipe de consolidação

Edilmene Nunes Holanda

Myrna dos Reis Veloso

Rivelina Remêr Rodrigues da Costa

Apoio

Titular da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Joana D'arc Sousa Macedo Lima

Supervisão

Diretoria-Geral

Titular: Ronaldo Maique Araújo Braga

Capa

Breno Ponte de Brito

Impressão e encadernação

Seção de Comunicações/Reprografia

Composição do Pleno do TRE-PI

Desembargador José James Gomes Pereira
Presidente

Desembargador Erivan José da Silva Lopes
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Doutor Lucas Rosendo Máximo de Araújo
Juiz Federal

Dr^a. Lucicleide Pereira Belo
Dr. Teófilo Rodrigues Ferreira
Juízes de Direito

Dr. Thiago Mendes de Almeida Férrer
Dr. Charles Max Pessoa Marques da Rocha
Juristas

Procuradoria Regional Eleitoral do Piauí

Dr. Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira
Procurador Regional Eleitoral

Composição da Secretaria do TRE-PI

Ronaldo Maique Araújo Braga
Diretor-Geral

Edmar Holanda Luz
Secretário Judiciário

Denise Vieira Berger Miranda
Secretária de Gestão de Pessoas

Anderson Cavalcanti de Lima
Secretário de Tecnologia da Informação

Silvani Maia Resende Santana
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

| SUMÁRIO

I – Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN	09
II – Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUDI	43
III – Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP	51
IV – Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF	143
V – Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	265
VI – Secretaria Judiciária - SJ	431
Anexo I: Resolução TRE-PI nº 268/2013	565
Anexo II: Resolução TRE-PI nº 317/2015	573

| APRESENTAÇÃO

A gestão da coisa pública com excelência impõe aos administradores o empenho quanto ao planejamento, execução e controle das ações que proporcionarão os resultados esperados, com qualidade suficiente e custos razoáveis. O administrador público deve, também, atentar para que não ocorra a descontinuidade administrativa, visto que nem todas as ações são iniciadas e concluídas dentro da mesma gestão.

Objetivando fornecer aos dirigentes eleitos dos tribunais subsídios para a elaboração e implementação do programa de gestão dos seus mandatos, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 95, de 29 de outubro de 2009, alterada pela Resolução CNJ nº 326, de 26 de junho de 2020, que dispõem sobre a transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário.

Dessa forma, este relatório está constituído por temas de governança e gestão, cujas informações foram compiladas a partir dos dados das unidades estratégicas, constantes de relatórios, processos, banco de dados digitais, sistemas e demais fontes, conforme a especificidade de cada área, bem como outras informações consideradas relevantes, organizadas sob a ótica de atribuir maior eficiência e transparência ao processo de transição das gestões, de modo a favorecer a continuidade dos projetos e ações para o cumprimento da Estratégia Institucional.

A íntegra dos relatórios de cada unidade está registrada no Processo SEI nº 0019384-63.2021.6.18.8000, sob os seguintes eventos ASPLAN (1440572); COAUDI (1420417); SGP (1427325); SAOF (1427198) e STI (1427282).

Nesses termos, submeto à apreciação de Sua Excelência o Desembargador José Erivan Lopes Silva as informações que a mim compete apresentar

Teresina (PI), 10 de fevereiro de 2022.

Desembargador José James Gomes Pereira
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

I – Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

I.I. Plano Estratégico Institucional

Plano Estratégico Institucional

O Plano Estratégico 2021-2026 foi instituído pela Resolução TRE-PI nº 420, de 28 de junho de 2021. Encontra-se disponibilizada na página da Transparência e prestação de contas no link <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/estrategia/estrategia-2021-2026>.

MISSÃO

Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia

VISÃO DE FUTURO

Consolidar a credibilidade na gestão do processo eleitoral

As ações e decisões institucionais são permeadas pelos valores estabelecidos no Plano Estratégico 2021 – 2026

VALORES

Ética
Inovação
Transparência
Sustentabilidade
Comprometimento
Valorização das pessoas

Mapa Estratégico 2021 – 2026

O Plano Estratégico do TRE-PI para o sexênio 2021-2026 está representado no Mapa Estratégico por 14 objetivos, delineados nas perspectivas: gestão e inovação; processos internos; e resultados.



Quadro 1. Descrição dos objetivos estratégicos

Objetivos Estratégicos	Descrição dos objetivos estratégicos
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente	Refere-se ao conjunto de ações que efetivamente assegurem o exercício pleno da soberania popular, prevista no art. 14 da Constituição Federal, por meio da realização de um processo eleitoral que seja percebido pelo cidadão como legítimo, seguro e transparente. Este objetivo está diretamente relacionado ao Macrodesafio "Garantia dos Direitos Fundamentais", previsto na Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Objetivos Estratégicos	Descrição dos objetivos estratégicos
Promover a relação institucional com a sociedade	Trata-se de aperfeiçoar o relacionamento da sociedade com a Justiça Eleitoral por meio de estratégias de comunicação e interação que fortaleçam a percepção do papel do TRE-PI como instituição garantidora de direitos, que promove a efetiva atuação interinstitucional integrada e sistêmica, visando à solução de problemas. Este objetivo está diretamente relacionado ao Macrodesafio "Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade", previsto na Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional	Tem por finalidade assegurar a prestação jurisdicional ágil, efetiva e segura e o aumento da produtividade de magistrados e servidores, de modo a garantir o direito constitucional de razoável duração e celeridade na tramitação do processo, estabelecido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. Este objetivo está alinhado ao Macrodesafio "Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Promover o sistema de precedentes obrigatórios	Trata-se de implantar e consolidar o sistema de precedentes estabelecido no Código de Processo Civil, a fim de fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, assegurar a coerência e a integridade dos provimentos judiciais e reverter a cultura da excessiva judicialização. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio "Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios" da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais	Refere-se ao desafio de garantir proteção ao patrimônio público, à lisura do processo eleitoral, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e ilícitos eleitorais. Este objetivo está relacionado ao Macrodesafio "Combate a corrupção e à improbidade administrativa," da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança da informação e acesso à informação	Trata-se de garantir que as partes interessadas da sociedade obtenham informações atualizadas e acessíveis sobre ações, estruturas, processos decisórios e resultados do Tribunal, assegurando aos dados organizacionais integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e controles efetivos dos processos de segurança, de riscos e proteção de dados pessoais. Este objetivo está relacionado ao Macrodesafio "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aperfeiçoar a comunicação interna e externa	Tem por finalidade aprimorar as estratégias de comunicação interna e externa por meio da adoção de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, que fortaleçam a imagem do Tribunal perante as partes interessadas, estabeleçam canais efetivos de comunicação com o público externo e melhorem a integração, a sinergia e o fluxo de informações entre os colaboradores e os diversos níveis hierárquicos da organização.

Objetivos Estratégicos	Descrição dos objetivos estratégicos
Promover a sustentabilidade e a acessibilidade	Refere-se ao conjunto de atos que visam estimular o uso sustentável de recursos, reduzir o impacto negativo das atividades do Tribunal no meio ambiente, promover qualidade de vida no trabalho e garantir à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida o alcance para utilização, com segurança e autonomia, de serviços, espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologia, de uso público ou privados de uso coletivo. Este objetivo está alinhado ao Macrodesafio "Promoção da sustentabilidade" e "Garantia dos direitos fundamentais", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Fortalecer a 1ª instância da jurisdição	Trata-se de promover a qualidade, a celeridade, a eficiência, a eficácia, a efetividade e o alinhamento estratégico dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais do Tribunal, de forma a potencializar a contribuição da 1ª instância de jurisdição para ao alcance dos resultados institucionais.
Aprimorar a governança e a gestão	Tem por finalidade aperfeiçoar as funções de avaliação, direcionamento e monitoramento organizacionais com vistas à melhoria da qualidade das decisões, ao aumento da eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho, com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Aperfeiçoar a gestão orçamentaria e financeira	Trata-se de alinhar as necessidades orçamentarias e financeiras de custeio, de investimento e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional e de estabelecer uma cultura de redução de desperdícios para se obter os melhores resultados com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio "Aperfeiçoamento da gestão orçamentaria e financeira", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
Promover a governança de contratações	Trata-se de aperfeiçoar políticas, processos e práticas de governança para que a gestão de contratações de bens e serviços esteja alinhada às necessidades organizacionais, utilizem de forma eficiente os recursos, otimizem a disponibilidade e o desempenho das aquisições, mitiguem riscos e promovam a sustentabilidade.
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Trata-se de aprimorar políticas, métodos e práticas de gestão de pessoas com vistas a potencializar a contribuição do capital humano para o alcance dos resultados do Tribunal, contemplando, entre outros, a avaliação e o desenvolvimento de competências, a valorização dos colaboradores, a humanização nas relações de trabalho, o estabelecimento de sistemas de reconhecimento e a adequada distribuição da força de trabalho. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio "Aperfeiçoamento da gestão de pessoas", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Objetivos Estratégicos	Descrição dos objetivos estratégicos
Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital	Trata-se de aperfeiçoar políticas, programas, projetos, ações e práticas que fortaleçam a governança e a gestão de Tecnologia da Informação (TI), melhorem a infraestrutura tecnológica e ampliem a oferta de serviços públicos digitais de qualidade ao cidadão. Este objetivo vincula-se ao Macrodesafio "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Relatório da última Reunião de Análise da Estratégia – RAE

A última RAE foi realizada contemplando o resultado do desempenho do Tribunal no período correspondente a novembro e dezembro/2020, seguido dos resultados alcançados no primeiro semestre 2021.

O Relatório completo encontra-se disponibilizado na página da Transparência e prestações de contas no link https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/resultado-dos-indicadores-de-desempenho-estrategicos/arquivos/rae-reuniao-de-analise-estrategia-dados-de-2020-e-primeiro-semester-de-2021/rybena_pdf?file=https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/resultado-dos-indicadores-de-desempenho-estrategicos/arquivos/rae-reuniao-de-analise-estrategia-dados-de-2020-e-primeiro-semester-de-2021/at_download/file

I.II. Carteira de Projetos

Carteira de Projetos

Constam registrados nos arquivos *fileserver* Asplan e disponibilizados na página da Transparência e Prestação de Contas, as iniciativas propostas pelas unidades deste Tribunal que se convertem com reflexo no cumprimento da Estratégia Institucional.

Essas iniciativas foram classificadas, conforme sua complexidade, em planos de ação ou projetos. Reunidos no documento denominado Portfólio de Projetos TRE-PI, encontra-se para acesso na seguinte página: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/portfolio/projetos-estrategicos>

No quadro, a seguir, um resumo das principais informações sobre as iniciativas:

ID	Nome da Iniciativa	Tipo	Planejado		Unidade Responsável	Líder	SEI	DOCs SEI
			Início	Fim				
1	Aquisições de bens de consumo – Eleições 2022	Plano de Ação	01/06/2021	31/08/2022	COCONP	Cláudia Laíse Reis Martins	0014039-19.2021.6.18.8000	1338955
2	Contratações de serviços – Eleições 2022	Plano de Ação	01/12/2021	31/08/2022	COAAD	José Alves Siqueira Filho	0014039-19.2021.6.18.8000	135142 e 1364701
3	Segurança para as eleições – Eleições 2022	Plano de Ação	01/12/2021	19/09/2022	SEAPT	José De Ribamar Portela de Carvalho	0014039-19.2021.6.18.8000	1360431
4	Análise das prestações de contas da campanha eleitoral 2022	Plano de Ação	07/05/2022	19/12/2022	CORPAD	Deborah Tajra Fonteles	0019384-63.2021.6.18.8000	1417293
							0016645-20.2021.6.18.8000	1374540
5	Ampliação do atendimento ao usuário da ouvidoria – Eleições 2022	Plano de Ação	01/11/2021	28/02/2022	Ouvidoria	Mara Jordane	0016727-51.2021.6.18.8000	1382942
6	Eleições com transparência – Eleições 2022	Plano de Ação	07/11/2021	19/12/2022	IMCOS	Deimyson Alcântara França	0017637-78.2021.6.18.8000	1382334
7	Centro de Divulgação das Eleições 2022	Plano de Ação	01/08/2022	30/10/2022	IMCOS	Deimyson Alcântara França	0017637-78.2021.6.18.8000	1382338
8	Encontro de Magistrados – Eleições 2022	Plano de Ação	04/07/2022	13/09/2022	COEDE	Talyta de Carvalho Soares Leão	0016727-51.2021.6.18.8000	1382468

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO – 2022
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – ASPLAN

ID	Nome da Iniciativa	Tipo	Planejado		Unidade Responsável	Líder	SEI	DOCs SEI
			Início	Fim				
9	Treinamentos para servidores do 1º Grau – Eleições 2022	Plano de Ação	18/07/2022	15/12/2022	COEDE	Talyta de Carvalho Soares Leão	0016727-51.2021.6.18.8000	1382989
10	Fechamento do cadastro eleitoral – Eleições 2022	Projeto	01/03/2022	30/06/2022	CRE	Leonardo Moraes Júnior	0017573-68.2021.6.18.8000	1393419 e 1395027
11	Suporte de Pessoal às Zonas Eleitorais – Eleições 2022	Projeto	14/02/2022	30/11/2022	COPES	Luciana Vilarinho da Rocha Nunes	0017595-29.2021.6.18.8000	1393320 e 1395878
12	Auditoria e Votação Paralela – Eleições 2022	Projeto	11/08/2021	17/11/2022	COMISSÃO DE VOTAÇÃO PARALELA	Gilberto Guedes Fernandes	0000485-80.2022.6.18.8000	1415989 e 1415992
13	Atuação dos Juízes, Promotores e Servidores da Justiça Eleitoral e as Eleições 2022 – Novos desafios	Plano de Ação	15/01/2022	30/06/2022	EJE	Christianne Maria dos Reis Bastos Ribeiro	0016727-51.2021.6.18.8000	1381767
14	Central de Suporte Técnico – Eleições 2022	Plano de Ação	14/03/2022	03/11/2022	COSUT	Nadja Marcela Melo Silva Santiago	0015331-39.2021.6.18.8000	1357617
15	Logística Técnica das Eleições 2022	Projeto	08/11/2021	16/12/2022	SELOGI	Jairo Mendes Soares Martins	0015331-39.2021.6.18.8000	1354510 e 1354519
16	Treinamento de Auxiliares de Apoio às Eleições 2022	Plano de Ação	11/10/2021	25/09/2022	COELEI	José de Arimatéa Borges de Carvalho	0015331-39.2021.6.18.8000	1355196
17	Simulados de Hardware e de Sistemas – Eleições 2022	Plano de Ação	04/09/2021	29/08/2022	SEGSIE	Francimar Lopes Vasconcelos	0015331-39.2021.6.18.8000	1356201
18	Logística de distribuição das urnas – Eleições 2022	Projeto	01/03/2022	16/12/2022	SEVIN	Wellington Jerônimo da Silva	0015331-39.2021.6.18.8000	1358171 e 1359315
19	Preparação do Ambiente das Zonas Eleitorais – Eleições 2022	Plano de Ação	01/06/2022	02/09/2022	SEAU	Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	0015331-39.2021.6.18.8000	1359795
20	Portal das Eleições 2022	Plano de Ação	01/11/2021	28/02/2022	SELOGI	Jairo Mendes Soares Martins	0015331-39.2021.6.18.8000	1362099

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO – 2022
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – ASPLAN

ID	Nome da Iniciativa	Tipo	Planejado		Unidade Responsável	Líder	SEI	DOCs SEI
			Início	Fim				
21	Transmissão de Dados – Eleições 2022	Projeto	08/11/2021	30/10/2022	CODIN	Antônio Manoel Silveira	0015331-39.2021.6.18.8000	1373886 e 1373926
22	Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022	Plano de Ação	01/02/2022	30/11/2022	COJURD	Cristiane Falcão Nogueira	0016645-20.2021.6.18.8000	1372069
23	Manuais e Folderes – Eleições 2022	Plano de Ação	01/02/2022	30/11/2022	COJURD	Cristiane Falcão Nogueira	0016645-20.2021.6.18.8000	1372094
24	Disque Eleições – Eleições 2022	Plano de Ação	08/11/2021	18/11/2022	COJURD	Cristiane Falcão Nogueira	0016645-20.2021.6.18.8000	1373113
25	Registro de Candidatura – Eleições 2022	Projeto	08/11/2021	09/10/2022	SECADP	Carmen Lucia Castelo Branco Rocha Campelo	0016645-20.2021.6.18.8000	1373806
26	Diplomação – Eleições 2022	Plano de Ação	17/08/2022	16/12/2022	IMCOS	Inaiara Albuquerque Madeira Noronha	0018266-52.2021.6.18.8000	1391600
27	Mesários – Eleições 2022	Projeto	17/11/2021	23/09/2022	SEOZIC	Hugo Leonardo Ferreira Leite	0017232-42.2021.6.18.8000	1394487

I.III. Planos de ação e Projetos específicos das unidades

Planos de ação e Projetos específicos das unidades

As iniciativas das Unidades deste Tribunal classificadas como planos de ação ou projetos que foram encaminhadas por meio do sistema SEI para esta ASPLAN constam registradas na planilha disponibilizada no portal da Transparência e prestação de contas: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/portfolio/projetos-estrategicos>

I.IV. Estatística Processual de 1º e 2º graus

Estatística Processual de 1º e 2º Graus

Seguem os dados da Estatística Processual de 1º e 2º Graus extraídos do sistema Atena.

Litigiosidade - 2021 - 1º Grau

No ano de 2021, o TRE-PI computou 1.306 casos novos processuais no 1º Grau.

1.306

CASOS NOVOS

O TRE-PI registrou o total de 6.128 casos pendentes no 1º Grau.

6.128

CASOS PENDENTES

Em 2021 foram baixados 11.227 processos no 1º Grau.

11.227

PROCESSOS BAIXADOS

A nível de 1º Grau não houve registro de decisão no sistema ATENA.

0

DECISÕES

A Taxa de Congestionamento no 1º Grau em 2021 foi de 35%.

1º Grau: 35%

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Fórmula: $TC = Cp / (TBaix + Cp)$

O índice de processos eletrônicos alcançado em 2021 foi de 100% no 1º Grau.

1º Grau: 100%

ÍNDICE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS

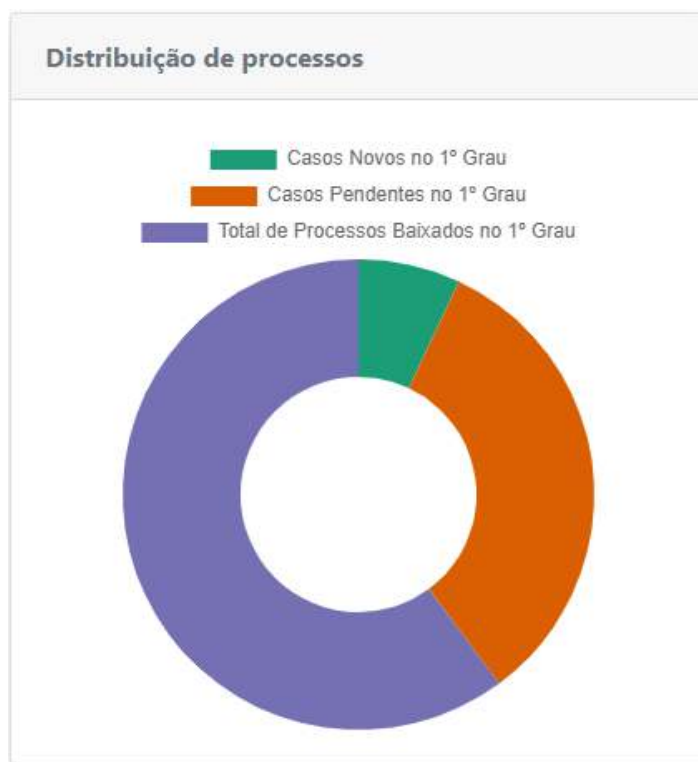
Fórmula: $ProcEI = CnElet / Cn$

Quadro resumitivo das variáveis de Litigiosidade – 1º Grau

Litigiosidade					
ID Origem	Variável	Descrição	1º semestre	2º Semestre	Anual
3.2.1	Cn1	Casos Novos no 1º Grau	1207	99	1306
3.2.2	Cp1	Casos Pendentes no 1º Grau	9697	6128	6128
3.2.3	TBaix1	Total de Processos Baixados no 1º Grau	7558	3669	11227
3.2.10	TC1	Taxa de Congestionamento Total do 1º Grau	56%	63%	35%
3.2.15	IAD1	Índice de Atendimento à Demanda no 1º grau	6,2618061309	37,0606060606	8,59647779479
3.2.18	ProcEl1	Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	100%	100%	100%

Lista de indicadores de litigiosidade com seus valores.

Gráfico demonstrativo



Litigiosidade - 2021 - 2º Grau

Seguem dados da Estatística Processual de 2º Grau extraídos do sistema Atena.

No ano de 2021, o TRE-PI computou 772 casos novos processuais no 2º Grau.

772

CASOS NOVOS

O TRE-PI registrou o total de 814 casos pendentes no 2º Grau.

814

CASOS PENDENTES

Em 2021 foram baixados 739 processos no 2º Grau.

739

BAIXADOS

Em 2021 houve 948 decisões a nível de 2º Grau do TRE.

948

DECISÕES

A Taxa de Congestionamento no 2º Grau em 2021 foi de 52%.

2º Grau: 52%

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Fórmula: $TC = Cp / (TBaix + Cp)$

O índice de processos eletrônicos alcançado em 2021 foi de 100% no 2º Grau.

2º Grau: 100%

ÍNDICE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS

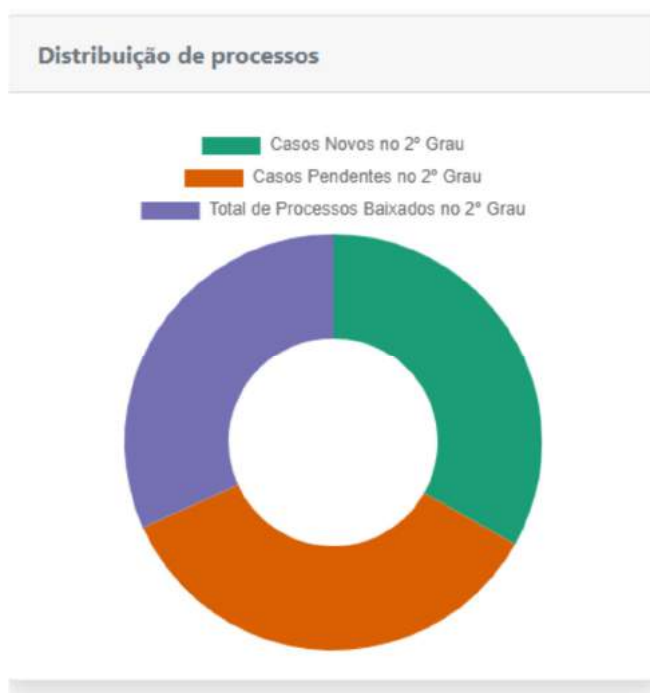
Fórmula: $ProcEI = CnElet / Cn$

Quadro resumitivo das variáveis de Litigiosidade – 2º Grau

Litigiosidade					
ID Origem	Variável	Descrição	1º semestre	2º Semestre	Anual
3.1.1	Cn2	Casos Novos no 2º Grau	500	272	772
3.1.2	Cp2	Casos Pendentes no 2º Grau	891	814	814
3.1.3	TBaix2	Total de Processos Baixados no 2º Grau	390	349	739
3.1.4	Dec2	Total de Decisões Terminativas de Processo no 2º Grau	543	405	948
3.1.10	IC2	Taxa de Congestionamento Total do 2º Grau	70%	70%	52%
3.1.15	IAD2	Índice de Atendimento à Demanda no 2º grau	0,78	1,28308823529	0,95725388601
3.1.17	ProcEl2	Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	100%	100%	100%

Lista de indicadores de litigiosidade com seus valores.

Gráfico demonstrativo



Metas Nacionais do Poder Judiciário / 2021 – 1º Grau

O monitoramento das metas nacionais é realizado por este Tribunal por meio do Sistema Atena. Os resultados das metas 1, 2 e 4 do ano 2021, no âmbito do 1º Grau, extraídos do referido sistema, constam registrados nas imagens a seguir:

META 1: *Julgar mais processos que os distribuídos.*

META 1

84,42%

Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente.

Indicadores da Meta 1 2021 - Julgar mais processos que os distribuídos.

[Processos pendentes](#)

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P1.1	Mensal	8532	93	26	27	5	10	2	7	6	23	14	12	8757
P1.2	Mensal	1	7	5	3	2	11	8	8	1	0	3	14	63
P1.3	Mensal	672	2948	393	301	529	623	598	555	628	482	462	586	8777
P1.4	Mensal	4	2	1	3	4	3	5	6	10	6	12	2	58
P1.5	Mensal	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
P1.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.7	Mensal	2533	237	908	94	183	67	35	26	11	0	2	4	4100
P1.8	Mensal	4	41	6	3	0	1	0	0	1	0	0	1	57
P1.9	Mensal	363	50	663	598	297	351	74	27	22	0	1	2	2448
P1.10	Mensal	6	10	9	13	1	1	5	6	4	5	0	3	63
Percentual de cumprimento:		6,32%	32,90%	35,60%	40,01%	45,39%	52,53%	58,50%	63,85%	70,02%	74,58%	78,99%	84,42%	84,42%

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

$$\text{Percentual de cumprimento} = ((\sum P1.3 + \sum P1.4) / (\sum P1.1 + \sum P1.2 + 1 - \sum P1.5 - \sum P1.6 + \sum P1.7 + \sum P1.8 - \sum P1.9 - \sum P1.10)) \times 100$$

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.

META 2: Julgar mais processos antigos.

META 2

101,17%

Julgar mais processos antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Indicadores da Meta 2 2021 - Julgar processos mais antigos. [Processos pendentes](#)

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P2.1	Único	605	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	605
P2.2	Único	117	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	117
P2.4	Mensal	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
P2.5	Mensal	3	44	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	53
P2.7	Mensal	1	0	6	0	0	1	0	0	0	0	2	0	10
P2.8	Mensal	5	12	5	14	3	0	3	11	3	8	0	4	68
P2.10	Mensal	70	57	21	8	18	56	10	44	34	22	55	42	439
P2.11	Mensal	4	2	1	2	4	3	4	5	9	5	10	2	51
P2.13	Único	410	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	410
P2.14	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento:		53,59%	58,31%	61,04%	62,77%	65,29%	71,96%	73,60%	79,63%	84,61%	86,44%	95,86%	101,17%	101,17%

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores:

Percentual de cumprimento = $(\sum P2.10 + \sum P2.11 + P2.13 + P2.14) / (P2.1 + P2.2 + P2.4 + P2.5 + P2.7 + P2.8 + \sum P2.10 + \sum P2.11 + \sum P2.13 + \sum P2.14) \times 1000/8$

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.

META 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

META 4 – ELEIÇÕES 2020

98,59%

Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Indicadores da Meta 4 2021 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. [Processos pendentes](#)

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P4.1	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.3	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.7	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.9	Único	131	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	131
P4.10	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.11	Mensal	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
P4.12	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.13	Mensal	0	0	0	0	1	5	6	0	0	0	0	0	12
P4.14	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.15	Mensal	0	4	2	4	2	4	12	6	8	8	2	12	70
P4.16	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento - Eleições 2018:														
Percentual de cumprimento - Eleições 2020:		0,00%	5,30%	9,27%	14,57%	17,33%	22,97%	28,17%	52,11%	60,56%	71,83%	81,69%	98,59%	98,59%

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores:

Percentual de cumprimento - Eleições 2018 = $(\sum P4.7 + \sum P4.8) / (P4.1 + P4.2 + \sum P4.3 + \sum P4.4 + \sum P4.5 + \sum P4.6) \times 1000 / 9$

Percentual de cumprimento - Eleições 2020 = $(\sum P4.15 + \sum P4.16) / (P4.9 + P4.10 + \sum P4.11 + \sum P4.12 + \sum P4.13 + \sum P4.14) \times 1000 / 5$

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% no tribunal.

Cenário das Metas Nacionais 2021 – Janeiro a Dezembro (1º Grau)



Metas Nacionais do Poder Judiciário / 2021 – 2º Grau

Os resultados das metas 1, 2 e 4 do ano 2021, no âmbito do 2º Grau, extraídos do sistema Atena, constam registrados nas imagens a seguir:

META 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.

META 1 – 2º Grau

100,76%

Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente.

Indicadores da Meta 1 2021 - Julgar mais processos que os distribuídos. [Processos pendentes](#)

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P1.1	Mensal	45	84	224	55	55	63	37	48	62	38	65	15	791
P1.2	Mensal	0	0	0	0	1	2	1	3	1	2	0	0	10
P1.3	Mensal	25	37	43	102	102	106	26	73	52	50	84	56	778
P1.4	Mensal	1	4	0	1	1	2	0	1	1	2	2	1	16
P1.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.7	Mensal	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
P1.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.9	Mensal	0	0	0	2	4	2	0	5	4	1	0	0	18
P1.10	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento:		75,00%	58,33%	33,61%	55,61%	73,16%	84,95%	83,84%	89,51%	89,54%	91,95%	95,34%	100,76%	100,76%

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

$$\text{Percentual de cumprimento} = ((\sum P1.3 + \sum P1.4) / (\sum P1.1 + \sum P1.2 + 1 - \sum P1.5 - \sum P1.6 + \sum P1.7 + \sum P1.8 - \sum P1.9 - \sum P1.10)) \times 100$$

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.

META 2 - Julgar mais processos antigos.

META 2 – 2º Grau

102,64%

Julgar mais processos antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Indicadores da Meta 2 2021 - Julgar processos mais antigos. [Processos pendentes](#)

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P2.1	Único	62	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	62
P2.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.4	Mensal	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
P2.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.7	Mensal	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	4
P2.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.10	Mensal	6	2	2	2	2	5	0	1	0	0	2	5	28
P2.11	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.13	Único	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	59
P2.14	Único	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Percentual de cumprimento:		68,55%	70,56%	77,62%	79,64%	81,65%	86,69%	86,69%	88,41%	88,41%	88,41%	97,56%	102,64%	102,64%

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

$$\text{Percentual de cumprimento} = ((\sum P2.10 + \sum P2.11 + P2.13 + P2.14) / (P2.1 + P2.2 + P2.13 + P2.14 + \sum P2.4 + \sum P2.5 - \sum P2.7 - \sum P2.8)) \times 1000/8$$

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.

META 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

META 4 – 2º Grau

(eleições 2018)

111,11%

META 4 – 2º Grau

(eleições 2020)

200,00%

Indicadores da Meta 4 2021 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

[Processos pendentes](#)

Variável	Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
P4.1	Único	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
P4.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.3	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.5	Mensal	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
P4.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.7	Mensal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
P4.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.9	Único	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
P4.10	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.11	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.12	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.13	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.14	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.15	Mensal	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
P4.16	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento - Eleições 2018:		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	111,11%	111,11%	111,11%	111,11%	111,11%	111,11%	111,11%	111,11%
Percentual de cumprimento - Eleições 2020:		100,00%	150,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%

Lista de variáveis da meta com seus respectivos valores.

Percentual de cumprimento - Eleições 2018 = $(\sum P4.7 + \sum P4.8) / (P4.1 + P4.2 + \sum P4.3 + \sum P4.4 - \sum P4.5 - \sum P4.6) \times 1000 / 9$

Percentual de cumprimento - Eleições 2020 = $(\sum P4.15 + \sum P4.16) / (P4.9 + P4.10 + \sum P4.11 + \sum P4.12 - \sum P4.13 - \sum P4.14) \times 1000 / 5$

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% no tribunal.

Cenário das Metas Nacionais 2021 – Janeiro a Dezembro (2º Grau)



PRODUTIVIDADE MENSAL 2021

A cada mês, esta Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN, com apoio do Núcleo de Estatística e Ciência de Dados – NEST envia ao Conselho Nacional de Justiça, por meio do sistema “Módulo de Produtividade Mensal” os dados concernentes à produtividade dos Magistrados, que podem ser acessados a partir do seguinte link: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shPDPrincipal

PRODUTIVIDADE SEMANAL DO PODER JUDICIÁRIO REGIME DE TELETRABALHO EM RAZÃO DO COVID – 19 (01/06/2020 A 14/11/2021).

Durante o período de junho/2020 a novembro/2021, o Núcleo de Estatística e Ciência de Dados – NEST realizou lançamento no Sistema de Produtividade Semanal do CNJ quanto ao desempenho dos Magistrados a cada semana do mês.

JUSTIÇA EM NÚMEROS – Dados 1º semestre/2021

Os dados do Justiça em Números são enviados semestral e anualmente ao Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de dados concernentes a:

- Litigiosidade: casos novos; casos pendentes; processos baixados; decisões e sentenças; suspensões e sobrestamentos; recursos internos; recorribilidade; Resolução CNJ 219/2016 – dados gerais;
- Insumos, dotações e graus de utilização: dados gerais; recursos financeiros; orçamento; despesas com recursos humanos; despesas com força de trabalho auxiliar; outras despesas;
- Recursos físicos: informatização; área;
- Recursos humanos: quadro de pessoal; eleitores; magistrados; cargos e funções de confiança; promotores/procuradores.

O detalhamento dos indicadores estatísticos do Justiça em Números encontram-se disponibilizados no portal da transparência e prestação de contas na página <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/estatistica-processual/justica-em-numeros-1>

No quadro a seguir consta o demonstrativo Justiça em Números – 1º semestre / 2021

Justiça Eleitoral - TRE-PI - Justiça em Números - 1º Semestre / 2021		
LITIGIOSIDADE		
CASOS NOVOS	1º Semestre	Fonte
CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais	2	Sistema ATENA
CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais	46	Sistema ATENA
CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais	1	Sistema ATENA
CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais	451	Sistema ATENA
CnElet2º – Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	500	Sistema ATENA
CnCCrim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	28	Sistema ATENA
CnCNCrim1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	1.179	Sistema ATENA
CnExtFisc1º – Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	0	Sistema ATENA
CnElet1º – Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	1.207	Sistema ATENA
CASOS PENDENTES	1º Semestre	
CpCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	6	Sistema ATENA
CpNCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	886	Sistema ATENA
CpCCrim1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	233	Sistema ATENA
CpCNCrim1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	9.398	Sistema ATENA
CpExtFisc1º – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	45	Sistema ATENA
PROCESSOS BAIXADOS	1º Semestre	
TBaixCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	15	Sistema ATENA
TBaixNCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	372	Sistema ATENA
TBaixCCrim1º – Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	70	Sistema ATENA
TBaixCNCrim1º – Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	7.483	Sistema ATENA
TBaixExtFisc1º – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	3	Sistema ATENA
DECISÕES E SENTENÇAS	1º Semestre	
DecCrim2º – Decisões terminativas de processo criminal no 2º Grau	14	Sistema ATENA
DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau	516	Sistema ATENA
DecH2º – Decisões Homologatórias de Acordos no 2º Grau	0	Sistema ATENA
SentCCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	21	Sistema ATENA
SentCNCrim1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	5.526	Sistema ATENA
SentExtFisc1º – Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	5	Sistema ATENA
SentH1º – Sentenças Homologatórias de Acordos no 1º Grau	0	Sistema ATENA
SUSPENSÕES E SOBRESTAMENTOS	1º Semestre	
SuS2º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau	0	Sistema ATENA
SuSRG2º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 2º grau por Repercussão Geral	0	Sistema ATENA
SuS1º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	0	Sistema ATENA
SuSRG1º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 1º grau por Repercussão Geral	0	Sistema ATENA
RECURSOS INTERNOS	1º Semestre	
Rint2º – Recursos Internos no 2º Grau	0	Sistema ATENA
RintP2º – Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	211	Sistema ATENA
RintJ2º – Recursos Internos Julgados no 2º Grau	1	Sistema ATENA
RIntC1º – Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0	Sistema ATENA
RIntCP1º – Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	28	Sistema ATENA
RIntCJ1º – Recursos Internos Julgados no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0	Sistema ATENA

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO – 2022
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – ASPLAN



Justiça Eleitoral - TRE-PI - Justiça em Números - 1º Semestre / 2021		
RECORRIBILIDADE	1º Semestre	
RSup2º – Recursos à Instância Superior no 2º Grau	43	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1322769)
Apublic2º – Acórdãos Publicados no 2º Grau	430	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1322769)
RSup1º – Recursos à Instância Superior no 1º Grau	451	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1322769)
DeRExt1º – Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	36.975	Sistema ATENA
RESOLUÇÃO CNJ 219/2016 - PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU		
DADOS GERAIS	1º Semestre	
VCC2º - Valores Integrais dos Cargos em Comissão Alocados na Área Judiciária do 2º Grau	R\$ 375.455,58	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
VCC1º - Valores integrais dos Cargos em Comissão Alocados na Área Judiciária do 1º Grau	R\$ 0,00	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
VCCAdm - Valores Integrais dos Cargos em Comissão Alocados na Área Administrativa	R\$ 906.880,26	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
VFC2º - Valores Integrais das Funções de Confiança Alocadas na Área Judiciária do 2º grau	R\$ 404.234,63	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
VFC1º - Valores Integrais das Funções de Confiança Alocadas na Área Judiciária do 1º Grau	R\$ 1.982.253,92	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
VFCAdm - Valores Integrais das Funções de Confiança Alocadas na Área Administrativa	R\$ 1.209.735,27	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
SaJudP2º - Total de Servidores que atuam na Área Judiciária do 2º Grau	65	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
SaJudP1º - Total de Servidores que atuam na Área Judiciária do 1º Grau	259	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)
ServAdmSETI - Total de Servidores na Área Administrativa, exceto os lotados nas escolas judiciais e da magistratura e nas áreas de tecnologia da informação	196	SEI nº 0010346-27.2021 (ev. 1321497 e 1321744)

I.V. Planejamento das Eleições 2022

Planejamento das Eleições 2022

O planejamento para as eleições gerais 2022 foi elaborado por este Tribunal, sob coordenação desta Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica. Como inovação foi desenvolvido o sistema Radar Eleições, que permite a este Regional não somente o planejamento, como também o monitoramento e a interação entre as iniciativas, os líderes e as Unidades envolvidas. Dentre as principais funcionalidades, destaca-se:

- Listagem das iniciativas – projetos e planos de ação;
- Visualização, por meio de dashboard, do andamento das iniciativas, com estatísticas e gráficos;
- Possibilidade de alteração das iniciativas;
- Acompanhamento da Alta Gestão;
- Monitoramento dos líderes;
- Cadastro da avaliação das eleições;
- Avaliação geral das eleições.

No quadro a seguir constam listadas 27 iniciativas (19 planos de ação e 8 projetos) elaboradas pelas diversas áreas deste Tribunal envolvidas diretamente com o processo eleitoral, cujo detalhamento consta disponibilizado na intranet: <https://radar-eleicoes.tre-pi.jus.br/>

Iniciativas (Planos de ação/Projetos)	Objetivo geral
Ampliação do atendimento ao usuário da Ouvidoria – Eleições 2022	Otimizar o atendimento ao usuário da Ouvidoria no período eleitoral a partir da melhoria da infraestrutura física e da força de trabalho
Análise das Prestações de Contas da Campanha Eleitoral	Realizar análise de todos os processos de prestações de contas de campanha eleitoral – Eleições 2022 (candidatos e partidos políticos), com orientação ao público externo; suporte técnico aos servidores da Comissão de auxílio na execução das análises das prestações de contas; e auxílio aos servidores dos Cartórios Eleitorais no exame das prestações de contas dos diretórios partidários municipais relativas ao Pleito Eleitoral 2022.
Aquisições de bens de consumo	Garantir a logística necessária para as Eleições de 2022 com aquisição de material de consumo.
Auditoria e Votação Paralela	Apoiar os trabalhos da Comissão de Auditoria e Votação Paralela, coordenando os preparativos para sua atuação e viabilizando os recursos para realização do sorteio das seções eleitorais e os trabalhos de auditoria nas Eleições Gerais de 2022
Avaliação do Processo Eleitoral 2022	Promover a melhoria contínua do processo eleitoral
Central de Suporte Técnico	Prover um ambiente centralizado para gerenciamento das atividades relacionadas ao suporte prestado pela STI na véspera e dia das Eleições ao processo de preparação, acompanhamento da votação, transmissão de dados, totalização e divulgação dos resultados.

Iniciativas (Planos de ação/Projetos)	Objetivo geral
Centro de divulgação das eleições	Disponibilizar uma central em que os veículos de comunicação possam ter acesso às informações das atividades desenvolvidas pelo TRE-PI durante o pleito eleitoral de 2022, com transmissão ao vivo pela internet (Youtube do TRE-PI), visando assegurar a transparência e publicidade nos resultados das eleições ao cidadão.
Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária	Disponibilizar – em formato web e impresso (quando solicitado) – a legislação eleitoral e partidária que disciplinará as Eleições 2022: Lei de Inelegibilidade, Lei dos Partidos Políticos, Lei das Eleições e Resoluções TSE e TRE/PI– Eleições 2022.
Contratações de Serviços - Eleições Gerais de 2022	Proporcionar condições para o trâmite regular dos processos de contratações de serviços das Eleições Gerais de 2022, alicerçada na experiência das Eleições pretéritas, nas participações efetivas das unidades demandantes e de trâmite do feito, visando garantir o início da execução dos serviços da forma pretendida.
Diplomação	Organizar e gerenciar a execução da solenidade de diplomação dos eleitos
Disque Eleições	Disponibilizar ao cidadão eleitor, por meio do serviço “Disque eleições”, um instrumento efetivo de acesso à informação sobre o processo eleitoral.
Eleições com transparência	Disponibilizar ao eleitor ou eleitora e aos meios de comunicação de massa, informações precisas sobre os temas referentes às eleições, bem como orientações úteis a todos os envolvidos no pleito, sejam eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados, fiscais, mesários, entre outros, para que possam exercer plenamente seus direitos políticos.
Encontro de Magistrados	Promover atualização dos Magistrados Eleitorais em temas administrativos e jurídicos relacionados ao Processo Eleitoral 2022.
Fechamento do cadastro eleitoral	Desenvolver ações que promovam redução no número de eleitores que se dirijam às sedes dos cartórios eleitorais nas quatro semanas que antecedem o prazo para realização de operações de alistamentos, transferências e revisões eleitorais.
Logística de Distribuição de Urnas	Garantir a distribuição e recolhimento adequados de urnas eletrônicas e seus suprimentos às Zonas Eleitorais e respectivos locais de votação.
Logística técnica das Eleições	Estabelecer padrões para a logística técnica das eleições 2022.
Manuais e Folderes	Disponibilizar, na página da Internet e Portal das Eleições do TRE-PI, material de divulgação referente ao pleito 2022.
Mesários	Capacitar os mesários para realizarem os trabalhos nas mesas receptoras de votos.
Portal das Eleições	Aperfeiçoar o Portal das Eleições para que o conteúdo de eleições seja disponibilizado em um único canal de comunicação.

Iniciativas (Planos de ação/Projetos)	Objetivo geral
Preparação do Ambiente das Zonas Eleitorais	Proporcionar adequada preparação do ambiente de TI nas Zonas Eleitorais para as Eleições Gerais 2022, adotando a padronização de infraestrutura baseada no modelo de nivelamento de TI do TRE-PI.
Registro de Candidaturas	Promover a padronização e a otimização dos procedimentos, a celeridade na tramitação, a integridade das informações e a transparência dos julgamentos dos feitos em registro de candidaturas.
Segurança para as Eleições	Garantir forças policiais para os locais de votação e apuração nas Eleições de 2022, bem como o estabelecimento de medidas preventivas e o trabalho de mútua colaboração no cumprimento da lei e da ordem pública.
Simulados de Hardware e de Sistemas	Testar as urnas eletrônicas e os sistemas eleitorais que serão utilizados nas Eleições Gerais 2022.
Suporte de Pessoal às Zonas Eleitorais	Corrigir a necessidade de pessoal nos Cartórios Eleitorais durante o período eleitoral.
Transmissão de Dados	Garantir a infraestrutura de comunicação de dados para conclusão da totalização conforme meta estabelecida pelo TRE-PI
Treinamento de Auxiliares de Apoio às Eleições	Garantir que todos os profissionais contratados para prestar apoio técnico às eleições 2022 estejam aptos a desempenhar suas atividades com desenvoltura e segurança, visando ao pleno êxito das eleições.
Treinamentos para servidores do 1º grau	Desenvolver as competências necessárias dos servidores dos cartórios eleitorais para a execução do pleito eleitoral de 2022.

II – Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUDI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

APRESENTAÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna neste Tribunal denomina-se Coordenadoria de Auditoria Interna e é composta pelo Gabinete e 03 (três) seções, a saber: Seção de Auditoria em Licitações e Contratos; Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas e, Seção de Auditoria de Gestão Administrativa.

As competências da Coordenadoria estão dispostas no Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal – Resolução TRE/PI nº 271/2013, alterada pela Resolução nº 422/2020, nas normas de serviços e conduta no Estatuto da Auditoria Interna – Resolução TRE/PI nº 399/2020 e no Código de Ética da Auditoria Interna – Resolução TRE/PI nº 398/2020. O Regulamento encontra-se disponível no sítio <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-legislacao-resolucao-n-271-01-10-2013-1387477422637>.

Em atendimento ao art. 3º da Resolução TRE-PI nº 268/2017 (itens III, IV e V) acrescido do inciso VIII do art. 4º da Resolução nº 95/2009 (item XXVIII), apresentamos abaixo as considerações acerca dos itens sob responsabilidade desta Coordenadoria, para fins de elaboração do Relatório de Transição da Gestão.

Item III – Relatório das Tomadas de Contas Especiais em andamento, se houver.

Não existem processos de Tomadas de Contas Especiais em andamento neste Tribunal.

Item IV – Relação das Recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pendentes de atendimento, se houver.

Não existem recomendações emitidas pelo TCU pendentes de atendimento por parte deste Tribunal.

Item V – Relação das Recomendações da unidade Controle Interno pendentes de atendimento, se houver.

Em relação a este item foram consideradas recomendações pendentes aquelas que se encontram na situação “não cumprida” e “em cumprimento”, conforme informações obtidas das unidades na ocasião do monitoramento anual, realizado em novembro e dezembro de 2021.

1. Relatório de Auditoria nº 01/2015 – Processo SEI 6287-98.2018.6.18.8000

Auditoria no Almoxarifado do TRE-PI

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: SAOF

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que sejam normatizados os procedimentos para a gestão dos materiais de consumo no âmbito deste Regional, contemplando, entre outras disposições : 1.1. a realização de inventário de verificação, ou eventual, do estoque de materiais, por iniciativa da unidade de Patrimônio ou por requisição da Administração ou do Controle Interno; 1.2. a realização de inventário anual, dos itens do Almoxarifado, ao final de cada exercício, para atestar a veracidade da informação contábil; 1.3. a implantação de rotina de verificação periódica das validades dos materiais de consumo em estoque no almoxarifado; e 1.4. a realização de inventário de transferência de	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0006287-98.2018.6.18.8000 , documento nº 1396515 .



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
responsabilidade, quando da mudança de gestor dos bens do almoxarifado.		
Que sejam empreendidos estudos para a identificação de possíveis medidas tendentes a viabilizar a destinação de espaço físico adequado para recebimento e aceitação dos materiais de consumo, bem como para o seu armazenamento.	Não Cumprida	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0006287-98.2018.6.18.8000 , documento nº 1396515 .

2. Relatório de Auditoria nº 01/2017 - Proc. SEI 9533-05.2018.6.18.8000

Auditoria de Gestão de Suprimentos de Materiais Eleitorais

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: SAOF e STI

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que sejam implantados os procedimentos de controle utilizados pelo TSE, constantes dos artigos 13 e 14 da IN TSE nº 11/2011.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0009533-05.2018.6.18.8000 , documento nº 1397420 .

3. Relatório de Auditoria nº 01/2019 - Proc. SEI nº 10126-97.2019.6.18.8000

Auditoria em Estratégia de TI

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: STI

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que seja observada a regularidade das reuniões trimestrais do CDTI	Não Cumprida	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010126-97.2019.6.18.8000 , doc. nº 1384537 .
Que sejam desenvolvidas ações para elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010126-97.2019.6.18.8000 , doc. nº 1384537 .
Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de continuidade de serviço de TI	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010126-97.2019.6.18.8000 , doc. nº 1384537 .
Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de controle de acesso de TI	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010126-97.2019.6.18.8000 , doc. nº 1384537 .
Que seja elaborado e formalizado processo de gestão da segurança da informação.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010126-97.2019.6.18.8000 , doc. nº 1384537 .
Que seja implantado o armazenamento do backup em ambiente distinto do DataCenter principal.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010126-97.2019.6.18.8000 , doc. nº 1384537 .

4. Relatório de Auditoria nº 02/2019 - Auditoria Integrada TSE - Proc. SEI 14410-51.2019.6.18.8000.

Auditoria nos Indicadores Estratégicos

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: ASPLAN

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que seja observada a regularidade trimestral das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE).	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0014410-51.2019.6.18.8000 , doc. nº 1393023 .
Que haja regularidade nas medições dos indicadores.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0014410-51.2019.6.18.8000 , doc. nº 1393023 .



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que sejam viabilizadas condições para que os responsáveis pelas medições dos indicadores possam cumprir seu papel no processo.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0014410-51.2019.6.18.8000 , doc. nº 1393023 .
Que sejam viabilizados mecanismos para garantir a confiabilidade dos dados utilizados para medição dos indicadores	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0014410-51.2019.6.18.8000 , doc. nº 1393023 .

5. Relatório de Auditoria nº 01/2020 -Auditoria Integrada do TSE - Proc. SEI 0000365-08.2020.6.18.8000.

Auditoria no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: STI

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que seja definido e designado formalmente a unidade responsável pelo armazenamento e guarda dos ativos de TI.	Não Cumprida	Não houve manifestação da unidade
Que seja providenciado bloqueio para controle de acesso ao ambiente do <i>Data Center</i> .	Não cumprida	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654 .
Que seja estabelecida a prática de registros dos dados do ativo, tais como: requisitos legais, nº do contrato, níveis de criticidade etc., nos sistemas utilizados para tal fim.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654
Que sejam implementadas diretrizes e práticas para realização de inventário regular dos ativos de TI.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654
Que seja realizado levantamento sistemático e comparativo da quantidade de licenças de software adquiridas e em uso, a fim de evitar contratações desnecessárias	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654
Que seja elaborado e formalizado processo de descarte dos ativos de TI.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654
Que seja destinado espaço físico adequado para estocagem dos ativos de TI.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654
Que sejam viabilizados esforços para retirada do quadro de energia e equipamentos de telefonia da sala do <i>Data Center</i> .	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654
Que seja implementado o armazenamento de dados redundantes em ambiente distinto do <i>Data Center</i> principal.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0000365-08.2020.6.18.8000 , documento nº 1391654

6. Relatório de Auditoria nº: 01/2018 – Processo Sei nº 0007783-65.2018.6.18.8000

Auditoria no Processo de Dimensionamento da Força de Trabalho

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: SGP



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que seja intensificado o planejamento da força de trabalho, como registrado na recomendação anterior, identificando as ocupações críticas deste Regional; adoção de políticas de sucessão, para transferência de conhecimentos; levantamento e monitoramento das projeções de vacância; priorizada a implementação da gestão por competências, mapeamentos de processos e se estabeleçam controles para essas atividades.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0007783-65.2018.6.18.8000 , documento nº 1390450 .

7. Relatório de Auditoria nº: 02/2019 – Processo Sei nº 10113-98.2019.6.18.8000.

Auditoria na Política de Segurança da Informação

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: Secretaria de Tecnologia da Informação/Comissão de Segurança da Informação.

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que sejam adotadas medidas para realização do Processo de Classificação da Informação no âmbito deste Regional.	Não Cumprida	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que sejam adotadas medidas para atualização do normativo que trata do desenvolvimento de software, de forma a garantir a observância do art. 19 da Resolução TRE/PI nº 356/2017.	Não Cumprida	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que sejam implementadas medidas para divulgação da PSI a todos os usuários, ressaltando a sua importância e responsabilidades respectivas, buscando a sua efetiva implantação e que se tornem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os usuários	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que ações de capacitação sejam propostas e efetivadas aos membros da comissão de segurança da informação atualmente vigente e da ETIR, considerando a necessidade de constante atualização no assunto, bem como pela rotatividade de seus componentes	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que seja desenvolvido Plano de Continuidade de Negócio, adotando as boas práticas e diretrizes da Norma Complementar 06/IN01/DSIC/GSIP.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que seja instituído o Processo de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação, de modo a atender aos requisitos da PSI e adequar às Diretrizes voltadas para a Administração Pública Federal.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que seja cumprido o previsto no art. 23, IX da Resolução TRE/PI 356/2017, e as diretrizes da Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR; e que seja elaborado, ainda, normativo regulamentando as atividades desenvolvidas pela ETIR de forma detalhada, para melhor identificação aos usuários e membros bem como para a entrega do serviço a que se propõe.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .
Que seja providenciada a adequação dos procedimentos, nos termos do previsto no art. 6º, IX, c/c art. 20 da Resolução TRE/PI 356/2017, para atendimento das diretrizes da PSI e observância da norma complementar nº 09/IN01/DSIC/GSI/PR.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0010113-98.2019.6.18.8000 , documento nº 1377541 .



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

8. Relatório de Auditoria nº: 02/2020 – Processo Sei nº 0009653-77.2020.6.18.8000.

Auditoria no Processo de Concessão de Diárias

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: SGP

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que seja corrigida a fórmula de cálculo estabelecida no art. 10-A da Resolução TRE/PI nº 265/2013 (alterada pela Res. nº 247/2017), de forma a não considerar o auxílio-alimentação um redutor de diárias.	Não Cumprida	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0009653-77.2020.6.18.8000 , doc. nº 1271875 .
Que haja compatibilidade entre o motivo do deslocamento e as atividades exercidas pelo servidor exigida no normativo interno.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0009653-77.2020.6.18.8000 , doc. nº 1390283 .
Que seja criado mecanismo de controle que permita ao proponente e ao responsável pelo deferimento do deslocamento, o conhecimento da extrapolação do limite quando da autorização prévia.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0009653-77.2020.6.18.8000 , doc. nº 1390283 .
Que as datas de ida e retorno a eventos externos sejam compatíveis com as datas e horários fixados para esses eventos.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0009653-77.2020.6.18.8000 , doc. nº 1390283 .

9. Relatório de Auditoria nº: 03/2020 - Processo Sei nº 17114-03.2020.6.18.8000

Auditoria de Banco de Horas

Unidade Responsável pela implementação das Recomendações: SGP.

Descrição das Recomendações	Situação	Justificativa da Unidade
Que sejam estabelecidos parâmetros para implementação de plano de fruição do banco de horas, para fiel cumprimento do disposto no art. 17 da Resolução 244/2012.	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0017114-03.2020.6.18.8000 , documento nº 1388968
Que seja contemplado no normativo interno, designação de unidade para gerenciamento e controle do plano de fruição do banco de horas	Em cumprimento	A unidade apresentou justificativa, Processo sei nº 0017114-03.2020.6.18.8000 , documento nº 1388968

XXVII- Situação atual das contas do Tribunal perante o Tribunal de Contas da União ou do Estado, indicando as ações em andamento para cumprimento de diligências expedidas pela respectiva Corte de Contas.

O último exercício que o TRE-PI teve suas contas selecionadas para julgamento pelo Tribunal de Contas da União foi o de 2017. O processo de julgamento das contas do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí referente ao exercício de 2017, instituído por força da Decisão Normativa TCU nº 163/2017 e legislação correlata, encontra-se sobrestado aguardando deslinde do mérito do Monitoramento, autuado pelo processo TC nº 017.073/2020-0, que trata de representação relativa ao registro e conversão em pecúnia do banco de horas deste Tribunal.

Destaca-se que a partir do exercício financeiro de 2020, passou a vigorar a IN nº 84/2020, que estabeleceu normas para a organização e a apresentação das contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal e para o julgamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992. A partir dessas novas determinações, a prestação de contas da gestão é composta pelo Relatório Anual de Gestão e Auditoria nas Contas Anuais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Compete a essa Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI) a realização da Auditoria nas Contas Anuais, cujo objetivo é expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis e estão livres de distorções relevantes, e sobre se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios da administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no § 4º, incisos I e II, c/c art. 13, da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020.

A execução da mencionada Auditoria ocorre no período de agosto do exercício financeiro auditado à março do exercício subsequente.

Considerando que o primeiro ciclo financeiro auditado dentro dos parâmetros da IN 84/2020 foi o exercício de 2020, as recomendações expedidas no relatório de auditoria ainda encontram-se no prazo de atendimento, até 31/03/2022, e serão objeto de monitoramento e registro no relatório de auditoria de contas, exercício 2021.

Em relação às contas correspondentes ao exercício de 2021, a auditoria encontra-se em execução e seus resultados serão apresentados no relatório e certificado de auditoria correspondentes, a serem emitidos e publicados até 31/03/2022.

III – Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS **(GABSGP)**

1 - Publicações no portal da transparência: o gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas é responsável pelas publicações, no portal da transparência do site do TRE/PI, de parte dos relatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. As referidas publicações são avaliadas no Ranking da transparência do Poder Judiciário e a pontuação obtida é utilizada na medição para o prêmio CNJ de qualidade.

PUBLICAÇÕES - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA			
PUBLICAÇÃO	PREVISÃO NORMATIVA	PRAZO	LINK
Estrutura remuneratória - cargos efetivos	Res. CNJ nº 102/09, art. 3º, inciso I, alínea "a" - Anexo III	Sempre que houver modificação (Res. CNJ nº 102/09, art. 4, §1º, III).	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/estrutura-remuneratoria-anexo-iii/tabela-remuneratoria-cargos-efetivos/tabela-remuneratoria-cargos-efetivos-1
Estrutura remuneratória - cargos em comissão e funções comissionadas	Res. CNJ nº 102/09, art. 3º, inciso I, alínea "b" - Anexo III	Sempre que houver modificação (Res. CNJ nº 102/09, art. 4, §1º, III).	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/estrutura-remuneratoria-anexo-iii/tabela-remuneratoria-cargo-em-comissao/tabela-remuneratoria-cargo-em-comissao
Estrutura remuneratória - membros da magistratura	Res. CNJ nº 102/09, art. 3º, inciso I, alínea "c" - Anexo III	Sempre que houver modificação (Res. CNJ nº 102/09, art. 4, §1º, III).	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/estrutura-remuneratoria-anexo-iii/estrutura-remuneratoria-membros-da-magistratura/tre-pi-transparencia-relatorio-cnj-anexo-iii-c-membros-da-magistratura
Quantitativo de cargos e funções - cargos efetivos	Res. CNJ nº 102/09, Anexo IV, alínea "a"	Quadrimestral (ABRIL, AGOSTO E DEZEMBRO)	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/cargos-efetivos-anexo-iv-a-1/tre-pi-anexo-iv-a-quantitativo-de-cargos-efetivos

Quantitativo de cargos e funções - cargos em comissão e funções comissionadas	Res. CNJ nº 102/09, Anexo IV, alínea "b"	Quadrimestral (ABRIL, AGOSTO E DEZEMBRO)	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/cargos-em-comissao-e-funcoes-comissionadas-anexo-iv-b/cargos-em-comissao-e-funcoes-comissionadas-1
Quantitativo de cargos e funções - origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas	Res. CNJ nº 102/09, Anexo IV, alínea "c"	Quadrimestral (ABRIL, AGOSTO E DEZEMBRO)	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/origem-funcional-dos-ocupantes-de-cargos-em-comissao-e-funcoes-comissionadas-anexo-iv-c/anexo-iv-c-origem-funcional-dos-ocupantes-de-cargos-em-comissao-e-funcoes-comissionadas
Quantitativo de cargos e funções - situação funcional dos servidores ativos	Res. CNJ nº 102/09, Anexo IV, alínea "d"	Quadrimestral (ABRIL, AGOSTO E DEZEMBRO)	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/situacao-funcional-dos-servidores-ativos-anexo-iv-d/situacao-funcional-dos-servidores-ativos
Quantitativo de cargos e funções - quantitativo de magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão	Res. CNJ nº 102/09, Anexo IV, alínea "g"	Quadrimestral (ABRIL, AGOSTO E DEZEMBRO)	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/quantitativo-de-magistrados-nao-integrantes-do-quadro-proprio-em-exercicio-no-orgao-anexo-iv-g/anexo-iv-g-magistrados-nao-integrantes-do-quadro-proprio-em-exercicio-no-orgao
Quantitativo de cargos e funções - quantitativo de beneficiários e dependentes de benefícios assistenciais	Res. CNJ nº 102/09, Anexo IV, alínea "h"	Quadrimestral (ABRIL, AGOSTO E DEZEMBRO)	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/quantitativos-de-beneficiarios-e-dependentes-de-beneficios-assistenciais-anexo-iv-h/totais-de-beneficiarios-por-beneficios
Membros da magistratura e agentes públicos	Res. CNJ nº 102/09, art. 3º, inciso II - Anexo V	Sempre que houver modificação (Res. CNJ nº 102/09, art. 4, §1º, III) - mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/membros-da-magistratura-e-agentes-publicos-anexo-v/membros-e-agentes-publicos

Servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, sem FC e CJ	Res. CNJ nº 102/09, art. 3º, inciso V - Anexo VII	Sempre que houver modificação (Res. CNJ nº 102/09, art. 4, §1º, III) - mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/servidores-e-ou-empregados-nao-integrantes-do-quadro-proprio-em-exercicio-no-orgao-sem-fc-e-cj-1
Detalhamento da folha de pagamento de pessoal	Res. CNJ nº 102/09, art. 3º, inciso VI - Anexo VIII	Mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/detalhamento-da-folha-de-pagamento-de-pessoal-valores-brutos-em-reais
Diárias e Passagens aéreas	Res. CNJ nº 215/15, art. 6º, inciso VIII, alínea "d"	Mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias-e-passagens-1/diarias-e-passagens
Tabela de lotação de pessoal (TLP)	Res. CNJ nº 215/15, art. 6º, inciso VIII, alínea "b"	Semestral	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabela-de-lotacao-de-pessoal-tlp-art-6o-inciso-vii-alinea-b/art-6o-inciso-vii-alinea-b-tabela-de-lotacao-de-pessoal-tlp
Estruturas remuneratórias e quadro com discriminação de todas as rubricas utilizadas na folha de pagamento	Res. CNJ nº 215/15, art. 6º, inciso VIII, alínea "c"	Sempre que houver alteração	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/estruturas-remuneratorias-e-quadro-com-discriminacao-de-todas-as-rubricas-utilizadas-na-folha-de-pagamento-art-6o-inciso-vii-alinea-c/estruturas-remuneratorias-e-quadro-com-discriminacao-de-todas-as-rubricas-utilizadas-na-folha-de-pagamento-art-6o-inciso-vii-alinea-c
Remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos e pensionistas do órgão	Res. CNJ nº 215/15, art. 6º, inciso VIII, alínea "d"	Mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/detalhamento-da-folha-de-pagamento-de-pessoal-valores-brutos-em-reais

Membros/servidores em exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública	Res. CNJ nº 215/15, art. 6º, inciso VIII, alínea "e"	Semestral	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/membros-servidores-em-exercicio-de-funcoes-em-outros-orgaos-da-administracao-publica-art-6o-inciso-vii-alinea-e/Membros_Servidores_em_exercicio_de_funcoes_em_outros_orgaos_da_Administracao_Publica
Membros/servidores em conselhos e assemelhados, externamente à instituição	Res. CNJ nº 215/15, art. 6º, inciso VIII, alínea "f"	Semestral	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/membros-servidores-em-conselhos-e-assemelhados-externamente-a-instituicao-art-6o-inciso-vii-alinea-f/Membros_Servidores_em_Conselhos_e_assemelhados_externamente_a_instituicao
Valores repassados para o INSS e fundo de previdência	Res. CNJ nº 265/18	Mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/valores-repassados-para-o-inss-e-fundo-de-previdencia-1/valores-repassados-para-o-inss-e-fundo-de-previdencia
Atos de provimento e vacância de cargos e funções - nomeação para cargo efetivo	LDO	Sempre que houver publicação no Diário de Justiça	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/nomeacao-para-cargo-efetivo-1/nomeacao-para-cargo-efetivo
Atos de provimento e vacância de cargos e funções - vacância de cargo efetivo	LDO	Sempre que houver publicação no Diário de Justiça	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/vacancia-de-cargo-efetivo/vacancia-de-cargo-efetivo
Atos de provimento e vacância de cargos e funções - nomeação para cargo comissionado ou designação para função de confiança	LDO	Sempre que houver publicação no Diário de Justiça	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/nomeacao-para-cargo-comissionado-e-designacao-para-funcao-de-confianca-1/nomeacao-para-cargo-comissionado-e-designacao-para-funcao-de-confianca

Atos de provimento e vacância de cargos e funções - exoneração de cargo comissionado ou dispensa de função de confiança	LDO	Sempre que houver publicação no Diário de Justiça	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/exoneracao-de-cargo-comissionado-e-dispensa-de-funcao-de-confianca-1/exoneracao-de-cargo-comissionado-e-dispensa-de-funcao-de-confianca
Relação de estagiários	Manual de boas práticas	Sempre que houver alteração	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-estagiarios-1/relacao-de-estagiarios
Relação de servidores que atuam no regime de teletrabalho	Res. CNJ nº 227/16	Mensal	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-servidores-que-atuam-no-regime-de-teletrabalho/relacao-de-servidores-que-atuam-no-regime-de-teletrabalho
Relação de peritos e órgãos técnicos ou científicos cadastrados	Res. CNJ nº 233/16	Sempre que houver alteração	https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/resolucao-cnj-no-233-de-2016-2013-cadastro-de-profissionais-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos/relacao-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cadastrados/relacao-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cadastrados

2 – Indícios de irregularidade apontados pelo TCU (e-pessoal): ao encargo do Gabinete está o acompanhamento dos Indícios de Irregularidades, por descumprimento de preceitos legais, apontados pelo Tribunal de Contas da União. Esses indícios são analisados pelas unidades da SGP e, após, os esclarecimentos correlatos são encaminhados, para análise e acompanhamento, por meio do portal do [TCU e-Pessoal](#), ao Órgão de Controle.

Considerando o disposto no **inciso IV do art. 3º da Resolução TRE-PI nº 268/2017**, informamos que, na presente data (25/01/2022), estão pendentes, conforme relatório extraído do portal do TCU e-Pessoal, os seguintes indícios de irregularidade:

NOME	CPF	TIPO DE INDÍCIO	DESCRIÇÃO	DIAS EM ESPERA	RESPON-SÁVEL	UPAG	ESTADO DO INDÍCIO
ISABEL MARLENE DA CUNHA ARAUJO MENDES	011.009.713-00	Inobservância do teto constitucional para pensionistas que possuem outro vínculo público	Os rendimentos dos vínculos como servidor(a) e pensionista, contabilizados conjuntamente, extrapolam o teto remuneratório constitucional em R\$ 1071.40. Rendimentos como servidor(a): R\$ 37053,18. Valor da pensão: R\$ 3618,22	96 dias	RICARDO ARAUJO COELHO	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí /SEPAG	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
ANGELICA MARIA MASCARENHAS LOPES DA SILVA (PENSIONISTA)	047.056.533-00	Inobservância do teto constitucional para pensionistas que possuem outro vínculo público	Os rendimentos dos vínculos como servidor(a) e pensionista, contabilizados conjuntamente, extrapolam o teto remuneratório constitucional em R\$ 3546.97. Rendimentos como servidor(a): R\$ 26138,79. Valor da pensão: R\$ 37008,18	0 dias	RICARDO ARAUJO COELHO	SEPAG	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
MIRIAN BEATRIZ KREBSY DOS SANTOS ROCHA	287.777.003-68	Inobservância do teto constitucional para pensionistas que possuem outro vínculo público	Os rendimentos dos vínculos como servidor(a) e pensionista, contabilizados conjuntamente, extrapolam o teto remuneratório constitucional em R\$ 4527.87. Rendimentos como servidor(a): R\$ 25941,52. Valor da pensão: R\$ 18186,35	0 dias	PEDRO FERNANDES GUIMARAES	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí /SEPAG	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO

ANGELICA MARIA MASCARENHAS LOPES DA SILVA	047.056.53 3-00	Pensionista mantido em folha de pagamento, apesar de o respectivo ato de concessão ter sido julgado ilegal ou inepto	Pagamento de benefício de pensão apesar de o respectivo ato de concessão ter sido julgado ilegal ou inepto, sem novo ato cadastrado e enviado ao TCU. Ato original de concessão da pensão: 2/2000. Acórdão: 3415/2007-Primeira Câmara	6 dias	PEDRO FERNANDES GUIMARAES	SEPAG	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
JOANA AUGUSTA DE SANTANA CARDOSO	420.994.98 3-34	Pensionista mantido em folha de pagamento, apesar de o respectivo ato de concessão ter sido julgado ilegal ou inepto	Pagamento de benefício de pensão apesar de o respectivo ato de concessão ter sido julgado ilegal ou inepto, sem novo ato cadastrado e enviado ao TCU. Ato original de concessão da pensão: 4/2001. Acórdão: 3326/2007-Primeira Câmara	6 dias	PEDRO FERNANDES GUIMARAES	SEPAG	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
ROBERTHA MARTINS PORTELA LOPES (REQUISITADA)	892.759.69 3-53	Auxílio alimentação pago em duplicidade	Recebimento de auxílioalimentação em mais de uma fonte pagadora: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, RUBRICA AUXILIO ALIMENTACA O R\$ 910.08; MINISTERIO DA ECONOMIA - GEREN REG DE ADMIN DO ME NO ESTADO PIAUI, RUBRICA AUXÍLIO ALIMENTACÃ O R\$ 458.00	53 dias	RICARDO ARAUJO COELHO	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO

Em relação aos supracitados indícios de irregularidades, seguem esclarecimentos:

- **ISABEL MARLENE DA CUNHA ARAUJO MENDES:** está em tramitação o processo SEI nº [0018233-62.2021.6.18.8000](#), que trata do indício de irregularidade apontado pelo TCU, relativo à inobservância do teto constitucional para pensionistas que possuem outro vínculo público. As unidades desta SGP (SEPAG e SEAPE) prestaram os esclarecimentos necessários e a COTEC emitiu parecer. O referido processo encontra-se, na presente data, na Diretoria-Geral para fins de deliberação superior;
- **ANGELICA MARIA MASCARENHAS LOPES DA SILVA:** os indícios de irregularidades apontados pelo TCU foram analisados e decididos nos autos dos processos SEI nºs [0015994-85.2021.6.18.8000](#) (pensionista mantido em folha de pagamento, apesar de o respectivo ato de concessão ter sido julgado ilegal ou inepto) e [0007073-40.2021.6.18.8000](#) (inobservância do teto constitucional). As providências determinadas pela presidência deste regional já foram adotadas pelo TRE/PI e enviadas para conhecimento do TCU, que solicitou novos esclarecimentos;
- **JOANA AUGUSTA DE SANTANA CARDOSO:** o supracitado indício de irregularidade (pensionista mantido em folha de pagamento, apesar de o respectivo ato de concessão ter sido julgado ilegal ou inepto), foi analisado e decidido nos autos do processo SEI nº [0015996-55.2021.6.18.8000](#). As providências determinadas pela presidência deste regional já foram adotadas pelo TRE/PI e enviadas para conhecimento do TCU, que solicitou novos esclarecimentos;
- **ROBERTHA MARTINS PORTELA LOPES (REQUISITADA):** Os esclarecimentos referentes a este indício de irregularidade apontado pelo TCU estão sendo elaborados pela unidade responsável (SEPAG) e, em breve, serão encaminhados à corte de controle.

3 – Eleições Municipais 2020: A Secretaria de Gestão de Pessoas prestou todo suporte e apoio às Zonas Eleitorais durante as eleições municipais 2020, principalmente em razão da pandemia causada pelo CORONAVÍRUS, uma vez que parte dos servidores se encontravam em trabalho remoto. Tal apoio continua a ser prestado ao primeiro grau desta justiça eleitoral e, atualmente, todas as Zonas Eleitorais contam com pelo menos um servidor efetivo.

4 – Concurso de remoção: a Comissão Responsável pela realização do 26º concurso de remoção para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, designada pela Portaria Presidência nº 607/2021, presidida pela Secretária de Gestão de Pessoas, apresentou minuta de edital, visando ao preenchimento inicial de 13 vagas, sendo 7 (sete) na Sede do TRE-PI e 6 (seis) vagas de lotação nas Zonas Eleitorais, que está em fase de aprovação, conforme processo SEI nº [0013709-22.2021.6.18.8000](#).

5 - Boletim Semanal da SGP – Publicação Semanal dos atos da Administração relativos a Pessoal: Foi idealizado pela Secretária de Gestão de Pessoas e implantado o Boletim de Serviços da SGP, por meio de determinação da Presidência do Tribunal, nos autos do Processo SEI nº 0024988-39.2020.6.18.8000, conforme se observa na intranet no link: <http://intra.tre-pi.jus.br/unidades/gestao-de-pessoas/boletim-semanal-da-sgp/2020>, estando sua gestão a cargo da Coordenadoria de Pessoal.

6 - Plano de Ação para cumprimento dos objetivos estratégicos: por fim, importa destacar que os indicadores estratégicos definidos para a Secretaria de Gestão de Pessoas no último trimestre de 2021, em cumprimento a Portaria TRE-PI nº 408, de 02 de julho de 2021, foram incluídos no processo SEI nº 0014109-36.2021.6.18.8000 e referem-se ao cumprimento das iniciativas previstas para mensuração do índice de felicidade no trabalho e do índice de governança de pessoas (iGovPessoas).

7 - Tramitação processual: No biênio de trabalho desta Administração, considerando o **período de 07/04/2020 a 31/12/2021**, além dos processos com trâmite no sistema PJe, conforme relatório de estatísticas emitido no sistema SEI, tramitaram no gabinete desta Secretaria:

De 07/04/2021 a 31/12/2021	
Processos gerados no período	76
Processos com tramitação no período	4.307
Processos com andamento fechado na unidade ao final do período	4.284
Processos com andamento aberto na unidade ao final do período	23
Tempos médios de tramitação no período	4d 25m 6s
Documentos gerados no período	9.887
Documentos externos no período	58
De 07/04/2021 a 31/12/2021	
Processos gerados no período	54
Processos com tramitação no período	2.415
Processos com andamento fechado na unidade ao final do período	2.405
Processos com andamento aberto na unidade ao final do período	10
Tempos médios de tramitação no período	4d 1h 40m 52s
Documentos gerados no período	6.158
Documentos externos no período	84

TOTAL	
Processos gerados no período	130
Processos com tramitação no período	6.722
Documentos gerados no período	16.045

COORDENADORIA DE PESSOAL (COPES)

1 - Implantação do NOVODIA - Encontra-se em fase de testes o novo sistema de controle de DIÁRIAS dos servidores do Tribunal (NOVODIA), oriundo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TER/CE, que tem o fim de otimizar e atualizar o procedimento de solicitação de DIÁRIAS no âmbito do Tribunal. Nesta fase inicial, o sistema ainda exige muitos aperfeiçoamentos e depende de atualização de sua Resolução reguladora. Todo o curso de sua implantação está consolidado no Processo SEI nº [0014231-49.2021.6.18.8000](#).

2 - Autuação de processos para registro e controle dos dados referentes às folhas de pagamento - Mensalmente são criados no sistema SEI processos com a finalidade de consolidar as informações relativas às folhas de pagamento de servidores, a exemplo do SEI nº [0000178-29.2022.6.18.8000](#) e demais processos a ele relacionados.

3 - Boletim Semanal da SGP – Publicação Semanal dos atos da Administração relativos a Pessoal - Foi idealizado e implantado o Boletim de Serviços da Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio de determinação da Presidência do Tribunal, nos autos do Processo SEI nº [0024988-39.2020.6.18.8000](#), conforme se observa na intranet no link: <http://intra.tre-pi.jus.br/unidades/gestao-de-pessoas/boletim-semanal-da-sgp/2020>, estando sua gestão a cargo de servidor lotado nesta Coordenadoria.

4 - Redistribuições obrigatórias - Em cumprimento à determinação da Corregedoria Geral Eleitoral, exarada no Pedido de Providências nº 23/2016-CGE, foram realizadas tratativas para efetivação das redistribuições obrigatórias, estando as conclusões inseridas no Processo SEI nº [0008803-91.2018.6.18.8000](#).

5 - Implantação do ESOCIAL - Encontra-se em fase de implantação o **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial para Órgãos Públicos**, instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, com o objetivo de unificar a prestação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e tendo por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional, estando em tramitação, para cumprimento das determinações legais, que acontecerão em quatro fases, o Processo SEI [0005102-20.2021.6.18.8000](#) e outros a ele relacionados. Informamos que a Primeira Fase encontra-se concluída e esta Coordenadoria está trabalhando para implantação das demais fases, dentro dos prazos legais.

6 - Implantação do CORAU - o Sistema de Controle de Registro de Autoridades – CORAU, para fins de registro e controle dos dados cadastrais de Membros da Corte, Juízes e Promotores Eleitorais, e comunicação das informações com o módulo de

pagamento do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), permitindo um maior controle dos dados e de pagamentos realizados, encontra-se em fase de testes.

7 - Relação das comissões vigentes, com respectiva vigência e nome do presidente - Art. 3º, VI, da Resolução TRE/PI nº 268/2013:

A relação das comissões, conselhos, grupos de trabalho, núcleos e grupos de estudo vigentes, com as respectivas composições, está disponibilizada e atualizada na intranet deste Regional, no link: <http://intra.tre-pi.jus.br/unidades/gestao-de-pessoas/outras-paginas/copes/comissoes-comites-conselhos-e-grupos-de-trabalho>

COMISSÕES PERMANENTES	PORTARIA	PRESIDENTE
Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CES)	Portaria nº 19/2021	Luiz Fortes Castelo Branco Neto
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD)	Portaria nº 418/2021	Cristianna Ribeiro Moura Lopes de Araújo
Comissão Permanente de Sindicâncias relacionadas ao Inventário Anual de Bens Permanentes Móveis	Portaria nº 416/2020	Camila Maria Ferro Silva
Comissão Permanente de Inventário	Portaria nº 369/2021	Carlos Alberto Barbosa de Almeida
Comissão Permanente de Sindicância - Lei 8.666/1993 (COSIND)	Portaria nº 585/2021	Paulo Jorge Correia Ferro
Defensores Dativos para atuarem em processos junto à COSIND	Portaria nº 867/2021	-
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	Portaria nº 328/2019	Francisco Marcelo Cassiano da Silva
Comissão Permanente e Pregoeiros encarregados de promover as licitações do TRE-PI (CPL)	Portaria nº 33/2022	Edílson Francisco Rodrigues
Comissão Permanente de Avaliação, Classificação e de Formação de Lotes para Desfazimento de Material Permanente deste TRE-PI	Portaria nº 271/2021	Francisco das Chagas Silveira Magalhães
CONSELHOS	PORTARIA	PRESIDENTE

Conselho de Governança da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (CONGEST)	Portaria nº 213/2021	Des. José James Gomes Pereira
Conselho da Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas	Portaria nº 121/2021	Des. José James Gomes Pereira
COMISSÕES TÉCNICAS	PORTARIA	PRESIDENTE
Comissão Técnica De Retomada Dos Trabalhos Presenciais	Portaria nº 687/2020	Kelson Nobre Veras
Comissão de Dimensionamento da Força de Trabalho	Portaria nº 524/2021	-
Comissão para a elaboração de normativos para implementação de políticas de Gestão de Pessoas de TI	Portaria nº 1079/2020	-
Comissão avaliadora do Prêmio de Logística das Eleições 2020	Portaria nº 1082/2020	Anderson Cavalcanti de Lima
Comissão de Assistência Farmacêutica no âmbito do TRE/PI	Portaria nº 63/2021	-
Comissão Executora do Rezoneamento das Zonas Eleitorais no âmbito deste Regional	Portaria nº 292/2021	-
Comissão responsável pela condução das atividades pertinentes à realização do Concurso Público para provimento de cargos efetivos no âmbito deste Tribuna	Portaria nº 220/2021	Tadeu Almeida Martins
Comissão responsável pelos trabalhos relativos aos leilões de alienação de bens inservíveis do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Portaria nº 425/2020	José de Ribamar Portela de Carvalho
Conselho Editorial e a Comissão Editorial da Revista Eleições & Cidadania do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.	Portaria nº 528/2020	Des. José James Gomes Pereira
Comissão Gestora do DataJud (CGD)	Portaria nº 495/2021	Secretário de Tecnologia da Informação
Comissão de Gestão do Teletrabalho no âmbito do TRE-PI	Portaria nº 287/2021	Denise Vieira Berger Miranda
Comissão de Segurança da Informação	Portaria nº 522/2020	Dr. Paulo Roberto de Araújo Barros
Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do TRE-PI	Portaria nº 325/2021	Diretor-Geral

Comissão responsável pelo 26º Concurso de Remoção para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Portaria nº 657/2021	Denise Vieira Berger Miranda
Comissão Responsável pelo Descarte das Urnas Eletrônicas - Modelo 2006 e 2008	Portaria nº 729/2021	Wellington Jeônimo da Silva
COMITÊS / COMISSÕES ESPECIAIS	PORTARIA	PRESIDENTE
Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação	Portaria nº 459/2020	-
Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas	Portaria nº 538/2020	-
Comitê Gestor de Políticas de Gênero	Portaria nº 539/2021	-
Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no âmbito do TRE-PI	Portaria nº 243/2021	Dr. Thiago Brandão de Almeida
Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no âmbito do 1º Grau de Jurisdição da Justiça Eleitoral do Piauí	Portaria nº 269/2021	Dr. Carlos Hamilton Bezerra Lima
Comissão de Gestão da Memória do TRE-PI	Portaria nº 300/2021	-
Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais	Portaria nº 325/2021	-
Comissão Especial de Desfazimento de Bens Móveis	Portaria nº 642/2021	-
Grupo de Trabalho responsável pela promoção de estudos tendentes a formulação de proposta de constituição de uma unidade de Gestão da Informação	Portaria nº 639/2021	-
Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do TRE-	Portaria nº 720/2021	-
Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do TRE-PI -	Portaria nº 720/2021	-
Comissão de Juízes Auxiliares da Propaganda Eleitoral nas Eleições 2022	Portaria nº 845/2021	-
Comissão responsável pela elaboração de ato normativo para regulamentação da Política de Integridade no âmbito do TRE-PI	Portaria nº 849/2021	-
Comissão responsável pela apresentação, à Administração Superior, de proposta de atuação da unidade auditora a nível de	Portaria nº 680/2021	Iracema Lobo Lima

consultoria, em matérias de pessoal e contratual, para viabilizar o efetivo acompanhamento e controle de atos de gestão, no TRE-PI		
GRUPOS DE TRABALHO	PORTARIA	PRESIDENTE
GT Mesários do TRE-PI para as eleições 2020	Portaria nº 427/2020	
GT para análise da viabilidade de realização de concurso de remoção para TJAA	Portaria nº 934/2020	Denise Vieira Berger Miranda
GT atendimento demandas CNJ - Metas Nacionais do Poder Judiciário	Portaria nº 403/2021	-
GT Para regulamentar os plantões judiciários do TRE-PI fora do período eleitoral	Portaria nº 911/2020	-
GT para atendimento virtual a advogados, procuradores, defensores, membros do MP e da PJ	Portaria nº 931/2020	-
Gestão de metas - designação dos magistrados gestores de metas e representantes do TRE-PI na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário	Portaria nº 992/2020	Dr. Paulo Roberto de Araújo Barros
GT para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados do TRE-PI	Portaria nº 1012/2020	Jaime Lopes de Souza Júnior
GT pelo levantamento de requisitos para cumprimento dos Acórdãos TCU nºs 1832/2018 e 798/2020 concernente à aderência das informações disponibilizadas no sítio da internet	Portaria nº 1080/2020	Joana D'arc Sousa Macêdo Lima
GT responsável pela promoção de estudos e pelas proposituras de ações necessárias ao cumprimento da Resolução CNJ nº 347, de 13 de outubro de 2020, no âmbito do TRE/PI	Portaria nº 170/2021	-
Grupo de Trabalho do Projeto Começar de Novo no âmbito do TRE/PI	Portaria nº 370/2021	Mauro Alves dos Santos
Institui Grupo de Trabalho responsável pela elaboração e execução de plano de trabalho específico para implantação do sistema Janus	Portaria nº 854/2021	-
Grupo de Trabalho responsável pela promoção de estudos tendentes a formulação de proposta de constituição de uma Unidade	Portaria nº 825/2021	-

de Gestão da Informação no âmbito do TRE-PI		
Grupo de Trabalho para coordenar a execução do cronograma de trabalho estabelecido pelo CNJ pertinente à integração da Justiça Eleitoral à Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-BR	Portaria nº 835/2021	-
NÚCLEOS	PORTARIA	PRESIDENTE
Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do TRE-PI	Portarias nºs 256 e 223/2021	Dra. Maria Zilnar Coutinho Leal
GRUPOS DE ESTUDO	PORTARIA	PRESIDENTE
GE para o mapeamento e a apresentação de proposta de regulamentação relativa às competências gerenciais dos ocupantes das funções comissionadas	Portaria nº 957/2020	Márcia Valéria Araújo Ferreira Rebelo Sampaio
Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares concernentes à contratação de serviços de apoio especializado em desenvolvimento de projetos e processos	Portaria nº 149/2021	-

8 - Estrutura organizacional com detalhamento do Quadro de Pessoal, cargos providos, vagos, inativos, pensionistas, requisitados, cedidos, cargos em comissão e funções comissionadas - Art. 3º – inciso XV, da Resolução TRE-PI nº 268/2013:

QUADRO DE PESSOAL (TLP) - TRE/PI						
AGENTES PÚBLICOS - SERVIDORES (EFETIVOS, REQUISITADOS, CEDIDOS E EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO) COM E SEM FUNÇÃO DE CONFIANÇA OU CARGO EM COMISSÃO						
NOME	MATRÍCULA FUNCIONAL	CARGO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA / CARGO EM COMISSÃO	LOTAÇÃO	ATO DE PROVIMENTO	PUBLICAÇÃO
ABELARD DIAS RIBEIRO DOS SANTOS	324	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRESI nº 076	13/01/2005
ACIEL SOUSA MENDES	654	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PI nº 157	05/03/2020

ADELMAR DIAS PINHEIRO FILHO	622	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 44A ZONA	PORTARIA/ PRESI nº 1064	14/09/2017
ADENILSON SILVA DE MACEDO	131	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/ PRESI nº 277	21/06/1994
ADILSON JOSE DE OLIVEIRA FREIRE	432	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/ PRESI nº 546	08/06/2006
ADRIANA BARBOSA DE ARAUJO SILVA	164	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/ PRESI nº 332	28/11/1995
ADRIANO ALMEIDA LEAL	146	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 02A ZONA	PORTARIA/ PRESI nº 357	05/08/1994
AILTON JOSE DA SILVA	702126	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 33A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 25315- 79.2020	01/01/2021
ALAN MARCELO BRAGA CARVALHO	582	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMEN TO ORGANIZACIONAL	PORTARIA nº 1172	11/12/2020
ALBERTINO MARTINS NEIVA NETO	253	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMEN TO	PORTARIA/ PRESI nº 004	06/01/2005
ALBERTO DE LIMA LINHARES	442	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DO JUIZ JURISTA 2	PORTARIA/ PRESI nº 551/06	08/06/2006
ALCEMIR BARROSO LEAL	238	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA/ PRESI nº 403	11/07/2002
ALCIMAR DELFINO DE SOUSA	700902	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 38A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 7812- 93.2021	06/07/2021
ALCINEZIO COSTA ARAUJO	537	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 38A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1219	22/11/2010
ALESSANDRA DO MONTE SOARES FREIRE	343	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 095	13/01/2005
ALEXANDRE DE MORAIS MACHADO	144	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE PAGAMENTOS	PORTARIA/PRE SI nº 295	08/07/1994
ALINE BEZERRA BARROSO FONSECA	548	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 26A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1081	02/12/2011
ALINE DA SILVA TORRES	703609	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 89A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 9531- 30.2021	05/07/2021
ALINE PATRICIA DE MELO GOMES DEOLINDO	999919	REQUISITADA	-	ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA SAOF	PORTARIA/DG nº 58	18/08/2010

ALLYSON LYEL RIBEIRO VASCONCELOS	619	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 12A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 849	26/07/2017
ALMENAIDE PIRES DOS SANTOS	999154	REQUISITADO	-	CARTORIO 63A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7106-35.2021	25/03/2021
ALMIR MEDEIROS DE MELO NETO	663	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 21A ZONA	PORTARIA nº 207	03/09/2021
ALMIR RODRIGUES DE ARAUJO	702283	REQUISITADO	-	CARTORIO 71A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	02/07/2021
ALVARO CASTRO PEREIRA	165	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PORTARIA/PRE SI nº 371/95	27/12/1995
ALVARO JAFFE CRUZ BARROS	1000243	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO 1º GRAU NO GABJJ1	PORTARIA/PRE SI nº 402	06/05/2013
AMADEU ALVES LINHARES NETO	386	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 48A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1.006	09/11/2005
AMANDA LAIS DE SOUSA E SILVA	703669	REQUISITADO	-	CARTORIO 19A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
ANA BEATRIZ GORI WANDERLEY	588	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 59A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1286	30/08/2016
ANA CAROLINE CARVALHO PORTELA	609	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 1682	07/12/2016
ANA CELIA E SILVA MENESES	241	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO 1º GRAU NO GABVP	PORTARIA/PRE SI nº 161	26/02/2003
ANA CLAUDIA TELES CARVALHO BOAVISTA	201	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 267	10/06/1996
ANA CRISTINA BARROS DE LIMA	617	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 90A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 847	26/07/2017
ANA KALLYNE RODRIGUES DANTAS SOARES	279	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA	PORTARIA/PRE SI nº 030	07/01/2005
ANA LOUEDES MENDES ARAUJO	374	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 127	13/01/2005
ANA LUCIA PESSOA PEREIRA ANDRADE	456	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 10A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 694	29/06/2006
ANA LUCIA SOARES LIMA	335	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 087	13/01/2005

ANA MARIA CARDOSO	703574	REQUISITADA	-	CARTORIO 24A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6520-18.2021	02/06/2021
ANA MARIA DA SILVA ROCHA	700842	REQUISITADA	-	CARTORIO 62A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4748-03.2021	02/05/2021
ANA REGYA LELIS LEAL	438	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 01A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 558	08/06/2006
ANA TERESA ROCHA DE CARVALHO	115	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS	PORTARIA/PRESI nº 107/94	27/05/1994
ANANIAS JOSE DE MORAIS JUNIOR	38	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DA COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
ANANIAS PINTO RODRIGUES	2285125	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA COORD. DE SESSÕES E APOIO AO PLENO	PORTARIA/PRESI nº 99	27/06/1989
ANANIAS PRUDENCIO REIS	700425	REQUISITADO	FC-06	CARTORIO 15A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.244-65.2021	02/10/2021
ANDERSON CAVALCANTI DE LIMA	571	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-3	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA/PRESI nº 1350	23/10/2013
ANDREA SANTIAGO ARAUJO TEIXEIRA	326	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	PORTARIA/PRESI nº 078	13/01/2005
ANDREIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	418	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 47A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 185	02/02/2006
ANDRESSA CASTRO AMORIM	460	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DO JUIZ JURISTA 1	PORTARIA/PRESI nº 630	22/06/2006
ANDRESSA MOURA SILVA MAGALHAES	643	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AO 1º GRAU NA CRE	PORTARIA nº 641	09/08/2019
ANGELA MARCIA CANUTO	260	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO 1º GRAU NO GABJT2	PORTARIA/PRESI nº 011	06/01/2005
ANIGIA ALVES FERREIRA MILFONT	999831	REQUISITADA	FC-01	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	OFÍCIO TRE/PI nº 999	16/01/2017
ANTONIA ZINEUDA MARTINS DE LIMA	377	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 03A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 130	13/01/2005
ANTONIO ALVES RODRIGUES JUNIOR	650	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE AUDITORIA DE	PORTARIA/PRESI nº 19151	02/12/2019

				LICITAÇÕES E CONTRATOS		
ANTONIO CARLOS BARBOSA	158	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA COTEC	PORTARIA/PRE SI nº 584/94	19/09/1994
ANTONIO CARLOS CARDOSO GUIMARAES	1000002	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 6538	04/08/2011
ANTONIO DOS SANTOS FEITOSA MENDES	73	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS	PORTARIA/PRE SI nº 219	24/10/1988
ANTONIO FLAVIO CAVALCANTE COSTA	1000505	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 61A ZONA	RESOLUCAO TSE nº 23092	01/07/2015
ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA CARNEIRO	139	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 01A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 279	21/06/1994
ANTONIO JORGE DOS SANTOS FILHO	424	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 46A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 370	15/03/2006
ANTONIO MANOEL SILVEIRA DE SOUSA	585	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMEN TO E INFRAESTRUTURA	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/MA nº 1172	01/09/2016
AQUILLES SANSÃO SOUSA	120	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-05	GABINETE DA COORDENADORIA TÉCNICA	PORTARIA/PRE SI nº 124	27/05/1994
ARNALDO ALVES TEODOSIO	999845	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	OFÍCIO TRE/PI nº 1093	10/05/2019
ARSENIO ALMEIDA MARTINS	255	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE PROCESSOS, PROJETOS E QUALIDADE	PORTARIA/PRE SI nº 006	06/01/2005
AUREA REGINA ANDRADE BARRETO	706034	REQUISITADA	-	CARTORIO 97A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 1170-24.2021	24/03/2021
AUREMARCIA FRANCA FERNANDES	703744	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 15A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 13.244-65.2021	02/10/2021
AURICELIA DA LUZ REIS MARTINS	391	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 89A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1.011	09/11/2005
BELIOMAR VIEIRA MARTINS	706068	REQUISITADO	FC-01	POSTO DE ATENDIMENTO EM SANTA FILOMENA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 10841-63.2021	03/09/2021
BENTO EMÍDIO DE SOUSA FILHO	152	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 553/94	19/09/1994
BERNARDO BORGES SILVA	437	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 07A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 559	08/06/2006
BERNARDO PIRES DE SA	425	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 14A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 371	15/03/2006

BRENO PONTE DE BRITO	518	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INSTITUCIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 252	16/03/2010
BRUNNA BARROS CARVALHO MARTINS	308	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO 1º GRAU NO GABJT1	PORTARIA/PRE SI nº 061	07/01/2005
BRUNO VIEIRA DA GAMA	706054	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 88A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0010958-89.2021	02/10/2021
CAIO VINICIUS MENDES FALCAO COSTA	312	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DO JUIZ TOGADO 2	PORTARIA/PRE SI nº 065	07/01/2005
CAMILA MARIA FERRO SILVA	610	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO À PRESTAÇÃO DE CONTAS	PORTARIA/PRE SI nº 97	06/02/2017
CAMILO MEDEIROS NUNES	599	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 22A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1298	30/08/2016
CARLA DANIELLE ALENCAR SANTOS MORAIS	706061	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 69A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.554-33.2021	21/12/2021
CARLOS ALBERTO BARBOSA DE ALMEIDA	37	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
CARLOS ALBERTO RIBEIRO DO NASCIMENTO JUNIOR	580	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA	PORTARIA/PRE SI nº 683	08/07/2015
CARLOS AUGUSTO RIBEIRO BATISTA JUNIOR	458	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 12A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 629	22/06/2006
CARLOS EDUARDO GOMES TAVARES	89	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 319	16/12/1991
CARLOS HENRIQUE TEIXEIRA MORETZ SOHN	88	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRE SI nº 326	19/12/1991
CARLOS LEONARDO BONFIM DEOLINDO	277	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DO JUIZ FEDERAL	PORTARIA/PRE SI nº 028	07/01/2005
CARLOS VAZ DE SOUSA	583	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA nº 206	19/02/2016
CARMEN LUCIA CASTELO BRANCO ROCHA CAMPELO	124	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 114/94	27/05/1994
CARMOSINA DE LOURDES MARTINS RAMOS PORTELA	706079	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 25A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1989-80.2021	15/02/2021

CASSANDRA HIDD VASCONCELLOS	26	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO	PORTARIA/PRE SI nº 284	17/09/1992
CATARINA ELETICE PINHO GOMES	213	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 07A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 513/97	12/12/1997
CATIA CILENE MEDEIROS FALCAO SILVA	700962	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 16A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 9727-49.2021	05/07/2021
CELSO PEREIRA PAULO NETO	629	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-1	GABINETE DO JUIZ TOGADO 1	PORTARIA/PRE SI nº 1312	31/10/2017
CHARLANE SANTOS PORTELA LOUREIRO	316	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS	PORTARIA/PRE SI nº 068	13/01/2005
CHRISTIANNA DO NASCIMENTO SOARES	281	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-1	GABINETE DO JUIZ JURISTA 1	PORTARIA/PRE SI nº 173	12/03/2008
CHRISTIANNE MARIA DOS REIS BASTOS RIBEIRO	284	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 035	07/01/2005
CICERO GISCARD DE ALENCAR FEITOSA	999841	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 40A ZONA	RESOLUCAO TSE nº 22660	27/08/2009
CINTIA CRONEMBERGER DO VALE	338	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/PRE SI nº 090	13/01/2005
CINTIA MENDES DE SOUSA BENTO	703787	REQUISITADA	-	CARTORIO 11A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 91-74	12/12/2020
CLARISSE NUNES DE CARVALHO	409	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AO 1º GRAU NA EJE	PORTARIA/PRE SI nº 173	01/02/2006
CLAUDIA ALVES MAGALHAES RAPOSO	368	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	COORDENADORIA TÉCNICA	PORTARIA/PRE SI nº 121	13/01/2005
CLAUDIA CRISTINA LUSTOSA BRANDAO	706093	REQUISITADA	-	CARTORIO 43A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 15586-62.2021	13/10/2021
CLAUDIA LAISE REIS MARTINS PADUA	1000878	REQUISITADA	CJ-2	GABINETE DA COORD. DE CONTRATAÇÕES E PATRIMÔNIO	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PI nº 741	13/09/2019
CLEIDE MARIA CAVALCANTE CARVALHO	334	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 91A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 086	13/01/2005
CLEOFO FERREIRA DA SILVA	169	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRE SI nº 375/95	27/12/1995
CLEUZA DE JESUS NEVES FONSECA	703670	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 22A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 9531-30.2021	24/06/2021

CLICIA MARQUES NOGUEIRA COELHO	228	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRE SI nº 317	26/07/2000
CONCEICAO DE MARIA ALMEIDA LEAL DO MONTE	435	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 64A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 544	08/06/2006
CONCEICAO DE MARIA BARROS CRUZ	379	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 97A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 132	13/01/2005
CONCEICAO DE MARIA DE LIMA VIEIRA	703568	REQUISITADA	-	CARTORIO 03A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9031-52.2021	05/07/2021
CONCEICAO DE MARIA GOMES LEAL	401	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 18A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 163	01/02/2006
CONCEICAO DE MARIA MENDES DE MENESES CARVALHO	433	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 562	08/06/2006
CRISTIANE FALCAO NOGUEIRA	297	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORD. DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 049	07/01/2005
CRISTIANNIA RIBEIRO MOURA LOPES DE ARAUJO	304	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA COORD. DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 056	07/01/2005
DANIEL GOMES EVARISTO	348	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E CIÊNCIA DE DADOS	PORTARIA/PRE SI nº 101	13/01/2005
DANIELA BANDEIRA DE CARVALHO	1000921	REQUISITADA	FC-04	NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E CIÊNCIA DE DADOS	PORTARIA nº 517	11/08/2021
DANIELA MARTINS DUARTE	280	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 62A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 031	07/01/2005
DANILO CARVALHO FRANCO PEREIRA	615	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 845	26/07/2017
DANILO DOS SANTOS VERAS JUNIOR	147	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 272	21/06/1994
DANILO NASCIMENTO CRUZ	400	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 162	01/02/2006
DATIANA SARA LAGO DAMASCENO	1000320	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 08A ZONA	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 706	19/12/2013
DAVID RIBEIRO DOS SANTOS	111	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE AUDITORIA DE	PORTARIA/PRE SI nº 356	14/07/1993

				LICITAÇÕES E CONTRATOS		
DEBORA RODRIGUES FREITAS	657	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 13A ZONA	PORTARIA nº 1144	04/12/2020
DEBORAH TAJRA FONTELES	706070	REQUISITADA	CJ-2	GABINETE DA COORD.DE REG. PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	PORTARIA nº 66	27/01/2021
DEIMYSON ALCANTARA FRANCA	594	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	PORTARIA/PRE SI nº 1292	30/08/2016
DELCIMAR ARAUJO DA SILVA	703582	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 14A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8847-63.2021	05/07/2021
DELMA MARIA LIMA DE SOUSA	703602	REQUISITADA	-	CARTORIO 72A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9545-89.2021	05/07/2021
DENISE VIEIRA BERGER MIRANDA	1000915	RAQUISITADA	CJ-3	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA nº 264	07/04/2020
DONARDO BORGES DO NASCIMENTO MELO E SILVA	466	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	PORTARIA/PRE SI nº 722	03/07/2006
DORA ALVES DA SILVA	706016	REQUISITADA	-	CARTORIO 63A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9696-82.2021	05/07/2021
DOUGLAS RAMALHO DA SILVA RIBEIRO	706063	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 61A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0021533-77.2020	04/02/2021
EDILMENE NUNES HOLANDA	427	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRE SI nº 367	15/03/2006
EDILSON COSTA BARROS	123	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS E ATOS CARTORÁRIOS	PORTARIA/PRE SI nº 233/94	22/06/1994
EDILSON FRANCISCO RODRIGUES	640	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 1707	09/04/2019
EDIVALDO EMIDIO DE OLIVEIRA	704086	REQUISITADO	-	CARTORIO 47A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.013-90.2021	20/12/2021
EDMAR HOLANDA LUZ	439	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-3	GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA	PORTARIA/PRE SI nº 538	08/06/2006
EDNALDO LIMA DA SILVA	431	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 548	08/06/2006

ELBERT SOUSA	328	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS, INSPEÇÕES E CORREIÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 080	13/01/2005
ELDRO CESAR GONCALVES MOURA REIS	471	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 57A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 624	22/06/2006
ELIANA DA SILVA CRUZ	536	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 61A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1220	22/11/2010
ELIANE DE MOURA OLIVEIRA	700835	REQUISITADA	-	CARTORIO 07A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 7936-72.2021	05/07/2021
ELIAS DE FREITAS DUTRA JUNIOR	345	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA NA ÁREA DE PESSOA	PORTARIA/PRE SI nº 097	13/01/2005
ELIZETE LOIOLA	652	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA	PORTARIA nº 197	02/03/2020
ELIZIANNE ROCHA DE ARAUJO MARTINS	232	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 111	12/01/2001
ELY ARAUJO FREITAS CARDOSO	705004	REQUISITADO	-	CARTORIO 30A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 19063-35.2021	14/12/2021
EMERSON LEO DA SILVA	503	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 02A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 314	30/03/2010
ERICA THAIS ALVES DE OLIVEIRA	706091	REQUISITADA	-	CARTORIO 63A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 3986-52.2019	04/10/2021
ERISVALDO ALVES DA SILVA	703871	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 48A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 4198-50.2021	06/04/2021
ERISVALDO LEAL E SILVA	703442	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 39A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 7814-60.2021	04/07/2021
ERLANY MENDES DE CARVALHO	705085	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 05A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 11406-20.2021	28/09/2021
ERNANI MONTE BARROS	402	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO À PRESTAÇÃO DE CONTAS	PORTARIA/PRE SI nº 164	01/02/2006
ESDRAS VIANA LIMA	94	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 331	23/12/1991

ESTHER MARIA DE SA CASTELO BRANCO	162	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	PORTARIA/PRE SI nº 113/94	27/05/1994
ETEVALDO CANDIDO CUSTODIO	332	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO	PORTARIA/PRE SI nº 084	13/01/2005
ETEVALDO MATOS GALVAO	176	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 402	28/12/1995
EUCHARDES DE CASTRO COSTA	220	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 352	17/07/1998
EUDNAIDE AGUIAR CASTRO	475	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 695	29/06/2006
EXPEDITO PEREIRA DA SILVA FILHO	216	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AO 1º GRAU NA OUVIDORIA	PORTARIA/PRE SI nº 275	25/06/1998
FABIANO CARVALHO DE OLIVEIRA	999830	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS, INSPEÇÕES E CORREIÇÕES	PORTARIA/DG nº 10	28/07/2009
FABIANO RODRIGUES MENDONCA MIRANDA	566	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	GABINETE DA COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	PORTARIA/PRE SI nº 0796	28/06/2013
FABIO AIRES GRANJA	300	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO 1º GRAU NO GABJF	PORTARIA/PRE SI nº 052	07/01/2005
FABIO DE SOUZA CHINELATE	498	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 309	30/03/2010
FABIO SOUSA SILVA	373	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 54A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 126	13/01/2005
FABRICIA MARIA RODRIGUES DE SENA	705086	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 21A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0022419-02.2020	08/11/2020
FABRICIO DIAS DE NOBREZA	706043	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 20A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21157-20.2020	01/01/2021
FELICIANO SOUSA FILHO	211	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA/PRE SI nº 361	15/09/1997
FELIPE ABREU ARAUJO	661	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 88A ZONA	PORTARIA nº 177	18/03/2021
FELIPE RAMON MARTINS BEZERRA	1000912	REQUISITADO	CJ-1	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	PORTARIA nº 249	07/04/2020

FELIX VALOIS CARVALHO FERREIRA	2285118	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 02A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 625	26/11/2007
FERNANDA GOMES MONTEIRO LIMA	233	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-1	GABINETE DO JUIZ FEDERAL	PORTARIA/PRE SI nº 607	14/11/2007
FERNANDA ROSA RIBEIRO FREIRE	309	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 062	07/01/2005
FERNANDO MAZZA DE CASTRO ALENCAR	351	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 104	13/01/2005
FLAVIA FONTENELE FERREIRA	1000531	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	RESOLUCAO TSE nº 23092	11/09/2015
FLAVIA RAPHAELA FRANCO MONTEIRO BARRETO	429	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	PORTARIA/PRE SI nº 550	08/06/2006
FLAVIENO LEAL DE DEUS	420	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 169	01/02/2006
FLAVIO ANSELMO RODRIGUES LEAL	331	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 25A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 083	13/01/2005
FLAVIO NASCIMENTO CRUZ	565	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	PORTARIA/PRE SI nº 0269	14/03/2013
FLORIA TOSCA FERREIRA MENDES TEIXEIRA NEIVA	634	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/MA nº 1061	09/11/2018
FRANCILDA FRANCISCA DE ALENCAR CARVALHO	700904	REQUISITADA	-	CARTORIO 38A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
FRANCIMAR LOPES VASCONCELOS	22	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
FRANCISCA APARECIDA LEITE	142	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 37A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 270	21/06/1994
FRANCISCA DE DEUS LIMA NONATO	705096	REQUISITADA	-	CARTORIO 56A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7248-31.2019	02/06/2019
FRANCISCA DE DEUS LIMA NONATO	705096	REQUISITADA	-	CARTORIO 56A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7248-31.2019	02/06/2019
FRANCISCA ERIKA AGUIAR CANUTO	315	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DO JUIZ FEDERAL	PORTARIA/PRE SI nº 067	13/01/2005
FRANCISCA NAZIDE PEREIRA AGUIAR	2	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 196	09/08/1989
FRANCISCA SALVELINA DOS SANTOS CARVALHO	227	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 46	04/02/1999

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA	999339	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 34A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 299	01/08/2017
FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA FONTENELE	705071	REQUISITADO	-	CARTORIO 96A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	04/07/2021
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES CARVALHO	704075	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 06A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9098-08.2021	21/08/2021
FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA GOMES	189	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	GABINETE DO JUIZ JURISTA 2	PORTARIA/PRESI nº 388	28/12/1995
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVEIRA MAGALHAES	48	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
FRANCISCO DIOGENES FACANHA PIRES	648	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PI nº 722	09/09/2019
FRANCISCO GOMES DA SILVA NETO	713571	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 44A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12431-48.2021	26/09/2021
FRANCISCO GOMES NUNES	703782	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 17A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7017-53.2021	05/07/2021
FRANCISCO JURAMAR LEITAO MACHADO	655	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA nº 685	01/12/2020
FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA	535	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRESI nº 1020	15/09/2010
FRANCISCO PIRES DE SOUSA	423	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA/PRESI nº 369	15/03/2006
FRANCISCO VARTON POLICARPO ARRAIS	288	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 28A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 040	07/01/2005
FRANCISCO XAVIER FILHO	61	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	PORTARIA/PRESI nº 147	06/11/1985
GABRIEL LIMA CAMPELO	639	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA COORDENADORIA TÉCNICA	PORTARIA nº 930	12/03/2019
GASPAR NOLETO DOS SANTOS	1000020	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	OFÍCIO nº 2756	08/11/2011
GAUDETE DE SOUSA MENDES CALAND	314	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRESI nº 039	07/01/2005

GEORGIA HELENA FREITAS E SILVA	546	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 97A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 0825	22/09/2011
GEORGYANNE ALVES CARVALHO NEVES	307	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 060	07/01/2005
GILBERTO GUEDES FERNANDES	132	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA/PRE SI nº 289/94	27/06/1994
GILDA GRANJA GOIS	294	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRE SI nº 046	07/01/2005
GILDARTE CRONEMBERGER LOBAO DO REGO	428	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 47A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 545	08/06/2006
GILVANETE VIEIRA DE SOUSA	7703129	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 43A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8849-43.2021	05/07/2021
GILZEDA BARROS BRITO	108	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 330	22/06/1993
GINA DE ALMENDRA FREITAS COSTA DA ROCHA	181	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA	PORTARIA/PRE SI nº 380	28/12/1995
GIORDANY CARVALHO CAMARÇO	664	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA nº 265	10/12/2021
GIRLANE MUNIZ GOMES ROCHA	367	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA	PORTARIA/PRE SI nº 120	13/01/2005
GISELLE MARIA TELES FERREIRA DA MATA	526	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 836	09/08/2010
GISLANE MARIA RUFINO LOPES DE MACEDO	185	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DA COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO	PORTARIA/PRE SI nº 389	28/12/1995
GIULIANO KID AZANBUJA	465	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 43A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 717	03/07/2006
GLEIDIANE FONTINELE CASTRO	703822	REQUISITADA	-	CARTORIO 41A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5623-36.2021	23/05/2021
GLEIDSON CAVALCANTI DE LIMA	635	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INSTITUCIONAL	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/MA nº 1061	09/11/2018
GONCALO BASILIO DE SOUSA NETO	700792	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 08A ZONA	DECISÃO nº 370	26/01/2021
GUILHERME SOARES CAMPOS NOGUEIRA	604	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 37A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1525	14/11/2016

GUSTAVO DUARTE ALMEIDA CARVALHO	560	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 52A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1691	24/10/2012
HANDERSON CARDOSO BARROS	1000729	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 27A ZONA	RESOLUCAO TSE nº 23092	25/10/2017
HAROLDO PIRES REBELO	408	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO CONTRATUAL	PORTARIA/PRE SI nº 172	01/02/2006
HAYDEE MONTE LAGES DO NASCIMENTO	207	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	COORDENADORIA TÉCNICA	PORTARIA/PRE SI nº 657	14/08/2008
HEANES JOSE DE SOUSA SILVA	1000304	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 49A ZONA	RESOLUCAO TSE nº 23092	25/11/2013
HEDIANE LIMA XAVIER	226	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 26	12/01/1999
HENRIQUE CONDE VIEIRA	149	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORD. DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 544/94	19/09/1994
HORTENCIA FERREIRA BONFIM ALBANO	1000303	REQUISITADA	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1126-02.2021	03/03/2021
HUGO DE REZENDE PINTO	644	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 79A ZONA	PORTARIA nº 642	09/08/2019
HUGO LEONARDO FERREIRA LEITE	287	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS, INSPEÇÕES E CORREIÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 038	07/01/2005
HUMBERTO ALENCAR PEREIRA GALVAO	445	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 557	08/06/2006
IAGO VITOR DA SILVA SANTOS	1000877	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 53A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 702	02/09/2019
IANE DE MORAES PIRES	380	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 133	13/01/2005
IARA RODRIGUES FERREIRA MORAIS DOS SANTOS	422	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 366	15/03/2006
IEMARA FEITOSA MELO	274	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRE SI nº 025	07/01/2005
IGLESIO PEDROSA DE MIRANDA	706081	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 79A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 3006-86.2021	09/03/2021

ILANA CINTHIA FERREIRA ALENCAR	1000581	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	RESOLUCAO TSE nº 23092	-
ILDJANE REGIA DA PAZ ARAUJO	369	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 122	13/01/2005
INACIA LOPES DA SILVA	389	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	PORTARIA/PRE SI nº 1.009	09/11/2005
INAIARA ALBUQUERQUE MADEIRA NORONHA	381	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INSTITUCIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 183	18/01/2005
IOLEIDE BISPO RIBEIRO OLIVEIRA	706087	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 59A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 4105-54.2021	02/06/2021
IRACEMA LOBO LIMA	494	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA	PORTARIA/PRE SI nº 255	16/03/2010
IRANILDO RODRIGUES SAMPAIO	608	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 41A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1577	14/11/2016
ISABEL CRISTINA TEIXEIRA DE SOUSA	700296	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 30A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 101-66.2021	16/09/2021
ISABEL DE SOUSA TORRES	303	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 055	07/01/2005
ISAEAL CARDOSO DAS CHAGAS	50	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
ISIS EUGENIA RIBEIRO DE MOURA	1000911	REQUISITADO	CJ-2	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA nº 247	07/04/2020
ITALO FERNANDES DA SILVA	660	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 35A ZONA	PORTARIA nº 178	18/03/2021
IVAN STRAATMANN	702304	REQUISITADO	-	CARTORIO 03A ZONA	OFÍCIO TRE/PI nº 999	27/10/2003
IVANA DE MACEDO RODRIGUES	470	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 711	30/06/2006
IVO FARIAS CAVALCANTE	125	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 284	21/06/1994
JACIRA SILVA MORAIS	706083	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 11A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 1682-71.2021	15/03/2021
JACOB ALVES PESSOA JUNIOR	301	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA	PORTARIA/PRE SI nº 053	07/01/2005
JAILSON CAMPELO DOS PASSOS	706075	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 58A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 1153181	07/01/2021

JAIME LOPES DE SOUZA JUNIOR	119	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA TÉCNICA	PORTARIA/PRE SI nº 127	27/05/1994
JAIR MARTINS NOGUEIRA	459	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS	PORTARIA/PRE SI nº 696	29/06/2006
JAIRO EVERALDO PORTELA DE CARVALHO	261	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-05	ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA SAOF	PORTARIA/PRE SI nº 012	06/01/2005
JAIRO MENDES SOARES MARTINS	171	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE LOGÍSTICA E INFORMAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 390	28/12/1995
JAMES DEAN OLIVEIRA DA SILVA	523	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 671	12/07/2010
JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES	658	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 69A ZONA	PORTARIA nº 1145	04/12/2020
JANILDO DOS SANTOS SILVA	706089	REQUISITADO	-	CARTORIO 04A ZONA	-	-
JANSON RICHARD QUARESMA NEGREIROS	630	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/PRE SI/TRE-PA nº 17480	01/02/2018
JARDEL ROCHA SANTOS	703784	REQUISITADO	-	CARTORIO 14A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.525-59.2021	12/11/2021
JAVANIA PORTO NOLETO SILVA	706056	REQUISITADA	-	CARTORIO 97A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11246-10.2021	08/10/2021
JILVYANE DE MOURA PESSOA WERNEK	291	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-1	GABINETE DO JUIZ TOGADO 2	PORTARIA/PRE SI nº 043	07/01/2005
JOANA DARC SOUSA MACEDO LIMA	133	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-2	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	PORTARIA/PRE SI nº 273	21/06/1994
JOANA RODRIGUES DE SOUSA	399	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 97A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 161	01/02/2006
JOAO ALVES CAVALCANTE NETO	197	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SECAO DE APOIO AO USUÁRIO	PORTARIA/PRE SI nº 391	28/12/1995
JOAO COSTA NETO	703459	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 35A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03201-09.2021	05/07/2021
JOAO LUIS LEITE GALVAO	47	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AO 1º GRAU NA CRE	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
JOAO LUIZ DE ARAUJO JUNIOR	270	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 30A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 021	07/01/2005

JOAO OLIVEIRA SILVA	138	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 96A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 128	27/05/1994
JOAO PINTO DA SILVA FILHO	110	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 390	11/08/1993
JOAO ROBERT LIMA CARDOSO	1000071	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	-	-
JOAO ROBERTO MARTINS GRANJA	647	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS	PORTARIA TSE nº 589	02/09/2019
JOAQUIM FRANCISCO DE ALMEIDA FILHO	180	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	PORTARIA/PRE SI nº 382	28/12/1995
JOBSON OLIVEIRA BRAGA	704061	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 95A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002742-21.2021	05/07/2021
JOHNNY WELLINGTON CHAVES DE ANDRADE E SILVA	999960	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 17A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 5	28/01/2011
JONAS DA COSTA E SILVA	384	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 668	19/08/2005
JONAS PEREIRA GOUDINHO	187	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA/PRE SI nº 398/95	28/12/1995
JORGE ELAU BARROS DA SILVA	202	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 716	02/10/1996
JORGE LUIZ GONCALVES DA SILVA	84	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 327/91	19/12/1991
JORGE LUIZ LEITE	67	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORD. DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 043	25/08/1987
JOSE ALVES SIQUEIRA FILHO	114	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORD. DE APOIO ADMINISTRATIVO	PORTARIA/PRE SI nº 04	24/01/1994
JOSE BAYMA FACANHA	92	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/PRE SI nº 321	19/12/1991
JOSE DE ARIMATEA BORGES DE CARVALHO	42	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
JOSE DE RIBAMAR PORTELA DE CARVALHO	1000462	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	RESOLUCAO TSE nº 23092	07/01/2015

JOSE DO EGITO LIGORIO GONCALVES DE MESQUITA	249	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DO JUIZ JURISTA 2	PORTARIA/PRE SI nº 679	20/10/2004
JOSE FRANCISCO ALVES DE SOUSA	704039	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 37A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
JOSE FRANCISCO DE ANDRADE FILHO	208	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 354	05/09/1997
JOSE FRANCISCO DE MORAIS MACHADO	2285120	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 164	28/11/1985
JOSE LUIS PEREIRA DOS SANTOS	59	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 138	22/10/1985
JOSE MARIA GONCALVES TELES	1000259	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORD. DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO	RESOLUCAO TSE nº 23092	07/06/2013
JOSE MARK FERREIRA NUNES	173	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 96A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 383/95	28/12/1995
JOSE NAZARENO GONCALVES	638	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE-SP nº 270	08/02/2019
JOSE OLIVEIRA DIAS	519	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	PORTARIA/PRE SI nº 457	12/05/2010
JOSE ROBERTO DE SOUSA BRITO	419	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 71A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 146	01/02/2006
JOSUE SARAIVA DE OLIVEIRA	703799	REQUISITADO	-	CARTORIO 47A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05072021	05/07/2021
JOSYANNE DE MORAES FREITAS CELESTINO	355	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE PAGAMENTOS	PORTARIA/PRE SI nº 108	13/01/2005
JOVITA MARIA GOMES OLIVEIRA	552	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA	PORTARIA/PRE SI nº 694	17/05/2012
JOZIELE COIMBRA BORGES DE ANDRADE	999988	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 102	18/01/2011
JULIANA LEITE SILVEIRA	426	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	PORTARIA/PRE SI nº 368	15/03/2006
JULIANA MARINHO MELO MARTINS	290	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AO 1º GRAU NA EJE	PORTARIA/PRE SI nº 042	07/01/2005
JULIANA VILARINHO DA ROCHA	254	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS	PORTARIA/PRE SI nº 005	06/01/2005

				E ATOS CARTORÁRIOS		
JULIANO ALEXANDRE DE MELO SIMOES	613	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 56A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 842	26/07/2017
JUSSARA MARQUES ROCHA PEREIRA	151	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA SECRETARIA DE ADM., ORÇAMENTO E FINANÇAS	PORTARIA/PRE SI nº 551/94	19/09/1994
KAROLINA BARBOSA ALMEIDA	614	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 28A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 844	26/07/2017
KATYUSCIA DIAS GOMES VIANA	394	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA COTEC	PORTARIA/PRE SI nº 145	01/02/2006
KELLY CAVALCANTE DE ALMEIDA LUSTOSA	366	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	PORTARIA/PRE SI nº 119	13/01/2005
KELSON NOBRE VERAS	224	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 353/98	17/07/1998
KILSON JOSE DE SOUSA ANDRADE	532	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRE SI nº 966	27/08/2010
LAIS CAVALCANTE DE MOURA	706086	REQUISITADA	-	CARTORIO 61A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 3520- 45.2021	01/05/2021
LARA NOBRE TUPINAMBA	263	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	GABINETE DA COORD.DE REG. PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 014	06/01/2005
LARISSA ESTHERPHANE CACHO DE OLIVEIRA	646	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 32A ZONA	PORTARIA nº 644	09/08/2019
LARISSA RIBEIRO MENDES FERRO	1000917	REQUISITADA	FC-06	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA nº 316	13/04/2020
LARISSA SUELLEN FERNANDES DA SILVA	625	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 90A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1080	15/09/2017
LEILA DE ARAUJO DA SILVA	468	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 43A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 560	08/06/2006
LEONARDO FRANCA LIMA DO VALE	282	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 033	07/01/2005
LEONARDO MORAES JUNIOR	256	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE ACOMPANHAMEN TO DO CADASTRO ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 007	06/01/2005
LEONARDO REGO GASPAR FERREIRA	616	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E	PORTARIA/PRE SI nº 846	26/07/2017

				GESTÃO CONTRATUAL		
LEONARDO SARAIVA E SILVA	178	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	PORTARIA/PRE SI nº 370/95	27/12/1995
LEONARDO SILVA DOS SANTOS	405	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 68A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 167	01/02/2006
LIANA BRANDAO DAMASCENO FONTES	339	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 091	13/01/2005
LIDIANE LOPES LIMA	296	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	PORTARIA/PRE SI nº 048	07/01/2005
LILIAN SOUSA RIEDEL	9	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 195	09/08/1989
LIS ANGELICA NEVES DE MOURA	311	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 064	07/01/2005
LIVIA PADUA REIS	637	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 80A ZONA	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PI nº 86	18/01/2019
LIVIO DE CASTRO AMORIM	269	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 09A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 020	07/01/2005
LIVIO ROGERIO SOUSA COSTA	363	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA/PRE SI nº 116	13/01/2005
LOIANE BARROS SILVA	705009	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 26A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 4949- 06.2021	19/04/2021
LUANA ALMERINDA CARVALHO MARTINS	706055	REQUISITADA	-	CARTORIO 02A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 11546- 63.2021	30/09/2021
LUCIANA VILARINHO DA ROCHA NUNES	90	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE PESSOAL	PORTARIA/PRE SI nº 318	16/12/1991
LUCIMEIRE BARROSO DO CARMO	412	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 11A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 186	02/02/2006
LUCIO FLAVIO MACENA MACIEL	706072	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 13A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 12642- 80.2021	06/10/2021
LUCIRENE MENDES FERREIRA	706082	REQUISITADA	-	CARTORIO 74A ZONA	DECISÃO nº 1199316	03/03/2021
LUCY GABRIELLI OLIVEIRA SIMEAO AQUINO	636	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 18326	19/12/2018
LUCYNE PEREIRA MOURA	361	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO CONTRATUAL	PORTARIA/PRE SI nº 114	13/01/2005
LUIZ BORGES DE SOUZA NETO	276	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 10A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 027	07/01/2005

LUIZ FORTES CASTELO BRANCO NETO	271	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE ACÓRDÃO E RESOLUÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 022	07/01/2005
LUIZA FREITAS RIBEIRO GONCALVES PARENTE	607	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE PESSOAL	PORTARIA/PRE SI nº 1578	14/11/2016
LYA RACHEL BRANDAO E MENDES PINHEIRO	360	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 113	13/01/2005
LYDIA CASTELO BRANCO FALCAO LOPES	1000744	REQUISITADA	CJ-1	GABINETE DA COORDENADORIA DE PESSOAL	PORTARIA/PRE SI nº 23	10/01/2018
LYLIA SOUSA GOMES DE VASCONCELOS	533	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI nº 1018	13/09/2010
MAGNA MARIA DE OLIVEIRA DUARTE	398	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 160	01/02/2006
MAIRA CHAVES LAGES WATKINS	236	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRE SI nº 217	09/05/2001
MANOEL ALEX DA SILVA	706094	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 29A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 14631-73.2021	03/11/2021
MARA JORDANE SILVA PINTO	390	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA AO 1º GRAU NA OUVIDORIA	PORTARIA/PRE SI nº 1.004	09/11/2005
MARA LUCIA COSTA DA SILVA	703936	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 09A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6839-31.2021	05/07/2021
MARCELO ANDRADE DE SOUSA	1000403	REQUISITADO	FC-03	SEÇÃO DE LOGÍSTICA E INFORMAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 041	10/09/2014
MARCELO DOS SANTOS BANDEIRA	581	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/PRE SI nº 684	08/07/2015
MARCELO GEOVANNY SANTOS LIMA	364	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 47A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 117	13/01/2005
MARCELO REGIS DE VASCONCELOS	455	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS, INSPEÇÕES E CORREIÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 692	29/06/2006
MARCELO VERAS ARAUJO	242	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 255	10/04/2003

MARCIA REGINA DA SILVA	706052	REQUISITADA	-	CARTORIO 07A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5971-59.2021	29/05/2021
MARCIA VALERIA DE ARAUJO FERREIRA REBELO SAMPAIO	436	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRESI nº 530	08/06/2006
MARCILIO DE OLIVEIRA RUFINO	330	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 64A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 082	13/01/2005
MARCIO ALVES CALADO	1000914	REQUISITADO	CJ-1	ASSESSORIA DA CORREGEDORIA	PORTARIA nº 328	23/04/2020
MARCIO IGO CARVALHO RIBEIRO GONCALVES	574	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SECAO DE APOIO AO USUÁRIO	PORTARIA/PRESI nº 1358	23/10/2013
MARCIO PORTELA VELOSO BOAVISTA	1000920	REQUISITADO	-	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 9214-66	30/04/2020
MARCO ANTONIO DE SOUSA NOGUEIRA	413	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 187	02/02/2006
MARCO ANTONIO PEREIRA	701621	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 96A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0007663-20.2021	01/09/2021
MARCONDES RAMOS DO VALE	1000774	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 41A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 427	14/05/2018
MARCONIO GALVAO LOPES	631	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRESI/TRE-SP nº 24	01/03/2018
MARCOS ANTONIO GOMES DOS SANTOS	463	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 74A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 631	22/06/2006
MARCOS ANTONIO SOUSA E SILVA	184	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS	PORTARIA/PRESI nº 384	28/12/1995
MARCOS AURELIO AVELINO DE SOUSA	703923	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 46A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
MARCOS VICTOR TEIXEIRA COLACO	595	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRESI nº 1293	30/08/2016
MARGARET ALACOQUE DE AMORIM	473	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 04A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 723	03/07/2006
MARIA ARTEIRIA FERNANDES CASTRO	701503	REQUISITADA	-	CARTORIO 91A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11817-96.2021	04/07/2021
MARIA AURENIDES DE SANTIAGO	703580	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 40A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
MARIA CRISTIANE DAMASIO PEREIRA MACAMBIRA	653	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E DE	PORTARIA/PRESI nº 549	11/03/2020

				ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO		
MARIA DE FATIMA FAUSTINO ARAUJO	706071	REQUISITADA	-	CARTORIO 40A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 1058541	06/10/2020
MARIA DILMA DE ANDRADE GOMES CARVALHO	700487	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 71A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9531-30.2021	02/06/2021
MARIA DO AMPARO ARAUJO	130	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO À PRESTAÇÃO DE CONTAS	PORTARIA/PRE SI n° 276	21/06/1994
MARIA DO ROSARIO SOUSA RODRIGUES	1000918	REQUISITADA	FC-06	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INSTITUCIONAL	PORTARIA n° 319	13/04/2020
MARIA DO SOCORRO DO MONTE SOARES	18	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PORTARIA/PRE SI n° 34	30/06/1987
MARIA DO SOCORRO GUILHERME DE CARVALHO	177	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	SECAO DE APOIO AO USUÁRIO	PORTARIA/PRE SI n° 394	28/12/1995
MARIA DO SOCORRO RODRIGUES RIBEIRO	272	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 32A ZONA	PORTARIA/PRE SI n° 023	07/01/2005
MARIA EDILEUSA GOMES	706080	REQUISITADA	-	CARTORIO 34A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 2598-36.2021	08/03/2021
MARIA EDINALVA ALVES CRUZ	703542	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 41A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7316-55.2021	05/07/2021
MARIA ELIANA VIEIRA DE OLIVEIRA GUEDES	477	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 04A ZONA	PORTARIA/PRE SI n° 690	29/06/2006
MARIA ELISABETH DE SOUSA AGUIAR SCHUCK	70	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	PORTARIA/PRE SI n° 107	12/08/1988
MARIA FABRICIA BRITO CAMPELO	198	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA/PRE SI n° 148	26/03/1996
MARIA GOMES DOS SANTOS NETA	1000012	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 05A ZONA	PORTARIA/PRE SI n° 917	24/10/2011
MARIA GRACIELE SILVEIRA SANTOS SILVA	592	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO ÀS ATIVIDADES DA PRE	PORTARIA/PRE SI n° 1290	30/08/2016

MARIA IZABEL DE MELO VIEIRA REIS	628	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 94A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1307	31/10/2017
MARIA LUCIA FERREIRA DA COSTA	703922	REQUISITADA	-	CARTORIO 38A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
MARIA LUCIA VIEIRA	700507	REQUISITADA	-	CARTORIO 09A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6480-81.2021	30/05/2021
MARIA MARGARETE VALENTE RIBEIRO	999568	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 36A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 999	29/10/1999
MARIA MONICA DA SILVA VIVEIROS	40	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
MARIANA FIGUEIREDO DE BRITO NERY	547	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-1	GABINETE DO JUIZ JURISTA 2	PORTARIA/PRE SI nº 1082	02/12/2011
MARIO RODRIGUES CAVALCANTE FILHO	68	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 169	09/07/1991
MARIZETE ALVES FORTES	700524	REQUISITADA	-	CARTORIO 07A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7936-72.2021	05/07/2021
MARJORIA DE PAULA SOARES	665	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 95A ZONA	PORTARIA nº 903	31/12/2021
MARLI FLORIPES RODRIGUES DE CARVALHO	703546	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 90A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	05/07/2021
MARLIA MONTEIRO MARTINS	579	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO ÀS ATIVIDADES DA PRE	PORTARIA/PRE SIDÊNCIA TRT2ªR nº 603	25/06/2015
MARTONY DEMES DA SILVA	603	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SECAO DE APOIO AO USUÁRIO	PORTARIA/PRE SI nº 1302	30/08/2016
MATHEUS LEONCIO MARTINS DO NASCIMENTO	703889	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 18A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15386-33.2021	06/12/2021
MAURICIO DE MORAIS MACHADO	44	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
MAURO ALVES DOS SANTOS	54	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 136	22/10/1985
MAURO CESAR COSTA CAVALCANTE	557	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 06A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 832	20/06/2012
MAX ZARAK NUNES VIEIRA	283	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 20A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 034	07/01/2005
MAYCE VERAS MAIA SANTOS	357	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRE SI nº 110	13/01/2005

MAYRA LUCENA DE CARVALHO LIMA ROCHA	706060	REQUISITADA	-	CARTORIO 97A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 18109502019	03/02/2020
MAYZA DE SENA MARTINS SOARES MENDES	706062	REQUISITADA	-	CARTORIO 02A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18598-47	28/01/2021
MELCA TUPINAMBA CALAND QUEIROZ	246	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/PRESI nº 757	17/12/2003
MESSIAS PEREIRA DA SILVA	476	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 03A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 701	30/06/2006
MHARIO EUGENIO DE CASTRO RAMOS	486	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRESI nº 748	30/10/2009
MICILANDIA PEREIRA DE SOUSA	706088	REQUISITADA	-	CARTORIO 02A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 14839-75.2020	08/06/2021
MILTON LEAL DE SOUSA	203	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 129-A	26/05/1997
MIRAN VIEIRA DE SOUSA SILVA	417	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	ASSISTÊNCIA À GESTÃO ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA/PRESI nº 204	06/02/2006
MIRIAN DE JESUS BRITO	703581	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 53A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9531-30.2021	06/07/2021
MONYA DA SILVA SANTOS MARQUES LOIOLA	578	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DO JUIZ JURISTA 1	PORTARIA/PRESI nº 0036	16/01/2015
MYRNA DOS REIS VELOSO SOARES	347	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRESI nº 099	13/01/2005
NADIA MARIA DUTRA LAGES NUNES	182	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 04A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 369/95	27/12/1995
NADJA MARCELA MELO SILVA SANTIAGO	166	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO	PORTARIA/PRESI nº 368	27/12/1995
NALYTON E SILVA COSTA	356	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRESI nº 109	13/01/2005
NARCISA BARROS BRITO	633	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA nº 991	01/11/2018
NILDES MARIA BOAVISTA DE OLIVEIRA	302	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	PORTARIA/PRESI nº 054	07/01/2005
NORBERTO MENDES PESSOA FILHO	563	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DO JUIZ TOGADO 2	PORTARIA/PRESI nº 1906	12/12/2012

ORBILIA DA SILVA BARBOSA DE FRANCA	704097	REQUISITADA	-	CARTORIO 01A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22853-512020	01/01/2021
OSCAR MOREIRA DE CARVALHO FILHO	444	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	PORTARIA/PRESI nº 563	08/06/2006
OSMAN THALES JOSE PEREIRA DA SILVA	651	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 36A ZONA	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PI nº 1066	20/12/2019
OSVALDO CARVALHO RIBEIRO SOBRINHO	703603	REQUISITADO	-	CARTORIO 41A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7319-10.2021	05/07/2021
PATRICIA VILARINHO DA ROCHA	322	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRESI nº 074	13/01/2005
PAULA ANDREIA GOMES RIBEIRO MASCARENHA	1000919	REQUISITADA	FC-06	GABINETE DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 804022.20	15/04/2021
PAULA NAYANA SANTIAGO SOUSA	645	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 72A ZONA	PORTARIA nº 643	09/08/2019
PAULO DAS NEVES E SILVA JUNIOR	584	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/MA nº 1070	01/08/2016
PAULO GUTEMBERG DE CARVALHO SOUZA	118	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORD. DE REG. PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	PORTARIA/PRESI nº 101	31/05/1994
PAULO JORGE CORREIA FERRO	128	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORD. DE SESSÕES E APOIO AO PLENO	PORTARIA/PRESI nº 227/94	22/06/1994
PAULO MARCOS CALLAND DE SOUSA LEITE	168	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS	PORTARIA/PRESI nº 367	27/12/1995
PAULO SERGIO MAGALHAES	95	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRESI nº 315	16/12/1991
PEDRO ALVES LIRA FILHO	346	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 16A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 098	13/01/2005
PEDRO BATISTA DE MELO JUNIOR	703544	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 54A ZONA	DECISÃO nº 648	11/03/2021
PEDRO FERNANDES GUIMARAES	82	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PORTARIA/PRESI nº 325	19/12/1991
PEDRO NOLASCO DE OLIVEIRA SILVA	97	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA COORD. DE SESSÕES E APOIO AO PLENO	PORTARIA/PRESI nº 39	13/02/1992

POLYANA SARAIVA DA SILVA	587	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA	PORTARIA/PRE SI nº 1285	01/09/2016
QUINTINO NUNES DA SILVA FILHO	186	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 400	28/12/1995
RAFAEL COELHO RAMALHO	545	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-05	ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA SAOF	PORTARIA/PRE SI nº 0644	09/08/2011
RAFAEL MOTA MONTEIRO	511	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 33A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 325	30/03/2010
RAIMUNDA REIJANE SOUSA NUNES LIMA	310	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 39A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 063	07/01/2005
RAIMUNDO MENDES DE CARVALHO	706053	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 57A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 11106-96.2021	23/09/2021
RAIMUNDO NONATO DA COSTA	20	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
RAIMUNDO NONATO GONCALVES JUNIOR	474	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA/PRE SI nº 687	29/06/2006
RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA	649	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 163	01/10/2019
RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA	1000521	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 68A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 5912-972018	11/08/2018
RAISSA MARIA ALMEIDA COSTA	527	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	GABINETE DO JUIZ TOGADO 1	PORTARIA/PRE SI nº 838	09/08/2010
RAISSA MARIA LUSTOSA FURTADO	590	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	GABINETE DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRE SI nº 1288	30/08/2016
RAMON EDER DE AMORIM PIMENTEL	703576	REQUISITADO	-	CARTORIO 36A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 25118-18.2020	01/01/2021
RANILDO DE HOLANDA DUARTE	1000892	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 96A ZONA	PORTARIA/DG nº 50	13/09/2019
RAONY LUNA RIBEIRO FERREIRA LIMA	620	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 28A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1062	14/09/2017
RAUL SERGIO ARAGAO VENTURA	273	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	PORTARIA/PRE SI nº 024	07/01/2005
REGINA FLAVIA RIBEIRO DE CARVALHO CASTRO	706092	REQUISITADA	-	CARTORIO 02A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 2362-83.2021	03/11/2021
REINERIO DANTAS CAMPOS VERDES FILHO	562	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 58A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1900	12/12/2012
REJANE FERREIRA PAIVA SOARES	703519	REQUISITADA	-	CARTORIO 32A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO Nº 16.790-77.2021	12/12/2021

RICARDO ARAUJO COELHO	107	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE PAGAMENTOS	PORTARIA/PRE SI nº 333	01/07/1993
RICARDO MARINHO CASTELO BRANCO	30	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	DESPACHO/DG nº 160588	16/05/1988
RICARDO PEREIRA GUEDES	703610	REQUISITADO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1125-17.2021	01/01/2021
RITA DE CASSIA RUFINO DE CARVALHO	295	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA	PORTARIA/PRE SI nº 047	07/01/2005
RIVELINA REMET RODRIGUES DA COSTA	340	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INSTITUCIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 092	13/01/2005
ROBERTO DE AMORIM COELHO	243	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 469/03	10/07/2003
ROBERVAL JOSE DE CARVALHO	703577	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 56A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8845-64.2021	05/07/2021
ROGERIO AGUIAR PORTELA	705013	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 80A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6909-29.2021	06/07/2021
RONALDO ALVES DE SOUSA	705019	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 67A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1276-83.2021	13/05/2021
RONALDO MAIQUE ARAUJO BRAGA	1000913	REQUISITADO	CJ-4	GABINETE DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA nº 250	07/04/2020
ROSANGELA MARIA SANTOS PORTELA	225	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO	PORTARIA/PRE SI nº 408	19/08/1998
ROSELEIDE DE MELO OLIVEIRA CASTRO CARVALHO	262	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	GABINETE DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PORTARIA/PRE SI nº 013	06/01/2005
ROSEMBERG MAIA GOMES	183	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	NÚCLEO DE GOVERNANÇA, GESTÃO E INOVAÇÃO	PORTARIA/PRE SI nº 401	28/12/1995
ROSSANA CANUTO DO REGO MONTEIRO NEIVA	293	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DO JUIZ TOGADO 1	PORTARIA/PRE SI nº 045	07/01/2005
SAMARA DE SOUSA BARROS SOARES	703919	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 34A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15139-04.2021	30/11/2021
SAMARA NOGUEIRA DE CARVALHO	703540	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 72A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9526-83.2021	05/07/2021

SAMIR BATISTA BEZERRA TORRES	564	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 45A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 0106	01/02/2013
SAMUEL OLIVEIRA SANTOS	623	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 67A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1065	14/09/2017
SAVIO ELSON COSTA LIMA	626	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 791	10/11/2017
SEBASTIAO MAIA DA SILVA	703918	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 27A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25369-63.2020	01/01/2021
SEPTIMUS DE CARVALHO MENESES JUNIOR	575	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 49A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1156	26/08/2014
SERGIO GONCALVES DE MIRANDA	448	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE PROCESSOS, PROJETOS E QUALIDADE	PORTARIA/PRE SI nº 554	08/06/2006
SERGIO PORTELA DA COSTA	513	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 29A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 327	30/03/2010
SHEILA MARIA NUNES SANTOS	611	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	RESOLUÇÃO/CNJ nº 146	08/03/2012
SHEYLA MARIA ARAUJO BRITO SULICHIN	215	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PORTARIA/PRE SI nº 209	30/04/1998
SHIRLEY BURLAMAQUI NUNES MAIA	372	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	ASSESSORIA DA CORREGEDORIA	PORTARIA/PRE SI nº 125	13/01/2005
SIDNEI ANTUNES RIBEIRO	204	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 242	21/07/1997
SIDNEY PINHEIRO MORAES	247	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL	PORTARIA/PRE SI nº 381	21/07/2004
SILVANI MAIA RESENDE SANTANA	2285133	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CJ-3	GABINETE DA SECRETARIA DE ADM., ORÇAMENTO E FINANÇAS	PORTARIA/PRE SI nº 52	17/02/1997
SOCORRO DE FATIMA BARBOSA DE ARAUJO BRITO	469	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 97A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 713	30/06/2006
SORAYA CYBELLE LUSTOSA DE SOUSA	543	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO À PRESTAÇÃO DE CONTAS	PORTARIA/PRE SI nº 0604	27/07/2011
SORAYA MARIA SIMEAO FERREIRA	451	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 02A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 556	08/06/2006
STALLONE LIMA VASCONCELOS	541	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 52A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 0358	19/05/2011

STANLEY ALVES DE ANDRADE	641	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	PORTARIA nº 554	04/07/2019
SYLVIA REGINA RIBEIRO DE ANDRADE	91	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 324	19/12/1991
TADEU ALMEIDA MARTINS	258	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	SEÇÃO DE PAGAMENTOS	PORTARIA/PRE SI nº 009	06/01/2005
TADEU NUNES LAGES	559	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 03A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1514	13/09/2012
TAISA MENDES MARTINS LAGES	544	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 91A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 0605	27/07/2011
TALYTA DE CARVALHO SOARES LEAO	1000916	REQUISITADA	CJ-2	GABINETE DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PORTARIA nº 266	07/04/2020
TAMARA KETLYN SAMPAIO REIS NOGUEIRA MATIAS	1000886	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E CIÊNCIA DE DADOS	PORTARIA/DG nº 48	25/09/2019
TANIA MARIA DE CARVALHO TORRES	392	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1.010	09/11/2005
TATIANY TELES SILVA	706085	REQUISITADA	FC-01	CARTORIO 19A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1670-33.2021	05/04/2021
TERESINHA DE JESUS DA COSTA CARVALHO	266	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL	PORTARIA/PRE SI nº 017	07/01/2005
TEREZA CORINA MELO CARVALHO	265	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 24A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 016	07/01/2005
THIAGO DE ARAUJO VIEIRA	1000507	REQUISITADO	FC-06	CARTORIO 97A ZONA	OFÍCIO nº 999	06/06/2015
THIAGO LIMA CAMPELO	659	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 59A ZONA	PORTARIA nº 297	10/03/2021
THIAGO ROGERIO LOPES DO NASCIMENTO	576	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 24A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 1157	26/08/2014
THIAGO SANTOS ALENCAR	1000922	REQUISITADO	FC-02	GABINETE DA COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA	PORTARIA nº 682	18/08/2020
TICIANA FURTADO DE CARVALHO LIMA GOMES	285	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-04	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AO 1º GRAU NO GABJJ2	PORTARIA/PRE SI nº 036	07/01/2005
VALDECK RODRIGUES DE MORAES	999181	REQUISITADO	-	CARTORIO 01A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26436-44.2020	18/01/2021
VALDENIA ALVES FELIPE LACERDA	352	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-03	GABINETE DA COORDENADORIA DE PESSOAL	PORTARIA/PRE SI nº 105	13/01/2005

VALDENIA MARIA VAZ SOUSA	703586	REQUISITADA	-	CARTORIO 17A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7017-53.2021	05/07/2021
VALDERINO SANTANA DE MACEDO	34	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL	PORTARIA/PRESI nº 80	13/09/1985
VALDIR MOURA MARQUES	700713	REQUISITADO	-	CARTORIO 62A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10282-25.2021	01/08/2021
VALDIVINO GOMES DE ARAUJO	999182	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.389-57.2021	01/01/2021
VALMAR LOPES CARVALHO DE SOUSA	520	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 19A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 456	12/05/2010
VALNICE ISIDORIO VELOSO	567	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 89A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 0915	29/07/2013
VANESSA CASTRO SOUSA DE ARAUJO	706095	REQUISITADA	-	CARTORIO 46A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16232-63.2021	25/10/2021
VANESSA DOS SANTOS LOPES	378	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-04	ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	PORTARIA/PRESI nº 131	13/01/2005
VENANCIA THEREZA AZEVEDO DE CARVALHO FIGUEIREDO	415	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	PORTARIA/PRESI nº 192	03/02/2006
VERANICE DA SILVA TORRES	430	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	GABINETE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	PORTARIA/PRESI nº 535	08/06/2006
VERIVAL FERREIRA DIAS DOS SANTOS	174	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO ÀS ATIVIDADES DA PRE	PORTARIA/PRESI nº 374/95	27/12/1995
VICENTE FERREIRA LOURENCO	632	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 94A ZONA	PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PI nº 441	02/05/2018
VICTOR EDUARDO AMANCIO BRAZ DE OLIVEIRA	600	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 13A ZONA	PORTARIA/PRESI nº 1299	30/08/2016
VIVIAN APARECIDA DA SILVA AQUINO	703872	REQUISITADA	-	CARTORIO 90A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2505-29.2021SEI	09/04/2021
VIVIANNE FURTADO DE CARVALHO SILVA	462	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	PORTARIA/PRESI nº 697	29/06/2006

WALLERY GISCAR DESTEN ALVES DA COSTA RAPOSO	453	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-02	NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO CONTRATUAL	PORTARIA/PRE SI nº 542	08/06/2006
WALTEMBERG CAMPELO DE OLIVEIRA	1000459	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 62A ZONA	PORTARIA nº 4	-
WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO	251	ANALISTA JUDICIÁRIO	CJ-2	GABINETE DA COORD. DE SESSÕES E APOIO AO PLENO	PORTARIA/PRE SI nº 002	06/01/2005
WELLINGTON JERONIMO DA SILVA	175	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO	PORTARIA/PRE SI nº 387	28/12/1995
WELLINGTON MOURA BARBOSA	416	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 02A ZONA	PORTARIA/PRE SI nº 193	03/02/2006
WENDERSON BRUNO SANTANA DE SOUSA	1000924	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 15A ZONA	PORTARIA nº 816	07/12/2021
WESLEY BEZERRA LUZ	706090	REQUISITADO	-	CARTORIO 68A ZONA	PROCESSO ADMINISTRATI VO nº 11400- 18.2021	30/08/2021
WILDSON CARLOS BARBOSA LIMA	362	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-02	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	PORTARIA/PRE SI nº 115	13/01/2005
WILLAMS COSTA	72	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES	PORTARIA/PRE SI nº 011	12/08/1988
YARA DA COSTA SANTOS	35	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE PAGAMENTOS	PORTARIA/PRE SI nº 512	30/11/1990
ZENEIDE MARIA DO NASCIMENTO	395	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SECAO DE REGISTROS FUNCIONAIS	PORTARIA/PRE SI nº 157	01/02/2006
ZOEL DE CASTRO ROSA	179	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE	PORTARIA/PRE SI nº 381	28/12/1995

QUANTITATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES (ref. 31/12/2021)
Cargos Efetivos do quadro de pessoal do Órgão

CARREIRA / CLASSE /ESCOLARID ADE / PADRÃO				ATIVOS				INATIVOS E PENSIONISTAS				
				OCUPADOS			VAG OS	TOT AL	APOSENTA DOS	INSTITUIDO RES DE PENSÃO	TOT AL	BENE FI- CIÁRI OS DE PENS ÃO
				ESTÁV EIS	NÃO- ESTÁV EIS	SUBTOT AL						
A N	C	S U	13	132	-	132		132	29	10	39	11

A L I S T A	B	P E R I O R	12	8	-	8		8	-	-	-	-
			11	4	-	4		4	-	-	-	-
			10	6	-	6		6	-	-	-	-
			9	4	-	4		4	-	-	-	-
			8	1	-	1		1	-	-	-	-
			7	2	-	2		2	-	-	-	-
			6	4	-	4		4	-	-	-	-
	A		5	8	-	8		8	-	-	-	-
			4	2	-	2		2	-	-	-	-
			3	-	-	-		-	-	-	-	-
			2	-	-	-		-	-	-	-	-
			1	-	-	-	2	2	-	-	-	-
			TOTAL ANALISTA			171	-	171	2	173	29	10
T É C N I C O	C	M É D I O	13	173	-	173		173	39	12	51	16
			12	11	-	11		11	-	-	-	-
			11	5	-	5		5	-	-	-	-
	B		10	7	-	7		7	-	-	-	-
			9	3	-	3		3	-	-	-	-
			8	1	-	1		1	-	-	-	-
			7	-	-	-		-	-	-	-	-
			6	13	-	13		13	-	-	-	-
	A		5	9	-	9		9	-	-	-	-
			4	-	-	-		-	-	-	-	-
			3	-	7	7		7	-	-	-	-
			2	-	3	3		3	-	-	-	-

			1	-	3	3	3	6	-	-	-	-
TOTAL TÉCNICO				222	13	235	3	238	39	12	51	16
AUXILIAR	C	FUNDAMENTAL	13	-	-	-		-	-	-	-	-
			12	-	-	-		-	-	-	-	-
			11	-	-	-		-	-	-	-	-
	B		10	-	-	-		-	-	-	-	-
			9	-	-	-		-	-	-	-	-
			8	-	-	-		-	-	-	-	-
			7	-	-	-		-	-	-	-	-
			6	-	-	-		-	-	-	-	-
			5	-	-	-		-	-	-	-	-
			4	-	-	-		-	-	-	-	-
			3	-	-	-		-	-	-	-	-
			2	-	-	-		-	-	-	-	-
			A	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL AUXILIAR			-	-	-	-	-	-	-	-	
PJ								-	-	-	-	
TOTAL GERAL			393	13	406	5	411	68	22	90	27	

SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO DE PESSOAL
(ref. 31/12/21)

CARREIRA / CLASSE / PADRÃO			SERVIDORES ATIVOS			
			EXERCÍCIO NO ÓRGÃO	CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	OUTROS AFASTAMENTOS	TOTAL
A N	C	13	126	6	-	132

A L I S T A		12	7	1	-	8
		11	4	-	-	4
	B	10	6	-	-	6
		9	4	-	-	4
		8	-	1	-	1
		7	1	1	-	2
		6	3	1	-	4
		A	5	7	1	-
	4		1	1	-	2
	3		-	-	-	-
	2		-	-	-	-
	1		-	-	-	-
	TOTAL ANALISTA		159	12	-	171
	T É C N I C O	C	13	169	4	-
12			9	2	-	11
11			3	2	-	5
B		10	6	1	-	7
		9	3	-	-	3
		8	1	-	-	1
		7	-	-	-	-
		6	10	3	-	13
		A	5	9	-	-
4			-	-	-	-
3			7	-	-	7
2			3	-	-	3

A
U
X
I
L
I
A
R

QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA (ref. 31/12/2021)						
DENOMINAÇÃO/NÍVEL	OCUPADOS				VAGOS	TOTAL
	COM VÍNCULO EFETIVO			SEM VÍNCULO EFETIVO		
	OPTANTE REMUNERAÇÃO CARGO EFETIVO	REMUNERAÇÃO INTEGRAL CARGO/FUNÇÃO	SUBTOTAL			
CARGOS EM COMISSÃO						

CJ-04	-	-	-	1	-	1
CJ-03	3	-	3	1	-	4
CJ-02	15	-	15	2	-	17
CJ-01	5	-	5	3	-	8
TOTAL CARGOS	23	-	23	7	-	30
FUNÇÕES DE CONFIANÇA						
FC-06	110	-	110	-	4	114
FC-05	3	-	3	-	-	3
FC-04	43	-	43	-	-	43
FC-03	33	-	33	-	-	33
FC-02	24	-	24	-	1	25
FC-01	123	-	123	-	10	133
CHEFIA DE CARTÓRIO PRÓ- LABORE	-	-	-	-	-	-
TOTAL FUNÇÕES	336	-	336	-	15	351
TOTAL	359	-	359	7	15	381

8.1 - Cargos vagos:

- **01 (um) cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Estatística**, em decorrência da transformação do cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa, vago em virtude de Aposentadoria Evaldo Bispo Cardoso (PJE nº 0600092-84.2021.6.18.0000);

- **01 (um) cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária**, vago em decorrência da aposentadoria da servidora Célia Márcia Carneiro Tapety (Proc. SEI [0013173-11.2021.6.18.8000](#));

- **02 (dois) cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa**, vagos em decorrência dos falecimentos dos servidores Fabrícia do Nascimento Carvalho (Proc. SEI nº [0015585-12.2021.6.18.8000](#)) e João Luís da Silva (Proc. SEI nº 006797-68.2021.6.18.8000);

- **01 (um) cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa**, recebido do TER/RS em redistribuição por reciprocidade com o servidor ROBERTO DA SILVA DE SOUZA (Proc. SEI [0020963-80.2020.6.18.8000](#)), que se encontra **reservado para redistribuição** (Proc. SEI [0007546-60.2020.6.18.8097](#)).

8.2 - Cargos cedidos:

SERVIDORES CEDIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS				
Nome	Órgão Externo	Data Cessão	Cargo	Data Limite Retorno
AURELIO SODRE ROCHA	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	26/05/2014	ANALISTA JUDICIÁRIO	26/05/2022
GENESIO ARAUJO JUNIOR	CÂMARA DOS DEPUTADOS	11/05/2005	ANALISTA JUDICIÁRIO	
JOANA ROBERTA BESSA BARREIRA	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - CE	07/10/2014	ANALISTA JUDICIÁRIO	
YURI ANISIO GONCALVES	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	23/03/2021	TÉCNICO JUDICIÁRIO	
Total de Servidores :	4			

8.3 - Cargos inativos (aposentados e pensionistas):

CARGOS INATIVOS DO TRE/PI	
SERVIDORES INATIVOS (aposentados)	PENSIONISTAS
Airton Cavalcante de Lima	Adriana Silva Pimentel
Aldelurdes Santos Ribeiro Guimarães	Ana Lúcia Castelo Branco Correia
Ana Zélia Teixeira da Silva	Angélica Mª Mascarenhas Lopes da Silva
Antônio Isidoro de Sousa	Antônio Cardoso Pereira da Silva Almendra
Antonio Lopes de Abreu	Francisco Epaminondas Brandão Filho
Aurora Maria Santos Buna	Gerson de Oliveira Silva
Cecília de Oliveira Baptista	Joana Augusta de Santana Cardoso
Célia Márcia Carneiro Tapety	Josefa Maria de Sousa e Silva
Cláudia Neiva Moreira Almino de Lima	José Luiz Jorge de Andrade
Clotilde Antônia Sousa de Queiroz	Laiane Ferreira Lessa

Cosme Antonio Silva de Araújo	Laíse Ferreira Lessa
Elza da Rocha Nogueira Barros	Laurita Araújo Lima de Melo
Eneida Reis Rego	Leonildes Pessoa Facundes
Eraldo Eudes Maia	Luciana Nascimento Barbosa de Oliveira
Evaldo Bispo Cardoso	Lívia Raquel da Costa Britto
Evaldo Ferreira das Chagas	Maria Célia de Oliveira Leite
Fabélia Carneiro da Cunha Fabelício	Maria das Mercedes Alves de Lacerda Probo
Francisca Duarte Franco	Maria de Fátima Ferreira Lessa
Francisca Joana de Sampaio	Maria de Fátima Soares
Francisco Barbosa de Miranda	Maria Delzuite Moreira da Silva
Francisco das Chagas de Moraes Nogueira	Maria do Amparo Soares
Francisco de Assis Sousa	Maria do Socorro Alencar Nunes
Francisco Xavier da Silva	Maria do Socorro Oliveira e Silva
Gilvan Sousa dos Santos	Maria Laura Magalhães do Nascimento
Girlene de Sousa Feitosa	Neusa Guiomar Oliveira Abreu
Isabel Marlene da Cunha Araújo Mendes	Rita de Cássia Sousa Castro
Isaura Helena Nogueira de Oliveira	Zilda Ester da Costa Britto.
Joana D'Arc Freire de Sousa	
João Paulino de Oliveira Neto	
José Arimatéa Fonteneles dos Santos	
Joselma Leal de Barros	
José Miguel Luz Parente	
Josimar Lopes de Oliveira	
Lacordeles Nunes	
Leda dos Santos Rocha Carvalho	
Lélia Maria Alves dos Santos	
Lúcia de Sousa Martins	
Luís Aires da Silva	
Luíza Idalina Rocha de Carvalho	
Luzia Maria Machado Lopes Sobral	
Marcus Venícius Alves Lima	
Maria da Conceição Pereira dos Santos	
Maria da Conceição Veras e Silva	
Maria de Jesus Campos Parentes	
Maria de Jesus da Silva Carvalho	
Maria de Lourdes Melo Carvalho Braga	
Maria do Carmo de Melo Vieira Fortes	
Maria do Rosário de Fátima Oliveira	
Maria do Rosário Silva Viveiros Ramos	

Maria do Socorro Nascimento	
Maria do Socorro Silva Cavalcante	
Maria do Socorro Sousa Dantas	
Maria Elizalva Ferreira da Rocha Mota	
Maria Elza da Silva Domiciano	
Maria Fatima Freitas	
Maria Helena Fernandes de Carvalho	
Maria Iraneide Leite Mendes de Andrade	
Maria Lúcia de Melo Sérvio	
Marineide Bezerra Soares	
Mirian Beatriz Krebsky dos Santos Rocha	
Rafael Luiz Reis Lopes	
Raquel Maria Ferro Nogueira	
Rosa Maria Mendes Batista da Silva	
Solange Figueiredo Marques da Fonseca	
Sônia Maria de Sousa Cardoso	
Vicente de Paula Gomes	
Walter Avelino de Sousa	
William Bolivar do Carmo Batista	
TOTAL: 68	TOTAL: 27

9 - Quadro demonstrativo da situação de lotação de servidores nos cartórios eleitorais – Art. 3º, inciso XVI, da Resolução TRE-PI nº 268/2013:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS (Servidores lotados nos Cartórios Eleitorais)						
NOME	MATRÍCULA	CARGO	FUNÇÃO	LOTAÇÃO	ÁREA	OBSERVAÇÃO
ADELMAR DIAS PINHEIRO FILHO	622	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 44A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ADILSON JOSE DE OLIVEIRA FREIRE	432	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ADRIANO ALMEIDA LEAL	146	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 02A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
AILTON JOSE DA SILVA	702126	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 33A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ALCIMAR DELFINO DE SOUSA	700902	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 38A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ALCINEZIO COSTA ARAUJO	537	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 38A ZONA	ADMINISTRATIVA	.

ALINE BEZERRA BARROSO FONSECA	548	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 26A ZONA	JUDICIARIA	.
ALINE DA SILVA TORRES	703609	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 89A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ALLYSON LYEL RIBEIRO VASCONCELOS	619	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 12A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ALMENAIDE PIRES DOS SANTOS	999154	REQUISITADO	-	CARTORIO 63A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ALMIR MEDEIROS DE MELO NETO	663	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 21A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ALMIR RODRIGUES DE ARAUJO	702283	REQUISITADO	-	CARTORIO 71A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
AMADEU ALVES LINHARES NETO	386	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 48A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
AMANDA LAIS DE SOUSA E SILVA	703669	REQUISITADO	-	CARTORIO 19A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ANA BEATRIZ GORI WANDERLEY	588	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 59A ZONA	JUDICIARIA	.
ANA CRISTINA BARROS DE LIMA	617	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 90A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANA LUCIA PESSOA PEREIRA ANDRADE	456	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 10A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANA MARIA CARDOSO	703574	REQUISITADO	-	CARTORIO 24A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ANA MARIA DA SILVA ROCHA	700842	REQUISITADO	-	CARTORIO 62A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ANA REGYA LELIS LEAL	438	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANANIAS PRUDENCIO REIS	700425	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 15A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ANDREIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	418	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 47A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANTONIA ZINEUDA MARTINS DE LIMA	377	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 03A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANTONIO FLAVIO CAVALCANTE COSTA	1000505	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 61A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA CARNEIRO	139	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ANTONIO JORGE DOS SANTOS FILHO	424	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 46A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ARNALDO ALVES TEODOSIO	999845	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
AUREA REGINA ANDRADE BARRETO	706034	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
AUREMARCIA FRANCA FERNANDES	703744	REQUISITADO	-	CARTORIO 15A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
AURICELIA DA LUZ REIS MARTINS	391	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 89A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
BERNARDO BORGES SILVA	437	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 07A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
BERNARDO PIRES DE SA	425	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 14A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
BRUNO VIEIRA DA GAMA	706054	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 88A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

CAMILO MEDEIROS NUNES	599	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 22A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CARLA DANIELLE ALENCAR SANTOS MORAIS	706061	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 69A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CARLOS AUGUSTO RIBEIRO BATISTA JUNIOR	458	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 12A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CARLOS EDUARDO GOMES TAVARES	89	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CARMOSINA DE LOURDES MARTINS RAMOS PORTELA	706079	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 25A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CATARINA ELETICE PINHO GOMES	213	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 07A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CATIA CILENE MEDEIROS FALCAO SILVA	700962	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 16A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CICERO GISCARD DE ALENCAR FEITOSA	999841	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 40A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CINTIA MENDES DE SOUSA BENTO	703787	REQUISITADO	-	CARTORIO 11A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CLAUDIA CRISTINA LUSTOSA BRANDAO	706093	REQUISITADO	-	CARTORIO 43A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CLEIDE MARIA CAVALCANTE CARVALHO	334	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 91A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CLEUZA DE JESUS NEVES FONSECA	703670	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 22A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CONCEICAO DE MARIA ALMEIDA LEAL DO MONTE	435	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 64A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CONCEICAO DE MARIA BARROS CRUZ	379	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 97A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
CONCEICAO DE MARIA DE LIMA VIEIRA	703568	REQUISITADO	-	CARTORIO 03A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
CONCEICAO DE MARIA GOMES LEAL	401	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 18A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
DANIELA MARTINS DUARTE	280	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 62A ZONA	JUDICIARIA	.
DANILO DOS SANTOS VERAS JUNIOR	147	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
DATIANA SARA LAGO DAMASCENO	1000320	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 08A ZONA	JUDICIARIA	.
DEBORA RODRIGUES FREITAS	657	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 13A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
DELCIMAR ARAUJO DA SILVA	703582	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 14A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
DELMA MARIA LIMA DE SOUSA	703602	REQUISITADO	-	CARTORIO 72A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
DORA ALVES DA SILVA	706016	REQUISITADO	-	CARTORIO 63A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
DOUGLAS RAMALHO DA SILVA RIBEIRO	706063	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 61A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

EDIVALDO EMIDIO DE OLIVEIRA	704086	REQUISITADO	-	CARTORIO 47A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
EDNALDO LIMA DA SILVA	431	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ELDRO CESAR GONCALVES MOURA REIS	471	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 57A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ELIANA DA SILVA CRUZ	536	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 61A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ELIANE DE MOURA OLIVEIRA	700835	REQUISITADO	-	CARTORIO 07A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ELY ARAUJO FREITAS CARDOSO	705004	REQUISITADO	-	CARTORIO 30A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
EMERSON LEAO DA SILVA	503	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 02A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ERICA THAIS ALVES DE OLIVEIRA	706091	REQUISITADO	-	CARTORIO 63A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ERISVALDO ALVES DA SILVA	703871	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 48A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ERISVALDO LEAL E SILVA	703442	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 39A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ERLANY MENDES DE CARVALHO	705085	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 05A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
EUDNAIDE AGUIAR CASTRO	475	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FABIO SOUSA SILVA	373	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 54A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FABRICIA MARIA RODRIGUES DE SENA	705086	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 21A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FABRICIO DIAS DE NOBREZA	706043	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 20A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FELIPE ABREU ARAUJO	661	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 88A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FELIX VALOIS CARVALHO FERREIRA	2285118	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 02A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FERNANDA ROSA RIBEIRO FREIRE	309	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	JUDICIARIA	.
FERNANDO MAZZA DE CASTRO ALENCAR	351	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FLAVIO ANSELMO RODRIGUES LEAL	331	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 25A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FRANCILDA FRANCISCA DE ALENCAR CARVALHO	700904	REQUISITADO	-	CARTORIO 38A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCA APARECIDA LEITE	142	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 37A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FRANCISCA DE DEUS LIMA NONATO	705096	REQUISITADO	-	CARTORIO 56A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCA DE DEUS LIMA NONATO	705096	REQUISITADO	-	CARTORIO 56A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCA NAZIDE PEREIRA AGUIAR	2	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA	999339	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 34A ZONA	ADMINISTRATIVA	.

FRANCISCO DAS CHAGAS FROTA FONTENELE	705071	REQUISITADO	-	CARTORIO 96A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES CARVALHO	704075	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 06A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCO GOMES DA SILVA NETO	713571	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 44A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCO GOMES NUNES	703782	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 17A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
FRANCISCO VARTON POLICARPO ARRAIS	288	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 28A ZONA	JUDICIARIA	.
GASPAR NOLETO DOS SANTOS	1000020	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
GEORGIA HELENA FREITAS E SILVA	546	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 97A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
GILDARTE CRONEMBERGER LOBAO DO REGO	428	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 47A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
GILVANETE VIEIRA DE SOUSA	7703129	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 43A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
GIULIANO KID AZANBUJA	465	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 43A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
GLEIDIANE FONTINELE CASTRO	703822	REQUISITADO	-	CARTORIO 41A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
GONCALO BASILIO DE SOUSA NETO	700792	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 08A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
GUILHERME SOARES CAMPOS NOGUEIRA	604	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 37A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
GUSTAVO DUARTE ALMEIDA CARVALHO	560	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 52A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
HANDERSON CARDOSO BARROS	1000729	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 27A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
HEANES JOSE DE SOUSA SILVA	1000304	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 49A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
HORTENCIA FERREIRA BONFIM ALBANO	1000303	REQUISITADO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
HUGO DE REZENDE PINTO	644	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 79A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
IAGO VITOR DA SILVA SANTOS	1000877	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 53A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
IGLESIO PEDROSA DE MIRANDA	706081	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 79A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
IOLEIDE BISPO RIBEIRO OLIVEIRA	706087	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 59A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
IRANILDO RODRIGUES SAMPAIO	608	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 41A ZONA	JUDICIARIA	.
ISABEL CRISTINA TEIXEIRA DE SOUSA	700296	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 30A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ISABEL DE SOUSA TORRES	303	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTÓRIO 98A ZONA	JUDICIARIA	.
ITALO FERNANDES DA SILVA	660	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 35A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
IVAMARA SANTOS DE HOLANDA	704058	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

IVAN STRAATMANN	702304	REQUISITADO	-	CARTORIO 03A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
IVANA DE MACEDO RODRIGUES	470	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTÓRIO 98A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JACIRA SILVA MORAIS	706083	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 11A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JAILSON CAMPELO DOS PASSOS	706075	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 58A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES	658	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 69A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JANILDO DOS SANTOS SILVA	706089	REQUISITADO	-	CARTORIO 04A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JARDEL ROCHA SANTOS	703784	REQUISITADO	-	CARTORIO 14A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JAVANIA PORTO NOLETO SILVA	706056	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JOANA RODRIGUES DE SOUSA	399	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 97A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JOAO COSTA NETO	703459	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 35A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JOAO LUIZ DE ARAUJO JUNIOR	270	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 30A ZONA	JUDICIARIA	.
JOAO OLIVEIRA SILVA	138	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 96A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JOAO ROBERT LIMA CARDOSO	1000071	EXERCÍCIO PROVISÓRIO	-	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JOBSON OLIVEIRA BRAGA	704061	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 95A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JOHNNY WELLINGTON CHAVES DE ANDRADE E SILVA	999960	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 17A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JORGE ELAU BARROS DA SILVA	202	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JOSE FRANCISCO ALVES DE SOUSA	704039	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 37A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JOSE FRANCISCO DE MORAIS MACHADO	2285120	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JOSE MARK FERREIRA NUNES	173	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 96A ZONA	ADMINISTRATIVA	SEGURANÇA
JOSE ROBERTO DE SOUSA BRITO	419	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 71A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
JOSUE SARAIVA DE OLIVEIRA	703799	REQUISITADO	-	CARTORIO 47A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
JULIANO ALEXANDRE DE MELO SIMOES	613	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 56A ZONA	JUDICIARIA	.
KAROLINA BARBOSA ALMEIDA	614	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 28A ZONA	JUDICIARIA	.
LAIS CAVALCANTE DE MOURA	706086	REQUISITADO	-	CARTORIO 61A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
LARISSA ESTHERPHANE CACHO DE OLIVEIRA	646	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 32A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
LARISSA SUELLEN FERNANDES DA SILVA	625	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 90A ZONA	JUDICIARIA	.

LEILA DE ARAUJO DA SILVA	468	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 43A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
LEONARDO SILVA DOS SANTOS	405	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 68A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
LIS ANGELICA NEVES DE MOURA	311	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	JUDICIARIA	.
LIVIA PADUA REIS	637	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 80A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
LIVIO DE CASTRO AMORIM	269	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 09A ZONA	JUDICIARIA	.
LOIANE BARROS SILVA	705009	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 26A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
LUANA ALMERINDA CARVALHO MARTINS	706055	REQUISITADO	-	CARTORIO 02A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
LUCIMEIRE BARROSO DO CARMO	412	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 11A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
LUCIO FLAVIO MACENA MACIEL	706072	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 13A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
LUCIRENE MENDES FERREIRA	706082	REQUISITADO	-	CARTORIO 74A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
LUIZ BORGES DE SOUZA NETO	276	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 10A ZONA	JUDICIARIA	.
MAIRA TELES DE MIRANDA	706096	REQUISITADO	-	CARTORIO 36A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MANOEL ALEX DA SILVA	706094	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 29A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARA LUCIA COSTA DA SILVA	703936	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 09A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARCELO GEOVANNY SANTOS LIMA	364	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 47A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARCIA REGINA DA SILVA	706052	REQUISITADO	-	CARTORIO 07A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARCILIO DE OLIVEIRA RUFINO	330	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 64A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARCO ANTONIO DE SOUSA NOGUEIRA	413	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARCO ANTONIO PEREIRA	701621	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 96A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARCONDES RAMOS DO VALE	1000774	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 41A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARCOS ANTONIO GOMES DOS SANTOS	463	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 74A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARCOS AURELIO AVELINO DE SOUSA	703923	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 46A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARGARET ALACOQUE DE AMORIM	473	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 04A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARIA ARTEIRIA FERNANDES CASTRO	701503	REQUISITADO	-	CARTORIO 91A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA AURENIDES DE SANTIAGO	703580	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 40A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA DE FATIMA FAUSTINO ARAUJO	706071	REQUISITADO	-	CARTORIO 40A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

MARIA DILMA DE ANDRADE GOMES CARVALHO	700487	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 71A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA DO SOCORRO RODRIGUES RIBEIRO	272	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 32A ZONA	JUDICIARIA	.
MARIA EDILEUSA GOMES	706080	REQUISITADO	-	CARTORIO 34A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA EDINALVA ALVES CRUZ	703542	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 41A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA ELIANA VIEIRA DE OLIVEIRA GUEDES	477	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 04A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARIA GOMES DOS SANTOS NETA	1000012	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 05A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARIA IZABEL DE MELO VIEIRA REIS	628	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 94A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARIA LUCIA FERREIRA DA COSTA	703922	REQUISITADO	-	CARTORIO 38A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA LUCIA VIEIRA	700507	REQUISITADO	-	CARTORIO 09A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIA MARGARETE VALENTE RIBEIRO	999568	EXERCÍCIO PROVISÓRIO	FC-01	CARTORIO 36A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARIZETE ALVES FORTES	700524	REQUISITADO	-	CARTORIO 07A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MARJORIA DE PAULA SOARES	665	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 95A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MARLI FLORIPES RODRIGUES DE CARVALHO	703546	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 90A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MATHEUS LEONCIO MARTINS DO NASCIMENTO	703889	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 18A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MAURO CESAR COSTA CAVALCANTE	557	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 06A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MAX ZARAK NUNES VIEIRA	283	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 20A ZONA	JUDICIARIA	.
MAYRA LUCENA DE CARVALHO LIMA ROCHA	706060	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MAYZA DE SENA MARTINS SOARES MENDES	706062	REQUISITADO	-	CARTORIO 02A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MESSIAS PEREIRA DA SILVA	476	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 03A ZONA	ADMINISTRATIVA	TRANSPORTE
MICILANDIA PEREIRA DE SOUSA	706088	REQUISITADO	-	CARTORIO 02A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
MILTON LEAL DE SOUSA	203	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
MIRIAN DE JESUS BRITO	703581	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 53A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
NADIA MARIA DUTRA LAGES NUNES	182	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 04A ZONA	APOIO ESPECIALIZADO	ANALISE DE SISTEMAS
NARCISA BARROS BRITO	633	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
ORBILIA DA SILVA BARBOSA DE FRANCA	704097	REQUISITADO	-	CARTORIO 01A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

OSMAN THALES JOSE PEREIRA DA SILVA	651	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 36A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
OSVALDO CARVALHO RIBEIRO SOBRINHO	703603	REQUISITADO	-	CARTORIO 41A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
PAULA NAYANA SANTIAGO SOUSA	645	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 72A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
PEDRO ALVES LIRA FILHO	346	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 16A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
PEDRO BATISTA DE MELO JUNIOR	703544	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 54A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
QUINTINO NUNES DA SILVA FILHO	186	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
RAFAEL MOTA MONTEIRO	511	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 33A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
RAIMUNDA REIJANE SOUSA NUNES LIMA	310	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 39A ZONA	JUDICIARIA	.
RAIMUNDO MENDES DE CARVALHO	706053	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 57A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
RAIMUNDO NONATO DA COSTA	20	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA	649	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA	1000521	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 68A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
RAMON EDER DE AMORIM PIMENTEL	703576	REQUISITADO	-	CARTORIO 36A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
RANILDO DE HOLANDA DUARTE	1000892	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 96A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
RAONY LUNA RIBEIRO FERREIRA LIMA	620	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 28A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
REGINA FLAVIA RIBEIRO DE CARVALHO CASTRO	706092	REQUISITADO	-	CARTORIO 02A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
REINERIO DANTAS CAMPOS VERDES FILHO	562	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 58A ZONA	JUDICIARIA	.
REJANE FERREIRA PAIVA SOARES	703519	REQUISITADO	-	CARTORIO 32A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
RICARDO MARINHO CASTELO BRANCO	30	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 01A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
RICARDO PEREIRA GUEDES	703610	REQUISITADO	-	CARTÓRIO 98A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ROBERVAL JOSE DE CARVALHO	703577	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 56A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
ROGERIO AGUIAR PORTELA	705013	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 80A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
RONALDO ALVES DE SOUSA	705019	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 67A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
SAMARA DE SOUSA BARROS SOARES	703919	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 34A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
SAMARA NOGUEIRA DE CARVALHO	703540	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 72A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
SAMIR BATISTA BEZERRA TORRES	564	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 45A ZONA	JUDICIARIA	.

SAMUEL OLIVEIRA SANTOS	623	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 67A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
SEBASTIAO MAIA DA SILVA	703918	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 27A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
SEPTIMUS DE CARVALHO MENESES JUNIOR	575	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 49A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
SERGIO PORTELA DA COSTA	513	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 29A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
SOCORRO DE FATIMA BARBOSA DE ARAUJO BRITO	469	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 97A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
SORAYA MARIA SIMEAO FERREIRA	451	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 02A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
STALLONE LIMA VASCONCELOS	541	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 52A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
TADEU NUNES LAGES	559	ANALISTA JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 03A ZONA	JUDICIARIA	.
TAISA MENDES MARTINS LAGES	544	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 91A ZONA	JUDICIARIA	.
TANIA MARIA DE CARVALHO TORRES	392	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 63A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
TATIANY TELES SILVA	706085	REQUISITADO	FC-01	CARTORIO 19A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
TEREZA CORINA MELO CARVALHO	265	ANALISTA JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 24A ZONA	JUDICIARIA	.
THIAGO DE ARAUJO VIEIRA	1000507	REMOVEDO	FC-06	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
THIAGO LIMA CAMPELO	659	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 59A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
THIAGO ROGERIO LOPES DO NASCIMENTO	576	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 24A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
VALDECK RODRIGUES DE MORAES	999181	REQUISITADO	-	CARTORIO 01A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
VALDENIA MARIA VAZ SOUSA	703586	REQUISITADO	-	CARTORIO 17A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
VALDIR MOURA MARQUES	700713	REQUISITADO	-	CARTORIO 62A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
VALDIVINO GOMES DE ARAUJO	999182	REQUISITADO	-	CARTORIO 97A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
VALMAR LOPES CARVALHO DE SOUSA	520	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 19A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
VALNICE ISIDORIO VELOSO	567	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 89A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
VANESSA CASTRO SOUSA DE ARAUJO	706095	REQUISITADO	-	CARTORIO 46A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO
VICENTE FERREIRA LOURENCO	632	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 94A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
VICTOR EDUARDO AMANCIO BRAZ DE OLIVEIRA	600	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 13A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
VIVIAN APARECIDA DA SILVA AQUINO	703872	REQUISITADO	-	CARTORIO 90A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

WALTEMBERG CAMPELO DE OLIVEIRA	1000459	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-01	CARTORIO 62A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
WELLINGTON MOURA BARBOSA	416	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	CARTORIO 02A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
WENDERSON BRUNO SANTANA DE SOUSA	1000924	TÉCNICO JUDICIÁRIO	FC-06	CARTORIO 15A ZONA	ADMINISTRATIVA	.
WESLEY BEZERRA LUZ	706090	REQUISITADO	-	CARTORIO 68A ZONA	REQUISITADO	REQUISITADO

**10 - Quadro demonstrativo da situação de ocupação da titularidade de juízes
eleitorais – Art. 3º – inciso XVII, da Resolução TRE-PI nº 268/2013:**

MEMBROS DA CORTE						
NOME	MATRÍ- CULA FUN- CIONAL	CARGO	FUNÇÃO DE CONFIAN- ÇA/ CARGO EM COMISSÃO	LOTAÇÃO	ATO DE PROVIMENTO	DATA DE PUBLICA- ÇÃO
José James Gomes Pereira	800054	Desembargador – TJ/PI	Presidente do TRE/PI	TRE/PI	Sessão Plenária de 04/11/2019	Termo de Posse – 07/04/2020
Erivan José da Silva Lopes	800633	Desembargador – TJ/PI	Vice- Presidente e Corregedor do TRE/PI	TRE/PI	Sessão Plenária de 04/11/2019	Termo de Posse – 07/04/2020
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	803586	Juiz Federal – JF/PI	Membro da Corte Efetivo	TRE/PI	Ofício PRESI - 2979/2021 - TRF1	22/11/2021
Lucicleide Pereira Belo	800066	Juiz Estadual – TJ/PI	Membro da Corte Efetivo	TRE/PI	Sessão Extraordinária de Julgamento de caráter administrativo – TJ/PI – 23/08/2021	Termo de Posse - 15/09/2021
Teófilo Rodrigues Ferreira	800063	Juiz Estadual – TJ/PI	Membro da Corte Efetivo	TRE/PI	Sessão Ordinária de Julgamento de caráter administrativo – TJ/PI – 29/06/2020	Termo de Posse - 07/08/2020
Charlles Max Pessoa Marques da Rocha	803585	Jurista	Membro da Corte Efetivo	TRE/PI	Decreto Presidencial - DOU de 20/11/2019	Termo de Posse – 29/11/2019
Thiago Mendes de Almeida Férrer	803578	Jurista	Membro da Corte Efetivo	TRE/PI	Decreto Presidencial - DOU de 30/06/2021	Termo de Posse – 19/07/2021
Olímpio José Passos Galvão	800025	Desembargador – TJ/PI	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Sessão Ordinária de Julgamento de caráter administrativo – TJ/PI – 01/02/2021	Termo de Posse – 10/02/2021
Hilo de Almeida Sousa	803569	Desembargador – TJ/PI	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Sessão Ordinária de Julgamento de caráter	Termo de Posse – 10/02/2021

					administrativo – TJ/PI – 01/02/2021	
Agliberto Gomes Machado	803584	Juiz Federal – JF/PI	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Sessão Corte Especial Administrativa -TRF1- 28/10/2021	Termo de Posse – 22/11/2021
Lirton Nogueira Santos	800719	Juiz Estadual – TJ/PI	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Sessão Extraordinária de Julgamento de caráter administrativo – TJ/PI – 09/10/2020	Termo de Posse – 26/10/2020
Maria Luiza de Moura Mello e Freitas	800046	Juiz Estadual – TJ/PI	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Sessão Ordinária de Julgamento de caráter administrativo – TJ/PI – 06/07/2020	Termo de Posse – 15/09/2020
Marcelo Leonardo Barros Pio	803592	Jurista	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Decreto Presidencial - DOU de 14/09/2021	Termo de Posse – 29/09/2021
Edson Vieira Araújo	803587	Jurista	Membro da Corte Substituto	TRE/PI	Decreto Presidencial - DOU de 18/12/2019	Termo de Posse – 24/01/2020

JUÍZ AUXILIAR

NOME	MATRÍCULA FUNCIONAL	CARGO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA/ CARGO EM COMISSÃO	LOTAÇÃO	ATO DE PROVIMENTO	DATA DA PUBLICAÇÃO
Paulo Roberto de Araújo Barros	800044	Juiz de Direito	Juiz Auxiliar da Presidência	Presidência - TRE/PI	Port. nº 333/2020	20/04/2020
Valdemir Ferreira Santos	803572	Juiz de Direito	Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral	Corregedoria - TRE/PI	Port. nº 335/2020	20/04/2020

JUÍZES ELEITORAIS

NOME	MATRÍCULA FUNCIONAL	CARGO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA/ CARGO EM COMISSÃO	LOTAÇÃO		ATO DE PROVIMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO
				Zona Eleitoral	Município		
Thiago Brandão de Almeida	801739	Juiz Eleitoral		01ª ZE	Teresina	Port. nº 317/2020	16/4/2020
Maria do Socorro Lima de Matos e Silva	800014	Juiz Eleitoral		02ª ZE	Teresina	Port. nº 712/2021	27/10/2021
Georges Cobiniano Sousa de Melo	803581	Juiz Eleitoral		03ª ZE	Parnaíba	Port. nº 204/2021	9/4/2021
Max Paulo Soares de Alcântara	802066	Juiz Eleitoral		04ª ZE	Parnaíba	Port. nº 679/2021	15/10/2021
Maria do Socorro Rocha Cipriano	801643	Juiz Eleitoral		05ª ZE	Oeiras	Port. nº 249/2021	28/4/2021

Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa	803500	Juiz Eleitoral		06ª ZE	Barras	Port. nº 231/2021	19/4/2021
Múccio Miguel Meira	803443	Juiz Eleitoral		07ª ZE	Campo Maior	Port. nº 426/2021	13/7/2021
Netanias Batista de Moura	800083	Juiz Eleitoral		08ª ZE	Amarante	Port. nº 421/1997	9/10/1997
Marcus Klinger Madeira de Vasconcelos	801745	Juiz Eleitoral		09ª ZE	Floriano	Port. nº 589/2021	10/9/2021
José Airton Medeiros de Sousa	801743	Juiz Eleitoral		10ª ZE	Picos	Port. nº 778/2021	24/11/2021
Maria do Rosário de Fátima Martins Leite	800371	Juiz Eleitoral		11ª ZE	Piripiri	Port. nº 226/2021	19/4/2021
Diego Ricardo Melo de Almeida	803497	Juiz Eleitoral		12ª ZE	Pedro II	Port. nº 713/2021	27/10/2021
Carlos Alberto Bezerra Chagas	803499	Juiz Eleitoral		13ª ZE	São Raimundo Nonato	Port. nº 92/2020	13/2/2020
Patrícia Luz Cavalcante	803575	Juiz Eleitoral		14ª ZE	Uruçuí	Port. nº 313/2021	25/5/2021
Élvio Íbsen Barreto de Souza Coutinho	803507	Juiz Eleitoral		15ª ZE	Bom Jesus	Port. nº 252/2021	28/4/2021
Roberth Rogério Marinho Arouche	801708	Juiz Eleitoral		16ª ZE	União	Port. nº 708/2021	27/10/2021
Danilo Melo de Sousa	803571	Juiz Eleitoral		17ª ZE	Miguel Alves	Port. nº 805/2021	30/11/2021
Juscelino Norberto da Silva Neto	803459	Juiz Eleitoral		18ª ZE	Valença do Piauí	Port. nº 399/2021	2/7/2021
Antônio Genival Pereira de Sousa	803501	Juiz Eleitoral		19ª ZE	Jaicós	Port. nº 897/2019	5/11/2019
Ermano Chaves Portela Martins	803567	Juiz Eleitoral		20ª ZE	São João do Piauí	Port. nº 225/2021	19/4/2021
Rogério de Oliveira Nunes	800072	Juiz Eleitoral		21ª ZE	Piracuruca	Port. nº 398/2021	17/8/2021
Ígor Rafael Carvalho de Alencar	803460	Juiz Eleitoral		22ª ZE	Corrente	Port. nº 673/2020	14/8/2020
Luís Henrique Moreira Rêgo	801742	Juiz Eleitoral		24ª ZE	José de Freitas	Port. nº 45/2019	11/1/2019
Breno Borges Brasil	803537	Juiz Eleitoral		25ª ZE	Jerumenha	Port. nº 49/2021	18/1/2021
Rita de Cássia da Silva	803570	Juiz Eleitoral		26ª ZE	Parnaguá	Port. nº 742/2021	16/11/2021
Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira	803483	Juiz Eleitoral		27ª ZE	Luzilândia	Port. nº 231/2018	23/2/2018
Geneci Benevides Ribeiro	800190	Juiz Eleitoral		28ª ZE	Picos	Port. nº 995/2020	14/10/2020
Thiago Coutinho de Oliveira	803484	Juiz Eleitoral		29ª ZE	Pio IX	Port. nº 624/2020	28/7/2020
Ítalo Márcio Gurgel de Castro	803463	Juiz Eleitoral		30ª ZE	São Pedro do Piauí	Port. nº 22/2021	18/1/2021
Carmem Maria Paiva Ferraz Soares	800800	Juiz Eleitoral		32ª ZE	Altos	Port. nº 711/2021	27/10/2021

José Carlos da Fonseca Lima Amorim	803495	Juiz Eleitoral		33ª ZE	Buriti dos Lopes	Port. nº 857/2019	15/10/2019
Raniere Santos Sucupira	803508	Juiz Eleitoral		34ª ZE	Castelo do Piauí	Port. nº 37/2021	18/1/2021
Francisco das Chagas Ferreira	800768	Juiz Eleitoral		35ª ZE	Gilbués	Port. nº 35/2021	18/1/2021
Mário Soares de Alencar	803456	Juiz Eleitoral		36ª ZE	Canto do Buriti	Port. nº 856/2019	15/10/2019
Rodolfo Ferreira Lavor Rodrigues da Cruz	803583	Juiz Eleitoral		37ª ZE	Simplício Mendes	Port. nº 743/2021	17/11/2021
Dênis Deângelis Brito Varela	803562	Juiz Eleitoral		38ª ZE	Paulistana	Port. nº 1043/2019	17/12/2019
Alexandre Alberto Teodoro da Silva	803489	Juiz Eleitoral		39ª ZE	São Miguel do Tapuio	Port. nº 222/2018	23/2/2018
Ênio Gustavo Lopes Barros	803564	Juiz Eleitoral		40ª ZE	Fronteiras	Port. nº 48/2021	18/1/2021
Arliton Rosal Falcão Júnior	803487	Juiz Eleitoral		41ª ZE	Esperantina	Port. nº 229/2021	19/4/2021
Alberto Franklin de Alencar Milfont	803461	Juiz Eleitoral		43ª ZE	Regeneração	Port. nº 505/2014	10/4/2014
Carmelita Angélica Lacerda Brito de Oliveira	803590	Juiz Eleitoral		44ª ZE	Ribeiro Gonçalves	Port. nº 493/2021	2/8/2021
Lidiane Suely Marques Batista	803468	Juiz Eleitoral		45ª ZE	Batalha	Port. nº 1557/2013	19/12/2013
Francisco Gomes da Costa Neto	803591	Juiz Eleitoral		46ª ZE	Guadalupe	Port. nº 777/2021	23/11/2021
Ulysses Gonçalves da Silva Neto	803446	Juiz Eleitoral		47ª ZE	Altos	Port. nº 597/2020	13/7/2020
João de Castro Silva	800717	Juiz Eleitoral		48ª ZE	Elesbão Veloso	Port. nº 772/2021	23/11/2021
Maurício Machado Queiroz Ribeiro	843486	Juiz Eleitoral		49ª ZE	Porto	Port. nº 191/2020	27/3/2020
José Eduardo Couto de Oliveira	803465	Juiz Eleitoral		52ª ZE	Água Branca	Port. nº 153/2020	9/3/2020
Carlos Augusto Arantes Júnior	803488	Juiz Eleitoral		53ª ZE	Cocal	Port. nº 2066/2014	8/1/2015
Maria da Paz e Silva Miranda	800787	Juiz Eleitoral		54ª ZE	Demerval Lobão	Port. nº 395/2009	29/6/2009
Clayton Rodrigues de Moura Silva	803502	Juiz Eleitoral		56ª ZE	Simões	Port. nº 456/2017	5/5/2017
Mariana Marinho Machado	803492	Juiz Eleitoral		57ª ZE	Itainópolis	Port. nº 543/2017	24/5/2017
Sílvio Valois Cruz Júnior	803485	Juiz Eleitoral		58ª ZE	Monsenhor Gil	Port. nº 1498/2018	20/12/2018
Anderson Brito da Mata	803573	Juiz Eleitoral		59ª ZE	Cristino Castro	Port. nº 832/2019	7/10/2019
Noé Pacheco de Carvalho	800048	Juiz Eleitoral		61ª ZE	Floriano	Port. nº 91/2020	13/2/2020
Adelmar de Sousa Martins	800024	Juiz Eleitoral		62ª ZE	Picos	Port. nº 995/2020	14/10/2020
Tânia Regina Ribeiro Sousa	800051	Juiz Eleitoral		63ª ZE	Teresina	Port. nº 574/2020	6/7/2020

Expedito Costa Júnior	803469	Juiz Eleitoral		64ª ZE	Inhuma	Port. nº 1025/2015	1/10/2015
Danilo Melo de Sousa	803571	Juiz Eleitoral		67ª ZE	Manoel Emídio	Port. nº 563/2021	3/9/2021
Tallita Cruz Sampaio	803559	Juiz Eleitoral		68ª ZE	Padre Marcos	Port. nº 139/2020	9/3/2020
Filipe Bacelar Aguiar Carvalho	803528	Juiz Eleitoral		69ª ZE	São João do Piauí	Port. nº 623/2020	23/7/2020
Leon Eduardo Rodrigues Sousa	803538	Juiz Eleitoral		71ª ZE	Capitão de Campos	Port. nº 319/2021	26/5/2021
Ronaldo Paiva Nunes Marreiros	803471	Juiz Eleitoral		72ª ZE	Itaueira	Port. nº 943/2013	2/8/2013
Marcos Augusto Cavalcante Dias	803454	Juiz Eleitoral		74ª ZE	Barro Duro	Port. nº 140/2020	9/3/2020
Robledo Moraes Peres de Almeida	803563	Juiz Eleitoral		79ª ZE	Caracol	Port. nº 608/2020	20/7/2020
José Sodrê Ferreira Neto	803560	Juiz Eleitoral		80ª ZE	Matias Olímpio	Port. nº 576/2021	8/9/2021
Nauro Thomaz de Carvalho	803561	Juiz Eleitoral		88ª ZE	Avelino Lopes	Port. nº 304/2021	21/5/2021
Franco Morette Felício de Azevedo	803448	Juiz Eleitoral		89ª ZE	Valença do Piauí	Port. nº 90/2020	13/2/2020
Luiz de Moura Correia	800416	Juiz Eleitoral		90ª ZE	Simplício Mendes	Port. nº 36/2021	18/1/2021
Rostonio Uchoa Lima Oliveira	803582	Juiz Eleitoral		91ª ZE	Luís Correia	Port. nº 206/2021	9/4/2021
Rafael Mendes Palludo	802096	Juiz Eleitoral		94ª ZE	Oeiras	Port. nº 227/2021	19/4/2021
Uismeire Ferreira Coelho	803579	Juiz Eleitoral		95ª ZE	São Raimundo Nonato	Port. nº 543/2021	1/9/2021
Júlio César Meneses Garcez	801738	Juiz Eleitoral		96ª ZE	Campo Maior	Port. nº 423/2021	12/7/2021
Antônio Lopes de Oliveira	800227	Juiz Eleitoral		97ª ZE	Teresina	Port. nº 81/2021	1/2/2021
Carlos Hamilton Bezerra Lima	800065	Juiz Eleitoral		98ª ZE	Teresina	Port. nº 112/2020	18/2/2020

QUATITATIVO DE MAGISTRADOS, MEMBROS JURISTAS E MINISTÉRIO PÚBLICO

Magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no Órgão

CARGO NA CARREIRA	CARGO/FUNÇÃO EXERCIDO NO ÓRGÃO	QUANTIDADE
MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES (STF/STJ)	MINISTROS TITULARES TSE	-
	MINISTROS SUBSTITUTOS TSE	-

DESEMBARGADOR	MEMBROS TITULARES TRE	2
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	2
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
JUIZ FEDERAL	MEMBROS TITULARES TRE	1
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	1
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ AUDITOR MILITAR	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ DO TRABALHO	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ DE DIREITO	MEMBROS TITULARES TRE	2
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	2
	JUIZ ELEITORAL TITULAR	69
	JUIZ ELEITORAL SUBSTITUTO	-
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	2
	JUIZ COLABORADOR	-
JUIZ SUBSTITUTO	JUIZ ELEITORAL TITULAR	5
	JUIZ ELEITORAL SUBSTITUTO	-
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	-
	JUIZ COLABORADOR	-
SUBTOTAL		86
Membros Juristas e do Ministério Público junto à Justiça Eleitoral		
CARGO NA CARREIRA	CARGO/FUNÇÃO EXERCIDO NO ÓRGÃO	QUANTIDADE
ADVOGADO	MINISTROS TITULARES TSE	-

	MINISTROS SUBSTITUTOS TSE	-
	MEMBROS TITULARES TRE	2
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	2
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA	PROCURADOR GERAL ELEITORAL	-
	PROCURADOR GERAL ELEITORAL SUBSTITUTO	-
	PROCURADOR GERAL ELEITORAL AUXILIAR	-
PROCURADOR DA REPÚBLICA	PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL	1
	PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO	1
	PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR	-
PROMOTOR PÚBLICO	PROMOTOR ELEITORAL	74
	PROMOTOR ELEITORAL SUBSTITUTO	-
SUBTOTAL		80
TOTAL		166

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (COEDE)

1. Eleições Municipais 2020 - Em 2020, realizamos os projetos das Eleições Municipais 2020 sob responsabilidade desta Coordenadoria, quais sejam, **Encontro de Magistrados e Treinamento de Servidores de 1º Grau**, de forma inédita em formato exclusivamente on-line, conforme Processos SEI nº [0019688-96.2020.6.18.8000](#) e [0018652-19.2020.6.18.8000](#), respectivamente. Ademais, participamos efetivamente do **Centro de Divulgação das Eleições**, em parceria com o Serviço de Imprensa e Comunicação Social - IMCOS, nos termos do Plano de Ação constante no documento SEI nº [1109054](#).

2. Dimensionamento da Força de Trabalho - O projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho surgiu de uma parceria entre o Tribunal Superior Eleitoral - TSE e a Universidade de Brasília - UNB, com o objetivo de **desenvolver e implementar uma metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho no TSE e nos demais Tribunais Regionais Eleitorais**. Após reuniões com o TSE e demais Regionais, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento optou por implantar o dimensionamento apenas nas unidades EJE e SECADO, efetuando a coleta quantitativa dos meses de agosto a dezembro de 2021. A montagem do dimensionamento nessas unidades se deu a título de teste para uma maior familiarização ao referido sistema, conforme sugestão do TSE que, em reuniões realizadas, esclareceu acerca da imprecisão dos dados neste primeiro momento e da necessidade de familiarização com o sistema para uma melhor adequação e resolução dos erros que porventura surgirem para a aplicação em todo órgão.

3. Gestão por Competências - O projeto iniciou em 2019, através de uma parceria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí com a Universidade Federal do Pará, e a implantação do GESTCOM - Ciclo 2021 ocorreu nos meses abril a julho, com início dos trabalhos da Comissão juntamente às unidades do Regional para atualização das suas respectivas competências, e, após inserção das informações obtidas no sistema, houve a aplicação dos questionários entre 14 de junho e 16 de julho de 2021, nos quais os servidores avaliaram a necessidade de capacitação das áreas apresentadas. O relatório final resultará nas lacunas identificadas pelos servidores que serão utilizadas como base para elaboração dos Planos Anuais de Capacitação 2022 e 2023, nos termos do Planejamento Estratégico 2021-2026, que tem como um dos indicadores estratégicos o índice de aderência do PAC ao mapeamento das competências.

4. Projetos em andamento para execução nas Eleições Gerais 2022, estão sob responsabilidade desta Coordenadoria o **Encontro de Magistrados e Treinamento de Servidores do 1º Grau**, com os respectivos planos de ação encaminhados em Processo SEI nº [0016727-51.2021.6.18.8000](#), eventos [1382468](#) e [1382989](#). Além destes eventos, haverá a participação desta unidade no **Centro de Divulgação das Eleições**,

no mesmo formato do pleito anterior, conforme Plano de ação elaborado pelo IMCOS em evento SEI [1382338](#).

Dados referentes às atividades da unidade:

5. Quantitativo de Técnicos e Analistas Judiciários que adquiriram Adicional de Qualificação Título:

Adicional de Qualificação - Título	Quantitativo de servidores
Graduação	2
Pós-Graduação	7
Mestrado	1

6. Nomeações de servidores:

Foram nomeados, tomaram posse e entraram em exercício **05 (cinco) Técnicos Judiciários - Área Administrativa, sem especialidade.**

7. Cargos Vagos, até o momento:

- **01 (um) cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Estatística**, em decorrência da transformação do cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa, vago em virtude de Aposentadoria Evaldo Bispo Cardoso (PJE nº 0600092-84.2021.6.18.0000);

- **01 (um) cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária**, vago em decorrência da aposentadoria da servidora Célia Márcia Carneiro Tapety (Proc. SEI [0013173-11.2021.6.18.8000](#));

- **02 (dois) cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa**, vagos em decorrência dos falecimentos dos servidores Fabrícia do Nascimento Carvalho (Proc. SEI nº [0015585-12.2021.6.18.8000](#)) e João Luís da Silva (Proc. SEI nº 006797-68.2021.6.18.8000).

- **01 (um) cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa**, recebido do TER/RS em redistribuição por reciprocidade com o servidor ROBERTO DA SILVA DE SOUZA (Proc. SEI [0020963-80.2020.6.18.8000](#)), que se encontra **reservado para redistribuição** (Proc. SEI [0007546-60.2020.6.18.8097](#)).

Quadro de vagas anexo no evento SEI [1417232](#).

8. Concurso de Remoção:

Foi autorizada a realização de Concurso de Remoção para o cargo de Técnico Judiciário, tendo sido nomeada a comissão responsável para tanto e autuado o Proc. SEI

nº [0013709-22.2021.6.18.8000](#), encontrando-se, atualmente, em fase de elaboração da minuta de edital.

9. Estagiários:

Existem 64 (sessenta e quatro) vagas para estágio, na Secretaria do Tribunal e Cartórios Eleitorais, sendo 48 (quarenta e oito) de nível superior, 08 (oito) de nível médio e 08 (oito) pós-graduação.

- **Valores da bolsa de estágio vigente:** O valor atual da bolsa é de R\$ 838,90 para nível superior, R\$ 639,92 para nível médio e R\$ 1.224,30 para pós-graduação.

- **Seleções para estágio de nível superior, médio e pós-graduação:** Foram realizados 04 processos seletivos, sendo 02 para estágio de nível médio e superior para a Secretaria do Tribunal e Cartórios da Capital, 01 para estágio de nível superior para os Cartórios do Interior e 01 para Estágio em Nível de Pós-Graduação.

10. Capacitação:

10.1. Capacitação Interna: Foram capacitados 163 servidores.

10.2 - Capacitação Externa: Foram capacitados 288 servidores.

11. Adicional de Qualificação – Treinamento:

Adquiriram Adicional de Qualificação – Treinamento **243 servidores**, sendo **122 Técnicos Judiciários** e **121 Analistas Judiciários**.

12.– Seminário de Integração:

O Seminário de Integração dos novos servidores, neste período de pandemia, teve que ser reformulado, passando a ser realizado de forma on-line. Os recém-empossados tiveram aulas teóricas e práticas sobre as mais diversas áreas que compõem o TRE-PI: Gestão de Pessoas, Administração, Orçamento e Finanças, Corregedoria, Controle Interno, Judiciária, Planejamento, Tecnologia da Informação, Zonas eleitorais e Assessoria de Planejamento e Gestão.

Todo o material produzido pelas unidades (slides, apostilas e etc) estão disponíveis para consulta na intranet deste Tribunal, na página da SGP.

13. Progressão/promoção, em 2020/2021.

Foram realizadas **195 Movimentações funcionais** (progressões/promoções) de servidores na carreira, conforme o Quadro abaixo:

MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL 2020			
CLASSE/PADRÃO	ANALISTA JUDICIÁRIO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	TOTAL
A1	0	0	0
A2	0	8	8
A3	0	0	0
A4	8	9	17
A5	5	13	18
B6	1	0	1
B7	0	1	1
B8	4	4	8
B9	4	7	11
B10	7	4	11
C11	8	13	21
C12	2	3	5
C13	2	0	2
TOTAL	41	62	103

MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL 2021			
CLASSE/PADRÃO	ANALISTA JUDICIÁRIO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	TOTAL
A1	0	0	0
A2	0	3	3
A3	0	7	7
A4	0	0	0
A5	7	8	15
B6	5	11	16
B7	1	0	1
B8	0	1	1
B9	3	3	6
B10	3	7	10
C11	5	3	8
C12	8	13	21
C13	2	2	4
TOTAL	34	58	92

14. Estágio Probatório:

Adquiriram estabilidade 17 servidores, sendo 08 Analistas Judiciários e 09 Técnicos Judiciários.

AQUISIÇÃO ESTABILIDADE 2020	
ANALISTA JUDICIÁRIO	7
TECNICO JUDICIÁRIO	9
TOTAL	16
AQUISIÇÃO ESTABILIDADE 2021	
ANALISTA JUDICIÁRIO	1
TECNICO JUDICIÁRIO	0
TOTAL	1

Plano Anual de Capacitação:

PAC 2020: O Programa Anual de Capacitação 2020 (PAC 2020) contou com um orçamento de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)** a serem utilizados no custeio das ações de capacitação do **PAC Geral** e do **PAC de TI**.

O **PAC Geral 2020** foi autorizado pela **Portaria nº 585**, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 122, de 6 de julho de 2020, contando inicialmente com um total de **16 (dezesseis) ações de capacitação**, além dos programas de auxílio bolsa graduação e pós-graduação.

Já o **PAC de Tecnologia da Informação (PAC TI 2020)** foi autorizado e regido pela Portaria nº 690, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 154, de 20 de agosto de 2020, prevendo, inicialmente, a execução de **7 (sete) ações de capacitação**, que seriam custeadas com a parcela de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** do orçamento do PAC 2020.

Ao final do **Exercício 2020**, considerando todos os contratempos provocados pela pandemia da COVID 19, bem como o fato de tratar-se de ano eleitoral, algumas ações de capacitação não puderam ser executadas ou tiveram que ser substituídas por cursos na modalidade EaD, como forma de adequação à nova realidade de isolamento social a todos imposta. Neste passo, os **resultados** do PAC 2020 foram os que seguem:

a) foram realizadas, **no total, 25 (vinte e cinco) ações de capacitação com o orçamento do PAC 2020**, sendo **3 (três) na modalidade presencial** (realizadas antes do início da pandemia), **21 (vinte e uma) na modalidade à distância** e **01 (uma) na modalidade semipresencial**.

b) 4 (quatro) cursos foram empenhados no exercício 2020, porém, em virtude dos trabalhos eleitorais e dos transtornos provocados pela pandemia, só puderam ser **executados em 2021**.

c) do total de cursos do PAC, **13** (treze) tiveram como objeto cursos na área **ADMINISTRATIVA/GESTÃO**, **04** (quatro) na área **JUDICIÁRIA** e **08** (oito) na área de **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**.

d) das 525 (quinhentos e vinte e cinco) vagas ofertadas, **129** (cento e vinte e nove) foram destinadas a **servidores que atuam no 1º grau de jurisdição**, representando **24,57%** do total de vagas.

e) ao todo, tivemos **297** (duzentos e noventa e sete) **certificados emitidos**, tendo sido **capacitados**, no total, **161** (cento e sessenta e um) **servidores**, sendo 22 (vinte e dois) servidores que atuam no 1º grau de jurisdição (13,6%) e 139 (cento e trinta e nove) do 2º grau de jurisdição (86,4%).

f) dos 25 (vinte e cinco) cursos realizados, 5 (cinco) contaram com a participação de **magistrados e promotores eleitorais**, tendo sido capacitados, ao todo, 15 magistrados e 5 promotores.

g) a **despesa total do PAC 2020 foi de R\$ 267.069,68 (duzentos e sessenta e sete mil e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos)**, incluídos os gastos com auxílio bolsa graduação e os cursos executados no início de 2021, tendo como saldo o valor de R\$ 32.930,32 (trinta e dois mil reais, novecentos e trinta reais e trinta e dois centavos).

h) cumpre registrar, ainda, a realização de 05 (cinco) cursos através do orçamento do **Programa Eleições 2020**, tendo sido capacitados 91 (noventa e um) servidores e 46 (quarenta e seis) magistrados, a um custo total de **R\$ 51.529,80 (cinquenta e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)**.

PROC. SEI	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	NATUREZA DO EVENTO	MODALIDADE (PRESENCIAL/ EAD/SEMIPRESENCIAL)	CARGA HORÁRIA (horas)	Nº VAGAS OFERTADAS	Nº VAGAS 1º GRAU	Nº SERVIDORES CAPACITADOS	Nº JUIZES/ MP CAPACITADOS	CUSTO TOTAL
0016200-36.2020	TESTE CONDICIONAMENTO FÍSICO	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	PRESENCIAL INTERNO	4	5	0	5	0	R\$ 6.990,00
0021816-89.2020	GESTÃO DE SEGURANÇA NO SERVIÇO PÚBLICO (EXTRA PAC)	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	EAD	30	6	0	6	0	R\$ 5.940,00
0013890-57.2020	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO - Fundamentos jurídicos e boas práticas a cargo dos gestores e fiscais dos contratos de serviços terceirizados	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	EAD	10	25	1	18	0	R\$ 11.000,00

0013866-29.2020	REGRAS E DIRETRIZES DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - Sob o regime de execução indireta, baseadas na instrução normativa Nº 05/2017, no âmbito do TRE-PI.	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	EAD	16	25	0	19	0	R\$ 13.000,00
0002147-50.2020	ATUALIZADO PELA EC 103/2019 – REFORMA APOSENTADORIAS, PENSÕES E ABONO DE PERMANÊNCIA E CÁLCULOS BENEFÍCIOS	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	PRESENCIAL EXTERNO	24	3	0	3	0	R\$ 24.793,59
0000634-47.2020	TREINAMENTO ELABORAÇÃO RELATÓRIO TRANSIÇÃO DE GESTÃO	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	PRESENCIAL INTERNO	40	6	0	6	0	R\$ 35.000,00
0003194-59.2020	MODELO DE CAPACIDADE DE AUDITORIA INTERNA (IA-CM)	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	EAD	32	3	0	3	0	R\$ 16.223,97
0016571-34.2019	TREINAMENTO DE MÍDIAS PARA PORTA-VOZES DO TRE-PI	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	EAD	3	20	3	18	2	R\$ 1.600,00
0018065-94.2020	AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO DE GESTÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, ATUALIZADA COM A NOVA IN TCU 84/2020 (EXTRA PAC)	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	EAD	16	6	0	6	0	R\$ 7.800,00
0020955-06.2020	IMPLANTAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO (EXTRA PAC)	ADMINISTRAT IVA/GESTÃO	EAD	12	3	0	3	0	R\$ 3.150,00
0016325-04.2020	ASSINATURA DA PLATAFORMA ALURA (9 LICENÇAS EaD – 12 meses)	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD		9	0	9	0	R\$ 10.800,00
0016393-51.2020	ESPECIALISTA ELASTIC STACK - ELASTICSEARCH, LOGSTASH, BEATS E KIBANA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	40	6	0	6	0	R\$ 9.360,00

0018185-40.2020	INTEGRAÇÃO E ENTREGA CONTINUA COM GIT, JENKINS, NEXUS E SONAR	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	24	2	0	2	0	R\$ 2.880,00
0015998-59.2020	ITIL V4 - FUNDAMENTOS DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	24	8	0	8	0	R\$ 4.096,00
0015970-91.2020	GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	24	7	0	7	0	R\$ 6.720,00
0022568-61.2020	COMBO FURUKAWA EAD BOX	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD		3	0	3	0	R\$ 1.950,00
0013885-35.2020	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD NA PRÁTICA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	24	30	0	24	0	R\$ 18.900,00
0012442-49.2020	NOVAS COMPETÊNCIAS PENAS E SENTENÇA CONDENATÓRIA PENAL ELEITORAL	JUDICIÁRIA	EAD	12	50	25	15	2	R\$ 5.897,58
0013811-78.2020	PROPAGANDA POLÍTICA DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS – ELEIÇÕES 2020	JUDICIÁRIA	EAD	30	100	50	35	8	R\$ 16.928,10
0014530-60.2020	ABUSO DE PODER E CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS NAS COMPETIÇÕES ELEITORAIS	JUDICIÁRIA	EAD	8	100	50	22	16	R\$ 4.150,08
0018928-50.2020	FORMAÇÃO INICIAL PARA MAGISTRADOS – MÓDULO ELEITORAL	JUDICIÁRIA	EAD	24	5	0	0	5	R\$ 8.753,56
0026918-92.2020	CURSO ONLINE - NOVA NOTA DE EMPENHO NO SIAFIWEB	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	EAD	4	3	0	3	0	R\$ 2.850,00
0014966-19.2020	DESENVOLVIMENTO DE GESTORES	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	EAD	32	50	0	37	0	R\$ 15.049,60
0023538-61.2020	CURSO MOODLE 3X – PERSONALIZA AMBIENTE e ADM AVANÇADA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EAD	32	10	0	7	0	R\$ 14.853,12
0026309-12.2020	CURSO DE BRIGADA DE INCÊNDIO	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMIPRESENCIAL	16	40	0	32	0	R\$ 6.022,00

0014518-46.2020	PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES	JUDICIÁRIA	EAD	20	80	40	13	18	R\$ 35.260,00
0013929-54.2020	REGISTRO DE CANDIDATURA PARA - MAGISTRADOS	JUDICIÁRIA	EAD	20	40	0	0	38	R\$ 5.460,60
0011136-45.2020	CURSO DESAFIOS DAS ELEIÇÕES 2020 – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	EAD	8	1	0	1	0	R\$ 980,00
0010596-94.2020	REGISTRO DE CANDIDATURA PARA SERVIDORES	JUDICIÁRIA	EAD	20	100	82	48	0	R\$ 0,00
0012514-36.2020	ATUALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL (98ª ZONA)	JUDICIÁRIA	EAD	20	100	82	40	0	R\$ 9.829,20

PAC 2021: O Programa Anual de Capacitação 2021 (PAC 2021) contou com um orçamento de mesmo valor que o ano anterior, ou seja, **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, com a ressalva de que, neste exercício, os valores deveriam ser distribuídos para execução do **PAC Geral**, **PAC de Tecnologia da Informação (PAC TI)**, **PAC da Escola Judiciária Eleitoral (PAC EJE)** e **PAC de Auditoria (PAC Aud)**.

O **PAC Geral** e o **PAC EJE** foram autorizados no mesmo instrumento, a **Portaria nº 285**, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 89, de 14 de maio de 2021, contando inicialmente com um total de **18 (dezoito) ações de capacitação**, além dos programas de auxílio bolsa graduação e pós-graduação.

O **PAC de Tecnologia da Informação (PAC TI 2021)** foi autorizado e regido pela Portaria nº 363, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 114, de 21 de junho de 2021, prevendo, inicialmente, a execução de **02 (duas) ações de capacitação**.

Já o **PAC de Auditoria (PAC Aud 2021)** veio a ser implementado com o advento da **Resolução CNJ n. 309/2020**, que, em seus artigos 69 e seguintes do Capítulo X, dispõe que as ações de capacitação na temática de auditoria devem acontecer em separado das demais unidades deste Regional, através de programa próprio, devendo prever, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor, incluindo o titular da unidade de auditoria interna (art. 72). Diante disso, o TRE-PI editou a Portaria nº 314, publicada no Diário de Justiça Eletrônico nº 96, de 25 de maio de 2021, prevendo (02) duas ações de capacitação, totalizando 40 horas/aula, com o remanejamento de parte dos recursos do PAC Geral para fins de custeio dos treinamentos.

Ao final do **Exercício 2021**, considerando os contratemplos provocados pela pandemia da COVID 19 e as substituições e readequações de cursos realizadas por motivos diversos, obtivemos os seguintes **resultados** no PAC 2021:

a) foram contempladas, no total, **25 (vinte e cinco) ações de capacitação** com o orçamento do PAC 2021, sendo **24 na modalidade semi/telepresencial e 01 (uma) na modalidade presencial**.

b) 4 (quatro) cursos foram empenhados no exercício 2021, porém, por razões de logística, estarão sendo executados apenas no início de 2022.

c) do total de cursos do PAC 2021, **14 (quatorze)** tiveram como objeto cursos na área **ADMINISTRATIVA/GESTÃO**, **07 (sete)** na área **JUDICIÁRIA** e **04 (quatro)** na área de **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**.

d) das 850 (oitocentos e cinquenta) vagas ofertadas, **400 (quatrocentas)** foram destinadas a **servidores que atuam no 1º grau de jurisdição**, representando **47%** do total de vagas.

e) ao todo, tivemos 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) **certificados emitidos**, tendo sido **capacitados**, no total, 232 (duzentos e trinta e dois) servidores.

f) dos 25 (vinte e cinco) cursos contemplados, 1 (um) contou com a participação de **magistrados eleitorais**, tendo sido capacitados, ao todo, 14 (quatorze) magistrados.

g) a **DESPESA TOTAL** do PAC 2021 foi de **R\$ 299.189,28 (duzentos e noventa e nove mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e oitos centavos)**, incluídos os gastos com auxílio bolsa graduação e os cursos a serem executados no início de 2022, tendo como saldo o valor de apenas **R\$ 810,72 (oitocentos e dez reais e setenta e dois centavos)**.

PROC. SEI	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	NATUREZA DO EVENTO	MODALIDADE (PRESENCIAL/EAD/SEMPRESENCIAL)	CARGA HORÁRIA (horas)	Nº VAGAS OFERTADAS	Nº VAGAS 1º GRAU	Nº SERVIDORES CAPACITADOS	Nº JUIZES /MP CAPACITADOS	CUSTO TOTAL
0005770-88.2021	CURSO: "E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS - IMPLANTAÇÃO PASSO A PASSO"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMPRESENCIAL	20	30	0	30	0	R\$ 19.500,00
0002617-47.2021	CURSO: "COMO ELABORAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMPRESENCIAL	60	6	0	34	0	R\$ 60.000,00
0006787-62.2021	3º SEMINÁRIO NACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO PREDIAL.	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMPRESENCIAL	24	2	0	2	0	R\$ 4.980,00
0007356-63.2021	CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIPE/E-SOCIAL APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - ATUALIZADO COM A MP 905 DE 2019 E LEI 13.932 DE 2019.	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMPRESENCIAL	20	9	0	9	0	R\$ 13.338,00
0006285-26.2021	NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - LEI Nº 14.133/2021	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMPRESENCIAL	40	60	10	48	0	R\$ 53.000,00

0009184-94.2021	APOSENTADORIA ESPECIAL E APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMI-PRESENCIAL	12	3	0	3	0	R\$ 1.596,00
0012514-36.2020	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM "DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL"	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	20	100	80	33	0	R\$ 9.829,20
0007729-94.2021	CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM "INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA POLICIAL"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMI-PRESENCIAL	126	6	0	6	0	R\$ 9.000,00
0012180-65.2021	CONFORMIDADE CONTÁBIL E ANÁLISE DE BALANCETE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMI-PRESENCIAL	20	2	0	2	0	R\$ 3.000,00
0008445-24.2021	IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA JUSTIÇA ELEITORAL	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	9	100	50	74	0	R\$ 5.500,00
0008581-21.2021	WORKSHOP DE ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD (AVANÇADO)	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	12	25	0	23	0	R\$ 11.000,00
0009917-60.2021	CURSO "AÇÕES ELEITORAIS CÍVEIS E TEORIA DA SANÇÃO ELEITORAL CÍVEL: DA INICIAL À CASSAÇÃO DE MANDATO"	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	24	80	50	41	0	R\$ 11.795,04
0007775-83.2021	EXECUÇÃO FISCAL DA MULTA ELEITORAL	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	15	80	80	45	0	R\$ 7.500,00
0013101-24.2021	ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL: ILÍCITOS ELEITORAIS, PODER DE POLÍCIA E JURISPRUDÊNCIA DO TSE – PARA MAGISTRADOS (SUBSTITUÍDO PELO CURSO: INTRODUÇÃO AO DIREITO DIGITAL E ÀS MÍDIAS SOCIAIS)	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	20	40	10	9	14	R\$ 13.320,00
0010891-97.2021	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	40	50	20	28	0	R\$ 9.000,00
0010694-45.2021	WEBINÁRIO "TELETRABALHO E RISCOS PSICOSSOCIAIS"	JUDICIÁRIA	SEMI-PRESENCIAL	1,5	200	100	0	0	R\$ 1.500,00
0009556-43.2021	AUDITORIA GOVERNAMENTAL	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMI-PRESENCIAL	16	18	0	18	0	R\$ 7.426,56
0009567-72.2021	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMI-PRESENCIAL	24	18	0	18	0	R\$ 11.139,84
0008143-92.2021	SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMI-PRESENCIAL	40	4	0	4	0	R\$ 3.840,00
0008142-10.2021	HARDENING EM LINUX	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMI-PRESENCIAL	40	3	0	3	0	R\$ 3.840,00
0008140-40.2021	TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMI-PRESENCIAL	40	4	0	4	0	R\$ 3.840,00

0012408-40.2021	TREINAMENTO REMOTO DE GESTÃO DE SERVIÇOS COM GLPI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMIPRESENCIAL	40	10	0	10	0	R\$ 15.000,00
0014721-71.2021*	GESTÃO DE COMUNICAÇÃO, DAS MÍDIAS SOCIAIS E ASSESSORIA DE IMPRENSA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMIPRESENCIAL	20	3	0			R\$ 4.950,00
0014936-47.2021*	TESTE DE CONDICIONAMENTO FÍSICO PARA POLICIAIS JUDICIAIS	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	PRESENCIAL	4	6	0			R\$ 2.978,76
0012223-02.2021*	GESTÃO DA CONTA VINCULADA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	SEMIPRESENCIAL	20	5	0			R\$ 8.000,00

COORDENADORIA TÉCNICA (COTEC)

As atividades realizadas por essa unidade consultiva compreendem matérias relacionadas à legislação de pessoal e envolveram, ao longo dos meses da Gestão, desde a orientação inicial acerca da concessão de direitos e benefícios, até a execução, análise, acompanhamento e fiscalização de atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadorias e pensões e reversão ao serviço público.

No biênio de trabalho desta Administração até o dia 30/12/2021, essa Coordenadoria emitiu 2013 pareceres, propôs 124 minutas para criação/atualização de normativos deste Regional, prestou 51 Informações à Presidência para subsidiar suas respostas aos órgãos externos. Ainda, auxiliou através de 775 despachos e 420 diligências, subsidiando a tomada de decisão da Secretaria que lhe compete, bem como a Diretoria-Geral e a Presidência, dentre outras inúmeras atividades processuais possíveis de serem aferidas através de estatística do próprio Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Através dos tipos documentais citados no parágrafo anterior, os achados dessa Coordenadoria envolveram estudos e sugestões, instrução básica para uma necessária alteração (e adequação às normas mais recentes) da legislação de pessoal em assuntos diversos. Dentre eles, destacamos a proposta de reformulação do regulamento interno que disciplina a realização de serviço extraordinário e banco de horas no âmbito deste Regional – já em trâmite no PJE nº 0600226-14.2021.6.18.0000, estando os autos conclusos para decisão.

Além dos trabalhos voltados ao cumprimento das atribuições regimentais, sistematicamente os integrantes dessa Coordenadoria vem colaborando com grupos de trabalho instituído neste Regional com vista a conduzir/implantar importantes projetos no âmbito desta Administração, dentre as quais destacamos a Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Processos SEI nºs [0016770-22.2020.6.18.8000](#) e [0014036-64.2021.6.18.8000](#)), a Comissão de Concurso Público para o provimento de cargos efetivos (Processo SEI nº [0005353-38.2021.6.18.8000](#)) e a Comissão do Concurso de Remoção (Processo SEI nºs [0013709-22.2021.6.18.8000](#) e [0016882-54.2021.6.18.8000](#)).

Ademais, esta Coordenadoria elaborou inúmeras minutas de atos normativos de relevância para o Tribunal, que terminaram convertidas em Resoluções e/ou Portarias, merecendo destaque:

RESOLUÇÃO Nº 392, DE 30 DE JULHO DE 2020, modificando o regulamento das consignações em folha de pagamento dos servidores ativos, inativo e pensionistas;

RESOLUÇÃO Nº 397, DE 10 DE AGOSTO DE 2020, que modificou a Resolução TRE-PI nº 298, de 18 de dezembro de 2014, "que disciplina o horário de expediente, a jornada de trabalho, o registro de frequência e o controle de expediente dos servidores lotados na Secretaria e nos cartórios eleitorais desta circunscrição eleitoral";

RESOLUÇÃO Nº 403, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020, que "dispõe sobre a designação de oficial de justiça ad hoc, reembolso e a indenização de despesas decorrentes do cumprimento de mandados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí";

RESOLUÇÃO Nº 407, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020, alterando a Resolução TRE-PI nº 244, de 28 de maio de 2012, "que dispõe sobre a realização de labor além-jornada no âmbito da Secretaria do TRE/PI e Cartórios Eleitorais".

RESOLUÇÃO Nº 436, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e dá outras providências.

Portaria Presidência Nº 555/2021, que "Institui condições especiais de trabalho aos servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como aos que tenham filhos ou dependentes legais na mesma condição, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí."

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (SAS)

1 - Ações de prevenção ao adoecimento:

1.1. - Metas e ações previstas para 2022:

- Programa Prevenção da Saúde Bucal;
- Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2022;
- Programa: Avaliação do perfil de saúde bucal de magistrados e servidores do TRE-PI;
- Programa: Prevenção e Controle do Diabetes;
- Exames Médicos Periódicos, Ano 2022;
- Estudo de viabilidade de implantação da assistência odontológica direta aos inscritos no Pró-saúde;
- Programa de doação de sangue (HEMOPI).

1.2. - Metas e ações previstas para 2023:

- Programa Prevenção da Saúde Bucal;
- Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2023;
- Programa: Coração Amigo;
- Programa: Maturidade Ativa;
- Exames Médicos Periódicos, Ano 2023;
- Programa: Doação de Órgão (sangue).

2. Valores pagos pelo PRÓ SAÚDE no ano de 2021, com o custeio da Assistência Médica e Odontológica dos servidores:

Obs: informações prestadas pela Coordenação de Orçamento e Finanças via e-mail:

CATEGORIA	VALOR
Reembolso de despesa com planos de saúde privados junto a ASJEPI	R\$ 3.689.795,36
Reembolso de despesas a servidores que realizam o pagamento a planos de saúde privados mediante boleto	R\$ 199.703,95

Despesas médicas e odontológicas da Rede Credenciada	R\$ 263.666,83
Reembolso AUTORIZADOS EM PROCESSOS RELATIVAS a vacinas de quem moram fora do domicílio de Teresina e aquisição de equipamentos médicos hospitalares	R\$ 16.681,77

CONCLUSÃO

A Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE/PI teve um papel de destaque no enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), que teve início concomitante a atual gestão administrativa.

O Serviço de Assistência à Saúde, amparado pelo Serviço Médico, atuou firmemente em busca de medidas objetivando minimizar o risco de transmissão de COVID-19 no âmbito deste Tribunal e preservar a saúde dos servidores e demais pessoas que transitam nas dependências dos prédios da Justiça Eleitoral do Piauí.

Destacamos que a eleição 2020 foi realizada durante esta grave crise epidemiológica mundial, mas a Secretaria de Gestão de Pessoas não mediu esforços para prestar todo apoio necessário às Zonas Eleitorais, para que o certame ocorresse da melhor maneira possível, conciliando o objetivo desta justiça eleitoral com a preservação da saúde de seus servidores e demais agentes públicos.

Ressaltamos, ainda, que o papel da Secretaria de Gestão de Pessoas no cumprimento da sua missão institucional só pode ser cumprido em razão do grande comprometimento e esforço de cada uma das pessoas que a integram e que contribuem diretamente para o resultado alcançado por esta unidade.

Por fim, esta Secretaria reafirma sua responsabilidade nos esforços contínuos para ajudar o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no alcance de sua missão institucional.

Teresina, 25 de janeiro de 2021.

Luíza Freitas Ribeiro Gonçalves Parente
Secretária de Gestão de Pessoas substituta

IV – Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório **visa atender ao disposto na Resolução TRE-PI nº 268/2013**, que dispõe sobre a transição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), em **consonância com a Resolução CNJ nº 95/2009**, fornecendo as informações necessárias para a atuação da próxima gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

No presente documento **apresentamos as ações e os resultados** obtidos pelo TRE-PI, no **Exercício de 2021 até a presente data**, sob a **gestão do Exmo. Des. Jose James Gomes Pereira**, no âmbito de atuação da **Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)**, considerando-se que as ações e resultados relativos ao Exercício de 2020 constam do Relatório de Gestão TRE-PI 2020, publicado na página do TRE-PI, em “Transparência e Prestação de Contas”.

Cumprе ressaltar que as informações **relativas aos incisos I ao XXVI**, da **Resolução TRE-PI nº 268/2013** e **inciso VIII** do art. 4º da **Resolução CNJ nº 95/2009**, de competência desta secretaria, encontram-se sempre referenciadas no presente relatório.

II. AÇÕES DA SAOF NO EXERCÍCIO 2021 E PROJEÇÕES PARA O ANO DE 2022, POR COORDENADORIA.

Regimentalmente a **Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)** possui **três pilares de atuação**: (1) **Administração Orçamentária e Financeira**, (2) **Apoio Administrativo** e (3) **Contratações e Patrimônio**, gerenciados por suas unidades: Gabinete SAOF, Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COOF, Coordenadoria de Apoio Administrativo – COAAD e Coordenadoria de Contratações e Patrimônio – COCONP.

Assim, as atividades desenvolvidas pela SAOF têm **ligação direta** com os **objetivos estratégicos** do TRE-PI de “**aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira**” e de “**promover a governança das contratações**”, estabelecidos no **Plano Estratégico Ciclo 2021-2016**, e de apoio aos demais objetivos constantes do referido plano, contribuindo para o alcance da **missão institucional** do TRE-PI de “**garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia**”.

1. APOIO ADMINISTRATIVO - COAAD

A **Coordenadoria de Apoio Administrativo** compreende a **Seção de Comunicações** e a **Seção de Administração Predial e Transportes**. Além dessas referidas seções, recentemente foi incorporado à estrutura desta Coordenadoria o **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual**, nos termos da **Resolução TRE/PI nº 430/2021**.

A **Coordenadoria de Apoio Administrativo** tem, resumidamente, por competência **iniciar** – através do **Documento de Oficialização da Demanda – DOD**, nos termos da **Resolução TRE/PI nº 427/2021** – os **procedimentos administrativos** relacionados à grande parte da **contratação de obras e serviços** deste Regional e acompanhar, conforme natureza do serviço, a respectiva **execução contratual** – através do **Gestor do Contrato** cujas atribuições cabem ao **Fiscal Administrativo** e ao **Fiscal Técnico** vinculados ao contrato específico.

Nesse sentido e visando melhor especificar os **resultados almejados** por essa Coordenadoria – relativos ao exercício de 2022, dividimos as pretensas contratações de serviços e obras em 02 (dois) eixos: (1) **Contratos – Pleitos Eleitores** e (2) **Contratos – Orçamento Ordinário**.

É relevante destacar que as **atividades vinculadas** à Coordenadoria de Apoio Administrativo têm **ligação direta com o Planejamento Estratégico deste Regional** e comungam com a política de boa governança

do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na qual foca-se o **propósito da organização em resultados para cidadãos e usuários dos serviços**.

No caso específico dessa Coordenadoria, destacamos a **política de acessibilidade** presente no **Plano Estratégico deste Regional**, referente às **instalações físicas** desta Justiça, e aferida periodicamente pelo **CNJ**, cuja medição busca aferir o **índice de unidades aderentes ao padrão de acessibilidade**. Assim, demostramos a seguir o **quantitativo de prédios** utilizados pela Justiça Eleitoral do Piauí considerando-se a respectiva condição de utilização e acessibilidade, sendo esta aferida em **próprios, cedidos e alugados**:

UNIDADES PREDIAIS – Justiça Eleitoral do Piauí						
CLASSIFICAÇÃO	CONDIÇÃO	ACESSIBILIDADE				
		QUANTIDADE	ADAPTADO	NÃO ADAPTADO	PARCIAL ADAPTADO	RESUMO
CARTÓRIOS	Prédios do TJ – PI	4	1	0	3	4
	Prédios Alugados	36	19	0	17	36
	Prédios Próprios	19	18	0	1	19
	Prédios Cedidos	1	1	0	0	1
	Prédios Ocupados – Cartórios	60	39	0	21	60
SECRETARIA	Prédios Próprios	3	1	0	2	3
	Prédios Alugados	1	0	1	0	1
	Prédios Cedidos	0	0	0	0	0
	Prédios Ocupados – Secretaria	4	1	1	2	4

Depreende-se, pois, que dos **64** (sessenta e três) **prédios ocupados** pela Justiça Eleitoral do Piauí, **40** (quarenta) encontram-se **adaptados à acessibilidade** aferida pelo **CNJ**, ou seja, **63%** (sessenta e três por cento) do total. Nota-se que consta **23** (vinte e três) **prédios ocupados** com acessibilidade **parcialmente adaptada** e apenas 01 (um) sem acessibilidade.

Ademais, cabe ressaltar – nessa oportunidade – outra **ferramenta indispensável à infraestrutura predial** dos imóveis da Justiça Eleitoral do Piauí que é a condição de **SEGURANÇA PREDIAL**. Essa atribuição

está vinculada à **Seção de Administração Predial e Transporte – SEAPT** cujas atribuições encontram-se afeitas ao **Serviço de Segurança Institucional – SERSIN** deste Tribunal.

Essa matéria será adiante explicitada no sentido de demonstrar sua estrutura organizacional e eventuais pontos de melhorias.

1.1. Contratos Serviços – Pleitos Eleitorais 2022

A realização das eleições precede a uma estrutura organizacional que compreende desde o **planejamento integrado das eleições** às **ações específicas** relativas à **execução das demandas do pleito** com vistas a propiciar ao eleitor o livre exercício do direito de votar e ser votado. Por esta razão, segue adiante, a relação de **procedimentos administrativos** que culminarão com a **prestação de serviços** vinculados às **Eleições Gerais de 2022**. Note-se que para cada **pretensa contratação** abaixo relacionada será **autuado processo específico** de contratação:

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Pleitos Eleitorais 2022				
Nº	Categoria	Unidade demandante/Data de Autuação	Previsão Contratação	Orçamento Estimado
01	Alimentação De Mesários	SECOM/Comissão CFVA 2022 – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$3.313.360,00
02	Auxiliares De Apoio Às Eleições	COELEI – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$3.818.107,76
03	Diplomação Dos Eleitos	CERIMONIAL/SECOM – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$20.000,00
04	Filmagem Para Votação Paralela	CVP2022 / SECOM – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$15.700,00
05	Jornalista – Serviços Terceirizados	IMCOS / SECOM – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$25.000,00
06	Locação De Aeronave – Votação Paralela	CVP 2022/SECOM – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$60.000,00
07	Locação De Veículos Com Motoristas	SEAPT/COELEI – 10/03/2022	Até 31/07/2022	R\$150.000,00
08	Motorista	SEAPT/ FÓRUM TERESINA – 15/01/2022	Até 31/07/2022	R\$140.000,00
09	Motoboy	SEAPT/CARTÓRIOS ELEITORAIS – 30/01/2022	Até 31/07/2022	R\$150.000,00
10	Produção De VT E Spot	SECOM / IMCOS – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$35.000,0

11	Serviços De Telecomunicações	SECOM/TELEFONIA – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$40.000,00
12	Serviços Exclusivos – Sedex, Pac E Postais.	SECOM / EXPEDIÇÃO – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$189.700,00
13	Serviços Gráficos E Editoriais	SECOM /REPROGRAFIA – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$19.200,00
14	Serviços Gráficos Em Geral	SECOM /REPROGRAFIA – 10/02/2022	Até 31/07/2022	R\$4.000,00
15	Transporte De Mídia (Motoboy – C. Eleitorais)	CARTÓRIOS ELEITORAIS / SEAPT – 10/04/2022	Até 31/07/2022	R\$200.000,00
16	Transporte De Policiais	SERSIN / POLÍCIA MILITAR – 10/03/2022	Até 31/07/2022	R\$945.913,07
17	Transporte De Urnas	SEVIN/C. ELEITORAIS / SEAPT – 10/03/2022	Até 31/07/2022	R\$1.740.000,00
Total Geral				R\$10.865.980,83

Além dessas contratações deverão também ocorrer despesas com **suprimento de fundos – Eleições Gerais de 2022**, estimada em **R\$530.000,00** (quinhentos e trinta mil reais), destinada a pequenas compras e pequenos serviços.

1.2. Contratos – Prestação de Serviços Continuados – Orçamento Ordinário 2022

A funcionalidade da estrutura administrativa e judicial da Justiça Eleitoral tem como plataforma de sustentação o seu corpo funcional: magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados, **além dos contratos formalizados com a iniciativa privada**. Destes, destacamos os **contratos de prestação de serviços** cuja competência para formalizá-los e executá-los compete – inicialmente – a essa Coordenadoria de Apoio Administrativo. Assim, relacionamos abaixo – por categoria – as prestações de serviços tomadas por este Regional – exercício de 2022 – e que terão como base o **Plano de Contratações Anual-PCA** deste Regional e a **Lei Orçamentária de 2022** – continuidade da prestação de serviço respectiva:

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Orçamento Ordinário 2022		
Itens	Categoria	Custo Contratual Estimado – Ano
01	Agentes Cartorários	R\$1.603.03,00
02	Assistente Odontológico	R\$45.800,00
03	Auxiliar de Arquivo	R\$107.100,00
04	Buffet	R\$49.800,00

05	Carregadores	R\$146.000,00
06	Copa/Garçom – aditamento (reforço)	R\$227.000,00
07	Correio/Jornal	R\$259.200,00
08	Estagiários	R\$520.400,00
09	Frota De Veículos	R\$421.100,00
10	Prestação de Serviços Estatísticos	R\$105.071,47
11	Gráfica – aditamento (reforço)	R\$352,100,00
12	Jornalista – to (reforço)	R\$28.178,87
13	Limpeza E Dedetização	R\$2.350.400,00
14	Locação De Imóvel	R\$831.400,00
15	Manutenção de Equipamentos	R\$28.178,87
16	Manutenção Predial	R\$1.954.300,00
17	Motoboy	R\$101,328,47
18	Motorista	R\$339.900,00
19	Passagens	R\$275.400,00
20	Operador De Som	R\$51.500,00
21	Secretários/Receptionistas/Contínuos/Serviços Gerais	R\$614.300,00
22	Segurança	R\$3.531.300,00
23	Serviços TI	R\$4.018.400,00
24	Telefone/Água/Luz	R\$2.162.500,00
25	Serviços de Tradução/Interpretação de Libras	R\$71.949,00
Total Geral		R\$20.174.768,90

IMPORTANTE DESTACAR

Normatização no âmbito interno do TRE-PI sobre a obrigatoriedade de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e em condições de vulnerabilidade econômica pelas empresas prestadoras de serviços continuados nos contratos firmados pelo TRE-PI, em atendimento ao Programa de Assistência à Mulher instituído pelo TRE-PI.

Por meio da Portaria Presidência TRE-PI nº 322, de 26/05/2021, o TRE-PI: institui o Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, onde se prevê que os contratos de serviços continuados reservarão 20% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar (art. 1º, §1º).

Cumprimento da Portaria nas contratações de:

- Prestação de serviços continuados de secretariado – Termo de Referência nº 35/2021;
- Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para a Capital - Termo de Referência nº 42/2021;
- Prestação de serviços continuados de agentes de portaria para os prédios do TRE-PI - Termo de Referência nº 43/2021.



1.3. Gestão Contratual 2021

A **Gestão Contratual** é de fundamental importância para obtenção da **eficiência na execução contratual de prestação de serviços** deste Regional. Essa referida gestão caberá aos **Fiscais Administrativo e Técnico** dos contratos executados neste Tribunal.

A fiscalização de contratos tem por objetivo:

- assegurar que o objeto entregue e/ou serviço prestado esteja de acordo com o que foi contratado;
- aferir se os resultados previstos pela administração com a contratação estão sendo alcançados;
- realizar instrução processual e encaminhamento de documentação pertinente para a formalização de procedimentos relativos a alterações, prorrogações, pagamento, eventual aplicação de sanções, repactuações e extinção de contratos;
- documentar toda a gestão contratual com vistas a subsidiar a administração na avaliação da eficiência e eficácia da contratação.

De forma que para alcançar os objetivos expostos, a fiscalização é dividida em **técnica e administrativa**. Por esta razão, este Regional em **04/05/2020**, editou a **Portaria – Presidência TRE/PI nº 358/2020** que instituiu a **Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual**.

Em **julho de 2020**, a Coordenadoria de Apoio Administrativo – através do **SEI nº 0016689–73.2020.6.18.8000** – apresentou **minuta de resolução** à Administração desta Casa com vista a **normatizar a estrutura organizacional e respectivas competências do Núcleo de Gestão Contratual**, visando fortalecer a Gestão de Contratos neste Tribunal. Após regular tramitação, este Regional editou a **Resolução TRE/PI nº 430**, de 08 de novembro de 2021, que institui o **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC**.

Inicialmente, cabe esclarecer que, em regra, as **funções de fiscalização** – sejam elas de ordem **administrativa ou técnica** – **não podem ser centralizadas em um único servidor**. Assim, o **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC** deste Regional supre essa exigência legal ao **designar** para a **Fiscalização Administrativa** (Gestão Administrativa de Contratos) os servidores lotados no mencionado NFFGC.

De modo que o **Fiscal Administrativo** é o servidor designado para acompanhar os aspectos administrativos do pacto contratual cujas competências são:

- instruir os procedimentos de pagamento;
- emitir a nota técnica de atesto;
- controlar o saldo contratual, dando ciência ao fiscal técnico e às unidades demandantes;
- fornecer, a cada nota técnica de atesto, informações sobre o controle de saldo contratual.

Quanto ao **Fiscal Técnico**, este deve ser servidor efetivo – formalmente designado – para **acompanhar a execução do objeto** contratual, com o objetivo de avaliar se a **quantidade e qualidade** estão de acordo com o **definido no respectivo contrato**. Para isso, deverá ter **conhecimento técnico** do **objeto** contratado e de todos os **termos contratuais** que irá fiscalizar, principalmente das **condições constantes do edital e de seus anexos**, com vistas a **acompanhar as obrigações in loco** tanto da administração contratante quanto da contratada. Assim, é desejável que o **fiscal técnico** seja **lotado** na **unidade administrativa demandante da contratação**.

Dito isto, segue adiante o demonstrativo de processos que tramitaram no **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC** e respectivos **valores pagos** via **contratos formalizados** por este Regional no **exercício de 2021**. Esses demonstrativos têm por objetivo demonstrar a importância da efetiva funcionalidade do **NFFGC** e a necessidade de dotá-lo com **infraestrutura de pessoal** em **maior número de servidores** nessa referida unidade no sentido de que o **NFFGC** tenha condições plenas de exercer todos os atos de gestão contratual, tais como: elaborar listas de verificação, realizar reunião inicial com a contratada, registrar todas as ocorrências contratuais, realizar instrução processual e encaminhamento de documentação pertinente à formalização de procedimentos relativos a alterações, prorrogações, pagamento, eventual aplicação de sanções, repactuações e extinção de contratos, etc.



Verifica-se, pois, que dos **830 processos finalizados** para pagamento foram efetivamente pagos – no exercício de 2021 – o montante de mais de **R\$16.000.000,00** reforçando ainda mais a necessidade de dotar-se o **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual** de infraestrutura de pessoal capaz de atender plenamente às demandas dessa unidade. Note-se, ainda, que – no **exercício de 2022** – este Regional terá **orçamento** no **montante R\$ 43.077.661,00** subdividido em:

- a) Orçamento Ordinário 2022 – **R\$28.235.026,00**

b) Pleito Eleitoral 2022 – **R\$14.842.635,00**

Portanto, as atribuições do mencionado Núcleo – em ano eleitoral – aumentam significativamente, pois terá que fiscalizar e gerir os contratos ordinários e os contratos específicos de pleito eleitoral.

1.4. Engenharia E Arquitetura

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí dispõe hoje, na área de engenharia, de escasso Quadro de Pessoal, pois conta apenas com 01 (um) Analista Judiciário – Área Específica de Engenharia e mais 01 (um) Analista Judiciário – Área Específica de Engenharia – oriundo de outro Tribunal – com cargo recém distribuído para este Regional. De modo que todas as demandas desta Casa, relativas à manutenção predial e demais ações vinculadas à área de engenharia – com ocorrência na Sede deste Tribunal e nas Zonas Eleitorais da Capital e Zonas Eleitorais do interior do Estado – destacando-se nestas os achados das Inspeções da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí, cujas providências demandadas que se referem à infraestrutura predial, recaem sobre a atuação de somente 02 (dois) engenheiros civis que terão de desempenhar as atividades burocráticas da área, além das atividades específicas de engenharia.

Ademais, convém destacar que as ações desempenhadas pela manutenção predial deste Tribunal têm vinculação com as atividades de engenharia civil, engenharia elétrica, além de arquitetura. De modo que, pelo fato de não haver no Quadro de Pessoal desta Casa os cargos efetivos de Analista judiciário: Engenharia Elétrica e Analista judiciário: Arquitetura, - e, essas referidas atividades exigem formação técnica específica, - são todas elas executadas, na medida do possível e dos limites de ordem técnica, pelos engenheiros civis da Secretaria deste Regional. Sob a responsabilidade desse pequeno “Setor de Engenharia” encontram-se as mais diversas atividades de engenharia, o que resulta no atendimento de demandas vinculadas à área de engenharia elétrica dentre elas destacamos: (i) a implantação da energia fotovoltaica (SEI nº 0015742–82.2021.6.18.8000), (ii) o cabeamento lógico e elétrico (SEI nº **0012584–53.2020.6.18.8000**) e (iii) a instalação de Grupo Gerador (SEI nº 0016737–32.2020.6.18.8000), bem como atividades específicas da área de arquitetura como elaboração de projetos de reforma de prédios, alteração de layout de espaços físicos de unidades administrativas, dentre tantas outras.

Por estas razões, a Coordenadoria de Apoio Administrativo-COAAAD apresentou à Administração desta Casa as seguintes proposituras:

1. **Criação do Núcleo de Engenharia e Arquitetura** vinculado à Coordenadoria de Apoio Administrativo com a estrutura organizacional e respectivas competências especificadas nos autos do SEI nº 0019341–29.2021.6.18.8000.
2. **Transformação de 02 (dois) cargos efetivos** da Secretaria deste Regional de **Analista Judiciário – CARGO VAGO OU A VAGAR** – conforme propositura assentada nos autos do processo SEI nº **0000105–57.2022.6.18.8000**, em:
 - i. **01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Especialidade: Engenharia Elétrica;** e
 - ii. **01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Especialidade: Arquitetura.**
3. **Terceirização de mão de obra especializada**, conforme justificativas e base legal apresentadas nos autos do SEI nº **0000105–57.2022.6.18.8000**, que visa contratação de mão de obra especializada de **Engenharia Elétrica e Arquitetura** para prestação de serviços a este Tribunal, enquanto

não transformado os cargos de Analista Judiciário nas especialidades de **Engenharia Elétrica e Arquitetura**.

1.5. Segurança Institucional

Essa matéria foi recentemente examinada por este Regional, conforme afere-se dos autos do SEI nº 0014699-47.2020.6.18.8000 do qual resultaram as seguintes normas:

- a) **Portaria TRE/PI nº 677/2020** – instituiu a **Comissão Permanente de Segurança** no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, nos termos do art. 11, da **Resolução CNJ nº 291, de 23 de agosto de 2019**, para designar seu Presidente e respectivo suplente.
- b) **Portaria TRE/PI nº 720/2020** – Institui o **Plano Continuado de Formação e Especialização dos Agentes de Segurança Judiciária** do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- c) **Resolução TRE/PI nº 401/2020** – Institui o **Plano de Segurança Orgânica** do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Ademais, cabe ressaltar que tramita nesta Casa o processo SEI nº0007389-53.2021.6.18.8000 cujo objeto é a reestruturação do Serviço de Segurança deste Tribunal, inclusive com vinculação direta à Presidência deste Regional, nos termos propostos no mencionado processo:

‘Com vistas a contribuir com os estudos relativos alteração da estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal para que o Serviço de Segurança passe a compor a estrutura da Presidência, haja vista as determinações contidas nos eventos [1190477](#) e [1191198](#), prestamos as seguintes informações que devem ser levadas em consideração no momento em que estiver sendo estudada a reestruturação pretendida:

1 – A presente proposta de alteração da Resolução TRE 271/2013 e da Resolução TRE 240/2012, no que tange à estruturação e organização do Serviço de Segurança Institucional, vem atender às diretrizes trazidas pelas recentes Resoluções do CNJ que tratam da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário;

02 – Inicialmente é preciso destacar, não obstante a autonomia dos tribunais, que em 2019 o Conselho Nacional de Justiça expediu a Resolução CNJ nº 291/2019(evento [0892488](#)), que consolidou todas as suas Resoluções sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, estabelecendo diretrizes e princípios a serem executados pelo SINASPJ;

03 – A partir da leitura da citada norma pode-se inferir que o CNJ pretende, gradativamente, criar protocolos, padronizar ações de segurança entre as unidades de segurança dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive, fazendo levantamento e mapeamento de itens de inteligência e segurança instalados nos tribunais, conforme demonstram questionamentos habituais recebidos do CNJ acerca da matéria;

03 – Face a essa realidade e a exemplo do que ocorre em outros Tribunais, sugerimos que seja criado um Gabinete de Inteligência e Segurança Institucional composto de uma chefia (FC 06) e a uma função comissionada de assistente III (FC 03), hoje denominada de Serviço de Segurança Institucional, que passaria a compor o citado Gabinete com a denominação de Núcleo de Inteligência, haja vista a determinação contida no artigo 12, inciso II da Resolução CNJ 291, de 23 de agosto de 2019, no sentido de que seja criado um Núcleo de Inteligência nos Tribunais.

04 – Vê-se, pois, que os normativos que cuidam do Serviço de Segurança Institucional carecem sim de reformulação de forma a estruturá-lo adequadamente, sob a

configuração de Gabinete de Inteligência e Segurança Institucional, assegurando que a sua titularidade recaia, preferencialmente, em servidor detentor de cargo efetivo na especialidade de Segurança, conforme orientação do art. 3º, da Resolução TRE/PI 401/2020([1175793](#)), bem como o fazem diversos Regionais. Ressaltamos, ainda, que o ideal é que o referido serviço esteja subordinado diretamente à Presidência da Casa, posto que suas ações ultrapassam o mero planejamento administrativo sendo, não raramente, necessária uma tomada de decisão célere para resolução de demandas urgentes e inadiáveis. Como exemplo, pode-se citar o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), o TRF3, o Superior Tribunal Militar, a maioria dos Tribunais Regionais do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), o TRE-RJ, o TRE-AP, o TRE-PB, o TRE-PE, o TRE-TO, o TRE-DF e, por último, o próprio TSE, todos têm a sua unidade de segurança subordinada diretamente à presidência do tribunal. Em muitos outros organogramas, as unidades de segurança estão subordinadas à Diretoria-Geral. Em regra, atualmente existe uma tendência em aproximar a segurança institucional da alta Administração, restando poucos tribunais com a estrutura hierárquica burocrática vinculando a unidade de segurança à Coordenadoria de Apoio Administrativo.

05 – Ressalte-se que a atividade de segurança encontra-se dentre aquelas essenciais ao planejamento e independência dos órgãos do Poder Judiciário, representando requisito avaliativo dos órgãos de controle e do próprio CNJ. Anexamos ao presente os normativos mais recentes do CNJ que cuidam da matéria (SEI [1228646](#), [1218704](#), [1219514](#) e [1223648](#));

06 – Finalmente, em sendo acatada a presente proposta, a norma de criação do Gabinete de Inteligência e Segurança Institucional deverá reproduzir o detalhamento de atribuições e funcionamento já contemplado na Resolução TRE/PI 401/2020. Cabe ressaltar que o TSE está instituindo um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a regulamentação no âmbito da Justiça Eleitoral acerca do exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais eleitorais, das atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial, sob a luz da Resolução CNJ nº 344, de 9 de setembro de 2020 (que regulamentou o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial).

Diante do exposto, solicitamos que a alteração dos normativos que cuidam da estruturação do Serviço de Segurança Institucional, para criação de um Gabinete de Inteligência e Segurança Institucional, subordinado diretamente à Presidência deste Regional, com um titular (FC-06), escolhido entre servidores da carreira especializada. Em anexo, apresentamos minuta de texto relativo às alterações propostas”.

Dito isto e enquanto não reestruturado o Serviço de Segurança Institucional deste Tribunal, sugerimos – salvo melhor entendimento – que sejam submetidas à Administração Superior deste Regional as seguintes proposituras com vista a proteger-se a infraestrutura predial dos imóveis da Justiça Eleitoral do Piauí:

- a) os prédios ocupados pela Justiça Eleitoral do Piauí no interior do Estado do Piauí – onde encontram sediadas as Zonas Eleitorais do interior – o **monitoramento da infraestrutura predial** desses imóveis é feita por **Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV**. De modo que o **controle desses ambientes é centralizado na Sede** deste Tribunal, através do **Serviço de Segurança Institucional**. No **horário de expediente regular** cabe aos **Agentes de Segurança** desta Casa **aferirem a manutenção regular desses imóveis**. No entanto, **não há aferição** dessas câmaras no turno da

tarde. Assim, sugerimos que os **expedientes do Agentes de Segurança** desta Casa sejam **escaloados em rodízio em turnos: manhã e tarde**, de forma que possibilite a visualização – em tempo real – do **Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV**.

Convém, ressaltar que somente à noite nos dias úteis e nos finais de semana e feriados há mão de obra terceirizada com a finalidade de aferir/monitorar o mencionado sistema CFTV. Por esta razão, sugerimos à Administração desta Casa que seja examinada a possibilidade de estender, também, o horário de monitoramento do CFTV no período diurno nos finais de semana e feriados.

- b) recentemente foram adquiridos equipamentos que visam o aperfeiçoamento do referido CFTV, conforme afere-se nos autos do SEI nº 0012008–26.2021.6.18.8000. Por esta razão, sugerimos à Administração desta Casa que seja priorizada a instalação desses equipamentos, conforme Plano de Ação a ser apresentado pela Serviço de Segurança Institucional desta Casa.

1.6. Ações Em Andamento – Exercício 2022

Para melhor compreensão das ações que tiveram **início no exercício de 2021 e terão continuidade no exercício em 2022**, apresentaremos abaixo – por unidade administrativa demandante – as ações de maior relevância:

a) Seção de Administração Predial e Transporte – SEAPT

PROJETO	FASE
Energia Fotovoltaica	Em Execução – SEI nº 0002435-61.2021.6.18.8000
Centro Cultural – Revitalização do antigo prédio dos Cartórios Eleitorais, localizado na Rua Eliseu Martins	Em Execução – SEI nº 0010672-55.2019.6.18.8000
Cabeamento Lógico e Elétrico – Projeto Executivo	Em Execução – SEI nº 0012584-53.2020.6.18.8000
Espaço Convivência e Vestiário – Sede TRE-PI	Em Execução – SEI nº 0025464–77.2020.6.18.8000.
Restaurante – Sede TRE-PI	Em Execução – SEI nº 0025480–31.2020.6.18.8000
Reforma em Cartório Eleitoral – Campo Maior/PI	Em Execução – SEI nº 0010793-15.2021.6.18.8000
Espaço Memória – Sede TRE-PI	Em Execução – SEI nº 0010672–55.2019.6.18.8000
Grupo Gerador – Sede TRE-PI	Em Execução – SEI nº 0001071-59.2018.6.18.8000

Para melhor compreensão das ações em execução pela **Seção de Administração Predial e Transporte – SEAPT**, inclusive as ações relativas às **Inspecções realizadas pela Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí**, seguem via anexo os detalhes seguintes:

Anexo I – Obras e Serviços Prioritários

Anexo II – Ações de Melhorias – Inspeções da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí

b) Seção de Comunicação – SECOM

PROJETO	FASE
Modernização Central telefônica – Voip	Fase Inicial – SEI nº 0017080-91.2021.6.18.8000
Modernização do Arquivo-Deslizante	Em Execução – SEI nº 0006851-72.2021.6.18.8000

1.7. Conclusão Apoio Administrativo

Considerando-se as informações acostadas acima, temos como satisfatória à realização das atividades da **COAAD** durante o **exercício de 2021**. No entanto, há que **fortalecer** – salvo melhor entendimento – a infraestrutura das unidades abaixo relacionadas:

- 1. NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO CONTRATUAL – NFFGC (Gestão Contratual)**
– garantir melhor eficiência na execução contratual e dar segurança ao Ordenador de Despesa na efetuação dos pagamentos.

DEMANDA – lotação de mais **4 servidores efetivos** no **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC**, tendo em vista que estes servidores são responsáveis pela **gestão contratual e fiscalização financeira** de todos os contratos de prestação de serviços deste Regional cujo montante – exercício de 2022 – está estimado em **R\$43.077.661,00** subdividido em:

- a) Orçamento Ordinário 2022 – R\$ 28.235.026,00**
 - b) Pleito Eleitoral 2022 – R\$14.842.635,00**
- 2. ENGENHARIA E ARQUITETURA** – garantir infraestrutura predial capaz de propiciar bom desempenho das atividades da Justiça Eleitoral do Piauí.

DEMANDAS:

- 2.1. Criação do Núcleo de Engenharia e Arquitetura** vinculado à **Coordenadoria de Apoio Administrativo** com a **estrutura organizacional** e respectivas **competências** especificadas nos autos do **SEI nº 0019341–29.2021.6.18.8000**.
- 2.2. Transformação de 02 (dois) cargos efetivos** da Secretaria deste Regional de **Analista Judiciário – CARGO VAGO OU A VAGAR** – conforme propositura assentada nos autos d **SEI nº 0000105–57.2022.6.18.8000**, em **01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Especialidade: Engenharia Elétrica** e **01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Especialidade: Arquitetura**.
- 2.3. Terceirização de mão de obra especializada**, conforme justificativas e base legal apresentadas nos autos do **SEI nº 0000105–57.2022.6.18.8000** que visa contratação de mão de obra especializada de **Engenharia Elétrica e Arquitetura** para prestação de serviços a este Tribunal, enquanto

não transformado os cargos de Analista Judiciário nas especialidades de **Engenharia Elétrica e Arquitetura**.

3. **Segurança Institucional** – organizar/estruturar o **serviço de segurança** no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e desenvolver uma **cultura de segurança institucional** que englobe a **prevenção** e a **neutralização de ameaças contra os ativos** do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, alinhada às diretrizes da Res. CNJ n. 435/2021, de 28/10/2021, que institui a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

DEMANDAS

- 3.1. **Escalonar os expedientes dos Agentes de Segurança** – lotados no Serviço de Segurança Institucional desta Casa – **em turnos: manhã e tarde**, de forma que possibilite a visualização e monitoramento – em tempo real – do **Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV** durante os **expedientes nos dias úteis**.
- 3.2. **Estender a aferição do mencionado Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV nos finais de semana e feriados, no horário diurno, via mão de obra terceirizada.**
- 3.3. **Priorizar a instalação dos equipamentos de segurança** adquiridos, conforme deliberação contida nos autos do **SEI nº 0012008–26.2021.6.18.8000**.

Além das supracitadas demandas, há outra de **fundamental importância** para a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí que é a **reformulação da estrutura administrativa** deste Regional, estabelecida na **Resolução TRE/PI nº 120/2005**, tanto a estrutura orgânica como a vinculação de suas competências. De modo que sugerimos – data vênua – à Administração Superior desta Casa adoção de providências no sentido de instituir comissão responsável pela análise e apresentação de proposta de atualização do Regulamento da Secretaria desta Casa.

A título de colaboração sugerimos observar como parâmetro o **Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: Resolução TRE/PR nº 878**, de 03 de novembro de 2021, que alterou a **estrutura orgânica** do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e **aprovou o Regulamento** da Secretaria e o **Organograma** daquele Regional.

2. CONTRATAÇÕES E PATRIMÔNIO – COCONP

A Coordenadoria de Contratações e Patrimônio – COCONP, composta pela **Seção de Licitações e Contratações (SELIC)** e pela **Seção de Almoxarifado e Patrimônio (SEALP)**, **desenvolveu importantes ações no ano de 2021** que seguem relacionadas a seguir.

2.1. Licitações e Contratações (SELIC)

O TRE-PI, por meio da Portaria TRE-PI 1138/2020, aprovou o Plano de Contratações Anual do TRE-PI (PCA) para o exercício de 2021, com a previsão das contratações de bens, serviços e soluções de TI para a sede e cartórios eleitorais, de acordo com os limites de disponibilidade orçamentária. Assim, em regra, as contratações efetivadas no exercício 2021 constam do Plano de Contratações Anual, com algumas exceções, que, de toda forma, foram previamente autorizadas pela Alta Administração deste Tribunal.

Ressalte-se que, embora as dificuldades enfrentadas em decorrência da Covid-19, que continuou afetando o país no ano de 2021, as contratações e aquisições planejadas e autorizadas para ocorrerem em 2021 foram concretizadas contribuindo para o bom desempenho da execução orçamentária e ainda para melhorar o funcionamento do Tribunal.

Importante registrar que se encontra disponibilizado, na página “Transparência e Prestação de Contas” do TRE-PI (link: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos>), o acesso ao Plano das Contratações Anual, aos contratos, editais, termos de referência, projetos básicos, compras, licitações em andamento e finalizadas, empresas penalizadas, dentre outros, em atendimento aos ditames da Lei 8.666/93, Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), Lei de Acesso à Informação (LAI) 12.527/2011 e ao princípio da transparência na divulgação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário.

A seguir são apresentadas informações acerca das licitações realizadas e contratos firmados no ano de 2021.



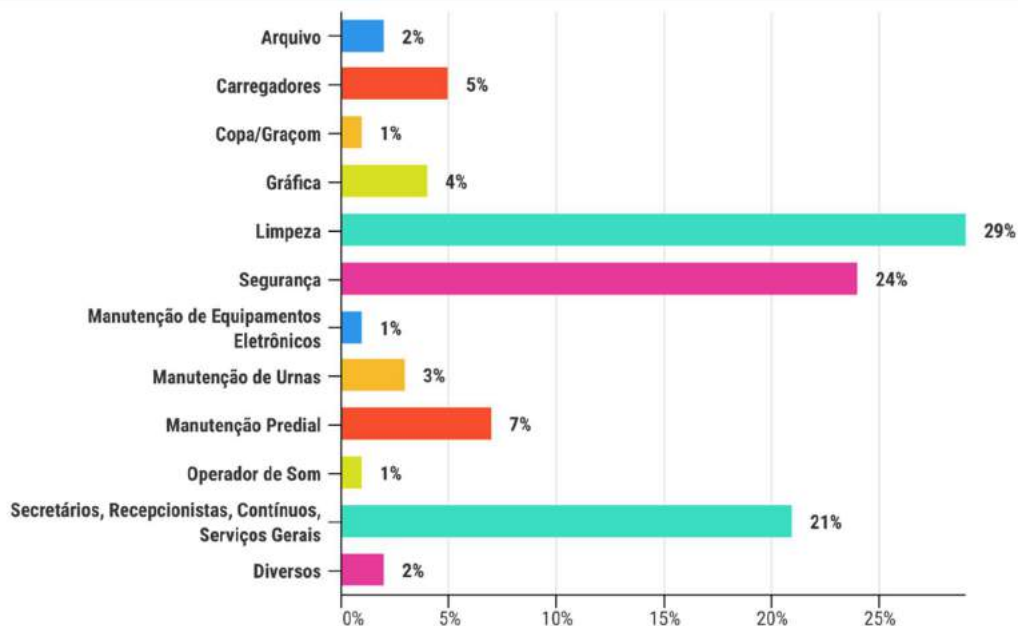
* Relação detalhada dos contratos firmados em 2021 consta do Anexo III

2.1.1. Relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência (atende ao inciso XIII, do art.3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013).

Essa informação consta de forma detalhada no Anexo IV, sendo apresentada abaixo a síntese das contratações de serviços e locações de imóveis do TRE-PI.

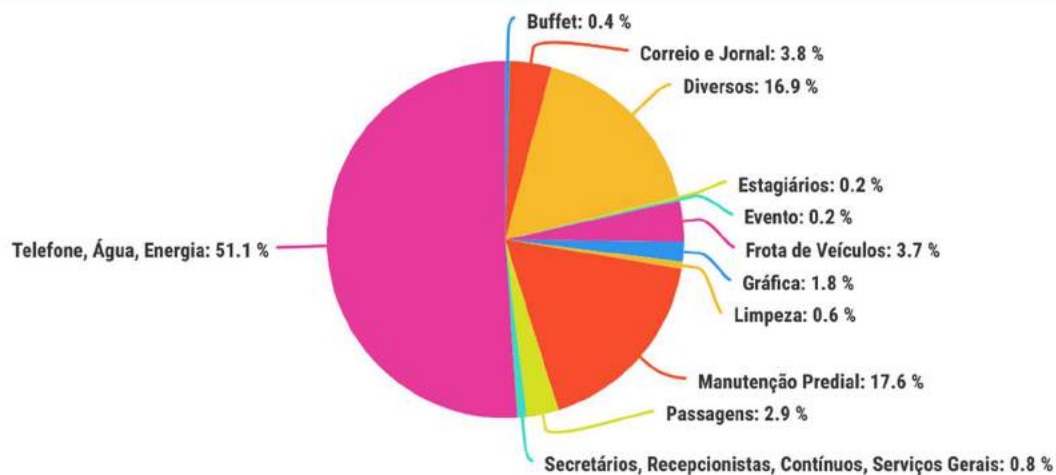
CONTRATOS

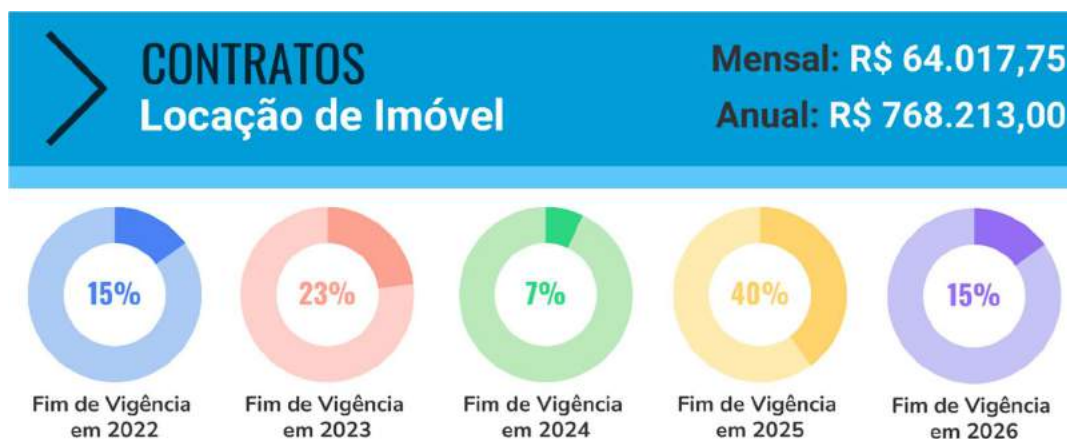
Terceirização - Mão de Obra R\$ 7.085.343,92



CONTRATOS

Serviços Diversos R\$ 13.975.314,58





2.1.2. Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)

Em cumprimento ao Plano de Ação para Adequação do TRE-PI à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (doc. SEI nº 1352372), a SAOF encaminhou à Alta Administração do TRE-PI proposta acerca da adequação dos termos de referência, projetos básicos, editais de licitações e instrumentos contratuais e congêneres à LGPD, tendo sido acolhida, conforme verifica-se no Processo SEI nº 0014426-34.2021.6.18.8000.

Ressalte-se que boa parte desse trabalho já foi concluída, sendo que o prazo limite estabelecido foi de 31/03/2022.

Destacamos a seguir as principais adequações efetivadas e em andamento em relação à LGPD:

- a) **Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de licitações:** todos já são elaborados observando a LGPD, desde 07/10/2021 (SEI nº 0014426-34.2021.6.18.8000);
- b) **Instrumentos contratuais e congêneres (contratos/convênios/acordos de cooperação técnica/credenciamentos):** todos em conformidade com os ditames da LGPD, desde 07/10/2021, em face da Decisão nº 4078/2021 (doc. Sei nº 1353186);
- c) **Contratos vigentes firmados antes de 07/10/2021:**
 - C1) **Contratos de locação de imóveis do TRE-PI:** todos atualizados (Processo SEI nº 0014838-62.2021.6.18.8000);
 - C2) **Credenciamentos para prestação de Serviço de Saúde:** em andamento, com prazo de finalização até 31/03/2022 (Processo SEI nº 16754-34.2021.6.18.8000);
 - C3) **Contratos de Prestação de Serviço e Locação de mão de obra:** em andamento, com prazo de finalização até 31/03/2022.

2.2. Almoxarifado e Patrimônio (SEALP).

Nesse item são relacionados os **bens permanentes**, por tempo de vida útil, e os **de consumo** constantes do Almoxarifado, **atendendo aos incisos XX e XXII**, do art. 3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013.

Importante destacar que a normatização dos bens de consumo e patrimoniais, com o fim de disciplinar o ingresso, a movimentação e a saída de materiais permanentes e de consumo, no âmbito do TRE-PI, encontra-se em tramitação por meio do PROC. SEI N. 19203-62.2021.6.18.8000.

Material de Consumo Cadastrado no Almoxarifado Sede – Por Conta (atende ao inciso XXII)

MATERIAL	ESTOQUE - ITENS	VALOR (R\$)
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	1.956	11.116,90
MATERIAL DE EXPEDIENTE	291.881	133.408,26
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.593	312.395,40
MATERIAL DE ACOND. E EMBALAGEM	38.894	52.873,94
MATERIAL DE COPA E COZINHA	4.287	24.027,41
MAT. DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIEN.	11.804	61.695,25
MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS	3.063	9.984,08
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	33.474	91.261,43
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	39.181	250.528,47
MATERIAL HOSPITALAR	81	5.432,67
MATERIAL DE UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	46.696	24.355,42
FERRAMENTAS	13	236,76
MAT. DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	10.236	17.820,74
BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	139	7.228,56
ESTOQUE DE MATERIAIS PARA PREMIAÇÕES	29	8.609,00
TOTAL	491.327	1.010.974,29

Material de Consumo Cadastrado no Almoxarifado Depósito de Bens – Por Conta (atende ao inciso XXII)

MATERIAL	ESTOQUE - ITENS	VALOR (R\$)
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	3.251	22.099,52
MATERIAL DE EXPEDIENTE	522.980	229.482,02
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.070	86.389,89
MATERIAL DE ACOND. E EMBALAGEM	34.542	132.384,80

MATERIAL DE COPA E COZINHA	7.993	36.878,17
MAT. DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIEN.	74.250	198.850,81
MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS	39	544,66
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	5.247	48.028,22
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	6.300	29.484,00
MATERIAL HOSPITALAR	123	738,00
MATERIAL DE UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	29.718	31.782,31
FERRAMENTAS	26	908,26
AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	38	11.400,00
TOTAL	685.577	828.970,66

Material de Consumo Cadastrado no Almoxarifado Eliseu - Depeliseu – Por Conta (atende ao inciso XXII)

MATERIAL	ESTOQUE - ITENS	VALOR (R\$)
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	174	22.768,84
TOTAL	174	22.768,84

Material de Consumo Cadastrado na Sevin – Por Conta (atende ao inciso XXII)

MATERIAL	ESTOQUE - ITENS	VALOR (R\$)
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	71.609	1.204.939,93
MATERIAL DE ACOND. E EMBALAGEM	708	13.296,56
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1.042	43.716,50
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	3.742	23.604,65
TOTAL	77.101	1.285.557,64

ESTOQUE MATERIAL DE CONSUMO - U.G.



1.254.179
QUANTITATIVO



3.148.271,43
VALOR (R\$)

Bens Permanentes (atende ao inciso XX)

BENS PATRIMONIAIS PERMANENTES



48.246
QUANTITATIVO



41.914.979,17
VALOR (R\$)

* Todos os bens do Tribunal, independente do ano de aquisição

No **Anexo V** consta o **Relatório de Inventário Geral de Bens Patrimoniais**, extraído do ASIWEB (atende ao inciso XX).

BENS PERMANENTES - GERAIS



26.246
QUANTITATIVO



34.014.647,55
VALOR (R\$)

* Vida útil: 10 anos

> VEÍCULOS DE TRACÇÃO MOTORA (Vida útil: 15 anos) R\$ 5.119.954,00



Da relação atual da Frota de Veículos Oficiais do TRE-PI (Relatórios CNJ), disponível no [link https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relacao-de-veiculos-oficiais-em-uso](https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relacao-de-veiculos-oficiais-em-uso), observe-se que o lapso temporal da vida útil dos veículos varia de 2011 a 2020.

Necessário destacar que, nos autos **Processo SEI nº 0005787-95.2019.6.18.8000**, foi determinada a **realização de leilão, para alienação dos veículos abaixo relacionados, que já ultrapassaram o tempo de vida útil e foram classificados como antieconômicos**, já não se demonstrando conveniente para este Tribunal continuar a despesar recursos públicos com tais bens. Assim, foi realizado o credenciamento de leiloeiro oficial para que o descarte dos veículos fosse feito por meio de leilão público, e não mediante doação (Sei nº 0000625-51.2021.6.18.8000).

Veículos Leiloados

Patrimônio	Marca	Modelo	Ano fabricação	Cor	Combustível	Renavam	Placa
10023	Chevrolet	Corsa Classic	2003	Branca	Gasolina	808495950	LVR5787
149520	Chevrolet	Corsa Classic	2003	Branca	Gasolina	808502948	LVS0457
16643	Ford	Ranger XL	2007	Branca	Diesel	94664883	NIH3240
004179	Chevrolet	S-10	2002	Branca	Diesel	796617651	LVO5450
004193	Chevrolet	Blazer S-10	2002	Branca	Diesel	785167366	LVT9816
025130	Renault	Megane	2007	Branca	Gasolina	950528455	NIH5270
004309	Chevrolet	Pick-up S10	2010	Branca	Diesel	290722926	NIU2068
004309	Chevrolet	Pick-up S10	2010	Branca	Diesel	290726271	NIU2078
004309	Chevrolet	Pick-up S10	2010	Branca	Diesel	290730961	NIU2088

O valor inicial de todos os veículos correspondia a R\$ 87.300,00 (oitenta e sete mil e trezentos reais), sendo que após a realização do leilão no dia 16/10/2021, **o valor arrecadado com todos os veículos leiloados passou para R\$ 305.800,00** (trezentos e cinco mil e oitocentos reais), conforme evento n. 1397386.

Foi emitida Guia de Recolhimento da União do valor arrecadado, cujo pagamento consta do documento SEI nº 1397407. A unidade competente, SEALP, finalizará os procedimentos legais quanto à baixa desses bens do patrimônio do TRE-PI, tão logo concluídas as providências contidas nos autos do respectivo processo.

VEÍCULOS DIVERSOS		
(Vida útil: 15 anos)		
MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR BRUTO ANUAL
ELEVADOR DE PASSAGEIROS	1	138.240,00
CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL	5	1.205,30
EMPILHADEIRA MANUAL	2	76.000,00
CARRO TIPO ARMAZEM EM L	3	689,40
CARRO HIDRAULICO	4	7.330,00
CARRO PARA TRANSPORTE DE PROCESSO	10	1.458,00
CARRO DE MÃO	1	83,78
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS	12	11.991,88
CARRO MULTIFUNCIONAL	6	19.709,94
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE CADEIRAS	2	799,98
TOTAL	46	257.508,28



2.3. Ações para 2022.

2.3.1. Relação detalhada dos bens do Orçamento Ordinário e Eleições a serem adquiridos em 2022, elaborado pela SEALP.

AQUISIÇÕES 2022	
MATERIAL	VALOR BRUTO
ADEQ. DE IMÓVEIS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E COMBATE A INCÊNDIO	20.000,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	40.000,00
MATERIAIS DE CONSUMO – TIC	110.000,00
TONER PARA IMPRESSORA	150.000,00
VACINAS	50.000,00
MATERIAL HOSPITALAR	2.400,00
MATERIAL FARMACOLÓGICO	2.400,00
MATERIAL ODONTOLÓGICO	4.800,00
MEDICAMENTOS	3.000,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	60.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	100.000,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	55.000,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	80.000,00
MATERIAL GRÁFICO	15.000,00
MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	16.000,00
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	12.000,00
TOTAL	R\$ 750.600,00

ELEIÇÕES 2022	
MATERIAL	VALOR BRUTO
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	20.000,00
SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	23.200,00
MATERIAIS DE CONSUMO DE TIC	22.500,00
FITA PARA IMPRESSORA	2.000,00
TONER PARA IMPRESSORA	50.000,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	360.000,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	54.656,00
MATERIAL GRÁFICO	24.000,00
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	20.000,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	35.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	20.000,00
SUPRIMENTOS PARA URNA ELETRÔNICA	58.000,00
ETIQUETAS DE MÍDIAS	8.000,00
FONES DE OUVIDO PARA URNA ELETRÔNICA	300.000,00
BATERIAS DE URNA	120.000,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	30.000,00
TOTAL	R\$ 1.200.156,00

EPIs 2022	
MATERIAL	VALOR BRUTO ANUAL
MASCARA DESCARTÁVEIS	153.894,30

FACE SHIELD	299.250,00
ÁLCOOL GEL	389.025,00
ÁLCOOL LÍQUIDO	199.500,00
IMPRESSOS	46.300,70
TOTAL	1.088.000,00

Foi elaborado pela SEALP/COCONP/SAOF o **Plano de Ação “Aquisição de bens de consumo – Eleições 2022”**, doc. SEI nº 1338955 (Processo SEI nº 0014039-19.2021.6.18.8000), cujo **cronograma de execução** (doc. SEI nº 1403214) está sendo cumprido dentro do prazo, conforme se verifica a seguir:

Processo de Aquisição – Eleições 2022	Atualização
0013343-80.2021.6.18.8000 (Autuado em 08/09/2021)	Pregão Eletrônico 03/2022: agendado para 17/01/2022 Homologação: até 18/02/2022 Contratação/Publicação: até 25/02/2022 Distribuição materiais para as Zonas Eleitorais: até 31/08/2022
0018651-97.2021.6.18.8000 (Autuado em 06/12/2021)	Pregão Eletrônico 01/2022: agendado para 10/01/2022 Homologação: até 18/02/2022 Contratação/Publicação: até 25/02/2022 Distribuição materiais para as Zonas Eleitorais: até 31/08/2022

2.3.2. Plano de descartes de bens inservíveis

Até o ano de 2021 foi realizado o descarte de 3834 (três mil e oitocentos e trinta e quatro) bens através dos processos Sei nº 0008983-10.2018.6.18.8000 e Sei nº 0009402-93.2019.6.18.8000.

Para o ano de 2022 está sendo programado o descarte de 2.242 (dois mil e duzentos e quarenta e dois) bens, conforme os relatórios constantes dos processos Sei nº 0010945-63.2021.6.18.8000 (bens patrimoniais das contas de processamento de dados e outras) e Sei nº 0010987-15.2021.6.18.8000 (bens patrimoniais das contas de mobiliário em geral e outras).

➤ Bens localizados nos cartórios eleitorais.

- Propor política de descartes pelo próprio cartório eleitoral, mediante doação a órgãos ou entidades locais.

Tal medida é mais eficaz, pois agiliza o descarte no próprio local do bem, eliminando o custo com o recolhimento para o depósito de Teresina, que se encontra superlotado, disponibilizando, assim, espaço para a guarda de bens novos e/ou bens servíveis para uso.

- Elaborar o Plano Anual de Descarte de Bens – considerada a vida útil do material permanente.

2.3.3. Atualização do Manual Contratações sustentáveis.

Propõe-se uma política mais ampla em relação ao Manual de Contratações, a ser coordenada pela Gabinete da SAOF, de modo a estender o manual para que englobe todas as contratações, envolvendo as demais áreas do Tribunal, atendendo, assim, o que exige a Res. nº 347/2020 do CNJ e a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Autuado o processo Sei nº 0011300-73.2021.6.18.8000.

2.3.4. Adoção de ações para a realização de compras compartilhadas com outros órgãos do Poder Judiciário, preferencialmente os que tem sede em Teresina.

Esta medida visa atender a Res. nº 347/2020 do CNJ (Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário) e a Resolução TRE-PI nº 434/2021 (Dispõe sobre as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas no âmbito do TRE-PI).

Além do mais, irá amenizar o problema da falta de servidores no setor e o problema da segregação das funções, tão reclamada pelo TCU, já que as licitações poderão ser divididas pelos órgãos participantes, sem olvidar da economicidade a ser gerada.

3. COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COOF

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COOF compreende a Seção de Programação e Execução Orçamentária (SEPEO) e a Seção de Programação e Execução Financeira (SEPEF). Além dessas referidas seções, recentemente foi incorporado à estrutura da COOF a Setorial Contábil, nos termos da Resolução TRE/PI nº 416/2021.

Importante registrar que, o TRE-PI, dentre todos os Tribunais Regionais Eleitorais, é o único que não possui em sua estrutura uma seção de contabilidade, conforme constatado em consulta à estrutura de todos os regionais eleitorais.

Diante disso, a SAOF propôs, nos autos do Processo Sei nº 0019170-72.2021.6.18.8000, que seja criada uma **“Seção de Contabilidade”** ou, no mínimo, um **“Serviço de Contabilidade”**, dentro da estrutura da COOF, dada a importância da contabilidade para o atingimento da 1ª linha de controle, que contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio, conforme Res. CNJ nº 309/2020.

3.1. Execução Orçamentária no Exercício de 2020.

No exercício de 2020, o total do orçamento autorizado em favor do TRE/PI foi de R\$ 201.761.606,32 (duzentos e um milhões setecentos e sessenta e um mil seiscentos e seis reais e trinta e dois centavos). O montante da despesa executada foi de R\$ 199.233.262,87 (cento e noventa e nove milhões duzentos e trinta e três mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos), que correspondeu a 99% (noventa e nove por cento) do orçamento autorizado. Desse montante, foi executada durante a gestão do Des. José James Gomes Pereira a quantia de R\$ 33.515.364,76 (trinta e três milhões quinhentos e quinze mil trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos), o que corresponde a 17% (dezessete por cento). Justifica-se esse baixo percentual de execução em virtude de as notas de empenhos para pagamento de pessoal e encargos sociais, que corresponderam a 80% (oitenta por cento) da despesa executada no exercício de 2020, benefícios assistenciais e aquelas referentes aos contratos vigentes serem emitidas sempre no início de cada exercício financeiro. Diante disso, o orçamento executado no exercício de 2020, durante a gestão do Des. José James Gomes Pereira, foi basicamente referente a prorrogação de contratos de natureza continuada,

aquisição de material de consumo para atendimento de despesas ordinárias, aquisição de equipamentos e materiais permanentes e, também, parcela das contratações relativas à realização das eleições municipais, cujos contratos foram firmados após sua posse.



Segue abaixo quadro demonstrativo da execução da despesa detalhada por ação de governo, plano orçamentário e grupo da natureza da despesa - GND.

Quadro 1 – Demonstrativo da Despesa Empenhada em 2020.

AÇÃO DE GOVERNO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DA DESPESA	EXECUÇÃO TOTAL NO EXERCÍCIO	EXECUÇÃO NA GESTÃO ATUAL	
				VALOR	
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.735.714,03	(452.657,97)	-1,91
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.803.896,86	3.482.129,86	17,58
ASSISTÊNCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERV. CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	ASSISTÊNCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.183.934,00	953.738,88	22,80
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.579.558,00	6.940.846,94	39,48

ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.487,24	64.195,14	29,65
	CAPACITAÇÃO DA ESC. JUDICIARIA ELEITORAL - EJE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.582,44	39.326,44	77,75
	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	INVESTIMEN-TOS	3.675.348,35	3.675.348,35	100,00
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	107.397.956,32	3.350.256,32	3,12
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	879.892,64	(28.542,36)	-3,24
	AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.888,65	7.872,65	24,69
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.308.747,09	133.491,09	2,51
	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.605,93	41.605,93	67,54
PLEITOS ELEITORAIS	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.060.249,24	8.060.249,24	100,00
	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.941.656,34	6.962.474,51	87,67
	ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	305.745,74	285.029,74	93,22
TOTAL			199.233.262,87	33.515.364,76	16,82

Os valores negativos que aparecem no quadro acima correspondem a anulações de notas de empenho do tipo estimativa que foram emitidas no início do exercício que não houve necessidade da correspondente execução financeira até o final do exercício.

3.2. Da Execução Financeira no Exercício de 2020.

Do montante da despesa que foi empenhada em 2020 (R\$ 199.233.262,87), foi liquidada a quantia de R\$ 191.697.696,90 (cento e noventa e um milhões seiscentos e noventa e sete mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa centavos), que correspondeu a 96% (noventa e seis por cento) do total da despesa empenhada. Desse montante, foi executada durante a gestão do Des. José James Gomes Pereira a quantia de R\$ 149.665.016,21 (cento e quarenta e nove milhões seiscentos e sessenta e cinco mil e dezesseis reais e vinte e um centavos), o que equivale a 78% (setenta e oito por cento) do total da despesa liquidada em 2020. Segue abaixo quadro demonstrativo da execução da despesa detalhada por ação de governo, plano orçamentário e grupo da natureza da despesa – GND.



Quadro 2 – Demonstrativo da Despesa Liquidada em 2020.

AÇÃO DE GOVERNO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DA DESPESA	DESPESA TOTAL LIQUIDADA NO EXERCÍCIO	DESPESA LIQUIDADA PELA GESTÃO ATUAL	
				VALOR	%
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.735.714,03	17.230.634,71	73
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O REG. PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.667.175,86	15.708.999,42	80
ASSISTÊNCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERV. CIVIS, EMPREGADOS E S/ DEPENDENTES	ASSISTÊNCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.181.989,56	3.273.195,33	78
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.075.234,51	12.985.397,66	86
	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.935,64	104.745,22	62
	CAPACITAÇÃO DA ESCOLA JUDICIARIA ELEITORAL - EJE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.729,32	35.729,32	100
	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	INVESTIMENTO	2.444.326,08	2.444.326,08	100
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	106.776.498,73	79.899.771,15	75

BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	ASSISTÊNCIA PRE- ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	879.892,64	661.201,40	75
	AUXÍLIO- TRANSPORTE DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.888,65	22.545,24	71
	AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.308.747,09	3.966.749,96	75
	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.605,93	58.968,93	96
PLEITOS ELEITORAIS	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.288.861,73	7.288.861,73	100
	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.742.141,77	5.693.234,70	99
	ATUALIZ. E MANUT. DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	299.955,36	290.655,36	97
TOTAL			191.697.696,90	149.665.016,21	78

A despesa empenhada que se deixou de liquidar no exercício de 2020, no montante de R\$ 7.535.565,97 (sete milhões quinhentos e trinta e cinco mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), foi devidamente inscrita em restos a pagar em 2021. Desse valor R\$ 2.976.692,46 (dois milhões novecentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e seis centavos) se referem a serviços contratados durante o período eleitoral e que as contratadas não haviam apresentado a documentação necessária para liquidação da despesa até o encerramento do exercício. As demais despesas se referem aquisição de material de consumo e equipamentos, cujas ordens de fornecimentos foram emitidas em dezembro de 2020 e aos serviços de natureza continuada contratados e prestados em dezembro/2020 e pagos somente em 2021, após a devida certificação da prestação dos serviços pelos respectivos fiscais.

3.3. Execução de Restos a Pagar no Exercício de 2020.

Foi inscrita em restos a pagar em 2020 a quantia de R\$ 3.012.316,60 (três milhões treze mil trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos), tendo sido pago o montante de R\$ 2.222.322,16 (dois milhões duzentos e vinte e dois mil trezentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), sendo que desse valor R\$ 1.930.121,19 (um milhão novecentos e trinta mil cento e vinte e um reais e dezenove centavos) foram pagos pela gestão anterior e R\$ 292.200,97 (duzentos e noventa e dois mil duzentos reais e noventa e sete centavos) na gestão do Des. José James Gomes Pereira. Ao Final do exercício de 2020, restou saldo de restos a pagar no valor de R\$ 789.994,44 (setecentos e oitenta e nove mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), dos quais R\$ 447.437,62 (quatrocentos e quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos) foram cancelados, e o restante foi reinscrito em restos a pagar em 2021. Do total de restos a pagar que foi cancelado, R\$ 198.154,00 (cento e noventa e oito mil e cento e cinquenta e quatro reais) se referem à nota de empenho 2019NE0009725, emitida em favor da empresa Primeiro Time Informática Ltda, relativa à aquisição de equipamento de tecnologia da informação que não foram entregues pela Contratada (SEI 02524-55.2019) e R\$ 154.238,48 (cento e cinquenta e quatro mil

duzentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), correspondente à nota de empenho 2019NE000571, emitida em favor da empresa IT Tecnologia e Informações Ltda. – EPP, relativa à contratação de serviços de comunicação de dados que não foram prestados em conformidade com o cronograma previsto no contrato. Os demais valores correspondem a saldos de notas de empenhos estimativas, cujos valores foram executados em montantes abaixo do previsto, referentes a aquisição de materiais de consumo e bens permanentes não entregues pelas contratadas dentro do prazo legal.



3.4. Execução Orçamentária no Exercício Financeiro de 2021 (atende ao inciso X, do art.3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

Em 2021, o orçamento total autorizado em favor do TRE/PI (LOA + Créditos) nas diversas ações de governo foi de R\$ 192.562.482,85 (cento e noventa e dois milhões quinhentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). Desse montante foi executado, mediante emissão de notas de empenho, a quantia de R\$ 190.901.213,97 (cento e noventa milhões novecentos e um mil duzentos e treze reais e noventa e sete centavos), conforme demonstrado abaixo, o que corresponde a 99,13% (noventa e nove vírgula treze por cento) do valor do orçamento autorizado.



Quadro 3 – Demonstrativo da Despesa Empenhada em 2021.

AÇÃO DE GOVERNO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO NA NATUREZA DA DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	479.451,34
			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	107.021.715,58
			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.865.597,22
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.381.313,55
			OBRIGAÇÕES TRIBUT.E CONTRIB-OPERAÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	211.470,91
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.543,94
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACÕES PARA O RPPS	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OBRIGAÇÕES TRIBUT.E CONTRIB-OPERAÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.231.297,44
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.730,32
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	18.098.514,36
			PENSOES	5.264.961,01
PLEITOS ELEITORAIS	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	341.696,06
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51.253,73
	ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	129.852,49
			SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	41.964,24
			INDENIZACÕES E RESTITUICOES	4.174,18
	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	17.054,93
			MATERIAL DE CONSUMO	6.291,30
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	11.664,00

			OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	5.200,00
			OBRIGAÇÕES TRIBUT.E CONTRIB-OPERAÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	264,00
BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	ASSISTÊNCIA PRE- ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	952.342,94
	AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO-TRANSPORTE	28.394,57
	AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO DE CIVIS ATIVOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.190.407,42
	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	54.758,47
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.683,51
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	151.625,35
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.236,18
			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.901.302,87
			OBRIGAÇÕES TRIBUT.E CONTRIB-OPERAÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	25.016,09
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	230.125,77
			MATERIAL DE CONSUMO	908.273,51
			PREMIACÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	16.094,00
			PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	19.550,82
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	708.857,65
			LOCAÇÃO DE MAO-DE- OBRA	6.759.154,67
			OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.079.128,77
			SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	2.824.065,72
			DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	239.379,74

			INDENIZACÕES E RESTITUICOES	132.623,62
			OBRIGAÇÃO TRIBUT.E CONTRIB-OPERAÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.616,45
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA	INVESTIMENTOS	MATERIAL DE CONSUMO	16.096,40
			SERVICOS DE TECN. DA INFORMACÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	248.254,00
			OBRAS E INSTALACOES	4.593.596,04
			EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.223.429,53
	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	21.515,16
			OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	177.364,00
			SERVICOS DE TECN. DA INFORMACÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	26.520,00
			DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	588,64
			INDENIZACÕES E RESTITUICOES	12.836,44
	CAPACITAÇÃO DA ESCOLA JUDICIARIA ELEITORAL - EJE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	14.045,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	46.320,00	
			TOTAL	190.901.213,97

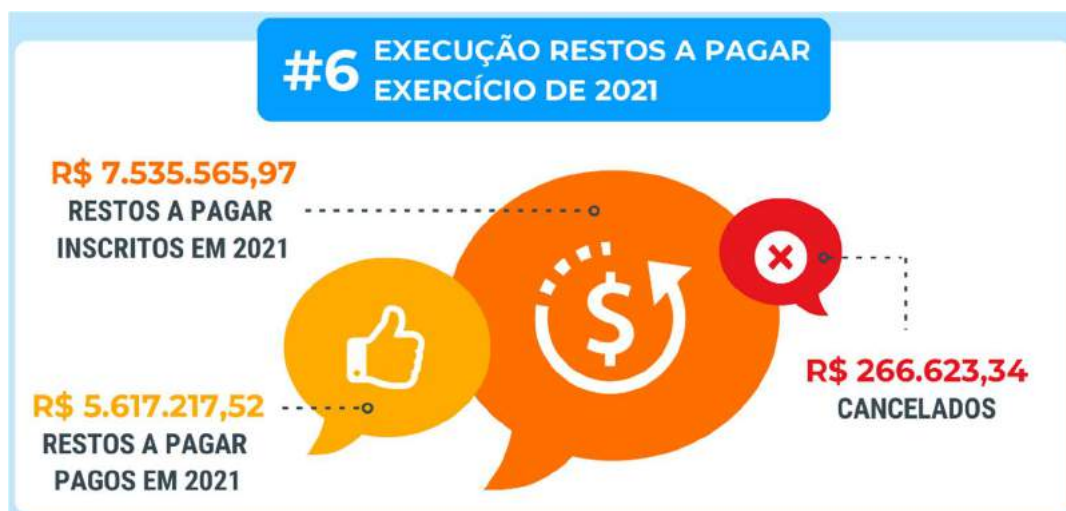
3.5. Execução Financeira no Exercício Financeiro de 2021.

Da despesa total empenhada no exercício financeiro de 2021, foi liquidada a quantia de R\$ 177.388.545,62 (cento e setenta e sete milhões trezentos e oitenta e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). O saldo remanescente da despesa empenhada (R\$ 13.513.668,35) foi devidamente inscrito em restos a pagar no exercício financeiro de 2022. É importante mencionar que do montante inscrito em restos a pagar R\$ 8.558.824,77 (oito milhões quinhentos e cinquenta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) são relativos a investimentos, cujos recursos orçamentários para viabilizar as contratações foram decorrentes de créditos adicionais aprovados na última fase de crédito, principalmente. Outra parcela significativa (R\$ 2.173.239,03) se refere a despesa com pessoal e encargos sociais autorizadas no final do exercício financeiro de 2021, cujos pagamentos ficaram pendentes de realização, em virtude de a autorização ter ocorrido após o encerramento do prazo estabelecido pelo TSE para solicitação de autorização para pagamento de despesas de exercícios anteriores e conversão de banco de horas em pecúnia, já que as despesas se enquadram no item 3.7 da Orientação nº 13 daquele Tribunal Superior. As demais despesas inscritas correspondem aos serviços de natureza continuada contratados pelo TRE/PI que foram prestados em dezembro/2021 e a materiais de consumo, cujas ordens de fornecimento foram emitidas nos meses de novembro e dezembro, principalmente.



3.6. Execução de Restos A Pagar no Exercício de 2021.

Do montante da despesa inscrita em restos a pagar em 2021 (R\$ 7.535.565,97), foi paga durante o exercício a quantia de R\$ 5.617.217,52 (cinco milhões seiscentos e dezessete mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos) e cancelado o montante de R\$ 266.623,34 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos). Desse valor, R\$ 72.705,60 (setenta e dois mil setecentos e cinco reais e sessenta centavos) se referem à nota de empenho 2020NE001764, que tratava de aquisição de cadeiras de rodas não entregues pela empresa CCK Comercial Ltda. As demais despesas canceladas se referem a material de consumo também não entregues pelas empresas contratadas (R\$ 35.210,62), saldo de empenho de despesas estimativas, cujas faturas foram apresentadas com valores inferiores aos previstos, dentre outras.

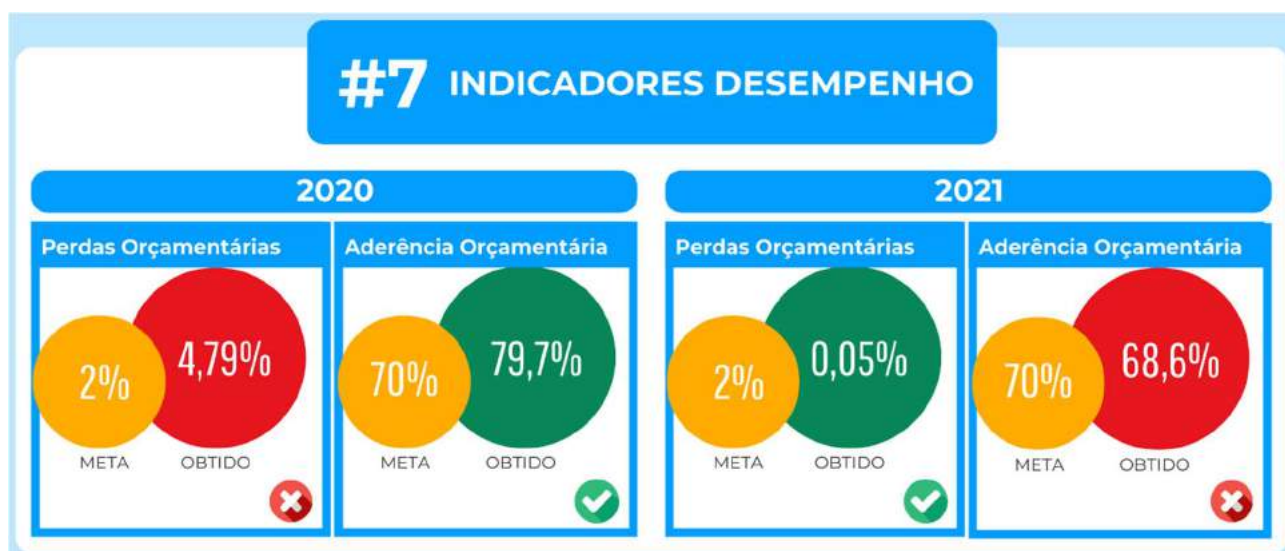


3.7. Indicadores de Desempenho

No tocante aos indicadores de desempenhos relativos à execução orçamentária, a meta alcançada no exercício de 2020 no indicador Perdas Orçamentárias foi de 4,79%, cuja meta estimada era de 2%. O não alcance da meta prevista decorreu de procedimentos licitatórios realizados no final do exercício que se resultaram desertos e/ou fracassados, provocando a necessidade de repetição dos certames, quando não havia mais tempo hábil para conclusão de novas licitações ainda no exercício financeiro de 2020. Em relação ao indicador Aderência Orçamentária, em que a meta prevista para o referido exercício financeiro era de 70%, a meta alcançada foi de 79,7%.

A meta alcançada no indicador Perdas Orçamentária no exercício de 2021 foi de 0,05%, sendo que a meta prevista era de 2%. A meta alcançada no indicador da Aderência Orçamentária relativa ao exercício de

2021 foi 68,6%, tendo sido um pouco abaixo da meta prevista (70%). O não alcance da meta foi em virtude da continuação da pandemia, que, por mais um exercício financeiro, impactou negativamente na execução das despesas previstas com energia, telefonia, água e esgoto, passagens aéreas e diárias. Consequentemente, diante da sobra orçamentária prevista/obtida, objetivando o cumprimento do disposto nas Emendas Constitucionais nº 100 e 102 (Orçamento Impositivo), optou-se pelo remanejamento de crédito do GND-3 (Custeios) para o GND-4 (Investimentos), de modo a possibilidade execução superior a 99% do orçamento ordinário.



3.8. Proposta Orçamentária para o Exercício de 2022 (atende ao inciso X, do art. 3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

Em atendimento ao cronograma definido pelo TSE, em junho de 2021, foram concluídas pelas unidades administrativas do TRE/PI, analisadas e ajustadas pelo Conselho de Governança da Estratégia do TRE/PI - CONGEST e autorizadas pelo Exmo. Des. Presidente do TRE/PI as propostas orçamentárias para o exercício de 2022, relativas às despesas discricionárias (Ordinária e Pleitos Eleitorais). Cabe lembrar que as propostas orçamentárias relativas a despesas com pessoal e encargos e benefícios são elaboradas pelo TSE, cabendo ao TRE/PI apenas detalhar por elemento de despesa os valores estabelecidos pelo TSE.

A **proposta orçamentária** ordinária, atendendo o referencial monetário definido pelo TSE, totalizou **R\$ 28.235.026,00** (vinte e oito milhões duzentos e trinta e cinco mil e vinte e seis reais), dos quais R\$ 6.274.450,00 (seis milhões duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais) se referem à parcela extrateto, ou seja, valor autorizado acima do limite estabelecido inicialmente pelo TSE, conforme demonstrado abaixo. Dessa parcela extra, R\$ 4.182.967,00 (quatro milhões cento e oitenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete reais), foram destinados aquisição de softwares e equipamentos de tecnologia da informação para atendimento do disposto na Resolução CNJ 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário.

Quadro 4 – Proposta Orçamentária para 2022 – ORDINÁRIA

DESCRIÇÃO	PO INICIAL	EXTRATETO	PO FINAL
33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS	475.818,03	-	475.818,03
33.90.30.01 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	285.000,00	-	285.000,00
33.90.30.07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	76.000,00	-	76.000,00

33.90.30.09 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	52.400,00	-	52.400,00
33.90.30.10 - MATERIAL ODONTOLÓGICO	4.800,00	-	4.800,00
33.90.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	114.000,00	-	114.000,00
33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)	260.000,00	-	260.000,00
33.90.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	43.600,00	-	43.600,00
33.90.30.21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	55.000,00	-	55.000,00
33.90.30.22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	100.000,00	-	100.000,00
33.90.30.24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	65.000,00	-	65.000,00
33.90.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	-	30.000,00
33.90.30.26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	66.600,00	-	66.600,00
33.90.30.29 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	16.000,00	-	16.000,00
33.90.30.36 - MATERIAL HOSPITALAR	5.400,00	-	5.400,00
33.90.30.39 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	102.135,00	-	102.135,00
33.90.30.41 - MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	15.000,00	-	15.000,00
33.90.30.46 - MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	12.000,00	-	12.000,00
33.90.30.59 - MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	25.000,00	-	25.000,00
33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS	278.684,00	-	278.684,00
33.90.36.06 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	118.800,00	-	118.800,00
33.90.36.07 - ESTAGIÁRIOS	90.000,00	-	90.000,00
33.90.36.15 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	715.886,59	-	715.886,59
33.90.36.17 - TRIBUTOS À CONTA DO LOCATÁRIO OU CESSIONÁRIO	419,62	-	419,62
33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	3.734.161,38	1.407.483,00	5.141.644,38
33.90.37.02 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.029.170,49	-	2.029.170,49
33.90.37.03 - VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.850.981,76	-	1.850.981,76
33.90.37.04 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	520.000,00	-	520.000,00

33.90.37.05 - SERVIÇOS DE COPA E COZINHA	174.671,40	-	174.671,40
33.90.39.01 - ASSINATURA DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	10.000,00	-	10.000,00
33.90.39.06 - CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	132.266,20	-	132.266,20
33.90.39.10 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	166.163,04	-	166.163,04
33.90.39.12 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	161.036,27	-	161.036,27
33.90.39.15 - TRIBUTOS A CONTA DO LOCATÁRIO OU CESSIONÁRIO	3.233,29	-	3.233,29
33.90.39.16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.061.463,05	-	1.061.463,05
33.90.39.17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	82.950,00	-	82.950,00
33.90.39.19 – MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	71.494,50	-	71.494,50
33.90.39.25 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	13.762,56	-	13.762,56
33.90.39.41 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	47.353,90	-	47.353,90
33.90.39.43 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.700.000,00	-	1.700.000,00
33.90.39.44 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	190.000,00	-	190.000,00
33.90.39.47 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	187.220,00	-	187.220,00
33.90.39.48 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	93.000,00	-	93.000,00
33.90.39.49 - PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	74.000,00	-	74.000,00
33.90.39.58 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	244.099,40	-	244.099,40
33.90.39.59 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	50.000,00	-	50.000,00
33.90.39.63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	29.380,00	-	29.380,00
33.90.39.65 - SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	538.000,00	-	538.000,00
33.90.39.69 - SEGUROS EM GERAL	40.516,58	-	40.516,58
33.90.39.78 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	72.379,96	-	72.379,96
33.90.39.79 - SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	162.372,17	-	162.372,17
33.90.39.90 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	20.000,00	-	20.000,00
33.90.40.06 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES	114.299,40	-	114.299,40

33.90.40.07 - MANUTENÇÃO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARES	224.596,70	-	224.596,70
33.90.40.10 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	-	396.000,00	396.000,00
33.90.40.11 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	735.743,25	288.000,00	1.023.743,25
33.90.40.12 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	134.290,00	-	134.290,00
33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL	1.976.898,51	-	1.976.898,51
33.90.40.14 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	7.897,56	-	7.897,56
33.90.40.20 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC	50.316,00	-	50.316,00
33.90.40.23 - EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	8.491,10	-	8.491,10
33.90.93.11 - RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES	47.280,00	-	47.280,00
33.91.47.20 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	1.100,00	-	1.100,00
44.90.40.05 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	350.000,00	382.967,00	732.967,00
44.90.52.06 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	450.700,00	-	450.700,00
44.90.52.24 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	142.350,29	-	142.350,29
44.90.52.30 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	30.000,00	-	30.000,00
44.90.52.33 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	41.625,00	-	41.625,00
44.90.52.34 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	250.000,00	-	250.000,00
44.90.52.35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	200.000,00	3.800.000,00	4.000.000,00
44.90.52.37 - EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	134.290,00	-	134.290,00
44.90.52.41 - EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	250.000,00	-	250.000,00
44.90.52.42 - MOBILIÁRIO EM GERAL	55.750,00	-	55.750,00
44.90.52.45 - EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	36.600,00	-	36.600,00
44.90.52.48 - VEÍCULOS DIVERSOS	11.120,00	-	11.120,00
44.90.52.55 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	240.009,00	-	240.009,00
TOTAL	21.960.576,00	6.274.450,00	28.235.026,00

Quadro 5 – Proposta Orçamentária para 2022 – PLEITOS ELEITORAIS

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	PROPOSTA INICIAL	EXTRATETO	PO FINAL
33.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAÍS	299.200,00	-	299.200,00
33.90.30.16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	360.000,00	-	360.000,00
33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)	133.300,00	-	133.300,00
33.90.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	84.656,00	-	84.656,00
33.90.30.22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	80.000,00	-	80.000,00
33.90.30.24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	130.000,00	-	130.000,00
33.90.30.26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	90.000,00	30.000,00	120.000,00
33.90.30.28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	35.000,00	-	35.000,00
33.90.30.29 - MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	300.000,00	-	300.000,00
33.90.30.41 - MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	24.000,00	-	24.000,00
33.90.30.44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	20.000,00	-	20.000,00
33.90.33.01 - PASSAGENS PARA O PAÍS	140.000,00	-	140.000,00
33.90.33.03 - LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	970.000,00	195.913,07	1.165.913,07
33.90.36.02 - DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	20.160,00	-	20.160,00
33.90.36.22 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	400.000,00	-	400.000,00
33.90.36.28 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	10.000,00	-	10.000,00
33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	3.330.000,00	1.724.945,93	5.054.945,93
33.90.39.03 - COMISSÕES E CORRETAGENS	100.000,00	-	100.000,00
33.90.39.05 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	25.000,00	-	25.000,00
33.90.39.17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	300.000,00	300.000,00
33.90.39.43 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	189.200,00	-	189.200,00
33.90.39.47 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	189.700,00	-	189.700,00
33.90.39.48 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	40.000,00	-	40.000,00
33.90.39.58 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	40.000,00	-	40.000,00

33.90.39.59 - SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	35.000,00	-	35.000,00
33.90.39.63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	23.200,00	-	23.200,00
33.90.39.74 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.640.000,00	300.000,00	1.940.000,00
33.90.39.79 - SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	20.000,00	-	20.000,00
33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL	250.000,00	-	250.000,00
33.90.48.01 - AUXÍLIO A PESSOAS FÍSICAS	3.000.000,00	213.360,00	3.213.360,00
33.90.93.01 - INDENIZAÇÕES	70.000,00	-	70.000,00
33.91.47.18 - CONTRIB.PREVIDENCIÁRIAS - SERVIÇOS DE TERCEIROS	30.000,00	-	30.000,00
TOTAL	12.078.416,00	2.764.219,00	14.842.635,00

Por fim, cabe ressaltar que, desde o exercício de 2017, em virtude da Emenda Constitucional 095/2016, os referenciais monetários estabelecidos pelo TSE, para fins de elaboração das propostas orçamentária anuais, tem como base o orçamento autorizado ano exercício anterior ao da elaboração da respectiva proposta orçamentária, acrescido da inflação acumulada nos 12 meses imediatamente anteriores ao mês da finalização da elaboração da proposta orçamentária anual, não havendo, portanto, margem para se majorar o orçamento anual durante a elaboração das propostas orçamentárias. Porém, durante a execução do orçamento o TSE tem atendido os pedidos de suplementação de créditos, através de reservas de contingência existente no orçamento daquela Tribunal Superior ou de sobras orçamentárias ocorridas em outros regionais, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2021, quando foi concedido crédito suplementar para contratação de empresa para instalação de placas de energia fotovoltaica em diversas unidades cartorárias. Excepcionalmente, já na fase de ajustes da proposta orçamentária para o exercício de 2022, foi autorizado pelo TSE a inclusão da parcela de extrateto, destinada a aquisição de softwares e equipamentos de tecnologia da informação, de modo a dar cumprimento ao disposto na Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário. Autorizou também acrescer ao referencial monetário inicialmente definido o valor de R\$ 2.091.483,00 (dois milhões noventa e um mil e quatrocentos e oitenta e três reais) para atendimentos das despesas com manutenção da Justiça Eleitoral no Piauí. Em vista disso, o acréscimo no orçamento deste TRE/PI para o exercício de 2022, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e enviado para sanção do Exmo. Presidente da República, em relação ao orçamento autorizado na LOA/2021 será de 25,92% (vinte e cinco vírgula noventa e dois por cento) e de R\$ 12% (doze por cento) em relação ao orçamento executado no exercício de 2021.

IMPORTANTE DESTACAR!

De acordo com esse cenário orçamentário para o exercício de 2022, comparando-se com o orçamento autorizado no exercício de 2021 (LOA + Créditos), verifica-se a necessidade de imediata de ações por parte das unidades administrativas demandantes das despesas relativas a serviços eventuais, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, e novas despesas de natureza continuada (terceirização de mão de obra) a serem contratadas pelo TRE/PI, de modo que as contratações ocorram o quanto antes, evitando, assim, sobras orçamentárias ao final do exercício financeiro de 2022 e a necessidade de justificar a inexecução das despesas discricionárias, em cumprimento ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 100 e 102.

3.9. Proposta Orçamentária para o Exercício 2023 (atende ao inciso XII, do art.3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

Em relação a **Proposta Orçamentária para o Exercício 2023**, cumpre registrar que a Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE) encaminhou, via e-mail, em 12/01/2022, o **Cronograma da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral para 2023**, esclarecendo que após a divulgação dos prazos das atividades do processo orçamentário federal pelo Poder Executivo, as datas previstas no mencionado cronograma poderão ser alteradas.

Conforme consta no cronograma acima referido a **Divulgação da Orientação SOF/TSE nº 1 - Planejamento da Proposta Orçamentária 2023 e do limite inicial para elaboração da Proposta Orçamentária de 2023 às UOs**, estão previstos para os dias 28/01/2022 e 31/01/2022, respectivamente.

O processo de elaboração da proposta orçamentária anual e o monitoramento da sua execução, referentes às despesas discricionárias do TRE-PI, é regulamentado pela **Portaria TRE-PI nº 584/2021**.

Nos termos do art. 4º da referida Portaria, o cronograma do processo de elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte conterá no mínimo as seguintes etapas:

- I. Divulgação do calendário de atividades e orientações;
- II. Divulgação do limite referencial inicial estabelecido pelo TSE para elaboração da proposta orçamentária;
- III. Programação das despesas;
- IV. Consolidação das demandas;
- V. Análise da aderência das demandas aos objetivos e iniciativas estratégicos constantes do planejamento estratégico;
- VI. Divulgação do limite referencial final estabelecido pelo TSE para elaboração da proposta orçamentária;
- VII. Aprovação da proposta orçamentária.

Dessa forma, a SAOF já providenciou a divulgação do Cronograma de Atividades para Elaboração da Proposta Orçamentária 2023, encaminhado pela SOF/TSE, para acompanhamento e providências a cargo das respectivas unidades.

Segue no **Anexo VI** o Cronograma da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral para 2023 (SOF/TSE).

3.10. Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (atende ao inciso XIV, do art.3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.

O TRE-PI, por fazer parte do Poder Judiciário Federal, está obrigado a apresentar quadrimestralmente o Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal, sendo que no último quadrimestre deverá apresentar

também o Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Os sobreditos relatórios são publicados no Diário Oficial da União, na página da internet deste Tribunal, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, além serem enviados ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

A Resolução TRE-PI nº 416/2021 estabeleceu que cabe à Setorial Contábil, vinculada ao Gabinete da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, a conferência do Relatório, bem como o acompanhamento do cumprimento dos limites de gastos com pessoal definidos na LRF.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021)
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)
	LIQUIDADAS														
	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.070.698,89	11.820.010,44	11.714.819,26	12.038.498,96	11.761.775,31	12.030.371,63	11.681.799,06	11.676.528,93	11.547.075,73	11.606.020,88	17.540.350,32	14.301.357,02	152.789.306,43	2.173.239,03	
Pessoal Ativo	12.351.429,69	10.006.234,12	9.862.133,34	10.248.643,72	9.971.920,07	10.255.234,09	9.891.943,82	9.871.955,99	9.762.705,61	9.798.618,73	14.878.751,75	12.526.260,13	129.425.831,06	2.173.239,03	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.768.827,12	8.384.369,12	8.258.152,43	8.637.663,05	8.355.781,26	8.639.168,60	8.275.380,22	8.255.249,84	8.151.755,56	8.192.061,94	11.665.777,84	10.903.844,96	108.488.031,94	2.173.239,03	
Obrigações Patronais	1.582.602,57	1.621.865,00	1.603.980,91	1.610.980,67	1.616.138,81	1.616.065,49	1.616.563,60	1.616.706,15	1.610.950,05	1.606.556,79	3.212.973,91	1.622.415,17	20.937.799,12	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.719.269,20	1.813.776,32	1.852.685,92	1.789.855,24	1.789.855,24	1.775.137,54	1.789.855,24	1.804.572,94	1.784.370,12	1.807.402,15	2.661.598,57	1.775.096,89	23.363.475,37	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.101.944,99	1.401.356,79	1.440.701,45	1.377.870,77	1.377.870,77	1.377.870,77	1.377.870,77	1.377.870,77	1.377.870,77	1.400.902,80	2.092.915,24	1.393.468,47	18.098.514,36	-	
Pensões	617.324,21	412.419,53	411.984,47	411.984,47	411.984,47	397.266,77	411.984,47	426.702,17	406.499,35	406.499,35	568.683,33	381.628,42	5.264.961,01	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com Pessoal não Executada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.719.269,20	1.813.776,32	1.852.685,92	1.789.855,24	1.792.039,92	1.842.401,09	1.860.801,60	1.804.572,94	1.784.370,12	1.807.402,15	2.661.598,57	1.981.321,49	23.710.094,56	1.089.168,54	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	2.184,68	67.263,55	70.946,36	-	-	-	-	206.224,60	346.619,19	1.089.168,54	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.719.269,20	1.813.776,32	1.852.685,92	1.789.855,24	1.789.855,24	1.775.137,54	1.789.855,24	1.804.572,94	1.784.370,12	1.807.402,15	2.661.598,57	1.775.096,89	23.363.475,37	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.351.429,69	10.006.234,12	9.862.133,34	10.248.643,72	9.969.735,39	10.187.970,54	9.820.997,46	9.871.955,99	9.762.705,61	9.798.618,73	14.878.751,75	12.320.035,53	129.079.211,87	1.084.070,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											1.062.519.047.775,45		-		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)											130.163.282,36		0,012250		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											282.343.186,57		0,026573		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											268.226.027,24		0,025244		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)											254.108.867,91		0,023916		

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão 21/01/2022

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.233, de 20 de janeiro de 2022, publicada em 21 de janeiro de 2022. 3. O valor de R\$ 11.855,64 foi excluído desta linha (Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração - Mai/21) por pertencer ao próprio período de apuração, não atendendo ao disposto no inciso IV, §1º do art. 19 da LRF. 4. O valor de R\$ 198,17 foi excluído desta linha (Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração - Jul/21) por pertencer ao próprio período de apuração, não atendendo ao disposto no inciso IV, §1º do art. 19 da LRF.

O objetivo do Relatório é dar transparência à gestão fiscal dos titulares do Poder/órgão no período, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites da lei para a despesa total com pessoal.

Os limites são:

- Limite Legal (ou limite máximo): incisos I, II e III, art. 20 da LRF.

- Prudencial: foi estabelecido para que, a partir de então, estejam vedados alguns atos que acarretem aumento da despesa com pessoal, evitando assim o limite máximo seja ultrapassado. Esse limite representa 95 % do limite máximo legal - parágrafo único do art. 22 da LRF.
- Limite de Alerta: foi estabelecido para o acompanhamento, pelo Tribunal de Contas competente, quando o órgão alcançar 90% do limite máximo legal da despesa com pessoal - inciso II do §1º do art. 59 da LRF.

Os Limites Máximo e Prudencial são estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013 e a Receita Corrente Líquida do último quadrimestre, pela Portaria STN nº 1.233, de 20 de janeiro de 2022.

Conforme o referido anexo, o TRE-PI está em situação confortável, longe de sofrer qualquer medida de controle ou restrição, tendo em vista que a Despesa Total com Pessoal no último quadrimestre de 2021 foi de R\$ 130.151.228,55 e o Limite Máximo é de R\$ 282.343.186,57, representando apenas 46,10% do total.

É importante destacar que o referido percentual varia de acordo com a Receita Corrente Líquida, que é impactada pelo crescimento econômico do país.

No entanto, considerando a evolução da Despesa Total com Pessoal nos últimos três exercícios, pode-se verificar estabilidade em seu montante, conforme abaixo demonstrado:



DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021)

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a") R\$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) 1 (f)=[a-(b+c+d+e)]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (h) = (f-g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	15.050.264,78	-	-	1.651.725,11	-	13.398.539,67	13.398.539,67	-	-
Recursos Ordinários	15.050.264,78	-	-	1.651.725,11	-	13.398.539,67	13.398.539,67	-	-
0100 - Recursos Ordinários	14.913.543,78	-	-	1.515.004,11	-	13.398.539,67	13.398.539,67	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	136.721,00	-	-	136.721,00	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	114.434,43	-	-	-	305,75	114.128,68	114.128,68	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	114.434,43	-	-	-	305,75	114.128,68	114.128,68	-	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	90.945,72	-	-	-	-	90.945,72	90.945,72	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0151 - Recursos livres da Seguridade Social	23.182,96	-	-	-	-	23.182,96	23.182,96	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	305,75	-	-	-	305,75	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	15.164.699,21	-	-	1.651.725,11	305,75	13.512.668,35	13.512.668,35	-	-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão 21/01/2022

Notas: 1. O modelo estabelecido na 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos. 2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos. 3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R\$ 2.174.893,85.

O Relatório visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa, bem como ao equilíbrio entre a inscrição em restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa.

Como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Há que se destacar que a Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, através da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, efetua o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações simultaneamente permitindo o equilíbrio da execução financeira da despesa em todos os exercícios.

Analisando-se o referido relatório, fica demonstrado que o Tribunal possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021)
LRF, art. 48 - Anexo 6 R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Receita Corrente Líquida		1.062.519.047.775,45	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		130.163.282,36	0,012250
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		282.343.186,57	0,026573
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		268.226.027,24	0,025244
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		254.108.867,91	0,023916
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respetivos		13.512.668,35	

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão 21/01/2022

3.11. Conformidade Contábil (atende ao inciso XXI, do art. 3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.

A Conformidade Contábil terá como instrumentos adicionais que subsidiam o processo de análise as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a Conformidade dos Registros de Gestão e outras ferramentas que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável de seu registro.

A Conformidade Contábil terá como objeto principal as demonstrações contábeis e suas notas explicativas. A conformidade deverá oferecer segurança suficiente sobre o resultado da avaliação desse objeto. Ou seja, apresentar seguramente, em aspectos relevantes, a conformidade das demonstrações contábeis com as normas contábeis; ou se as demonstrações apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas. Portanto, não certifica que todas as informações presentes nos demonstrativos são confiáveis ou que todos os direitos e obrigações da entidade estejam ali registrados, mas tem como objetivo garantir que as informações apresentadas, em seus aspectos relevantes, sejam verdadeiras e confiáveis.

A Setorial Contábil é responsável pelo acompanhamento da execução contábil (não por sua escrituração) e registro da Conformidade Contábil, funcionando na estrutura de governança do Tribunal com o objetivo de mitigar riscos e fornecer razoável segurança quanto à realização dos objetivos relacionados às operações, à divulgação de informações contábeis e não contábeis e à conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Para fins de registro de restrição a ser efetuado no SIAFI, deve-se levar em conta a relevância da inconsistência ou desequilíbrio, caso ele altere o entendimento sobre as Demonstrações Contábeis, garantindo assim que a informação ali prestada seja útil ao usuário de tais Demonstrações.

Para fins de registro, efetuamos abertura do SEI [0016172-34.2021.6.18.8000](#), onde estão registradas todas as Conformidades Contábeis a partir da transferência desta Setorial Contábil à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, cujos registros são demonstrados abaixo:

Mês	Conformidade	Código – Tipo de Restrição (SIAFI)	Observação
Agosto	Sem Restrição	-----	-----
Setembro	Com Restrição	603 - SALDO CONTABIL DO ALMOXARIFADO NAO CONFERE C/RMA;	A INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O SALDO CONTABIL DO ALMOXARIFADO E O DO RELATÓRIO MENSAL DE ALMOXARIFADO (RMA) INDICA A EXISTÊNCIA DE ERROS NA APROPRIAÇÃO DE TAIS MOVIMENTOS, COMPROMETENDO O ADEQUADO CONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO.
		640 - SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	A INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS C/ O RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS, INDICA A EXISTÊNCIA DE ERROS NA APROPRIAÇÃO DE TAIS MOVIMENTOS, IMPEDINDO A ADEQUADA GESTÃO PATRIMONIAL.
		653 - SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALÉM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS; OU AINDA PELA PRESENÇA DE SALDOS INDEVIDO. INDICA TAMBEM QUE OS SALDOS NAO FORAM REGULARIZADOS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO CONTABIL DO MES. PRINCIPALMENTE CONTAS DE REGISTRO DE CONTRATOS E TED NÃO COMPROVADO.
Outubro	Com Restrição	603 - SALDO CONTABIL DO ALMOXARIFADO NAO CONFERE C/RMA;	A INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O SALDO CONTABIL DO ALMOXARIFADO E O DO RELATÓRIO MENSAL DE ALMOXARIFADO (RMA) INDICA A EXISTÊNCIA DE ERROS NA APROPRIAÇÃO DE TAIS MOVIMENTOS, COMPROMETENDO O ADEQUADO CONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO.
		640 - SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	A INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS C/ O RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS, INDICA A EXISTÊNCIA DE ERROS NA APROPRIAÇÃO DE TAIS MOVIMENTOS, IMPEDINDO A ADEQUADA GESTÃO PATRIMONIAL.
		653 - SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALÉM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS; OU AINDA PELA PRESENÇA DE SALDOS INDEVIDO. INDICA TAMBEM QUE OS SALDOS NAO FORAM REGULARIZADOS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO CONTABIL DO MES. PRINCIPALMENTE CONTAS DE REGISTRO DE CONTRATOS E TED NÃO COMPROVADO.
		674 - SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	A EXISTÊNCIA DE SALDOS ALONGADOS E/OU INDEVIDOS EM CONTAS DE CARATER TRANSITORIO NO PASSIVO CIRCULANTE, INDICA A FALTA DE ANALISE PERIODICA DE TAIS SALDOS, PODENDO IMPACTAR NO ADEQUADO CONTROLE, ALÉM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO/FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS, OU AINDA PELA PRESENÇA DE SALDOS INDEVIDOS. INDICA AINDA, QUE OS SALDOS NAO FORAM REGULARIZADOS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO CONTABIL DO MÊS.
Novembro	Com Restrição	603 - SALDO CONTABIL DO ALMOXARIFADO NAO CONFERE C/RMA;	A INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O SALDO CONTABIL DO ALMOXARIFADO E O DO RELATÓRIO MENSAL DE ALMOXARIFADO (RMA) INDICA A EXISTÊNCIA DE ERROS NA APROPRIAÇÃO DE TAIS MOVIMENTOS, COMPROMETENDO O ADEQUADO CONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO.
		640 - SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	A INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O SALDO CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS C/ O RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS, INDICA A EXISTÊNCIA DE ERROS NA APROPRIAÇÃO DE TAIS MOVIMENTOS, IMPEDINDO A ADEQUADA GESTÃO PATRIMONIAL.
		653 - SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALÉM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS; OU AINDA PELA PRESENÇA DE SALDOS INDEVIDO. INDICA TAMBEM QUE OS SALDOS NAO FORAM REGULARIZADOS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO CONTABIL DO MES. PRINCIPALMENTE CONTAS DE REGISTRO DE CONTRATOS E TED NÃO COMPROVADO.

Mês	Conformidade	Código – Tipo de Restrição (SI-AFI)	Observação
		773 - TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	PELA FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL QUE DEVERÁ SER APRESENTADA NO PRAZO PREVISTO QUANDO DA ASSINATURA DO TERMO.
		776 - FALTA DE RECONHECIMENTO DE BENS IMÓVEIS	FALTA DE RECONHECIMENTO INICIAL DE BENS IMÓVEIS NO ATIVO.
Dezembro	Sem Restrição	-----	-----
*de janeiro a julho de 2021, quando a setorial ainda estava localizada na COCIN, não houve registro de restrição em nenhum dos meses.			

É importante salientar que a Conformidade registrada em dezembro é considerada a conformidade anual, pois é aquela onde deve-se observar se as inconsistências detectadas no decorrer do exercício são efetivamente capazes de alterar o entendimento sobre as Demonstrações Contábeis.

Para fins de analisar os valores registrados no Balancete deste Regional e apurar se havia distorções relevantes, autuamos o SEI [0015629-31.2021.6.18.8000](#), com o objetivo de começarmos uma análise mais apurada das informações contábeis ali registradas.

Da referida análise surgiram diversas diligências às mais variadas unidades, das quais resultaram a correção de um grande número de inconsistências, tanto em contas de material de consumo, estoques diversos e interno, veículos diversos, contas de controle de direitos como por exemplo créditos a receber por folha de pagamento, contas de controle de obrigações com pessoal e contribuições a regime próprio de previdência, dentre outras.

É importante destacar a correção de valores anteriormente registrados em Obras em Andamento, cuja incorreção já havia sido inclusive objeto de achado de auditoria em 2020, mas que por ausência dados que embasassem os respectivos registros contábeis, ficaram indevidamente registrados nessa conta, tendo sido regularizados, conforme orientação da SOF/TSE para a devida conta de bens imóveis.

Além disso, foram baixados mais de sete milhões da conta de obrigações contratuais. Valor que ainda restava registrado em contas de controle mesmo após os encerramentos dos contratos.

Portanto, por ter considerado que as inconsistências mais relevantes até então encontradas, não prejudicavam o entendimento sobre as Demonstrações Contábeis, a Conformidade Contábil do mês de Dezembro foi feita sem restrição.

4. RELATÓRIO DOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS CONTRATADOS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS. (atende ao item VIII, do art.3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

A **Comissão Permanente de Sindicância (COSIND)**, responsável pela apuração de fatos que ensejam aplicação das sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, apresentou as informações relativas a esse item, que seguem sintetizadas abaixo.

A atual composição da **Comissão Permanente de Sindicâncias**, constituída por intermédio da **Portaria nº 605/2020**, deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão anterior, **tendo assumido a responsabilidade** pela condução de aproximadamente **98 (noventa e oito) processos**.

Ao longo do período de trabalhos da Comissão relacionado à atual gestão foram recebidos novos processos, tendo os trabalhos desenvolvidos até a presente data obtido os seguintes resultados:

SÍNTESE DOS PROCESSOS E RESULTADOS DOS TRABALHOS DA COSIND

QTD	STATUS		MULTA(R\$)
PROCESSOS	PROCESSUAL	DESCRIÇÃO	
19	Arquivados	Por não haver restado configurada a existência de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais.	-
34	Decididos	Com aplicação de penalidade de advertência	-
03	Decididos	Com aplicação de multas	R\$ 30.697,35
02	Com recurso		
02	Decididos	Com aplicação de penalidade de advertência cumulada com multas	R\$ 15.768,24
01	Com recurso		
01	Decidido	Com aplicação de penalidade de suspensão por 12 (doze) meses do direito de contratar com o TRE-PI.	-
01	Decidido	Com aplicação de penalidade de proibição de licitar e contratar com a União por 01 (um) ano.	-
50	Com intimações/notificações	Em fase de análise pela Comissão	-
22	Notificação por meio da publicação de edital no Diário Oficial da União.	Tentativas de intimações/notificações frustradas, por não se conseguir localizar as empresas	-
07	Apenas com despachos e/ou Informações	Por não se tratar de processos relacionados à atividade fim da Comissão.	-
32	Autuados em 2020, recentemente chegados à Comissão	Deverão ter as suas intimações/notificações realizadas, oportunizando a instauração da sindicância com oferecimento do direito de defesa	-
83	Autuados em 2021, recentemente chegados à Comissão	Deverão ter as suas intimações/notificações realizadas, oportunizando a instauração da sindicância com oferecimento do direito de defesa	-
TOTAL PROCESSOS: 257			

Nada obstante o elevado número de processos submetidos aos membros desta Comissão, diante das condições e dificuldades apresentadas avaliamos como positivo os trabalhos desenvolvidos, especialmente considerando que as atividades da Comissão são acumuladas com as atribuições normais dos cargos ocupados pelos seus membros, nas suas respectivas lotações. Para obtenção dos resultados apontados, consideramos relevante a concessão, pela Administração Superior deste Tribunal, de período de dedicação exclusiva aos trabalhos da Comissão, por 03 (três) meses, em deferimento a pedido oriundo da Presidência da COSIND.

Cumpre destacar como ponto relevante, que grande número dos processos submetidos à Comissão tem como objeto a apuração de responsabilidades de licitantes por atos 'irregulares' praticados em procedimentos licitatórios, em atendimento às recomendações emanadas do Acórdão nº 754/2015 Plenário, do Tribunal de Contas da União, sendo que em significativo número dos processos concluídos, não restaram evidenciados elementos suficientes à imposição de penalidades, resultando no arquivamento dos autos ou, no máximo, na aplicação tão somente da penalidade de advertência, razão pela qual, **a comissão sugere que:**

1) Seja submetida às unidades gestoras deste Tribunal, recomendação para que seja analisada a amplitude do alcance das recomendações emanadas do supracitado acórdão do TCU, estabelecendo parâmetros mais precisos para a autuação de processos destinados a apuração de responsabilidades em tais casos, evitando-se autuar elevado número de processos que sobrecarregam os trabalhos da COSIND, sem no entanto resultar em aplicação de penalidades, diante da fragilidade de indícios configuradores de dolo ou culpa.

Considerando, ainda, o elevado número de processos submetidos à Comissão, bem como a complexidade que envolve os seus trabalhos, à guisa de contribuição com a nova Administração Superior que está por assumir, a **COSIND apresenta sugestões voltadas ao melhor desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, nos seguintes termos:**

i) que os trabalhos sejam desenvolvidos pelos membros da comissão com dedicação exclusiva;

ii) que a Comissão seja ampliada para 06 (seis) membros efetivos;

iii) que, no formato administrativo atualmente utilizado neste Tribunal, seja criado um núcleo destinado a desenvolver os trabalhos atualmente afetos à Comissão Permanente de Sindicâncias, com oferecimento de ao menos 02 (duas) funções comissionadas aos membros deste núcleo, como forma de criação de uma estrutura profissionalizada e permanente de atendimento dos trabalhos afetos atualmente à COSIND e de estímulo à participação no mesmo.

5 Síntese AÇÕES SAOF para 2022

5.1 Continuar aprimorando a Transparência na área de contratações e gestão administrativa, financeira e orçamentária.

Esta ação está diretamente ligada ao objetivo estratégico de “*Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação*”. Observe-se que, no Exercício 2021 todos os itens de transparência de competência da SAOF, avaliados pelo CNJ para fins do Ranking da Transparência do Poder Judiciário 2021, foram aceitos.

5.2 Promover e monitorar a execução do Plano de Contratações Anual 2022 (PCA 2022), de forma a garantir maior índice de aderência ao referido plano.

5.3 Dar continuidade ao Plano de Ação para regularização dos imóveis utilizados pelo TRE-PI junto ao Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Objetivo: Efetivar o cadastro dos imóveis pendentes de cadastramento no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, bem como promover atualização dos imóveis já cadastrados.

O Plano de Ação consta do Anexo VII deste relatório.

5.4 Atualização do Manual de Contratações, observando as diretrizes da Nova Lei de Licitações - Lei n. 14.133/2021 e da Resolução CNJ nº 347/2020, bem como o disposto nas Resoluções TRE-PI nºs 427/2021 e 434/2021, cuja medida encontra-se em andamento na COCONP – Proc. SEI N. 0011300-73.2021.6.18.8000.

5.5 Fortalecer a infraestrutura das unidades, demanda apresentada no item 1.7 pela COAAD, mediante a adoção, dentre outras, das medidas que seguem:

- a) Lotação de mais 4 servidores no **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC**;
- b) **Criar o Núcleo de Engenharia e Arquitetura** vinculado à Coordenadoria de Apoio Administrativo com a estrutura organizacional e respectivas competências especificadas nos autos do **SEI nº 0019341–29.2021.6.18.8000**
- c) **Transformação de 02 (dois) cargos efetivos** da Secretaria deste Regional de **Analista Judiciário – CARGO VAGO OU A VAGAR**, em **01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Especialidade: Engenharia Elétrica** e **01 (um) cargo efetivo de Analista Judiciário – Apoio Especializado – Especialidade: Arquitetura**.
- d) **Terceirização de mão de obra especializada**, conforme justificativas e base legal apresentadas nos autos do **SEI nº 0000105–57.2022.6.18.8000** que visa contratação de mão de obra especializada de **Engenharia Elétrica e Arquitetura** para prestação de serviços a este Tribunal, enquanto não transformado os cargos de Analista Judiciário nas especialidades de **Engenharia Elétrica e Arquitetura**.
- e) Organizar o **serviço de segurança institucional** no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e desenvolver uma **cultura de segurança institucional** que englobe a **prevenção** e a **neutralização de ameaças contra os ativos** do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, observando a Política de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Res. CNJ n. 435/2021, de 28/10/2021.

5.6 Criar a “**Seção de Contabilidade**” ou, no mínimo, um “**Serviço de Contabilidade**”, dentro da estrutura da COOF.

5.7 **Terceirização de mão de obra para apoio ao setor de Licitações e Contratações do TRE-PI**, em face da deficiência de pessoal em uma área de natureza estratégica para as contratações e, de significativa importância para a eficiente aplicação dos recursos públicos, o que exige capacitação e mão-de-obra especializada na área de gestão de riscos.

5.8 **Fixar calendário de contratações de serviços/aquisições** de forma que a execução do orçamento se efetive em pelo menos 80% até o meio do ano, visando o alcance do objetivo estratégico de aperfeiçoamento da gestão orçamentária.

5.9 **Avaliar a regulamentação das Notas Técnicas expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, relativas à implementação da Resolução CNJ 347/2020, que seguem relacionadas abaixo.

Nota Técnica	Assunto	Observações
01	Política de Gestão de Riscos. Condições. Implantação	Na Resolução TRE-PI nº 427/2021 há a disposição sobre gerenciamento de riscos no sentido de que compete à equipe de Planejamento e deve abranger todas as fases dos procedimentos de contratações (arts. 15 e 16, com respectivos incisos e parágrafos).
02	Ordem cronológica de pagamentos	A Resolução TRE-PI nº 434/2021 dispõe sobre essa necessidade.

03	Plano de Integridade como ferramenta nas contratações públicas	A Resolução TRE-PI nº 434/2021 dispõe sobre essa necessidade.
04	Código de Ética específico para as contratações públicas	Atualmente há disposições no Código de Ética do TRE-PI
06	Implementação da gestão por competências na governança das compras e aquisições	A Resolução TRE-PI nº 434/2021 dispõe sobre essa necessidade.
07	Avaliação. Implementação. Colegiado Multidisciplinar. Instância de governança das contratações	A Resolução TRE-PI nº 434/2021 institui o Comitê de Contratações.
08	Segregação de funções	As Resoluções TRE-PI nºs 427/2021 e 434/2021 atendem como normatizadora desse quesito.
09	Implementação do Plano de Contratações Anual (PCA)	A Resolução TRE-PI nº 434/2021 dispõe sobre o PCA
10	Definição e modelagem do macro-processo de contratação e respectivos processos e subprocessos	Em andamento, observando as diretrizes da Nova Lei de Licitações - Lei n. 14.133/2021 e da Resolução CNJ nº 347/2020, bem como o disposto nas Resoluções TRE-PI nºs 427/2021 e 434/2021. (Sei nº 0011300-73.2021.6.18.8000)
11	Fiscalização e Gestão Contratual	Instituído o Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC, conforme Resolução TRE/PI nº 430/2021.
12	Compras compartilhadas	A Resolução TRE-PI nº 434/2021 dispõe sobre compras compartilhadas.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Exercício de 2021 importantes normas em matéria de contratações públicas entraram em vigor, exigindo a adoção de medidas/providências por parte dos órgãos públicos para o seu cumprimento, principalmente em questão de governança/planejamento/gestão de riscos e controles internos, sendo imperioso os registros que se seguem:

- a) **Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)**: em seu art. 11, parágrafo único, estabelece que **Alta Administração é responsável por promover a governança** das contratações e **implementar processos e estruturas** para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, a exemplo da gestão de riscos e controles internos.
- b) **Resolução CNJ nº 347/2020**: que institui a **Política de Governança das Contratações Públicas** dos órgãos do Poder Judiciário, estabelecendo que os Tribunais **devem implementar e manter**

instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas em suas estruturas administrativas, em consonância com o disposto nesta Resolução e em alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário vigente.

- c) **Perfil de Governança e Gestão de Contratações** e o **Perfil de Governança e Gestão Orçamentárias** levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no **exercício 2021 (iGG 2021 TCU)**, em relação ao TRE-PI, cujos resultados seguem em quadro comparativo com o último relatório de diagnóstico 2018 do TCU:

INDICADOR – iGG TCU	VALOR	
	ANO 2018	ANO 2021
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	35,0%	48,0%
iGestContrat (índice de capacidade de gestão de contratações)	43,0%	52,1%
iGovOrçament (índice de governança e gestão orçamentária)	-	50,4%
iGestOrçament (índice de capacidade de gestão orçamentária)	-	54,2%

Da análise do Levantamento de Governança e Gestão Públicas (iGG 2021) do TCU, no que diz respeito ao índice de governança e gestão de contratações, merece destaque as questões a seguir:

1. Capacidade em gestão de riscos das contratações: ainda revela baixa maturidade em gestão de riscos das contratações;
2. Capacidade em gestão de pessoal de contratações: foi avaliado se a organização possui mecanismos para desenvolver a capacidade, atrair e reter gestores e colaboradores nas funções/áreas de contratações. O resultado demonstra que o Tribunal ainda se encontra em estágio inicial. Conforme o diagnóstico TCU, as deficiências apontadas podem se refletir em alta rotatividade dos ocupantes dos cargos/funções da área de contratações, em baixa qualidade dos trabalhos desempenhados em insegurança das equipes envolvidas.

Dentro dessas temáticas, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento da **governança/gestão orçamentária e de contratações**, nos termos determinados pela Nova lei de Licitações e Contratos, pelo **CNJ e TCU**, foram adotadas medidas como:

- a) **Instituição do Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC** para gerenciar e fiscalizar os contratos de serviços e locações de imóveis do TRE-PI, arts. 1º, VIII e 9º ao 17, da Resolução TRE-PI nº 430, de 08/11/2021;
- b) **Resolução TRE-PI nº 427, de 14/09/2021**, que dispõe sobre as aquisições de bens permanentes e de consumo e sobre as contratações de serviços ou obras no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;

Importa registrar que, nessa resolução há a disposição de que o gerenciamento de riscos compete à equipe de Planejamento e deve abranger todas as fases dos procedimentos de contratações (arts. 15 e 16, com respectivos incisos e parágrafos).

- c) **Resolução TRE-PI nº 434, de 14/12/2021**, que dispõe sobre as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas no âmbito do TRE-PI;

Essa resolução prevê: obrigatoriedade de formalização do Plano Anual de Capacitação em Contratação/Programa de capacitação/Observação da gestão por competência/Definição das funções-chave na área de contratações/diretrizes para os ocupantes das funções-chave na área de contratações/critérios de sustentabilidades das contratações/Instrumentos de Governança das contratações/Plano anual de Contratações/Comitê de Contratações/Compras compartilhadas/Gestão de riscos (a ser instituída de acordo com as diretrizes aqui estabelecidas).

Esse normativo vem a suprir e/ou aprimorar as questões apontadas como necessárias de aperfeiçoamento no relatório de diagnóstico TCU em matéria de governança e gestão de contratações.

- d) **Portaria TRE-PI nº 584, de 14/9/2021**, que dispõe sobre a regulamentação dos processos de elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, referente às despesas discricionárias do TRE-PI.

Essa portaria estabelece a importância de ordenar os procedimentos inerentes à elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, resultando numa boa governança orçamentária.

Assim, os normativos acima relacionados, instituídos pelo TRE-PI no exercício de 2021, revelam-se em importantes instrumentos de governança e gestão da Alta Administração deste Tribunal, nas áreas de contratações e orçamentária, que necessitam, entretanto, serem fortalecidos nos próximos exercícios mediante uma política adoção de implantação e cumprimento, de forma a se cumprir com êxito o quanto exigido pelo CNJ/TCU e legislação de vigência sobre essas matérias.

Por fim, **considerando**, não só os índice de governança e gestão de contratações e índice de governança e gestão orçamentária, mas **todos os demais resultados do TRE-PI obtidos no Levantamento de Governança e Gestão Pública do TCU (iGG 2021)**, não é demais registrar, nessa oportunidade, ser de fundamental importância para a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí a **reformulação da estrutura administrativa** deste Regional, estabelecida na **Resolução TRE/PI nº 120/2005**, tanto a estrutura orgânica como a vinculação de suas competências. De modo que sugerimos, salvo melhor entendimento, à Administração Superior desta Casa adoção de providências no sentido de instituir comissão responsável pela análise e apresentação de proposta de atualização do Regulamento da Secretaria desta Casa.

IV. ANEXOS

1. ANEXO I

Obras e Serviços Prioritários

Obras e Serviços Prioritários

SEI nº 0003494–84.2021.6.18.8000

Esses serviços estão vinculados ao Objetivo Estratégica deste Tribunal: “**Garantir a infraestrutura e segurança apropriada às atividades administrativas e judiciais**”.

MANUTENÇÃO E MELHORIAS PREDIAIS TRE-PI – 2021			
Nº	Nº SEI	Objeto do Serviço	Situação atual (dezembro 2021)
1	0002435–61.2021.6.18.8000	Instalação: Energia Fotovoltaica	Em execução: Contrato: 70/2021 – World Telecom Ltda (SEI 0019585–55.2021.6.18.8000) Contrato: 71/2021 – Digital Climatização & Solar (SEI 0019586–40.2021.6.18.8000)
2	0010672–55.2019.6.18.8000	Centro Cultural do TRE-PI	Em Execução: SEI nº 0004632–86.2021.6.18.8000 SEI nº 0017121–58.2021.6.18.8000 SEI nº 001816175.2021.6.18.8000
3	0026003–43.2020.6.18.8000	Novo layout – Assessoria de Planejamento – Sede TRE-PI	Aguardando manifestação da Unidade Demandante – ASPLAN.
4	0025486–38.2020.6.18.8000	Novas instalações do Serviço de Segurança Institucional – Sede TRE-PI	Obra executada
5	0020407–78.2020.6.18.8000	Acessibilidade Predial: 14 prédios: 8ª – AMARANTE 22ª – CORRENTE 24ª – JOSÉ DE FREITAS 26ª – PARNAGUÁ 29ª – PIO IX 30ª – SÃO PEDRO DO PIAUÍ, 31ª – PALMEIRAS, 36ª – CANTO DO BURITI 48ª – ELESBÃO VELOSO 49ª – PORTO 71ª – CAPITÃO DE CAMPOS 72ª – ITAUEIRA 79ª – CARACOL 80ª – MATIAS OLÍMPIO	CANTO DO BURITI – Acessível; CORRENTE – Acessível; ELESBÃO VELOSO – Acessível; JOSÉ DE FREITAS – Acessível; MATIAS OLÍMPIO – Acessível; PORTO – Acessível; AMARANTE – PENDÊNCIA (Piso e banheiro) CAPITÃO DE CAMPOS – PENDÊNCIA (banheiro); CARACOL – PENDÊNCIA (piso e banheiro); ITAUEIRA – PENDÊNCIA (banheiro); PARNAGUÁ – PENDÊNCIA (piso e banheiro); PIO IX – PENDÊNCIA (banheiro); SÃO PEDRO DO PIAUÍ – PENDÊNCIA (piso e banheiro);
6	0025635–34.2020.6.18.8000	NOVA CONTRATAÇÃO – Manutenção Predial	Contrato TRE-PI nº 22/2021 – GERA WATSS em andamento (SEI 0008829–84.2021.6.18.8000)
7	0001112–21.2021.6.18.8000	Serviço de adaptações do novo prédio locado e reforma no prédio antigo para entrega ao proprietário - Valença-PI ZE: 18ª e 89ª .	Novo prédio locado para Zonas 18ª e 89ª – Contrato TRE-PI nº 59/2020 (SEI 0014386–95.2021.6.18.8018). Prédio antigo entregue à proprietária por meio de acordo para reforma às expensas da proprietária.
8	0026930–09.2020.6.18.8000	Porta giratória	Projeto encontra-se na ENARQ para execução
9	0004211–96.2021.6.18.8000	BASE GERADOR – Serviço de estrutura e infraestrutura para instalação do Grupo- Gerador	Projeto concluído OS nº 07/2021 (SEI 0004211–96.2021.6.18.8000)
10	0021009–69.2020.6.18.8000	SEREF – Novo layout	Layout executado
11	0024104–10.2020.6.18.800	COEDE – Novo layout	Layout executado
12	0025476–91.2020.6.18.8000	COSUT – Novo layout	Layout executado
13	0025480–31.2020.6.18.8000	RESTAURANTE – Novas instalações do restaurante TRE-PI	Projeto aguardando disponibilidade orçamentária

14	0025464–77.2020.6.18.8000	ESPAÇO CONVIVÊNCIA – Criação de ambiente humanizado para servidores e colaboradores	Com a elaboração e aprovação do layout, encontra-se na fase análise pelo Engenheiro da planilha orçamentária de serviços Projeto aguardando disponibilidade orçamentária
15	Autuar processo	ENGENHARIA – layout	Com a mudança do Serviço de Segurança, haverá aproveitamento da área para melhor acomodação da Engenharia Layout executado
16	Autuar processo	TRANSPORTE – layout	Com a mudança do Serviço de Segurança, haverá aproveitamento da área para melhor acomodação da Engenharia Layout executado
17	0010793–15.2021.6.18.8000	CAMPO MAIOR – Reforma no prédio que acomoda a 7ª e 96ª Zes	A reforma contemplará a criação da Central de Atendimento ao Eleitor, projeto há muito pretendido para o Fórum Eleitoral, além de revisão elétrica, hidráulica, sanitária, nas instalações de rede e no telhado do imóvel. Projeto em execução. OS 08/2021 – previsão entrega para abril 2022 (SEI 0010793–15.2021.6.18.8000)
18	Autuar processo	SÃO JOÃO – Reforma no prédio que acomoda da 20ª e 69ª Zes	A reforma se faz necessária em razão do desgaste natural do tempo. Projeto aguardando disponibilidade orçamentária
19	Autuar processo	Reforma da casa de máquina e caixa d'água	A reforma se faz necessária em razão do desgaste natural do tempo Projeto aguardando disponibilidade orçamentária

2. ANEXO II

Ações de Melhorias – Inspeções da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí

Ações de Melhorias – Inspeções da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí

ZONA	CIDADE	NÃO CONFORMIDADE	SITUAÇÃO ATUAL/PROVIDÊNCIAS
3ª e 4ª ZE	Parnaíba	Portas e janelas com trancas frágeis. Necessidade de instalação de cerca elétrica e sensores de presença. Espaço interno pequeno, com corredores estreitos, salas pequenas sem ventilação. Local para arquivo pequeno e inadequado. Não há banheiro exclusivo para o público externo. Os eleitores têm que usar o banheiro que é destinado aos servidores do sexo masculino, o qual foi transformado em banheiro unissex para o público externo. A reforma do prédio foi aprovada e executada pela administração de TRE/PI de acordo com SEI 0016463-05.2019.6.18.8000 . Quanto ao item segurança predial, destaco a pendência quanto ao funcionamento da cerca elétrica já relatada no SEI 42-05.77.2021.6.18.8004 .	EXECUTADA REFORMA RECENTE, onde foi adequada a parte frontal do prédio com: criação de garagens externas, piso podotátil e tátil, nova sinalização e identificação do Fórum; foram construídos dois banheiros adaptados para uso do público externo; instalada cerca eletrificada ao longo de todo o perímetro dos muros de limite e frente; correção e atualização de climatização problemática; o recurso disponível e aplicado não poderia ser revertido em aumento de área construída. Com relação a cerca elétrica, a providência será executada pelo Serviço de Segurança do TRE-PI. No caso em apreço, a compra de centrais de alarme estão em andamento nos autos do processo SEI nº 0012008-26.2021.6.18.8000 .
6ª ZE	Barras	Existe apenas um banheiro para o público externo, localizado nos fundos do prédio, e outro para os servidores. E tais banheiros não estão adaptados para pessoas portadoras de deficiência. A sala de espera para o público externo não é refrigerada.	O proprietário foi, por várias vezes, contactado e notificado para providenciar intervenções no imóvel. O Chefe do Cartório está orientado a procurar outro imóvel. Quanto a climatização, aguardamos a manifestação do Chefe de Cartório acerca de mudança de imóvel. Caso não haja mudança, efeturemos a instalação de Split na sala de atendimento.
7ª e 96ª ZE	Campo Maior	Necessita de melhorias hidráulicas e físicas no banheiro.	Está em andamento uma ampla reforma em todos os ambientes do prédio com previsão de encerramento no final de abril próximo, conforme SEI 0010793-15.2021.6.18.8000 . Criação de uma CAE, manutenção geral de telhado e nas instalações elétricas, hidráulicas, lógicas e telefonia.
8ª ZE	Amarante	O sanitário utilizado pelo público externo é o mesmo utilizado pelos funcionários. Os sanitários instalados no prédio onde funciona o Cartório Eleitoral necessita de reposição. Os extintores constam a seguinte informação: A manutenção de nível 2 estava prevista para 2019. Ocorre que a referida manutenção não aconteceu nesta 8ª Zona.	Será efetuada troca de sanitário por meio da manutenção predial. REALIZADO MANUTENÇÃO DOS EXTINTORES CONFORME SEI 0008487-10.2020.6.18.8000 .
9ª ZE	Floriano	Com a transferência da 77ª Zona Eleitoral para Floriano na IV Etapa do Redelineamento, este Fórum Eleitoral passou a abrigar três zonas eleitorais, comprometendo o espaço interno do prédio, que não sofreu alteração. O Fórum Eleitoral de Floriano conta atualmente com ambiente para espera dos eleitores, contudo, não possui climatização ou acesso fácil a bebedouro. Contamos com agentes de portaria somente no período diurno e serviço de monitoramento por câmeras 24 horas.	Com a VI etapa do Redelineamento (SEI nº 0013364-56.2021.6.18.8000) a 77ª ZE foi extinta. As consequências dessa extinção estão sendo tratadas em processos específicos. Os Cartórios foram equipados com instrumentos CFTV de última geração, visando à preservação do patrimônio público e à integridade dos servidores, colaboradores e do público em geral. Há monitoramento durante 24 horas pelo sistema de câmeras em todos os Cartórios Eleitorais.
11ª ZE	Piripiri	O Cartório, sede da 4ª maior Zona Eleitoral do Estado, conta, no momento, apenas com monitoramento por câmeras.	Conforme restrições orçamentárias tratadas no SEI 0010433-17.2020.16.18.8000 , foram fechados postos de mão de obra terceirizadas. Os Cartórios foram equipados com instrumentos CFTV de última geração, visando à

			<p>preservação do patrimônio público e à integridade dos servidores, colaboradores e do público em geral, cujo monitoramento é durante 24 horas (há um profissional durante o período noturno). Será feita intervenção no sistema elétrico interno, na climatização e manutenção em telhado a ser tratada em processo específico.</p>
13º ZE	São Raimundo Nonato	<p>Atualmente, o prédio carece de uma acessibilidade adequada, após a chegada de veículo oficial, o qual, armazenado no único espaço possível, acabou por bloquear o acesso à rampa para cadeirantes, já tendo havido caso em que eleitor cadeirante precisou ser erguido em sua cadeira de rodas para superar degraus e, assim, conseguir adentrar ao prédio. Espaço interno se mostra insuficiente, ainda mais em se tratando de prédio que abriga 2 ZEs. Verifica-se, ainda, a inexistência de lugares apropriados para o Chefe de Cartório ou Juiz Eleitoral se reunirem ou sentarem com o público externo que os procure. Espaço de espera para eleitores lotado com facilidade. Questões de segurança se mostram um tanto temerárias, pois recentemente houve corte da mão de obra de agentes de portaria, em todos os turnos. Com isso, a segurança do Cartório resume-se a portas de vidro com metal, de firmeza duvidosa, e câmeras de segurança. Atualmente, o Fórum Eleitoral ainda conta com aparelhos de ar-condicionado antigos, cuja periodicidade de limpeza, por empresa contratada, não é alta, o mesmo valendo para os extintores de incêndio.</p>	<p>1 - Por tratar-se de matéria relativa à Administração deste Regional, submete-se à apreciação do Exmo. Sr. Corregedor sugestão de encaminhar tais informações à <u>Presidência</u> do Tribunal (relatório completo e consolidado), a fim de que sejam repassadas à <u>Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF</u> para as devidas considerações, para que sejam empreendidos esforços no sentido de sanar os possíveis problemas apontados pelos juízes eleitorais nesta categoria de Instalações Físicas dos Cartórios Eleitoral.</p> <p>2 - Quanto às condições do acesso para portadores de deficiência, sugerimos o encaminhamentos deste relatório ao Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão, da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica, da Diretoria-Geral deste Regional para acompanhamento e apresentação de eventual solução propositiva com vista a corrigir estas condições de acesso apontadas pelas seguintes zonas: 3-PI, 4-PI, 6-PI, 7-PI, 11-PI, 12-PI, 13-PI, 15-PI, 16-PI, 17-PI, 18-PI, 19-PI, 21-PI, 24-PI, 27-PI, 29-PI, 30-PI, 31-PI, 32-PI, 38-PI, 40-PI, 47-PI, 58-PI, 59-PI, 63-PI, 68-PI, 79-PI, 80-PI, 83-PI, 85-PI, 88-PI e 95-PI.</p> <p>3- Quanto a garagem para a guarda do veículo, processo encontra-se na ENARQ SEI nº 0007805-95.2019.6.18.8095.</p>
14º ZE	Uruçuí	<p>Exige reforma; Exige ampliação do espaço físico por conta do zoneamento da extinta Zona 78, que aumentou consideravelmente o número de processos desta Zona. Condicionador de ar da sala de recepção exige reparo/conserto, pois o mesmo não está funcionando já algum tempo.</p>	<p>Está em estudos pelo Serviço de Engenharia e Arquitetura o novo layout para fins de ampliação de ambientes, readequando-se os demais. O Split da recepção já foi consertado.</p>
15º ZE	Bom Jesus	<p>Cerca elétrica necessita de manutenção. Há câmaras de segurança quebradas. Há um sanitário necessitando de ajuste. Problemas elétricos prejudicam a iluminação do prédio deste cartório eleitoral. Está sendo providenciado diagnóstico por parte de eletricitista, para confecção de orçamento e pedido de suprimento de fundos.</p>	<p>Com relação a cerca elétrica, havia galhos e capim sobre a cerca. Por meio do SEI nº 0008381-66.2021.6.18.8015 foi efetuada a poda e limpeza da cerca. Já a instalação e funcionamento já fora resolvido por meio do Serviço de Segurança do TRE-PI. Com relação ao sanitário, foi autuado o SEI 0008380-81.2021.6.18.8015 para aquisição dos acessórios para solução da demanda. Os demais problemas já foram devidamente resolvidos pela equipe de manutenção predial do TRE-PI.</p>
16º ZE	União	<p>Condições de acesso para portadores de deficiência: Sinalização horizontal (piso tátil): Existência de piso de tátil somente na entrada do cartório; Conservação do prédio (pintura, revestimento, paredes, portas, janelas,</p>	<p>O proprietário fez pequena reforma no imóvel. Ocorre que já surgiram novos problemas de infiltrações no imóvel. Foi indicada à chefia do cartório que fosse feita nova demanda ao</p>

		<p>infiltrações, etc.): Foi verificado que o prédio se encontra em péssimo estado de conservação geral, tendo infiltrações por todos compartimentos do cartório. Informação através de e-mail da ENARQ datado de 09/10/2019, que o Cartório da 16ª Zona - União está na lista daqueles que passarão por intervenções da engenharia do TRE. Foi protocolado o SEI 0024979-29.2020.6.18.8016, informando condições da edificação e solicitando providências. Local para arquivamento/armazenamento de processos: O local não é arejado, apesar de climatizado e constando uma janela que na maior parte do tempo se encontra fechada. Não há infestações de cupim ou traça, estando o material acondicionado dentro de caixas localizadas em armários e estantes. Os banheiros são unissex.</p>	<p>proprietário no sentido de recuperação de salitre nas paredes em geral; manutenção em telhado e forro em gesso que constantemente é danificado por goteiras no período chuvoso.</p>
17º ZE	Miguel Alves	<p>Os espaços disponíveis internamente para as atividades e arquivo não comportam a demanda, exigindo, assim, melhorias e ampliação. Não existe espaço físico para armazenamento de urnas e seu manuseio, o que compromete sobremaneira os trabalhos no período eleitoral. Nas eleições 2018 foi necessário a utilização de um prédio cedido pela prefeitura para esse fim. Não existe vigilância no imóvel nem grades na porta principal, sendo vulnerável a invasões externas. Por fim e o mais relevante, o imóvel passou por vistoria do setor de engenharia do TRE, onde foi constatado que corre risco iminente de desabamento de parte do prédio devido à deterioração, sendo recomendado a imediata mudança. Cabe ressaltar, que os Processos SEI nº 0006312-60.2018.6.18.8017 e 0002231-22.2018.6.18.8000 referentes à nova locação tramitam a quase dois anos no TRE, sendo que aguardam o cumprimento de diligências pela ENARQ. Existem dois banheiros na sede do Cartório, sendo que estão localizados na área interna e exclusiva para servidores, o que dificulta o acesso do público externo e eleitores, bem como a utilização por portadores de necessidades especiais, principalmente de cadeirantes. O único extintor do prédio fica na parte interna do cartório, distante do atendimento e estão com a validade vencida. O sistema de condicionamento de ar é composto de máquinas de janela, que consomem mais energia e resfriam muito menos, sofrendo bastante com as frequentes quedas de energia.</p>	<p>INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CARTÓRIO ELEITORAL - quanto ao ponto, informo que este Cartório Eleitoral já se encontra em nova sede, o que ensejou a solução definitiva dos problemas elencados sobre as instalações físicas, segurança e condições de acesso para portadores de deficiência;</p>
18º ZE	Valença do Piauí	<p>1. Conservação do prédio - necessidade de manutenção nas instalações prediais com reparos e pintura nas áreas internas e externas; 2. Considerando que as instalações da 18ª Zona abrigam atualmente a 89ª Zona, criada no município de Valença do Piauí no processo de rezonamento das Zonas Eleitorais do Piauí, o imóvel oferece condições</p>	<p>Cartório está abrigado em novo espaço, sanando todas as intercorrências.</p>

		satisfatórias para execução dos serviços cartorários em ano não eleitoral, não dispondo de espaço físico para guarda e manuseio das urnas eletrônicas durante a preparação e realização de eleições. Extintores de incêndio: - Recolhidos pelo TRE/PI dois extintores (um de H2O e outro de CO2) em 20/08/2018 e disponibilizado, na mesma data, apenas um extintor de CO2 para a Zona, permanecendo a situação até a presente data.	
19º ZE	Jaicós	As condições de conservação do imóvel que abriga este Cartório Eleitoral são precárias, fato que foi diagnosticado pelo próprio Desembargador Presidente do TRE-PI e registrado no SEI nº 0008627-15.2018.6.18.8019. Aproveito o espaço para informar a existência de processo SEI com proposta de locação de novo imóvel, SEI nº 0018200-83.2019.6.18.8019, parado desde 02/12/2019. As condições do sanitário do público externo são precárias, motivo pelo qual esse público utiliza o sanitário destinado ao público interno, que é um pouco melhor. Extintores vencidos.	O processo SEI nº 0018200-83.2019.6.18.8019 para locação do imóvel foi concluído na Zona Eleitoral sem resposta à diligência da Engenharia do TRE-PI. Com relação aos extintores, consta no SEI nº 0008627-15.2018.6.18.8000 a aquisição dos equipamentos. As rotas de entrega de extintores para as zonas eleitorais estão sendo elaboradas e com previsão de até dezembro do corrente para serem concluídas.
20º ZE	São João do Piauí	Em termos de segurança, necessita de instalação de cerca elétrica e/ou concertina. Quanto à conservação, as paredes internas e externas precisam de pintura, além da necessidade de que se conclua o que restou não concluído quando da entrega da obra, ainda havendo fiação exposta e outras terminações pendentes. Além do que ainda não foi finalizado o layout dos gabinetes dos juízes. A necessidade de pintura, sobretudo nas paredes internas, é premente.	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014545-92.2021.6.18.8000 .
21º ZE	Piracuruca	Com relação às condições de conservação do prédio destaco que o imóvel que abriga o Cartório Eleitoral desta 21ª Zona (prédio próprio) necessita de reforma em toda sua estrutura (Processo SEI nº 0016118-73.2018.6.18.8000). Informo que no início do ano de 2019, quando assumi a chefia deste Cartório Eleitoral, entrei em contato com a SAOF para solicitar suprimento de fundos para reforma do cartório e fui informado que havia um processo em andamento para reforma desta cartório, o que até a presente data não aconteceu.	Previstas intervenções de manutenções em geral (elétrica, telhado, sinalização horizontal externa, etc.). Pequenos serviços executados no Cartório conforme SEI nº 0014555-39.2021.6.18.8000 .
22º ZE	Corrente	Necessidade de cobertura para a garagem do Cartório Eleitoral, tendo em vista que o carro do Cartório fica exposto ao sol o dia inteiro.	Pequenos serviço executados no Cartório e providências/sugestões a serem tomadas conforme SEI 0014551-02.2021.6.18.8000 .
24º ZE	José de Freitas	O prédio está em péssimas condições físicas. Já foram autuados dois processos para locação de um novo prédio, mas devido à morosidade da tramitação os proprietários desistiram. Só existe um banheiro no imóvel utilizado pelos servidores e eleitores e esse sanitário fica localizado na sala onde a Chefe de Cartório trabalha. Os extintores de incêndio ficam no chão, a iluminação deixa a desejar na sala de	Manifestação: O prédio locado, no geral, encontra-se com condições físicas e de conservação insatisfatórias, as quais puderam ser verificadas in loco por servidores da SEOZIC quando da realização do último procedimento de Inspeção na unidade no ano de 2019. Por oportuno, esclarecemos que a situação também foi reiterada ao TRE/PI por meio do SEI nº 0023026-06.2020.6.18.8024 , tendo sido solicitado suprimento de fundos no mês de

		<p>atendimento ao eleitor, a limpeza e conservação é realizada por uma terceirizada de forma impecável. O split da sala de atendimento está com duas semanas sem funcionar, já foi acionado o setor competente que informou problemas com a empresa responsável pela manutenção.</p>	<p>janeiro passado para pintura do local, que fora realizada com o intento de amenizar tais condições.</p> <p>Em relação aos extintores de incêndio, pontuamos que os equipamentos são acomodados diretamente no chão sem a devida sinalização. E, no mais, o prédio não se encontra plenamente adaptado para o acesso aos portadores de deficiência.</p> <p>Acrescente-se, por fim, que quanto ao pagamento dos aluguéis do prédio pelo TRE/PI, cabe ressaltar que não tem sido efetivado desde o óbito da proprietária do imóvel em janeiro/2020 e, a esse respeito, a chefia do cartório autuou o processo SEI nº 0015322-39.2020.6.18.8024, atualmente em trâmite junto à SELIC.</p> <p>Por fim, sugerimos que a Chefia de Cartório apresente novo imóvel para locação, de modo a superar todas as questões acima suscitadas.</p>
25º ZE	Jerumenha	<p>Atualmente o estado de conservação do prédio é PRECÁRIO. Existe infiltrações nas paredes e teto. O piso se encontra encardido dando um aspecto de sujeira. Em sua passagem por esta 25ª ZE, em junho/2018, o excelentíssimo Sr. Des. Francisco Antônio de Paes Landim Filho ficou perplexo com estado de conservação do prédio. Existe um processo SEI nº 10844-31 que trata de reforma do atual prédio e possível mudança de imóvel. O referido processo se encontra parado. Foi solicitado suprimento de fundo de compras e serviços para contornar a situação em SEI's nº 5532-28.2020.6.18.8025 e 5566-03.2020.6.18.8025, respectivamente, aguardando solução.</p> <p>Sanitários, especialmente reservado ao público interno, exigem reparos no sanitário, bem como em seu piso.</p> <p>Os extintores estão localizados em local de fácil acesso. Os mesmos foram substituídos em junho/2018, portanto, vencidos. As condições do ambiente de trabalho não são adequadas devido ao péssimo estado de conservação do prédio.</p>	<p>Destacamos que as seguintes zonas eleitorais foram recorrentes em mais de um quesito com análise em “não conformidade”, ou seja, que a condição apresentada não está em conformidade com a situação desejada ou previamente definida: 4-PI, 11-PI; 17-PI, 19-PI; 24-PI; 25-PI; 29-PI; 32-PI; 38-PI, 44-PI; 57-PI; 81-PI e 63-PI; e 89-PI</p> <p>Manifestação: quanto a este item, informo que este Cartório Eleitoral solicitou suprimento de fundo e recentemente sofreu uma reforma, sanando problemas de conservação no prédio onde abriga a 25ª ZE, ensejando solução definitiva dos problemas acerca das instalações físicas, segurança e condições de acesso para portadores de deficiência;</p>
26º ZE	Parnaguá	<p>O muro do prédio é baixo, não há cerca elétrica, portas e janelas são frágeis, não há cobertura contratual para a prestação de serviços de segurança, há necessidade de pintura externa e interna do prédio, como também, no reparo do reboco de algumas paredes.</p>	<p>A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014556-24.2021.6.18.8000.</p>
27º ZE	Luzilândia	<p>Há necessidade de melhora na segurança do cartório, através de substituição da cerca elétrica e de uma das portas de acesso ao Cartório Eleitoral.</p>	<p>A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014561-46.2021.6.18.8000.</p>
28º ZE	Picos	<p>Quanto ao local para arquivo/armazenamento de processos: o espaço disponível para o arquivo não atende à demanda do cartório da 28ª ZE que atende 06 municípios, necessitando de ampliação face ao grande volume de processos e documentos. Até a presente data os arquivos e bens da extinta zona 65 encontram-se em Francisco Santos,</p>	<p>MANIFESTAÇÃO: A zona eleitoral foi instalada no Fórum Eleitoral de Picos no ano de 2018, prédio que também abriga as zonas 10ª e 62ª. Acontece que o espaço destinado ao arquivo da 28ª zona não é suficiente para abrigar todos os documentos e processos oriundos das zonas extintas 65ª (Francisco Santos) e 93ª (Bocaina), conforme já relatado em correções anteriores e</p>

		<p>com o fechamento dos Postos de Atendimentos determinado pela Res. TRE/PI 381/2020 todos os bens e materiais deverão ser transportados para a sede da zona em Picos, tal situação requer espaço e organização do ambiente cartorário. Verificou-se, na inspeção realizada em maio de 2019, que há banheiros para o público externo (masculino e feminino) sem adaptações para cadeirantes ou pessoas com necessidades especiais; porém há um banheiro exclusivo para cadeirantes. Verificou-se, ainda, que os banheiros destinados aos servidores, juizes e membros do MPE não estão com adaptações pra cadeirante ou pessoa com necessidade especial.</p> <p>Os extintores estão todos vencidos.</p> <p><i>"Entendemos também merecer especial atenção pela Administração Superior quanto à questão da infraestrutura e espaço interno das zonas eleitorais impactadas seja pelo processo de rezoneamento, seja pela extinção dos Postos de Atendimento (Res. TRE-PI 381/2020) tendo em vista o acréscimo de demanda em Município e eleitorado atendidos, conforme destacados em manifestação das 9ª; 14ª; 18ª; 28ª; 32, 46ª; 48ª; 69 ª. "</i></p>	<p>também na inspeção realizada em 2019. Atualmente, com a extinção dos postos de atendimento, todo o material foi trazido para o Fórum de Picos e boa parte está armazenada no local onde antes eram armazenadas as urnas, quando o Fórum ainda exercia o papel de polo das urnas. Como diretor do fórum, sugiro a Administração Superior para que haja uma possível ampliação ou readequação desse espaço que é utilizado pelas três zonas eleitorais.</p> <p>Sugestão de diligência:</p> <p>1 - Por tratar-se de matéria relativa à Administração deste Regional, submete-se à apreciação do Exmo. Sr. Corregedor sugestão de encaminhar tais informações à <u>Presidência</u> do Tribunal (relatório completo e consolidado), a fim de que sejam repassadas à <u>Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF</u> para as devidas considerações, para que sejam empreendidos esforços no sentido de sanar os possíveis problemas apontados pelos juízes eleitorais nesta categoria de Instalações Físicas dos Cartórios Eleitoral.</p> <p>2 - Quanto às condições do acesso para portadores de deficiência, sugerimos o encaminhamentos deste relatório ao <u>Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão, da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica, da Diretoria-Geral</u> deste Regional para acompanhamento e apresentação de eventual solução propositiva com vista a corrigir estas condições de acesso apontadas pelas seguintes zonas: 3-PI, 4-PI, 6-PI, 7-PI, 11-PI, 12-PI, 13-PI, 15-PI, 16-PI, 17-PI, 18-PI, 19-PI, 21-PI, 24-PI, 27-PI, 29- PI, 30-PI, 31-PI, 32-PI, 38-PI, 40-PI, 47-PI, 58-PI, 59-PI, 63-PI, 68-PI, 79-PI, 80-PI, 83-PI, 85-PI, 88-PI e 95-PI.</p>
31º ZE	Palmeiras	<p>As instalações do cartório estão precisando de reparos. A única placa de sinalização externa está quebrada.</p> <p>Há apenas uma instalação sanitária para o público interno e externo.</p>	<p>Manifestação:</p> <p>No prédio onde funciona o cartório eleitoral desta 31 Zona, não há acessibilidade ideal, sendo necessário ser feito uma avaliação por pessoa capacitada para apontar as outras modificações (além das que já tem) mais adequadas. Tal providência, por depender de oportunidade e conveniência da administração superior quando do recebimento da informação aqui prestada, este Juízo ficará aguardando providências. Uma observação importante é a iminente extinção desta 31 Zona nos termos do SEI 0000620-29.2021.6.18.8000, o que impacta diretamente nas decisões tomadas pelos diversos setores do Tribunal.</p> <p>ATUALIZAÇÃO: A 31ª ZE foi extinta, por meio de extinção de Zonas Eleitorais, conforme Resolução TRE-PI nº 352 (1313225), objeto dos autos do Processo SEI nº 0012148-60.2021.6.18.8000. A referida zona foi transferida para a 08ª ZE - Amarante/PI.</p>
32º ZE	Altos	<p>O prédio que abriga o Cartório da 32ª ZE já não dispunha de instalações satisfatórias para o pleno funcionamento de suas atividades. Referida situação, ademais, se agravou quando da chegada da 47ª ZE, pelas razões a</p>	<p>A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014583-07.2021.6.18.8000.</p>

		seguir descritas: 1 - Não há local para espera de atendimento pelos eleitores, os quais, necessariamente, ficam em pé e no sol, inclusive as prioridades; 2 - Não existe espaço para realização de audiência sobretudo de geração e inseminação das urnas eletrônicas; 3 - não existe espaço de espera para os Presidentes de Mesa Receptora de Votos receberem e entregarem o material de votação bem como não há local para a apuração do pleito de 2020; 4 - O arquivo não comporta todas as urnas e não há qualquer outro espaço no prédio que se possa acomodar o restante das urnas. SUGESTÃO: Como sugestão, deveria o TRE providenciar a locação de um imóvel para fins de acolhimento da 47ª ZE.	
33ª ZE	Buriti dos Lopes	No cartório eleitoral há apenas 1 (UM) mural, e considerando a necessidade publicações por município, necessita-se de ao menos 4 (QUATRO) murais, sendo imprescindível, assim, um incremento de 3 (TRÊS) murais.	Cartório está abrigado em novo espaço , sanando todas as intercorrências.
34ª ZE	Castelo do Piauí	É necessário fazer reparo no teto do prédio desta 34ª ZE, pois em período chuvoso há goteiras em todos os cômodos. No arquivo local não há mais espaço. A segurança é fragilizada. As câmeras e cerca elétrica estão há mais de 3 anos sem funcionamento.	Previsão de manutenção geral, correção de telhado, implantação de cobertura para o veículo da zona eleitoral, recuperação de cerca eletrificada, etc. SEI nº 0005575-35.2020.6.18.8034.
36ª ZE	Canto do Buriti	Com o cancelamento do contrato dos agentes de portaria, a segurança predial será atenuada. Ademais, devido ao recebimento de veículo oficial para esta 36ª ZE/PI, que está em garagem aberta e com portão quebrado. Há apenas câmeras instaladas na parte da frente e na lateral do Cartório. Portanto, a questão da segurança ainda é delicada. O ar condicionado da sala da chefia de cartório está apresentando um cheiro de queimado.	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014584-89.2021.6.18.8000.
37ª ZE	Simplicio Mendes	Quanto ao item 1.2, condições de conservação do prédio, no período chuvoso ocorre infiltração de água no teto, com a formação de goteiras. Há apenas 03(três) banheiros em todo Fórum Eleitoral de SImplicio Mendes, sendo que o destinado às pessoas portadoras de necessidades especiais fica distante da sala de atendimento e seu acesso é um pouco complicado. Não há banheiro para uso exclusivo para servidores e magistrados. Item 4: Todos os extintores com prazos expirados; Item 5: existem 05(cinco) condicionadores de ar necessitando de manutenção urgente.	Cartório está abrigado em novo espaço , sanando todas as intercorrências.
39ª ZE	São Miguel do Tapuio	Os extintores de incêndio estão fora do prazo de validade. Os ar-condicionados não são suficientes .	REALIZADO MANUTENÇÃO DOS EXTINTORES CONFORME SEI 0008487-10.2020.6.18.8000. A vistoria no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014587-44.2021.6.18.8000.
40ª ZE	Fronteiras	É imprescindível uma reforma no prédio sede da 40ª Zona Eleitoral, levando em conta instalações físicas deterioradas e segurança dos públicos interno e externo.	A vistoria no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014590-96.2021.6.18.8000.

41º ZE	Esperantina	O prédio passou por recente reforma e foram instaladas câmara de segurança.	NÃO CONSTA NO RELATÓRIO PROBLEMAS A SEREM SANADOS.
43º ZE	Regeneração	A sede do Cartório da 43ª ZE encontra-se em prédio provisório, conforme SEI 0021897-38.2020.6.18.8000.	Cartório abrigado em novo espaço locado, conforme SEI 0002555-07.2021.6.18.8000 Contrato TRE-PI 05/2021.
44º ZE	Ribeiro Gonçalves	CARTÓRIO ELEITORAL FUNCIONA EM UMA SALA DO PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM QUE FUNCIONA A COMARCA DE RIBEIRO GONÇALVES.	NÃO CONSTA NO RELATÓRIO PROBLEMAS A SEREM SANADOS.
46º ZE	Guadalupe	O Cartório Eleitoral da 46ª Zona necessita de reforma e ampliação de espaço para armazenamento das urnas, processos, bem como outros documentos oriundos dos dois termos judiciais que, por ocasião do rezoneamento, passaram a jurisdição eleitoral da 46ª Zona Eleitoral de Guadalupe. No próximo ano, devido a 3ª fase do rezoneamento, a 75ª Zona Eleitoral de Landri Sales, passará a ser posto de atendimento da 46ª Zona Eleitoral de Guadalupe. Este Juízo solicita segurança armada para proteção do material e todo o patrimônio da Justiça Especializada, especialmente durante os pleitos eleitorais.	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014577-97.2021.6.18.8000.
32º e 47º ZE	Altos	Em relação ao local de arquivo da 47ª ZE/PI, o espaço NÃO é o adequado haja vista que no período eleitoral as URNAS não cabem no local, sendo necessário utilizar áreas comuns do prédio para guarda das urnas e desenvolvimento dos trabalhos pelos técnicos de urnas. Ressalta-se que tal problema acontece também com a outra zona eleitoral de Altos (32). Salienta-se que em 2020 o espaço ainda ficou menor tendo em vista que a 47ª ZE/PI recebeu os arquivos (armários, processos, etc.) do extinto Posto de Atendimento de Eleitores de Alto Longá - PI. A solução seria viabilizar um prédio maior para adequar as duas zonas eleitorais de Altos (32 e 47).	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014583-07.2021.6.18.8000.
48º ZE	Elesbão Veloso	O prédio necessita de uma reforma; - O espaço para armazenamento de urnas, após o rezoneamento, ficou pequeno; - O cartório não possui identificação externa.	????????????????
56º ZE	Simões	Trata-se de imóvel que necessita de reparos periódicos para o pleno funcionamento. Informo que foi feita reforma no imóvel recentemente, no entanto, após as chuvas, o mesmo já exige novos reparos. Outro fator que merece destaque, é a ausência de câmara de vídeo e cerca elétrica nas dependências do Cartório, o que o torna relativamente inseguro, cabendo ressaltar que o mesmo, agora, possui carro funcional próprio, o que exige ainda mais segurança. O banheiro para o público externo encontra-se nas dependências da cozinha, o que permite acesso do público ao interior do Cartório, necessitando, portanto, de aperfeiçoamento. Com relação aos extintores de incêndio, foi agendada uma manutenção de nível 2 para agosto de 2019, no entanto, não foi constatada a mencionada manutenção. Já relativamente aos condicionadores de ar,	SEI 0008021-79.2021.6.18.8000 em andamento para nova acomodação da 56ª ZE, oportunidade em que serão sanadas todas as intercorrências.

		necessita-se de um mais potente para a sala onde são realizados os atendimentos.	
57º ZE	Itainópolis	<p>O arquivo se encontra cheio, havendo necessidade de realização procedimento de descarte.</p> <p>7. Não há local próprio para armazenamento de urnas eletrônicas, que são acondicionadas na cantina do cartório.</p> <p>8. O espaço é amplo, mas por ser na área da garagem coberta do prédio, inviabiliza a climatização. Há espaço para apenas três eleitores na área interna climatizada.</p> <p>9. Consta na correção de 2018 a solicitação de mural para o cartório, até o momento não foi fornecido. O existente se encontra deteriorado por cupins.</p> <p>10. Fechadura da porta de acesso ao pátio interno está danificada. Não há vigilância, cerca elétrica ou monitoramento por câmeras. Há um único banheiro compartilhado para uso pelo público externo; O banheiro para o público interno não funciona.</p> <p>Não há local demarcado para o extintor de incêndio, porém, é de fácil acesso.</p>	A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014604-80.2021.6.18.8000.
58º ZE	Monsenhor Gil	Não há sanitário para o público externo, algo que a Corregedoria constatou <i>in loco</i> , em inspeção, em 2017.	A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014605-65.2021.6.18.8000.
61º ZE	Floriano	<p>O prédio do Fórum Eleitoral de Floriano/PI não atende às necessidades das três Zona que abriga, onde há limitação de espaços internos, carência de um ambiente amplo e adequado para guarda do acervo processual, assim como de um espaço para armazenamento das urnas eletrônicas e de uma sala de espera de atendimento ao eleitor confortável e adequado.</p> <p>O prédio conta com três banheiros privativos dos juízes eleitorais, mas apenas um banheiro para uso das servidoras das três zonas, que são muitas, e um banheiro único para uso dos servidores homens e público externo. Seria aconselhável a construção de, no mínimo, mais um banheiro.</p>	A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014606-50.2021.6.18.8000.
63º	Teresina	Sem informações nos relatórios.	O espaço destinado para o funcionamento da 63.ª Zona Eleitoral não facilitava o desempenho das atividades no Cartório, após o acréscimo do espaço com a disponibilização e instalação de equipamentos em mais duas salas do Fórum Eleitoral as instalações físicas para o desempenho de atividades tornaram-se mais adequadas. Necessidade de melhorar a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais na "boca de lobo", do acesso para atendimento no Cartório da 63.ª Zona Eleitoral.
63º	Teresina	Sem informações nos relatórios.	O espaço destinado para o funcionamento da 63.ª Zona Eleitoral não facilitava o desempenho das atividades no Cartório, após o acréscimo do espaço com a disponibilização e instalação de equipamentos em mais duas salas do Fórum Eleitoral as instalações físicas para o desempenho de atividades tornaram-se mais adequadas. Necessidade de melhorar a acessibilidade para pessoas com necessidades

			especiais na "boca de lobo", do acesso para atendimento no Cartório da 63.ª Zona Eleitoral.
64º ZE	Inhuma	Há um prédio alugado que serve como arquivo e depósito para urnas no período eleitoral. No Fórum, porém, há espaço suficiente para construção de um anexo que poderia servir para essa finalidade. Um condicionador de ar mais potente traria mais conforto aos servidores.	A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014610-87.2021.6.18.8000 .
67º ZE	Manoel Emídio	O cartório não possui sinalização. Processo em trâmite no setor ENGENHARIA do TRE desde 2018.	Processo encontra-se na ENARQ SEI nº 0001482-34.2020.6.18.8000 .
68º ZE	Padre Marcos	O Cartório necessita de rampas de acesso para PNE. Os extintores necessitam de manutenção/recarga.	A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014612-57.2021.6.18.8000 . Quanto aos extintores está sendo tratado no SEI nº 0008487-10.2020.6.18.8000 .
69º ZE	São João do Piauí	Em relação ao quesito 2.: Há necessidade de finalização da reforma do imóvel que foi entregue inacabado, conforme reforço apresentado no Processo SEI nº 0020210-47.2019.6.18.8069. Em relação ao quesito 5: Apesar de inúmeras cobranças, ainda não foi incluído a indicação da numeração indicativa da 69ª Zona Eleitoral, conforme a efetivação do Rezoneamento Eleitoral, ocorrido em 2018, também questionado no Processo SEI nº 0020210-47.2019.6.18.8069. Quanto ao quesito 10.: Apesar de haver boa estrutura cartorária, e inclusão de câmeras de segurança, ainda resta pendente a inclusão de cercas elétricas. Além disso, a remoção dos agentes de portaria diminuiu as condições de segurança do local, que inclusive conta com veículo oficial.	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014545-92.2021.6.18.8000 .
72º ZE	Itaueira	Apesar de existir câmeras instaladas no cartório, esta zona não possui agente de segurança. Além disso, não há uma sala adequada para o armazenamento das urnas, ficando as mesmas no mesmo local do atendimento. O banheiro é espaçoso para que um cadeirante possa entrar.	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014642-92.2021.6.18.8000 .
74º ZE	Barro Duro	O Cartório Eleitoral funciona no Fórum da Comarca de Barro Duro e não dispõe de depósito adequado e exclusivo para guarda das urnas eletrônicas nem sala de arquivo do acervo processual. As urnas ficam guardadas na sala de audiências e os processos arquivados em sala cedida do arquivo da Justiça Comum. Ressalta-se que, tão logo a pandemia dê uma trégua e após o cumprimento das formalidades exigidas no processo de locação em trâmite, o cartório eleitoral fará a mudança para nova sede no Município, tendo mais espaço para a adequada guarda de urnas e processos arquivados.	Conforme SEI 0020905-77.2020.6.18.8000 decisão 1218561 do Exmo. Sr. Des. Presidente , foi rescindido o Contrato TRE-PI nº 04/2020 em razão do alto custo relativo à preparação do citado imóvel para abrigar a 74ª Zona Eleitoral, além do fato de que há espaço cedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Sala no Fórum de Barro Duro/PI), capaz de recepcionar a referida Zona Eleitoral sem a necessidade de ocupação do imóvel objeto do contrato TRE/PI nº 04/2020.
79º ZE	Caracol	A porta dianteira não possui grade, sendo a mesma de madeira e bem frágil. Situação que deixa a segurança do cartório a desejar. Não há acesso adequado para Pessoas portadoras	A reforma no imóvel próprio deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014643-77.2021.6.18.8000 .

		<p>de Necessidades Especiais, como por exemplo, rampa para cadeirantes.</p> <p>As instalações físicas dos sanitários (para público interno e externo) estão conformes, entretanto, o cartório passa por dificuldades de abastecimento de água. Situação exposta no Evento Sei nº 0016048-76.2019.6.18.8079. É RELEVANTE MENCIONAR OS CONSTANTES PICOS DE ENERGIA, SITUAÇÃO QUE PODE LEVAR À QUEIMA DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS E OCASIONAR INTERRUPÇÕES DA ATIVIDADE CARTORÁRIA.</p>	
80º ZE	Matias Olímpio	<p>O espaço físico do cartório é pequeno. Embora as atividades cartorárias sejam bem realizadas, em um ambiente maior tais atividades seriam desempenhadas com mais eficiência. O pouco espaço físico termina refletindo em todas as atividades e demais dependências do cartório. Um espaço físico maior está sendo procurado.</p> <p>Não existe sanitário externo, sendo que o público utiliza sanitário interno.</p>	<p>A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014651-54.2021.6.18.8000.</p>
81º ZE	Campinas do Piauí	<p>Só existem banheiros para o público externo, os quais estão em péssimas condições de uso, muito precários, falta luz, falta descarga, falta água. E os servidores da justiça eleitoral acaba submetendo-se a tais condições.</p> <p>Há 04 meses estamos sem o único aparelho de ar-condicionado na sala, pois encontra-se quebrado, impossibilitando toda rotina cartorária. Já foram realizadas várias ligações para o TRE, para a Bonanza e nenhuma medida foi tomada.</p>	<p>A 81ª ZE de Campinas do Piauí foi transferida para a 90ª ZE de Simplicio Mendes, em cumprimento da Resolução TRE-PI nº 352/2017 (1314389), que normatizou o Rezoneamento Eleitoral de municípios do Estado do Piauí, neste caso, por meio da extinção de Zonas Eleitorais, ora tratado nos autos do Processo Administrativo SEI nº 0012230-91.2021.6.18.8000.</p>
83º ZE	Paes Landim	<p>Cartório Eleitoral não possui segurança externa/interna.</p> <p>Cartório há mais de 2 meses com o sistema de ar condicionado com defeito, aguardando manutenção, já requerida.</p>	<p>Com a VI etapa do rezoneamento, conforme SEI 0013364-56.2021.6.18.8000, a 83ª ZE será extinta e mudará para a 37ª ZE em Simplicio Mendes, assim, restaram prejudicadas as demandas aqui tratadas.</p>
84º ZE	Angical do Piauí	<p>Ausência de sala para realização de audiências. Ausência de sala para o Juiz Eleitoral. O único banheiro existente no imóvel fica localizado em área restrita do Cartório Eleitoral.</p> <p>O único banheiro existente no imóvel fica localizado em área restrita do Cartório Eleitoral.</p> <p>A pintura das paredes do Cartório Eleitoral encontram-se desgastadas, mofadas e caindo.</p>	<p>A 84ª ZE de Angical do Piauí foi transferida para a 43ª ZE de Regeneração, por meio de extinção de Zonas Eleitorais, em cumprimento da Resolução TRE-PI nº 352/2017 (1314472), ora tratada nos autos do Processo Administrativo SEI nº 0012244-75.2021.6.18.8000.</p>
85º ZE	Esperantina	<p>O local de arquivo não é adequado, foi fechada uma varanda/sacada com vidro para servir de sala de arquivo, mas não há entrada de ar nem climatização, esquentando muito no período da tarde. Há acessibilidade nos casos de atendimento ao eleitor na central de atendimento, mas nos casos específicos que não são tratados na central de atendimento, a sala do cartório eleitoral desta Zona fica no primeiro andar, sem acessibilidade.</p> <p>Dispomos apenas de vigilância eletrônica. Quase todos ares-condicionados são antigos (do tipo janela), que fazem muito barulho e consomem mais energia. A sala de arquivo não possui climatização.</p>	<p>Cartório está abrigado em novo espaço, sanando todas as intercorrências.</p>

88º ZE	Avelino Lopes	Acesso à PNE necessita de reparos. O banheiro externo não é acessível às PNE's.	A reforma no imóvel deste TRE-PI está sendo tratada nos autos do processo SEI nº 0014653-24.2021.6.18.8000 .
89º ZE	Valença do Piauí	Sobre a conservação do prédio, há necessidade de reparos e pintura das paredes externas e internas; O espaço interno não é adequado para duas zonas eleitorais, sendo necessária a locação de um espaço maior; Não há identificação externa referente à 89.ª Zona Eleitoral; não há espaço para armazenamento das urnas eletrônicas das duas zonas eleitorais; não há segurança no local (vigilância armada). Foram instaladas câmeras de monitoramento, porém estas não inibem situações de perigo para os servidores que estão totalmente expostos no ambiente de trabalho. O prédio dispõe de apenas 01 extintor de incêndio de CO2, pertencente à 18.ª Zona.	CATEGORIA 1 – BR INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CARTÓRIO ELEITORAL Todas as demandas decorrentes foram resolvidas com a recente mudança do Fórum Eleitoral de Valença do Piauí para um novo imóvel, o qual possui espaço adequado para acomodar as duas Zonas Eleitorais do município, bem como, para armazenamento de urnas eletrônicas quando da realização de eleições.
90º ZE	Simplicio Mendes	Em que pese fartamente noticiado aos setores competentes deste tribunal, os aparelhos condicionadores de ar seguem sem funcionar, o que acarreta grande calor nos dias de maior temperatura ou movimento. Também não funcionam os aparelhos de ar condicionado da Secretaria deste juízo e da Sala de Urnas do Fórum Eleitoral. Não há banheiros reservados para uso dos servidores e membros deste Egrégio Tribunal Regional do Piauí. Além disso, cada banheiro possui um único sanitário e o banheiro supostamente acessível fica longe da sala de atendimento. 3.1. Esta 90ª ZE/PI não possui extintores de incêndio. 3.5. Praticamente todos os aparelhos condicionadores de ar do tipo split pararam de funcionar pouco tempo após a instalação. Até o momento, não se sabe se o defeito é nas instalações elétricas ou nos aparelhos em si. Os dois aparelhos da sala de atendimento não funcionam, o que ocasiona bastante calor nos dias de elevada temperatura ou de grande fluxo de atendimento. Também não funcionam os aparelhos da Sala de Urnas, da Secretaria desta 90ª ZE/PI, da Secretaria e do Gabinete de Juiz da 37ª ZE/PI, que fazem parte deste Fórum Eleitoral.	Cartório está abrigado em novo espaço , sanando todas as intercorrências.
94º ZE	Oeiras	Questionamento. 5: Não há identificação da 94ª ZE na área externa; Questionamento. 6: Ainda existem um número considerável de processos físicos a arquivar, demandando espaço considerável, e separado do arquivo da 5ª ZE. Questionamento. 7: As janelas são de vidro, não possuem grades, não há segurança noturna, nem sistema eletrônico de segurança. BANHEIROS: Questionamento. 1: Há necessidade de reparo no aparelho sanitário para portadores de necessidades especiais. Questionamento. 2: Necessário reparo no ralo do banheiro para público masculino.	Com relação a cerca elétrica, a providência será executada pelo Serviço de Segurança do TRE-PI. No caso em apreço, a compra de centrais de alarme está em andamento nos autos do processo SEI nº 0012008-26.2021.6.18.8000 . Quanto a iluminação, o processo encontra-se na ENARQ SEI nº 0010616-31.2019.6.18.8094 . A equipe de manutenção de Ar condicionados efetuou a troca de Splits e fez revisão geral no Fórum Eleitoral.

		<p>SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR: Questionamento. 2: Há necessidade de revisão na iluminação, bem como no teto do prédio (há infiltrações, e instalações elétricas inadequadas). Na sala de atendimento ao público e a iluminação é parcial, e no banheiro masculino não há iluminação.</p> <p>Questionamento. 6: Existe um aparelho de ar condicionado na sala de atendimento necessitando de reparo (a água expelida pelo aparelho cai na área interna).</p>	
95º ZE	São Raimundo Nonato	<p>Com a aquisição do veículo, a unidade teve que guardá-lo dentro das dependências do Cartório, em um espaço bastante limitado, para evitar que o automóvel pernoitasse na rua. Contudo, o estacionamento da viatura impediu o pleno acesso à rampa de cadeirantes da unidade e reduziu a acessibilidade. O fato foi noticiado ao TRE-PI por meio do SEI Nº 0007805-95.2019.6.18.8095. 10 - Ao término do contrato dos agentes de portaria, não houve renovação para esta unidade, o que comprometeu a segurança patrimonial. Todos os condicionadores de ar utilizados no Fórum Eleitoral de São Raimundo Nonato, seja do ambiente das zonas como da central de atendimento, são do tipo janela, o que implica num alto consumo de energia elétrica.</p>	<p>Sugestão de diligência:</p> <p>1 - Por tratar-se de matéria relativa à Administração deste Regional, submete-se à apreciação do Exmo. Sr. Corregedor sugestão de encaminhar tais informações à <u>Presidência</u> do Tribunal (relatório completo e consolidado), a fim de que sejam repassadas à <u>Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF</u> para as devidas considerações, para que sejam empreendidos esforços no sentido de sanar os possíveis problemas apontados pelos juízos eleitorais nesta categoria de Instalações Físicas dos Cartórios Eleitoral.</p> <p>2 - Quanto às condições do acesso para portadores de deficiência, sugerimos o encaminhamentos deste relatório ao <u>Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão, da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica, da Diretoria-Geral</u> deste Regional para acompanhamento e apresentação de eventual solução propositiva com vista a corrigir estas condições de acesso apontadas pelas seguintes zonas: 3-PI, 4-PI, 6-PI, 7-PI, 11-PI, 12-PI, 13-PI, 15-PI, 16-PI, 17-PI, 18-PI, 19-PI, 21-PI, 24-PI, 27-PI, 29-PI, 30-PI, 31-PI, 32-PI, 38-PI, 40-PI, 47-PI, 58-PI, 59-PI, 63-PI, 68-PI, 79-PI, 80-PI, 83-PI, 85-PI, 88-PI e 95-PI.</p>
96º ZE	Campo Maior	<p>Há necessidade de reforma no prédio. Necessita de novos ar-condicionados</p>	<p>Está previsto que haja intervenção robusta em todos os ambientes do prédio, conforme SEI 0010793-15.2021.6.18.8000, ora prevista para iniciar em novembro próximo.</p>
97º ZE	Teresina	<p>São necessárias melhorias de acesso por parte do poder público ao novo fórum eleitoral da capital. Falta designação por parte da direção do fórum eleitoral da capital (1º ZE) do local para o mural comum das zonas eleitorais da capital.</p>	<p>As solicitações do Fórum Eleitoral estão sendo tratadas nos autos do processo SEI nº 0013948-26.2021.6.18.8000 e encontra-se na Engenharia para execução.</p>
98º ZE	Teresina	<p>1. Acesso: exige uma melhor sinalização na entrada/saída do prédio, bem como a instalação de uma lombada eletrônica, pois os carros vêm em alta velocidade na alça do viaduto. Existe um grande risco de acidentes, pois diuturnamente os carros acessam o fórum eleitoral pela rua de fora da alça do viaduto, fato este plenamente verificável através das câmeras de segurança e em conversa com os guardas da guarita de segurança da entrada do prédio.</p> <p>4. Espaço interno: o espaço interno das salas dos cartórios eleitorais é insuficiente para a quantidade de servidores (efetivos, requisitados, estagiários), especialmente em anos eleitorais. 9. Mural: essencial a instalação</p>	<p>Quanto a sinalização de entrada e saída de veículos, processo encontra-se na ENARQ SEI nº 0010353-13.2021.6.18.8002.</p>

		de mural eletrônico no fórum eleitoral de Teresina.	
--	--	--	--

3. Anexo III

Relação dos contratos firmados em 2021

Relação dos contratos firmados em 2021

Número do instrumento	Categoria	Fornecedor	Objeto	VALOR GLOBAL
00001/2021	CURSO	SENAC	CURSO DE BRIGADA DE INCÊNDIO	
00002/2021	Locação Imóveis	347.296.153-87 - JOAO ALEXANDRE OLIVEIRA AMORIM	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA PATRIOTINO LAGES, 512, CENTRO, ESPERANTINA, PI, PARA FINS DE SEDIAR O FÓRUM ELEITORAL (CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E OS CARTÓRIOS DA 41ª E 85ª ZONAS ELEITORAIS).	R\$ 108.671,40
00003/2021	Mão de Obra	06.234.467/0001-82 - FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE CARREGADORES (CBO 7832) PARA O TRE-PI.	R\$ 338.844,98
00004/2021	Informática (TIC)	17.493.657/0001-30 - IP2TEL SERVICOS DE COMUNICACA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERLIGAÇÃO DE REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ENTRE OS EDIFÍCIOS SEDE DO TRE-PI E SEDE DOS CARTÓRIOS DAS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL, LOCALIZADA NA AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 1377, TERESINA-PI.	R\$ 104.900,00
00005/2021	Locação Imóveis	845.843.273-00 - LUIS ALVES DE MOURA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. ALBERTO LEAL NUNES, 1447 - BAIRRO ALTO DO BALAÇO - REGENERAÇÃO/PI, COM UMA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE 300 M², PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 43ª ZONA ELEITORAL.	R\$ 99.000,00
00006/2021	Serviços	32.879.596/0001-38 - C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS GRUPOS A/E.	R\$ 1.380,00
00007/2021	Locação Imóveis	941.296.144-87 - DARLENE MOURA DE ARAUJO	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOAQUIM RODRIGUES DE MACEDO, Nº 61, PADRE MARCOS/PI PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL.	R\$ 105.000,00
00008/2021	Serviços	12.957.040/0001-05 - H M CASTRO EIRELI	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE PÁGINAS COLORIDAS EM MÁQUINA OFF-SET, A SEREM UTILIZADAS NAS DIVERSAS PUBLICAÇÕES DO TRE-PI.	R\$ 90.000,00
00009/2021	Serviços	76.535.764/0006-58 - OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDI	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL E 0800 PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TRE-PI.	R\$ 15.646,71
00010/2021	Serviços	15.201.985/0001-90 - RESOLVE LIMPEZA AMBIENTAL LTD	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO GRUPO D NAS UNIDADES DO TRE-PI	R\$ 11.232,00
00011/2021	CURSO	27.381.488/0001-09 - KAPTUM CONSULTORIA E TREINAME	REALIZAÇÃO DO CURSO "COMO ELABORAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO", A SER MINISTRADO A 35 (TRINTA E CINCO) SERVIDORES, NA MODALIDADE EAD	R\$ 60.000,00
00012/2021	Serviços	27.895.458/0001-02 - DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	prestação dos serviços por demanda de sanitização/desinfecção de ambientes, incluindo a desinfecção de superfícies e equipamentos nos Prédios Sede e Anexos do TRE-PI e Fórum Eleitoral de Teresina.	R\$ 15.960,00
00013/2021	LUZ	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	Compra de energia elétrica junto a EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, segundo a estrutura tarifária HOROSSAZONAL VERDE, Código Único nº 0.817.187-4, para uso no Prédio Anexo ao Edifício-Sede do TRE-PI, na Praça Des. Edgard Nogueira.	R\$ 480.000,00
00014/2021	LUZ	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	Contratação da empresa EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A para o fornecimento de energia elétrica para o uso no novo prédio do Fórum Eleitoral de Teresina - PI, segundo a estrutura tarifária horossazonal verde, com demanda de potência de 180 kw, Código Único nº 1.4958090.	
00015/2021	LUZ	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	Compra de energia elétrica junto a EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, segundo a estrutura tarifária HOROSSAZONAL VERDE, Código Único nº 1128541-9, para uso no Fórum Eleitoral de Picos - PI, localizado na Rua Porfírio Bispo de Sousa, s/n, Bairro DNER	R\$ 600.000,00
00016/2021	Serviços	05.775.256/0001-94 - PROQUEST LATIN AMERICA SERVIC	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, PACOTES DE CORREÇÃO E DE ATUALIZAÇÕES DO SOFTWARE ALEPH 500	R\$ 3.154,00
00017/2021	CURSO	07.774.090/0001-17 - ESCOLA DE NEGOCIOS CONEXXOES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO CURSO "CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIP/E-SOCIAL APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS".	R\$ 13.338,00

00018/2021	Mão de Obra	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E BATERIAS.	R\$ 243.799,99
00019/2021	CURSO	33.928.111/0001-11 - LIMA E SILVA SERVICOS EDUCACI	REALIZAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO "EXECUÇÃO FISCAL DE MULTAS ELEITORAIS ", A SER MINISTRADO NA MODALIDADE EAD.	R\$ 7.500,00
00020/2021	Mão de Obra	05.305.430/0001-35 - INTERATIVA EMPREENDIMENTOS E	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS, COMPREENDENDO IMPRESSÃO, CORTE E ENCADERNAÇÃO DE IMPRESSOS E DOCUMENTOS, REALIZADOS POR TÉCNICOS RESIDENTES PARA O TRE-PI.	R\$ 146.971,05
00021/2021	Mão de Obra	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	CONTRATAÇÃO DE POSTO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS.	R\$ 44.449,45
00022/2021	serviços	13.245.525/0001-39 - GERAWATTS ENGENHARIA LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E MELHORIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS NOS IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA	R\$ 2.046.800,00
00024/2021	Mão de Obra	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, COM TÉCNICO RESIDENTE.	R\$ 65.199,98
00025/2021	Compras	32.216.668/0001-67 - MIGUEL HERNANDEZ INDUSTRIA, C	FORNECIMENTO DE MEDALHAS DE HONRA AO MÉRITO PARA O TRE-PI.	R\$ 16.094,00
00026/2021	CURSO	03.508.097/0001-36 - REDE NACIONAL DE ENSINO E PES	REALIZAÇÃO DO CURSO "SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS", NA MODALIDADE EAD.	R\$ 3.840,00
00027/2021	Serviços	07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENT	ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA COM O OBJETIVO DE PRODUZIR PROJETO BÁSICO E PROJETOS EXECUTIVOS QUE POSSAM SUBSIDIAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAR EQUIPAMENTOS VISANDO APARELHAR IMÓVEIS DESTA ESPECIALIZADA COM OS SISTEMAS DE MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (TIPO ON-GRID - CONECTADO À REDE) COM UTILIZAÇÃO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS, BEM COMO O ASSESSORAMENTO NA IMPLANTAÇÃO DESSE SISTEMA E NA FISCALIZAÇÃO.	R\$ 163.498,76
00028/2021	CURSO	03.508.097/0001-36 - REDE NACIONAL DE ENSINO E PES	REALIZAÇÃO DO CURSO "HARDENING EM LINUX", NA MODALIDADE EAD.	R\$ 3.840,00
00029/2021	Informática (TIC)	06.809.941/0001-57 - FORTTEL FORTALEZA TELECOMUNICA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INTERLIGAR A SEDE DO TRE-PI AOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO ESTADO DO PIAUÍ, POSTOS DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO LINKS DE INTERNET DEDICADA PARA A SECRETARIA DO TRE-PI.	R\$ 996.399,50
00030/2021	Informática (TIC)	17.493.657/0001-30 - IP2TEL SERVICOS DE COMUNICACA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INTERLIGAR A SEDE DO TRE-PI AOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO ESTADO DO PIAUÍ, POSTOS DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO LINKS DE INTERNET DEDICADA PARA A SECRETARIA DO TRE-PI.	R\$ 77.999,96
00031/2021	Mão de Obra	08.804.362/0001-47 - FACHINELI COMUNICACAO LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COBERTURA JORNALÍSTICA E FOTOJORNALÍSTICA (PRODUÇÃO DE TEXTO E REGISTRO FOTOGRÁFICO) PARA A DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS DO TRE-PI.	R\$ 72.142,25
00032/2021	CURSO	04.403.920/0001-01 - INSTITUTO EDUCERE LTDA	REALIZAÇÃO DO CURSO "ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS", NA MODALIDADE EAD.	R\$ 9.000,00
00033/2021	CURSO	20.184.853/0001-38 - INSIGNE MAGISTERIO E TREINAME	REALIZAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO "LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LEI Nº 14.133/2021", NA MODALIDADE EAD.	R\$ 53.000,00
00034/2021	Mão de Obra	29.733.437/0001-16 - DIPLUS FACILITIES PRESTACAO D	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE SECRETARIADO PARA O TRE-PI.	R\$ 352.099,94

00035/2021	CURSO	42.921.701/0001-03 - PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA	REALIZAÇÃO DO CURSO "INTRODUÇÃO AO DIREITO DIGITAL E ÀS MÍDIAS SOCIAIS", NA MODALIDADE EAD.	R\$ 13.320,00
00036/2021	Mão de Obra	11.895.759/0001-04 - ACAO CONSULTORIA E SERVICOS L	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO TRE-PI PARA OS PRÉDIOS DA CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO DO PIAUÍ.	R\$ 2.020.489,43
00037/2021	Mão de Obra	11.895.759/0001-04 - ACAO CONSULTORIA E SERVICOS L	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENTE DE PORTARIA PARA OS PRÉDIOS DO TRE-PI.	R\$ 752.566,44
00038/2021	Mão de Obra	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO PARA A REPROGRAFIA DO TRE-PI, EXECUTADOS POR TÉCNICO RESIDENTE.	R\$ 61.212,89
00039/2021	Mão de Obra	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM PARA O TRE-PI.	R\$ 209.030,93
00040/2021	Informática (TIC)	21.262.834/0001-45 - IDTCORP COMERCIO E TECNOLOGIA	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) SWITCH SAN 24 PORTAS - SFP+ (ITEM 1 DO PREGÃO 31/2021) , CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ITEM 03 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 70/2021	R\$ 339.984,38
00041/2021	Compras	08.906.031/0001-18 - AMAZING METALURGICA EIRELI	FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ARQUIVOS DESLIZANTES COM ACIONAMENTO MECÂNICO PARA O TRE-PI.	R\$ 322.561,00
00042/2021	Informática (TIC)	27.882.412/0001-59 - SAVVIS INFORMÁTICA EIRELI	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) TRANSCEIVER (ITEM 2 DO PREGÃO 31/2021) , CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ITEM 03 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 70/2021	R\$ 4.636,40
00043/2021	Informática (TIC)	10.685.932/0001-79 - NOVA SERVICOS DE TECNOLOGIA D	AQUISIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL DO TRE-PI.	R\$ 45.600,00
00044/2021	CURSO	07.774.077/0001-68 - VERDANATECH COMERCIO E SERVIC	REALIZAÇÃO DO CURSO “TREINAMENTO DE GESTÃO DE SERVIÇOS COM GLPI”, NA MODALIDADE EAD, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 40 HORAS/AULA.	R\$ 15.000,00
00045/2021	Informática (TIC)	03.698.620/0002-15 - GREEN4T SOLUCOES TI LTDA.	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE RETROFIT, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO DE AMBIENTE DE DATACENTER (SITE BACKUP) E SUA RESPECTIVA INFRAESTRUTURA, PARA CONVERSÃO EM SITE PRINCIPAL, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	R\$ 690.000,00
00046/2021	Informática (TIC)	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTOR	FORNECIMENTO DE 1 (UM) SERVIDOR PARA BACKUP EM DISCO PARA O DATACENTER DO TRE-PI E SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO DO SOFTWARE DE BACKUP VEEAM, COM PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA FORMA PREVISTA NO ITEM 4 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 79/2021.	R\$ 253.000,00
00047/2021	Informática (TIC)	65.149.197/0002-51 - REPREMIG REPRESENTACAO E COME	AQUISIÇÃO DE 80 (OITENTA) MONITORES TIPO I – FULL HD 21,5” _ (ITEM 3 DO PREGÃO 27/2021	R\$ 84.000,00
00048/2021	Informática (TIC)	12.130.958/0001-86 - NADJA MARINA PIRES	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) MONITORES TIPO II – 4K 27 POLEGADAS (ITEM 5 DO PREGÃO 27/2021)	R\$ 49.900,00
00049/2021	Informática (TIC)	89.237.911/0289-08 - GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS D	AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) COMPUTADORES DELL OPTIFLEX 5090 SFF (ITEM 1 DO PREGÃO 27/2021) E 24 (VINTE E QUATRO) NOTEBOOK DELL LATITUDE 5420 (ITEM 6 DO PREGÃO 27/2021)	R\$ 255.556,08
00050/2021	Informática (TIC)	38.504.819/0001-69 - FRP COMERCIO E SERVICOS DE	AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) COMPUTADORES LENOVO/THINKCENTRE _M720 _SFF (ITEM 2 DO PREGÃO 27/2021)	R\$ 28.410,00
00051/2021	Informática (TIC)	23.791.227/0001-06 - MIL PRINT INFORMATICA EIRELI	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA (ITEM 8 DO PREGÃO 27/2021)	R\$ 55.932,40
00052/2021	Informática (TIC)	82.743.287/0035-53 - SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MODERNIZAÇÃO DA UPS (UNINTERRUPTIBLE POWER SUPPLY) DO DATACENTER DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, DE MARCA APC MODELO SYMMETRA PX40 (SERIAL NUMBER PD0917160122), EM PROCEDIMENTO DENOMINADO PELO FABRICANTE COMO REFRESH	R\$ 191.800,99
00053/2021	Serviços	21.347.447/0001-01 - SA PRODUCOES E SERVICOS LTDA	FORNECIMENTO DE BANNERS PARA O TRE-PI, INCLUINDO IMPRESSÃO E ACABAMENTO.	R\$ 7.700,00

00054/2021	Serviços	34.923.639/0001-60 - REFERENCIA MARKETING EIRELI	FORNECIMENTO DE ADESIVOS PARA O TRE-PI, INCLUINDO IMPRESSÃO E ACABAMENTO.	R\$ 2.730,00
00055/2021	Informática (TIC)	33.822.326/0001-53 - JLZ SUPRIMENTOS EIRELI	AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) IMPRESSORA LASER COLORIDA (ITEM 09 DO PREGÃO 27/2021) , CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 47/2021	R\$ 8.928,00
00056/2021	Informática (TIC)	35.652.184/0001-59 - VETRE COMERCIO DE EQUIPAMENTO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA (ITEM 5 DO PREGÃO 42/2021 - SCANNER DE MESA)	R\$ 12.250,00
00057/2021	Informática (TIC)	12.477.490/0002-81 - LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA.(NOTEBOOK - ITEM 3 DO PREGÃO 42/2021)	R\$ 732.160,00
00058/2021	Informática (TIC)	19.585.941/0001-62 - SATURNO SOFTWARE E SISTEMAS L	AQUISIÇÃO DE LICENÇA VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS WITH OPERATIONS MANAGEMENT (VSOM) E VMWARE VCENTER SERVER STANDARD, COM 36 MESES DE SUPORTE.	R\$ 78.496,54
00059/2021	Informática (TIC)	43.397.210/0001-78 - GMS PRIME SERVICOS & COMERCIO	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR	R\$ 71.022,00
00060/2021	Serviços	13.146.254/0001-64 - TORRES E TORRES ORGANIZACOES	SERVIÇOS DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS COMPREENDENDO MESTRE DE CERIMÔNIAS APRESENTADOR(A) E RECEPCIONISTAS.	R\$ 17.760,00
00061/2021	Informática (TIC)	04.602.789/0001-01 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR - MARCA: DATEN MODELO: DC2A-S FABRICANTE: DATEN TECNOLOGIA PROCEDÊNCIA: NACIONAL (PPB) GARANTIA: 36 MESES ON-SITE	R\$ 758.100,00
00062/2021	Mão de Obra	02.720.370/0001-29 - OPCAO SERVICOS E LOCACAO DE M	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.	R\$ 30.049,99
00063/2021	Serviços	07.686.538/0001-40 - L PINHEIRO MENDES DE SOUSA -	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES TIPO COFFEE-BREAK QUANDO DA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO OU EVENTOS REALIZADOS NA SECRETARIA DO TRE-PI E FÓRUM ELEITORAL DE TERESINA.	R\$ 54.902,00
00064/2021	Informática (TIC)	02.877.566/0001-21 - IBROWSE - CONSULTORIA & INFOR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DA EXECUÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ABRANGENDO ATIVIDADES RELACIONADAS A SUPORTE À REDE, BANCO DE DADOS E DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E PRESENCIAL AOS USUÁRIOS DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	R\$ 3.295.959,00
00065/2021	Informática (TIC)	04.602.789/0001-01 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	COMPRA E VENDA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (COMPUTADOR) E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA.	R\$ 266.000,00
00066/2021	Informática (TIC)	03.535.902/0001-10 - DECISION SERVICOS DE TECNOLOG	RENOVAÇÃO DE LICENÇAS VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS WITH OPERATIONS MANAGEMENT (VSOM), POR 36 MESES DE SUPORTE.	R\$ 259.669,80
00067/2021	Serviços	05.930.501/0001-90 - ESTACAO DA CADEIRA INDUSTRIA	CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO, ACESSÓRIOS E ACABAMENTOS, SOB MEDIDA, PARA O “ESPAÇO MEMÓRIA”, LOCALIZADO NO ANEXO II DO TRE-PI.	R\$ 250.000,00
00068/2021	Mão de Obra	29.733.437/0001-16 - DIPLUS FACILITIES PRESTACAO D	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REALIZADOS POR MEIO DE PROFISSIONAL RESIDENTE.	R\$ 105.071,47
00069/2021	Informática (TIC)	12.477.490/0002-81 - LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NOTEBOOK) E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA.	R\$ 112.640,00
00070/2021	Serviços	00.903.429/0001-99 - WORLD TELECOM LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MINIGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON GRID EM IMÓVEIS DO TRE-PI, REFERENTE ITENS 1 A 11 E 13 DO PREGÃO 46/2021.	R\$ 4.175.097,28
00071/2021	Serviços	13.178.565/0001-05 - R M C JALES DE CARVALHO EIREL	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MINIGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON GRID EM IMÓVEIS DO TRE-PI, REFERENTE ITEM 12 DO PREGÃO 46/2021.	R\$ 255.000,00

4. Anexo IV

**Relação dos contratos em vigor
e respectivos prazos de vigência
(inciso XIII, do art.3º,
da Res. TRE-PI nº 268/2013)**

Relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência (inciso XIII, do art.3º, da Res. TRE-PI nº 268/2013)

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA				
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM
00003/2017	22.029.309/0001-47 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATU	ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE EJE, ESMEPI E EJUD-TJ-PI, DIVULGAR E VIABILIZAR CURSOS PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES, PROMOVER INTERCÂMBIO.	05/07/2017	05/07/2022
00005/2017	06.981.344/0001-05 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	FORMAÇÃO DE PARCERIA ENTRE PARTÍCIPES COM OBJETIVO DE PRIORITARIAMENTE A CONJUNÇÃO DE ESFORÇOS COM VISTAS À EFETIVA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE REINserÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS, INCENTIVO TRABALHO E A PROFISSIONALIZAÇÃO, CELEBRADO ENTRE TJ-PI E OUTROS.	30/11/2017	30/11/2022
00002/2018	05.949.713/0001-10 - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	ESTABELECER NORMAS E PROCEDIMENTOS COM O FITO DE PROPICIAR O APROVEITAMENTO DAS HORAS DE TRABALHO GRATUITAS PRESTADAS NAS FUNÇÕES DE MESÁRIO OU APOIO LOGÍSTICO COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR ÀS ATIVIDADES CURRICULARES.	20/08/2018	20/08/2023
00003/2018	10.806.496/0001-49 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO	ESTABELECER COOPERAÇÃO COM FITO DE PROPORCIONAR O APROVEITAMENTO DAS HORAS TRABALHADAS COMO MESÁRIO NAS ATIVIDADES COMPLEMENTAR ÀS ATIVIDADES CURRICULARES.	07/08/2018	07/08/2023
00004/2018	21.909.778/0001-98 - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR	ESTABELECER COOPERAÇÃO COM FITO DE PROPORCIONAR O APROVEITAMENTO DAS HORAS TRABALHADAS COMO MESÁRIO NAS ATIVIDADES COMPLEMENTAR ÀS ATIVIDADES CURRICULARES.	03/10/2018	03/10/2023
00005/2018	06.553.481/0001-49 - ESTADO DO PIAUÍ	FIRMAR PARCERIA ENTRE OS PARTÍCIPES (TRE-PI X SEJUS), POR MEIO DO SERVIÇO "AÇÃO JUSTIÇA ELEITORAL E CIDADANIA" E SEUS PROJETOS (TALENTO JOVEM ELEITOR, REVISTA AJE ELEITOR, AJE JOVEM ELEITOR), COM FIM DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA REDE INTERINSTITUCIONAL DE SERVIÇOS E AÇÕES QUE PROMOVAM A CIDADANIA PASSIVA, O INCREMENTO DE UMA EDUCAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA.	12/11/2018	12/11/2023
00006/2018	06.554.869/0001-64 - MUNICIPIO DE TERE-SINA	FIRMAR PARCERIA ENTRE OS PARTÍCIPES (TRE-PI X SMPM), POR MEIO DO SERVIÇO "AÇÃO JUSTIÇA ELEITORAL E CIDADANIA" E SEUS PROJETOS (TALENTO JOVEM ELEITOR, REVISTA AJE ELEITOR, AJE JOVEM ELEITOR), COM FIM DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA REDE INTERINSTITUCIONAL DE SERVIÇOS E AÇÕES QUE PROMOVAM A CIDADANIA PASSIVA, O INCREMENTO DE UMA EDUCAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA.	18/10/2018	18/10/2023
00001/2019	00.360.305/0001-04 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	ABERTURA DE CONTAS VINCULADAS ESPECÍFICAS DESTINADAS A ABRIGAR OS RECURSOS RETIDOS REFERENTES AO ENCARGOS TRABALHISTAS DOS CONTRATOS DE MÃO DE OBRA DO TRE-PI.	03/05/2019	03/05/2024
00003/2019	06.517.387/0001-34 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	OBJETIVO DE DAR CONTINUIDADE AO PROJETO INSTITUCIONAL "AGENTES DE CIDADANIA".	05/11/2019	05/11/2024
00004/2019	07.471.758/0002-38 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	CONCESSÃO DE HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES AOS ELEITORES ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR QUE SERVIREM À JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ NAS ELEIÇÕES OFICIAIS.	11/09/2019	11/09/2024
00005/2019	06.981.344/0001-05 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	CESSÃO DE SALA DE AUDIÊNCIA NOS FÓRUMS DO INTERIOR DO ESTADO.	29/10/2019	29/10/2024
00001/2020	06.015.356/0001-85 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL D	CESSÃO AO TRE-SE DO DIREITO DE USO DO SISTEMA PAINEL DA QUALIDADE - MNI - TRE-PI.	31/01/2020	31/01/2025

00002/2020	06.015.041/0001-38 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL D	CESSÃO DO DIREITO DE USO DO SOFTWARE DENOMINADO SISTEMA E3 PROCESSOS, DESENVOLVIDO PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ COMO FERRAMENTA PARA GERENCIAR E ENVIAR ARQUIVOS AO CNJ, CUJAS INFORMAÇÕES PROCESSUAIS SÃO EXTRAÍDAS DOS SISTEMAS SAPD E PJE.	30/04/2020	30/04/2025
00003/2020	06.553.556/0001-91 - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTA	COOPERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS PARTICIPES, SEM ÔNUS FINANCEIRO, COM VISTA A PROMOVER O ACESSO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA JUSTIÇA ELEITORAL, APÓS PRÉVIA REQUISICÃO JUDICIAL, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO I, DO §1º, DO ART. 198 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL).	10/08/2020	10/08/2025
00004/2020	06.554.869/0009-11 - MUNICIPIO DE TERE-SINA	ESTABELECE A COOPERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS PARTICIPES, SEM ÔNUS FINANCEIRO, COM VISTA A PROMOVER O ACESSO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA JUSTIÇA ELEITORAL, APÓS PRÉVIA REQUISICÃO JUDICIAL, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO INCISO I, DO §1º, DO ART. 198, DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL).	28/07/2020	28/07/2025
00006/2020	06.981.344/0001-05 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	CESSÃO RECÍPROCA DE VEÍCULOS.	12/11/2020	12/11/2025
00002/2021	22.029.309/0001-47 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATU	COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ – TRE-PI E A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PIAUÍ – ESMEPI, VISANDO À REALIZAÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS DE ESTAGIÁRIOS PARA CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO TRE-PI Nº 300, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.	10/03/2021	10/03/2026
00003/2021	06.517.387/0001-34 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	PROJETO DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO POLÍTICA, CIDADANIA E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO, TENDO COMO OBJETIVO CENTRAL OFERTAR CONHECIMENTOS TÉCNICOS POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIAS AO PÚBLICO-ALVO (DISCENTES) DE ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PIAUÍ NO BIÊNIO 2021-2022, NOS TERMOS DO PLANO DE TRABALHO ANEXO AO PRESENTE ACORDO DE COOPERAÇÃO.	19/08/2021	19/08/2023
00004/2021	03.458.141/0001-40 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O TRE-PI E TRT 22ª REGIÃO, VISANDO PROVER RECIPROCAMENTE A IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE DATACENTER REDUNDANTES, OBJETIVANDO ATENDER AOS REQUISITOS DE CONTINUIDADE DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) PARA OS SIGNATÁRIOS A SER UTILIZADA EM CASO DE OCORRÊNCIA DE DESASTRE.	01/10/2021	01/02/2026
00005/2021	00.000.000/4449-01 - BANCO DO BRASIL S/A	MANUTENÇÃO DE 1 (UM) TERMINAL ELETRÔNICO DE AUTOATENDIMENTO PARA OPERAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO BB S/A, QUE JÁ SE ENCONTRA INSTALADO NO PRÉDIO DO TRE-PI, SITUADO À PRAÇA DES. EDGAR NOGUEIRA, S/N – CENTRO CÍVICO, BAIRRO CABRAL, TERESINA-PI.	13/08/2021	13/08/2026
QUANTIDADE DE ITENS			20	

TERMO DE CESSÃO DE IMÓVEL					
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR MENSAL
00001/2018	06.981.344/0001-05 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	CESSÃO O USO DE SALA DE 26 M², LOCALIZADA EM BARRO DURO - PI, DE PROPRIEDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.	6/2/2018	6/2/2023	0,00
00001/2019	06.981.344/0001-05 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL CUJO OBJETO CONTEMPLA A CESSÃO DE USO GRATUITO DE IMÓVEL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA 64ª ZE - INHUMA/PI, DE PROPRIEDADE DO TJ-PI.	15/8/2019	15/8/2029	0,00

00001/2021	06.981.344/0001-05 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	CESSÃO O USO GRATUITO DE IMÓVEL, A ÁREA CONSTRUÍDA DE 237,04M2, SITUADO NA RUA DES. JOSÉ NUNES MESSIAS, 396, EM CANTO DO BURITI - PI, DE PROPRIEDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ.	15/4/2021	15/4/2026	0,00
00002/2021	00.360.305/0001-04 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CESSÃO A ÁREA DE 119,43 (CENTO DEZENOVE VÍRGULA QUARENTA E TRÊS) DO IMÓVEL LOCALIZADO NA PRAÇA DES. EDGAR NOGUEIRA, S/N, TERESINA-PI, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO FEDERAL, REGISTRADO NO 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS DE TERESINA-PI SOB O Nº R-1-18.825.	7/12/2021	7/12/2026	2.676,92
TOTAL			2.676,92		
QUANTIDADE DE ITENS			4		

CONVÊNIOS				
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM
00088/2017	60.746.948/0001-12 - BANCO BRADESCO S.A.	CONSIGNAÇÃO FACULTATIVOS EM FOLHA DE PAGAMENTO.	4/9/2017	4/9/2022
00002/2018	00.000.000/0001-91 - BANCO DO BRASIL SA	ESTABELECER NORMAS E PROCEDIMENTOS VISANDO AO PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE NO BANCO DO BRASIL S/A.	9/5/2018	9/5/2023
00003/2018	05.477.038/0001-73 - SICOOB JURISCREDP/PI	ADMISSÃO DA CONVENIADA COMO CONSIGNATÁRIA, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE DESCONTOS AUTORIZADOS, REFERENTES A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, BEM COMO RELATIVOS A CONTRIBUIÇÕES PARA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRE/PI, ASSOCIADOS À CONVENIADA.	12/7/2018	12/7/2023
00001/2019	03.581.526/0001-09 - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, A	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OFERTADOS PELO SESC COM PAGAMENTO DE TAXA DE RETRIBUIÇÃO.	3/4/2019	3/4/2024
00002/2019	00.000.000/0001-91 - BANCO DO BRASIL SA	ADMISSÃO DO CONVENIADO COMO CONSIGNATÁRIO, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE DESCONTOS AUTORIZADOS, REFERENTES À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS AOS SERVIDORES.	26/4/2019	26/4/2024
00006/2019	10.779.498/0001-96 - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA	ADMISSÃO DA CONVENIADA COMO CONSIGNATÁRIA, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE E PARA CUSTEIO DA ASSOCIAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 4º, I E V DA RESOLUÇÃO TRE/PI Nº 211/2011, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, DE DESCONTOS AUTORIZADOS POR SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS, REQUISITADOS E COLABORADORES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO PIAUÍ, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA CONVENIADA.	13/9/2019	13/9/2024

00008/2020	97.542.724/0001-07 - ANATA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL D	ADMISSÃO DA CONVENIADA COMO CONSIGNATÁRIA, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE DESCONTOS AUTORIZADOS, A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES MENSIS, POR SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS, REQUISITADOS E COLABORADORES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO PIAUÍ, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA CONVENIADA.	14/3/2020	14/2/2025
00001/2021	00.360.305/0001-04 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO, COM AVERBAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DECORRENTES EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS SERVIDORES DO CONVENIENTE.	13/1/2021	13/1/2026
00002/2021	00.360.305/0001-04 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	PROCESSAMENTO, PELA CAIXA, DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS GERADA PELO TRE-PI.	13/1/2021	13/1/2026
00003/2021	41.263.435/0001-06 - SINDICATO DOS TRABALHADORES D	ADMISSÃO DO CONVENIADO COMO CONSIGNATÁRIO, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE DESCONTOS AUTORIZADOS, À TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E CONVÊNIOS FIRMADOS PELO CONVENIADO, DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE/PI).	8/1/2021	8/1/2026
00004/2021	04.435.721/0001-85 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVI	ADMISSÃO DO CONVENIADO COMO CONSIGNATÁRIO, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE DESCONTOS AUTORIZADOS, À TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E CONVÊNIOS FIRMADOS PELO CONVENIADO, DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE/PI).	10/2/2021	10/2/2026
00005/2021	62.232.889/0001-90 - BANCO DAYCOVAL S/A	ADMISSÃO DO CONVENIADO COMO CONSIGNATÁRIO, PARA EFEITO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DE DESCONTOS AUTORIZADOS, REFERENTES À CONCESSÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO E EMPRÉSTIMO CONSIGNADO AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRE/PI.	9/8/2021	9/8/2026
QUANTIDADE DE ITENS			12	

CREDENCIAMENTOS				
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM
00003/2017	19.965.990/0001-20 - SIMEÃO & LIMA ODONTOLOGIA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS.	21/03/2017	21/03/2022
00004/2017	25.222.440/0001-14 - MILA SANTOS ODONTOLOGIA INTEG	PRESTAR SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS.	23/03/2017	23/03/2022
00005/2017	10.953.718/0001-56 - CORREIA E TRINDADE LTDA-ME	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR (ODONTOLÓGICO).	10/04/2017	10/04/2022
00006/2017	10.999.381/0001-18 - LABORATORIO DE ANALISES CLINI	PRESTAR OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR LABORATÓRIO CLÍNICO.	23/03/2017	23/03/2022
00007/2017	01.963.351/0001-60 - AMI - ASSISTENCIA MEDICA INTE	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR.	10/04/2017	10/04/2022
00008/2017	41.284.969/0001-19 - UDI 24 HORAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO.	14/08/2017	14/08/2022
00009/2017	08.014.449/0001-10 - CLINICA DE PSICOLOGIA REMEDIO	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR.	09/05/2017	09/05/2022
00010/2017	22.801.596/0001-61 - PRODONT LTDA	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR (ODONTOLÓGICO).	10/05/2017	10/05/2022
00011/2017	23.633.829/0001-27 - HOSPITAL FLAVIO SANTOS LTDA	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR.	10/05/2017	10/05/2022
00012/2017	26.674.707/0001-77 - CLÍNICA L DE M. FREITAS PSICO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR PSICOLOGIA.	07/07/2017	07/07/2022
00013/2017	04.154.429/0001-94 - SORRISO ODONTOCLINICA S/S LTD	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES- ODONTOLÓGICO.	07/07/2017	07/07/2022
00014/2017	05.588.902/0001-04 - CLINICA DENTARIA FREDERICO VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR - ODONTOLÓGICOS.	07/07/2017	07/07/2022
00015/2017	226.403.203-00 - FRANCISCO GOMES LEAL	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR (ODONTOLÓGICO).	21/08/2017	21/08/2022

00016/2017	26.881.721/0001-41 - CLINICA MELISSA FLORIANO NUNE	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITA- LARES - ODONTOLÓGICOS.	11/07/2017	11/07/2022
00017/2017	25.245.843/0001-89 - CLINICA IMPE- RIO SERVIÇOS DE S	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITA- LARES - ODONTOLOGIA E OUTROS.	31/07/2017	31/07/2022
00018/2017	20.882.069/0001-01 - ULTRAEXAMES LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITA- LAR - EXAMES.	21/07/2017	21/07/2022
00019/2017	11.725.269/0001-51 - MAXLIFT LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITA- LAR.	21/08/2017	21/08/2022
00020/2017	21.803.258/0001-04 - BORGES & RO- CHA LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITA- LARES.	23/08/2017	23/08/2022
00021/2017	25.987.152/0001-50 - ODINEILA F RO- DRIGUES	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITA- LAR.	10/10/2017	10/10/2022
00022/2017	13.592.679/0001-05 - BLESSED FISIOTERAPIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO-HOSPITA- LAR PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL E FISIOTERAPIA (ESPECIALIDADES DE PILATES, RPG E FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA DOMICILIAR).	13/11/2017	13/11/2022
00001/2018	03.857.880/0001-05 - VILARINHO & RAMOS S/S LTDA	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS NA ÁREA DE CLI- NICA GERAL ODONTOLOGICA E NAS ESPECIALI- DADES DE ENDODONTIA E ODONTOPEDIATRIA.	25/04/2018	25/04/2023
00003/2018	19.887.430/0001-03 - POSTURALL FITNESS CONDICIONAM	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (FISIOTE- RAPIA- PILATES E RPG).	25/10/2018	25/10/2023
00004/2018	048.280.313-40 - GUSTAVO CARVA- LHO PINHEIRO	CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS.	13/11/2018	13/11/2023
00005/2018	027.303.363-89 - PRISCILLA RAQUEL NEGREIROS DOS SA	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS.	19/11/2018	19/11/2023
00006/2018	12.558.365/0001-15 - SIN SAUDE IN- FANTIL S/S LTDA	CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECI- ALIDADES ODONTOPEDIATRIA E ORTODONTIA.	10/01/2019	10/01/2024
00007/2018	04.527.544/0001-67 - ODONTOFOR CLINICA ODONTOLÓGIC	CONTRATAÇÃO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (ENDODONTIA, PDONTOPEDIATRIS E PRÓTESE).	26/12/2018	26/12/2023
00008/2018	27.922.907/0001-64 - LAIZE & MARY PSICOLOGIA E FON	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL NA ÁREA DE PSICOLOGIA.	21/12/2018	21/12/2023
00001/2019	16.982.252/0001-01 - IMUNIZARE CLINICA DE VACINACA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESPECIALIDADE IMUNIZAÇÃO HUMANA.	25/02/2019	25/02/2024
00002/2019	167.228.334-53 - MARIA HELENA ARAUJO QUEIROZ	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODOTOLÓGICOS NAS ESPECIALIDADES DENTÍSTICA E ENDODON- TIA.	11/04/2019	11/04/2024
00003/2019	29.378.550/0001-20 - ORALPRIME ODONTOLOGIA E ESTET	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS NA ÁREA CLÍNICA GERAL COM ESPECIALIDADE EM PRÓTESE DENTÁRIA.	06/05/2019	06/05/2024
00004/2019	08.990.867/0001-43 - CLINICA DENIS- DEIA SOTERO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, FONO- AUDIOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA.	05/06/2019	05/06/2024
00005/2019	18.367.456/0001-50 - CLINICA DE PSI- COLOGIA ROCHA M	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIA- LIDADES PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA, EM CARÁTER DOMICILIAR.	27/05/2019	27/05/2024
00006/2019	30.340.877/0001-92 - INSTITUTO DO SORRISO	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS.	13/06/2019	13/06/2024
00008/2019	03.251.585/0001-00 - TELES FISIOTE- RAPIA E ACADEMIA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA.	15/08/2019	15/08/2024
00009/2019	31.148.466/0001-62 - PRO VACINAS LTDA	PRESTAR SERVIÇOS NA ESPECIALIDADE IMUNI- ZAÇÃO HUMANA.	03/10/2019	03/10/2024
00011/2019	03.600.603/0001-12 - COSTA & RO- CHA LTDA - EPP	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA, TOMOGRAFIA COMPUTADORI- ZADA DE MAXILA E MANDÍBULA.	25/09/2019	25/09/2024
00013/2019	19.836.168/0002-40 - P & R ODN- TOLÓGICOS ASSOCIADO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS.	22/10/2019	22/10/2024
00002/2020	04.051.628/0001-77 - PRESTACAO DE SERVICOS DE SAUD	PRESTAÇÃO OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SA- ÚDE: FISIOTERAPIA (DOMICILIAR), FONOAUDIO- LOGIA (DOMICILIAR), PSICOLOGIA, PILATES SOLO E PILATES EM APARELHOS.	17/01/2020	17/01/2025

00005/2020	28.395.442/0001-01 - E M DE MO-RAIS VELOSO FISIOTER	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL NAS ÁREAS DE TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA NA ESPECIALIDADE REEDUCAÇÃO POSTURAL GLOBAL - RPG, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E A SEUS DEPENDENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PRÓ SAÚDE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CARTEIRA DE BENEFICIÁRIO E COMPROVANTE DE ATENDIMENTO – C.A., FORNECIDOS PELO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - SAS.	22/04/2020	22/04/2025
00001/2021	35.851.295/0001-94 - IL ASSISTENCIA MEDICA DOMICIL	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ATENDIMENTO NAS ÁREAS DE FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA DOMICILIAR E FONO-AUDIOLOGIA DOMICILIAR, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E A SEUS DEPENDENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PRÓ SAÚDE.	26/01/2021	26/01/2026
00002/2021	11.468.507/0001-90 - CLINICA ODONTOLOGICA CARLA RE	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ATENDIMENTO NAS ÁREAS DE ODONTOLOGIA, NAS ESPECIALIDADES DE CLÍNICA GERAL, DENTÍSTICA, ENDODONTIA, PRÓTESE DENTAL, PERIODONTIA, ORTODONTIA E CIRURGIA, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E A SEUS DEPENDENTES.	04/03/2021	04/03/2026
00003/2021	03.829.262/0001-51 - YOLETE LOUREIRO-CLINICA PSICO	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ATENDIMENTO NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOTERAPIA.	28/06/2021	28/06/2026
00004/2021	12.263.169/0001-13 - CONSULTORIO MEDICO/ODONTOLOGI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS NAS ÁREAS DE DENTÍSTICA E PRÓTESE DENTÁRIA.	18/06/2021	18/06/2026
00005/2021	03.549.969/0001-04 - PSICOCENTRO LTDA - ME	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE, NA ESPECIALIDADE PSICOLOGIA E PSICOPEDAGIA.	21/06/2021	21/06/2026
00006/2021	395.150.013-15 - ANA DE LOURDES SA DE LIRA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA, NAS ESPECIALIDADES ORTODONTIA E CLÍNICA GERAL ODONTOLÓGICA.	21/06/2021	21/06/2026
00007/2021	200.716.393-49 - ÉRICO LAGES SOARES	CREDENCIAMENTO E COMPROMISSO DE LEILOEIRO PÚBLICO PARA ATUAR NO LEILÃO ADMINISTRATIVO DE BENS INSERVÍVEIS DESTE TRIBUNAL (VEÍCULOS).	27/07/2021	27/07/2023
00008/2021	043.261.883-08 - ERICO SOBRAL SOARES	CREDENCIAMENTO E COMPROMISSO DE LEILOEIRO PÚBLICO PARA ATUAR NO LEILÃO ADMINISTRATIVO DE BENS INSERVÍVEIS DESTE TRIBUNAL (VEÍCULOS).	27/07/2021	27/07/2023
00010/2021	02.950.663/0001-00 - HOSPITAL OFTALMOLOGICO ESPECI	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ESPECIALIDADE DE EXAMES OFTALMOLÓGICOS, REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS PELOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E SEUS DEPENDENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PRÓ SAÚDE.	11/11/2021	11/11/2026
00011/2021	01.702.556/0001-92 - ODONTOKIDS S/C - ME	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA, NAS ESPECIALIDADES ODONTOPEDIATRIA, ORTODONTIA, PERIODONTIA E DENTÍSTICA, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E A SEUS DEPENDENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PRÓ SAÚDE.	16/12/2021	16/12/2026
00012/2021	554.542.083-53 - ALEXANDRE MONTEIRO DA SILVA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA, NAS ESPECIALIDADES ORTODONTIA E ORTODONTIA FACIAL, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E A SEUS DEPENDENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PRÓ SAÚDE.	30/11/2021	30/11/2026
00013/2021	18.893.557/0001-64 - MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES (ODO	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA, NA ESPECIALIDADE ENDODONTIA, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRE/PI E A SEUS DEPENDENTES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – PRÓ SAÚDE.	20/12/2021	20/12/2026
QUANTIDADE DE ITENS			51	

TERMOS DE ADESÃO				
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM
00001/2019	07.421.906/0001-29 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	TERMO DE ADESÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE/PI) AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 015/2019, CELEBRADO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A SERASA EXPERIAN S.A, PARA PERMITIR AO TRIBUNAL O ENVIO DE ORDENS JUDICIAIS E O ACESSO ÀS RESPOSTAS DA SERASA, VIA "INTERNET", POR MEIO DO SISTEMA.	6/8/2019	17/5/2024
00001/2021	07.421.906/0001-29 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 086/2021, CELEBRADO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, QUE TEM POR FINALIDADE A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A ADESÃO E O DESENVOLVIMENTO COLABORATIVO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO – PDPJ-BR.	19/10/2021	15/6/2023
00002/2021	07.421.906/0001-29 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 087/2021, CELEBRADO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, QUE TEM POR FINALIDADE O DESENVOLVIMENTO E USO COLABORATIVO DOS PRODUTOS, PROJETOS E SERVIÇOS DO “PROGRAMA JUSTIÇA 4.0 – INOVAÇÃO E EFETIVIDADE NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA PARA TODOS.	19/10/2021	15/6/2023
QUANTIDADE DE ITENS		3		

CONTRATOS – LOCAÇÃO DE IMÓVEL					
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR MENSAL
00019/2015	795.789.343-00 - ANDERSON DA SILVA SOARES	LOCAÇÃO DO IMÓVEL EM AMARANTE - PI, PARA FINS DE SEDIAR CARTÓRIO DA 8ª ZONA ELEITORAL.	13/08/2015	13/08/2025	1.254,99
00024/2015	740.394.313-91 - EDMILSON SILVA DE OLIVEIRA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA SEDIAR CARTÓRIO DA 72ª ZONA ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, EM ITAUEIRA/PI.	19/08/2015	19/08/2025	1.400,00
00030/2015	004.204.333-68 - GERALDO REIS DA SILVEIRA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM BARRAS-PI, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DO CARTÓRIO DA 6ª ZONA ELEITORAL.	08/10/2015	08/10/2025	1.371,49
00020/2016	451.518.573-04 - MARIA DURCELINA DIAS AMORIM	LOCAÇÃO DO IMÓVEL MUNICÍPIO DE CARACOL- PI, PARA FINS DE ABRIGAR SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL.	08/07/2016	08/07/2026	1.367,40
00022/2016	084.572.201-87 - RAIMUNDO DA ROCHA MESSIAS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM JERUMENHA, PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 25ª ZONA ELEITORAL.	04/07/2016	27/07/2026	1.100,00
00024/2016	160.234.803-06 - JOAO RODRIGUES DE SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM MONSENHOR GIL, PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 58ª ZONA ELEITORAL.	21/07/2016	21/07/2026	1.654,94
00003/2017	917.426.253-04 - MONICA FONTINELE DE FARIAS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 80ª ZONA ELEITORAL EM MATIAS OLÍMPIO-PI.	10/03/2017	10/03/2022	1.100,00
00018/2017	927.168.903-82 - JACIRA ADELAIDE RODRIGUES	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 26ª ZONA ELEITORAL, EM PARNAGUÁ - PI.	22/05/2017	22/05/2022	1.758,61
00022/2017	34.974.212/0001-91 - PAULO VINICIO DE LIMA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 19ª ZONA ELEITORAL EM JAICÓS-PIAUI.	29/07/2017	29/07/2022	937,00
00028/2017	420.982.033-49 - LUCIA DE FATIMA ROCHA SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM LUZILÂNDIA, PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 27ª ZONA ELEITORAL.	22/08/2017	22/08/2022	1.145,47
00034/2017	352.995.503-59 - EDIVALDO DAVID DE SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ITAINOPOLIS, PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 57ª ZONA ELEITORAL.	15/09/2017	15/09/2022	1.331,52

00038/2017	054.273.123-15 - JOAO MARIA MOUSINHO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 46ª ZONA ELEITORAL, EM GUADALUPE-PI.	06/09/2017	06/09/2022	1.279,72
00055/2017	453.503.963-15 - FRANCISCA RAIMUNDA DE SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EM PIO IX-PI, PARA SE DE DO CARTÓRIO DA 29ª ZONA ELEITORAL.	19/12/2017	19/12/2022	1.200,00
00002/2018	038.990.043-53 - ELZAMIR DE CARVALHO CASTELO BRANCO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM JOSE DE FREITAS-PI, PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 24ª ZONA ELEITORAL.	05/02/2018	05/02/2023	1.613,28
00004/2018	478.954.463-04 - JOSE DE RIBAMAR SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ALTOS-PI, PARA SEDE DO CARTÓRIO ELEITORAL.	08/02/2018	08/02/2023	1.943,36
00009/2018	929.370.553-20 - FRANCISCO DAS CHAGAS REGO JUNIOR	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR CARTÓRIO DA 49ª ZONA ELEITORAL, EM PORTO-PI.	13/07/2018	13/07/2023	1.747,44
00016/2018	327.524.403-59 - JOSELIA LEAL DE SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM MANOEL EMÍDIO PARA SEDE DO CARTÓRIO DA 67ª ZONA ELEITORAL.	14/05/2018	14/05/2023	1.200,00
00026/2018	463.154.623-91 - MARIA DE JESUS BARROS MOURA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR CARTÓRIO DA 37ª E 83ª ZONA ELEITORAL.	20/07/2018	20/07/2023	3.648,89
00027/2018	006.427.583-36 - NEYLIANA OLIVEIRA DA COSTA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL - CAPITÃO DE CAMPOS/PI SEDE DO CARTÓRIO DA 71ª ZONA ELEITORAL.	04/09/2018	04/09/2023	1.700,00
00029/2018	463.343.433-00 - CANDÍDIO RIBEIRO DA ROCHA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL - CARTÓRIO DA 59ª ZONA ELEITORAL - CRISTINO CASTRO/PI.	24/07/2018	24/07/2023	1.688,19
00053/2018	412.490.703-68 - MARCELO GONÇALVES DE SOUSA BEZERRA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM INHUMA-PI - 64ª ZONA ELEITORAL.	03/09/2018	03/09/2023	400,00
00075/2018	097.520.993-00 - MAURICIO OLIVEIRA MENESES	LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM SÃO MIGUEL DO TAPUIO, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DO CARTÓRIO DA 39ª ZONA ELEITORAL.	31/10/2018	31/10/2023	1.000,00
00016/2019	504.108.143-34 - GENIVAL NUNES ROSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CARTÓRIO DA 30ª ZONA ELEITORAL, LOCALIZADO NA RUA BENJAMIN CONSTANT, 730, CENTRO-SÃO PEDRO DO PIAUÍ.	22/05/2019	22/05/2024	1.076,16
00020/2019	231.656.343-00 - JOSE EGBERTO NOGUEIRA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA NOVE DE JUNHO, Nº 608, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE FRONTEIRAS - PI, PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 40ª ZONA ELEITORAL.	22/07/2019	22/07/2024	1.200,00
00059/2019	016.333.781-01 - JORGE MUSSA GUERRA DEMES	LOCAÇÃO DO IMÓVEL, PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 35ª ZONA ELEITORAL - GILBUÉS/PI.	13/12/2019	13/12/2024	1.885,69
00003/2020	453.377.643-49 - LUIS CARLOS CARVALHO DE SOUSA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE COCAL-PI PARA ABRIGAR A SEDE DO CARTÓRIO DA 53ª ZONA ELEITORAL.	07/07/2020	06/07/2025	1.900,00
00014/2020	714.236.563-34 - PEDRO SOARES DOS SANTOS	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, 305, CENTRO, ELESBÃO VELOSO -PI, CEP: 64.325-000 PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 48ª ZONA ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ.	28/04/2020	28/04/2025	1.050,00
00018/2020	682.626.713-68 - JOAO BATISTA DE BRITO CARVALHO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE BURITI DOS LOPES-PI PARA ABRIGAR A SEDE DO CARTÓRIO DA 33ª ZONA ELEITORAL.	08/09/2020	08/09/2025	2.036,27
00026/2020	695.462.313-04 - CELIO MARINHO DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE UNIÃO-PI PARA ABRIGAR A SEDE DO CARTÓRIO DA 16ª ZONA ELEITORAL.	23/07/2020	23/07/2025	2.000,00
00059/2020	18.431.961/0001-16 - R. VERAS GOMES	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA LOCALIZADO NA AV. JOAQUIM MANOEL, Nº 251, CENTRO, VALENÇA DO PIAUÍ, CEP: 64.300-000, PARA FINS DE ABRIGAR OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DA 18ª E 89ª ZONAS ELEITORAIS.	29/09/2020	29/09/2025	4.000,00
00062/2020	010.245.738-77 - IZAQUE PROSPERO DUARTE	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. SÉRGIO GAMA, Nº 153, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE AVELINO LOPES/PI, PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 88ª ZONA ELEITORAL.	05/10/2020	05/10/2025	877,44

00064/2020	447.181.103-78 - JOSE EUDSON DA SILVA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. MARCOS FURTADO, S/N, BOX 06, COHEB, MIGUEL ALVES – PI, PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 17ª ZONA ELEITORAL.	14/10/2020	14/10/2025	2.090,00
00068/2020	23.621.451/0001-41 - IMOBILIARIA LIMA AGUIAR LTDA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO FÉLIX FILHO, N.º 1711, BAIRRO CRISTO REI, EM TERESINA - PI, RESPEITANDO AS CONDIÇÕES DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO Nº 40/2020, A FIM DE ACOMODAR OS BENS PATRIMONIAIS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ – TRE/PI.	15/10/2020	15/10/2025	7.803,80
00078/2020	077.650.533-53 - LUIZA MARIA DE CARVALHO	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA LIBERATO JOSE, 281, CENTRO, NA CIDADE DE SIMOES - PI, PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 56ª ZONA ELEITORAL.	23/10/2020	23/04/2022	1.044,90
00002/2021	347.296.153-87 - JOAO ALEXANDRE OLIVEIRA AMORIM	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA PATRIOTINO LAGES, 512, CENTRO, ESPERANTINA, PI, PARA FINS DE SEDIAR O FÓRUM ELEITORAL (CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E OS CARTÓRIOS DA 41ª E 85ª ZONAS ELEITORAIS).	10/02/2021	10/02/2026	1.811,19
00005/2021	845.843.273-00 - LUIS ALVES DE MOURA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. ALBERTO LEAL NUNES, 1447 - BAIRRO ALTO DO BALAÇO - REGENERAÇÃO/PI, COM UMA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE 300 M², PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 43ª ZONA ELEITORAL.	12/03/2021	12/03/2026	1.650,00
00007/2021	941.296.144-87 - DARLENE MOURA DE ARAUJO	LOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOAQUIM RODRIGUES DE MACEDO, Nº 61, PADRE MARCOS/PI PARA FINS DE SEDIAR O CARTÓRIO DA 68ª ZONA ELEITORAL.	22/02/2021	22/02/2026	1.750,00
TOTAL			64.017,75		
QUANTIDADE DE ITENS			37		

CONTRATOS – AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI					
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR GLOBAL
00115/2020	09.461.647/0001-95 - SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS	AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) CERTIFICADOS SSL/TLS WILDCARD ORGANIZACIONAL PARA O DOMÍNIO TRE-PI.JUS.BR E SEUS SUBDOMÍNIOS, POR UM PERÍODO DE 2 ANOS.	04/01/2021	04/01/2023	3.760,00
00004/2021	17.493.657/0001-30 - IP2TEL SERVICOS DE COMUNICACA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERLIGAÇÃO DE REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ENTRE OS EDIFÍCIOS SEDE DO TRE-PI E SEDE DOS CARTÓRIOS DAS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL, LOCALIZADA NA AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 1377, TERESINA-PI.	02/02/2021	02/08/2023	104.900,00
00029/2021	06.809.941/0001-57 - FORTTEL FORTALEZA TELECOMUNICA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INTERLIGAR A SEDE DO TRE-PI AOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO ESTADO DO PIAUÍ, POSTOS DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO LINKS DE INTERNET DEDICADA PARA A SECRETARIA DO TRE-PI.	23/08/2021	23/02/2024	996.399,50
00030/2021	17.493.657/0001-30 - IP2TEL SERVICOS DE COMUNICACA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INTERLIGAR A SEDE DO TRE-PI AOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO ESTADO DO PIAUÍ, POSTOS DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, BEM COMO LINKS DE INTERNET DEDICADA PARA A SECRETARIA DO TRE-PI.	23/08/2021	23/02/2024	77.999,96
00040/2021	21.262.834/0001-45 - IDTCORP COMERCIO E TECNOLOGIA	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) SWITCH SAN 24 PORTAS - SFP+ (ITEM 1 DO PREGÃO 31/2021) , CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ITEM 03 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 70/2021.	08/11/2021	08/11/2024	339.984,38

00042/2021	27.882.412/0001-59 - SAVVIS INFORMÁTICA EIRELI	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) TRANSCEIVER (ITEM 2 DO PREGÃO 31/2021) , CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ITEM 03 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 70/2021.	17/12/2021	17/12/2022	4.636,40
00043/2021	10.685.932/0001-79 - NOVA SERVICOS DE TECNOLOGIA D	AQUISIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL DO TRE-PI.	13/12/2021	13/12/2026	45.600,00
00045/2021	03.698.620/0002-15 - GREEN4T SOLUCOES TI LTDA.	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE RETROFIT, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO DE AMBIENTE DE DATACENTER (SITE BACKUP) E SUA RESPECTIVA INFRAESTRUTURA, PARA CONVERSÃO EM SITE PRINCIPAL, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ.	30/11/2021	30/11/2022	690.000,04
00046/2021	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTOR	FORNECIMENTO DE 1 (UM) SERVIDOR PARA BACKUP EM DISCO PARA O DATACENTER DO TRE-PI E SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO DO SOFTWARE DE BACKUP VEEAM, COM PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA FORMA PREVISTA NO ITEM 4 DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 79/2021.	24/11/2021	24/11/2026	253.000,00
00047/2021	65.149.197/0002-51 - REPREMIG REPRESENTACAO E COME	AQUISIÇÃO DE 80 (OITENTA) MONITORES TIPO I – FULL HD 21,5” _ (ITEM 3 DO PREGÃO 27/2021).	24/11/2021	24/11/2024	84.000,00
00048/2021	12.130.958/0001-86 - NADJA MARINA PIRES	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) MONITORES TIPO II – 4K 27 POLEGADAS (ITEM 5 DO PREGÃO 27/2021).	23/11/2021	23/11/2024	49.900,00
00049/2021	89.237.911/0289-08 - GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS D	AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) COMPUTADORES DELL OPTIFLEX 5090 SFF (ITEM 1 DO PREGÃO 27/2021) E 24 (VINTE E QUATRO) NOTEBOOK DELL LATITUDE 5420 (ITEM 6 DO PREGÃO 27/2021).	23/11/2021	23/11/2024	255.556,08
00050/2021	38.504.819/0001-69 - FRP COMERCIO E SERVICOS DE	AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) COMPUTADORES LE-NOVO/THINKCENTRE_M720_SFF (ITEM 2 DO PREGÃO 27/2021).	23/11/2021	23/11/2024	28.410,00
00051/2021	23.791.227/0001-06 - MIL PRINT INFORMATICA EIRELI	AQUISIÇÃO DE 80 (OITENTA) MONITORES TIPO I – FULL HD 21,5” _ (ITEM 3 DO PREGÃO 27/2021).	21/10/2021	21/10/2024	55.932,40
00052/2021	82.743.287/0035-53 - SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MODERNIZAÇÃO DA UPS (UNINTERRUPTIBLE POWER SUPPLY) DO DATACENTER DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, DE MARCA APC MODELO SYMMETRA PX40 (SERIAL NUMBER PD0917160122), EM PROCEDIMENTO DENOMINADO PELO FABRICANTE COMO REFRESH.	08/12/2021	08/12/2022	191.800,99
00055/2021	33.822.326/0001-53 - JLZ SUPRIMENTOS EIRELI	AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) IMPRESSORA LASER COLORIDA (ITEM 09 DO PREGÃO 27/2021) , CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 47/2021.	17/12/2021	17/12/2024	8.928,00
00056/2021	35.652.184/0001-59 - VETRE COMERCIO DE EQUIPAMENTO	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA (ITEM 5 DO PREGÃO 42/2021 - SCANNER DE MESA).	17/12/2021	17/12/2022	12.250,00
00057/2021	12.477.490/0002-81 - LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA.(NOTEBOOK - ITEM 3 DO PREGÃO 42/2021).	03/12/2021	03/12/2024	732.160,00
00058/2021	19.585.941/0001-62 - SATURNO SOFTWARE E SISTEMAS L	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR.	08/12/2021	08/12/2024	78.496,54
00059/2021	43.397.210/0001-78 - GMS PRIME SERVICOS & COMERCIO	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR.	16/12/2021	16/12/2024	71.022,00
00061/2021	04.602.789/0001-01 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR - MARCA: DATEN MODELO: DC2A-S FABRICANTE: DATEN TECNOLOGIA PROCEDÊNCIA: NACIONAL (PPB) GARANTIA: 36 MESES ON-SITE.	20/12/2021	20/12/2024	758.100,00

00064/2021	02.877.566/0001-21 - IBROWSE - CONSULTORIA & INFOR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DA EXECUÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ABRANGENDO ATIVIDADES RELACIONADAS A SUPORTE À REDE, BANCO DE DADOS E DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E PRESENCIAL AOS USUÁRIOS DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	29/12/2021	29/06/2024	3.295.959,00
00066/2021	03.535.902/0001-10 - DECISION SERVICOS DE TECNOLOG	RENOVAÇÃO DE LICENÇAS VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS WITH OPERATIONS MANAGEMENT (VSOM), POR 36 MESES DE SUPORTE.	24/12/2021	24/12/2024	259.669,80
00069/2021	12.477.490/0002-81 - LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NOTEBOOK) E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA.	30/12/2021	30/12/2024	112.640,00
TOTAL			8.511.105,09		
QUANTIDADE DE ITENS			24		

CONTRATOS – AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI EM GARANTIA					
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR GLOBAL
00035/2017	02.558.157/0001-62 - TELEFONICA DO BRASIL S.A.	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACESSO MÓVEL À INTERNET, PADRÃO 4G.	20/09/2017	20/09/2022	9.413,56
00070/2018	02.877.566/0001-21 - IBROWSE - CONSULTORIA & INFOR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.	05/11/2018	05/11/2022	648.000,00
00084/2018	02.877.566/0001-21 - IBROWSE - CONSULTORIA & INFOR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ABRANGENDO ATIVIDADES RELACIONADAS A SUPORTE À REDE, BANCO DE DADOS E DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E PRESENCIAL AOS USUÁRIOS DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	03/12/2018	03/03/2022	80.349,01
00043/2019	24.936.973/0001-03 - LINK DATA INFORMATICA E SERVI	AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE DE GESTÃO E GOVERNANÇA DE URNAS ELETRÔNICAS COM TECNOLOGIA RFID ((RADIO FREQUENCY IDENTIFICATION).	19/12/2019	19/12/2022	913.530,00
00051/2019	25.359.140/0001-81 - ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA	AQUISIÇÃO DE 3 UNIDADES DA EXPANSÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL.	27/12/2019	27/12/2022	9.600,00
00053/2019	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTOR	AQUISIÇÃO DE 3 SWITCHES DE DISTRIBUIÇÃO CORE– ITEM 1 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2019, ARP Nº 32/2019.	26/12/2019	26/12/2022	103.830,00
00056/2019	61.797.924/0007-40 - HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DENOMINADOS SERVIDORES EM LÂMINAS (BLADES) - ADESAO.	26/11/2019	26/11/2024	335.674,09
00017/2020	17.493.657/0001-30 - IP2TEL SERVICOS DE COMUNICACA	SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET PARA USO DA VPN DA SEDE DO TRE-PI.	29/05/2020	29/05/2022	9.999,96
00036/2020	23.518.065/0001-29 - XP ON CONSULTORIA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE WEBCONFERÊNCIA, WEBINAR E STREAMING DE ÁUDIO/VÍDEO E SUPORTE TÉCNICO.	25/08/2020	25/08/2022	18.486,00
00043/2020	89.237.911/0289-08 - GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS D	AQUISIÇÃO DE 23 (VINTE E TRÊS) UNIDADES DE COMPUTADORES DO TIPO NOTEBOOK AVANÇADO, COM GARANTIA ON-SITE MÍNIMA DE 60 MESES.	07/10/2020	07/10/2025	158.470,00
00047/2020	21.748.841/0001-51 - TECNETWORKING SERVICOS E SOLU	AQUISIÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE AUTODESK AUTOCAD 2020 SINGLE-USE, ASSINATURA COM SUPORTE TÉCNICO, PELO PRAZO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES.	30/10/2020	30/10/2023	0,00
00048/2020	21.270.587/0001-29 - L3 INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE AUTODESK AUTODESK AUTOCAD LT 2020, ASSINATURA COM SUPORTE TÉCNICO, PELO PRAZO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES.	30/10/2020	30/10/2023	8.550,00

00072/2020	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTOR	AQUISIÇÃO DE SWITCHES DE ACESSO E DE TOPO DE RAC.	21/12/2020	21/12/2025	249.100,00
00076/2020	16.628.132/0001-00 - LICITEC TECNOLOGIA EIRELI	AQUISIÇÃO DE SWITCH DE ACESSO 24 PORTAS.	25/11/2020	25/11/2025	23.265,00
00083/2020	21.748.841/0001-51 - TECNETWORKING SERVICOS E SOLU	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS, PELO PRAZO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES.	05/11/2020	05/11/2023	61.526,20
00089/2020	04.602.789/0001-01 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES DE ALTO DESEMPENHO TIPO DESKTOP PARA UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ANÁLISE DE DADOS.	26/11/2020	26/11/2023	104.500,00
00090/2020	32.159.298/0001-73 - KL LOCAÇÃO E COMERCIO DE EQUI	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES DE ALTO DESEMPENHO TIPO DESKTOP PARA UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ANÁLISE DE DADOS.	15/12/2020	15/12/2023	30.999,00
00098/2020	16.628.132/0001-00 - LICITEC TECNOLOGIA EIRELI	AQUISIÇÃO DE SWITCH DE ACESSO 24 PORTAS.	04/12/2020	04/12/2025	46.530,00
00101/2020	10.685.932/0001-79 - NOVA SERVICOS DE TECNOLOGIA D	AQUISIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL DO TRE-PI.	23/12/2020	23/12/2025	812.000,00
00108/2020	76.366.285/0001-40 - SEPROL - COMERCIO E CONSULTOR	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE DE BACKUP E RESTORE, INCLUINDO SUA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, SERVIÇOS DE CONSULTORIA E TREINAMENTO DE USO.	24/12/2020	24/12/2025	260.000,00
00110/2020	15.457.043/0001-78 - ADISTEC BRASIL INFORMATICA LT	AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DOS SOFTWARES, ABAIXO DESCRITOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, A SER EXECUTADO DE ACORDO COM O ESPECIFICADO NESTE INSTRUMENTO E NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 34/2020.	23/12/2020	23/12/2025	211.205,90
TOTAL					4.095.028,72
QUANTIDADE DE ITENS					21

CONTRATOS – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA					
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR GLOBAL
ARQUIVO					146.142,11
00026/2019	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS AUXILIARES NA UNIDADE DENOMINADA SERVIÇO DE ARQUIVO DO TRE-PI.	12/08/2019	12/08/2022	73.999,86
00031/2021	08.804.362/0001-47 - FACHINELI COMUNICACAO LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COBERTURA JORNALÍSTICA E FOTOJORNALÍSTICA (PRODUÇÃO DE TEXTO E REGISTRO FOTOGRÁFICO) PARA A DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS DO TRE-PI.	26/08/2021	26/08/2022	72.142,25
CARREGADORES					338.844,98
00003/2021	06.234.467/0001-82 - FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE CARREGADORES (CBO 7832) PARA O TRE-PI.	08/02/2021	08/02/2023	338.844,98
COPA/GARÇOM					72.713,12
00105/2020	06.234.467/0001-82 - FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE GARÇOM PARA O TRE-PI.	11/01/2021	11/01/2023	72.713,12
DIVERSOS					153.645,83
00068/2021	29.733.437/0001-16 - DIPLUS FACILITIES PRESTACAO D	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REALIZADOS POR MEIO DE PROFISSIONAL RESIDENTE.	10/01/2022	10/07/2022	105.071,47

00032/2020	19.362.299/0001-52 - ERICA E.G. LIMA SERVICOS DE M	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA NAS DEPENDÊNCIAS DO TRE-PI E DEMAIS UNIDADES ONDE SE FIZER NECESSÁRIO.	24/08/2020	24/08/2022	48.574,36
GRÁFICA					252.633,39
00020/2021	05.305.430/0001-35 - INTERATIVA EMPREENDIMENTOS E	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS, COMPREENDENDO IMPRESSÃO, CORTE E ENCADERNAÇÃO DE IMPRESSOS E DOCUMENTOS, REALIZADOS POR TÉCNICOS RESIDENTES PARA O TRE-PI.	13/07/2021	13/07/2022	146.971,05
00021/2021	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	CONTRATAÇÃO DE POSTO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS.	13/07/2021	13/07/2022	44.449,45
00038/2021	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO PARA A REPROGRAFIA DO TRE-PI, EXECUTADOS POR TÉCNICO RESIDENTE.	25/10/2021	25/10/2022	61.212,89
LIMPEZA					2.020.489,43
00036/2021	11.895.759/0001-04 - ACAO CONSULTORIA E SERVICOS L	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO TRE-PI PARA OS PRÉDIOS DA CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO DO PIAUÍ.	03/11/2021	03/11/2022	2.020.489,43
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS					65.199,98
00024/2021	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, COM TÉCNICO RESIDENTE.	23/08/2021	23/08/2022	65.199,98
MANUTENÇÃO DE URNAS					243.799,99
00018/2021	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS E BATERIAS.	21/06/2021	21/06/2022	243.799,99
MANUTENÇÃO PREDIAL					505.933,20
00031/2020	26.336.334/0001-24 - PROATIVA SERVICOS GERAIS LTDA	SERVIÇOS CONTINUADOS DE MOTORISTAS PARA A JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ.	20/09/2020	20/09/2022	505.933,20
OPERADOR DE SOM					68.458,21
00028/2020	06.234.467/0001-82 - FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROACÚSTICOS, VIDEOCONFERÊNCIA E MULTIMÍDIA PARA O TRE-PI.	07/08/2020	07/08/2022	68.458,21
SECRETÁRIOS/RECEPCIONISTAS/CONTÍNUOS/SERVIÇOS GERAIS					1.523.037,23
00096/2018	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIADO.	26/12/2018	26/12/2022	81.603,84
00006/2019	07.983.707/0001-04 - MISEL - MANUTENCAO E SERVICOS	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIADO.	01/04/2019	01/04/2022	65.661,46
00065/2019	09.172.237/0001-24 - D & L SERVICOS DE APOIO ADMIN	SERVICO DE RECEPCIONISTA.	18/11/2019	18/11/2022	348.855,17
00045/2020	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	04/09/2020	04/09/2022	37.207,40
00107/2020	06.234.467/0001-82 - FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS	PRESTAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO – AGENTES CARTORÁRIOS, PARA O TRE-PI.	11/01/2021	11/01/2023	398.528,50
00034/2021	29.733.437/0001-16 - DIPLUS FACILITIES PRESTACAO D	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE SECRETARIADO PARA O TRE-PI.	10/11/2021	10/11/2022	352.099,94
00039/2021	13.468.076/0001-98 - NORTE SOLUCOES E SERVICOS EIR	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM PARA O TRE-PI.	16/11/2021	16/11/2022	209.030,93

00062/2021	02.720.370/0001-29 - OPAO SERVICOS E LOCAAO DE M	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.	15/12/2021	15/12/2022	30.049,99
SEGURANÇA					1.694.446,45
00063/2020	14.585.324/0001-43 - A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PAT	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E OPERAÇÃO DE MONITORAMENTO DE CFTV NOS PRÉDIOS DO TRE-PI, NA CAPITAL.	01/11/2020	31/10/2022	941.879,97
00037/2021	11.895.759/0001-04 - ACAO CONSULTORIA E SERVICOS L	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENTE DE PORTARIA PARA OS PRÉDIOS DO TRE-PI.	03/11/2021	03/11/2022	752.566,48
TOTAL					7.085.343,92

CONTRATOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS					
NÚMERO/ANO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR GLOBAL
BUFFET					54.902,00
00063/2021	07.686.538/0001-40 - L PINHEIRO MENDES DE SOUSA -	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES TIPO COFFEE-BREAK QUANDO DA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO OU EVENTOS REALIZADOS NA SECRETARIA DO TRE-PI E FÓRUM ELEITORAL DE TERESINA.	07/01/2022	07/01/2023	54.902,00
CORREIO E JORNAL					535.025,00
00023/2020	34.028.316/0022-38 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO	PACOTE DE SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDÊNCIAS E DE TRASLADO DE ENCOMENDAS.	02/07/2020	02/07/2022	501.875,00
00081/2020	08.329.433/0001-05 - GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E P	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ.	29/11/2020	29/11/2022	33.150,00
DIVERSOS					2.367.686,87
00018/2019	00.608.881/0001-28 - IT TECNOLOGIA E INFORMACAO LT	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INTERLIGAR O TRE-PI E OS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO ESTADO DO PIAUÍ, POSTOS DE ATENDIMENTO AO ELEITOR E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DESTE REGIONAL.	25/06/2019	25/06/2022	2.047.686,87
00096/2020	17.030.652/0001-71 - OLIVEIRA ARAUJO ENGENHARIA LT	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE MODERNIZAÇÃO DO CABEAMENTO ESTRUTURADO (DADOS, VOZ E VÍDEO) E DO SISTEMA ELÉTRICO PARA OS PRÉDIOS SEDE E ANEXO DO TRE-PI.	25/11/2020	25/03/2022	70.000,00
00067/2021	05.930.501/0001-90 - ESTACAO DA CADEIRA INDUSTRIA	CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO, ACESSÓRIOS E ACABAMENTOS, SOB MEDIDA, PARA O “ESPAÇO MEMÓRIA”, LOCALIZADO NO ANEXO II DO TRE-PI.	10/01/2022	10/01/2023	250.000,00
ESTAGIÁRIOS					15.661,44
00094/2020	01.711.278/0001-30 - USINA DE TALENTOS, TREINAMENT	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES.	22/11/2020	22/11/2022	13.762,56
2020NE001480	87.883.807/0001-06 - MBM SEGURADORA SA	SEGURO ANUAL DE ACIDENTES PESSOAIS AOS ESTAGIÁRIOS DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DESTE TRIBUNAL.	30/11/2020	30/11/2021	949,44
2021NE000546	87.883.807/0001-06 - MBM SEGURADORA SA	SERVIÇO DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, COM EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO DE SEGURO.	01/12/2021	01/12/2022	949,44
EVENTO					17.760,00
00060/2021	13.146.254/0001-64 - TORRES E TORRES ORGANIZACOES	SERVIÇOS DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS COMPREENDENDO MESTRE DE CERIMÔNIAS APRESENTADOR(A) E RECEPCIONISTAS.	17/01/2022	17/01/2023	17.760,00

FROTA DE VEÍCULOS			522.281,25		
00007/2020	25.165.749/0001-10 - NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAC	GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VIATURAS OFICIAIS DO TRE-PI.	10/03/2020	10/03/2023	522.281,25
GRÁFICA			248.100,00		
00036/2017	07.251.676/0001-05 - INVISTA, PUBLICIDADE, EVENTOS	SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO DE CHAPAS DE ALUMÍNIO EM MONOCROMIA E POLICROMIA PARA IMPRESSÃO EM MÁQUINA OFF-SET.	18/09/2017	18/09/2022	120.000,00
00012/2019	04.917.833/0001-72 - FACE PRODUCOES GRAFICAS LTDA	SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS GRÁFICOS, BEM COMO O EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO.	09/05/2019	09/05/2022	27.670,00
00008/2021	12.957.040/0001-05 - H M CASTRO EIRELI	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE PÁGINAS COLORIDAS EM MÁQUINA OFF-SET, A SEREM UTILIZADAS NAS DIVERSAS PUBLICAÇÕES DO TRE-PI.	10/03/2021	10/03/2022	90.000,00
00053/2021	21.347.447/0001-01 - SA PRODUCOES E SERVICOS LTDA	FORNECIMENTO DE BANNERS PARA O TRE-PI, INCLUINDO IMPRESSÃO E ACABAMENTO.	03/12/2021	03/12/2022	7.700,00
00054/2021	34.923.639/0001-60 - REFERENCIA MARKETING EIRELI	FORNECIMENTO DE ADESIVOS PARA O TRE-PI, INCLUINDO IMPRESSÃO E ACABAMENTO.	03/12/2021	03/12/2022	2.730,00
LIMPEZA			88.939,61		
00084/2020	18.290.324/0001-77 - PROGREDIR COMERCIO E SERVICOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS PARA O TRE-PI.	05/11/2020	05/11/2022	76.327,61
00006/2021	32.879.596/0001-38 - C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS GRUPOS A/E.	18/03/2021	18/03/2023	1.380,00
00010/2021	15.201.985/0001-90 - RESOLVE LIMPEZA AMBIENTAL LTD	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO GRUPO D NAS UNIDADES DO TRE-PI.	11/05/2021	11/05/2022	11.232,00
MANUTENÇÃO PREDIAL			2.460.798,80		
00040/2017	07.300.179/0001-41 - NORDESTE COMERCIO E SERVICOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, NOS ELEVADORES DA MARCA ATLAS E PLATAFORMA DE PERCURSO VERTICAL PARA PNE DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE-PI.	05/10/2017	05/10/2022	5.449,20
00021/2019	07.300.179/0001-41 - NORDESTE COMERCIO E SERVICOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS E ORIGINAIS E MÃO-DE-OBRA HABILITADA, NOS 2 (DOIS) ELEVADORES DA MARCA THYSENKRUPP INSTALADOS NO PRÉDIO DO FÓRUM ELEITORAL DE TERESINA, LOCALIZADO NA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 1377, BAIRRO ILHOTAS, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DO FABRICANTE.	10/07/2019	10/07/2022	18.999,60
00019/2020	10.965.978/0001-41 - A.S.R. COMERCIO E PRESTADORA	SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA COM O FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO DE DOIS ELEVADORES, E SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DE UM ELEVADOR, INSTALADOS NOS EDIFÍCIOS SEDE E ANEXO DO TRE-PI.	25/06/2020	25/06/2022	373.590,00
00022/2021	13.245.525/0001-39 - GERAWATTS ENGENHARIA LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E MELHORIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS NOS IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.	04/09/2021	04/09/2022	2.046.800,00
00012/2021	27.895.458/0001-02 - DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POR DEMANDA DE SANITIZAÇÃO/DESINFECÇÃO DE AMBIENTES, INCLUINDO A DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES E EQUIPAMENTOS NOS PRÉDIOS SEDE E ANEXOS DO TRE-PI E FÓRUM ELEITORAL DE TERESINA.	24/05/2021	24/05/2022	15.960,00

PASSAGENS					401.000,00
00025/2020	20.415.385/0001-65 - CONNECT BRASIL VIAGENS E TURI	SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, QUE COMPREENDE A EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E, EVENTUALMENTE, INTERNACIONAIS, DESTINADAS AOS JUÍZES ELEITORAIS, SERVIDORES, REQUISITADOS E COLABORADORES EVENTUAIS, QUANDO EM VIAGEM A SERVIÇO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ.	11/09/2020	11/09/2022	401.000,00
SECRETÁRIOS/RECEPCIONISTAS/CONTÍNUOS/SERVIÇOS GERAIS					115.220,70
00020/2018	27.934.344/0001-24 - SFJ TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MENSAGEIROS MOTORIZADOS (MOTOBOYS).	05/06/2018	05/06/2022	115.220,70
TELEFONE/ÁGUA/ENERGIA					7.147.938,91
00095/2018	33.000.118/0010-60 - TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO 0800.	22/12/2018	22/03/2022	2.375,71
00017/2019	06.699.342/0001-28 - FORTED TELECOMUNICACOES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SERVIÇOS OCASIONAIS NAS CENTRAIS E REDES TELEFÔNICAS DO TRE-PI.	29/08/2019	29/08/2022	33.700,00
00066/2019	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EDIFÍCIO SEDE.	25/10/2019	25/10/2021	300.000,00
00030/2020	40.432.544/0001-47 - CLARO S.A.	PRESTAÇÃO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL E 0800 PARA O FÓRUM ELEITORAL DE TERESINA - PIAUÍ.	14/09/2020	14/09/2022	11.797,06
00093/2020	76.535.764/0006-58 - OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL - STFC - DESTINADO AOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO PIAUÍ E AOS ATENDIMENTOS, UNIDADES E EVENTOS TEMPORÁRIOS DESCENTRALIZADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM TODO O PIAUÍ.	05/12/2020	05/03/2022	231.209,39
00009/2021	76.535.764/0006-58 - OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL E 0800 PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TRE-PI.	05/05/2021	05/05/2022	15.646,71
00013/2021	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, SEGUNDO A ESTRUTURA TARIFÁRIA HOROSSAZONAL VERDE, CÓDIGO ÚNICO Nº 0.817.187-4, PARA USO NO PRÉDIO ANEXO AO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE-PI, NA PRAÇA DES. EDGARD NOGUEIRA.	01/02/2021	01/02/2022	480.000,00
00014/2021	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O USO NO NOVO PRÉDIO DO FÓRUM ELEITORAL DE TERESINA - PI, SEGUNDO A ESTRUTURA TARIFÁRIA HOROSSAZONAL VERDE, COM DEMANDA DE POTÊNCIA DE 180 KW, CÓDIGO ÚNICO Nº 1.4958090.	01/02/2021	01/02/2022	150.000,00
00015/2021	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, SEGUNDO A ESTRUTURA TARIFÁRIA HOROSSAZONAL VERDE, CÓDIGO ÚNICO Nº 1128541-9, PARA USO NO FÓRUM ELEITORAL DE PICOS - PI, LOCALIZADO NA RUA PORFÍRIO BISPO DE SOUSA, S/N, BAIRRO DNER	01/02/2021	01/02/2022	600.000,00

00027/2021	07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENT	ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA COM O OBJETIVO DE PRODUIR PROJETO BÁ- SICO E PROJETOS EXECUTIVOS QUE POSSAM SUBSIDIAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAR EQUIPAMENTOS VISANDO APARELHAR IMÓVEIS DESTA ESPECIALIZADA COM OS SISTEMAS DE MICRO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (TIPO ON-GRID - CONEC- TADO À REDE) COM UTILIZAÇÃO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS, BEM COMO O ASSESSORA- MENTO NA IMPLANTAÇÃO DESSE SISTEMA E NA FISCALIZAÇÃO.	16/07/2021	16/07/2022	163.498,76
00070/2021	00.903.429/0001-99 - WORLD TELECOM LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECI- MENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MINI- GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON GRID EM IMÓVEIS DO TRE-PI, REFERENTE ITENS 1 A 11 E 13 DO PREGÃO 46/2021.	29/12/2021	29/12/2022	4.175.097,28
00071/2021	13.178.565/0001-05 - R M C JALES DE CAR- VALHO EIREL	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECI- MENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE MINI- GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON GRID EM IMÓVEIS DO TRE-PI, REFERENTE ITEM 12 DO PREGÃO 46/2021.	29/12/2021	29/12/2022	255.000,00
2021NE000106	06.840.748/0001-89 - EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDOR	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CARTÓRIOS E POSTOS DE ATENDIMENTO ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DO PI- AUI, COM EXCEÇÃO DA 10ª, 28ª E 62ª ZONAS ELEITORAIS, ARQUIVO E DEPÓSITO DO ALMO- XARIFADO DO TRE-PI, CONFORME RELACIO- NADO NO ANEXO I DO PROJETO BÁSICO Nº 16/2021	01/01/2021	31/12/2021	600.000,00
2021NE000120	29.575.369/0001-04 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ES	SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA O CARTÓRIO DA 05ª ZONA ELEITORAL, SEDIADO NO MUNICÍPIO DE OEIRAS – PI.	01/01/2021	31/12/2021	2.400,00
2021NE000162	61.198.164/0001-60 - PORTO SEGURO COM- PANHIA DE SEG	SERVIÇO DE SEGURO FACULTATIVO PARA OS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA OFICIAL DO TRE-PI.	15/03/2021	15/03/2022	34.214,00
2021NE000167	06.845.747/0001-27 - AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI SA	SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA OS CARTÓRIOS E POSTOS DE ATENDIMENTO ELEI- TORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DO PIAUI, EXCETUANDO A 7ª E A 96ª ZONAS ELEITORAIS, LOCALIZADAS EM CAMPO MAIOR, E A 5ª ZONA ELEITORAL, LOCALIZADA EM OEIRAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.	01/01/2021	31/12/2021	90.000,00
2021NE000168	05.514.609/0001-00 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ES	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTO E FOR- NECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA O FÓ- RUM ELEITORAL DE CAMPO MAIOR – PI (07ª E 96ª ZE'S), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.	01/01/2021	31/12/2021	3.000,00
TOTAL			13.975.314,58		

5. Anexo V

**Relatório de Inventário Geral de
Bens Patrimoniais, extraído do
ASIWEB (inciso XX, da Res. TRE-
PI nº 268/2013)**



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000001 - MESA PARA TV	1	1.112,57
100000019 - FORCEPS ADULTO	20	298,00
100000020 - FORCEPS INFANTIL	10	149,00
100000038 - PECA RETA PARA MICROMOTOR ODONTOLOGICO	1	405,00
100000068 - GERENCIADOR DE SENHAS	21	3.779,61
100000073 - PLACA CONTROLADORA PARA REDE	2	61,00
100000077 - MEMORIA RAM	50	6.150,00
100000080 - BIBLOCANTO EM ACO	35	880,05
100000086 - CONVERSOR SINAL VGA/PC - PALM/NTSC/TV	21	1.959,70
100000093 - BIOMBO TIPO HOSPITALAR	1	1.200,00
100000103 - TRANSFORMADOR DE VOLTAGEM	2	1.389,00
100000111 - AUTOCLAVE ODONTOLOGICO	1	4.077,00
100000112 - HUB-CONCENTRADOR DE COMUNICACAO COM 08 PORTAS	26	725,70
100000118 - RACK EM METAL	2	7.947,60
100000119 - CADEIRA PARA VARANDA E JARDIM	8	2.460,00
100000128 - MESA PARA COPA E COZINHA	13	5.969,88
100000132 - MESA PARA VARANDA E JARDIM	2	640,00
100000134 - MESA LATERAL EM METAL	3	605,30
100000137 - APARELHO PARA TELEX	1	0,01
100000138 - CD/RADIO PARA VEICULO	2	543,40
100000139 - CAMA TIPO MACA	2	360,32
100000147 - AUTOMOVEL DE PASSAGEIRO	8	487.958,68
100000152 - CAMINHONETE CABINE DUPLA	11	1.133.920,00
100000155 - CAMINHAO COM CARROCERIA	1	214.900,00
100000156 - FURGAO PARA TRANSPORTE DE CARGA	1	124.590,00
100000157 - MODEM DE COMUNICACAO	28	1.333,80
100000159 - ARQUIVO EM MADEIRA	1	62,48
100000160 - ARQUIVO DESLIZANTE	1	5.664,00
100000164 - CAMINHAO FECHADO TIPO BAU	2	336.899,00
100000167 - URNA ELETRONICA 96	26	23.078,28
100000169 - URNA MANUAL EM LONA	2.305	38.197,69
100000170 - URNA ELETRONICA 98	6	3.348,92
100000172 - PLACA PARA RAMAL TELEFONICO	2	4.561,76
100000173 - APARELHO TELEFONICO SEM FIO	69	13.831,24
100000174 - AVENTAL DE CHUMBO	1	43,00
100000188 - BOTIJAO PARA GAS 13 KG	89	3.393,18
100000193 - CADEIRA ALTA TIPO CAIXA EM TECIDO	9	3.233,88
100000201 - PULPITO EM MADEIRA	2	5.138,90
100000206 - MESA DE HIGIENIZACAO PARA DOCUMENTOS	1	4.700,00
100000212 - APARELHO NEGATOSCOPIO	1	150,00
100000213 - APARELHO ESTETOSCOPIO	4	137,38
100000214 - APARELHO OTOSCOPIO	2	203,88



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000226 - EQUIPO ODONTOLOGICO	1	976,86
100000229 - AMPLIFICADOR DE SINAL DE VIDEO	1	4,88
100000239 - CADEIRA FIXA EM COURVIM	1	0,01
100000240 - CADEIRA FIXA EM MADEIRA	13	12,89
100000242 - CADEIRA FIXA EM PALHINHA	40	159,89
100000244 - CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO	846	325.465,20
100000245 - CADEIRA FIXA EM TECIDO	556	85.654,52
100000255 - ESCADA EXTENSIVEL	13	6.145,94
100000256 - ELEVADOR DE PASSAGEIROS	1	138.240,00
100000259 - FREEZER TIPO RESIDENCIAL	1	997,55
100000262 - CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT	414	1.040.584,08
100000264 - MESA DE CENTRO COM TAMPO EM VIDRO	1	588,00
100000269 - MESA PARA REFEITORIO EM MADEIRA	10	4.850,00
100000273 - MESA PARA ESCRITORIO EM GRANITO	2	2,00
100000277 - MESA PARA REUNIAO EM MARMORE	1	170,48
100000278 - MESA PARA AUDITORIO EM MADEIRA	3	0,03
100000282 - TELEVISOR EM CORES	35	36.355,08
100000286 - GRAVADOR/REPRODUTOR PARA FITA CASSETE - DUPLO DECK	1	702,00
100000295 - HUB-CONCENTRADOR DE COMUNICACAO COM 16 PORTAS	20	486,86
100000299 - BALANCA ANTROPOMETRICA DIGITAL	1	1.039,50
100000301 - LIQUIDIFICADOR TIPO INDUSTRIAL	1	456,05
100000305 - RELOGIO DE PAREDE	4	1.010,89
100000308 - ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM	742	152.939,96
100000320 - TELA PARA PROJECAO	24	12.595,52
100000324 - MAQUINA DE ESCREVER MANUAL	1	0,04
100000326 - MAQUINA DE ESCREVER ELETRONICA	1	1.150,00
100000330 - SANDUICHEIRA TIPO GRILL	1	39,26
100000332 - CAFETEIRA ELÉTRICA TIPO DOMESTICA	120	11.215,24
100000344 - ENCADERNADORA MANUAL PARA ESPIRAL	1	142,80
100000345 - GRAMPEADORA INDUSTRIAL PARA TIPOGRAFIA	1	8.757,50
100000346 - GUILHOTINA INDUSTRIAL PARA PAPEL	2	45.687,19
100000349 - ESCADA DE ABRIR	2	1.220,74
100000354 - APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO	846	25.004,13
100000356 - APARELHO TELEFONICO TIPO KS DIGITAL	16	10.054,25
100000358 - CENTRAL TELEFONICA	10	14.829,91
100000367 - MESA DE CENTRO EM MADEIRA	3	1.056,17
100000370 - MESA DE CENTRO EM METAL	5	377,60
100000372 - GUARDA ROUPA EM ACO PARA VESTUARIO	1	0,01
100000373 - CAVALETE EM MADEIRA	3	140,83
100000375 - MESA PARA IMPRESSORA	339	13.409,45
100000377 - MESA PARA MICROCOMPUTADOR	504	127.211,94
100000380 - COFRE EM ACO DE CHAO	2	14.378,40



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000381 - ESCANINHO EM MADEIRA	30	21.750,00
100000387 - FICHARIO SOBRE CARRINHO	1	0,01
100000390 - CALCULADORA ELETRONICA PORTATIL	2	349,60
100000391 - CALCULADORA ELETRONICA	11	988,16
100000393 - ASSINATURA PERIODICOS/REVISTAS	186	75.126,00
100000401 - APARELHO DESFIBRILADOR	1	5.004,50
100000402 - OZONIZADOR DE AGUA	2	185,01
100000414 - BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA	196	83.493,89
100000415 - BEBEDOURO DE AGUA DE PRESSAO	6	1.938,19
100000420 - APARELHO DE PROFILAXIA	2	3.470,82
100000423 - IMPRESSORA LASER	325	217.164,11
100000424 - IMPRESSORA JATO DE TINTA	3	426,10
100000425 - IMPRESSORA DE TRANSFERENCIA TERMICA	8	18.100,33
100000426 - IMPRESSORA MATRICIAL	270	240.398,20
100000427 - MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO	196	97.754,26
100000428 - TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR	126	10.245,70
100000429 - SCANNER PORTATIL	16	27.105,00
100000431 - DISCO RIGIDO (HD) - INTERNO	19	2.430,10
100000435 - QUADRO DE AVISO	228	26.439,77
100000436 - POLTRONA GIRATÓRIA EM COURO	20	35.844,80
100000437 - QUADRO MAGNETICO	8	2.652,05
100000438 - ARMARIO ALTO EM ACO	932	348.587,51
100000440 - GRUPO GERADOR A COMBUSTAO	1	198.000,00
100000442 - CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL	106	32.567,54
100000445 - RACK VERTICAL CFTV 08 CANAIS	57	9.120,00
100000447 - SWITCH PARA REDES	235	138.838,00
100000448 - ROTEADOR PARA REDES	34	19.790,30
100000449 - UMIDIFICADOR DE AR	173	37.939,32
100000450 - ESTUFA DE ESTERILIZACAO E SECAGEM	1	593,92
100000454 - POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO	94	82.590,20
100000455 - POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO EM TECIDO	17	16.105,55
100000460 - RELOGIO DE PONTO	4	13.619,00
100000462 - ASPIRADOR DE PO TIPO INDUSTRIAL	2	2.360,00
100000467 - CAFETEIRA ELÉTRICA SEMI-INDUSTRIAL	2	11.047,00
100000469 - LAVADORA DE LOUCAS TIPO DOMESTICA	1	2.262,00
100000473 - ESTANTE EM MADEIRA	3	759,43
100000474 - ESTANTE EM ACO	946	187.880,42
100000475 - BALCAO EM MADEIRA	4	1.210,04
100000477 - BANCO DE ESPERA EM MADEIRA	1	0,01
100000480 - BANCADA DE TRABALHO .	9	178,66
100000483 - EXTINTOR DE INCENDIO ÁGUA PRESSURIZADO 10L	129	6.800,17
100000485 - PERSIANA VERTICAL M2	161	12.542,12



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000487 - PERFURADOR INDUSTRIAL PARA PAPEL	2	4.235,80
100000488 - BALANCA ELETRONICA DIGITAL	1	424,20
100000491 - REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR	151	103.578,19
100000492 - REFRIGERADOR TIPO RESIDENCIAL	42	18.361,54
100000496 - CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE	433	459.336,25
100000498 - VENTILADOR DE AR DE COLUNA/PEDESTAL	103	15.552,56
100000500 - EXAUSTOR DE AR DE PAREDE	4	347,20
100000503 - CAPACITOR A OLEO	1	0,01
100000507 - SUPORTE PARA MICROFONE DE MESA	7	287,75
100000509 - MICROFONE COM FIO	62	6.386,24
100000510 - ANTENA PARABOLICA	35	22.101,80
100000514 - POLTRONA FIXA EM TECIDO	26	22.253,40
100000517 - FILMADORA DE VIDEO	5	13.192,78
100000522 - PROJETO MULTIMIDIA - DATA SHOW	21	53.620,56
100000523 - LIQUIDIFICADOR TIPO RESIDENCIAL	41	4.042,16
100000526 - FOGAO TIPO RESIDENCIAL	79	23.906,72
100000529 - FORNO DE MICROONDAS	12	4.366,00
100000534 - MESA PARA TELEFONE EM MADEIRA	54	1.480,72
100000536 - POLTRONA FIXA EM COURVIM	9	268,07
100000538 - ARMARIO ALTO EM MADEIRA	426	255.139,45
100000544 - APARELHO DE VIDEO CASSETE	3	942,70
100000555 - POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM COURO	8	4.229,40
100000561 - SCANNER DE MESA	63	80.929,73
100000563 - CADEIRA PARA COPA E COZINHA	48	12.768,00
100000567 - FONTE DE ALIMENTACAO .	110	1.758,90
100000569 - CAVALETE PARA FLIP-CHART	2	495,54
100000570 - APARELHO ESFIGNOMANOMETRO	4	726,00
100000587 - APARELHO AMBU (REANIMADOR)	1	41,04
100000595 - CAIXA ACUSTICA COMUM	6	737,88
100000596 - APARELHO PARA FAX	55	19.707,74
100000597 - RADIO TRANSCEPTOR FIXO	1	1.908,72
100000601 - TRIPE PARA CAMERA FOTOGRAFICA	1	778,00
100000603 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM	7	2.051,88
100000609 - ARMARIO BAIXO EM MADEIRA	78	40.718,97
100000611 - MESA PARA REFEITORIO EM METAL	35	11.862,25
100000614 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM	1	1.197,00
100000619 - CRUCIFIXO EM METAL	1	0,01
100000620 - PERFURADOR DE PAPEL SEMI-INDUSTRIAL	21	1.884,48
100000621 - CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL	9	1.552,58
100000625 - ESCADA TIPO HOSPITALAR	2	44,50
100000631 - VENTILADOR DE AR DE TETO	7	402,80
100000634 - EXTINTOR DE INCENDIO CO2	138	22.308,04



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000635 - EXTINTOR DE INCENDIO PQS	63	2.675,07
100000636 - COMPRESSOR DE AR	2	1.535,32
100000645 - AMALGAMADOR .	1	548,00
100000652 - CADEIRA INFANTIL	7	73,43
100000655 - PUFF EM COURVIM	2	810,00
100000657 - SOFA EM COURVIM	11	5.226,63
100000660 - POLTRONA GIRATÓRIA EM TECIDO	506	287.903,04
100000664 - ARMARIO SUSPENSO EM ACO	5	1.339,95
100000665 - CLAVICULARIO EM MADEIRA	1	115,00
100000672 - GAVETEIRO VOLANTE EM MADEIRA	50	10.098,15
100000673 - ARQUIVO EM ACO	13	591,93
100000676 - RADIO GRAVADOR	1	0,02
100000684 - MOTO BOMBA SUBMERSA	1	357,20
100000688 - MESA DE MONTAGEM E RETOQUE	1	1.787,00
100000689 - PRENSA DE CONTATO PARA CHAPAS OFF-SET	1	1.026,00
100000694 - CARRO TIPO PLATAFORMA	7	4.753,86
100000696 - EMPILHADEIRA MANUAL	2	76.000,00
100000700 - MAQUINA DE SOLDA ELETRICA	1	355,81
100000708 - MOTO BOMBA CENTRIFUGA	2	43,20
100000709 - APARELHO DE RAO X ODONTOLOGICO	1	3.130,88
100000710 - CADEIRA DE RODAS	2	1.462,96
100000715 - SUPORTE PARA MICROFONE DE COLUNA	4	385,76
100000719 - FRAGMENTADORA DE PAPEL	35	314.282,67
100000724 - PLASTIFICADORA DE DOCUMENTOS	2	872,00
100000726 - GRAMPEADOR DE MESA SEMI-INDUSTRIAL	8	434,17
100000727 - GUILHOTINA PARA ESCRITORIO	3	145,63
100000729 - COLETOR DE DADOS PORTATIL COM LEITORA LASER ACOPLADA	13	49.361,00
100000732 - TAPETE COMUM .	9	2.166,26
100000734 - RADIO TRANSCEPTOR PORTATIL	19	2.465,11
100000736 - MESA AUXILIAR EM MADEIRA	131	71.044,98
100000738 - FOTOPOLIMERIZADOR .	2	1.245,77
100000739 - CONTRA-ANGULO ODONTOLOGICO	3	744,99
100000741 - CANETA ODONTOLOGICA	3	722,66
100000742 - MICRO MOTOR ODONTOLOGICO	2	553,10
100000743 - PONTA RETA PARA MICRO MOTOR ODONTOLOGICO	1	250,00
100000749 - ENCERADEIRA TIPO INDUSTRIAL	1	1.296,00
100000753 - LIVRO .	2.088	201.791,53
100000754 - MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA	568	255.386,76
100000757 - MESA PARA MAQUINA DE ESCREVER EM ACO	59	526,58
100000758 - MESA PARA MAQUINA DE ESCREVER EM MADEIRA	14	4,06
100000759 - FICHARIO EM ACO	18	432,21
100000761 - MESA PARA ESCRITORIO EM ACO	184	7.381,69



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000762 - POLTRONA PARA CONJUNTO ESTOFADO EM COURVIM	3	0,03
100000763 - POLTRONA PARA CONJUNTO ESTOFADO EM COURO	1	2.100,00
100000766 - MESA PARA REUNIAO EM MADEIRA	24	13.191,64
100000767 - POLTRONA TIPO MODULO EM COURVIM	3	0,03
100000772 - SOFA EM TECIDO	13	4.374,72
100000784 - MULTIMETRO DIGITAL	24	3.877,98
100000787 - MESA DE SOM	4	7.510,00
100000789 - MISTURADOR DE SOM (MIXER)	1	0,04
100000790 - AMPLIFICADOR DE SOM	1	453,00
100000795 - FURADEIRA ELETRICA PORTATIL	7	755,98
100000798 - ARMARIO PARA COZINHA EM METAL	40	10.140,90
100000804 - TERMOHIGRO DECIBELÍMETRO LUXÍMETRO	3	1.048,50
100000805 - NO-BREAK .	783	264.985,62
100000806 - QUADRO DE ARTE OLEO SOBRE TELA	4	11.130,02
100000811 - VENTILADOR DE AR DE PAREDE	7	708,00
100000816 - DRIVE EXTERNO ARMAZENADOR DE DADOS (ZIP)	1	379,55
100000819 - UNIDADE DE ARMAZENAMENTO	1	51.399,00
100000821 - MESA AUXILIAR EM ACO	1	68,16
100000822 - GERENCIADOR DE BANDA DE COMUNICACAO	2	38.368,99
100000823 - TAPETE DE BORRACHA	1	85,59
100000824 - PROTETOR DE CARROCERIA	1	445,00
100000825 - SANTO-ANTONIO EM ACO	1	435,00
100000832 - VEICULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	34	2.522.207,50
100000833 - ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK	234	167.801,01
100000835 - SOFA EM COURO	7	8.694,85
100000836 - PURIFICADOR DE AMBIENTE	2	294,91
100000837 - LONGARINA EM TECIDO PARA 02 LUGARES	20	4.928,10
100000838 - LONGARINA EM TECIDO PARA 03 LUGARES	41	20.829,71
100000839 - LONGARINA EM TECIDO PARA 04 LUGARES	17	14.847,80
100000840 - RACK PARA MICRO	1	20.147,99
100000842 - QUADRO DE ARTE EM MOLDURA	2	802,27
100000844 - APARELHO DVD PLAYER	58	6.910,70
100000845 - APARELHO TELEFONICO AURICULAR TIPO HEADSET	70	7.723,58
100000846 - COLETOR DE DADOS PORTATIL COM SCANNER A LASER INTEGRADO	6	20.201,74
100000847 - LEITOR ÓTICO A LASER PARA CODIGO DE BARRAS	34	14.265,20
100000849 - DIVISORIA REMOVIVEL	238	113.106,00
100000850 - ESTRIBO TUBULAR	2	394,50
100000851 - CRUCIFIXO EM MADEIRA	1	0,01
100000852 - POLTRONA FIXA EM MADEIRA	3	0,03
100000854 - ASPIRADOR DE PO TIPO PORTATIL	13	175,88
100000855 - DICIONARIO .	16	1.154,02
100000858 - IMPRESSORA TIPO OFF-SET	2	94.446,20



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000859 - LEITORA DE MICROFICHA	3	0,03
100000860 - ESTERILIZADOR DE AR	18	1.111,61
100000861 - GAVETEIRO EM METAL .	1	297,00
100000862 - CAMARA PARA REVELACAO .	1	65,80
100000863 - TIMPANO DE MESA .	1	0,01
100000864 - PALLET EM POLIPROPILENO	608	52.730,59
100000865 - BANDEIJA EM ACO INOX .	2	0,02
100000868 - CARIMBADOR ALTO RELEVO	1	0,01
100000870 - LEITOR BIOMETRICO	139	39.065,80
100000873 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR PENTIUM IV	9	8.107,19
100000875 - KIT EDUCATIVO PARA ESCOVAÇÃO	1	311,51
100000876 - TRANSMISSOR DE CORPO	1	577,69
100000879 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR PENTIUM IV	3	2.700,00
100000880 - BANCADA PARA GARRAFAO	2	154,94
100000881 - EXPOSITOR PARA LIVRO	2	299,28
100000882 - CONEXAO PARA MESA	64	13.621,46
100000883 - GAVETEIRO VOLANTE	147	84.322,18
100000884 - GAVETEIRO FIXO	25	966,48
100000885 - ANTENA VSAT	8	57.747,59
100000887 - TECLADO PARA SERVIDOR RISK	2	44,74
100000889 - CONSOLE SERVER SWITCH	2	6.651,00
100000891 - MODULO IMPRESSOR EXTERNO	1	22,09
100000892 - ROUPEIRO EM AÇO	8	1.006,96
100000894 - CARRO DE CHA	1	383,50
100000895 - FITA VHS	3	240,00
100000896 - CARRINHO PARA CURATIVO	1	153,86
100000899 - URNA ELETRONICA 2000	2	164,64
100000903 - ESPATULA DE METAL	1	0,01
100000904 - CADEIRA FIXA EM COURO COM PES EM "S"	4	604,94
100000905 - CADEIRA FIXA EM TECIDO COM PES EM S	624	204.808,74
100000907 - MESA PARA REFEITORIO MADEIRA REVESTIDA EM FORMICA	20	2.799,90
100000908 - EXPOSITOR PARA DOCE	1	641,45
100000909 - ESTUFA PARA SALGADO	1	297,20
100000910 - UNIDADE DE FITA MAGNETICA LTO	2	14.723,10
100000911 - SERVIDOR COMPUTADOR	17	493.823,29
100000912 - MALETA EM COURO	3	710,04
100000913 - MICROFONE AURICULAR	13	8.208,40
100000914 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR DUAL CORE E2140	2	1.997,89
100000915 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR CORE 2 DUO E8400	23	27.035,88
100000916 - CODIFICADOR-DECOFICADOR PARA VIDEO CONFERENCIA	1	4.656,01
100000917 - CONTROLE REMOTO DO CODEC	2	800,00
100000918 - CAMERA DE DOCUMENTOS	1	1.750,00



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000920 - QUADRO BRANCO NAO MAGNETICO	8	3.176,27
100000921 - TELEVISOR LCD	26	33.141,44
100000922 - ESTANTE EM AÇO COM CAIXAS	2	253,22
100000923 - HUB-CONCENTRADOR DE COMUNICACAO PC- CODEC	2	4.000,00
100000924 - MONITOR DE VIDEO CONFERENCIA	1	7.327,54
100000925 - RACK PARA TV	2	280,00
100000926 - CAIXA ACUSTICA AMPLIFICADA	65	40.163,10
100000927 - CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO.	221	108.317,30
100000928 - SOFA EM COURINO	6	3.952,40
100000929 - CAFETEIRA ELÉTRICA TIPO CAFÉ EXPRESSO	1	601,20
100000930 - REFLETOR ODONTOLOGICO	1	1.216,82
100000931 - MOUCHO ODONTOLOGICO	2	1.317,10
100000932 - MESA DE USO DIVERSO EM POLIURETANO	1	55,40
100000933 - LONGARINA EM POLIPROPILENO PARA 03 LUGARES	300	123.716,79
100000934 - TAPETE EM BORRACHA VINIL	5	2.280,56
100000935 - CADEIRA GIRATORIA EM COURO TEXTIL	5	2.562,00
100000936 - BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE MESA	14	2.406,71
100000938 - PARAFUSADEIRA ELETRICA	1	623,95
100000939 - PLACA PLACA DE CAPTURA DE VÍDEO	1	603,20
100000940 - POLTRONA 3 LUGARES	2	1.606,32
100000941 - DECIBELIMETRO DIGITAL	11	3.367,16
100000942 - ESCADA EM AÇO	1	112,32
100000943 - KIT BIO MÓDULO DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE	519	761.658,05
100000944 - CARRO TIPO ARMAZEM EM L	3	689,40
100000945 - MESA PARA MAQUINA DE ESCREVER EM GRANITO	1	1,00
100000946 - CAPOTA MARITIMA	3	7.979,98
100000947 - PALM	2	525,00
100000949 - MICROFONE SEM FIO	10	10.873,04
100000950 - MICROFONE DE MESA	112	37.376,38
100000951 - TELEVISOR TELA PLANA	17	8.901,88
100000952 - FONE DE OUVIDO	221	27.879,81
100000953 - CONEXAO TIPO ESTACAO DE TRABALHO	365	50.906,09
100000954 - MESA PARA MICROCOMPUTADOR TIPO ESTACAO DE TRABALHO	497	163.391,98
100000957 - SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO	1	228,30
100000959 - KIT BIO LEITOR E IMPRESSÕES DIGITAIS	519	593.678,17
100000960 - KIT BIO DISPOSITIVO DE CAPTURA DE IMAGENS DIGITAIS	526	482.151,58
100000961 - KIT BIO MÓDULO CENÁRIO	509	293.470,41
100000962 - KIT BIO SOFTWARE (PEN DRIVE PARA ATIVAÇÃO - DONGLE)	271	1.016.616,90
100000964 - LONGARINA EM POLIPROPILENO PARA 02 LUGARES	202	52.849,88
100000965 - ARMARIO ODONTOLOGICO	2	1.260,48
100000967 - CONVERSOR PAR-TRANCADO	2	543,24
100000969 - FOGAO ELETRICO	1	290,36



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100000970 - ESTANTE EM AÇO PARA AR CONDICIONADO	8	1.870,52
100000971 - MICROFONE SEM FIO	2	286,00
100000972 - COIFA EM AÇO INOX ESCOVADO	1	464,45
100000973 - CADEIRA ODONTOLÓGICA	1	4.838,25
100000974 - MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE SOLO T1350	6	9.907,70
100000975 - MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE DUO T2350	1	1.651,28
100000977 - CAMERA DE VIDEO DIGITAL	46	40.389,53
100000979 - UNIDADE AUXILIAR ODONTOLÓGICA	1	568,42
100000980 - FOGÃO SEMI-INDUSTRIAL	1	4.146,02
100000982 - MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE 2 DUO T5550	39	59.269,90
100000983 - MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) DUAL CORE	2	3.722,96
100000984 - PONTO DE ACESSO SEM FIO	5	2.713,71
100000986 - MESA PARA ESCRITÓRIO TIPO ESTACAO DE TRABALHO	364	170.574,06
100000987 - GAVETEIRO VOLANTE TIPO ESTACAO DE TRABALHO	7	1.028,33
100000989 - RECEPTOR DE TELECOMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE	1	11.543,30
100000990 - ILUMINADOR DIGITAL HALOGENA	4	1.344,00
100000991 - URNA ELETRONICA 2008	443	671.106,39
100000992 - PULPITO EM AÇO	1	1.969,00
100000995 - MOTORREDUTOR COM INCONDER	1	4.403,25
100000997 - VARIADOR DE VOLTAGEM	1	1.461,48
100000998 - POLTRONA 2 LUGARES	13	8.960,10
100000999 - APRESENTADOR MULTIMIDIA	3	468,30
100001000 - CADEIRA PARA REFEITÓRIO	239	22.797,60
100001001 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR ATHLON	1	2.003,98
100001003 - LUXÍMETRO DIGITAL	1	449,64
100001004 - DETECTOR DE METAL TIPO RAQUETE	3	1.587,00
100001005 - TACHO PARA FRITURAS	1	121,60
100001006 - UNIDADE DE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO A LASER	1	6.444,00
100001007 - CARRO HIDRÁULICO	5	8.600,50
100001008 - MONITOR DE VIDEO LCD	469	137.873,97
100001009 - QUADRO MAGNÉTICO-FLIP CHART	6	1.036,08
100001010 - SANDUICHEIRA A GAS	1	123,20
100001011 - SELETOR DE VIDEO	1	40,00
100001012 - ROTULADOR ELETRÔNICO PORTÁTIL	1	450,00
100001013 - MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE 2 DUO	113	221.665,36
100001014 - GERADOR DE ENERGIA A GASOLINA	15	20.230,00
100001015 - URNA ELETRONICA 2009	4.599	558.594,54
100001016 - URNA ELETRONICA 2006	1	182,59
100001017 - CADEIRA GIRATORIA EM COURINO	4	3.800,00
100001018 - TRANSECTOR	4	3.408,00
100001019 - COLETOR DE DADOS PORTÁTIL WINDOWS WIRELESS	10	17.900,00
100001020 - BERÇO DE CARGA E COMUNICAÇÃO TIPO DOCA PARA COLETOR DE DADOS	10	2.200,00



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100001021 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) PROCESSADOR CORE 2 DUO T6400	1	1.332,00
100001022 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE I7	5	6.900,00
100001023 - HD EXTERNO 500 GB	20	4.220,00
100001024 - COLETOR BIOMÉTRICO	1	999,99
100001025 - PURIFICADOR DE ÁGUA	93	41.255,64
100001026 - MODEM EXTERNO USB 2.0	4	499,88
100001027 - GABINETE BLADESYSTEM	2	160.388,00
100001028 - LÂMINA TIPO 2	4	76.000,00
100001029 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR AMD PHENOM II	134	174.119,63
100001031 - APOIO ERGONÔMICO PARA PÉS	300	24.061,00
100001032 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE I5	959	2.216.831,65
100001033 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE I5	227	873.658,00
100001034 - URNA ELETRONICA 2010	3.078	373.853,88
100001035 - STORAGE SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS	2	1.069.371,00
100001036 - MULTIPLEXADOR SWITCH SAN	2	93.077,44
100001037 - HUB-CONCENTRADOR DE COMUNICACAO COM 04 PORTAS	102	3.820,20
100001038 - MONITOR DE VIDEO LED LCD	1.157	669.285,10
100001039 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NETBOOK) PROCESSADOR INTEL ATOM N450	3	2.970,00
100001040 - SERVIDOR DE IMPRESSÃO	173	40.790,00
100001041 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	254	348.766,48
100001043 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR CORE I3	102	199.920,00
100001044 - PAD DE CAPTURA DE ASSINATURA	561	423.844,74
100001045 - ESCADA EM ALUMINIO	60	7.925,72
100001047 - URNA ELETRONICA 2011	1.213	1.561.688,98
100001049 - APARELHO GPS VEICULAR	5	1.995,00
100001050 - MICROCOMPUTADOR IMAC	1	4.999,98
100001051 - IPOD TOUCH	2	1.357,94
100001052 - RAMAL TELEFONE SEM FIO	69	3.243,00
100001053 - TAPETE EM BORRACHA VINIL 1,0MX1,5M	5	1.314,95
100001054 - TAPETE EM BORRACHA VINIL 80CMX60M	20	2.011,00
100001055 - MASTRO PARA BANDEIRA EM MADEIRA - PERMANENTE	30	2.340,00
100001056 - BASE EM MADEIRA PARA MASTRO DE BANDEIRA	10	1.580,00
100001058 - IPAD WI-FI	2	2.500,00
100001059 - COFRE EM ACO DIGITAL	4	2.013,20
100001060 - APARELHO BLU-RAY PLAYER	4	1.392,00
100001061 - TELEVISOR DE LED 42"	7	11.481,60
100001062 - CAMERA IP SPEED DOME	1	4.680,00
100001063 - SINALIZADOR VISUAL PARA GARAGEM COM ALARME	3	381,00
100001064 - MESA PARA AUDIÊNCIA 1,5M	19	10.620,81
100001065 - MESA PARA AUDIÊNCIA 2M	20	18.600,00
100001066 - CHAVEADOR KVM 1081A	1	3.180,00
100001067 - SWITCH CORE	2	19.192,00



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100001068 - CARRO PARA TRANSPORTE DE PROCESSO	10	1.458,00
100001069 - MICROFONE DE LAPELA	2	800,00
100001070 - MEDIDOR DE DISTANCIA A LASER	2	784,20
100001071 - PLACA HBA	4	10.880,00
100001072 - CARRO PARA TRANSPORTE DE MESAS	2	1.400,00
100001073 - MESA SERPENTINA	8	5.255,12
100001074 - MESA DE 2,20 X 0,60	4	2.279,96
100001075 - MESA PARA TV OU IMPRESSORA	19	5.699,81
100001077 - RACK DE PAREDE PARA SWITCH	20	4.370,00
100001078 - HUB-CONCENTRADOR DE COMUNICACAO COM 07 PORTAS	148	13.468,00
100001079 - FIREWALL TIPO 2	1	137.000,00
100001080 - CAMERA DOME INDOOR	4	2.100,01
100001081 - CAMERA TIPO DAY & NIGHT COLORIDA	2	809,00
100001082 - CAMERA MINI SPEED-DOME	2	7.100,00
100001083 - APARELHO DVR STAND ALONE	1	5.195,01
100001084 - URNA ELETRONICA 2013	295	379.800,70
100001085 - LEITOR AUTÔNOMO DE MATERIAL IMPRESSO/SCANNER BOOK READER	1	1.955,55
100001086 - GRAVADOR MULTILINHAS 4 CANAIS	1	2.877,33
100001087 - SOFTWARE TARIFAÇÃO TELEFÔNICA - CONTA 35	1	550,00
100001088 - CORTINA DE VENTO	2	1.100,00
100001090 - ANTENA SENSORES (PAR)	1	17.540,00
100001091 - REATIVADOR E DESATIVADOR ELETRÔNICO	1	3.850,00
100001093 - IMPRESSORA PLOTTER	1	10.463,00
100001094 - BIBLIOCANTO MAGNÉTICO	100	785,00
100001095 - CAIXA PARA PERIÓDICOS	130	3.049,70
100001096 - FIREWALL DELL SONIC WALL	26	384.748,00
100001097 - FIREWALL COM PONTO DE ACESSO	25	99.500,00
100001098 - CABINE PARA ESTUDO	6	8.368,62
100001099 - CABINE PARA CADEIRANTE	2	3.343,80
100001100 - RACK PARA TV E DVD	1	1.623,79
100001102 - SOFA DE 02 LUGARES	4	9.277,16
100001103 - SOFA DE 01 LUGAR	2	3.932,00
100001104 - ESTABILIZADOR TENSÃO	124	40.352,00
100001105 - NOBREAK NET 4 + 1400 VA BIVOLT+	175	95.850,00
100001106 - CAMERA IP FIXA DE ALTA RESOLUÇÃO	2	6.160,00
100001107 - ARMÁRIO GUARDA-VOLUMES DUPLO COM 10 PORTAS	1	1.221,44
100001108 - ESTANTE MULTIMÍDIA PARA DVD CORES	1	1.781,00
100001109 - ESTANTE PARA LIVROS	30	37.675,00
100001110 - ESTANTE EXPOSITORA - 2M	2	2.784,00
100001111 - CHAVEADOR KVM USB 02 PORTAS	2	353,68
100001112 - GAVETA DE DISCOS SAS/SATA STORAGE EXPANSION TRAY	1	99.000,00
100001113 - COMPUTADOR PORTÁTIL COM GPS - PDA	97	9.686,42



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100001114 - ADAPTADOR HP NC382M DUAL PORT 1GBE MULTIFUNCTION BL-C	1	2.036,00
100001115 - TELEVISOR LED 32"	34	39.013,30
100001116 - GLOBO PARA SORTEIO	2	9.098,87
100001117 - SOFA DE 03 LUGARES	1	2.488,59
100001118 - CARRO DE MÃO	1	83,78
100001119 - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	1	795,97
100001120 - SERVIDOR COMPUTADOR TIPO LÂMINA	2	43.348,00
100001121 - FIREWALL CHECK POINT TIPO 3 - HA	1	152.000,00
100001122 - TOUCH CONTROL	1	7.546,03
100001124 - CODEC ENDPOINT GROUP 500	1	14.634,00
100001125 - CONTROLE REMOTO CODEC	1	2.455,00
100001126 - CARRINHO PARA TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS	12	11.991,88
100001127 - CARRO MULTIFUNCIONAL	6	19.709,94
100001128 - ROÇADEIRA LATERAL	1	675,00
100001129 - REPLICADOR DE SINAL HDMI	10	1.533,30
100001130 - TRANSCEIVER SFP	10	1.599,90
100001131 - MESA PLÁSTICA QUADRADA, MONOBLOCO, EMPILHÁVEL	205	11.671,30
100001132 - APOIO ERGONÔMICO PARA PÉS PARA CADEIRA TIPO CAIXA	5	1.409,95
100001133 - PORTA BANNER TIPO BOX TRUSS	1	4.100,00
100001134 - PORTA BANNER SIMPLES	1	292,40
100001135 - CADEIRA EMPILHÁVEL PARA AUDITÓRIO	130	25.478,70
100001136 - CADEIRA EMPILHÁVEL PARA AUDITÓRIO (OBESOS)	14	3.331,86
100001137 - CARRINHO PARA TRANSPORTE DE CADEIRAS	2	799,98
100001138 - BIBLIOTECA PARA BACKUP 48 SLOTS	1	71.500,00
100001139 - MICROCOMPUTADOR INTEL CORE I7	118	428.930,00
100001140 - URNA ELETRONICA 2015	1.709	3.791.108,88
100001141 - SUPORTE PARA TV ARTICULADO	9	1.124,95
100001142 - REFRIGERADOR DUPLEX	3	10.467,93
100001143 - SWITCH GERENCIAL 24P	35	103.395,00
100001144 - CONTROLADORA REDUNDANTE	1	19.000,00
100001145 - RADIO TIPO I	30	85.200,00
100001147 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) DELL INSPIRON 17/8GB/1TB/4GBPVID 15,6 W10 PRO OFFICE PRO	16	86.384,00
100001148 - APARELHO GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO	36	19.307,98
100001149 - APARELHO TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL	9	5.160,60
100001150 - PULPITO EM ACRÍLICO	1	1.316,25
100001152 - CONDICIONADOR DE AR DE PRECISÃO	2	95.000,00
100001154 - ARMARIO ALTO EM MADEIRA PARA PASTA SUSPENSA	4	3.400,00
100001155 - RELOGIO DIGITAL DE PAREDE	12	8.773,00
100001156 - MICROCOMPUTADOR WINDOWS 10 PRO	80	295.056,00
100001157 - HD EXTERNO 1 TERABYTE USB	21	4.934,79
100001158 - BACKDROP ESTRUTURA EM METALON	1	750,00
100001159 - WEBCAM HD 720P 3MP	200	20.400,00



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100001160 - TELEVISOR 60" LED FULL HD SMART	1	4.462,01
100001161 - CADEIRA FIXA EMPILHÁVEL	520	191.880,00
100001163 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR HP CORE I5-8500	150	634.768,50
100001164 - MESA PARA ESCRITORIO MESA GERENTE	1	2.540,07
100001165 - MESA PARA ESCRITORIO MESA ORGÂNICA	51	45.310,44
100001166 - TELEVISOR LED 43" FULL HD SMART WI-FI	30	50.940,00
100001167 - NOBREAK ENERGYLUX + 1600 VA BIVOLT - SAIDA 110 V, BATERIA SELADA	70	33.249,30
100001168 - CAMERA DE TV P/ SIST. SEGURANÇA 3130B	100	9.919,00
100001169 - CAMERA DE TV P/ SIST. SEGURANÇA 1010B	110	7.460,20
100001170 - TELEVISOR SMART TV LED HD 32"	50	55.392,00
100001171 - DISCO RIGIDO PARA CFTV HD 8TB	28	46.620,00
100001172 - SWITCH DE ACESSO 48P -TIPO 2	10	69.000,00
100001173 - KIT BIO - SOFTWARE (DONGLE DE ATIVAÇÃO)	43	12.092,03
100001174 - ESTANTE METÁLICAS MODULADAS FIXAS	1	117.800,00
100001175 - DISPOSITIVO RFID UHF TIPO MOVEIS	3	47.865,00
100001176 - DISPOSITIVO RFID UHF FIXOS TIPO 1	2	109.800,00
100001177 - DISPOSITIVO RFID UHF FIXOS TIPO 2	1	57.645,00
100001178 - ENCLOSURE POWER EDGE	1	337.800,00
100001179 - SWITCH DE ACESSO 48P L3-TIPO 1	3	103.830,00
100001180 - CHASSI PARA BLADE TIPO 1	1	185.029,49
100001181 - SERVIDOR EM LÂMINA BLADE TIPO 1	5	150.644,60
100001182 - CONTAINER CARTÓRIO MÓVEL	1	419.900,00
100001183 - DISCO RIGIDO REMOVIVEL	2	4.368,74
100001184 - DISCO RIGIDO DE 4 TERABYTES	30	24.390,00
100001185 - RACK ORGANIZADOR CFTV 32 CANAIS	2	850,00
100001186 - APARELHO DVR 8 CANAIS	30	15.900,00
100001187 - CAMERA DE TV P/ SIST. SEGURANÇA 3120B	210	26.250,00
100001188 - MICROCOMPUTADOR PORTATIL (NOTEBOOK) AVANÇADO - COM PROCESSADOR X86 INTEL	23	158.470,00
100001189 - MODULO 16KVA	1	24.585,43
100001190 - CAPOTA AUTOMOTIVA EM FIBRA	4	16.300,00
100001191 - SERVIDOR DADOS	1	31.000,00
100001192 - GERADOR DE MÍDIA COMPACT FLASH USB	82	22.960,00
100001193 - MICROCOMPUTADOR UDP DATEN DC3E-T	14	135.499,00
100001194 - CAFETEIRA ELÉTRICA AÇO INOX	2	3.639,91
100001195 - SWITCH 48 PORTAS	10	71.100,00
100001196 - SWITCH 16 PORTAS	2	178.000,00
100001197 - POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE - VERNIER	53	37.630,00
100001198 - FIREWALL SONIC WALL SOHO 250W	68	387.600,00
100001199 - FIREWALL SONIC WALL NSA 5650	1	295.000,00
100001200 - CAMINHAO TRUCK	1	419.900,00
100001201 - DETECTOR DE METAL MANUAL	3	1.260,00
100001202 - RÁDIO COMUNICADOR	10	4.949,80



Relatório Quantitativo de Materiais do Órgão Com Valor

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PI

Material	Quantidade	Valor Bruto Atual
100001203 - DETECTOR DE METAL PORTA GIRATORIA	1	19.679,08
100001205 - SOFTWARE VIDA ÚTIL INDEFINIDA	1.370	2.481.629,60
100001206 - MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA. RETA COM 03 GAVETAS.	40	26.960,00
100001207 - APARELHO TELEFONICO APARELHO CELULAR MOTO G8	101	124.331,00
100001208 - QUADRO EM LOUSA DE VIDRO	2	2.570,00
100001210 - ENCERADEIRA INDL	2	2.892,08
100001211 - ROÇADEIRA APARADOR DE GRAMA	2	1.452,10
100001212 - CAMERA FOTOGRAFICA DIGITAL CANON	1	12.352,27
100001213 - LUPA DE BANCADA	1	453,00
100001214 - TRANSCEIVER GBIC 10GB LR MONOMODO LC 10KM DUPLEX 1310NM	10	4.636,40
980000350 - ESTABILIZADOR MP1000 MISTER POWER	1	28,50
980000450 - PURIFICADOR DE AGUA ELETRICO SPRINGOZON MOD CRT12A	1	185,00
980000511 - ESCADA DE FERRO	1	68,00
980000520 - ESTANTE DE ACO DESMONTAVEL	1	0,01
980000549 - FICHARIO 5X8	1	0,01
980000553 - FICHARIO DE ACO C/2 GAVETAS	1	0,01
980000566 - FICHARIO DE ACRILICO	1	0,01
980001526 - DOCUMENTACAO PARA OMNIBACK/2 - SETE VOLUMES	1	291,61
980001550 - EXTINTOR DE INCENDIO CO2 CAPACIDADE 6KG	1	153,00
980002564 - BANCADA EM METALON	1	0,01
980002615 - CADEIRA EM LONGARINA C/4 LUGARES S/PRANCHETA	4	2.025,28
980002759 - MESA DE AÇO P/DATILOGRAFIA	1	6,00
980002761 - MESA DE AÇO PARA MAQUINA DE ESCREVER MR. SO AÇO	1	6,50
980003304 - MESA PARA MAQUINA DE DATILOGRAFIA MARCA SO AÇO	1	42,00
980003364 - CINZEIRO GRANDE DE MESA	1	0,01
980003440 - TAMPO P/MESA EM CEDRO C/REVESTIM. EM FORMICA-1,00MX0,80M	1	0,01
980003443 - TAMPO P/MESA EM CEDRO, C/REVESTIM. EM FORMICA-4,25MX0,60M	1	0,01
Total por Órgão:	48.246	41.914.979,17
Total Geral:	48.246	41.914.979,17

6. Anexo VI

Cronograma da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral para 2023 (SOF/TSE)

CRONOGRAMA DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2023

PLANEJAMENTO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS - OCC

EVENTO			PARTICIPANTES			JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			ABRIL			MAIO			JUNHO			JULHO			AGOSTO			2023							
ABERTURA DA PROPOSTA																																					
1	Divulgação da Orientação SOF/TSE nº 1 - Planejamento da Proposta Orçamentária 2023	SOF TSE				28/1																															
2	Divulgação do limite inicial para elaboração da Proposta Orçamentária de 2023 às UOs	SOF TSE				31/1																															
3	Disponibilização do SIGEPRO-Web às UOs	SOF TSE					1/2																														
4	Reunião com os Tribunais Regionais Eleitorais para tratar da Proposta Orçamentária de 2023	SOF TSE/UO					1/2																														
FASE QUALITATIVA																																					
5	Cadastro de iniciativas no SIGEPRO-Web	UO					1/2 a 18/3																														
6	Revisão do cadastro de iniciativas no SIGEPRO-Web	SOF TSE/UO											21/3 a 14/4																								
7	Cadastro de ações orçamentárias no SIOP¹	SOF TSE																	16 a 20/5																		
8	Revisão do cadastro de ações orçamentárias no SIOP¹	UO/SOF TSE																		23 a 26/5																	
9	Envio do cadastro de ações orçamentárias à SOF/ME no SIOP	SOF TSE																			1 a 3/6																
10	Envio do ofício com a priorização do plano de obras²	UO					1/2 a 18/3																														
FASE QUANTITATIVA																																					
11	Programação das despesas no SIGEPRO-Web	UO					1/2 a 29/4																														
12	Revisão da programação das despesas no SIGEPRO-Web	SOF TSE/UO														2 a 6/5																					
13	Divulgação do limite final para elaboração da Proposta Orçamentária de 2023 às Uos	SOF TSE																				15/6															
14	Programação do limite final no SIGEPRO-Web	UO																				17 a 22/6															
15	Revisão da programação do limite final no SIGEPRO-Web	SOF TSE/UO																					23 a 24/6														
16	Lançamento da programação no SIOP	UO																							18 a 20/7												
17	Revisão da programação no SIOP	SOF TSE/UO																							21 e 22/7												
RELATÓRIO E ENVIO DA PROPOSTA																																					
18	Elaboração e Revisão do Relatório da Proposta Orçamentária de 2023	SOF TSE																					23/6 a 29/7														
19	Elaboração de nota técnica para validação dos valores da Proposta Orçamentária de 2023	SOF TSE																								28 e 29/7											
20	Organização do Processo Administrativo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para tramitação da Proposta Orçamentária de 2023	SOF TSE																					20/6 a 29/7														
21	Envio da Proposta Orçamentária de 2023 ao Diretor-Geral do TSE, com vistas ao Pleno do TSE	SOF TSE/DG TSE																									1º/8										
22	Aprovação da Proposta Orçamentária de 2023 pelo Pleno do TSE	PRESIDÊNCIA TSE																									4 a 10/8										
23	Envio da Proposta Orçamentária de 2023 aprovada à SOF/ME, via SIOP (Data limite é 15/8)	SOF TSE																										12/8									
AJUSTE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA À LOA																																					
24	SIGEPRO-Web – lançamento dos ajustes LOA	UO/SOF TSE																																		Após Sanção LOA 2023	

Notas:

1. O cadastro qualitativo de ações orçamentárias no SIOP será realizado pela SOF/TSE com base nos registros lançados pelas unidades orçamentárias no SIGEPRO-Web. Posteriormente, as unidades orçamentárias realizarão a revisão dos lançamentos feitos pela SOF/TSE.

2. Para envio do ofício de priorização do plano de obras, orienta-se observar a Resolução TSE nº 23.544/2017 (alterada pela Resolução TSE nº 23.599/2019) e a Orientação SOF/TSE nº 4 atualizada.

7. Anexo VII

Plano de Ação para regularização dos imóveis utilizados pelo TRE-PI junto ao Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

Regularização dos imóveis
TRE-PI junto ao SPIUnet

PLANO DE AÇÃO

Regularização dos imóveis TRE-PI junto - SPIUnet

PLANO DE AÇÃO

Proc. SEI nº:

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Coordenadoria de Contratações e Patrimônio – COCONP e Gabinete da SAOF	SAOF

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO				
NOME DO PLANO			PREVISÃO DE INÍCIO	
Regularização dos imóveis TRE-PI junto ao SPIUnet				
CLIENTES				
Administração do TRE-PI				
PROGRAMA VINCULADO				
LIDER DO PLANO		LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Silvani Maia Resende Santana/Cláudia Laíse Reis Martins Pádua		SAOF/COCONP	saof@tre-pi.jus.br	9729/9757

2 – Justificativa do Plano (Why – Por quê)

JUSTIFICATIVA
<p>Cumprimento de recomendação constante do Relatório de Auditoria de Contas Exercício 2020 (Sei nº 0017127-02.2020.6.18.8000, doc SEI nº 1277347 – Relatório), no sentido de que os Bens de Uso Especial, utilizados pelo TRE-PI, sejam registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, efetuando as atualizações necessárias, inclusive nos que já possuem registro no Spiunet.</p> <p>O SPIUnet é de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), com acesso pela internet e interligado ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, automatizando os lançamentos contábeis e facilitando a elaboração do Balanço Patrimonial da União.</p> <p>No SPIUnet o RIP Imóvel contém as informações referentes ao imóvel e o RIP Utilização contém as informações referentes às benfeitorias do imóvel, sendo que, no SIAFI o que aparece é o RIP Utilização, chamado de “Conta Corrente” com o seu respectivo valor, localizado no campo “Valor da Utilização”.</p> <p>A Portaria Interministerial nº 322/2001 define a base de dados do SPIUnet como principal fonte alimentadora do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) para efeito de contabilização dos imóveis, devendo ser mantida a contínua e tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos Sistemas.</p> <p>Portanto, os valores de imóveis de uso especial que estão registrados no SPIUnet devem ser iguais aos que estão registrados no SIAFI.</p> <p>Assim, realizar o registro e atualização permanente dos imóveis de uso especial, utilizados pelo Tribunal, se fazem necessários e tem relevância fundamental para a confiabilidade e tempestividade das informações, bem como para</p>

PLANO DE AÇÃO

JUSTIFICATIVA

transparência das contas do órgão, vez que atua como forte elemento da fiscalização e controle da administração pública.

3 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO

Cadastrar todos os imóveis utilizados pelo TRE-PI que não possuem cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – **SPIUnet**, bem como, atualizar os que já são cadastrados.

OBJETIVOS COMPLEMENTARES

INDICADOR

META

Identificar e tratar todas as pendências que estão impedindo o registro dos imóveis do TRE-PI no Sistema SPIUnet.

Imóveis a cadastrar/número de imóveis cadastrados anualmente

➤ 25% ao ano

Manter atualização anual de todos os imóveis cadastrados no *Spiunet*

Quantidade de imóveis do TRE-PI cadastrados no Spiunet/pelo número de imóveis a atualizar no ano

➤ 33% ao ano

4 – Objetivos estratégicos vinculados

OBJETIVO ESTRATÉGICO

ALINHAMENTO

CONTRIBUIÇÃO

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Forte

Fortalecimento da fiscalização e controle da administração pública, especialmente da contabilização de imóveis.

Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação

Forte

Transparência das contas públicas

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS

Equipes das unidades ENARQ/SEAPT/COAAD e COCONP supridas em quantidade e qualidade de pessoal, inclusive com a possibilidade de terceirização de mão de obra para serviço de despachante em repartições públicas.

Atendimento das solicitações de documentação (CND, registros cartorários, ...) por parte dos órgãos competentes

Flexibilização da burocracia junto ao SPIUnet

PLANO DE AÇÃO

RESTRIÇÕES
Eventual impacto nas atividades/atendimento dos órgãos envolvidos no processo de regularização de imóveis de uso especial em decorrência da pandemia da COVID-19.
Deficit de pessoal nas unidades ENARQ e COCONP.
Burocracia de obtenção de documentação junto aos órgãos públicos

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO (When - Quando)		RESPONSÁVEL (Who - Quem)	ÁREA (Where - Onde)
	INÍCIO	TÉRMINO		
IMÓVEIS LOCADOS				
1) Levantamento de todos os documentos necessários para o cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.	01/12/2020	31/12/2020	Sidnei/Miran (SEI nº 0027230-68.2020.6.18.8000)	COCONP/GABSAOF
2) Cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso Especial da União - SPIUnet	7/01/2021	30/05/2021	Sidnei (SEI nº 0027230-68.2020.6.18.8000)	COCONP
IMÓVEIS PRÓPRIOS				
1) Levantamento de todos os documentos exigidos para o cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.	01/12/2020	26/02/2021	Sidnei/Miran	COCONP/GABSAOF
2) Levantamento das pendências dos processos existentes.	01/12/2020	31/03/2021	Sidnei/Miran	COCONP/GABSAOF
3) Avaliação de medidas a serem adotadas com fim de realizar a regularização dos imóveis: - Acordo de cooperação técnica com TJ-PI, para disponibilização de força de trabalho técnico; - Criação de um Núcleo de Engenharia e Arquitetura vinculado à COAAD com quadro de pessoal mínimo para atendimento das demandas.	01/04/2021	30/11/2021	Sidnei/José Filho	COCONP/COAAD
4) Avaliação dos imóveis com cadastro no SPIUnet (Cooperação entre TRE-PI e TJ-PI)	01/11/2021	30/06/2022	José Filho (Sei nº 0015985-26.2021.6.18.8000)	COAAD/ENARQ
Grupo I – Imóveis Capital			Sei nº 0015985-26.2021.6.18.8000)	
Sede Anexo Centro (Arquivo Central e Centro Cultural)	01/02/2022	30/04/2022	José Filho	COAAD/ENARQ
- Atualização no SPIUnet do valor apurado	14/02/2022	30/05/2022	Sidnei	COCONP
Grupo II - Interior				
Batalha Campo Maior Piracuruca	01/06/2022	30/07/2022	José Filho	COAAD/ENARQ

PLANO DE AÇÃO

ATIVIDADES	PERÍODO (When - Quando)		RESPONSÁVEL (Who - Quem)	ÁREA (Where - Onde)
	INÍCIO	TÉRMINO		
Luis Correia				
- Atualização no SPIUnet do valor apurado	21/06/2022	30/08/2022	Sidnei	COCONP
Oeiras Paulistana Picos São Raimundo Nonato Corrente	1/06/2022	30/07/2022	José Filho	COAAD/ENARQ
- Atualização no SPIUnet do valor apurado	21/06/2022	30/08/2022	Sidnei	COCONP
5) Regularização de Imóveis com processos iniciados no SPU				
Grupo I – Imóveis Capital				
Fórum Eleitoral de Teresina - Avaliação	01/02/2022	30/04/2022	José Filho	COAAD/ENARQ
- Atualização no SPIUnet do valor apurado	14/02/2022	30/05/2022	Sidnei	COCONP
Grupo II – Imóveis Interior – Avaliação e outros (CND...)				
Água Branca Bom Jesus Uruçuí Corrente	01/09/2022	20/12/2022	Sidnei/José Filho	COCONP/COAAD
Encaminhamento à SPU para cadastro no SPIUnet	15/09/2022	30/01/2023	Sidnei/Miran	COCONP/ GABASAOF
6) Regularização de imóveis não cadastrados e com nenhum processo iniciado junto ao SPIUnet				
1ª Etapa: Levantamento de toda documentação (Terreno e Construção/Prédio)				
Notas:				
Docs Terreno: Doação e Publicação/Laudo de avaliação/Memorial descritivo/ Escritura de doação/certidão de registro do imóvel/certidão vintenária com negativa de ônus				
Docs Construção/Prédio: Valor da construção/área construída/alvará de construção e/ou habite-se/Memorial descritivo da construção/fotos de fachada do imóvel/CND da RF/Contratos e aditivos firmados/Número de servidores terceirizados/ART/Planta baixa da construção				
Parnaíba Piripiri Pedro II Castelo do Piauí	14/11/2022	20/11/2024	Sidnei/Miran/Chefe de Cartório	COCONP/GABASAOF/ ZE
2ª Fase: Avaliação dos imóveis				
Parnaíba Piripiri Pedro II	21/11/2022	20/12/2024	José Filho	COAAD/ENARQ

PLANO DE AÇÃO

ATIVIDADES	PERÍODO (When - Quando)		RESPONSÁVEL (Who - Quem)	ÁREA (Where - Onde)
	INÍCIO	TÉRMINO		
Castelo do Piauí				
Encaminhamento à SPU para cadastro no SPIUnet	21/11/2022	20/12/2024	Sidnei/Miran	COCONP/ GABASAOF
7- Elaborar Relatório de todo o processo de regularização com respectivo mapeamento	01/06/2023	30/12/2024	Sidnei/Miran	COCONP/ GABASAOF

6 – Identificação do Risco e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Não obtenção nos prazos previstos dos documentos necessários para encaminhamento à SPU-SPIUnet	Atraso no cronograma de execução do Plano de Ação de regularização de imóveis do TRE-PI	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Gestão junto aos órgãos competentes para agilizar e/ou priorizar por se tratar de órgão público	1 – Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 – Transferir 5 – Explorar	Silvani/Sidnei	COCON/ GABSAOF	14/11/2022	Não se aplica

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Não formação equipe de pessoal mínima nas unidades da ENARQ/COCONP	Atraso no cronograma de execução do Plano de Ação de regularização de imóveis do TRE-PI	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Gestão junto à Alta Administração para criação do Núcleo de Engenharia e	1 – Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar	Silvani/Sidnei	COCON/ GABSAOF	14/11/2022	Não se aplica

PLANO DE AÇÃO

Arquitetura e lotação de servidores na COCONP	4 – Transferir 5 – Explorar				
Gestão para formalização de acordo cooperação junto ao TJ-PI para disponibilização de apoio técnico na área de engenharia/arquitetura	1 – Aceitar 2 – Eliminar 3 – Mitigar 4 – Transferir 5 – Explorar	Silvani/Sidnei	COCON/ GABSAOF	14/11/2022	Não se aplica

7 – Plano de custos (How Much - Quanto)

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Caso haja terceirização de mão de obra para serviço de despachante	Orçamento ordinário	R\$	02	A ser levantado caso a Administração decida pela contratação dessa mão de obras	A ser levantado caso a Administração decida pela contratação dessa mão de obra
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES:					

8 – Equipe

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Silvani Maia Resende Santana	GABSAOF		
Cláudia Laíse Reis Martins Pádua	COCONP		
Sidnei Antunes Ribeiro	COCONP/SELIC		
José Alves Siqueira Filho	COAAD		
Miran Vieira de Sousa Silva	GABSAOF		
Marcônio Galvão	SEAPT		
Mhário Eugênio	ENARQ		
Giordany Camarço	ENARQ		

9 – Assinaturas Eletrônicas (ASPLAN – unidade avaliadora; líder do plano; Gestor/a da Unidade; e Equipe do Plano)

NOME	UNIDADE

PLANO DE AÇÃO

NOME	UNIDADE

10 – Aprovação - Diretor-Geral – Assinatura Eletrônica

NOME	DATA	ASSINATURA

V – Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí está organizada, regimentalmente, em três Coordenadorias, cada uma com duas Seções, composta por uma ou mais Assistências. A Figura 1 – Organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação apresenta o organograma da STI, com o detalhamento das unidades administrativas que a compõem.

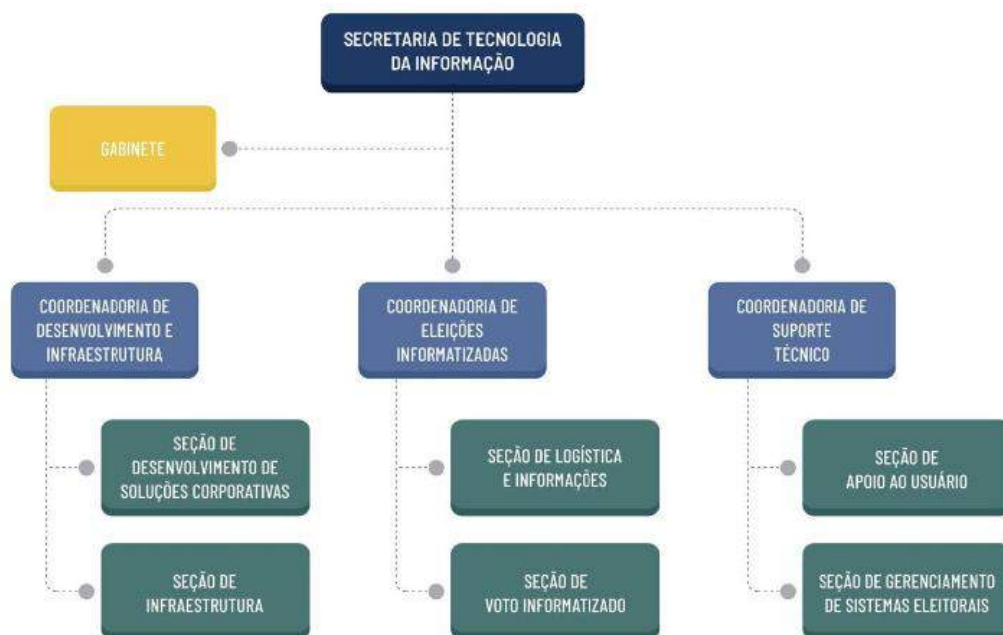


Figura 1 – Organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação

As principais atividades da Secretaria de Tecnologia estão definidas no Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, de acordo com os termos da Resolução TRE-PI nº 271/2013.

Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de sistematização dos procedimentos necessários à realização dos pleitos eleitorais oficiais e parametrizados, competindo-lhe, também, coordenar e controlar as atividades de atualização do cadastro de eleitores, de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas informatizados, bem como de infraestrutura e suporte para o funcionamento das unidades do Tribunal.

De acordo com a Resolução CNJ nº 370/2021 (art. 21), os Tribunais deverão constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis em consonância com a demanda de TI, considerando, no mínimo, os macroprocessos listados a seguir: I – Governança e Gestão de TI; II – Segurança

da Informação e Proteção de Dados; III – Desenvolvimento de Soluções e Aplicações; IV – Infraestrutura e Serviços.

O Quadro 1 – Alinhamento da STI aos Macroprocessos da ENTIC-JUD 2021-2026 apresenta o alinhamento da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-PI com os macroprocessos estabelecidos pela ENTIC-JUD2021-2026.

Quadro 1 – Alinhamento da STI aos Macroprocessos da ENTIC-JUD 2021-2026

MACROPROCESSO	UNIDADE
Governança e Gestão de TI	Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura Coordenadoria de Suporte Técnico Coordenadoria de Eleições Informatizadas
Segurança da Informação e Proteção de Dados	Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura
Desenvolvimento de Soluções e Aplicações	Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura
Infraestrutura e Serviços	Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura Coordenadoria de Suporte Técnico Coordenadoria de Eleições Informatizadas

2.1 FORÇA DE TRABALHO DE TI

A área de Tecnologia da Informação é composta por servidores efetivos do quadro permanente do Tribunal e profissionais terceirizados contratados pelas empresas que prestam serviços de TI para a Justiça Eleitoral do Piauí, com a alocação de pessoal nas dependências do Tribunal.

Os servidores efetivos do quadro permanente abrangem servidores da carreira de TI e servidores de outras áreas de atuação. A carreira de TI da Justiça Eleitoral é formada atualmente pelos cargos listados a seguir:

- Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Análise de Sistemas;
- Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Programação de Sistemas;
- Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Operador de Computador;

- Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Digitação.

Compõem, ainda, o quadro de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação servidores do cargo Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário – Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa.

O Quadro 2 – Quantitativo de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação apresenta a distribuição de servidores efetivos na área de TI nas unidades que integram a STI.

Quadro 2 – Quantitativo de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação

UNIDADE	ANALISTA JUDICIÁRIO			TÉCNICO JUDICIÁRIO				TOTAL
	Análise de Sistemas (*)	Administrativo	Judiciário	Programação de Sistemas (*)	Operador de Computador (*)	Digitação (*)	Administrativo	
Secretaria de Tecnologia da Informação								
Gabinete da Secretaria	1	1	1		1			4
Coordenadoria de Suporte Técnico								
Gabinete da Coordenadoria	1					1		2
Seção de Gerenciamento de Sistemas Eleitorais	1				1		2	4
Seção de Apoio ao Usuário				2	1	1		4
Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura								
Gabinete da Coordenadoria	1		1					2
Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas				3	1			4
Seção de Infraestrutura	2			1				3
Coordenadoria de Eleições Informatizadas								
Gabinete da Coordenadoria			1				2	3
Seção de Voto Informatizado						1	4	5
Seção de Logística e Informações Eleitorais						1		1
TOTAL	6	1	3	6	4	4	8	32

(*) Cargos da carreira de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral.

Integram, ainda, o quadro de servidores da STI um servidor removido para o TRE-PI, usufruindo de licença para acompanhamento de cônjuge, originário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), pertencente ao cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Programação de Sistemas.

Segundo os critérios da Resolução CNJ nº 211/2015, o quadro de servidores na área de TI já se mostrava insuficiente para desempenho das atividades, de acordo com o porte do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Em razão disso, o Tribunal Superior Eleitoral, a quem compete propor ao Congresso Nacional a criação de novos cargos para a Justiça Eleitoral, realizou levantamento para identificar a necessidade de incremento no número de servidores de carreira da área de TI dos Regionais e, como resultado, submeteu em setembro de 2014 à Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 7.990/2014, que propõe a criação de cargos efetivos nos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais, destinados às unidades de tecnologia da informação, de modo a prover a infraestrutura de pessoal adequada à área de TI para o cumprimento de sua missão institucional. No entanto, no ano de 2021 a Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento do Projeto de Lei em razão de definição por sua inadequação financeira e orçamentária.

A deficiência de pessoal identificada à época persiste até os dias atuais e se tornou ainda mais grave em decorrência da crescente demanda de serviços de tecnologia da informação pelo Poder Judiciário, especialmente frente à importância estratégica da área de Tecnologia da Informação para a modernização e ampliação dos serviços oferecidos pelos Tribunais aos seus jurisdicionados.

Os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça no Guia da Estratégia Digital do Poder Judiciário ENTIC-JUD 2021-2026, utilizado como instrumento de orientação e direcionamento à Resolução nº 370/2021, que apresenta os procedimentos, recomendações e boas práticas aplicáveis ao tema, aponta que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí possui atualmente uma demanda por 34 (trinta e quatro) novos servidores efetivos da carreira de Tecnologia da Informação para atender aos projetos e iniciativas estratégicas que façam uso dos recursos e serviços de tecnologia da informação para um Tribunal no porte e condições do TRE-PI.

O Tribunal dispõe, ainda, de alguns contratos de prestação de serviços de TI com o propósito de apoiar a área de TI na realização de atividades de menor complexidade que possam ser realizadas por empresas contratadas e, ainda, de profissionais de alta qualificação para atuação em áreas técnicas de TI, visando o aumento da eficiência da unidade na execução de sua estratégia.

Quadro 3 – Quantitativo de Prestadores de Serviços de TI

UNIDADE	Norte Soluções	iBrowse Consultoria e Informática							TOTAL
	CONTRATO Nº 24/2021	CONTRATO Nº 64/2021				CONTRATO Nº 70/2018			
	Manutenção de Equipamentos Eletrônicos	Atendente Service Desk	Técnico de Suporte	Especialista em Redes de Computadores	Especialista em Banco de Dados	Engenheiro de Software	Suporte à Codificação de Software	Sustentação de Portal (webdesign)	
Secretaria de Tecnologia da Informação									
Gabinete da Secretaria									
Coordenadoria de Suporte Técnico									
Gabinete da Coordenadoria									
Seção de Gerenciamento de Sistemas Eleitorais									
Seção de Apoio ao Usuário	1	2	7						10
Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura									
Gabinete da Coordenadoria									
Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas						1	1	1	3
Seção de Infraestrutura			2	2	1				5
Coordenadoria de Eleições Informatizadas									
Gabinete da Coordenadoria									
Seção de Voto Informatizado			1						1
Seção de Logística e Informações Eleitorais									
TOTAL	1	2	10	2	1	1	1	1	19

Esses contratos preveem a alocação de profissionais terceirizados no Tribunal, de modo a melhorar a resposta às demandas da unidade e atendendo a requisitos contratuais. O Quadro 3 – Quantitativo de Prestadores de Serviços de TI apresenta a distribuição de profissionais terceirizados lotados nas unidades que compõem a área de TI.

Os números apresentados com o quantitativo de profissionais terceirizados considerando a vigência do Contrato TRE-PI nº 64/2021, sendo que atualmente ainda vigora o contrato anterior de suporte de informática, prorrogado excepcionalmente até o início de março de 2022. O novo contrato prevê a ampliação do número de profissionais nos perfis de Especialista em Redes de Computadores e Técnico de Suporte, de maneira a prover apoio às atividades de segurança cibernética e apoio aos usuários de microinformática no âmbito do Regional. Desse modo, os quantitativos apresentados no Quadro 3 passarão a valer a partir de março de 2022, com a vigência do novo contrato.

Assim, a força de trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação está atualmente formada com o quantitativo de profissionais detalhados no Quadro 4 – Força de Trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Quadro 4 – Força de Trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores efetivos do TRE-PI da carreira de TI na STI	20
Servidores efetivos do TRE-PI da carreira de TI em outras unidades	4
Servidores efetivos de outros Tribunais da carreira de TI	1
Servidores efetivos do TRE-PI de outras carreiras na STI	12
Colaboradores terceirizados	19
Estagiários da área de TI	6
TOTAL	62

3 ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Governança Corporativa de Tecnologia de Informação é o conjunto estruturado de mecanismos (diretrizes, estruturas organizacionais, processos e controles), que visam assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso atual e futuro da Tecnologia da Informação mantenham-se ajustadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e alcance das metas organizacionais.

3.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No TRE-PI, o modelo de Governança de Tecnologia da Informação tem por base duas instâncias, sendo a primeira de cunho estratégico, representada pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), e a segunda de cunho tático-operacional, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), conforme demonstrado na Figura 2 - Modelo de Governança de TI do TRE-PI.

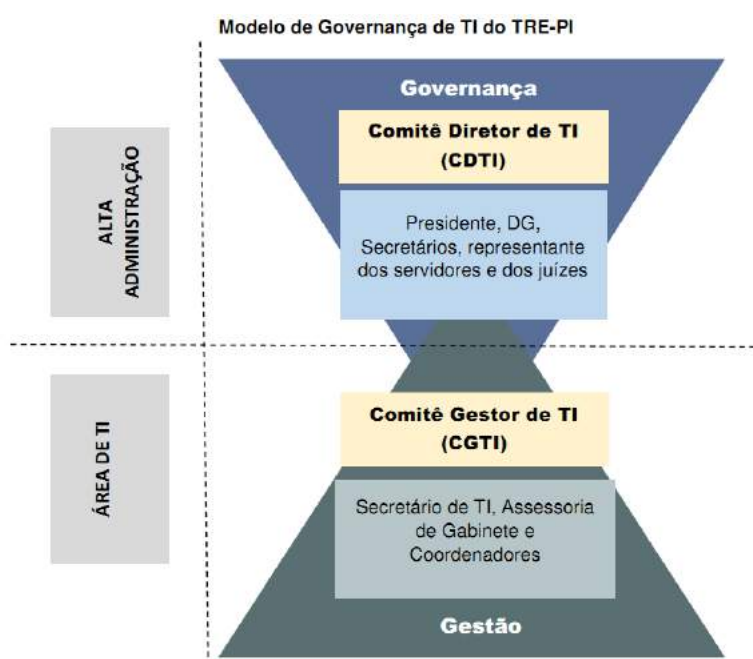


Figura 2 - Modelo de Governança de TI do TRE-PI

O CDTI é a instância responsável pela aprovação de políticas, estratégias e planos institucionais, além do monitoramento e avaliação sistemática dessas políticas. É composto por representantes das unidades administrativas do Tribunal e de representante das zonas eleitorais.

O CGTI, por sua vez, é a instância responsável pela apreciação dos planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução desses planos, estabelecimento de indicadores operacionais e proposições de

replanejamento, sendo composto pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelo titular das Coordenadorias da unidade e pelo titular da Assistência de Governança de Tecnologia da Informação.

3.2 REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

Até julho de 2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí utilizava dois instrumentos de planejamento e gestão de TI complementares: o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), contendo o direcionamento estratégico da TI referente ao mesmo período contemplado pelo Plano Estratégico Institucional (PEI), e o Plano Diretor de TI (PDTI), contendo os planos táticos e operacionais de TI para o atingimento das metas propostas no plano estratégico.

Contudo, em atendimento à Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período de 2021 a 2026, o TRE-PI estabeleceu como direcionador da Estratégia de TI um documento único, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, referenciando diretamente ao Plano Estratégico Institucional e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e

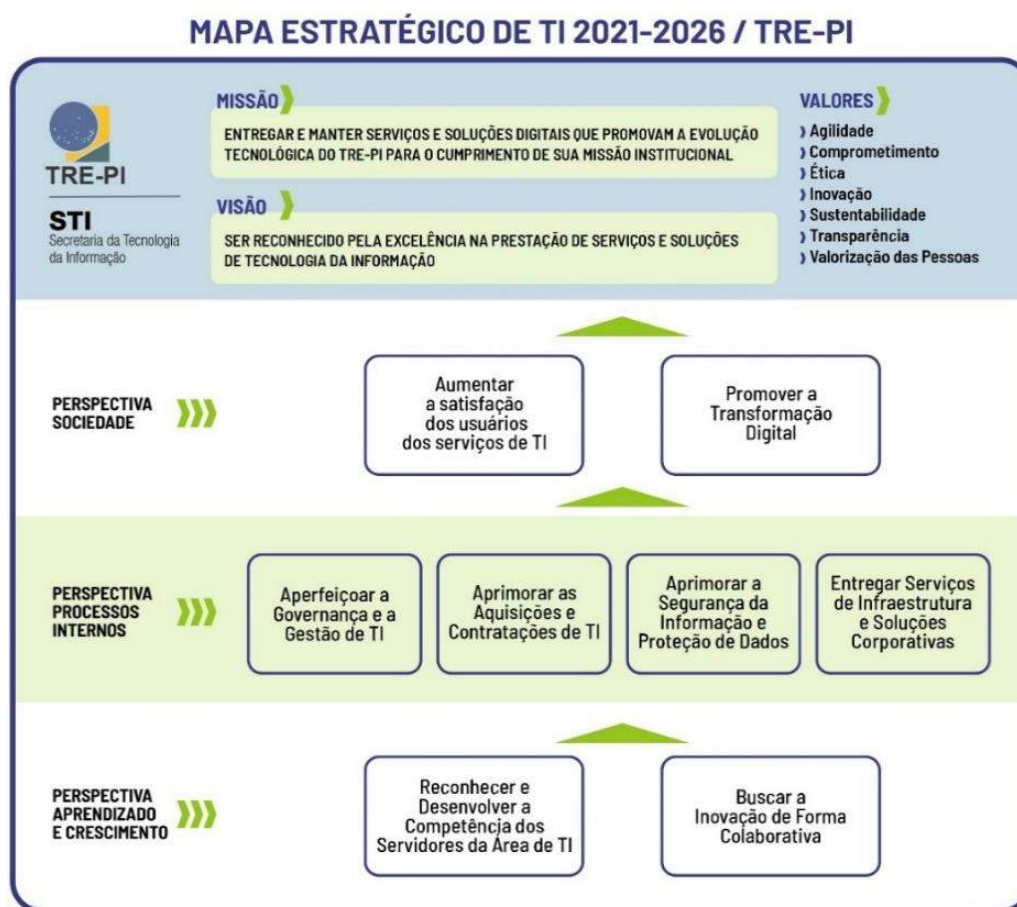


Figura 3 - Mapa Estratégico de TI 2021-2026/ TRE-PI

Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), contendo as diretrizes estratégicas, a forma de gestão, as metas, além das ações e iniciativas necessárias ao atingimento dessas metas.

Após a definição do referencial estratégico de TI, associada ao estabelecimento dos objetivos estratégicos de TI, as informações foram consolidadas no Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação. A Figura 3 - Mapa Estratégico de TI 2021-2026/ TRE-PI apresenta o resultado da consolidação das informações acerca da estratégia de TI do TRE-PI para o ciclo 2021-2026.

A seguir, os objetivos estratégicos (OE) previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 são apresentados com o detalhamento de cada um deles, organizados de acordo com a perspectiva estratégica:

PERSPECTIVA SOCIEDADE

- **OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários dos Serviços de TI**

Atuar na melhoria e no incremento da qualidade dos atendimentos e da experiência dos serviços ofertados aos usuários de TI, seja de forma presencial ou virtual.

- **OE2 – Promover a Transformação Digital**

Promover o aperfeiçoamento dos resultados utilizando as ferramentas tecnológicas disruptivas de transformação digital com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e satisfação dos usuários.

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- **OE3 – Reconhecer e Desenvolver a Competência dos Servidores da Área de TI**

Melhorar o desempenho e o cumprimento de metas, considerando a importância em aperfeiçoar o reconhecimento dos profissionais da TI do Tribunal por meio da Gestão de Competência Institucional.

- **OE4 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa**

Potencializar a relação entre colaboração e inovação com vistas à evolução e expansão da maturidade de TI do Tribunal de modo a oferecer a desburocratização dos serviços e agregar valor aos usuários.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- **OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TI**

Consolidar os processos, regulamentações e leis no âmbito da administração do Poder Judiciário visando aprimorar a Governança, Gestão e cumprimento das metas e objetivos estabelecidos coletivamente para a área de TI.

- **OE6 – Aprimorar as Aquisições e Contratações de TI**

Aperfeiçoar a utilização de métodos, processos e ferramentas que proporcionem a melhoria nas aquisições e contratações de TI, em busca de otimizar os recursos do Tribunal.

- **OE7 – Aprimorar a Segurança da Informação e Proteção de Dados**

Melhorar os avanços voltados para a Segurança da Informação e dados pessoais frente aos mais diversos desafios, fazendo-se valer principalmente das vantagens oriundas da utilização de Inteligência Artificial e demais soluções disruptivas de TI.

- **OE8 – Entregar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas**

Aprimorar e incrementar todo o aparato responsável por gerenciar os serviços de TI do Tribunal, principalmente nas iniciativas voltadas para Infraestrutura e Soluções Corporativas.

O PDTI 2021-2026 relaciona 69 iniciativas estratégicas planejadas para serem executadas no seu ciclo de vigência até 2026, as quais foram consolidadas em dois anexos do PDTI.

O Anexo II do PDTI apresenta as ações planejadas para atendimento às determinações da ENTIC-JUD 2021-2026 e o Anexo III – Iniciativas de Demandas Internas contempla as demandas internas do Tribunal. A Tabela 1 – Iniciativas Estratégicas de TI Previstas para 2022 relaciona as iniciativas programadas para o exercício de 2022, englobando as ações que estavam previstas para 2021, mas que não puderam ser concluídas.

Tabela 1 – Iniciativas Estratégicas de TI Previstas para 2022

Iniciativa	Data de início	Data de Término	Unidade Responsável
Revisar ato de instituição do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação para eventuais adequações conforme ENTIC-JUD	01/2021	12/2021 Reprogramado para 03/2022	GABSTI

Iniciativa	Data de início	Data de Término	Unidade Responsável
Elaborar Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços	01/2021	12/2021 Reprogramado para 2022	CODIN
Revisar a Política de Segurança da Informação (PSI).	01/2021	12/2021 Reprogramado para 2022	CODIN
Executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na ENTICJUD	01/2021	12/2021 Reprogramado para 04/2022	CODIN
Promover ações de forma viabilizar a adoção de padrão nacional definido pelo CNJ para a utilização das credenciais de login único e interface de interação dos sistemas	01/2021	12/2021 Reprogramado para 2022	CODIN
Fomentar a aderência dos processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TI às determinações do CNJ	01/2021	12/2022	COSUT
Disponibilizar junto ao repositório nacional artefatos de contratações	01/2021	12/2022	COSUT
Promover ações de forma manter itens de infraestrutura tecnológica que atendam às especificações, temporalidade de uso e obsolescência a serem regulados em instrumentos aplicáveis e específicos.	01/2021	12/2022	COSUT
Manter parque tecnológico compatível com a demanda	01/2021	12/2022	COSUT
Executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na ENTICJUD	01/2021	12/2022	CODIN
Fomentar a o uso de sistemas nacionais desenvolvidos colaborativamente	01/2021	12/2022	CODIN
Atender as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ N° 335/2020	01/2021	12/2022	CODIN
Adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem	01/2021	12/2022	CODIN

Iniciativa	Data de início	Data de Término	Unidade Responsável
Inserção de cláusula que determine o depósito da documentação nos instrumentos contratuais de desenvolvimento de sistemas	01/2021	12/2022	CODIN
Classificar os sistemas estratégicos	01/2021	12/2022	CODIN
Desenvolver novos sistemas atendendo os requisitos do Art. 33	01/2021	12/2022	CODIN
Manter a gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica	01/2021	12/2022	COSUT
Manter documentos digitais conforme diretrizes definidas	01/2021	12/2022	SAOF
Utilizar preferencialmente serviços em nuvem	01/2021	12/2022	CODIN
Avaliar a satisfação e experiência da pessoa usuária dos serviços prestados pelo Tribunal	01/2021	12/2022	Ouvidoria
Padronizar os meios de avaliação ou pesquisas de satisfação.	01/2021	12/2022	Ouvidoria
Aperfeiçoar os atendimentos	01/2021	12/2022	Ouvidoria
Melhorar os serviços prestados ao cidadão	01/2021	12/2022	Ouvidoria
Adotar modelos de governança e práticas de gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	01/2021	12/2022	COSUT
Promover mecanismos para o atendimento personalizado aos usuários	01/2021	12/2022	COSUT
Desenvolvimento de plano de auditoria interna para a área de TI	01/2022	12/2022	GABSTI
Regulamentação das normas internas de segurança da informação	01/2022	12/2022	CODIN
Elaboração de política de manutenção de documentos eletrônicos	10/2021	05/2022	Comissão de Gestão Documental

4 PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO

Neste tópico são apresentados os projetos e planos de ação elaborados pela Secretaria de Tecnologia da Informação, incluindo as iniciativas que estão em andamento, as iniciativas planejadas para a realização das Eleições Gerais 2022 e as iniciativas para o desenvolvimento, implantação e melhoria de sistemas corporativos para o Tribunal, previstas no Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas em vigor.

4.1 PLANOS DE AÇÃO

A Secretaria de Tecnologia da Informação elaborou em 2021 um conjunto de planos de ação para o atendimento de objetivos específicos de trabalho relacionados à atuação da unidade.

A seguir, são relacionados os planos de ação que se encontram em andamento na unidade, com a descrição dos objetivos pretendidos com cada iniciativa e o servidor indicado como líder para seu acompanhamento e coordenação.

IMPLANTAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE CRISES CIBERNÉTICAS INSTITUÍDO PELO CNJ NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

Implantar no TRE-PI os protocolos relacionados à segurança cibernética instituídos pelo CNJ, no âmbito do Poder Judiciário, por meio das Portarias nº 290/2020 (Prevenção de Incidentes Cibernéticos), 291/2020 (Gerenciamento de Crises de Cibernéticas) e 292/2020 (Investigação de Ilícitos Cibernéticos).

Unidade Responsável: CODIN

Líder: Anderson Cavalcanti de Lima

REVISÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NOS SISTEMAS ELO E GEL

Atualização da situação dos locais de votação de forma que permaneçam no ELO e no GEL ativos e com seus dados atualizados, somente aqueles que realmente se encontram em funcionamento.

Unidade Responsável: SELOGI

Líder: Jairo Mendes Soares Martins

MELHORIA DAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA MAXLOG

Permitir que o sistema Maxlog tenha suas funcionalidades ampliadas e disponíveis de forma mais intuitiva e com mais facilidade de utilização.

Unidade Responsável: SELOGI

Líder: Jairo Mendes Soares Martins

MIGRAÇÃO DOS DADOS E CRIAÇÃO DE SISTEMA DE CONSULTA A RESULTADOS DE ELEIÇÕES ANTIGAS (ELEIÇÕES DE 1945 A 1992)

Migrar os dados e criar um Sistema de Consulta aos resultados de eleições antigas, facilitando o acesso e promovendo publicidade e transparência a esses dados para a população em geral.

Unidade Responsável: SELOGI

Líder: Aciel Sousa Mendes

ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTINUIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TI

Elaborar e formalizar processo e plano de continuidade de serviços essenciais de TI.

Unidade Responsável: CODIN

Líder: Antônio Manoel Silveira de Sousa

REVISÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO TRE-PI.

Revisar a Política de Segurança da Informação do TRE-PI, visando adequar à nova Política de Segurança de Informação estabelecida para a Justiça Eleitoral na Resolução TSE nº 23.644/2021.

Unidade Responsável: CODIN

Líder: Antônio Manoel Silveira de Sousa

4.2 PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

A Secretaria de Tecnologia da Informação planejou oito iniciativas com vistas à realização das Eleições Gerais 2022. Dentre elas, cinco iniciativas caracterizadas como de baixa complexidade foram formalizadas por meio de Planos de Ação, enquanto as três restantes, em função de sua maior complexidade, foram documentadas como projetos estratégicos.

Os artefatos referentes aos planos de ação e projetos apresentados nesta seção estão consolidados no Anexo I deste documento.

A seguir, são apresentadas as iniciativas sob gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação, com a descrição dos objetivos de cada uma delas, o

tipo de iniciativa, a unidade responsável pela coordenação das atividades e o nome do líder encarregado do acompanhamento da iniciativa.

PORTAL DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

Aperfeiçoar o Portal das Eleições para que todo o conteúdo de eleições seja disponibilizado em um único canal de comunicação.

Tipo de Iniciativa: Plano de Ação

Unidade Responsável: COELEI/SELOGI

Líder: Jairo Martins

SIMULADOS DE HARDWARE E DOS SISTEMAS DE TOTALIZAÇÃO 2022

Testar as urnas eletrônicas e os sistemas eleitorais que serão utilizados nas Eleições Gerais 2022. Tal medida visa verificar a estabilidade e o desempenho dos sistemas e da infraestrutura disponível, especialmente quanto à adequação da rede de dados às atividades previstas, bem assim o nível de capacitação dos servidores responsáveis pela sua utilização/operação.

Tipo de Iniciativa: Plano de Ação

Unidade Responsável: COSUT/SEGSIE

Líder: Francimar Lopes Vasconcelos

LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE URNAS – ELEIÇÕES GERAIS 2022

Garantir a distribuição e recolhimento adequados de urnas eletrônicas e seus suprimentos às Zonas Eleitorais e seus respectivos locais de votação

Tipo de Iniciativa: Projeto

Unidade Responsável: COELEI/SEVIN

Líder: Wellington Jerônimo da Silva

LOGÍSTICA TÉCNICA DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

Aperfeiçoar os resultados obtidos nos pleitos de 2018 e 2020. Para tanto, serão adotados novos modelos de planejamento e logística a serem utilizados nas Zonas Eleitorais, levando em consideração as peculiaridades de cada município, mas sem perder de vista o uso de novas tecnologias.

Tipo de Iniciativa: Projeto

Unidade Responsável: COELEI/SELOGI

Líder: Jairo Martins

TREINAMENTO DE AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES GERAIS 2022

Garantir que todos os profissionais contratados para prestar o apoio técnico às eleições 2022 estejam aptos a desempenhar suas atividades com desenvoltura e segurança, visando o pleno êxito das eleições.

Tipo de Iniciativa: Plano de Ação

Unidade Responsável: COELEI

Líder: José de Arimatéa Borges de Carvalho

PREPARAÇÃO DO AMBIENTE DAS ZONAS ELEITORAIS – ELEIÇÕES GERAIS 2022

Proporcionar a adequada preparação do ambiente de TI nas Zonas Eleitorais para as Eleições Gerais 2022, adotando a padronização de infraestrutura baseada no modelo de nivelamento de TI do TRE-PI.

Tipo de Iniciativa: Plano de Ação

Unidade Responsável: COSUT/SEAU

Líder: Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves

CENTRAL DE SUPORTE TÉCNICO ÀS ELEIÇÕES GERAIS 2022

Prover um ambiente centralizado para gerenciamento das atividades relacionadas ao suporte prestado pela STI na véspera e dia das Eleições ao processo de preparação, acompanhamento da votação, transmissão de dados, totalização e divulgação dos resultados.

Tipo de Iniciativa: Plano de Ação

Unidade Responsável: COSUT

Líder: Nadja Marcela Melo Silva Santiago

TRANSMISSÃO DE DADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

Garantir a infraestrutura de comunicação de dados para conclusão da totalização dentro da meta estabelecida pelo TRE-PI.

Tipo de Iniciativa: Projeto

Unidade Responsável: CODIN

Líder: Antônio Manoel

4.3 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

A Resolução TRE-PI nº 320/2015 disciplina a elaboração e o monitoramento do Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas (PADS) no âmbito do TRE-PI. O Plano contempla as demandas pelo desenvolvimento, implantação ou melhorias de sistemas corporativos no âmbito do Regional, estabelecendo os procedimentos de formalização e a ordem de atendimento das demandas apresentadas pelas unidades administrativas à Secretaria de Tecnologia da Informação.

A Portaria Presidência nº 780/2021 define a ordem de atendimento dos sistemas que compõem o Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas atual, cujo detalhamento das demandas previstas será apresentado a seguir.

NOVODIA

Esse sistema visa substituir o sistema de diárias utilizado atualmente no Tribunal. Com essa substituição espera-se de otimizar o processo de concessão de diárias e evitar os constantes atrasos na antecipação dos recursos necessários às viagens que vêm ocorrendo com o uso do sistema atual.

Unidade Solicitante: COPES

Situação Atual: Aguardando homologação pela unidade solicitante.

JANUS

O sistema Janus é uma solução que objetiva acelerar a análise de peças processuais e o sentenciamento em processos de prestação de contas. A solução desenvolvida pelo TRE-BA utiliza diferentes componentes de software como planilhas eletrônicas, Automação Robótica de Processos (RPA), componentes, sistema extrator feito em Java e utiliza os recursos da plataforma Sinapse – plataforma para hospedagem e execução de modelos de Inteligência Artificial do Conselho Nacional de Justiça.

O Janus utiliza informações extraídas dos diversos pareceres técnicos das zonas eleitorais e do Ministério Público encontrados na base de dados do PJe do Regional. Essas informações são usadas para treinar um modelo de inteligência artificial capaz de classificar novas peças processuais submetidas ao sistema. Com a classificação obtida pelo modelo IA, o Janus produz a sentença esperada com base em um padrão estabelecido pelo Regional.

O sistema Janus é composto de alguns módulos executados separadamente. Esses módulos, no futuro, poderão ter suas execuções automatizadas. Para a implantação do sistema, deve-se, antes, implantar e ter

acesso as plataformas para acionar manualmente os módulos do sistema. São dois módulos: um módulo de RPA (*Robotics Process Automation*) que utiliza o software UiPath e um módulo de inteligência artificial, que faz uso da plataforma Sinapse do CNJ para obter uma classificação textual dos pareceres técnicos e das manifestações dos Ministério Público Eleitoral.

Unidade Solicitante: Diretoria-Geral.

Situação Atual: Em atendimento.

CORAU

A finalidade desse sistema é prover o cadastro de informações sobre dados de magistrados e conexão com o eSocial.

Unidade Solicitante: SGP.

Situação Atual: Aguardando homologação pela unidade solicitante.

AUDITSE

Esse sistema tem como objetivo o apoio à realização de auditoria por sistema informatizado.

Unidade Solicitante: COCIN.

Situação Atual: Em atendimento.

SIGGO

Tem por objetivo permitir que as unidades responsáveis alimentem o desempenho de seus indicadores e otimizar o diagnóstico do planejamento. O sistema possibilitará a coleta de informações para construção de indicadores necessários à realização das Reuniões de Análise da Estratégia – RAE. Nesse sentido, o SIGGO em muito contribuirá para o alcance do Prêmio CNJ de qualidade.

Unidade Solicitante: ASPLAN.

Situação Atual: Aguardando homologação pela unidade solicitante.

MAXLOG

O MaxLog é uma ferramenta de apoio à logística de eleições. Com o uso mais intenso do Sistema Maxlog, foi constatada a necessidade de melhorias em algumas funcionalidades do sistema, tais como tornar o sistema mais amigável e intuitivo, de forma a facilitar a utilização pelo usuário; integrar o MAXLOG com o GEL (aplicação do TSE responsável pelas vistorias dos locais de votação), a fim de que as vistorias realizadas pelo GEL possam ser importadas pelo

MAXLOG. Além disso, foram solicitadas funcionalidades relativas à exibição dos dados.

Unidade Solicitante: SELOGI.

Situação Atual: Em atendimento.

SISTEMA DE JURISPRUDÊNCIA – SJUR

O SJUR é um sistema que consiste na seleção, Indexação e disponibilização de acórdãos e resoluções do TRE-PI que contenham inovação jurisprudencial e/ou relevante interesse jurídico, com posterior lançamento no sítio da internet desse Regional.

Unidade Solicitante: COJURD.

Situação Atual: Programado.

SISTEMA DE SUBSTITUIÇÕES – SISUB

Esse sistema tem como objetivo melhorar o sistema de elaboração da folha de pagamento de substituições deste Regional.

Unidade Solicitante: SEREF.

Situação Atual: Programado.

GASTOS

Tem como finalidade realizar o cadastro dos gastos através da importação de planilhas de consumo de combustível, peças e mão de obra dos veículos do Tribunal.

Unidade Solicitante: ASPLAN.

Situação Atual: Programado.

SOPHOS

O objetivo do sistema é padronizar as rotinas de trabalho dos cartórios eleitorais do TRE-PI e tornar o processo de mapeamento e implementação das atualizações mais participativo e ágil.

Unidade Solicitante: SEOZIC.

Situação Atual: Programado.

ESPAÇO DO SERVIDOR - MÓDULO MARGEM CONSIGNÁVEL

O Espaço do Servidor é uma aplicação web desenvolvida e mantida pelo TSE, que permite ao servidor consultar informações como contracheque, férias, banco de horas, frequência, entre outros.

Unidade Solicitante: SEPAG.

Situação Atual: Programado.

SGRH – MÓDULO TRANSPARÊNCIA

A funcionalidade a ser implementada tem como objetivo fazer o levantamento de informações para o Portal Transparência de forma automatizada.

Unidade Solicitante: SGP.

Situação Atual: Programado.

5 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção será apresentado o detalhamento dos equipamentos de informática e softwares disponíveis no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, compondo a infraestrutura de tecnologia da informação do Regional.

5.1 PARQUE COMPUTACIONAL

O TRE-PI busca otimizar a gestão dos recursos de TI e manter a infraestrutura de TI atualizada e adequada às necessidades do Tribunal por meio do atendimento à Resolução TRE-PI nº 276/2013, que dispõe sobre a Política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, além de atender aos requisitos contidos na Resolução CNJ nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

A Tabela 2 – Parque de Microinformática do TRE-PI consolida o quantitativo de equipamentos relativos ao parque de microinformática atualmente disponível no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Tabela 2 – Parque de Microinformática do TRE-PI

Equipamentos	Outros	2016	2017	2018	2020	2021	Total
Computadores	582	318		224	14		1.138
Notebooks	189	16		166	23		394
Impressoras (laser e multifuncionais)	381					23	404
Scanners de mesa	14		2			7	23

A Secretaria de Tecnologia da Informação havia planejado a aquisição de bens permanentes de microinformática para o exercício de 2022 com o objetivo de promover a atualização do parque computacional do TRE-PI, em conformidade com os parâmetros da Política de Nivelamento, Atualização e Renovação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação. No entanto, com a disponibilização de recursos orçamentários complementares pelo Tribunal Superior Eleitoral, as aquisições desses equipamentos foram antecipadas, resultando na compra de diversos bens de TI ainda no ano de 2021, conforme detalhado na Tabela 3 – Equipamentos de Microinformática adquiridos em 2021.

Além desses equipamentos, foram adquiridos peças e componentes para utilização na manutenção corretiva e preventiva de equipamentos eletrônicos

que se encontram fora de garantia, mas que permanecem em boas condições de uso, proporcionando uma extensão ao tempo de sua vida útil.

Tabela 3 – Equipamentos de Microinformática adquiridos em 2021

EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO
Computadores <i>desktop</i> avançados	15
Computadores <i>desktop</i>	164
Notebooks	144
Impressoras e multifuncionais	23
Monitores 27 polegadas	10
Monitores 21,5 polegadas	80
<i>Scanners</i>	7
<i>Webcam</i>	50
Fone de ouvido (<i>headset</i>)	50
Estabilizadores	100

A Secretaria de Tecnologia da Informação promoveu também a identificação e preparação de 17 computadores ociosos, para fins de doação, em razão de sua obsolescência. Os equipamentos passaram por um procedimento de limpeza e eliminação irrevogável dos dados armazenados, atendendo às determinações da Resolução TRE-PI nº 276/2013.

5.2 CENTRAL DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O TRE-PI instituiu a Central de Serviços de TI em 2011, por meio da Portaria TRE-PI nº 635/2011. A CSTI funciona como ponto único de contato entre os usuários dos serviços de TI e a Secretaria de Tecnologia de Informação, para registrar, monitorar, analisar e encaminhar às unidades responsáveis todos os chamados, incidentes reportados, solicitações de serviços e demanda de informações, conforme preconiza a ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*, sendo gerenciada pela Seção de Apoio ao Usuário.

Em 2021, a Central de Serviços de TI registrou 10.601 atendimentos, perfazendo uma média de aproximadamente 884 chamados por mês. Desse total, 2.772 correspondem a incidentes e 7.829 a requisições de serviços. Os incidentes referem-se a falhas ou problemas técnicos que ocasionam indisponibilidade ou perda de qualidade dos serviços e as requisições de serviço

referem-se a solicitações relativas a serviços de TI para atendimento às necessidades dos usuários.

O Gráfico 1 - Quantitativo de chamados atendidos na CSTI por categoria apresenta o quantitativo de atendimentos realizados por meio da Central de Serviços de TI no ano de 2021, com dados baseados no sistema de gerenciamento de serviços de TI utilizado no Tribunal (SysAid).

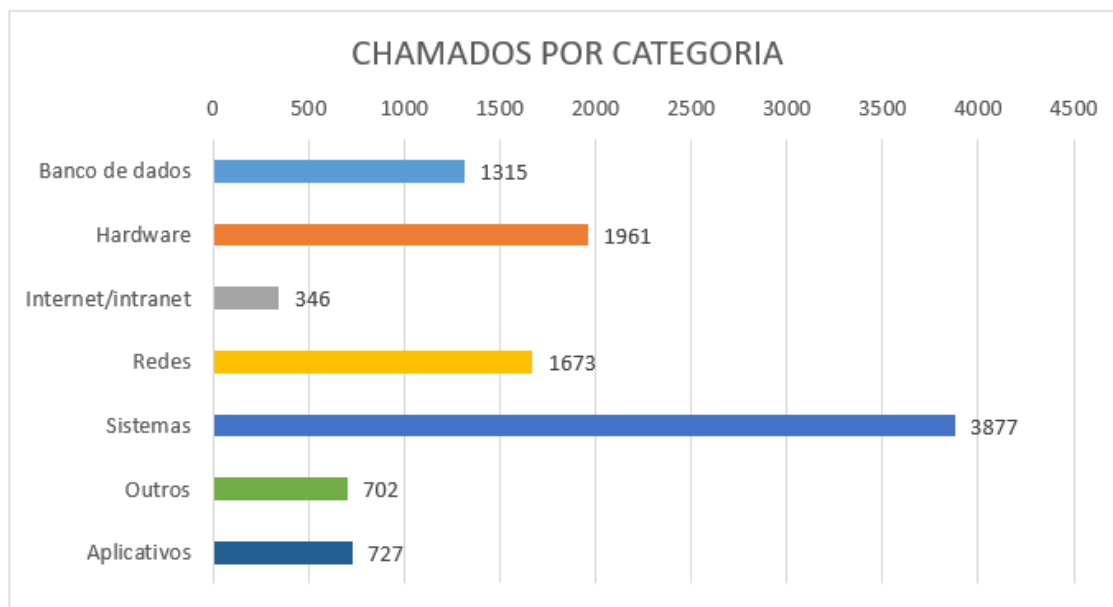


Gráfico 1 - Quantitativo de chamados atendidos na CSTI por categoria

Um dos indicadores que medem o desempenho da CSTI é o Índice de incidentes encerrados dentro do prazo estabelecido, que tem como norteador o resultado-chave (OKR) do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). No ano 2021, o Tribunal alcançou o resultado de 95,5%, calculado com base nos atendimentos efetuados pela CSTI, SEAU, SEGSIE e SEINF.

Os usuários dos serviços de TI dispõem de pesquisa de avaliação do nível de satisfação com o atendimento prestado pela Central de Serviços de TI, enviada ao e-mail do usuário ao término de cada atendimento, porém a adesão à mencionada pesquisa pelos clientes ainda é muito baixa, motivo pelo qual foi incluído no PDTI Ciclo 2021-2026, o resultado-chave KR 1.1 - Aumentar a adesão às pesquisas de satisfação padronizadas para 20% até 2026.

Visando aumentar a eficiência da Central de Serviços de TI, bem como atender ao disposto na Resolução CNJ nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), está em andamento iniciativa para substituir o sistema atualmente utilizado para o gerenciamento de serviços de TI. Nesse sentido foi realizada capacitação a dez servidores da STI em “Gestão de Serviços com GLPI”, no mês de dezembro de 2021.

5.3 INFRAESTRUTURA DE SERVIDORES

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí mantém uma estrutura robusta para funcionamento dos sistemas corporativos que possibilitam às unidades administrativas e judiciais a realização de suas atividades.

Nesse contexto, o Tribunal dispõe de equipamentos servidores configurados em alta disponibilidade com a composição de uma infraestrutura de servidores com a utilização de sistema de servidores em lâminas, integrados entre si e funcionando em uma arquitetura de alto desempenho. Além disso, alguns serviços de tecnologia da informação funcionam em servidores físicos adquiridos para finalidades específicas.

A Tabela 4 – Computadores Servidores do TRE-PI relaciona os computadores servidores que integram a infraestrutura do TRE-PI com os quantitativos, a marca, o modelo e o ano de aquisição dos equipamentos.

Tabela 4 – Computadores Servidores do TRE-PI

DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	MODELO	AQUISIÇÃO
Enclosure	1	HP	Synergy 12000	2019
Servidor Tipo Lâmina	5	HP	Synergy 480 Gen10	2019
Servidor Tipo Rack	3	HP	Proliant DL380P Gen 8	2012
Servidor Tipo Rack	5	Dell	PowerEdge R710	(*)
Servidor Tipo Rack	1	Dell	PowerEdge 2950 (*)	(*)
Servidor Tipo Rack	1	Dell	PowerVault 114X (*)	(*)

(*) Equipamentos desativados.

A STI utiliza sistema de virtualização de servidores, de modo a otimizar o uso e o compartilhamento dos recursos formados pelos computadores servidores funcionando em sistema de lâminas *blade*.

O Tribunal dispõe também de solução de armazenamento dedicada (*storage*) adquirida para garantir a alta disponibilidade necessária ao funcionamento dos serviços de tecnologia da informação utilizados pelas unidades que o integram. Atualmente, o Tribunal dispõe de duas soluções: a primeira doada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2015 e a segunda adquirida pelo Regional com recursos próprios em 2019, com tecnologia mais moderna e com uma demanda menor de recursos de funcionamento (energia e refrigeração).

A Tabela 5 – Ambiente Virtualizado detalha o número de clusters e máquinas virtuais criadas para manter os sistemas corporativos do Tribunal em funcionamento.

Tabela 5 – Ambiente Virtualizado

DESCRIÇÃO	QTD
Clusters	2
Host Físicos	5
Máquinas Virtuais	205
Memória Total	1 TB
Memória Livre	348 GB
Espaço Total de Armazenamento	40 TB
Espaço de Armazenamento Livre	10 TB

A Tabela 6 – Equipamentos de Armazenamento de Dados apresenta o detalhamento das soluções dedicadas de armazenamento de dados disponíveis no TRE-PI.

Tabela 6 – Equipamentos de Armazenamento de Dados

Equipamento	QTD	Marca	Modelo	Espaço Total	Espaço Livre	Aquisição
Storage	1	Huawei	Dorado6000 V3	48,6 TB	8,4 TB	2019
Storage	1	Hitachi	AMS2500	23,1 TB	0	2011
Storage	1	Hitachi	HUS110	9,3 TB	0	2014

O Tribunal investiu fortemente no ano de 2020 em equipamentos de segurança da informação para aperfeiçoar os mecanismos de proteção dos recursos computacionais utilizados na infraestrutura de tecnologia da informação do Regional.

Nesse sentido, o Tribunal adquiriu solução de *firewall* para criar uma camada de proteção com o uso de circuitos privativos virtuais de comunicação de dados (VPN) sobre os enlaces de comunicação contratados com os provedores de serviços. A solução é composta por um equipamento firewall centralizado configurado em alta disponibilidade, com assinatura com o fabricante para suporte e atualização das definições de segurança da

informação mantidos no equipamento, e por equipamentos de pequeno porte instalado em cada ponto de presença, assegurando o acesso seguro à rede de computadores corporativa do Tribunal.

Além disso, no âmbito da segurança da informação, o Tribunal investiu na aquisição de equipamentos e software para aperfeiçoamento da salvaguarda (*backup*) de dados. O Tribunal já possuía um robô de fitas para automatização do procedimento de backup em fita magnética e adquiriu um servidor de backup em disco para agilizar os procedimentos de cópia de segurança dos dados, em paralelo à solução de longa durabilidade de armazenamento em fitas magnéticas específicas para essa finalidade.

Tabela 7 – Equipamentos de Segurança da Informação e Salvaguarda de Dados

Equipamento	QTD	Marca	Modelo	Aquisição
Robô de fitas	1	HP	StoreEver MSL4048	2015
Servidor de backup em disco	1	HP	DL380 Gen10 Plus	2021
Firewall	2	SonicWall	NSA 5650	2020
Firewall	60	SonicWall	SOHO 250W	2020
Firewall	8	SonicWall	TZ 270W	2021
Firewall	2	SonicWall	NSA 5600	2014

A Tabela 7 – Equipamentos de Segurança da Informação e Salvaguarda de Dados detalha os equipamentos que o Tribunal dispõe para promover a proteção necessária ao funcionamento de seus serviços de tecnologia da informação.

Tabela 8 – Equipamentos de Conectividade e Infraestrutura Elétrica

Equipamento	QTD	Marca	Modelo	Aquisição
<i>Switches</i> de distribuição (<i>core</i>)	3	ARUBA	3810m 48G	2019
<i>Switches</i> topo de <i>rack</i>	2	ARUBA	3810m 16SFP+	2020
<i>Switches</i> de acesso 48 portas	10	ARUBA	2530 48G	2020
<i>Switches</i> de acesso 24 portas	15	HPE	J9776A	2020
Switches SAN	2	CISCO	MDS9148-T	2011
UPS (Uninterruptible Power Supply)	2	APC	Symmetra PX40	2009

O Tribunal dispõe, ainda, de um conjunto de equipamentos utilizados na interligação dos itens que compõem o ambiente operacional dos computadores servidores. Esses equipamentos são detalhados na Tabela 8 – Equipamentos de Conectividade e Infraestrutura Elétrica.

A unidade de fornecimento ininterrupto de energia (UPS) foi adquirida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em 2010, quando da instalação do datacenter atual do Regional. Em 2021, o TRE-PI contratou o serviço de *retrofit* do equipamento com o fabricante e aguarda a entrega do novo modelo pela empresa no prazo estabelecido em contrato, o que deve ocorrer até o mês de fevereiro próximo.

5.4 DATACENTER

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí dispõe atualmente de um datacenter, na forma de sala de segura, para funcionamento dos equipamentos que integram a infraestrutura de equipamentos servidores de TI.

O ambiente foi instalado em 2010, como uma melhoria significativa da sala utilizada anteriormente no edifício anexo do Tribunal, passando a contar com sistema de controle de acesso com monitoramento por câmera, sistema de prevenção e combate a incêndio, sistema de refrigeração de precisão e sistema de fornecimento ininterrupto de energia (UPS).

Posteriormente, o Tribunal construiu o Fórum Eleitoral da Capital e, no projeto, constava a construção de um novo datacenter para o TRE-PI, para funcionar de maneira redundante com as instalações em funcionamento na Sede do Regional. O ambiente foi entregue com a disponibilização do edifício anexo do Fórum Eleitoral. No entanto, o ambiente nunca chegou a funcionar como planejado como datacenter redundante.

Em 2020, verificou-se que o datacenter atual do Tribunal apresentava uma série de problemas em suas instalações que colocavam em risco o funcionamento dos equipamentos servidores e, portanto, ocasionar na interrupção dos serviços de Tecnologia da Informação, inclusive com a possibilidade de suspender o funcionamento das atividades realizadas pelo Tribunal.

Diante desse cenário, a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças iniciaram os estudos técnicos para a adequação do datacenter do Fórum Eleitoral para atuar como datacenter principal do órgão, considerando a situação precária em que se encontrava o datacenter atual.

Em 2021, foi efetivada a contratação de empresa para promover as adequações necessárias no datacenter do Fórum Eleitoral, contemplando o

fornecimento de equipamentos e a realização dos serviços necessários para a utilização do ambiente como datacenter principal do Tribunal. Os serviços estão contemplados no Contrato TRE-PI nº 45/2021, celebrado com a empresa Green4T Soluções TI Ltda.

O contrato prevê a realização de limpeza especializada e organização do cabeamento estruturado do ambiente; fornecimento, instalação e preparação do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio, sistema de monitoramento ambiental, sistema de controle de acesso, sistema de circuito fechado de TV, sistema de energia e sistema de climatização de precisão, em capacidade para garantir o funcionamento dos equipamentos atualmente em funcionamento no datacenter principal do Tribunal, com margem para futura expansão.

Além disso, o contrato prevê ainda o fornecimento dos serviços de manutenção preventiva pelo prazo de 12 meses após a conclusão das obras de intervenção e adequação do datacenter atual do Fórum Eleitoral. Os serviços estão programados para serem concluídos em março de 2022. A entrega do datacenter permitirá a desativação do datacenter atual instalado na Sede do Tribunal.

O novo datacenter do Tribunal a ser instalado no Fórum Eleitoral permitirá a implementação do Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, celebrado com o propósito de permitir o compartilhamento da infraestrutura do TRE-PI e do TRT-22 para a instalação de equipamentos redundantes para funcionamento dos respectivos Tribunais, possibilitando, portanto, a redução dos custos de instalação e manutenção de um datacenter redundante em outra localidade.

A medida, além de contribuir para a redução de custos, permite montar uma estrutura que garante aos Tribunais solução de resiliência para assegurar a continuidade dos serviços de TI de ambos os órgãos.

Além dessa medida, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí programou para o exercício de 2022 a contratação de um datacenter contêiner aderente à Norma TIA 942 (nível 3), a partir da disponibilização de recursos pelo Tribunal Superior Eleitoral para investimentos em Segurança da Informação. Um datacenter nível 3 disponibiliza todo um conjunto de recursos que permite uma redundância completa dos sistemas de funcionamento da infraestrutura de servidores, incluindo os sistemas de refrigeração, fornecimento de energia, prevenção e controle de incêndio.

O datacenter contêiner seria instalado no edifício Sede do Tribunal e permitiria uma terceira instalação para uso dos equipamentos de infraestrutura, assegurando a alta disponibilidade dos serviços de TI sendo fornecidos a partir de locais distintos, garantindo a continuidade dos serviços do Tribunal mesmo em caso de falhas em alguma dessas localidades.



Fotografia 1 - Datacenter Contêiner do Ministério Público do Mato Grosso

O investimento realizado na infraestrutura dos datacenters do Tribunal contribuiria diretamente para a Segurança da Informação ao fornecer os mecanismos para o funcionamento continuado dos serviços de TI, ao tempo em que os custos seriam dirimidos ao longo do tempo de sobrevida dos equipamentos, estimados em dez anos ou mais.

5.5 INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí possui circuitos de comunicação de dados entre a Sede do Tribunal e as suas unidades judiciárias na Capital e no interior do Estado, além de enlace de comunicação de dados com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao conjunto de circuitos que interligam as zonas eleitorais e os postos de atendimento à Sede do Tribunal é dado o nome de Backbone Secundário, enquanto os circuitos utilizados para interligar a Sede do Tribunal com o TSE integram Backbone Primário da Justiça Eleitoral.

BACKBONE PRIMÁRIO

O Tribunal Regional Eleitoral mantém com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) circuitos de comunicação de dados para permitir o acesso aos serviços oferecidos pelo TSE. A maioria dos sistemas oferecidos pelo TSE são mantidos de maneira centralizada na infraestrutura computacional da Corte Superior. Desse modo, os enlaces de comunicação de dados se tornam essenciais para a prestação dos serviços do Regional aos seus jurisdicionados.

Dentre os serviços mantidos centralizados no TSE são listados o sistema ELO (sistema de cadastro eleitoral), os sistemas eleitorais (Cand, Gerenciamento, PesqEle etc), o sistema PJe 1º Grau (específico para as zonas eleitorais), o DJe e outros.

Atualmente, a interligação do TRE-PI na rede corporativa da Justiça Eleitoral é realizada por três circuitos de comunicação de dados. Dois enlaces são fornecidos pela empresa Oi por meio de contrato mantido pelo próprio TSE, sendo o Regional apenas clientes dos serviços oferecidos.

Além disso, um circuito privativo virtual (VPN) é fechado entre o TRE-PI e o TSE utilizando os equipamentos firewall configurados na infraestrutura de ambos os órgãos, permitindo uma terceira via para comunicação de dados e acesso aos serviços de tecnologia da informação concentrados no TSE.

A Tabela 9 – Enlaces de Comunicação de Dados do TRE-PI com o TSE apresenta a relação dos circuitos de comunicação de dados que compõem o *backbone* primário de comunicação do TRE-PI com o TSE.

Tabela 9 – Enlaces de Comunicação de Dados do TRE-PI com o TSE

Descrição	Empresa	Banda (Mbps)
Enlace principal de comunicação de dados – SDWAN	Oi	40
Enlace secundário de comunicação de dados – SDWAN	Oi	20
Circuito VPN entre o TSE e o TRE-PI com uso de enlace de internet	IP2Tel	400

BACKBONE SECUNDÁRIO

Com o objetivo de melhorar a comunicação de dados com as Zonas Eleitorais e Postos de Atendimento ao Eleitor, a Secretaria de Tecnologia da Informação iniciou em 2020, por meio da Seção de Infraestrutura vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura, estudos técnicos visando uma nova contratação que resultou, em 2021, nos contratos TRE-PI nº 29/2021 e nº 30/2021.

A nova contratação dos enlaces de comunicação de dados, que envolve a interligação entre a Sede do Tribunal e os cartórios eleitorais e de sua Sede com a internet, permitiu a ampliação significativas da largura de banda mantida anteriormente com as unidades judiciais da Capital e interior do Estado, passando da velocidade mínima de 5 Mbps para 12 Mbps.

O contrato anterior (Contrato TRE-PI nº 18/2019) tinha custo total previsto de R\$ 2.110,798,50 (dois milhões, cento e dez mil, setecentos e noventa e oito mil e cinquenta centavos) para um período de 12 (doze) meses. Juntos, os novos

contratos têm um custo total previsto de R\$ 1.074.399,46 (um milhão, setenta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos) para um período de 30 (trinta) meses. Isso representa uma redução anual de custos com telecomunicações da ordem de 79,64%, permitindo a alocação dos recursos economizados com essa contratação para outras despesas de custeio do Tribunal.

A nova contratação mantém os cuidados e cautelas relacionadas à prestação dos serviços no período eleitoral. Anteriormente, os contratos de comunicação exigiam das empresas contratadas uma atenção maior em um período imediatamente anterior ao dia do pleito eleitoral, esquecendo outras data igualmente importantes no processo eleitoral: fechamento de cadastro eleitoral, registro de candidaturas, prestação de contas e outras.

Os novos contratos preveem que as empresas prestadoras desse serviço deverão ter uma maior atenção e celeridade na resolução de problemas desde período anterior ao fechamento do cadastro até a diplomação dos eleitos.

Os contratos de fornecimento dos serviços de comunicação de dados são mantidos atualmente com as empresas Fortel Fortaleza Telecomunicações S/A, sob o Contrato TRE-PI nº 29/2021, em fase final de implantação, e a empresa IP2Tel Serviços de Comunicação Multimídia EIRELI, sob o Contrato TRE-PI nº 30/2021, ambos com validade de 30 meses e vigência até 2024.

Atualmente, existem 63 enlaces de comunicação de dados interligando a Sede do Tribunal aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, Postos de Atendimento ao Eleitor e outras unidades administrativas externas (arquivo, depósito e outras).

O Contrato TRE-PI nº 29/2021 engloba os enlaces de comunicação de dados com a internet e com os cartórios eleitorais do interior do Estado. A Tabela 10 – Enlaces de Comunicação de Dados do TRE-PI – Contrato nº 29/2021 apresenta a largura de banda dos enlaces de comunicação de dados mantidos sob esse contrato.

Tabela 10 – Enlaces de Comunicação de Dados do TRE-PI – Contrato nº 29/2021

Unidade	Município	Banda (Mbps)	Unidade	Município	Banda (Mbps)
SEDE	Teresina - Internet	400	24	José de Freitas	12
52	Água Branca	12	91	Luís Correia	12
32 e 47	Altos	20	27	Luzilândia	12
8	Amarante	12	67	Manoel Emídio	12

Unidade	Município	Banda (Mbps)	Unidade	Município	Banda (Mbps)
88	Avelino Lopes	12	80	Matias Olímpio	12
6	Barras	12	17	Miguel Alves	12
74	Barro Duro	12	58	Monsenhor Gil	12
45	Batalha	12	5 e 94	Oeiras	20
15	Bom Jesus	12	68	Padre Marcos	12
33	Buriti Dos Lopes	12	26	Parnaguá	12
7/96	Campo Maior	20	3 e 4	Parnaíba	30
36	Canto Do Buriti	12	38	Paulistana	12
71	Capitão De Campos	12	12	Pedro II	12
79	Caracol	12	10, 28 e 62	Picos	30
34	Castelo Do Piauí	12	29	Pio IX	12
53	Cocal	12	21	Piracuruca	12
22	Corrente	12	11	Piripiri	12
59	Cristino Castro	12	49	Porto	12
54	Demerval Lobão	12	43	Regeneração	12
48	Elesbão Veloso	12	44	Ribeiro Gonçalves	12
41/85	Esperantina	12	20 e 69	São João do Piauí	20
9, 61 e 77	Floriano	30	39	São Miguel do Tapuio	12
40	Fronteiras	12	30	São Pedro do Piauí	12
35	Gilbués	12	13 e 95	São Raimundo Nonato	20
46	Guadalupe	12	56	Simões	12
64	Inhuma	12	37 e 90	Simplício Mendes	20
57	Itainópolis	12	16	União	12
72	Itaueira	12	14	Uruçuí	12
19	Jaicós	12	18 e 89	Valença do Piauí	20

Unidade	Município	Banda (Mbps)	Unidade	Município	Banda (Mbps)
25	Jerumenha	12	POSTO	Santa Filomena	12

ACESSO À INTERNET

No intuito de manter a redundância e resiliência no acesso à Internet, até 2021, o TRE-PI possuía duas conexões de acesso à Internet com empresas distintas: uma de 200 Mbps e outra de 100 Mbps.

Devido à crescente necessidade de acesso à Internet, maior ocorrência de videoconferências e crescente número de usuários em trabalho remoto usando essas conexões para acessar serviços disponibilizados pela STI, a nova contratação dos enlaces de comunicação de dados com as Zonas Eleitorais previu a contratação de dois enlaces de acesso à Internet com velocidades de 400 Mbps cada. As contratações promoveram um incremento significativo na velocidade de acesso à Internet.

Tabela 11 – Enlaces de Comunicação de Dados do TRE-PI – Contrato nº 30/2021

Unidade	Município	Banda (Mbps)
Sede	Teresina – Sede (enlace redundante)	400
Arquivo	Teresina – Arquivo	20
Depósito	Teresina – Depósito	20
Posto	Teresina – Shopping Auto Mall	20
Posto	Teresina – Shopping Rio Poty	20

O Contrato TRE-PI nº 30/2021 atende aos pontos de presença do Tribunal em Teresina, incluindo a Sede (enlace de comunicação de dados redundante com a internet) e os postos de atendimento. A Tabela 11 – Enlaces de Comunicação de Dados do TRE-PI – Contrato nº 30/2021 apresenta a largura de banda dos enlaces de comunicação de dados mantidos sob esse contrato.

ENLACE DE COMUNICAÇÃO COM A CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR – CAE

Com a inauguração da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) das Zonas Eleitorais da Capital e a existência de espaço previsto para a implantação de Datacenter redundante naquele local, a STI decidiu reformular a comunicação de dados entre estas Unidades, com a contratação dos serviços de interligação dos edifícios por meio de circuitos dedicados de fibra ótica.

Assim, em 2020, a STI adotou as medidas para contratação de empresa que fornecesse a interligação de redes de computadores através de fibra apagada. Isso significa que a Sede do Tribunal e a CAE passam a se comunicar com enlaces de comunicação de alta velocidade em caminhos redundantes, sob gestão do Tribunal e manutenção preventiva e corretiva da empresa contratada.

A largura de banda contratada para esse enlace é de 10 Gbps, sendo que o circuito de comunicação de dados possibilita a implantação de um mecanismo de redundância por meio da utilização do datacenter construído no prédio anexo ao Fórum Eleitoral da Capital, contribuindo diretamente para a resiliência dos serviços de Tecnologia da Informação e garantindo a continuidade de negócio do Tribunal.

5.6 SOFTWARE DE MICROINFORMÁTICA

A Secretaria de Tecnologia da Informação é responsável por adquirir e controlar a liberação das assinaturas de software necessários ao bom desempenho das diversas atividades realizadas no Tribunal, como a suíte de escritório (editor de texto, planilha eletrônica e outros), além dos softwares para edição de imagens, edição de vídeos, software de arquitetura e de engenharia, dentre outros. A Tabela 12 – Licenças de Softwares de Microinformática apresenta os dados relativos aos softwares de microinformática.

Tabela 12 – Licenças de Softwares de Microinformática

Software	Quantidade	Aquisição
Software para coletores de códigos de barras - Almoxarifado e Patrimônio	12	2011
SysAid	1	2014
Microsoft Office Professional 2013	60	2014
Corel Draw Graphics Suite X6	10	2014
Microsoft Office 2013	41	2017

Software	Quantidade	Aquisição
Assinatura Adobe Creative Cloud	4	2017
Assinatura AutoDesk AutoCAD LT	2	2017
Assinatura AutoDesk AutoCAD	3	2017
Microsoft Office Professional Plus 2016	202	2018
Microsoft Office Professional Plus 2016	50	2019

5.7 PARQUE DE URNAS ELETRÔNICAS

O parque de urnas eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí fica armazenado na Central de Controle, Manutenção e Armazenamento de urnas, localizado em espaço construído em anexo ao Novo Fórum Eleitoral de Teresina.

A Tabela 13 – Parque de Urnas Eletrônicas apresenta o quantitativo de urnas e baterias em estoque no TRE-PI.

Tabela 13 – Parque de Urnas Eletrônicas do TRE-PI

PARQUE DE URNAS ELETRÔNICAS				
MODELO	SITUAÇÃO	QTD	REMANEJADAS/ A RECEBER	ESTOQUE PREVISTO
UE 2006	DESCARTADAS	26	0	0
UE 2008		168	0	0
UE 2009	P/ DESCARTE	2.546	0	1.253
	OPERACIONAIS	1.253	0	
UE 2010		2.127	0	2.127
UE 2011 ¹		1.213	300	913
UE 2013 ²		295	100	395
UE 2015		1.709	0	1.709
UE 2020 ³		0	4.220	4.220
TOTAL DE URNAS PREVISTAS – ELEIÇÕES GERAIS 2022				10.617

¹ Previsão de remanejamento para o TRE-AL

² Previsão de recebimento de urnas do TRE-SE

³ Urnas modelo 2020 com previsão para recebimento do fabricante

A Tabela 14 – Evolução do Eleitorado do Piauí apresenta dados do eleitorado piauiense no presente momento e sua evolução ao longo das últimas eleições.

Tabela 14 – Evolução do Eleitorado do Piauí

Ano	Eleitorado com Biometria	Eleitorado sem Biometria	Total	Variação (%)
2014	853.541	1.492.153	2.345.694	-0,82%
2016	1.640.378	742.323	2.382.701	1,58%
2018	2.369.247	1.647	2.370.894	-0,50%
2020	2.436.580	19.476	2.456.056	3,59%
dez/21	2.414.126	52.289	2.466.415	0,42%

5.7.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE URNAS ELETRÔNICAS

A Secretaria de Tecnologia da Informação, por meio da Seção de Votos Informatizados vinculada à Coordenadoria de Eleições Informatizadas, é a unidade responsável pelo gerenciamento e supervisão dos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva das urnas eletrônicas no período que antecede as eleições oficiais, considerando o modelo centralizado de armazenamento das urnas eletrônicas na Central de Controle, Manutenção e Armazenamento de Urnas, localizada em espaço construído em anexo ao Fórum Eleitoral de Teresina.

Os trabalhos de manutenção preventiva consistem na carga de baterias internas e externas, realização de testes exaustivos nos componentes internos e externos de cada urna eletrônica, limpeza e remoção de lacres, troca de peças e componentes externos, tudo com a alimentação das informações no sistema LogusWeb. Os técnicos contratados, após a realização dos testes acima mencionados realizam a logística e controle das urnas, segregando aquelas que apresentaram defeito para realização da abertura de chamados técnicos para conserto.

Além dos trabalhos acima mencionados, também são realizados aceite de urnas consertadas, além de participarem na preparação de aceite e testes nas urnas remanejadas para outros TRE, ou aceite técnico de novas urnas adquiridas, conforme o planejamento encaminhado pelo TSE.

Já foram realizados, de 2020 até final de 2021, cinco ciclos de manutenção preventiva, estando em andamento as atividades do 1º Ciclo de 2022.

A Tabela 15 - Quantitativo de Urnas Eletrônicas com Manutenção Preventiva apresenta o quantitativo de urnas eletrônicas e baterias em estoque

no TRE-PI, objeto dos serviços de conservação bem como tabela das manutenções preventivas realizadas em 2020 e 2021.

Tabela 15 - Quantitativo de Urnas Eletrônicas com Manutenção Preventiva

Mês/Ano	Urnas	Baterias
1º e 2º CICLOS 2020		
02 e 03/2020	5.350	0
05/2020	3.533	0
06/2020	2.425	180
07/2020	3.907	0
08/2020	3.301	0
09/2020	1.763	550
1º, 2º e 3º CICLOS 2021		
03/2021	4.744	0
04/2021	4.530	0
05/2021	205	1.617
07/2021	5.085	0
08/2021	3.405	0
09/2021	742	0
10/2021	1.106	0
11/2021	2.962	0
12/2021	4.335	0

5.7.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA DE URNAS ELETRÔNICAS

A manutenção corretiva implica na realização dos consertos necessários para o funcionamento dos equipamentos durante as eleições. Os serviços de manutenção corretiva são realizados a partir de contratação nacional, gerida pelo TSE. A empresa contratada tem autorização, a partir da abertura de chamados, para implementar os consertos, com acesso aos componentes internos das urnas eletrônicas, podendo, inclusive, realizar a substituição de peças e componentes necessários a realização dos reparos.

A partir dos resultados dos testes exaustivos realizados na manutenção preventiva, as urnas segregadas com defeitos, efetivamente cadastradas no LogusWeb, é realizada a abertura de chamado técnico, também no sistema

LogusWeb, onde a empresa contratada tem os prazos determinados para o atendimento.

No período que antecede o envio de urnas para as zonas eleitorais, a empresa executa os consertos na Central de Controle, Manutenção e Armazenamento de Urnas Eletrônicas em Teresina, com prazo de atendimento em até 30 dias corridos após a abertura do chamado.

No período eleitoral (30 dias corridos antes do primeiro dia de votação e até 8 dias corridos após o último dia de votação), após o envio das urnas para as zonas, o atendimento é feito na forma on-site (em todos os locais de armazenamentos), onde as urnas defeituosas estão armazenadas, tendo a empresa contratada o prazo de atendimento em até 48 horas.

A Tabela 16 – Quantitativo de Urnas Eletrônicas com Manutenção Corretiva apresenta o quantitativo de urnas eletrônicas que passaram por processo de manutenção corretiva, com o reparo de defeitos encontrados nos procedimentos de testes exaustivos, nos anos de 2020 e 2021.

Tabela 16 – Quantitativo de Urnas Eletrônicas com Manutenção Corretiva

Ano	UE2009	UE2010	UE2011	UE2013	UE2015	Total
2020	824	308	292	88	148	1.660
2021	358	209	242	77	99	985
Total	1.182	517	534	165	247	2.645

6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A pandemia causada pela COVID-19 trouxe mudanças significativas no dia a dia de toda a sociedade, especialmente para o setor corporativo e governamental. Diante das medidas de isolamento social, vários órgãos e empresas tiveram que se adequar à transformação digital e, em conjunto com isso, adotar medidas de segurança da informação mais fortes.

Se antes da pandemia já vivíamos em um mundo conectado, o salto digital entre 2020 e 2021 acelerou todas as estimativas sobre produção e troca de dados cibernéticos. O *home office* e outras práticas de trabalho à distância foram incorporados à rotina das corporações.

Por outro lado, também cresceram vertiginosamente os crimes e as ameaças virtuais. Criminosos se aproveitam de vulnerabilidades de dispositivos eletrônicos e das redes de computadores para realizar ataques que podem gerar prejuízos incalculáveis. A exemplos de toda ordem na esfera governamental que passaram por isso: STJ, CNJ, TRF 1ª Região, TRT 4ª Região, TJ-RS etc.

Sensível ao novo cenário, a STI por meio da SEINF adotou ações para resguardar a segurança da sua rede de dados e seus ativos, sendo as mais relevantes apresentadas a seguir.

AQUISIÇÃO DE FIREWALL

Até 2020, o TRE-PI possuía firewall doado pelo TSE e outros comprados com recursos próprios, mas que não mais possuíam garantia ou suporte e atualização em virtude do encerramento dos contratos correspondentes.

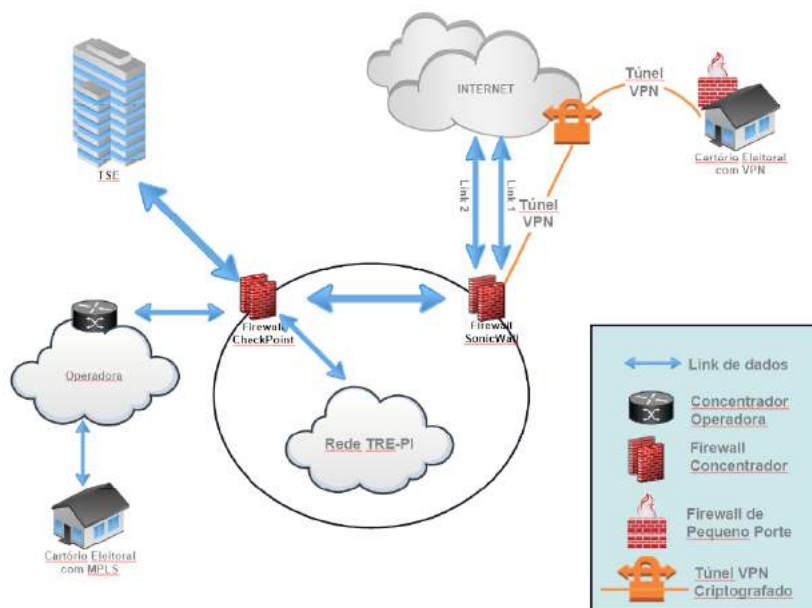


Figura 4 - Arquitetura anterior da Rede Corporativa do TRE-PI

Além disso, apenas as Zonas Eleitorais que se conectavam com a Sede do Tribunal através de enlaces de dados de acesso à Internet possuíam firewall em suas estruturas. As demais dependiam exclusivamente da segurança implementada pela operadora do enlace de comunicação de dados.

A Figura 4 - Arquitetura anterior da Rede Corporativa do TRE-PI apresenta a organização dos elementos ativos de rede para interligação dos componentes da rede corporativa de computadores do TRE-PI.

Percebe-se que há uma diversidade de fabricantes e modelos sendo usados e nem todos os cartórios possuíam os dispositivos de segurança, o que dificultava a padronização e o gerenciamento.

Com a aquisição dos novos equipamentos firewall, foi possível simplificar a infraestrutura e realizar o gerenciamento de forma mais eficiente, ao tempo em que foi possível instalar um dispositivo de segurança em cada Zona Eleitoral ou Posto de Atendimento. A nova estrutura é representada na Figura 5 - Arquitetura da Rede Corporativa do TRE-PI com novo firewall.

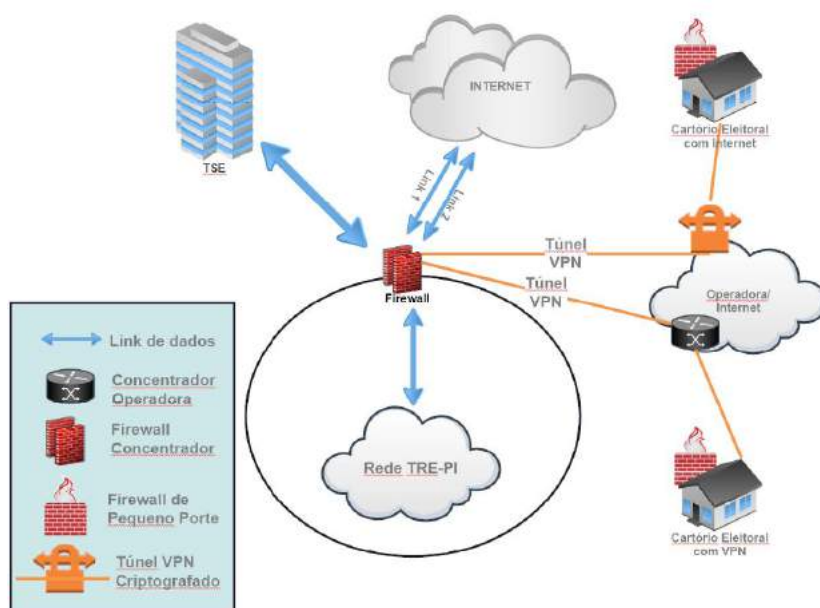


Figura 5 - Arquitetura da Rede Corporativa do TRE-PI com novo firewall

SOFTWARE DE GESTÃO DE VULNERABILIDADES

As ferramentas de gestão de vulnerabilidades são fundamentais para identificar as fraquezas e brechas de segurança dos sistemas antes que estas possam ser exploradas por criminosos.

Sua utilização propicia melhoria contínua, implantação de mecanismos de segurança e correção de falhas que possam comprometer a Segurança da Informação.

Diante da complexidade da infraestrutura tecnológica existente hoje no Tribunal e devido ao seu reduzido quadro de especialistas da área, a STI por meio da SEINF adotou ações para a aquisição de uma ferramenta que otimizasse a gestão de vulnerabilidades de seus ativos.

Nesse sentido, juntamente com diversos Tribunais Regionais e TSE, o TRE-PI adquiriu a ferramenta de gestão de vulnerabilidades Tenable, capaz de auxiliar nessa atividade.

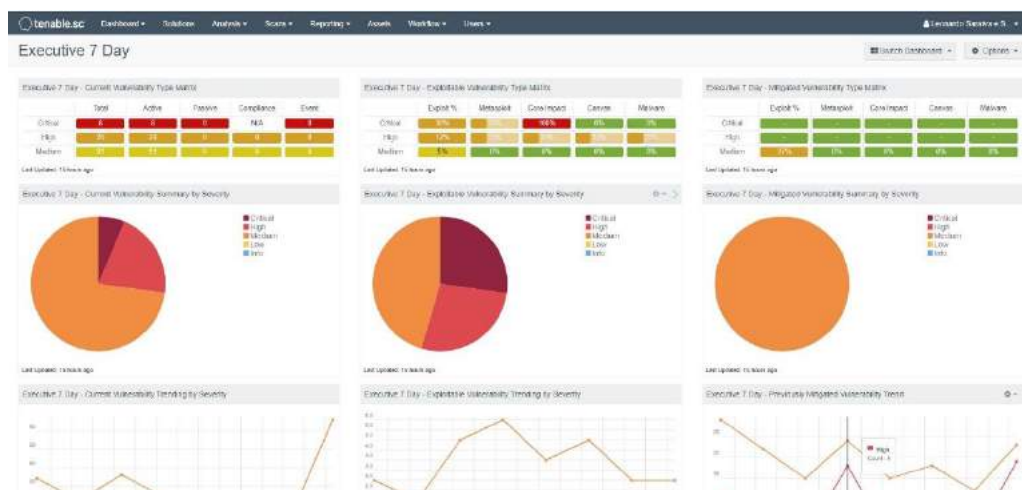


Figura 6 - Ferramenta de gestão de vulnerabilidades

SOFTWARE DE BACKUP

Um *software de backup* é uma aplicação capaz de realizar cópias de segurança de dados armazenados em servidores de arquivos e banco de dados, e, mais atualmente, manter a salvo cópias inteiras de servidores virtuais.

Para proteção contra a perda de dados armazenados em seus bancos de dados e servidores de arquivos, o TRE-PI utilizava até 2020 *software* de backup que se encontrava obsoleto.

Até então, o *backup* do TRE-PI era feito exclusivamente em fitas magnéticas, onde o tempo de backup e recuperação, a depender do tamanho da massa de dados, poderia passar de 12 (doze) horas, comprometendo, assim, a agilidade dos procedimentos e a continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação.

Deste modo, fez-se necessário a aquisição de uma ferramenta de *software* moderna e com recursos suficientes para assegurar ao TRE-PI e aos seus clientes, o eleitor e funcionários, a proteção adequada de suas informações.

Também foi realizado procedimento licitatório para a aquisição de equipamento de armazenamento de backup em disco. Esse equipamento

permite a salvaguarda e recuperação de dados de forma mais rápida do que a realizada em mídia do tipo fita.

LICENCIAMENTO WINDOWS SERVER

Alguns dos principais equipamentos da infraestrutura do Tribunal estão em máquinas que possuem o software Windows Server como sistema operacional básico. É de suma importância que este tipo de software permaneça atualizado com as últimas correções disponíveis pois os equipamentos onde estão instalados são alvos preferenciais de criminosos, uma vez que possuem a função de gerenciar toda a rede de computadores da corporação.

Com esta finalidade, a STI, por meio da SEINF, realizou procedimento licitatório para a aquisição de licenças e iniciou a migração de todos os equipamentos para a versão mais recente do software.

CERTIFICADO DIGITAL PARA TRABALHO REMOTO

Com a ida de grande parte do corpo funcional para o trabalho remoto, a Secretaria de Tecnologia da Informação foi demandada a aumentar a capacidade do servidor para receber as conexões VPN (*Virtual Private Network*) por parte dos servidores e colaboradores do Tribunal. Isso possibilitou o desenvolvimento das atividades das diversas unidades do Tribunal por meio do trabalho remoto sem, no entanto, renunciar à segurança.

Assim, o servidor VPN foi movido para a DMZ (*Delimitarized Zone* ou Zona Desmilitarizada), subrede de computadores que se situa entre uma rede confiável (rede interna do Tribunal) e uma rede não confiável (internet), provendo isolamento entre as duas, garantido por uma série de regras de segurança.

Adicionalmente, implementou-se a necessidade de Duplo Fator de Autenticação (2FA) para conexão ao servidor VPN. Esse 2FA nada mais é que uma camada adicional de segurança criada para garantir que uma pessoa é quem realmente ela diz ser.

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LOGS

Log de dados é uma expressão utilizada para descrever o processo de registro de eventos relevantes num sistema computacional. Esse registro pode ser utilizado para restabelecer o estado original de um sistema ou para que um administrador conheça o seu comportamento no passado. Um arquivo de log pode ser utilizado, também, para auditoria e diagnóstico de problemas em sistemas computacionais.

Devido ao fato de armazenar dados gerados pelo sistema, aplicações, rede, atividades dos usuários, entre outros, os logs fornecem inúmeras informações

que se transformam em indicadores capazes de medir os níveis de segurança e de avaliar se medidas de segurança estão surtindo o efeito esperado e planejado.

Para auxiliar no gerenciamento da complexidade da infraestrutura do Tribunal e desses logs, esta unidade implantou ferramenta para gerenciamento de logs de ativos que lhe auxiliará na detecção de falhas e de atividades suspeitas.

IMPLANTAÇÃO DE DUPLO FATOR DE AUTENTICAÇÃO EM SERVIDORES CRÍTICOS

Como forma de proteger os servidores que hospedam os serviços mais críticos da infraestrutura do Tribunal, a Seção de Infraestrutura implantou nestes servidores o Duplo Fator de Autenticação (2FA), como forma de reduzir a possibilidade de acesso indevido à servidores que hospedem serviços críticos.

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE ACESSOS E USO ACEITÁVEL DOS RECURSOS DE TI

Como forma de regulamentar o uso de ativos e serviços por parte dos usuários, a Secretaria de Tecnologia da Informação, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura (CODIN) em conjunto com a SEINF, desenvolveu a minuta da Política que foi convertida na Portaria Presidência nº 440/2021, estabelecendo regras para utilização de recursos disponibilizados aos usuários desses recursos.

MIGRAÇÃO DO SERVIÇO DE E-MAIL INSTITUCIONAL

Como forma de manter em níveis aceitáveis a segurança da informação do Tribunal, a Secretaria de Tecnologia da Informação, por meio da SEINF, realizou a migração do serviço de e-mail para um novo servidor com sistema operacional atualizado. Essa atividade é extremamente crítica pois possibilita a correção de possíveis vulnerabilidades no sistema operacional do serviço.

IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE AUTHELIA

Uma das maneiras mais simples e mais utilizadas para manter aplicações na Internet livres de acessos indevidos é a utilização do Duplo Fator de Autenticação (2FA), recurso de segurança adicionado em aplicações web e que dificulta acessos indevidos e roubo de credenciais de acesso.

Nesse sentido, a Secretaria de Tecnologia da Informação está realizando a implantação na infraestrutura do Tribunal do software Authelia, que realiza a autenticação e autorização de acesso através de múltiplos fatores de

autenticação a serem definidos pela equipe técnica. A partir da conclusão de sua implantação, os sistemas disponibilizados pelo Tribunal passarão a exigir a dupla autenticação nos serviços disponibilizados na internet aos servidores.

6.1 NÚCLEO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O TRE-PI, com o objetivo de prover a infraestrutura adequada para realização das atividades de segurança da informação, criou em 2021, por meio da Resolução TRE-PI nº 430/2021, duas unidades específicas para dedicar atenção prioritária ao tema, subtraindo das unidades responsáveis pela gestão da infraestrutura tecnológica das instituições a responsabilidade sobre essas ações, conferindo uma dedicação exclusiva para a realização das atividades relacionadas à segurança da informação.

Nesse contexto, existem duas perspectivas sobre a atuação das unidades nas atividades voltadas ao aperfeiçoamento da Segurança da Informação:

- Atividades relativas à normatização da segurança da informação.

Nesse contexto, sendo a unidade formada por uma equipe com dedicação exclusiva, o Tribunal poderá avançar mais rapidamente na regulamentação dos instrumentos normativos relacionados;

- Atividades relativas à operacionalização da segurança da informação.

A segurança cibernética consumiria a rotina de trabalho dessa unidade durante o desenvolvimento de um conjunto de atividades preventivas que serão necessárias para mitigar prejuízos em potenciais ataques da infraestrutura do Tribunal.

Desse modo, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí criou dois núcleos para atuar frente ao tema de Segurança da Informação no órgão: o Núcleo de Segurança da Informação e o Núcleo de Segurança Cibernética.

O Núcleo de Segurança da Informação está vinculado diretamente à Presidência do Tribunal e é composto por dois servidores com dedicação exclusiva, competindo-lhe, nos termos do art. 2º da Resolução TRE-PI nº 430/2021:

- I – Conscientizar e sensibilizar a Alta Administração quanto à necessidade de investimentos em segurança da informação, inclusive com a previsão de plantão e sobreaviso por servidores da área de segurança da informação e quanto aos riscos derivados da não diligência quanto ao tema, no contexto eleitoral;
- II – Gerenciar o Processo de Riscos em Segurança da Informação;

- III – Em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, elencar estratégias para a melhoria da segurança dos sistemas e ambientes computacionais legados;
- IV – Apoiar a implementação do Plano de Continuidade de Negócios, nos aspectos de segurança da informação;
- V – Propor a elaboração e a implementação de programas destinados à conscientização e à capacitação do público interno do Tribunal quanto aos objetivos da Política de Segurança da Informação;
- VI – Propor formações visando ao aprimoramento das equipes especializadas em todos os campos da segurança da informação;
- VII – Propor a regulamentação de matérias afetas ao tema Segurança da Informação no âmbito da Tecnologia da Informação do TRE-PI;
- VIII – Propor ações e iniciativas para aumentar o nível da Segurança da Informação, com base, inclusive, nos registros armazenados pela Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Ambientes Computacionais – ETIR;
- IX – Tratar demandas técnicas ligadas à área de Segurança da Informação e propor melhorias e ações correlatas;
- X – Realizar análises de riscos e apoiar auditorias internas no contexto da Segurança da Informação;
- XI – Desenvolver planos de ação e projetos para a regulamentação de controles de Segurança da Informação no âmbito da tecnologia da informação;
- XII – Propor o uso de novas tecnologias na área de Segurança da Informação;
- XIII – Acompanhar as investigações e as avaliações dos danos decorrentes de incidentes de Segurança da Informação.

O Núcleo de Segurança da Informação apresentou plano de trabalho detalhando as atividades a serem desenvolvidas para os primeiros seis meses de atuação, conforme disposto no Processo SEI nº 0018594-79.2021.6.18.8000. Dentre as atividades programadas pelo Núcleo se encontram: a) Atualização da Política de Segurança da Informação; b) Campanha de conscientização em Segurança da Informação; c) Plano de continuidade de Serviços de TI; e, d) Levantamento dos Riscos de Segurança da Informação. As atividades estão programadas para serem realizadas até junho de 2022.

6.2 NÚCLEO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

O Núcleo de Segurança Cibernética, por sua atuação mais técnica, está vinculado diretamente ao Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e possui o papel principal de assegurar as medidas necessárias à proteção cibernética do Tribunal contra ataques de segurança da informação. O Núcleo atuará em conjunto com uma rede formada pelo Tribunal Superior Eleitoral e os demais Regionais, com a padronização de ferramentas e soluções a serem adotadas na Justiça Eleitoral para garantir a segurança do acesso aos serviços de tecnologia da informação oferecidos pelos Tribunais.

O Núcleo de Segurança Cibernética é composto por um servidor efetivo com dedicação exclusiva, auxiliado por um colaborador terceirizado especialista de redes de computadores, competindo-lhe, nos termos do art. 3º da Resolução TRE-PI nº 430/2021:

- I – Propor soluções de tecnologia para cibersegurança, tais como ferramentas ou metodologias;
- II – Gerenciar eventos de cibersegurança, coordenando as atividades da ETIR;
- III – Efetuar análises de vulnerabilidades em sistemas e processos, adotando as ações necessárias para corrigi-las;
- IV – Gerenciar as vulnerabilidades identificadas nos ativos de infraestrutura;
- V – Efetuar testes de penetração em sistemas e redes computacionais de responsabilidade do TRE-PI, observando requisitos de sigilo e confidencialidade necessários aos testes e seus resultados;
- VI – Efetuar a identificação e a classificação de ativos de informação, quanto aos aspectos de riscos cibernéticos e de segurança da informação;
- VII – Efetuar análise de riscos de cibersegurança em novos projetos de tecnologia;
- VIII – Apoiar a implementação e testes dos planos de continuidade de negócio, no tocante aos aspectos de segurança de TI;
- IX – Definir requisitos de segurança do processo de gerenciamento de identidades e acesso, incluindo acessos privilegiados;
- X – Registrar a ocorrência de incidentes de segurança ocorridos e as soluções adotadas, tendo em vista a geração de estatísticas e a proposição de soluções integradas;

- XI – Criar campanhas para conscientização dos servidores quanto a ataques cibernéticos;
- XII – Desenvolver planos de ação e projetos para ampliar o nível de segurança cibernética do TRE-PI no âmbito da tecnologia da informação;
- XIII – Produzir relatórios relativos ao acompanhamento das vulnerabilidades tratadas nos ativos de tecnologia da informação;
- XIV – Acompanhar o cenário mundial no contexto de segurança cibernética identificando novas estratégias de ataques cibernéticos e como adequar a infraestrutura de TI para preveni-los.

O Núcleo de Segurança Cibernética apresentou, por meio do Processo SEI nº 0018962-88.2021.6.18.8000, plano de trabalho relacionando as atividades a serem desenvolvidas pelo Núcleo nos primeiros meses de atuação. As atividades programadas incluem: a) Monitoramento das vulnerabilidades nos ativos; b) Definição de soluções de TI (ferramentas) a serem aplicadas no Núcleo; c) Acompanhar testes dos Planos de continuidade de negócios elaborados pela NSI; d) Conscientizar os usuários do Tribunal, por meio de comunicação semanal, a respeito da segurança cibernética; e) Definir processo de gestão de Vulnerabilidades; f) Emitir, mensalmente, relatórios de vulnerabilidades nos ativos de TI; e g) Formatação de curso online, não presencial, na plataforma de ensino do Tribunal, sobre educação em segurança cibernética. As atividades estão programadas para serem realizadas até junho de 2022.

7 AUDITORIAS

Nesta seção serão apresentados os dados referentes às auditorias internas realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna que possuem recomendações sob o acompanhamento da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Atualmente, estão em fase de monitoramento do cumprimento de recomendações três auditorias, sendo uma auditoria relacionada à estratégia de TI; a segunda relacionada à segurança da informação e a terceira referente ao processo de gestão de infraestrutura, com enfoque na gestão de ativos.

7.1 AUDITORIA Nº 01/2019 ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Auditoria nº 01/2019 objetivou avaliar o cumprimento da implementação das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 211/2015 – ENTIC-JUD por este Regional com ações voltadas para Secretaria de Tecnologia da Informação.

Em 2021, a Resolução CNJ nº 370/2021 revogou a Resolução CNJ nº 211/2015 – ENTIC-JUD, estabelecendo uma nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o ciclo de 2021 a 2026.

Apesar da revogação da Resolução CNJ nº 211/2015 – ENTIC-JUD, as recomendações existentes no Relatório de Auditoria nº 01/2019 continuam sendo necessárias, visto que a maior parte das disposições contidas na ENTIC-JUD anterior permanecem válidas. A Tabela 17 – Acompanhamento das Recomendações da Auditoria nº 01/2019 apresenta a situação atual do cumprimento das recomendações. Outros dados relativos ao acompanhamento das recomendações desta auditoria podem ser obtidos por meio do Processo SEI nº 0010126-97.2019.6.18.8000.

Tabela 17 – Acompanhamento das Recomendações da Auditoria nº 01/2019

Recomendação		Monitoramento
1	Que haja fortalecimento e aprimoramento da governança de TI.	Cumprida
	Que seja observado o estabelecido no art. 64 da Resolução TRE-PI 271/2013.	Cumprida
2	Que sejam atualizados/revisados os procedimentos do Plano de Trabalho previsto no art. 29 da Res. CNJ nº 211/2015.	Cumprida

Recomendação		Monitoramento
	Que seja estabelecido cronograma para cumprimento das ações pendentes no mencionado plano de trabalho.	Cumprida
3	Que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, seja formalizado e publicado tempestivamente.	Cumprida
4	Que o Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas – PADS seja formalizado tempestivamente.	Cumprida
	Que seja observado o disposto no art. 7º da Resolução TRE-PI nº 320/2015.	Cumprida
	Que sejam viabilizados mecanismos que garantam a celeridade da formalização das prioridades dos sistemas a serem desenvolvidos.	Cumprida
5	Que o orçamento de TI seja formalizado e publicado tempestivamente.	Cumprida
	Que seja estabelecido processo de gestão e monitoramento do orçamento de TI.	Cumprida
	Que seja observado o disposto no artigo 9º, V, da Res. TRE-PI nº 346/2017.	Cumprida
6	Que o plano anual de contratações de TI seja elaborado e submetido à Presidência até 30 de novembro do exercício anterior ao de sua execução.	Cumprida
7	Que o plano anual de capacitação de TI seja formalizado e publicado tempestivamente.	Cumprida
8	Que sejam identificados e definidos os serviços essenciais de TI no âmbito deste Regional.	Não cumprida
	Que sejam desenvolvidas ações para elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	Em cumprimento
9	Que seja observada a regularidade das reuniões quadrimestrais do CDTI.	Não cumprida
10	Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento e controle de ativos de infraestrutura tecnológica.	Cumprida
11	Que seja elaborada política formal para o controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI.	Cumprida
12	Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de continuidade de serviço de TI.	Em cumprimento

Recomendação		Monitoramento
	Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de controle de acesso de TI.	Em cumprimento
13	Que seja elaborado e formalizado processo de gestão de riscos de TI.	Cumprida
14	Que seja elaborado e formalizado processo de gestão da segurança da informação.	Em cumprimento
15	Que seja implantado o armazenamento do backup em ambiente distinto do Data Center principal.	Em cumprimento
16	Que sejam viabilizadas ações, relativas à pessoal, com vistas ao cumprimento das exigências contidas na Resolução CNJ nº 211/2015, até o prazo ali estabelecido.	Cumprida

7.2 AUDITORIA Nº 01/2020 – PROCESSO DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC, COM ENFOQUE NA GESTÃO DE ATIVOS

A Auditoria nº 01/2020 – Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos teve como objetivo avaliar a existência e a qualidade dos controles internos instituídos no processo para tratar os riscos que impactem o alcance dos objetivos; o alcance dos objetivos do processo quanto aos aspectos da eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e legalidade; o processo de identificação e registro dos ativos de TIC; o processo de descarte dos ativos de TIC; o processo de gerenciamento de licenças dos ativos de TIC, incluindo os controles para a adequação do quantitativo de licenças às necessidades do serviço e a existência de normativo regulamentando a gestão de ativos de TIC e sua efetividade.

As informações relativas ao cumprimento das recomendações de auditoria estão relacionadas na Tabela 18 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria nº 01/2020. Informações adicionais acerca do acompanhamento das recomendações desta auditoria podem ser encontradas no Processo SEI nº 0000365-08.2020.6.18.8000.

Tabela 18 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria nº 01/2020

Recomendação		Monitoramento
1	Que seja estabelecida a prática de registros dos dados do ativo, tais como: requisitos legais, nº do contrato, níveis de criticidade etc., nos sistemas utilizados para tal fim.	Em cumprimento

Recomendação		Monitoramento
2	Que sejam implementados diretrizes e práticas para realização de inventário regular dos ativos de TI.	Em cumprimento
3	Que seja realizado levantamento sistemático e comparativo da quantidade de licenças de software adquiridas e em uso, a fim de evitar contratações desnecessárias	Em cumprimento
4	Que seja elaborado e formalizado processo de descarte dos ativos de TI.	Em cumprimento
5	Que seja destinado espaço físico adequado para estocagem dos ativos de TI.	Em cumprimento
6	Que seja definido e designado formalmente a unidade responsável pelo armazenamento e guarda dos ativos de TI.	Não cumprida
7.1	Que sejam viabilizados esforços para retirada do quadro de energia e equipamentos de telefonia da sala do Data Center.	Em cumprimento
7.2	Que seja providenciado bloqueio para controle de acesso ao ambiente do Data Center.	Não cumprida
8	Que seja implementado o armazenamento de dados redundantes em ambiente distinto do Data Center principal.	Em cumprimento

7.3 AUDITORIA Nº 02/2019 – POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO TRE/PI

A Auditoria nº 02/2019 foi realizada com o objetivo de verificar o grau de implementação da Política de Segurança da Informação para garantia da confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da informação no âmbito do TRE/PI. Essa auditoria é acompanhada pelo processo SEI nº 0010113-98.2019.6.18.8000. A Tabela 19 - Acompanhamento do Recomendações de Auditoria nº 02/2019 apresenta as informações levantadas em novembro de 2021, relativas ao cumprimento das recomendações da Auditoria nº 02/2019 – Política de Segurança da Informação.

Tabela 19 - Acompanhamento do Recomendações de Auditoria nº 02/2019

Recomendação		Monitoramento
1	Que sejam implementadas medidas para divulgação da PSI a todos os usuários, ressaltando a sua importância e responsabilidades respectivas, buscando a sua efetiva implantação e que se tornem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os usuários.	Em cumprimento

Recomendação		Monitoramento
2	Que ações de capacitação sejam propostas e efetivadas aos membros da comissão de segurança da informação atualmente vigente e da ETIR, considerando a necessidade de constante atualização no assunto, bem como pela rotatividade de seus componentes.	Em cumprimento
3	Que sejam adotadas medidas para realização do Processo de Classificação da Informação no âmbito deste Regional.	Não cumprida
4	Que sejam adotadas medidas para elaboração da Política de controles de acesso no âmbito deste Regional, observando as boas práticas e normativos direcionados ao tema, de forma a garantir a segurança da informação produzidas e armazenadas, especialmente quanto aos requisitos da integridade, disponibilidade e confidencialidade.	Cumprida
5	Que sejam implementadas ações necessárias para efetivar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação, nos termos do art. 13 c/c art. 23, VII da Resolução TRE/PI 356/2017.	Cumprida
6	Que seja desenvolvido Plano de Continuidade de Negócio, adotando as boas práticas e diretrizes da Norma Complementar 06/IN01/DSIC/GSIP	Em cumprimento
7	Que seja instituído o Processo de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação, de modo a atender aos requisitos da PSI e adequar às Diretrizes voltadas para a Administração Pública Federal.	Em cumprimento
8	Que seja cumprido o previsto no art. 23, IX da Resolução TRE/PI 356/2017, e as diretrizes da Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR; e que seja elaborado, ainda, normativo regulamentando as atividades desenvolvidas pela ETIR de forma detalhada, para melhor identificação aos usuários e membros bem como para a entrega do serviço a que se propõe.	Em cumprimento
9	Que sejam adotadas medidas para atualização do normativo que trata do desenvolvimento de software, de forma a garantir a observância do art. 19 da Resolução TRE/PI nº 356/2017.	Não cumprida
10	Que seja providenciada a adequação dos procedimentos, nos termos do previsto no art. 6º, IX, c/c art. 20 da Resolução TRE/PI 356/2017, para atendimento das diretrizes da PSI e observância da norma complementar nº 09/IN01/DSIC/GSI/PR.	Em cumprimento

8 COMISSÕES

A Tabela 20 – Comissões e Grupos de Trabalho apresenta as comissões e grupos de trabalhos vigentes no Tribunal atuantes em temas relacionados à Secretaria de Tecnologia da Informação.

Tabela 20 – Comissões e Grupos de Trabalho com Participação da STI

Nome da Comissão	Portaria	Coordenador	Vigência
Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação	Portaria Presidência nº 459/2020	Paulo Roberto de Araújo Barros	Indeterminada
Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação	Resolução TRE-PI nº 346/2017	Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação	Indeterminada
Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais	Portaria Presidência nº 325/2021	Diretor-Geral	Indeterminada
Comissão de Segurança da Informação.	Portaria TRE-PI nº 07/2022	Paulo Roberto de Araújo Barros	Indeterminada
Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR)	Portaria TRE-PI nº 07/2022	Leonardo Saraiva e Silva	Indeterminada
Comissão Gestora do DataJud – CGD	Portaria Presidência nº 260/2021	Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação	Indeterminada
Grupo de Trabalho para implantação do sistema Janus no TRE-PI.	Portaria Presidência nº 854/2021	Anderson Cavalcanti de Lima	Indeterminada
Núcleo de Desenvolvimento Colaborativo, no âmbito da Justiça Eleitoral, com o objetivo de desenvolver e sustentar a solução o JE-Connect	Portaria TSE nº 725/2021	Cristiano Moreira de Andrade (TSE)	Indeterminada

Nome da Comissão	Portaria	Coordenador	Vigência
Grupo de Trabalho para atendimento às demandas do Conselho Nacional de Justiça no que concerne, prioritariamente, às Metas Nacionais do Poder Judiciário, Justiça em Números e Produtividade dos Magistrados.	Portaria TRE-PI nº 620/2021	Ronaldo Maique de Araújo Braga	Indeterminada
Grupo de Trabalho para coordenar os procedimentos a serem adotados no âmbito do TRE-PI quanto à execução do cronograma de trabalho estabelecido pelo CNJ, pertinente à integração da Justiça Eleitoral à Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-BR.	Portaria TRE-PI nº 835/2021	Indefinido	Indeterminada

A Secretaria de Tecnologia da Informação possui participação, ainda, em várias comissões de fiscalização de contratações de bens e serviços de tecnologia da informação. Essas comissões possuem o objetivo específico de acompanhar a execução dos respectivos contratos e assegurar o recebimento dos serviços em conformidade com os requisitos estabelecidos nos respectivos termos de referências que nortearam a contratação correspondente.

9 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí programou para o exercício 2022 um dos maiores orçamentos já previstos para a área de Tecnologia da Informação. O valor total de recursos previstos para 2022 é de R\$ 14.595.609,07 (quatorze milhões quinhentos e noventa e cinco mil seiscentos e nove reais e sete centavos), englobando os recursos destinados às despesas programas para o orçamento ordinário e para o orçamento de pleitos eleitorais.

O TRE-PI havia programado inicialmente o valor de R\$ 6.275.983,07 (seis milhões duzentos e setenta e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e sete centavos) para o custeio das despesas e os investimentos na área de Tecnologia da Informação. Após manifestação do Tribunal Superior Eleitoral comunicando a disponibilização de recursos adicionais para investimento especificamente em segurança da informação, o TRE-PI alocou adicionalmente o valor de R\$ 4.182.967,00 (quatro milhões cento e oitenta e dois mil novecentos e sessenta e sete reais), resultando no total de R\$ 10.458.950,07 (dez milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta reais e sete centavos) previstos para realização com os recursos do orçamento ordinário do Regional.

A Tabela 21 – Programação Orçamentária de TI para o Orçamento Ordinário 2022 contém um resumo dos valores alocados para a área de TI, de acordo com a classificação da destinação dos recursos.

Tabela 21 – Programação Orçamentária de TI para o Orçamento Ordinário 2022

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Serviços de apoio técnico e operacional	2.585.610,80
Serviços de comunicação de dados	1.984.796,07
Serviços de manutenção de software	224.596,70
Serviços de manutenção de equipamentos	134.290,00
Serviços de licenciamento de software	97.299,40
Serviços de infraestrutura de TI	8.491,10
Aquisição de equipamentos de infraestrutura	4.134.290,00
Aquisição de software	972.976,00
Aquisição de equipamentos de microinformática	316.600,00
TOTAL	10.458.950,07

Para o custeio das despesas relacionadas à área de TI no orçamento destinado aos pleitos eleitorais, o Tribunal alocou recursos principalmente para a contratação de empresa para prestação dos serviços de apoio às eleições com o fornecimento de mão de obra para auxílio aos cartórios eleitorais nas atividades relativas à preparação e realização das Eleições Gerais 2022. Além disso, o Tribunal alocou recursos para contratação dos serviços de comunicação de dados por satélite e para a aquisição de materiais de consumo específicos para as eleições.

A Tabela 22 – Programação Orçamentária de TI para o Orçamento Pleitos Eleitorais 2022 contém um resumo dos valores alocados para a área de TI, para realização com os recursos do orçamento para pleitos eleitorais.

Tabela 22 – Programação Orçamentária de TI para o Orçamento Pleitos Eleitorais 2022

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Serviços de apoio às eleições	3.707.859,00
Serviços de comunicação de dados	250.000,00
Material de consumo	178.800,00
TOTAL	4.136.659,00

A íntegra da proposta orçamentária dos recursos destinados à área de TI para o exercício 2022 segue como anexo ao presente relatório, de modo a possibilitar a análise detalhada da programação orçamentária do TRE-PI para o custeio das despesas e os investimentos da área.

10 CONTRATOS EM VIGOR

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí mantém um conjunto de contratos para o fornecimento de bens e serviços de modo a viabilizar o uso dos serviços de TI pelas unidades que o compõem. Os contratos são geridos pela Secretaria de Tecnologia da Informação, por meio de suas unidades.

Nesta seção serão apresentadas informações sobre os principais contratos mantidos pelo TRE-PI que estão sob gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Contrato nº 04/2021 – Fibra de interligação entre Sede e CAE

Os serviços fornecidos por este contrato permitem a comunicação entre a Sede do Tribunal e a Central de Atendimento ao Eleitor de Teresina em alta velocidade, possibilitando, inclusive, a criação de um novo Datacenter no anexo do Fórum Eleitoral da Capital.

Contrato nº 17/2020 – Enlace redundante de acesso à Internet

Esse contrato permite a resiliência e balanceamento de carga no acesso à Internet. Com a nova contratação que deu origem aos Contratos TRE-PI nº 29/2021 e nº 30/2021, este enlace de acesso à Internet será substituído por outro de maior capacidade.

Contrato nº 36/2020 – Software de videoconferência

Devido a pandemia e a necessidade de isolamento social, foi necessária a aquisição de software de videoconferência, no caso o Zoom. Os serviços oferecidos por meio deste contrato permitiram aos servidores manter reuniões e outros compromissos sem a necessidade de sair de suas residências.

Contrato nº 72/2020, 76/2020, 98/2020 e 41/2021 – Switches de rede

Estes contratos permitiram a modernização da rede de computadores do TRE-PI através da substituição de equipamentos obsoletos.

Contrato nº 19/2018 – Renovação do contrato do Backbone Secundário

Devido à proximidade das Eleições Gerais 2020, a Seção de Infraestrutura achou prudente a renovação do Contrato TRE-PI nº 18/2018, que tinha como objeto a prestação de serviços de comunicação de dados com as Zonas Eleitorais, Postos de Atendimento e unidades administrativas externas.

Apesar das constantes reclamações com a indisponibilidade dos enlaces de comunicação, a realização de um procedimento licitatório naquele momento traria um risco desnecessário à realização do pleito.

Assim, a STI por meio da CODIN e da SEINF intermediou reunião entre a empresa responsável e a Direção Geral do TRE-PI de modo a sensibilizar a

empresa da necessidade de uma prestação de serviços mais diligente e um suporte proativo. Graças a esta medida, o pleito de 2020 ocorreu sem ocorrências mais graves.

Contrato nº 101/2020 – Firewall

Como informado anteriormente, esta contratação possibilitou incremento na segurança da informação do Tribunal. Proporcionou, também, padronização da rede de comunicação com os Cartórios Eleitorais e a simplificação da infraestrutura do Backbone Secundário.

A aquisição foi fundamental para a flexibilização da contratação do novo serviço do backbone secundário e resultou em economia significativa para este Regional.

Contrato nº 108/2020 – Software de backup

Como informado em tópico anterior, essa contratação possibilitou a modernização da solução de backup adotado no Tribunal, permitindo a salvaguarda de dados e recuperação de maneira mais rápida.

Contrato nº 110/2020 – Software de gestão de vulnerabilidades

Como informado anteriormente, esta aquisição proporcionou a aquisição de ferramenta para a gestão de vulnerabilidades de ativos de Tecnologia da Informação, auxiliando na segurança destes e evitando que sejam explorados por criminosos.

Contrato nº 115/2020 – Certificado digital para servidores de rede

Os certificados digitais oferecem autenticidade, informando aos usuários que ele está acessando realmente o site original do órgão e, também, garante, através de criptografia, que os seus dados informados não poderão ser acessados por alguém não autorizado.

Com a disponibilidade de serviços ao eleitor e servidores na Internet, a Seção de Infraestrutura percebeu a necessidade de garantir a autenticidade no acesso aos serviços disponibilizados e dos dados trafegados. Dessa necessidade surgiu o contrato 115/2020, cujo objeto foi o fornecimento de certificados digitais para servidores de rede.

Contrato nº 29/2021 e nº 30/2021 – Nova contratação do Backbone Secundário

Devido a impossibilidade de licitação de uma nova rede de comunicação de dados em pleno ano eleitoral, a Seção de Infraestrutura solicitou, em 2020, a renovação do contrato 18/2019 e realizou o novo procedimento licitatório apenas em 2021.

Esse procedimento licitatório deu origem aos contratos acima que, além de reduzirem drasticamente o custo dos enlaces de comunicação, propiciaram o aumento da velocidade de comunicação com todas as Zonas Eleitorais.

Contrato nº 45/2021 – Modernização do Datacenter

A CODIN por meio da SEINF e da COAAD por meio da ENARQ foram fundamentais no desenvolvimento das atividades que resultaram na contratação dos serviços de modernização do Datacenter. Esse projeto proporcionará maior segurança aos ativos de tecnologia da informação armazenados no Datacenter, além de garantir seu pleno funcionamento através de suporte especializado.

Contrato nº 46/2021 – Equipamento de backup em disco

Essa contratação permitirá, juntamente com a aquisição de software de backup, a modernização da salvaguarda de dados do Tribunal.

ARP nº 30/2021 – Licenças Microsoft Windows Server

Essa contratação permitirá a adequação do Tribunal ao licenciamento de software do fabricante dos principais servidores de rede do Tribunal, além de corrigir possíveis falhas de segurança no software através de correções e atualizações.

Contratos nº 58/2021 e 62/2021 – Renovação de Licenças do VMWare

Foi contratado a Renovação de licenças, por 60 meses, e suporte técnico do software VMware Sphere 6 Enterprise Plus para 14 processadores e vCenter Server STD.

Essa contratação permitiu atualizar as licenças dos softwares responsáveis pela virtualização de máquinas servidores de rede, possibilitando a disponibilização de serviços e sistemas administrativos do Tribunal.

Contrato nº 18/2021 – Norte Soluções e Serviços EIRELI

Os serviços de conservação de urnas eletrônicas, que envolvem as atividades relacionadas à manutenção preventiva de urnas e baterias externas, têm sido uma atividade essencial para a preservação dos equipamentos, que a longo prazo são utilizados em eleições oficiais.

Os equipamentos, adquiridos desde 2009 ainda se encontram em operação, sendo utilizados nos pleitos oficiais, razão pela qual se faz necessária contratação constante para envidar esforços no sentido de manter tais equipamento em perfeito funcionamento, apesar do longo período de uso.

Para tanto, o TSE descentraliza anualmente os recursos destinados à execução das atividades de conservação, recursos estes que vêm sendo aplicados em contratações locais para prestação dos serviços.

Foi possível assim, após autorização dos setores competentes, com o apoio da SAOF, e convém destacar - com a celeridade pertinente, a celebração do Contrato TRE-PI 18/2021, onde a empresa Norte Soluções e Serviços – EIRELI realizou o recrutamento e contratação de 05 técnicos, que a partir de junho/2021 vêm prestando os serviços acima mencionados, sob a gestão da Seção de Voto Informatizado – SEVIN.

A empresa vem prestando os serviços de conservação de urnas e baterias em três ciclos de manutenção/2021 e no momento segue realizando as atividades de conservação referente ao ano de 2022. Além da manutenção preventiva a contratação vem permitindo o apoio para realização dos Simulados, bem como aporte à realização de eleições suplementares e comunitárias.

Contrato nº 43/2020 – LinkData Informática e Serviços

Considerando o modelo de armazenamento de urnas eletrônicas que em 2019 migrou de descentralizado para o modelo centralizado, razão pela qual foi criada a Central de Controle, Armazenamento e Manutenção de Urnas Eletrônicas, no Novo Fórum Eleitoral, com capacidade para abrigar as quase 11 mil urnas à época;

A empresa LinkData Informática e Serviços S/A, desde setembro/2019 foi contratada para prover os equipamentos e implementar a solução em comento e vem prestando suporte à utilização da ferramenta.

Contrato nº 32/2020 – Erica G Lima Serviços de mão de obra EIRELI.

Considerando o modelo de armazenamento centralizado, adotado na Central de Controle, Armazenamento e Manutenção de Urnas Eletrônicas, que inclui a utilização de prateleiras elevadas, com utilização de Empilhadeiras Elétricas, se fez necessária a contratação de 1 profissional habilitado para realizar o armazenamento seguindo os padrões de segurança recomendados.

Além dos contratos de prestação continuada de serviços de tecnologia da informação, a Secretaria de Tecnologia da Informação possui um conjunto de contratos celebrados para fiscalização da entrega e garantia de bens e serviços de TI.

A Tabela 23 – Contratos Vigentes de Prestação Continuada de Serviços de TI apresenta os contratos de tecnologia da informação atualmente vigentes no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Tabela 23 – Contratos Vigentes de Prestação Continuada de Serviços de TI

Contrato	Objeto do Contrato	Vigência
64/2021	<p>Prestação dos serviços técnicos especializados na área de TI, por meio da execução continuada de serviços de sustentação de infraestrutura de TI, abrangendo atividades relacionadas a suporte à rede, banco de dados e de suporte técnico remoto e presencial aos usuários de soluções de TI.</p> <p>IBROWSE – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA</p> <p>VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.295.959,00</p>	<p>04/09/2024</p> <p>30 meses</p>
45/2021	<p>Prestação dos serviços técnicos especializados de retrofit, manutenção preventiva, corretiva e suporte técnico de ambiente de Datacenter (site backup) e sua respectiva infraestrutura, para conversão em site principal, de acordo com as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.</p> <p>GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA</p> <p>VALOR DO CONTRATO: R\$ 690.000,00</p>	<p>6 meses para as obras de intervenção</p> <p>12 meses para a manutenção preventiva</p> <p>OS nº 33/2021</p> <p>09/12/2021</p>
30/2021	<p>Contratação ou renovação de links de comunicação para os Cartórios das Zonas Eleitorais e unidades administrativas do TRE-PI.</p> <p>IP2TEL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI</p> <p>VALOR DO CONTRATO: R\$ 77.999,96</p>	<p>23/08/2024</p> <p>30 meses</p>
29/2021	<p>Contratação ou renovação de links de comunicação para os Cartórios das Zonas Eleitorais e unidades administrativas do TRE-PI.</p> <p>FORTELE FORTALEZA TELECOMUNICAÇÕES S/A</p> <p>VALOR DO CONTRATO: R\$ 996.399,50</p>	<p>23/08/2024</p> <p>30 meses</p>
24/2021	<p>Serviços continuados de manutenção de equipamentos eletrônicos, com técnico residente.</p> <p>NORTE SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI</p> <p>VALOR DO CONTRATO: R\$ 65.199,98</p>	<p>23/08/2022</p>
04/2021	<p>Prestação de serviço de interligação de redes de comunicação de dados entre os edifícios sede do TRE-PI e Sede dos Cartórios das Zonas Eleitorais da Capital.</p> <p>IP2 TEL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA</p> <p>VALOR DO CONTRATO: R\$ 104.900,00</p>	<p>02/08/2023</p> <p>30 meses</p>

Contrato	Objeto do Contrato	Vigência
36/2020	Prestação de serviços de <i>web</i> conferência, <i>webinar</i> e <i>streaming</i> de áudio/vídeo e suporte técnico (ferramenta Zoom). XP ON CONSULTORIA LTDA VALOR DO CONTRATO: R\$ 18.486,00	25/08/2022
17/2020	Prestação dos serviços de acesso à internet para uso da VPN da Sede do TRE-PI. Será substituído pelo Contrato TRE-PI nº 29/2021. IP2 TEL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.999,96	29/05/2022
18/2019	Prestação de serviços de fornecimento de enlaces de comunicação de dados para interligar o TRE-PI e os Cartórios Eleitorais do Estado do Piauí, Postos de Atendimento ao Eleitor e demais unidades administrativas deste Regional, denominados sites remotos, bem como links de Internet. Será substituído pelo Contrato TRE-PI nº 29/2021. IT TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.789.154,10	25/06/2022
84/2018	Prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação, abrangendo atividades relacionadas a suporte à rede, banco de dados e de suporte técnico remoto e presencial aos usuários de soluções de tecnologia da informação. Será substituído pelo Contrato TRE-PI nº 64/2021. IBROWSE – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA VALOR DO CONTRATO: R\$ 964.188,06	03/03/2022
70/2018	Prestação de serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação. IBROWSE – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA VALOR DO CONTRATO: R\$ 668.857,50	05/11/2022
35/2017	Serviços de acesso móvel à Internet. TELEFÔNICA DO BRASIL S/A VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.413,56	20/09/2022

A Tabela 24 – Contratos Vigentes de Fiscalização e Garantia de Bens e Serviços de TI apresenta os contratos de tecnologia da informação atualmente vigentes no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Tabela 24 – Contratos Vigentes de Fiscalização e Garantia de Bens e Serviços de TI

Contrato	Objeto do Contrato	Vigência
72/2020	Switches de fibra (FC) topo de rack e switches de acesso para infraestrutura de rede local do edifício sede e anexos do TRE-PI.	05/11/2025
76/2020		17/11/2025
98/2020		04/12/2025
		23/12/2025
41/2021		23/12/2023
101/2020	Aquisição de Solução de Firewall UTM/VPN	13/12/2026
43/2021		24/12/2025
108/2020	Aquisição de licenças de uso de software de <i>backup</i> e <i>restore</i> , incluindo sua instalação, configuração, serviços de consultoria e treinamento de uso	29/12/2025
110/2020	Aquisição de licenciamento de solução de gestão de vulnerabilidades	26/02/2023
115/2020	Aquisição de dois certificados SSL/TLS WildCard Organizacional para o domínio tre-pi.jus.br e seus subdomínios, por um período de 2 anos	60 meses, a contar do recebimento definitivo. Aguardando recebimento definitivo.
46/2021	Fornecimento de um servidor para backup em disco para o datacenter do TRE-PI e serviço de configuração e migração do software de backup Veeam	03/09/2022
ARP 30/2021	Contratação de licenças perpétuas da versão mais recente do Sistema Operacional de Rede Windows Server Datacenter e Device CAL	36 meses, a contar do recebimento definitivo. Aguardando recebimento definitivo.

Contrato	Objeto do Contrato	Vigência
66/2021	Renovação de licenças VMWare vSphere Enterprise Plus with Operations Management (VSOM)	36 meses, a contar do recebimento definitivo. Aguardando recebimento definitivo.
58/2021	Aquisição de licenças VMWare vSphere Enterprise Plus with Operations Management (VSOM) e VMWare vCenter, por 36 meses de suporte	17/12/2022
42/2021	Aquisição de 10 (dez) TRANSCEIVER (item 2 do pregão 31/2021)	36 meses, a contar do recebimento definitivo. Aguardando recebimento definitivo.
40/2021	Aquisição de dois SWITCHES SAN 24 PORTAS - SFP+ (item 1 do pregão 31/2021)	30/12/2024
56/2019	Aquisição de equipamentos de informática denominados chassi e servidores em lâmina (<i>blades</i>)	24/12/2022
53/2019	Fornecimento de 3 (três) switches de distribuição (core)	27/12/2022
51/2019	Aquisição de 3 (três) unidades da Expansão da Solução de Firewall UTM/VPN, incluindo equipamentos e serviços (suporte)	03/12/2024
34/2019	Aquisição de Storage all-flash	36 meses a contar do recebimento definitivo
69/2021	Compra e venda de equipamentos de Tecnologia da Informação (NOTEBOOK) e prestação dos serviços de garantia.	36 meses, a contar do recebimento definitivo
65/2021	Compra e venda de equipamentos de Tecnologia da Informação (computador) e prestação dos serviços de garantia.	36 meses a contar do recebimento definitivo
61/2021	Compra e venda de equipamentos de Tecnologia da Informação (computador) e prestação dos serviços de garantia.	36 meses, a contar do recebimento definitivo

Contrato	Objeto do Contrato	Vigência
59/2021	Compra e venda de equipamentos de Tecnologia da Informação (computador) e prestação dos serviços de garantia.	36 meses, a contar do recebimento definitivo
57/2021	Compra e venda de equipamentos de Tecnologia da Informação e prestação dos serviços de garantia. ITEM 3 PREGÃO 42/2021 NOTEBOOK LENOVO.	12 meses a contar do recebimento definitivo
56/2021	Compra e venda de equipamentos de Tecnologia da Informação e prestação dos serviços de garantia (ITEM 5 DO PREGÃO 42/2021). Scanner de mesa.	07/01/2025
55/2021	Aquisição de 03 (três) impressora Laser Colorida (item 09 do pregão 27/2021), conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência nº 47/2021.	36 meses a contar do recebimento definitivo dos bens
51/2021	Aquisição de 20 (vinte) impressoras Multifuncional Laser Monocromática (item 8 do pregão 27/2021), conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência nº 47/2021.	36 meses a contar do recebimento definitivo dos bens
50/2021	Aquisição de 03 (três) computadores LENOVO ThinkCentre_M720_SFF (item 2 do pregão 27/2021).	36 meses a contar do recebimento definitivo dos bens
49/2021	Aquisição de 12 computadores Dell Optiflex 5090 SFF (item 1 do pregão 27/2021) e 24 (vinte e quatro) Notebook Dell Latitude 5420 (item 6 do pregão 27/2021), conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência nº 47/2021.	36 meses a contar do recebimento definitivo dos bens
48/2021	Aquisição de 10 Monitores Tipo II – 4K 27 polegadas (item 5 do pregão 27/2021), conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência nº 47/2021.	36 meses a contar do recebimento definitivo dos bens
47/2021	Aquisição de 80 (oitenta) Monitores Tipo I – Full HD 21,5" (item 3 do pregão 27/2021), conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência nº 47/2021.	05/11/2023
83/2020	Aquisição de subscrição de licenças de uso de software Adobe Creative Cloud.	12 meses, a contar do recebimento definitivo. Aguardando recebimento definitivo.

Contrato	Objeto do Contrato	Vigência
52/2021	Prestação de serviço para modernização da UPS (Uninterruptible Power Supply) do Datacenter do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, de marca APC modelo Symmetra PX40 (Serial Number PD0917160122)	07/10/2025
43/2020	Aquisição de 23 (vinte e três) unidades de computadores do tipo Notebook Avançado, com garantia <i>on-site</i> mínima de 60 meses.	05/11/2025

11 RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRE-PI

Nesta seção, serão apresentados os resultados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí frente aos levantamentos realizados pelos órgãos de controle externo, especificamente o Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional de Justiça.

11.1 AVALIAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando, periodicamente, levantamentos para avaliar a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

A partir de 2017, o TCU unificou quatro levantamentos de governança realizados com foco nas organizações públicas (pessoas, TI, contratações e governança pública), consolidando os resultados em um relatório único de avaliação da governança das instituições.

A Tabela 25 – Resultado do TRE-PI no contempla os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI) do TRE-PI nos levantamentos realizados pelo Tribunal de Conta as União ao longo do período de 2010 a 2021.

Tabela 25 – Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTI do TCU

Ano	Resultado	Capacidade
2010	0,36	Inicial
2012	0,56	Intermediário
2014	0,45	Básico
2016	0,65	Intermediário
2017	0,57	Intermediário
2018	0,45	Intermediário
2021	0,50	Intermediário

O resultado individualizado do TRE-PI no levantamento de Governança e Gestão Públicas promovido pelo Tribunal de Contas da União em 2021 pode ser obtido no endereço <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%2031%20-%20TRE-PI.pdf>.

11.2 AVALIAÇÃO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, diagnóstico para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento e, consequentemente, do aperfeiçoamento dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes na ENTIC-JUD vigente.

Esse diagnóstico é obtido por meio da aplicação de questionário aos órgãos do Poder Judiciário e, como resultado da aferição, é publicado o nível de maturidade atingido por cada órgão através do índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

A Tabela 26 – Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTIC-JUD do CNJ contempla os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTIC-JUD) do TRE-PI nos levantamentos realizados pelo Conselho Nacional de Justiça ao longo do período de 2016 a 2021.

Tabela 26 – Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTIC-JUD do CNJ

Ano	Resultado	Classificação
2016	0,33	Baixo
2017	0,67	Satisfatório
2018	0,70	Aprimorado
2019	0,75	Aprimorado
2020	0,75	Aprimorado
2021	0,66	Aprimorado

A partir da publicação da nova ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021), foram estabelecidos novos requisitos a serem atendidos pelo Poder Judiciário. Dessa forma, foi necessária a criação de novos critérios de avaliação, de nova metodologia de cálculo e de novas perguntas, resultando no iGovTIC-JUD, período de 2021 a 2026. De acordo com o questionário aplicado pelo CNJ em 2021, as perguntas foram organizadas nos seguintes temas:

- Sistemas de Informação;
- Atendimento e Suporte ao Usuário;
- Políticas e Planejamento;
- Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados;
- Estruturas Organizacionais e Macroprocessos;

- Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem;
- Transformação Digital;
- Pessoas.

O resultado de um Tribunal no iGovTIC-JUD avalia indiretamente o nível de prioridade que a área de Tecnologia da Informação possui no órgão avaliado. A Secretaria de Tecnologia da Informação detém a responsabilidade sobre a maioria dos critérios avaliados no levantamento, em decorrência natural das atribuições regimentais pela gestão dos serviços de tecnologia da informação. No entanto, o resultado do iGovTIC-JUD depende da atuação das diversas unidades administrativas do Tribunal, considerando a abordagem multidisciplinar avaliada pelo Conselho Nacional de Justiça com o levantamento realizado.

Em 2021, com o objetivo de aumentar o resultado do TRE-PI no Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, a Secretaria de Tecnologia da Informação empreendeu diversas iniciativas.

Dentre elas, destacam-se a elaboração da Política de Gestão de Pessoas de TI, formalização dos processos de Planejamento e Gestão de Tecnologia da Informação, de Gestão Orçamentária de Tecnologia da Informação, de Gerenciamento de Contratos de TI e a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação. Assim, em 2021 o TRE-PI obteve a nota de 66,19 no iGovTIC-JUD, mantendo o nível Aprimorado alcançado desde 2017.

Em janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação para o período 2021-2026, estabelecendo o prazo até junho de 2021 para os Tribunais adequarem os respectivos planos estratégicos e planos diretores de Tecnologia da Informação aos novos parâmetros estabelecidos nacionalmente.

Com essa premissa, o CNJ comunicou aos Tribunais, por meio de videoconferência realizada com os Secretários e Diretores de Tecnologia da Informação, que o levantamento do iGovTIC-JUD em 2021 seria realizado ainda com base na estratégia anterior (Resolução nº 215/2015). No entanto, próximo ao período de abertura do prazo para resposta do questionário de avaliação, o CNJ definiu pela avaliação do iGovTIC-JUD com base na nova ENTIC-JUD, ajustando os critérios de avaliação dos Tribunais a uma escala de transição entre os níveis de maturidade.



Gráfico 2 – Resultado do TRE-PI por tema no iGovTIC-JUD 2021

Por essa razão, parte das iniciativas desencadeadas pelo TRE-PI para melhoria do resultado o iGovTIC-JUD foram prejudicadas, pois estavam baseadas em critérios presentes na ENTIC-JUD anterior como orientado pelo CNJ, resultando em um desempenho inferior ao planejado inicialmente pelo Regional.

O Gráfico 2 – Resultado do TRE-PI por tema no iGovTIC-JUD 2021 apresenta o resultado do TRE-PI em cada um dos temas avaliados pelo CNJ.

12 DIRECIONAMENTOS FUTUROS

A Tecnologia da Informação tem ampliado crescentemente a sua importância estratégica para as organizações e, especialmente, para o Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça tem empreendido diversas medidas buscando o aperfeiçoamento tecnológico dos Tribunais com o objetivo de ampliar e facilitar o acesso aos serviços oferecidos aos seus jurisdicionados.

Algumas dessas medidas puderam ser observadas ao longo dos últimos dois anos, com a regulamentação do Balcão Virtual, do Juízo 100% Digital, da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e o do programa Justiça 4.0.

As iniciativas estão alinhadas à nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – ENTID/JUD, regulamentada por meio da Resolução CNJ nº 370/2021, na qual o Conselho Nacional de Justiça prioriza a transformação digital para ampliar a presença do Poder Judiciário na vida das pessoas, buscando uma aproximação e um contato maior com os cidadãos.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça tem desenvolvido uma série de regulamentações buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle e segurança da informação, especialmente as defesas de segurança cibernética. As iniciativas representam a resposta do Poder Judiciário às constantes ameaças e ataques que vem sofrendo para a desestabilização dos serviços de tecnologia da informação e do roubo de dados com o objetivo de obter benefícios financeiros.

Desse modo, o Conselho Nacional de Justiça tem demandado crescentemente os Tribunais para o alcance das metas estabelecidas de modernização do Poder Judiciário com a ampliação e melhoria dos serviços de tecnologia da informação.

Contudo, os Tribunais Eleitorais contam, em sua grande maioria, com um quadro de servidores de carreira de TI criado em 1995, ou seja, há 26 anos. Algumas modificações foram realizadas ao longo desse período, com a ampliação de algumas vagas na área. Porém, para o TRE-PI especificamente a insuficiência de servidores de carreira de TI no órgão limita a capacidade de atendimento das demandas do Conselho Nacional de Justiça para o aprimoramento e a gestão dos serviços de tecnologia da informação.

A seguir são apresentados alguns direcionamentos futuros sobre medidas relacionadas à área de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí a serem avaliadas pela nova gestão do Tribunal.

DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O sistema Janus, desenvolvido pelo TRE-BA, se encontra em processo de implantação no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. A iniciativa se apresenta como ponto de partida do TRE-PI no uso de soluções de inteligência artificial para a automatização de tarefas repetitivas, no caso, o julgamento de processos de Prestação de Contas Eleitorais.

A experiência permitirá o conhecimento dos recursos de IA oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Programa Justiça 4.0 e da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), como a plataforma Sinapse e o sistema Codex, possibilitando o desenvolvimento de projetos futuros em parceria com outros Tribunais para a agilidade e o aperfeiçoamento de sua atuação jurisdicional utilizando soluções de IA desenvolvidas no próprio Regional.

DESENVOLVIMENTO DE PAINÉIS GERENCIAIS DE DADOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí tem desenvolvido soluções de painéis gerenciais de visualização de dados para auxiliar na gestão das unidades e no planejamento das atividades com base em dados estatísticos e informações que subsidiam a tomada decisões no âmbito do Regional.

Em 2021, após troca de informações e com apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, a Secretaria de Tecnologia da Informação desenvolveu o sistema Gestão à Vista, com a disponibilização de um conjunto de painéis gerenciais de visualização de dados para o acompanhamento pela Corregedoria Regional Eleitoral das informações sobre processos judiciais e prestação jurisdicional das Zonas Eleitorais, de modo a acompanhar o alcance das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

O sucesso da iniciativa pode ser ampliado para as demais unidades do Tribunal, realizando-se um levantamento das demandas de dados a serem apresentadas pelos gestores das unidades do Tribunal, de modo a serem consolidadas em um portfólio que permita o desenvolvimento pela Secretaria de Tecnologia da Informação dos painéis gerenciais de visualização de dados para o atendimento dessas demandas.

O desenvolvimento e a manutenção dos painéis sugeridos poderiam ser realizados não apenas pela STI. A proposta seria a capacitação de servidores das unidades do Tribunal, interessados na qualificação necessária para o desenvolvimento ou a sustentação posterior dos painéis que viessem a ser desenvolvidos pela STI. Dessa maneira, as unidades poderiam obter autonomia para a criação de painéis e o aprimoramento de painéis de acordo com as suas necessidades.

MELHORIA DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Secretaria de Tecnologia da Informação possui um ritmo constante de formalização e aperfeiçoamento dos processos de trabalho para gestão dos serviços de Tecnologia da Informação, de modo a assegurar a conformidade com os regulamentos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e atender às recomendações apresentadas nos modelos de governança e gestão presentes nos guias de boas práticas aplicáveis à área.

A proposta seria organizar os trabalhos de desenho e implantação de processos de governança e gestão de TI com o objetivo de assegurar o alcance dos critérios estabelecidos pelo CNJ e avaliados anualmente por meio do Levantamento do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), contribuindo, assim, para o alcance da melhoria dos resultados do TRE-PI no Prêmio CNJ de Qualidade.

APERFEIÇOAMENTO DAS DEFESAS DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

A Justiça Eleitoral tem empreendido diversas medidas para aumentar a proteção dos Tribunais Eleitorais contra ataques que possam comprometer a Segurança da Informação das instituições que a integram.

Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral criou uma rede entre os Tribunais Eleitorais para a definição de procedimentos, normas, ferramentas e protocolos de prevenção, gerenciamento e investigação de ataques cibernéticos.

Desse modo, convém ao Tribunal adotar proativamente, por meio do Núcleo de Segurança Cibernética vinculado à Secretaria de Tecnologia da Informação, as medidas necessárias para assegurar a proteção cibernética da infraestrutura computacional do órgão, contribuindo diretamente para a formação de um ecossistema seguro com a consolidação do esforço conjunto dos demais Tribunais Eleitorais.

ACOMPANHAMENTO DA LOGÍSTICA E PROCEDIMENTOS DE TRANSMISSÃO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

A Secretaria de Tecnologia da Informação tem realizado com as Zonas Eleitorais o acompanhamento da estratégia definida por cada Chefe de Cartório para o recolhimento das mídias de resultado e sua transmissão para totalização das eleições.

Esse acompanhamento tem promovido o aperfeiçoamento dos trabalhos nessa etapa do processo eleitoral e possibilitado uma maior agilidade na totalização das eleições.

Por se tratar de eleições gerais, as Eleições 2022 demandam um cuidado especial nessa etapa do processo em virtude da dependência que existe da totalização em todas as unidades da federação para a conclusão da apuração pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Desse modo, a utilização do sistema de logística pelas Zonas Eleitorais, com o apoio técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação, se apresenta como uma contribuição preciosa para o alcance desse objetivo. Além disso, devem ser assegurados pela STI as soluções necessárias para garantir o fornecimento contínuo dos serviços de comunicação de dados para os Cartórios Eleitorais, de maneira a assegurar a disponibilidade dos sistemas eleitorais para a totalização das eleições.

13 CONCLUSÃO

A atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação foi fortemente impactada pelas demandas apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça para implementação dos requisitos estabelecidos com os normativos publicados ao longo dos anos 2020 e 2021, que dependiam diretamente de ações a serem realizadas pelos Tribunais.

As demandas do CNJ relacionadas à atuação da STI estavam diretamente vinculadas ao propósito do Conselho de ampliar o acesso à Justiça pelos cidadãos. Alguns exemplos dessas medidas são a implantação do Balcão Virtual, o Juízo 100% Digital e o programa Justiça 4.0.

Por outro lado, as medidas de prevenção e combate a ataques cibernéticos provocaram nos Tribunais uma mobilização ampla para estabelecimento de um conjunto mínimos de requisitos para promover a melhoria dos mecanismos de Segurança da Informação.

No âmbito local, a Secretaria de Tecnologia da Informação atuou proativamente no acompanhamento e desenvolvimento das ações necessárias para o atendimento dos requisitos para o Prêmio CNJ de Qualidade, coordenando, com a participação de outras unidades, as medidas que possuíam relação com o fornecimento de dados ao Conselho Nacional de Justiça por meio do DataJud. Para isso, foi utilizado o sistema Atena, implantado no Tribunal em 2020 e homologado para utilização pelas unidades em 2021.

As ações voltadas à governança e gestão de Tecnologia da Informação foram retomadas pela STI e o apoio da Alta Administração tem promovido uma melhoria constante dos resultados-chaves alcançados pelo Tribunal no acompanhamento das iniciativas previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

O tema de Segurança da Informação teve avanços significativos com a contratação de bens e serviços de TI para fortalecer as defesas do TRE-PI contra ataques cibernéticos. A criação dos Núcleo de Segurança da Informação e Núcleo de Segurança Cibernética representam uma medida concreta do Tribunal para o aperfeiçoamento dos controles pertinentes ao tema.

Os investimentos realizados pelo Tribunal na infraestrutura computacional permitem concluir que houve na gestão atual uma preocupação com a modernização do parque computacional e com a ampliação da capacidade de processamento para promover a melhoria dos serviços de Tecnologia da Informação oferecidos aos seus usuários internos e externos.

O reduzido quadro de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação afetou a capacidade de atendimento das demandas apresentadas ao

Tribunal na área de Tecnologia da Informação e impactaram a capacidade de inovação e desenvolvimento de novos serviços pela STI.

Contudo, o sucesso da Secretaria de Tecnologia da Informação no cumprimento da sua missão institucional se deve ao comprometimento e esforço de cada uma das pessoas que a integram, que contribuíram diretamente para o resultado alcançado com as ações promovidas para agregar valor aos serviços prestados pelo TRE-PI à sociedade.

Desse modo, ciente do papel estratégico que representa no cumprimento das exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores, a Secretaria de Tecnologia da Informação reafirma sua responsabilidade nos esforços contínuos para o aumento da maturidade em Governança e Gestão de Tecnologia da Informação, objetivando a melhoria sustentável dos seus processos de trabalho e realização de projetos estratégicos para a atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no alcance de sua missão institucional.

ANEXO I
INICIATIVAS PDTI 2021-2026

Anexo II – Iniciativas do PDTI

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
1	Art. 10	Grupo 1: Colaboração e inovação	Fomentar a utilização do ConnectJUS	Realizar ações com objetivo de promover a utilização e inserção de conteúdos no ConnectJUS por parte do Tribunal	01/2021	12/2021	GABSTI
2	Art. 11	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD)	Promover ações que visam a melhoria dos resultados do iGovTIC-JUD	01/2021	12/2021	GABSTI
3	Art. 14	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Promover a divulgação dos resultados do iGovTIC-JUD	Promover ações que visam divulgar os resultados do iGovTIC-JUD	01/2021	12/2021	GABSTI
4	Art. 21	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TI	Promover ações de forma manter estruturas especializadas, compatíveis com a demanda de TI, que desempenhem atividades relacionadas, no mínimo, aos macroprocessos listados nos incisos do Art. 21	01/2021	12/2021	Presidência
5	Art. 23	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Manter a estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TI do órgão adequados às melhores práticas para as atividades consideradas como estratégicas	Promover ações de forma manter a estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TI do órgão adequados às melhores práticas para as atividades consideradas como estratégicas	01/2021	12/2021	GABSTI
6	Art. 23, PU	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Manter a coordenação dos macroprocessos de TI e as funções gerenciais executadas preferencialmente por servidores do quadro permanente do órgão	Promover ações de forma manter a coordenação dos macroprocessos de TI e as funções gerenciais executadas preferencialmente por servidores do quadro permanente do órgão	01/2021	12/2021	Presidência
7	Art. 24, § 1	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Manter quadro de servidores de TI compatível com a demanda.	Promover ações de forma fixar o quantitativo de servidores de TI necessário com base no número de usuários internos e externos de recursos de TI, bem como o referencial mínimo estabelecido no Guia.	01/2021	12/2021	Presidência

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
8	Art. 25	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Promover a retenção de talentos de TI	Promover ações de forma estabelecer instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TI, propiciando oportunidades de crescimento profissional direcionadas aos servidores do quadro permanente do órgão, com vistas à retenção de talentos.	01/2021	12/2021	SGP
9	Art. 26	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Realização de análise de rotatividade de servidores de TI	Realizar análise de rotatividade a cada dois anos	01/2021	12/2021	SGP
10	Art. 42	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Alinhar o Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	Promover adequação dos normativos, conforme Art. 42 e incisos	01/2021	07/2021	GABSTI
11	Art. 44, PU	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Promover o acompanhamento dos resultados das metas institucionais e nacionais estabelecidas.	Estabelecer ações que visam o acompanhamento dos resultados das metas institucionais e nacionais estabelecidas.	01/2021	12/2021	GABSTI
12	Art. 45	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Elaborar Plano de Trabalho	Elaborar Plano de Trabalho, conforme critérios da ENTIC	01/2021	07/2021	GABSTI
13	Art. 45	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Enviar Plano de Trabalho ao CNJ	Enviar o Plano de Trabalho ao CNJ	01/2021	07/2021	Presidência
14	Art. 47	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTICJUD, de forma periódica	Encaminhar, dentro dos prazos requeridos, os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTICJUD, de forma periódica, conforme formatos padronizados no repositório nacional definido pelo CNJ.	01/2021	12/2021	GABSTI
15	Art. 6	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Instituir e manter o PDTIC alinhado à ENTIC	01/2021	12/2021	GABSTI

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
16	Art. 6, § 1º	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC	Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC	01/2021	12/2021	GABSTI
17	Art. 6, § 3º	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Promover a extinção do Plano Estratégico de TI (PETIC)	Promover a migração das linhas estratégicas do PETIC no PDTIC	01/2021	07/2021	GABSTI
18	Art. 7	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar	Revisar ato de instituição do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação para eventuais adequações conforme ENTIC-JUD	01/2021	12/2021	GABSTI
19	Art. 7	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Manter um Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar	Promover reuniões periódicas	01/2021	12/2021	GABSTI
20	Art. 8	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Revisar ato de instituição do Comitê de Gestão de TI para eventuais adequações conforme ENTIC-JUD	01/2021	12/2021	GABSTI
21	Art. 8	Grupo 2: Governança e Gestão de TI	Manter um Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Promover reuniões periódicas	01/2021	12/2021	GABSTI
22	Art. 36	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Elaborar Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços	Elaborar e manter o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços	01/2021	12/2021	CODIN
23	Art. 37	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Elaborar Plano de Gestão de Riscos de TI	Elaborar e manter Plano de Gestão de Riscos de TI	01/2021	12/2021	CODIN
24	Art. 38	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Fomentar adesão de práticas e processos de segurança da informação e proteção de dados	Elaborar e aplicar práticas e processos de proteção de dados a serem adotadas no Tribunal, conforme disposto na Lei no 13.709/2018 que dispõe sobre a Proteção de Dados Pessoais.	01/2021	12/2021	CODIN
25	Art. 38	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Fomentar adesão de práticas e processos de segurança da informação e proteção de dados	Elaborar e aplicar práticas e processos de proteção de dados a serem adotadas no Tribunal, conforme disposto na Lei no 13.709/2018 que dispõe sobre a Proteção de Dados Pessoais.	01/2021	12/2021	DG

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
26	Art. 39	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Instituir Política de Segurança da Informação (PSI)	Revisar a Política de Segurança da Informação (PSI).	01/2021	12/2021	CODIN
27	Art. 40	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Constituir Comitê Gestor de Segurança da Informação multidisciplinar	Revisar o ato de instituição da Comissão de Segurança da Informação	01/2021	12/2021	GABSTI
28	Art. 40	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Manter um Comitê Gestor de Segurança da Informação multidisciplinar	Promover reuniões periódicas	01/2021	12/2021	GABSTI
29	Art. 41	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Constituir Comitê gestor institucional para tratar da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD)	Instituir o Comitê	01/2021	12/2021	DG
30	Art. 41	Grupo 3: Segurança da informação e proteção de dados	Manter um Comitê gestor institucional para tratar da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD)	Promover reuniões periódicas	01/2021	12/2021	DG
31	Art. 9	Grupo 4: Aquisições e contratações	Fomentar a aderência dos processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TI às determinações do CNJ	Estabelecer fluxos de processos de forma a promover aderência aos normativos do CNJ	01/2021	12/2022	COSUT
32	Art. 9, § 2º	Grupo 4: Aquisições e contratações	Disponibilizar junto ao repositório nacional artefatos de contratações	Estabelecer fluxos de processos de forma promover a disponibilização de artefatos de contratações ao repositório nacional	01/2021	12/2022	COSUT
33	Art. 28, PU	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Utilizar preferencialmente os sistemas nacionais desenvolvidos colaborativamente e amplamente disseminados pelo Poder Judiciário, com o intuito da ampliação e compartilhamento de soluções.	Implantar solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e de audiência, compatível com o MNI	01/2021	12/2021	COSUT

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
34	Art. 34	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Promover ações de forma manter itens de infraestrutura tecnológica que atendam às especificações, temporalidade de uso e obsolescência a serem regulados em instrumentos aplicáveis e específicos.	Elaborar processo de descarte de ativos de TI	01/2021	12/2022	COSUT
35	Art. 34, § 1	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Manter parque tecnológico compatível com a demanda	Revisar a Política de Nivelamento de Infraestrutura de TI e realizar estudos para atualização do parque tecnológico do Tribunal	01/2021	12/2022	COSUT
36	Art. 28	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na ENTICJUD	Promover ações de forma executar ou contratar serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação obedecendo os requisitos estabelecidos na ENTICJUD	01/2021	12/2022	CODIN
37	Art. 28, PU	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Fomentar a o uso de sistemas nacionais desenvolvidos colaborativamente	Utilizar preferencialmente os sistemas nacionais desenvolvidos colaborativamente e amplamente disseminados pelo Poder Judiciário, com o intuito da ampliação e compartilhamento de soluções.	01/2021	12/2022	CODIN
38	Art. 29	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Adoção de padrão nacional definido pelo CNJ para a utilização das credenciais de login único e interface de interação dos sistemas	Promover ações de forma viabilizar a adoção de padrão nacional definido pelo CNJ para a utilização das credenciais de login único e interface de interação dos sistemas	01/2021	12/2021	CODIN
39	Art. 30	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Atender as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ no 335/2020	Em relação aos sistemas, promover ações de forma a atender as diretrizes propostas na Res. 335/2020 (PDPJ)	01/2021	12/2022	CODIN
40	Art. 31	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem	Seguir as diretrizes propostas pelo CNJ na adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem, atendendo aos requisitos de segurança da informação e proteção de dados.	01/2021	12/2022	CODIN

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
41	Art. 32	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Inserção de cláusula que determine o depósito da documentação nos instrumentos contratuais de desenvolvimento de sistemas	Promover ações de forma definir e estabelecer a necessidade de inserção de cláusula que determine o depósito da documentação nos instrumentos contratuais de desenvolvimento de sistemas	01/2021	12/2022	CODIN
42	Art. 32	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Classificar os sistemas estratégicos	Revisar os sistemas estratégicos do TRE-PI	01/2021	12/2022	CODIN
43	Art. 33	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Desenvolver novos sistemas atendendo os requisitos do Art. 33	Revisar os requisitos de desenvolvimento de sistemas para a promoção de ações de forma que os novos sistemas atendam os requisitos do Art. 33	01/2021	12/2022	CODIN
44	Art. 34, § 2	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Manter a gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica	Revisão do processo de gestão de ativos, visando o registro e monitoramento da localização de cada ativo.	01/2021	12/2022	COSUT
45	Art. 34, § 3	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Manter documentos digitais conforme diretrizes definidas	Criar mecanismos de forma atender a Recomendação CNJ nº 46/2013 e na Lei nº 13.709/2018, e alterações posteriores	01/2021	12/2022	SAOF
46	Art. 35	Grupo 5: Serviços de infraestrutura e soluções corporativas	Utilizar preferencialmente serviços em nuvem	Fomentar a adoção de serviços em nuvem	01/2021	12/2022	CODIN
47	Art. 17, § 2	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	Avaliar a satisfação e experiência da pessoa usuária dos serviços prestados pelo Tribunal	Desenvolver e aplicar modelo de pesquisa de satisfação, considerando a necessidade de acompanhar a transformação digital da prestação dos serviços públicos, a percepção de utilidade das informações e a implementação das ações de melhoria dos serviços prestados. Promover a divulgação ampla da pesquisa de satisfação e dos seus resultados.	01/2021	12/2022	Ouvidoria



ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
48	Art. 18	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	Padronizar os meios de avaliação ou pesquisas de satisfação.	Melhorar continuamente o modelo de pesquisa de satisfação da pessoa usuária dos serviços prestados pelo Tribunal de forma a acompanhar as diretrizes e parâmetros de uniformização da pesquisa e dos indicadores definidos entre os órgãos do Poder Judiciário	01/2021	12/2022	Ouvidoria
49	Art. 18, § 1	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	Aperfeiçoar os atendimentos	Aperfeiçoar continuamente o atendimento prestado pela Ouvidoria com a implantação de processos de gestão baseados em modelos e boas práticas do mercado visando a simplificação e otimização dos serviços. Servir de referência para as demais áreas do Tribunal, expedindo modelos e manuais de atendimento.	01/2021	12/2022	Ouvidoria
50	Art. 18, § 2	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	Melhorar os serviços prestados ao cidadão	Fomentar a implementação de ações de melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal com adoção de estratégias flexíveis e aderentes a especificidades locais, de forma colaborativa, visando a humanização do atendimento, simplificação e otimização dos processos internos, baseando-se nos resultados da pesquisa de satisfação. internos da área de TIC e otimização dos processos de trabalho.	01/2021	12/2022	Ouvidoria
51	Art. 19	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	Adotar modelos de governança e práticas de gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Revisar os processos relacionados ao gerenciamento de serviços de TI	01/2021	12/2022	COSUT
52	Art. 20	Grupo 6: Atendimento e satisfação do usuário	Promover mecanismos para o atendimento personalizado aos usuários	Implantar nova ferramenta de service-desk	01/2021	12/2022	COSUT
53	Art. 27	Grupo 7: Desenvolvimento das competências dos colaboradores	Elaborar, implantar e promover a divulgação do Plano Anual de Capacitações de TI	Promover ações de forma elaborar, implantar e promover a divulgação do Plano Anual de Capacitações de TI	01/2021	12/2023	GABSTI

ID da Ação	Identificação do dispositivo da Resolução	Tema/ Grupo	Descrição das Ações	Procedimento (como será realizado)	Data de Início	Data de Término	Unidade Responsável pela Coordenação
54	Art. 27, § 1	Grupo 7: Desenvolvimento das competências dos colaboradores	Desenvolvimento as lacunas de competências identificadas nos servidores de TI	Acompanhar, junto à área de Pessoas, o desenvolvimento das lacunas de competências identificadas nos servidores de TI, alinhado com a gestão por competências institucional.	01/2021	12/2023	GABSTI
55	Art. 27, § 2	Grupo 7: Desenvolvimento das competências dos colaboradores	Publicar e manter o Plano Anual de Capacitações de TI	Publicar e manter no Repositório Nacional o Plano Anual de Capacitações de TI	01/2021	12/2023	GABSTI
56	Art. 15	Grupo 8: Iniciativas de transformação digital	Instituir o Plano de Transformação Digital	Elaborar e instituir o Plano de Transformação Digital. Cabendo destacar que o normativo é institucional, sendo elaborado pela unidade competente do Tribunal e aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	01/2021	12/2024	DG
57	Art. 15	Grupo 8: Iniciativas de transformação digital	Executar o Plano de Transformação Digital	Promover ações para atendimento das iniciativas do Plano de Transformação Digital	01/2021	12/2024	GABSTI
58	Art. 17	Grupo 8: Iniciativas de transformação digital	Disponibilizar canais e serviços digitais simples e intuitivos	Promover ações para disponibilização de canais e serviços digitais simples e intuitivos	01/2021	12/2024	CODIN
59	Art. 17, § 1	Grupo 8: Iniciativas de transformação digital	Disponibilizar serviços digitais	Promover ações para o desenvolvimento e disponibilização de serviços digitais	01/2021	12/2024	CODIN

Anexo III – Iniciativas de Demandas Internas

ID	Nome da Iniciativa	Procedimento(Como será realizado?)	Data de Início	Data de término	Unidade Responsável
DI1	Realização de eleições comunitárias no Piauí	Prestar serviço de eleição informatizadas a entidades não governamentais ou sem fins lucrativos	01/2021	12/2026	COELEI
DI2	Melhoria da infraestrutura de comunicação de dados	Acompanhar o desempenho da infraestrutura de comunicação de dados, visando a melhoria dessa infraestrutura quando necessário	03/2021	12/2021	CODIN
DI4	Implantação do processo de gestão de contratos de TI	Implantar processo de gestão de contratos de ti com base nas boas práticas recomendadas pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão	05/2021	09/2021	COSUT
DI5	Desenvolvimento de plano de auditoria interna para a área de TI	Elaborar plano de auditoria interna, visando a melhoria contínua dos processos de gestão da STI	01/2022	12/2022	GABSTI
DI6	Regulamentação das normas internas de segurança da informação	Regulamentar as normas internas de segurança da informação, conforme disposto no art. 6º da res. Tre nº 315/2015	01/2022	12/2022	CODIN
DI7	Elaboração de política de manutenção de documentos eletrônicos	Definir normativo para regulamentar a guarda e preservação de documentos eletrônicos no âmbito do Tribunal	10/2021	05/2022	Comissão de Gestão Documental
DI8	Implantação de ferramenta de <i>business intelligence (BI)</i> no âmbito do TRE-PI	Implantar solução de inteligência de negócios (BI), com a capacitação de servidores das unidades de negócio para desenvolvimento de painéis gerenciais de informação	02/2021	10/2021	CODIN
DI10	Implantação do processo de planejamento e gestão de tecnologia da informação	Implantar o processo de planejamento e gestão de tecnologia da informação alinhado à ENTIC-JUD	07/2021	08/2021	GABSTI

ANEXO II
RECURSOS DE TI
ORÇAMENTO ORDINÁRIO 2022
ORÇAMENTO PLEITOS ELEITORAIS 2022

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022 - ORÇAMENTO ORDINÁRIO

CUSTEIOS

UA	DESPESA AGREGADA	ELEM DESP	NATUREZA DA DESPESA DETALHADA		ITEM DA DESPESA	PLANO INTERNO	VALOR PROGRAMADO PARA 2022	AJUSTE	PO INICIAL	EXTRATETO	PO FINAL	OBSERVAÇÃO
			CÓDIGO	DESCRIÇÃO								
COAAD	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	339037	33903701	33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	33.90.37.01.0068 - OPERADOR DE EMPILHADEIRA	ADM APOIO	37.487,20	-	37.487,20	-	37.487,20	20CT0032 - SERVICOS TERCEIRIZADOS - OPERADOR DE EMPILHADEIRA.
STI	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	339037	33903701	33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	33.90.37.01.0055 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	ADM APOIO	78.226,73	-	78.226,73	-	78.226,73	16CT0045 - PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO TECNICA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS. EXERCICIO ANTERIOR.
STI	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	339037	33903701	33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	33.90.37.01.0064 - SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO WEB	TIC APOIO	953.535,16	-	96.618,46	-	1.050.153,62	18CT0084 - LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA TERCEIRIZADA - SERVICOS ESPECIALIZADOS NA AREA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO.
STI	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	339037	33903701	33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	33.90.37.01.00XX - ITEM A SER CRIADO PELO TSE	TIC APOIO	-	-	-	180.000,00	180.000,00	NOVA CONTRATAÇÃO - TÉCNICO COM PERFIL DE ADM. DE REDE
STI	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	339037	33903701	33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	33.90.37.01.00XX - ITEM A SER CRIADO PELO TSE	TIC APOIO	-	-	-	216.000,00	216.000,00	NOVA CONTRATAÇÃO - TÉCNICO SUPORTE AO USUÁRIO
STI	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	339040	33904011	33.90.40.11 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	33.90.40.11.0011 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	TIC APOIO	735.743,25	-	735.743,25	288.000,00	1.023.743,25	18CT0070 - PRESTACAO DE SERVICO DE INFORMATICA NA AREA DE SUSTENTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO.
STI	ARMAZENAMENTO DE DADOS	339040	33904023	33.90.40.23 - EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	33.90.40.23.0023 - EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	TIC ARMDAD	8.491,10	-	8.491,10	-	8.491,10	20CT0115 - SERVICOS DE TIC - CERTIFICADOS SSL/TLS WILDCARD ORGANIZACIONAL.
STI	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	339040	33904013	33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL	33.90.40.13.0025 - ACESSO À INTERNET	TIC COMRED	10.999,96	2.170,96	8.829,00	-	8.829,00	20CT0017 - ACESSO À INTERNET VPN
STI	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	339040	33904013	33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL	33.90.40.13.0026 - COMUNICAÇÃO DE DADOS	TIC COMRED	1.968.069,51	-	1.968.069,51	-	1.968.069,51	19CT0018 - COMUNICACAO DE DADOS - SERVICO DE ENLACE DE COMUNICACAO DE DADOS PARA INTERLIGAR A SEDE DO TRE-PI E OS CARTORIOS ELEITORAIS.
STI	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	339040	33904014	33.90.40.14 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	33.90.40.14.0014 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	TIC COMRED	7.897,56	-	7.897,56	-	7.897,56	17CT0035 - TIC - COMUNICACAO E REDE DE DADOS - INTERNET MOVEL 4G - FRANQUIA 5GB.
STI	LOCAÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE	339040	33904006	33.90.40.06 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES	33.90.40.06.0006 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES	TIC LOCOSOF	48.640,88	-	48.658,52	-	97.299,40	1 - Manutenção da contratação dos serviços de videoconferência, webinar streaming de audio/video; 2 - Locação do software AUTODES REVIT para o Serviço ode Engenharia do TRE/PI.
STI	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	339040	33904012	33.90.40.12 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	33.90.40.12.0012 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	TIC MANHDW	134.290,00	-	134.290,00	-	134.290,00	Manutenção da contratação dos serviços de manutenção dos equipamentos UPS SYMMETRA PX40 (Recauchutagem)
STI	MANUTENÇÃO E SUSTENTACÃO DE SOFTWARE	339040	33904007	33.90.40.07 - MANUTENÇÃO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACÃO DE SOFTWARES	33.90.40.07.0007 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUSTENTACÃO DE SOFTWARES	TIC MANSOF	274.596,70	50.000,00	224.596,70	-	224.596,70	1 - Manutenção do contratos que têm como objeto manutenção do software da biblioteca; 2 - Contratação nova (Manutenção do RFID (R\$ 168.000,00); 3 - Implantação e configuração de softwares de gerenciamento da Central de TI (R\$ 100.000,00)
COCONP	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	449040	44904005	44.90.40.05 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	44.90.40.05.0004 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	INV SOFTWR	350.000,00	-	350.000,00	-	350.000,00	CONTRATAÇÃO NOVA
COCONP	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	449052	44905255	44.90.52.55 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	44.90.52.55.0155 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	INV SOFTWR	240.009,00	-	240.009,00	-	240.009,00	CONTRATAÇÃO NOVA
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905235	44.90.52.35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	44.90.52.35.0053 - UNIDADE DE GRAVAÇÃO DE BACKUP	INV EQUITIC	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	Investimento
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905235	44.90.52.35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	44.90.52.35.0069 - PONTOS DE ACESSO SEM FIO	INV EQUITIC	100.000,00	100.000,00	-	-	-	Investimento
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905235	44.90.52.35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	44.90.52.35.0085 - MONITORES	INV EQUITIC	80.000,00	80.000,00	-	-	-	Investimento
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905237	44.90.52.37 - EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	44.90.52.37.0086 - SWITCHES	INV EQUITIC	134.290,00	-	134.290,00	-	134.290,00	Investimento

COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905241	44.90.52.41 - EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	44.90.52.41.0080 - MICROCOMPUTADOR	INV EQUTIC	110.000,00	55.000,00	55.000,00	-	55.000,00	Investimento
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905241	44.90.52.41 - EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	44.90.52.41.0081 - NOTEBOOK	INV EQUTIC	195.000,00	-	195.000,00	-	195.000,00	Investimento
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905245	44.90.52.45 - EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	44.90.52.45.0003 - EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	INV EQUTIC	36.600,00	-	36.600,00	-	36.600,00	Investimento
COCONP	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	449052	44905230	44.90.52.30 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	44.90.52.30.0084 - ESTABILIZADOR	INV PERMAN	45.000,00	15.000,00	30.000,00	-	30.000,00	Investimento
COCONP	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	449052	44905234	44.90.52.34 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	44.90.52.34.0117 - PORTA-PALETE	INV PERMAN	2.300,00	2.300,00	-	-	-	Investimento
TOTAL PROGRAMADO							5.751.177,05	159.193,98	5.591.983,07	684.000,00	6.275.983,07	

EXTRATETO AUTORIZADO NO PLANO ORÇAMENTÁRIO SEGO - ATIVIDADES E PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

UA	DESPESA AGREGADA		NATUREZA DA DESPESA DETALHADA		ITEM DA DESPESA	PLANO INTERNO	VALOR PROGRAMADO PARA 2022	AJUSTE	PO INICIAL	EXTRATETO	PO FINAL	OBSERVAÇÃO
			CÓDIGO	DESCRIÇÃO								
COCONP	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	449040	44904005	44.90.40.05 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	44.90.40.05.0004 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	INV SOFTWR	-	-	-	382.967,00	382.967,00	SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PRIVILÉGIO EM CREDENCIAIS DE ACESSO (SOFTWARES)
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905235	44.90.52.35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	44.90.52.35.XXXX - ITEM A SER CRIADO PELO TSE	INV EQUTIC	-	-	-	2.800.000,00	2.800.000,00	SOLUÇÃO DE DATACENTER - CONTAINER TIER3
COCONP	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449052	44905235	44.90.52.35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	44.90.52.35.XXXX - ITEM A SER CRIADO PELO TSE	INV EQUTIC	-	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00	SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA
TOTAL PROGRAMADO							-	-	-	4.182.967,00	4.182.967,00	
TOTAL GERAL							5.751.177,05	159.193,98	5.591.983,07	4.866.967,00	10.458.950,07	

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022 - PLEITOS ELEITORAIS

SERVIÇOS									
NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	ITEM DA DESPESA	PLANO INTERNO	EXECUÇÃO 2020	PO 2022	AJUSTE	PROPOSTA INICIAL	EXTRATETO	PO FINAL	OBSERVAÇÃO
33.90.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	33.90.37.01.0046 - APOIO OPERACIONAL - URNAS ELETRÔNICAS - 1º TURNO	UEL APOIO	2.223.899,74	3.040.000,00	-	3.040.000,00	667.859,00	3.707.859,00	Auxiliares de apoio
33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL	33.90.40.13.0026 - COMUNICAÇÃO DE DADOS	IES SISMOV1	389.031,70	125.000,00	-	125.000,00	-	125.000,00	Transmissão de dados da apuração - 1º Turno
33.90.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDES EM GERAL	33.90.40.13.0026 - COMUNICAÇÃO DE DADOS	IES SISMOV2	-	125.000,00	-	125.000,00	-	125.000,00	Transmissão de dados da apuração - 2º Turno
TOTAL			2.612.931,44	3.290.000,00	-	3.290.000,00	667.859,00	3.957.859,00	

MATERIAL DE CONSUMO									
NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	ITEM DA DESPESA	PLANO INTERNO	EXECUÇÃO 2020	PO 2022	AJUSTE	PO INICIAL	EXTRATETO	PO FINAL	OBSERVAÇÃO
33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)	33.90.30.17.0063 - SUPRIMENTOS PARA URNA ELETRÔNICA	UEL MATCON		64.790,00	6.790,00	58.000,00	-	58.000,00	
33.90.30.17 - MATERIAL DE TIC (CONSUMO)	33.90.30.17.0088 - ETIQUETAS DE MÍDIAS	UEL MATCON		800,00	-	800,00	-	800,00	
33.90.30.19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	33.90.30.19.0009 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	UEL MATCON		35.370,00	5.370,00	30.000,00	-	30.000,00	
33.90.30.26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	33.90.30.26.0069 - BATERIAS DE URNA	UEL MATCON		120.000,00	30.000,00	90.000,00	-	90.000,00	
TOTAL			-	220.960,00	42.160,00	178.800,00	-	178.800,00	
TOTAL			2.612.931,44	3.510.960,00	42.160,00	3.468.800,00	667.859,00	4.136.659,00	

ANEXO III

PROJETOS E PLANO DE AÇÃO – STI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação Nº 6 - TRE/PRESI/DG/STI/CODIN

PLANO DE AÇÃO**Implantação dos protocolos de crise cibernética instituído pelo CNJ no âmbito do Poder Judiciário**

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura	Diretoria Geral

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Implantação dos protocolos de crises cibernéticas instituído pelo CNJ no âmbito do Poder Judiciário		22/02/2021	
CLIENTES			
Diretoria Geral			
PROGRAMA VINCULADO			
LÍDER DO PLANO		LOTAÇÃO	E-MAIL
Anderson Cavalcanti de Lima		STI	anderson.lima@tre-pi.jus.br
			TELEFONE
			(86) 2107-9761

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
02/02/2021	Antônio Manoel Silveira de Sousa	Criação do documento	1,0

3 – Visão Geral do Plano de Ação**3.1 – Justificativa do Plano**

JUSTIFICATIVA
Implantar os protocolos relacionados à segurança cibernética, instituídos pelo CNJ, no âmbito do Poder Judiciário, por meio das Portarias nº 290/2020, 291/2020 e 292/2020.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Implantar os protocolos de crises cibernéticas do Poder Judiciário no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Formalizar este plano de ação ao CNJ	Plano de ação formalizado	100%
Regulamentar, no âmbito do TRE, os protocolos relacionados à segurança cibernética do Poder Judiciário	Portarias publicadas	100%
Instituir o funcionamento da ETIR por meio de portaria	Portaria publicada	100%

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados**3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Fortalecer a infraestrutura e governança de TI	Frac Moderado Forte	Índice de maturidade em segurança da informação	3	O plano de ação contribui diretamente para a melhoria dos controles que compõem o índice de maturidade em segurança da informação

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Promover a Segurança da Informação	Índice de cumprimento dos requisitos da Política de Segurança da Informação	95%	A regulamentação do funcionamento da ETIR atende à Política de Segurança da Informação

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Comprometimento de todas as partes interessadas

RESTRICÇÕES
Formalizar o plano de ação para o CNJ até o dia 15/02/2020

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Prevenção a incidentes cibernéticos (Art. 5º): Criar processo para a gestão de incidentes de segurança cibernética, observando as fases de detecção, triagem, análise e resposta aos incidentes de segurança	22/02/2021	09/03/2021	Carlos Alberto	CODIN/ETIR	0,00
Prevenção a incidentes cibernéticos (Art. 10): Criar processo para a prevenção de incidentes contemplando as funções de preparação, identificação, contenção, erradicação, recuperação e lições aprendidas	10/03/2021	23/03/2021	Carlos Alberto	CODIN/ETIR	0,00
Prevenção a incidentes cibernéticos (Art. 10, I): Capacitar a equipe da ETIR no uso de ferramentas forenses de análise e custódia e em recuperação de incidentes de segurança	A definir	A definir	Anderson Lima	STI	30.060,64
Prevenção a incidentes cibernéticos: Elaborar minuta de protocolo de prevenção a incidentes cibernéticos no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí	24/03/2021	02/04/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 5º): Mapear o processo de monitoramento para identificação da crise cibernética	05/04/2021	16/04/2021	Carlos Alberto	CODIN/ETIR	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 6º e 7º II): Identificar as atividades essenciais para a atividade finalística do órgão e avaliar o impacto destas em uma crise cibernética	29/03/2021	02/04/2021	Anderson Lima	CSI	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 7º III): Identificar os ativos de informação críticos para as atividades essenciais, incluindo pessoas, processos, infraestrutura e recursos de tecnologia da informação	29/03/2021	02/04/2021	Anderson Lima	CSI	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 7º IV): Identificar os riscos associados às atividades finalísticas	29/03/2021	02/04/2021	Anderson Lima	CSI	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 8º): Definir uma sala de situação para crises cibernéticas	29/03/2021	02/04/2021	Ronaldo Maique	DG	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 8º): Definir as unidades integrantes do Comitê de Crises Cibernéticas, indicando o Chefe do Comitê, conforme Art. 12.	29/03/2021	02/04/2021	Ronaldo Maique	DG	0,00
Gerenciamento de crise cibernética: Elaborar minuta de protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí	05/04/2021	13/04/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 7º V): Identificar os tipos de incidentes cibernéticos	19/04/2021	23/04/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 7º V): Desenvolver procedimentos de resposta específicos para cada tipo de incidente cibernético	19/04/2021	23/04/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Gerenciamento de crise cibernética (Art. 7º VI): Priorizar o monitoramento e tratamento dos riscos de maior criticidade, registrando as atividades em planos de contingência	26/04/2021	30/04/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Gerenciamento de crise cibernética: Elaborar plano de contingência para cada tipo de incidente de incidente cibernético	26/04/2021	07/05/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Investigação para Ilícitos Cibernéticos (Art. 17): Criar processo para acionamento do Comitê de Crises Cibernéticas, nos termos do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas	03/05/2021	14/05/2021	Antônio Manoel	CODIN/SEINF	0,00

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Investigação para Ilícitos Cibernéticos (Art. 6º, 7º, 8º e 9º): Revisar e atualizar o registros realizados pela ferramenta de gerenciamento de eventos, de modo a atender os requisitos dos artigos supracitados.	10/05/2021	21/05/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Investigação para Ilícitos Cibernéticos (Art. 11): Configurar os ativos de informação para armazenar os seus registros de auditoria localmente e remotamente.	10/05/2021	21/05/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Investigação para Ilícitos Cibernéticos (Art. 18): Elaborar modelo de Relatório de Comunicação de Incidentes de Segurança em Redes Computacionais	13/05/2021	19/05/2021	Antônio Manoel	CODIN/SEINF	0,00
Investigação para Ilícitos Cibernéticos: Elaborar minuta de Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí	20/05/2021	28/05/2021	Antônio Manoel	CODIN/ETIR	0,00
Investigação para Ilícitos Cibernéticos (Arts. 12, 13, 14, 15 e 16): Definir critérios para a preservação de evidências, a serem utilizados no Termo de Custódia dos Ativos de Informação	24/05/2021	28/05/2021	Carlos Alberto	ETIR	0,00
Elaborar minuta de normativo de funcionamento da ETIR, observando o disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da Portaria CNJ nº 292/2020 e no protocolo de investigação para ilícitos cibernéticos	31/05/2021	09/06/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Apreciar as minutas de normativos elaboradas de modo a instituir os Protocolos, bem como a norma de funcionamento da ETIR	10/06/2021	17/06/2021	Dr. Paulo Roberto	CSI	0,00
Publicar os normativos no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí	18/06/2021	23/06/2021	Des. José James	PRESI	0,00

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
STI	Coordenar as atividades relacionadas à normatização dos protocolos de crises cibernéticas e da norma de funcionamento da ETIR	Anderson Lima
CODIN	Coordenar as unidades técnicas envolvidas no desenvolvimento dos protocolos	Antônio Manoel
SEINF/ETIR	Desenvolver os procedimentos técnicos preparatórios para a normatização dos protocolos, além de realizar as atividades preparatórias necessárias para a execução dos mesmos.	Carlos Alberto
COSUT	Colaborar na identificação dos impactos das crises cibernéticas junto aos usuários, além de configurar os ativos dos usuários para permitir a auditoria de uma investigação de crise cibernética	Nadja Marcela
CRE	Acompanhar a normatização dos protocolos solicitados pelo CNJ por meio da Comissão de Segurança da Informação	Danilo Pereira
SEAU	Configurar os ativos dos usuários para permitir a auditoria de uma investigação de crise cibernética	Márcio Igo
IMCOS	Acompanhar a normatização dos protocolos solicitados pelo CNJ por meio da Comissão de Segurança da Informação	Deimyson França
SJ	Acompanhar a normatização dos protocolos solicitados pelo CNJ por meio da Comissão de Segurança da Informação	Edmar Holanda
SGP	Acompanhar a normatização dos protocolos solicitados pelo CNJ por meio da Comissão de Segurança da Informação	Denise Vieira
SAOF	Acompanhar a normatização dos protocolos solicitados pelo CNJ por meio da Comissão de Segurança da Informação	Silvani Maia
DG	Acompanhar a normatização dos protocolos solicitados pelo CNJ por meio da Comissão de Segurança da Informação	Ronaldo Maique
CSI	Acompanhar a normatização dos protocolos no âmbito do TRE-PI, bem como da norma de funcionamento da ETIR. Appreciar as minutas de normas dos protocolos e da norma de funcionamento da ETIR. Encaminhar os normativos ao Presidente.	Dr. Paulo Roberto

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	(86) 2107-9761	anderson.lima@tre-pi.jus.br
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN	(86) 2107-9762	antonio.sousa@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Ribeiro Nascimento Junior	SEINF	(86) 2107-9756	carlos.nascimento@tre-pi.jus.br
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	(86) 2107-9859	marcio.igo@tre-pi.jus.br
Ronaldo Maique Araújo Braga	DG	(86) 2107-9822	ronaldo.braga@tre-pi.jus.br
Dr. Paulo Roberto Araújo Barros	PRESI	(86) 2107-9754	presi@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Não implementação das atividades previstas neste plano de ação	Falta de normatização dos protocolos e da ETIR, além de prejuízo no desenvolvimento dos procedimentos necessários	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Apreciar as normas relacionadas à ETIR e aos Protocolos do CNJ	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Dr. Paulo Roberto	PRESI	17/06/2021	0,00
Elaborar normas, processos e procedimentos necessários ao funcionamento dos protocolos	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Antônio Manoel	CODIN	09/06/2021	0,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Contingenciamento no orçamento pelo TSE	Não realização dos treinamentos previstos nesse plano	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Alocar recursos de outras capacitações	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Anderson Lima	STI	17/06/2021	30.060,64

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Prevenção a incidentes cibernéticos (Art. 10, I): Capacitar a equipe da ETIR no uso de ferramentas forenses de análise e custódia e em recuperação de incidentes de segurança	CURSO: FUNDAMENTALS OF INCIDENT HANDLING (FIH)	SEINF	2	2800,00	5.600,00
	Diárias	SEINF	13	2730,00	5.460,00
	Passagens	SEINF	4	850,00	3.400,00
	Adicional Deslocamento	SEINF	2	405,16	810,32
	CURSO: ANÁLISE FORENSE	SEINF	2	2.560,00	5.120,00
	Diárias	SEINF	13	2730,00	5.460,00
	Passagens	SEINF	4	850,00	3.400,00
	Adicional	SEINF	2	405,16	810,32
	CUSTO DO PLANO DE AÇÃO				30.060,64
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

(X) Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NOME	DATA	ASSINATURA
Ailton Cristian Queiroz e Silva	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Junior	SEINF	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'
Danilo Carvalho Franco Pereira	COCRE	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Deimyson Alcântara Franco	IMCOS	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Denise Vieira Berger Miranda	SGP	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Edmar Holanda Luz	SJ	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Silvani Maia Resende Santana	SAOF	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Ronaldo Maique Araújo Braga	DG	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Dr. Paulo Roberto Araújo Barros	PRESI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 08 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Cavalcanti de Lima, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 12/02/2021, às 08:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Vieira Berger Miranda, Secretário(a) de Gestão de Pessoas**, em 12/02/2021, às 08:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Manoel Silveira de Sousa, Coordenador**, em 12/02/2021, às 09:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edmar Holanda Luz, Secretário Judiciário**, em 12/02/2021, às 09:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Maique Araújo Braga, Diretor Geral**, em 12/02/2021, às 09:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Carvalho Franco Pereira, Coordenador(a) da Corregedoria Regional Eleitoral**, em 12/02/2021, às 09:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Silvani Maia Resende Santana, Secretária da SAOF**, em 12/02/2021, às 09:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Deimyson Alcantara Franca, Técnico Judiciário**, em 12/02/2021, às 10:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves, Chefe de Seção**, em 12/02/2021, às 11:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Junior, Chefe de Seção**, em 12/02/2021, às 11:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Cristian Queiroz e Silva, Colaborador(a) Terceirizado(a)**, em 12/02/2021, às 11:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Sousa Macedo Lima, Assessor(a) de Planejamento e Gestão Estratégica**, em 12/02/2021, às 12:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO DE ARAÚJO BARROS, Juiz Auxiliar do TRE-PI**, em 12/02/2021, às 14:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1187363** e o código CRC **C3F7513C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação Nº 14 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SELOGI

PLANO DE AÇÃO**Revisão de todos os locais de votação nos sistemas ELO e GEL**

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Seção de Logística e Informações	Coordenadoria de Eleições Informatizadas

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Revisão de todos os locais nos sistemas ELO e GEL		15/03/2021	
CLIENTES			
Zonas Eleitorais e Eleitores			
PROGRAMA VINCULADO			
Nenhum			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI/COELEI/STI	jairo.martins@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9796

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
12/03/2021	Jairo Mendes Soares Martins	Criação do documento	1,0
15/03/2021	Jairo Mendes Soares Martins	Adequação do plano de ação ao modelo de plano de ação indicado pela STI	2,0

3 – Visão Geral do Plano de Ação**3.1 – Justificativa do Plano**

JUSTIFICATIVA
Atualização da situação dos locais de votação de forma que permaneçam no ELO e no GEL ativos e com seus dados atualizados, somente aqueles que realmente se encontram em funcionamento. Situação dos locais de votação nas eleições de 2020: eventos SEI Nºs 1185491, 1185495 e 1198857.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Permitir que o Eleitor encontre no próprio sítio do TRE-PI ou do TSE a localização exata do seu local de votação com a maior antecedência possível, e que não seja surpreendido, de última hora, com a mudança temporária de seu local de votação como foi comum nas Eleições de 2020; Inserção de coordenadas geográficas de todos locais de votação em funcionamento; Possibilitar a criação de relatórios, a partir de extração diretamente do banco do ELO, contendo os locais de votação ativos para ser amplamente divulgado nos canais de comunicação social, redes sociais e no sítio eletrônico do TRE-PI na intranet e internet.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Atualizar a situação (ativo ou inativo) e tipo dos locais de votação das Zonas Eleitorais nos sistemas ELO e GEL.	Plano de ação concluído	100%
Coletar e enviar para o ELO as coordenadas geográficas dos locais de votação coletadas pelo GEL.	Plano de ação concluído	100%
Possibilitar a criação de relatórios dos locais de votação a partir de informações extraídas diretamente do banco de dados do Cadastro Eleitoral, permitido que a SELOGI possa manter atualizada, no sítio eletrônico do TRE-PI, a relação dos locais de votação de todos Município do Estado.	Plano de ação concluído	100%

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados**3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
CD1 - Fortalecer a cidadania	Fraco Moderado Forte	CD1.1 - Índice de implementação de projetos impactantes na cidadania.	Atingir 30% dos projetos com impacto para a Sociedade	A manutenção atualizada dos locais de votação dos Municípios possibilitam ao eleitor saber o local exato onde irá votar e também a possibilidade da localização geográfica dos locais de votação nos sítios eletrônicos do TRE e TSE, e nos aplicativos de localização, tais como Google Maps, waze e outros.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
----------------------	-----------	------	--------------

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Contribuição Corporativa para as Eleições - aprimorar a logística de apuração das eleições.	EL1.1 - Índice de participação das Zonas Eleitorais nas Elaboração da Logística	A partir de 2020 - 100% de participação das Zonas Eleitorais	Aprimorar a logística de apuração das eleições, já que a revisão dos locais de votação permitirá a melhor definição dos pontos de transmissão e das rotas de recolhimento de mídias.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Comprometimento de todas as partes envolvida nesse plano de ação, principalmente, os Cartórios Eleitorais, na execução da revisão e atualização dos seus locais de votação no ELO e no GEL.

RESTRICÇÕES
<p>Formalização do plano de ação para a Corregedoria do TRE-PI até o dia 05/04/2021.</p> <p>Formalização do plano de ação para as Zonas Eleitorais do TRE-PI até o dia 09/04/2021.</p> <p>Conclusão, por parte dos Cartórios Eleitorais, de suas atividades nesse plano de ação até 31/08/2021.</p> <p>Conclusão, por parte da SELOGI, desse plano de ação até o dia 17/09/2021.</p>

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
1 - Elaboração do Plano de Ação	08/03/2021	15/03/2021	Jairo Martins	SELOGI/COELEI	0,00
2 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para STI para análise e demais encaminhamentos.	15/03/2021	16/03/2021	Arimatea Carvalho	COELEI	0,00
3 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para ASPLAN para análise e demais encaminhamentos.	16/03/2021	17/03/2021	Anderson Lima	STI	0,00
4 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para a DG para análise e demais encaminhamentos.	18/03/2021	26/03/2021	Ailton Silva e Joana Lima	ASPLAN	0,00
5 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para a CRE para análise e demais encaminhamentos.	29/03/2021	02/04/2021	Ronaldo Maique	DG	0,00
6 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho da CRE para que os Cartórios Eleitorais realizem as atividades dos itens de 7 a 9 desta plano de ação.	05/04/2021	16/04/2021	Danilo Pereira	CRE - PI	0,00
7 - No sistema ELO - Identificação da real situação dos locais de votação por cada Zona Eleitoral, com a verificação do nome, endereço, situação (ativo ou inativo), tipo do local (convencional, temporário, trânsito e de presos provisórios ou de adolescentes infratores) e atualização desses dados, quando for o caso.	19/04/2021	30/04/2021	Chefes de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	0,00
8 - No aplicado móvel do sistema GEL - Realização de vistoria dos locais que não tiverem suas coordenadas geográficas coletadas e enviadas ao ELO.	03/05/2021	30/06/2021	Chefes de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	0,00
9 - No sistema GEL do ODIN - Revisar os dados enviados pelo aplicativo instalado no celular ao módulo GEL do ODIN, a fim de identificar e corrigir eventuais inconsistências de dados do local de votação e, posteriormente enviar essas informações ao sistema ELO.	01/07/2021	09/07/2021	Chefes de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	0,00
10 - Nos sistemas ELO e GEL - Acompanhar a revisão dos locais de votação e identificar se todos os locais com situação ATIVA tiveram suas coordenadas geográficas coletadas pelo GEO e enviados ao sistema ELO.	12/07/2021	23/07/2021	Jairo Martins	SELOGI/COELEI	0,00
11 - Elaborar relatório situacional das Zonas Eleitorais e encaminhá-lo à CRE, para que, por sua vez, diligencie as zonas que não concluíram a vistoria e georreferenciamento de seus locais de votação ou que mantenham dados inconsistentes, possam concluir a revisão desses locais de votação de 12 a 23/07/2021.	26/07/2021	06/08/2021	Jairo Martins	SELOGI/COELEI	0,00

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
12 - Pela CRE - PI - Recebimento e análise do relatório de avaliação elaborado pela SELOGI, apontando as Zonas Eleitorais que concluíram e aquelas que ainda estão com pendências com relação à revisão de seus locais de votação no sistema ELO e no GEL. Envio de Despacho da CRE para que a Zonas Eleitoral, identificadas com pendências quanto à revisão de seus locais de votação, possam concluir suas revisões no período de 12 a 23/07/2021.	06/07/2021	09/07/2021	Danilo Pereira	CRE-PI	0,00
13 - Realização das atividades de 7 a 9 deste Plano de Ação.	09/08/2021	31/08/2021	Chefes de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	0,00
14 - Elaboração de relatório final de avaliação deste plano de ação referente à revisão dos locais de votação no ELO e GEO e disponibilização do mesmo à COELEI, CRE, STI e Cartórios Eleitorais.	01/09/2021	17/09/2021	Jairo Martins	SELOGI/COELEI	0,00

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
SELOGI/COELEI	Coordenar as atividades relacionadas à revisão dos locais de votação, pelas Zonas Eleitorais, nos sistemas ELO e GEL.	Jairo Martins
COELEI	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à STI - PI para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Arimatea Carvalho
STI	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à ASPLAN para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Anderson Lima
ASPLAN	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à DG para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Ailton Silva e Joana Lima
DG	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à CRE para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Ronaldo Maique
CRE	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, despacho às Zonas Eleitorais para execução das atividades sob suas responsabilidades, bem como acompanhamento e apoio quanto a execução geral do plano de ação.	Danilo Pereira
Zonas Eleitorais	Desenvolver a execução das atividades relacionadas a revisão dos locais de votação nos sistemas ELO e GEL.	Chefes de Cartórios Eleitorais

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	(86) 2107-9761	anderson.lima@tre-pi.jus.br
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI	(86) 2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
Danilo Carvalho Franco Pereira	CRE	(86) 2107-9888	danilo.franco@tre-pi.jus.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	(86) 2107-9796	marcio.igo@tre-pi.jus.br
Chefias de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	Zonas Eleitorais	zonas@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Não execução das atividades de revisão dos locais de votação, pelas Zonas Eleitorais, nos sistemas ELO e GEL.	Listagem desatualizada e/ou incompleta dos locais de votação das Zonas Eleitorais nos sistemas ELO e GEL, intranet do TRE-PI e internet do TRE-PI e TSE.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhamento da evolução das atividades de 5 a 7 do plano de ação junto aos Cartório Eleitorais, com objetivo de colaborar no cumprimento dessas atividades.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Jairo Martins	SELOGI	15/06/2021	0,00
Acompanhamento da evolução das atividades de 5 a 7 do plano de ação junto aos Cartórios Eleitorais, com objetivo de prestar apoio que possa contribuir para o cumprimento dessas atividades.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Danilo Pereira	CRE	15/06/2021	0,00

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Não se aplica					
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

() Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NOME	DATA	ASSINATURA
Ailton Cristian Queiroz e Silva	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
José de Arimatea Borges de Carvalho	CODIN	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'
Danilo Carvalho Franco Pereira	COCRE	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'
Chefes de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 15 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Mendes Soares Martins, Chefe de Seção**, em 16/03/2021, às 19:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1209260** e o código CRC **24662A2D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação Nº 18 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SELOGI

PLANO DE AÇÃO**Melhoria das Funcionalidades do Sistema Maxlog**

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Seção de Logística e Informações	Coordenadoria de Eleições Informatizadas

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Melhoria das Funcionalidades do Sistema Maxlog		09/04/2021	
CLIENTES			
Unidades Administrativas das Sede do TRE-PI e Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
Nenhum			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI/COELEI/STI	jairo.martins@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9796

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
30/03/2021	Jairo Mendes Soares Martins	Criação do documento	1,0
07/04/2021	Jairo Mendes Soares Martins	Correções pontuais no corpo do texto	2.0

3 – Visão Geral do Plano de Ação**3.1 – Justificativa do Plano**

JUSTIFICATIVA
Com o uso mais intenso do Sistema Maxlog, foi constatada a necessidade de melhorias em algumas funcionalidades do sistema, tais como:
- Tornar o sistema mais amigável e intuitivo, de forma a facilitar a utilização pelo usuário;
- Integrar o MAXLOG com o GEL (aplicação do TSE responsável pela vistorias dos locais de votação), afim de que as vistorias realizadas pelo GEL possam ser importadas pelo MAXLOG;
- Mostrar os indicadores de acompanhamento da evolução do preenchimento dos dados de logística, necessários na mensuração de desempenho do prêmio de logística, na categoria regularidade;
- Mostrar painéis gráficos contendo barra de progressão de acompanhamento numérico e em percentuais do desempenho de cada Zona Eleitoral.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Permitir que o sistema Maxlog tenha suas funcionalidades ampliadas e disponíveis de forma mais intuitiva e com mais facilidade de utilização.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Permitir integração do Maxlog com o GEL (Sistema do TSE responsável pela vistorias dos locais de votação).	Plano de ação concluído	100%
Implementação de indicadores e painel gráfico demonstrando o desempenho das Zonas Eleitorais em relação a regularidade de preenchimento de dados no Maxlog em relação ao Prêmio de Logística das Eleições	Plano de ação concluído	100%

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados**3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
IG2 - Fortalecer a Infraestrutura e Governança de TI	Fraco Moderado Forte	IG2.3 - Índice de nivelamento da infraestrutura de TI	Alcançar 95% dos requisitos de nivelamento de TI	O desenvolvimento de sistemas e/ou implementação de melhorias nos existentes possibilita a aderência do TRE-PI às diretrizes do CNJ quanto à tecnologia da informação, conforme preconiza a Res. nº 90/2009 do CNJ.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
EO1 – Entregar serviços de TI alinhados aos requisitos da Justiça Eleitoral	EO1.2 – Índice de aderência do Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas (PADs)	Cumprir 95% das solicitações aprovadas e priorizadas no PADs (Plano Anual de Desenvolvimento de Sistemas)	Melhoria das funcionalidades do Maxlog, bem como a implementação de integração com o sistema GEL.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Comprometimento de todas as partes envolvida nesse plano de ação. A SEDESC na execução das melhorias no Maxlog e a SELOGI, juntamente com os Cartórios Eleitorais na realização de testes das melhorias implementadas e do desempenho geral do Maxlog.

RESTRICÇÕES
Formalização do plano de ação para a STI até 08/04/2021. Conclusão, por parte SEDESC, de suas atividades de implementação de melhorias no Maxlog até nesse plano de ação até 31/08/2021. Conclusão, por parte da SELOGI, desse plano de ação até o dia 31/10/2021, um ano antes da realização das eleições de 2022.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
1 - Elaboração do Plano de Ação	10/03/2021	07/04/2021	Jairo Martins	SELOGI	0,00
2 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para STI para análise e demais encaminhamentos.	20/04/2021	21/04/2021	Arimateia Carvalho	COELEI	0,00
3 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para STI para análise e demais encaminhamentos.	21/04/2021	22/04/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
4 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para ASPLAN para análise e demais encaminhamentos.	23/04/2021	26/04/2021	Anderson Lima	STI	0,00
5 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para a DG para análise e demais encaminhamentos.	27/04/2021	28/04/2021	Ailton Silva e Joana Lima	ASPLAN	0,00
6 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho para a STI para análise e demais encaminhamentos.	29/04/2021	30/04/2021	Ronaldo Maique	DG	0,00
7 - Análise do plano de ação e, em caso de aprovação do mesmo, despacho da STI para que a SELOGI realizem as atividades dos itens de 8 a 9 desta plano de ação.	30/04/2021	30/04/2021	Anderson Lima	STI	0,00
8 - Elaboração de questionário de avaliação de uso e desempenho do Maxlog e GEL pelos Cartórios Eleitorais.	11/03/2021	11/03/2021	Jairo Martins	SELOGI	0,00
9 - Resposta ao questionário de avaliação de uso e desempenho do Maxlog e GEL pelos Cartórios Eleitorais.	09/04/2021	30/04/2021	Chefes de Cartórios Eleitorais	Zonas Eleitorais	0,00
10 - Relação de melhorias e novas funcionalidades no Maxlog com base nas respostas dos questionário de avaliação de uso e desempenho do Maxlog e Gel, respondido pelos Cartórios Eleitorais.	03/05/2021	14/05/2021	Jairo Martins	SELOGI	0,00
11 - Implementação de melhorias e novas funcionalidade no Maxlog.	17/05/2021	31/07/2021	Benjamin Pinto	SEDESC	0,00
12 - Realização da teste das melhorias e funcionalidade implementadas pela SEDESC no Maxlog.	02/08/2021	13/08/2021	Jairo Martins Cartório Eleitorais - voluntários para testes	SELOGI Chefias de Cartórios - voluntários para testes	0,00
13 - Implementação de correções na melhorias e funcionalidades no Maxlog.	16/08/2021	31/08/2021	Benjamin Pinto	SEDESC	0,00
14 - Validação de teste e validação definitiva das melhorias e funcionalidades do Maxlog.	01/09/2021	17/09/2021	Jairo Martins	SELOGI	0,00
15 - Elaboração de relatório final de melhorias e funcionalidade implementadas no Maxlog.	18/09/2021	31/10/2021	Jairo Martins	SELOGI	0,00

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
SELOGI/COELEI	Coordenar as atividades relacionadas à implementação de melhorias e novas funcionalidades no sistema Maxlog, bem como efetuar testes e homologação do produto final implementado no Maxlog.	Jairo Martins
SEDESC/CODIN	Desenvolver e implementar melhorias e funcionalidades no sistema Maxlog.	Benjamin Pinto

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
Cartórios Eleitorais - voluntários de testes	Realizar sob orientação da SELOGI os testes das melhorias e funcionalidades implementadas no Maxlog.	Chefias de Cartórios - Voluntários de testes.
CODIN	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à STI - PI para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Antônio Manoel
COELEI	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à STI - PI para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Arimatea Carvalho
STI	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à ASPLAN para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Anderson Lima
ASPLAN	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à DG para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Ailton Silva e Joana Lima
DG	Análise do plano de ação, em caso de aprovação, encaminhamento à CRE para continuidade dos procedimentos relacionados as atividades a serem executadas pelas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Ronaldo Maique

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	(86) 2107-9761	anderson.lima@tre-pi.jus.br
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI	(86) 2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
Antônio Monoel Sousa	CODIN	(86) 2107-9762	antonio.sousa@tre-pi.jus.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	(86) 2107-9796	jairo.martins@tre-pi.jus.br
Chefias de Cartórios Eleitorais - Voluntários	Zonas Eleitorais	Zonas Eleitorais	zonxxx@tre-pi.jus.br
Benjamin Raimundo Pinto Neto	SEDESC	(86)2107-9734	benjamin.pinto@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Atraso ou não execução da identificação, desenvolvimento, implementação, homologa e produção de melhorias e funcionalidade no sistema Maxlog.	1 - Utilização do Maxlog nas eleições de 2022 com as mesmas funcionalidades existentes nas eleições de 2020.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhamento da evolução das atividades de 9 a 14 do plano de ação junto aos Cartório Eleitorais e a SEDESC, objetivando colaborar no sentido de mitigar/eliminar a possibilidade fracasso desse plano de ação.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Jairo Martins	SELOGI	01/07/2021	0,00
Acompanhamento da evolução das atividades de 8 a 14 do plano de ação junto à SELOGI e SEDESC, com objetivo de prestar apoio que estas unidade contribuam para o sucesso deste plano de ação.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Arimatea Borges e Antônio Manoel	COELEI e CODIN	01/07/2021	0,00

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Não se aplica					
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

- () Sim.
- () Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.
- () Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NOME	DATA	ASSINATURA
Ailton Cristian Queiroz e Silva	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'
Antônio Manoel Sousa	CODIN	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'
Benjamin Raimundo Pinto Neto	SEDESC	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'
Chefias de Cartórios Voluntárias para Testes	Zona Eleitoral	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI'

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 30 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Mendes Soares Martins, Chefe de Seção**, em 20/04/2021, às 07:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1219411** e o código CRC **9C696EE8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação Nº 19 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SELOGI

PLANO DE AÇÃO

Migração dos dados e criação de Sistema de Consulta a resultados de eleições antigas (eleições de 1945 a 1992)

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Seção de Logística e Informações	Secretaria de Tecnologia da Informação

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Migração dos dados e criação de Sistema de Consulta a resultados de eleições antigas (eleições de 1945 a 1992)		05/04/2021	
CLIENTES			
Secretaria de Tecnologia da Informação			
PROGRAMA VINCULADO			
Não se aplica			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Aciei Sousa Mendes	SELOGI	aciei.mendes@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9769

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
05/04/2021	Aciei Sousa Mendes	Criação do documento	1,0

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
Migrar os dados e criar um Sistema de Consulta aos resultados de eleições antigas, facilitando o acesso e promovendo publicidade e transparência a esses dados para a população em geral.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Migração dos dados e criação de Sistema de Consulta a resultados de eleições antigas (eleições de 1945 a 1992).		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Migração dos dados de resultados das eleições antigas, notadamente dos anos de 1945 a 1992, para sistema de gerenciamento de banco de dados Oracle; Criação de aplicação web para consulta aos resultados das eleições antigas nos moldes da plataforma “Resultado das Eleições”, atualmente disponível através do sítio http://resultadoeleicoes.tre-pi.jus.br/resultado-das-eleicoes/index.xhtml	Índice de eleições migradas	100%

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
IG2 - Fortalecer a Infraestrutura e Governança de TI	Fraco Moderado Forte	IG2.3 - Índice de nivelamento da infraestrutura de TI	Alcançar 95% dos requisitos de nivelamento de TI	O desenvolvimento de sistemas e/ou implementação de melhorias nos existentes possibilita a aderência do TRE-PI às diretrizes do CNJ quanto à tecnologia da informação, conforme preconiza a Res. nº 90/2009 do CNJ.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
EO1 – Entregar serviços de TI alinhados aos requisitos da Justiça Eleitoral	EO1.2 – Índice de aderência do Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas (PADs)	Cumprir 95% da solicitações aprovadas e priorizadas no PADS (Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas)	Unificação do banco de dados contendo os resultados das eleições no Piauí de 1945 a 1992, além da disponibilização desses resultados em uma sistema no sítio do TRE-PI na intranet e internet.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Utilizar a plataforma de publicação de dados eleições adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para as eleições recentes.

RESTRICÇÕES
Atender às recomendações de publicação de dados abertos do Conselho Nacional de Justiça.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Análise da situação atual dos dados relativos às eleições antigas.	05/04/2021	30/04/2021	Marcelo Andrade	SELOGI	0,0
Extração dos dados relativos às eleições antigas das bases de dados .mdb (Microsoft Access) para o formato .ods (LibreOffice Calc) ou .xlsx (Microsoft Excel).	03/05/2021	31/05/2021	Marcelo Andrade	SELOGI	0,0
Extração dos dados relativos às eleições antigas dos arquivos PDF disponibilizados no site do TRE-PI para o formato .ods (LibreOffice Calc) ou .xlsx (Microsoft Excel).	03/05/2021	31/05/2021	Marcelo Andrade	SELOGI	0,0
Conferência e validação dos dados extraídos na etapa anterior.	01/06/2021	15/06/2021	Aciei Mendes / Edson Cavalcante	SELOGI	0,0
Criação de base de dados Oracle e migração dos dados conferidos.	16/06/2021	30/06/2021	Marcelo Andrade	SELOGI	0,0
Programação da aplicação Web para a consulta e exibição dos dados	01/07/2021	31/08/2021	Marcelo Andrade	SELOGI	0,0
Teste e validação definitiva da aplicação Web	01/09/2021	15/09/2021	Aciei Mendes	SELOGI	0,0
Elaboração de comunicação de disponibilização da aplicação WEB com os resultados das eleições de 1945 a 1992 para a Imprensa do TRE-PI e SEDESC.	16/09/2021	30/09/2021	Jairo Martins	SELOGI	0,0
Criação da API para consulta aos dados das eleições antigas	16/09/2021	31/10/2021	Marcelo Andrade	SELOGI	0,0

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
SELOGI	Desenvolver as atividades relacionadas ao Plano de Migração dos dados e criação de Sistema de Consulta a resultados de eleições antigas (eleições de 1945 a 1992)	Aciei Mendes
SELOGI	Extraí dados antigos de resultados em PDF para o formato que possa ser migrado para o banco de dados em oracle e desenvolver aplicação WEB para disponibilização ao público interno e externo dos resultados das eleições de 1945 a 1992.	Marcelo Andrade
SELOGI	Gestão do plano de ação	Jairo Martins

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Aciei Sousa Mendes	SELOGI	(86) 2107-9769	aciei.mendes@tre-pi.jus.br
Marcelo Andrade de Sousa	SELOGI	(86) 2107-9769	marcelo.andrade@tre-pi.jus.br
Edson Cavalcante de Albuquerque Bisneto	SELOGI	(86)2107-9769	edson.albuquerque@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Não implementação das atividades previstas neste plano de ação	Não criação do Sistema de Consulta a resultados de eleições antigas, fazendo com que essas informações continuem a serem disponibilizadas da maneira não ideal.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO

Conferência e validação dos dados obtidos das eleições anteriores	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Aciei Mendes	SELOGI	15/06/2021	0,00
Criação do Sistema de Consultas em plataforma Web	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Marcelo Andrade	SELOGI	31/08/2021	0,00
Manter a solução anterior de disponibilização dos dados das eleições antigas	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Jairo Martins	SELOGI	31/08/2021	0,00

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES: <u>A PRINCÍPIO, NÃO HAVERÁ CUSTOS ADICIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DESTE PLANO DE AÇÃO.</u>					

9 – Aprovações**9.1 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI**

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

() Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NOME	DATA	ASSINATURA
		Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
			Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
		Assinatura Eletrônica SEI

Em 05 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Mendes Soares Martins, Chefe de Seção**, em 29/04/2021, às 09:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1220877** e o código CRC **3C6140B0**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação Nº 28 - TRE/PRESI/DG/STI/CODIN

 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	PLANO DE AÇÃO "Elaboração de plano de continuidade de serviços essenciais de TI"	 EPI <small>Escritório Estratégico de Projetos Institucionais Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica</small>
---	--	--

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	STI

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO Elaboração de plano de continuidade de serviços essenciais de TI			PREVISÃO DE INÍCIO 07/06/2021
CLIENTES TRE-PI			
PROGRAMA VINCULADO Não se aplica.			
LÍDER DO PLANO Antônio Manoel Silveira de Sousa	LOTAÇÃO CODIN	E-MAIL Antonio.sousa@tre-pi.jus.br	TELEFONE (86) 2107-9762

2 – Histórico dos Registros do Documento

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
28/11/2020	Nadja Marcela Melo Silva Santiago	Versão inicial	1.0
04/06/2021	Antônio Manoel Silveira de Sousa	Alteração do plano de ação	1.5

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
<p>O presente plano de ação visa atender às determinações contidas na Resolução CNJ nº 211/2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), relativas à continuidade de serviços essenciais de TI.</p> <p>O parágrafo 2º do artigo 10 da referida Resolução, dispõe que: “<i>deverá ser estabelecido Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC, especialmente no que se refere aos serviços judiciais</i>”.</p> <p>Já na Seção II, que dispõe sobre as estruturas organizacionais e macroprocessos, temos o artigo 12, II, “a”, a seguir transcrito:</p> <p><i>Art. 12. Os órgãos deverão constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os seguintes macroprocessos:</i></p>

(...)

II – macroprocesso de segurança da informação:

a) de continuidade de serviços essenciais;

Este plano de ação busca ainda, atender às recomendações abaixo indicadas, contidas no Relatório de Auditoria nº XX:

4.8.2. Recomendação

- Que sejam desenvolvidas ações para elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI.

4.12.2. Recomendação

- Que seja elaborado e formalizado processo de gerenciamento de continuidade de serviço de TI.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO

Elaborar e formalizar processo e plano de continuidade de serviços essenciais de TI.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADOR	META
Realizar análise de impacto	Percentual de recursos, sistemas e serviços essenciais com impactos analisados	Analisar impacto de interrupções em 100% dos recursos, sistemas e serviços essenciais
Realizar análise de riscos	Percentual de riscos analisados	Analisar 100% dos riscos identificados
Elaborar plano de continuidade	Quantidade de planos elaborados	Elaborar todos os planos previstos na metodologia

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Fortalecer a infraestrutura e a governança de TI	Forte	IG2.1 - Índice de governança de TI	Alcançar, até 2020, o índice de 0,65 do IGov TI	Contribuirá para a manutenção e melhoria dos índices de governança de TI, pois o processo de continuidade de negócios é avaliado no cálculo do IgovTI, bem como pelo CNJ.
Fortalecer a infraestrutura e a governança de TI	Forte	IG2.2 - Índice de maturidade em segurança da informação	Alcançar o índice 3 de maturidade, até 2020	Contribuirá para a manutenção do índice 3, já alcançado, com o atendimento às determinações contidas na ENTIC-JUD (Res. CNJ nº 211/205).

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
1 - Perspectiva: Contribuição corporativa 1.2 -Tema: Governança e Gestão (GG)	GG1.1 -Índice de cumprimento das recomendações de auditorias da área de TI	Alcançar 100% do cumprimento das recomendações de auditoria, até 2020.	Auxiliará no cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 01/2019.
1 - Perspectiva: Contribuição corporativa 1.2 -Tema: Governança e Gestão (GG)	GG1.2 – Índice de conformidade dos controles internos	Alcançar 95% do cumprimento dos controles internos de TI	Cumprimento das disposições contidas nas resoluções do TSE e CNJ que tratam da ENTIC-JUD e PSI.
1 - Perspectiva: Contribuição corporativa 1.2 -Tema: Governança e Gestão (GG)	GG2.1 -Índice de cumprimento dos requisitos da Política de Segurança da Informação	Alcançar 95% no cumprimento dos requisitos da Política de Segurança da Informação	O estabelecimento de continuidade de negócios é um dos requisitos da Política de Segurança da Informação.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Recursos, sistemas e serviços essenciais de TI identificados.

RESTRICÇÕES
O plano de continuidade de serviços essenciais de TI deve ser concluído até o dia 30/07/2021.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREAS ENVOLVIDAS	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Entrega 1: Processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TI	07/06/2021	28/06/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Mapear processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TI	07/06/2021	11/06/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Elaborar manual do processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TI	14/06/2021	25/06/2021	Antônio Manoel	CODIN COSUT	0,00
Apresentar material produzido ao CGTI para análise e deliberação	28/06/2021	28/06/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Entrega 2: Plano de continuidade de serviços essenciais de TI	29/06/2021	23/07/2021	Antônio Manoel	CODIN	
Realizar análise de impacto no negócio	29/06/2021	09/07/2021	Antônio Manoel	CODIN COSUT COELEI	0,00
Realizar análise de riscos	29/06/2021	09/07/2021	Antônio Manoel	CODIN COSUT COELEI	0,00
Definir estratégias de continuidade de serviços essenciais de TI	12/07/2021	16/07/2021	Antônio Manoel	CODIN COSUT COELEI	0,00
Elaborar plano de continuidade de serviços essenciais de TI (administração de crises, continuidade operacional, recuperação de desastres)	19/07/2021	23/07/2021	Carlos Alberto	SEINF SEAU SEVIN	0,00
Entrega 3: Normativo contendo Plano de continuidade de serviços essenciais de TI	26/07/2021	30/07/2021	Antônio Manoel	CODIN	
Elaborar minuta de normativo	26/07/2021	27/07/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Apresentar material produzido ao CGTI para análise e deliberação	28/07/2021	28/07/2021	Antônio Manoel	CODIN	0,00
Apresentar material produzido ao CDTI para análise e deliberação	29/07/2021	29/07/2021	Anderson Lima	STI	0,00
Publicar normativo	30/07/2021	30/07/2021	Anderson Lima	STI	0,00

6 – Matriz de Risco e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Indisponibilidade de servidores para elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI	Atraso na conclusão do plano de ação	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto

		4 - Muito alta	4 - Muito alto
--	--	----------------	----------------

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Distribuir atividades de forma a liberar servidor capacitado para execução das etapas do plano de ação	1 – Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 – Transferir 5 – Explorar	Manoel	CODIN	29/06/2021	

7 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
				0,00	0,00
				0,00	0,00
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					R\$ 0,00
OBSERVAÇÕES:					

8 – Papéis e responsabilidades

8.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
STI	Avaliar o trabalho realizado, encaminhar ao CDTI para apreciação e publicar normativo.	Anderson Cavalcanti de Lima
CODIN	Mapear o processo e elaborar o plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	Antônio Manoel Silveira de Sousa
COSUT	Auxiliar nas atividades de mapeamento do processo e elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	Nadja Marcela Melo Silva Santiago
COELEI	Auxiliar nas atividades de mapeamento do processo e elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	José de Arimatéa Borges de Carvalho
CGTI	Analisar processo e plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	Membros do CGTI
CDTI	Aprovar processo e plano de continuidade de serviços essenciais de TI.	Membros do CDTI

8.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN	(86) 2107-9762	antonio.sousa@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Júnior	SEINF	(86) 2107-9756	carlos.nascimento@tre-pi.jus.br
Benjamin Raimundo Pinto Neto	SEDESC	(86) 2107-9669	benjamin.pinto@tre-pi.jus.br
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	(86) 2107-9779	nadja.melo@tre-pi.jus.br
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	(86) 2107-9859	marcio.igo@tre-pi.jus.br
José de Arimatéa Borges de Carvalho	COELEI	(86) 2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
Wellington Jerônimo da Silva	SEVIN	(86) 3221-0285	wellington.silva@tre-pi.jus.br

9 – Aprovações

9.1 – Elaborado por

NOME	DATA	ASSINATURA
Antônio Manoel Silveira de Sousa		Assinado de forma eletrônica

9.2 – Revisado e Validado por: Titular da Área/ Escritório Setorial / Unidade Setorial de Projetos

NOME	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima		Assinado de forma eletrônica
		Assinado de forma eletrônica

9.3 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

☐ Sim.

☐ Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

☐ Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NOME	DATA	ASSINATURA
Joana Dar'c Sousa Macedo Lima		Assinado de forma eletrônica
		Assinado de forma eletrônica

9.4 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI		Assinado de forma eletrônica
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN		Assinado de forma eletrônica
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT		Assinado de forma eletrônica
José de Arimatéia Borges de Carvalho	COELEI		Assinado de forma eletrônica

9.5 – Aprovado por: Diretor(a)-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga		Assinado de forma eletrônica

10 - Informações Complementares:

SIGLAS/ABREVIATURAS	SIGNIFICADO
CDTI	Comitê Diretivo de TI

CGTI	Comitê de Gestão de TI
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
PSI	Política de segurança da informação

Em 04 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Manoel Silveira de Sousa, Coordenador**, em 04/06/2021, às 17:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Marcela Melo Silva Santiago, Coordenador(a) de Suporte Técnico**, em 07/06/2021, às 08:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves, Chefe de Seção**, em 11/06/2021, às 07:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Cavalcanti de Lima, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 06/07/2021, às 20:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf-jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1262404** e o código CRC **9DBEF29C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - 5W2H N° 55 - TRE/PRESI/DG/STI/CODIN

PLANO DE AÇÃO

Revisão da Política de Segurança da Informação do TRE-PI

UNIDADE SOLICITANTE	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
----------------------------	---

1 - Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Revisão da Política de Segurança da Informação do TRE-PI			
CLIENTES			
Anderson Cavalcanti de Lima			
PROGRAMA VINCULADO			
Não se aplica			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN	antonio.sousa@tre-pi.jus.br	Ramal: 9762

2 - Justificativa do Plano (Why - Por quê)

JUSTIFICATIVA
Revisar a Política de Segurança da Informação do TRE-PI, visando adequar à nova Política de Segurança de Informação estabelecida para a Justiça Eleitoral na Resolução TSE nº 23.644/2021.

3 - Objetivos do Plano (What - O que fazer)

OBJETIVO MACRO		
Revisar a Política de Segurança da Informação do TRE-PI.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Identificar requisitos pendentes de cumprimento	Índice de mapeamento dos requisitos para cumprimento da Política de Segurança da Informação	100% dos requisitos identificados

4 - Objetivos estratégicos vinculados

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO PREVISTA
Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação	() Pouco () Médio (X) Muito	Adequação aos requisitos da nova Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral

5 - Cronograma de execução

ATIVIDADES (How - Como fazer)	PERÍODO (When - Quando)		RESPONSÁVEL (Who - Quem)	ÁREA (Where - Onde)
	INÍCIO	TÉRMINO		
Avaliar a PSI atual	18/10/2021	22/10/2021	Antônio Manoel	CODIN
Identificar pendências de normativos	18//10/2021	22/10/2021	Antônio Manoel	CODIN
Avaliar nova PSI da Justiça Eleitoral	25/10/2021	29/10/2021	Antônio Manoel	CODIN
Avaliar adequação à Política de Segurança Cibernética do CNJ	25/10/2021	29/10/2021	Antônio Manoel	CODIN

ATIVIDADES (How - Como fazer)	PERÍODO (When - Quando)		RESPONSÁVEL (Who - Quem)	ÁREA (Where - Onde)
	INÍCIO	TÉRMINO		
Revisar atribuições da Comissão de Segurança da Informação (CSI)	03/11/2021	05/11/2021	Antônio Manoel	CODIN
Revisar atribuições do Gestor de Segurança da Informação	03/11/2021	05/11/2021	Antônio Manoel	CODIN
Revisar atribuições da ETIR	03/11/2021	05/11/2021	Antônio Manoel	CODIN
Revisar papéis das unidades do Tribunal	03/11/2021	05/11/2021	Antônio Manoel	CODIN
Elaborar proposta de adequação da PSI para atendimento das normas vigentes	08/11/2021	12/11/2021	Antônio Manoel	CODIN
Apresentar a proposta de adequação	16/11/2021	18/11/2021	Antônio Manoel	CODIN
Homologar proposta de adequação na CSI	16/11/2021	18/11/2021	Dr. Paulo Roberto	PRESI
Encaminhar minuta de Resolução à Diretoria Geral	19/11/2021	19/11/2021	Anderson Lima	STI
Apreciação da minuta de Resolução pela Corte	22/11/2021	17/12/2021	Dr. Paulo Roberto	PRESI

6 – Plano de custos (How Much - Quanto)

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES: Não há custos orçamentários.					

7 - Equipe

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Dr. Paulo Roberto Araújo Barros	PRESI	2107-9820	paulo.roberto@tre-pi.jus.br
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	2107-9761	anderson.lima@tre-pi.jus.br
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN	2107-9762	antonio.sousa@tre-pi.jus.br

8 - Assinaturas Eletrônicas (ASPLAN- unidade avaliadora; Líder do Plano; Gestor/a da Unidade; e Equipe do Plano)

NOME	UNIDADE
Anderson Cavalcanti de Lima	STI
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	ASPLAN
Dr. Paulo Roberto Araújo Barros	PRESI

9 - Aprovação – Diretoria Geral – Assinatura Eletrônica

Em 08 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Manoel Silveira de Sousa, Coordenador**, em 08/10/2021, às 10:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1353378** e o código CRC **A926EB33**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1362099 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SELOGI

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Portal das Eleições Gerais 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Seção de Logística e Informações	Coordenadoria de Eleições Informatizadas

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Portal das Eleições Gerais 2022		01/11/2021	
CLIENTES			
Unidades Administrativas da SEDE do TRE-PI e Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
Programa Eleições Gerais 2022			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI/COELEI/STI	jairo.martins@tre-pi.jus.br	86-21079796

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
06/10/2021	Jairo Mendes Soares Martins	Criação do Documento	1.0

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
O Portal das Eleições vem se consolidando como uma dos mais importantes canais de comunicação de cada pleito eleitoral. Considerando que são muitos os conteúdos de interesse das Unidades do Tribunal e das Zonas Eleitorais, relativos a cada pleito eleitoral: legislação e jurisprudência eleitorais, propaganda, downloads dos sistemas diversos, treinamentos, roteiros de atividades, notícias, entre outras informações.
Consolidar, pois, todo o conteúdo atinente às Eleições Gerais 2022 num mesmo canal de comunicação, tornará mais prático, célere e objetivo o acesso das Unidades usuárias do referido acervo informacional.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Aperfeiçoar o Portal das Eleições para que todo o conteúdo de eleições seja disponibilizado em um único canal de comunicação.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Contribuir para aprimorar o planejamento de eleições oficiais informatizadas, bem como a gestão da comunicação e da informação do pleito eleitoral de 2022.	Plano de Ação Concluído	100%

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Fortalecer a Governança de TI e a Transformação Digital	() Fraco (X) Moderado () Forte	O desenvolvimento de sistemas e/ou implementação de melhorias nos existentes possibilita a aderência do TRE-PI às diretrizes do CNJ quanto à tecnologia da informação, conforme preconiza a Res. nº 370/2021 do CNJ.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Entregar serviços de infraestrutura e soluções corporativas	() Fraco (x) Moderado () Forte	Melhoria da comunicação de informações relacionadas ao pleito eleitoral de 2022

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
<ul style="list-style-type: none"> Comprometimento de todas as partes envolvidas nesse plano de ação. Por parte da SEDESC o desenvolvimento, configurações e implantação do portal das eleições de 2022. Pela SELOGI a realização de treinamento de operacionalização para publicação de conteúdo no Portal das Eleições 2022. Por parte das Unidades Administrativas do TRE-PI a alimentação de conteúdos no Portal das Eleições 2022.

RESTRICÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> Publicação do portal das eleições gerais de 2022 até o dia 28/02/2022.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
1 - Desenvolver e configurar o Portal Eleições 2022	01/11/2021	30/11/2021	Francisco Diógenes	SEDESC	
2 - Configurar ferramentas de monitoramento do quantitativo de acessos ao Portal das Eleições 2022	01/12/2021	31/12/2021	Francisco Diógenes	SEDESC	
3 - Elaborar conteúdo para treinamento de Editores e Colaboradores de Conteúdos no Portal das Eleições Gerais de 2022	01/12/2021	31/12/2021	Jairo Martins	SELOGI	
4 - Apresentar a relação de Editores e Colaboradores das Unidades Administrativas do TRE-PI no Portal das Eleições Gerais 2022	01/12/2021	31/12/2021	José de Arimatea	COELEI	
5 - Realizar treinamento para Editores e Colaboradores de conteúdo no Portal das Eleições Gerais de 2022	10/01/2022	04/02/2022	Jairo Martins	SELOGI	
6 - Implantar na INTRANET o Portal das Eleições Gerais de 2022	01/12/2021	31/12/2021	Francisco Diógenes	SEDESC	
7 - Alimentar conteúdos iniciais no Portal das Eleições Gerais de 2022	22/01/2022	04/02/2022	Editores e Colaboradores	Unidades do TRE-PI	
8 - Publicar o Portal das Eleições Gerais de 2022	05/02/2022	28/02/2022	Francisco Diógenes	SEDESC	

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
SELOGI/COELEI	Coordenar as atividades relacionadas ao desenvolvimento, configuração e implantação do Portal das Eleições Gerais de 2022	Jairo Martins
SEDESC/CODIN	Desenvolver, configurar e implementar o Portal das Eleições Gerais de 2022	Francisco Diógenes
SEINF/CODIN	Prover a infraestrutura necessária para funcionamento do Portal das Eleições Gerais 2022	Carlos Alberto
CODIN	Encaminhar as atividades a serem executadas pelas suas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	Antônio Manoel
COELEI	Encaminhar as atividades a serem executadas pela COELEI e suas Unidades envolvidas nesse plano de ação.	José de Arimatea

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	86-2107-9796	jairo.martins@tre-pi.jus.br
Francisco Diógenes Façanha Pires	SEDESC	86-2107-9734	diogenes.pires@tre-pi.jus.br
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI	86-2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Nascimento Júnior	SEINF	86-2107-9778	carlos.nascimento@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Atraso ou não execução do desenvolvimento, configuração e implantação do Portal das Eleições Gerais 2022.	1 - Impossibilidade de utilização do Portal das Eleições Gerais de 2022 como canal unificado de informações relacionadas ao pleito eleitoral de 2022.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhamento da evolução das atividades 1, 2 6 e 8 do plano de ação junto a SEDESC, objetivando colaborar no sentido de mitigar/eliminar a possibilidade fracasso desse plano de ação.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Jairo Martins	SELOGI	31/12/2021	

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Não se aplica					
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

() Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NOME	DATA	ASSINATURA
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Francisco Diógenes Façanha Pires	SEDESC	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 21 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Mendes Soares Martins, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 14:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1362099** e o código CRC **5D8D599E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1356201 - TRE/PRESI/DG/STI/COSUT/SEGSIE

PLANO DE AÇÃO

Simulados de Hardware e dos Sistemas de Totalização 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Seção de Gestão de Sistemas Eleitorais	Coordenadoria de Suporte Técnico

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Simulados de Hardware e dos Sistemas de Totalização 2022		Setembro 2021	
CLIENTES			
STI e Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
PROGRAMA ELEIÇÕES GERAIS 2022			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Francimar Lopes Vasconcelos	SEGSIE/COSUT/STI	francimar.lopes@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9855

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
14/10/21	Francimar Lopes Vasconcelos	Criação do documento	1.0

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
Em eleições anteriores, houve registro de problemas de hardware que se manifestaram em função de diversos fatores como umidade do ar, amplitude térmica de armazenamento, incompatibilidade de velocidade entre dispositivos, dentre vários. Todas essas falhas, que se manifestam em taxas inaceitáveis durante as eleições, não foram detectadas em testes de pequena escala.
A simulação e os testes dos sistemas de totalização (GEDAI, Software de Urna Eletrônica, Preparação, Gerenciamento e Transportador) são indispensáveis para a identificação prévia de ocorrências e, conseqüentemente, realização dos devidos ajustes e correções no período que antecede a oficialização dos sistemas.
Tal medida visa verificar a estabilidade e o desempenho dos sistemas e da infraestrutura disponível, especialmente quanto à adequação da rede de dados às atividades previstas, bem assim o nível de capacitação dos servidores responsáveis pela sua utilização/operação.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Testar as urnas eletrônicas e os sistemas eleitorais que serão utilizados nas Eleições Gerais 2022.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Realizar os simulados de hardware programados, conforme instruções repassadas pelo TSE.	Quantidade de urnas utilizadas nos simulados/quantidade mínima estipulada pelo TSE	100%
Verificar o conhecimento dos servidores sobre os sistemas utilizados nos simulados.	Índice de cumprimento das atividades dos simulados	Cumprimento de todas as atividades previstas nos simulados por 90% das Zonas Eleitorais.
Verificar a instalação e efetivo funcionamento dos sistemas eleitorais.	Índice de Zonas Eleitorais com sistemas atualizados.	95% das zonas Eleitorais com sistemas atualizados.

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente.	() Fraco (X) Moderado () Forte	Auxílio no cumprimento dos prazos relativos aos preparativos das eleições e na operação dos sistemas eleitorais.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Entregar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.	() Fraco (X) Moderado () Forte	Melhoria do desempenho dos servidores na utilização dos sistemas eleitorais.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Disponibilidade de servidores das zonas Eleitorais para participação nos simulados.
Infraestrutura de rede em pleno funcionamento nas Zonas Eleitorais e banco de dados operacional.

RESTRICÇÕES
Período do simulado não coincidente com outros treinamentos.
Disponibilização dos roteiros e sistemas eleitorais pelo TSE com antecedência de pelo menos 10 dias da data de realização do simulado.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Entrega 1: 9º Simulado nacional de hardware					
Receber instruções do TSE	04/09/21	30/09/21	Jairo	SELOGI	
Elaborar plano operacional *(com execução apenas no TRE)	10/09/21	30/09/21	Jairo	SELOGI	
Elaborar roteiro dos simulados	15/09/21	03/10/21	Wellington	SEVIN	
Coordenar a execução do simulado	04/10/21	12/11/21	Wellinton	SEVIN	
Gerar relatório final do simulado	12/11/21	15/11/21	Wellington	SEVIN	
Entrega 2: Simulado nacional de totalização 2022					
Receber instruções do TSE	01/07/22	26/07/22	Jairo	SELOGI	
Elaborar plano operacional	06/07/22	26/07/22	Jairo	SELOGI	
Elaborar roteiro dos simulados	12/02/22	31/07/22	Francimar / Wellington	SEGSIE/SEVIN	
Acompanhar a execução do simulado	01/08/22	26/08/22	Francimar	SEGSIE	
Gerar relatório final do simulado	27/08/22	29/08/22	Francimar	SEGSIE	

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
STI	Apoiar as unidades internas no planejamento e gerenciamento dos simulados de hardware e dos sistemas de totalização.	Anderson Lima
CORREGEDORIA	Comunicar e repassar às Zonas Eleitorais as orientações e datas planejadas pelo TSE	Corregedor Regional Eleitoral
COSUT	Planejar e executar ações referentes aos simulados dos sistemas de totalização	Nadja Marcela
COELEI	Planejar e executar ações referentes aos simulados de hardware	José de Arimatéa Carvalho
CODIN	Garantir a infraestrutura de rede para a realização dos simulados	Antônio Manoel

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
ZONAS ELEITORAIS	Executar os simulados conforme as orientações da STI.	Chefes de Cartório

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Nádja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	(86)2107-9776	nadja.melo@tre-pi.jus.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	(86) 2107-9796	jairo.martins@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Júnior	SEINF	(86) 2107-9778	carlo.nascimento@tre-pi.jus.br
Francimar Lopes Vasconcelos	SEGSIE	(86)2107-9855	francimar.lopes@tre-pi.jus.br
Wellington Jerônimo da Silva	SEVIN	(86)3131-3414	wellington.jeronimo@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Insuficiência de servidores nas ZEs para as realizações de todas as atividades que envolvem o pleito eleitoral.	Impossibilidade de participação da Zona Eleitoral nos simulados.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Avaliar junto à Zona Eleitoral e SGP a alocação de servidor para a realização do simulado.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Francimar Lopes	SEGSIE	Até 10 dias antes do simulado	0,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Falha de conexão da zona à rede de comunicação da Justiça Eleitoral	Inviabilidade de participação plena de todas as zonas eleitorais no simulado de totalização	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Solicitar o restabelecimento do serviço o mais breve possível	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Carlos Nascimento	SEINF	No dia do simulado	0,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO

Coincidir o período do simulado com o treinamentos com as zonas eleitorais	Baixa participação das zonas no simulado.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto
--	---	---	---

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Alinhar o cronograma de treinamento com o simulado	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Denise Berger	SGP	20 dias antes do simulado	0,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Desatualização da versão dos sistemas instalados nas zonas eleitorais	Instabilidade dos sistemas, impossibilidade de participação da Zona Eleitoral nos simulados	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Monitorar a atualização dos sistemas nas Zonas Eleitorais	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Francimar Lopes	SEGSIE	Até 03 dias antes do simulado	0,00

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Não se aplica					
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

- () Sim.
- () Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.
- () Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NOME	DATA	ASSINATURA
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
José de Arimatéa Borges de Carvalho	COELEI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Antônio Manoel Sousa	CODIN	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 14 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francimar Lopes Vasconcelos, Chefe de Seção**, em 03/11/2021, às 07:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1356201** e o código CRC **BBAEF51E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Termo de Abertura (TAP) N° 7 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SEVIN

TERMO DE ABERTURA DO PROJETO

LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE URNAS - ELEIÇÕES GERAIS 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEVIN/COELEI/STI

1 - Identificação do Projeto

NOME DO PROJETO		PATROCINADOR	PREVISÃO DE INÍCIO
LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE URNAS - ELEIÇÕES GERAIS 2022		STI	Março/2022
CLIENTES			
ZONAS ELEITORAIS			
PROGRAMA VINCULADO			
ELEIÇÕES GERAIS 2022			
LÍDER DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
WELLINGTON JERÔNIMO DA SILVA	SEVIN	sevin@tre-pi.jus.br	3131-3401/3429

2 - Visão Geral do Projeto

2.1 - Justificativa do Projeto

Para realização de um pleito eleitoral, várias ações são adotadas no período que o antecede, sucede e no próprio dia "D" das eleições. A maioria destas ações demandam logística para o seu sucesso.

A fim de garantir o êxito do processo eleitoral, será necessário que as urnas eletrônicas, acompanhadas de seus respectivos suprimentos, sejam transportados às Zonas Eleitorais, seguida, no período planejado, distribuídas para os respectivos locais de votação espalhados em todo o Estado, todas em perfeito funcionamento visando a participação do eleitor na escolha de seus representantes.

Tal evento exige que se desenhe uma logística de distribuição e de recolhimento de 10617 urnas eletrônicas, previstas para uso por este Regional, com seus respectivos suprimentos armazenados na Central de Controle, Armazenamento e Manutenção de Urnas Eletrônicas, Depósito Novo Fórum, em Teresina-PI.

Visando a integridade e segurança nos mecanismos de distribuição e recolhimento, somado ao objetivo de dar credibilidade, eficiência e efetividade em todas as etapas do processo necessário a implementação do presente projeto.

2.2 - Resultados Esperados

- Urnas eletrônicas e suprimentos, distribuídos tempestivamente para todas as zonas eleitorais;
- Urnas eletrônicas distribuídas tempestivamente para uso nas seções eleitorais;
- Recolhimento efetivo de urnas dos locais de votação;
- Recolhimento reverso dos equipamentos e suprimentos para Central de Armazenamento.

3 - Lista de Marcos

MARCO	DATA	CUSTO ESTIMADO (R\$)	ÁREA RESPONSÁVEL
Levantar quantitativos de locais de votação/seções sem energia	01 a 31/03/2022		SEVIN
Levantar os quantitativos de urnas e baterias	01 a 18/03/2022		SEVIN
Elaborar planilha com os quantitativos de urnas e baterias a serem distribuídas	01 a 17/06/2022		SELOGI
Levantar quantitativo de mídias em estoque - Capital e Interior	01 a 10/06/2022		SEVIN
Elaborar planilha com quantitativo de mídias e lacres para distribuição	13 a 17/06/2022		SELOGI
Encaminhar planilha com os quantitativos de urnas e baterias para Administração	18/06/2022		SEVIN
Confeccionar cronograma de preparação de urnas	20/06 a 19/08/2022		SEVIN
Preparar cronograma de distribuição de Urnas para os cartórios eleitorais	20/06 a 30/07/2022		SEAPT
Encaminhar Cronograma de distribuição de urnas para SEVIN	21/06 a 30/07		SEAPT
Separar, identificar e documentar as urnas para distribuição	21/06 a 22/08/2022		SEVIN
Distribuir urnas para zonas eleitorais	04/07 a 31/08/2022		SEAPT
Elaborar cronograma de distribuição das mídias	20/06 a 15/07/2022		SEVIN
Separar mídias e lacres por zona eleitoral	15/07 a 31/08/2022		SEVIN
Alimentar as informações das mídias a serem enviadas nos sistemas de controle	15/07 a 31/08/2022		SEVIN
Emitir documentação para recebimento das mídias nos cartórios eleitorais	15/07 a 31/08/2022		SEVIN
Elaborar controle de numeração dos lacres oficiais para envio aos cartórios	15/07 a 31/08/2022		SEVIN
Preparar as mídias e lacres para envio com respectiva documentação	15/07 a 31/08/2022		SEVIN
Encaminhar cronograma de distribuição das mídias ao setor de expedição	15/07 a 05/08/2022		SEVIN
Enviar as mídias para os cartórios eleitorais	16/07 a 09/09/2022		SECOM/SEAPT
Expedir documentação de envio das mídias para controle de recebimento	16/07 a 09/09/2022		SECOM
Elaborar documentação para contratação de veículos para distribuição e	14/02 a 27/05/2022		COAAD

recolhimento de urnas - seções eleitorais (1º e 2º turnos)			
Formalizar contratação de veículos para distribuição e recolhimento de urnas - seções eleitorais (1º e 2º turnos)	14/03 a 29/07/2022		COAAD
Vistoriar e aprovar veículos para transporte	08/08 a 14/10/2022		ZONA ELEITORAL
Elaborar rotas de distribuição por veículos	14/02 a 27/05/2022		ZONA ELEITORAL
Separar, documentar urnas por rotas de distribuição - 1º turno e 2º turno (se houver)	19/09 a 28/10/2022		ZONA ELEITORAL
Acompanhar a entrega das urnas nos locais de votação 1º turno	30/09 a 01/10/2022		ZONA ELEITORAL
Acompanhar a entrega das urnas nos locais de votação 2º turno (se houver)	28 a 29/10/2022		ZONA ELEITORAL
Acompanhar checklist de devolução das urnas dos locais de votação 1º turno e 2º turno	02 a 30/10/2022		ZONA ELEITORAL
Notificar urnas não recolhidas aos responsáveis pelo recolhimento	02 a 31/10/2022		ZONA ELEITORAL
Vistoriar urnas recebidas 1º turno	03 a 07/10/2022		ZONA ELEITORAL
Realizar carga das baterias utilizadas no dia da Eleição (1º Turno)	03/10/2022		ZONA ELEITORAL
Vistoriar urnas recebidas 2º turno (se houver)	31/10 a 01/11/2022		ZONA ELEITORAL
Realizar carga das baterias utilizadas no dia da Eleição (2º Turno)	31/10/2022		ZONA ELEITORAL
Elaborar planilha com quantitativos de urnas e baterias para recolhimento	06/10 a 03/11/2022		SEVIN
Encaminhar planilha com quantitativos de urnas e baterias a serem recolhidas à SAOF	04/11/2022		SEVIN
Elaborar cronograma de recolhimento de urnas e baterias - Zonas Eleitorais para Teresina	07 a 08/11/2022		SEAPT
Realizar recolhimento de urnas e baterias - Zonas Eleitorais para Teresina	14/11 a 15/12/2022		SEAPT
Realizar inventário e transferência de urnas	14/11 a 15/12/2022		SEVIN
Notificar zonas eleitorais acerca de urnas e baterias não devolvidas	16/12/2022		SEVIN

4 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
José de Arimateia Borges de Carvalho	COELEI	9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
José Alves Siqueira Filho	COAAD	9877	jose.siqueira@tre-pi.jus.br
Marconio Galvão Lopes	SEAPT	9789	marconio.galvao@tre-pi.jus.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	9796	jairo.martins@tre-pi.jus.br
Wellington Jerônimo da Silva	SEVIN	3131-3429	wellington.jeronimo@tre-pi.jus.br

5 – Riscos Preliminares

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPOSTA AO RISCO
Indisponibilidade de urnas e suprimentos em quantidade suficiente para distribuição	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (X) 3 - Alto () 4 - Muito alto	1. Recomendar a redução no quantitativo de urnas e suprimentos; 2. Recomendar ampliação de agregações de seções;
Orçamento reduzido para locação de veículos para transporte das urnas e suprimentos	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto	1. Requisição de veículos de órgãos públicos para transporte.

6 – Trâmite de Aprovação do Termo de Abertura do Projeto

AÇÃO	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Elaboração	SEVIN	19/10/2021	Assinatura Eletrônica SEI
Validação			Assinatura Eletrônica SEI
Aprovação			Assinatura Eletrônica SEI

Em 18 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Jeronimo da Silva, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1358171** e o código CRC **3134149A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Plano Geral (PGP) Nº 11 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SEVIN

PLANO GERAL DO PROJETO

LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE URNAS - ELEIÇÕES GERAIS 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEVIN/COELEI/STI

1 - Identificação do Projeto

PROJETO			
NOME DO PROJETO		PATROCINADOR	
LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE URNAS - ELEIÇÕES GERAIS 2022		STI	
CLIENTES			
ZONAS ELEITORAIS			
PROGRAMA VINCULADO			
ELEIÇÕES GERAIS 2022			
GERENTE DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
WELLINGTON JERÔNIMO DA SILVA	SEVIN	sevin@tre-pi.jus.br	3131-3401/3429

2 - Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
19/10/2021	Wellington Jerônimo da Silva	Elaboração do PGP	1.0

3 - Visão Geral do Projeto

3.1 - Resultados esperados

RESULTADOS
Urnas eletrônicas e suprimentos disponíveis tempestivamente para todas as zonas eleitorais;
Urnas eletrônicas e distribuídas tempestivamente para uso nas seções eleitorais;
Recolhimento efetivo de urnas dos locais de votação;
Recolhimento reverso das urnas e suprimentos para a Central de Armazenamento

3.2 - Objetivos do Projeto

OBJETIVO MACRO		
Garantir a distribuição e recolhimento adequados de urnas eletrônicas e seus suprimentos às Zonas Eleitorais e seus respectivos locais de votação		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Promover o transporte das urnas e suprimentos da Central de Armazenamento às Zonas Eleitorais	• Índice de urnas distribuídas as Zonas Eleitorais	• 100% das urnas distribuídas para as Zonas Eleitorais
Promover o transporte das urnas eletrônicas da sede das zonas eleitorais aos locais de votação	• Índice de urnas distribuídas aos locais de votação	• 100% das urnas distribuídas para as seções eleitorais
Promover o recolhimento das urnas eletrônicas dos locais de votação à sede das zonas eleitorais	• Índice de urnas recolhidas para sede das Zonas Eleitorais	• 100% das urnas recolhidas para a sede das zonas eleitorais
Promover o recolhimento das urnas eletrônicas e seus suprimentos das Zonas Eleitorais para Central de Armazenamento	• Índice de urnas recolhidas para a Central de Armazenamento	• 100% das urnas recolhidas para a Central de Armazenamento

3.3 - Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 - Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente	Forte	Índice de percepção da sociedade quanto a condução do processo eleitoral.	Concluir 70% das atividades no prazo	Auxílio ao cumprimento das atividades previstas para as Eleições Gerais - 2022

4 - Escopo do Projeto

4.1 - Dentro do Escopo

DESCRIÇÃO
Cálculo do quantitativo de urnas e suprimentos para distribuição às Zonas Eleitorais
Controle na distribuição de urnas e suprimentos às Zonas Eleitorais
Preparação para distribuição das urnas às Zonas Eleitorais
Transporte e recolhimento das urnas e suprimentos para às Zonas Eleitorais
Alocação de veículos para transporte e recolhimento de urnas da sede das Zonas Eleitorais aos respectivos locais de votação
Transporte e recolhimento de urnas eletrônicas da sede das zonas aos respectivos locais de votação

4.2 - Fora do Escopo

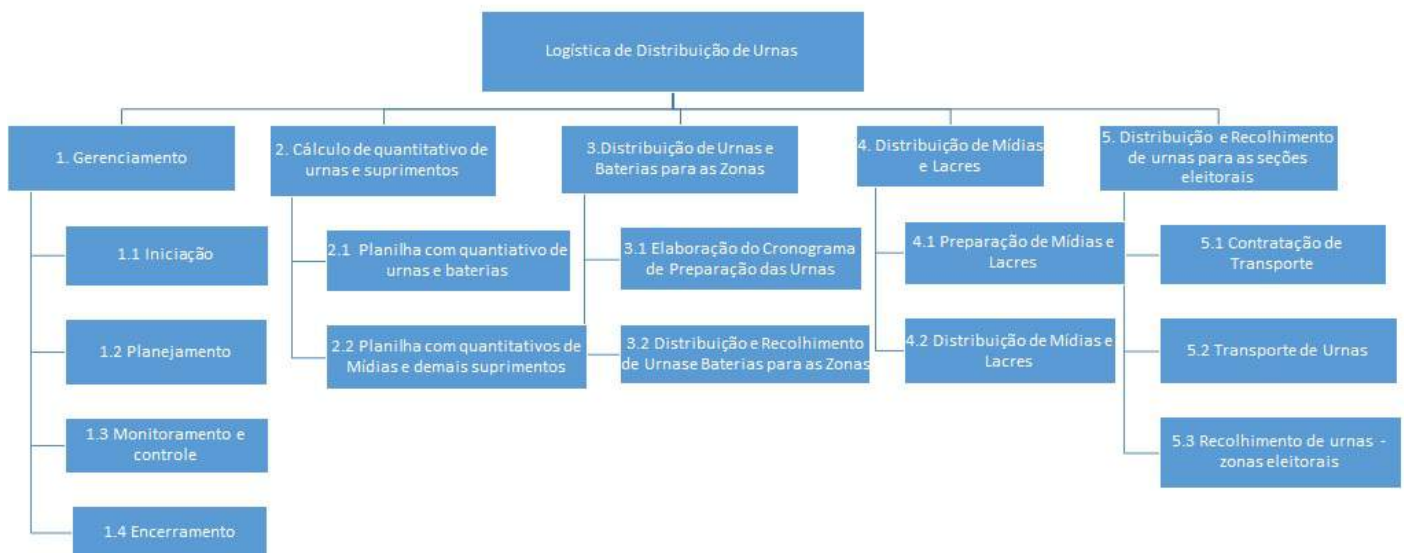
DESCRIÇÃO
Definição do tipo de transporte para realização e recolhimento das urnas nas zonas eleitorais
Elaboração de Projeto Básico para contratação de empresa(s) de transporte
Gestão e fiscalização das contratações que serão realizadas para execução do projeto
Coordenação do projeto no âmbito da zona eleitoral

4.3 - Premissas e Restrições

PREMISSAS
Disponibilidade de veículos para transporte e recolhimento das urnas e suprimentos
Aquisição de urnas e suprimento pelo TSE para complementação do quantitativo necessário para distribuição às zonas eleitorais
Orçamento adequado à realização das etapas
Celebração de parceria com outros órgãos para disponibilização de caminhões para transporte de urnas às Zonas Eleitorais

RESTRIÇÕES
Urnas distribuídas às zonas eleitorais até 31/08/2022.
Número reduzido de caminhões da frota do Regional para transporte das urnas às Zonas Eleitorais.

4.4 - Estrutura Analítica do Projeto (EAP)



5 – Cronograma de execução

CRONOGRAMA	PERÍODO		PREDECESSORAS	RESPONSÁVEL	ÁREA
	INÍCIO	TÉRMINO			
FASE 1 - GERENCIAMENTO					
ENTREGA 1.1 - Iniciação	15/10/2021	20/10/2021		Wellington Jerônimo	
ENTREGA 1.2 - Planejamento	15/10/2021	30/10/2021	1.1	Wellington Jerônimo	

ENTREGA 1.3 - Monitoramento e controle		01/02/2021	16/12/2022	1.2	Wellington Jerônimo	
ENTREGA 1.4 - Encerramento		01/12/2022	13/01/2023	1.3	Wellington Jerônimo	
FASE 2 - Cálculo de quantitativo de urnas e suprimentos						
ENTREGA 2.1: Planilha com quantitativos de urnas e baterias		01/03/2022	17/06/2022			
ATIVIDADE 2.1.1	Levantar os quantitativos de locais de votação sem energia	01/03	31/03	1.2	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 2.1.2	Levantar os quantitativos de urnas e baterias necessárias para as eleições por zona eleitoral	01/03	18/03	2.1.1	Etevaldo Cândido	SEVIN
ATIVIDADE 2.1.3	Elaborar planilha com os quantitativos de urnas e baterias por zona eleitoral	01/06	17/06	2.1.2	Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 2.2: Planilha com quantitativo de Mídias e demais suprimentos		01/06/2022	17/06/2022			
ATIVIDADE 2.2.1	Levantar quantitativos de Mídias e lacres para distribuição	01/06	10/06	1.2	Isael Cardoso	SEVIN
ATIVIDADE 2.2.2	Elaborar planilha com os quantitativos de mídias e lacres para distribuição	13/06	17/06	2.2.1	Jairo Martins	SELOGI
FASE 3 - Distribuição e Recolhimento de Urnas e Baterias para as Zonas Eleitorais						
ENTREGA 3.1: Elaboração do Cronograma de Preparação das Urnas para distribuição.		17/06/2022	31/08/2022			
ATIVIDADE 3.1.1	Encaminhar planilha com Com quantitativos de urnas e baterias por Zonas para Administração	17/06	18/06	2.1.3	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 3.1.2	Preparar cronograma de distribuição das urnas para as Zonas Eleitorais.	20/06	30/07	3.1.1	Marcônio Galvão	SEAPT
ATIVIDADE 3.1.3	Encaminhar Cronograma de distribuição de urnas para SEVIN	21/06	30/07	3.1.2	Marcônio Galvão	SEAPT
ENTREGA 3.2: Distribuição de Urnas para as zonas eleitorais		21/06/2022	31/08/2022			
ATIVIDADE 3.2.1	Separar, identificar e documentar urnas para distribuição	21/06	22/08	3.1.3	Etevaldo Cândido	SEVIN
ATIVIDADE 3.2.2	Distribuir urnas e baterias para as zonas eleitorais conforme Rotas da Administração	04/07	31/08	3.2.1	Marcônio Galvão	SEAPT
ENTREGA 3.3: Recolhimento Urnas e Baterias - Central de Armazenamento - Teresina		06/10/2022	13/01/2023			
ATIVIDADE 3.3.1	Elaborar planilha com quantitativos de urnas e baterias para recolhimento	06/10	03/11	5.3.6	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 3.3.2	Encaminhar planilha com quantitativos de urnas e baterias a serem recolhidas à SAOF	04/11	04/11	3.3.1	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 3.3.3	Elaborar cronograma de recolhimento de urnas e baterias - Zonas Eleitorais para Teresina	07/11	08/11	3.3.2	Marcônio Galvão	SEAPT
ATIVIDADE 3.3.4	Realizar recolhimento de urnas e baterias - Zonas Eleitorais para Teresina	14/11	15/12	3.3.3	Marcônio Galvão	SEAPT
ATIVIDADE 3.3.5	Realizar inventário e transferência de urnas	14/11	12/01/2023	3.3.4	Etevaldo Cândido	SEVIN
ATIVIDADE 3.3.6	Notificar zonas eleitorais acerca de urnas e baterias não devolvidas	16/12/2022	13/01/2023	3.3.5	Wellington Jerônimo	SEVIN
FASE 4 - Distribuição de Mídias e Lacres						
ENTREGA 4.1: Preparação de Mídias e Lacres		20/06/2022	09/09/2022			
ATIVIDADE 4.1.1	Elaborar cronograma de distribuição das mídias	20/06	15/07	2.2.2	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 4.1.2	Separar Mídias e lacres por zona eleitoral	15/07	31/08	4.1.1	Isael Cardoso	SEVIN
ATIVIDADE 4.1.3	Alimentar informações das mídias a serem enviadas nos sistemas de controle	15/07	31/08	4.1.2	Isael Cardoso	SEVIN

ATIVIDADE 4.1.4	Elaborar controle de numeração dos lacres oficiais para envio às zonas eleitorais	15/07	31/08	4.1.1	Wellington Silva	SEVIN
ENTREGA 4.2: Distribuição de Mídias						
ATIVIDADE 4.2.1	Preparar e documentar mídias e lacres para envio	15/07	31/08	4.1.1	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 4.2.2	Encaminhar cronograma de distribuição de mídias ao setor de expedição	15/07	09/09	4.2.1	Wellington Silva	SEVIN
ATIVIDADE 4.2.3	Enviar as mídias e lacres para as zonas eleitorais	16/07	09/09	4.2.2		SECOM/SEAPT
ATIVIDADE 4.2.4	Expedir documentação de envio das mídias para controle de recebimento	16/07	09/09	4.2.3		SECOM
FASE 5 - Distribuição e Recolhimento de Urnas para as seções eleitorais						
ENTREGA 5.1: Contratação de Transporte		14/02/2022	14/10/2022			
ATIVIDADE 5.1.1	Elaborar documentação para contratação de veículos para distribuição e recolhimento (1º e 2º Turnos)	14/02	27/05	1.1	José Filho	COAAD
ATIVIDADE 5.1.2	Formalizar contratação de veículos para distribuição e recolhimento (1º e 2º Turnos)	14/03	29/07	5.1.1	José Filho	COAAD
ATIVIDADE 5.1.3	Vistoriar e aprovar veículos para transporte	08/08	14/10	5.1.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ENTREGA 5.2: Transporte de Urnas		14/02/2022	29/10/2022			
ATIVIDADE 5.2.1	Elaborar rotas de distribuição por veículos	14/02	27/05	1.1	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.2.2	Separar, documentar urnas por rotas de distribuição - 1º turno e 2º turno	19/09	28/10	5.1.3	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.2.3	Acompanhar a entrega das urnas nos locais de votação 1º turno	30/09	01/10	5.2.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.2.4	Acompanhar a entrega das urnas nos locais de votação 2º turno (se houver)	28/10	29/10	5.3.3	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ENTREGA 5.3: Recolhimento urnas Zonas Eleitorais		02/10/2022	31/10/2022			
ATIVIDADE 5.3.1	Acompanhar checklist de devolução das urnas dos locais de votação 1º turno e 2º turno	02/10	30/10	5.2.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.3.2	Notificar urnas não recolhidas aos responsáveis pelo recolhimento	02/10	31/10	5.3.1	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.3.3	Vistoriar urnas recebidas 1º turno	03/10	07/10	5.2.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.3.4	Realizar carga das baterias utilizadas no dia da Eleição (1º Turno)	03/10	03/10	5.2.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.3.5	Vistoriar urnas recebidas 2º turno (se houver)	31/10	01/11	5.2.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL
ATIVIDADE 5.3.6	Realizar carga das baterias utilizadas no dia da Eleição (2º Turno)	31/10	31/10	5.2.2	Chefe de Cartório	ZONA ELEITORAL

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 - Áreas/grupos envolvidos

ÁREAS/GRUPOS INTERNOS		
PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL	ÁREA/GRUPO INTERNO
Planejamento e monitoramento do projeto	José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI/SEVIN
Gerente do Projeto (supervisão e acompanhamento nas etapas do projeto)	Wellington Jerônimo da Silva	SEVIN
Cálculo e estimativa de distribuição de urnas e suprimentos (Cadastro Eleitoral)	Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI
Contratação dos serviços de locação de veículos para transporte e recolhimento de urnas para os locais de votação	José Alves Siqueira Filho	COAAD
Confecção dos Cronogramas e Roteiros de distribuição e recolhimento das Urnas para as Zonas Eleitorais	Marcônio Galvão Lopes	SEAPT

Providenciar o envio dos suprimentos(mídias e lacres) às zonas eleitorais	Titular da SECOM	SECOM
Acompanhar, aprovar e supervisionar as etapas envolvidas no transporte de urnas aos locais devotação	Chefes de Cartório	ZONAS ELEITORAIS
ÁREAS/GRUPOS EXTERNOS		
PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL	ÁREA/GRUPO EXTERNO
Disponibilização de veículos para transporte de urnas das zonas eleitorais para as seções eleitorais	Empresa(s) contratada(s)	
Disponibilização de caminhões para transporte de urnas para as zonas eleitorais	Órgãos Públicos parceiros	

6.2 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI	2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
Wellington Jerônimo da Silva	SEVIN	3131-3429	wellington.jeronimo@tre-pi.jus.br
Etevaldo Cândido Custódio	SEVIN	3131-3430	etevaldo.custodio@tre-pi.jus.br
Isael Cardoso das Chagas	SEVIN	3131-3401	isael.cardoso@tre-pi.jus.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI	2107-9796	jairo.martins@tre-pi.jus.br
José Alves Siqueira Filho	COOAD	2107-9877	jose.siqueira@tre-pi.jus.br
Marcônio Galvão Lopes	SEAPT	2107-9789	marconio.galvao@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Risco e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Indisponibilidade de urnas e suprimentos em quantidade suficiente para distribuição	Urnas indisponíveis em quantidade suficiente	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (X) 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Recomendar a redução no quantitativo de urnas e suprimentos de contingência	(X) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	José de Arimateia	COELEI		
Recomendar ampliação das agregações de seções eleitorais	(X) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	José de Arimateia	COELEI		

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Orçamento reduzido para contratação de empresa(s) para transporte de urnas eletrônicas para as seções eleitorais	Atraso na entrega das urnas	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (X) 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Requisição de veículos de órgãos públicos para transporte	(X) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	José Filho	COAAD		

8 – Plano Orçamentário

ENTREGA	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
3.2: Distribuição de Urnas para as zonas eleitorais	Diárias de Motoristas		50	336,00	16.800,00
	Diárias de Estivadores		100	198,38	19.838,00
5.1: Contratação de Transporte	Contratação 1º T		1	420.000,00	420.000,00
	Contratação 2º T		1	420.000,00	420.000,00
5.4: Recolhimento Urnas e Baterias - Central de Armazenamento - Teresina	Diárias de Motoristas		50	336,00	16.800,00
	Diárias de Estivadores		100	198,38	19.838,00
CUSTO DO PROJETO					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RESPOSTA AO RISCO)					
TOTAL DO ORÇAMENTO					
OBSERVAÇÕES:					

9 – Análise / Revisão / Validação/ Aprovação / Homologação

9.1 – Elaborado por:

NOME	ÁREA	DATA
Wellington Jerônimo da Silva	STI/COELEI/SEVIN	21/10/2021

9.2 – Revisado e Validado por: Titular da Área / Escritório Setorial / Unidade de Apoio ao Projeto:

NOME	UNIDADE	DATA

9.3 – Analisado / Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - ASPLAN/EPI:

NOME	UNIDADE	DATA

9.4 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA
José Alves Siqueira Filho	COAAD	Data da assinatura Eletrônica
Marconio Galvão Lopes	SEAPT	Data da assinatura Eletrônica

9.5 – Aprovador por: Diretor-Geral

NOME	DATA

9.6 – Homologado por: Presidente do TRE-PI

NOME	DATA

Em 19 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Jeronimo da Silva, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1359315** e o código CRC **B0B78D03**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Termo de Abertura (TAP) Nº 6 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SELOGI

TERMO DE ABERTURA DO PROJETO
LOGÍSTICA TÉCNICA DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Coordenadoria de Eleições Informatizadas - COELEI/STI

1 - Identificação do Projeto

NOME DO PROJETO	PATROCINADOR	PREVISÃO DE INÍCIO	
Logística Técnica das Eleições Gerais 2022	STI	Novembro/2021	
CLIENTES			
Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria Judiciária, Zonas Eleitorais, Partidos Políticos e Candidatos.			
PROGRAMA VINCULADO			
Eleições Gerais 2022			
LÍDER DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jairo Mendes Soares Martins	STI/COELEI/SELOGI	jairo.martins@tre-pi.jus.br	86-21079867

2 - Visão Geral do Projeto**2.1 - Justificativa do Projeto**

São várias as etapas compreendidas no processo eleitoral, até que o TRE-PI apresente à sociedade, com celeridade e transparência, os resultados de cada eleição. São parte nesse processo, os programas que rodam nas urnas eletrônicas, a preparação e instalação dessas urnas nas seções eleitorais, o acompanhamento da votação, o recolhimento das mídias de resultado, a transmissão e, finalmente, a totalização e divulgação do resultado final das Eleições. O TRE-PI tem procurado melhorar, a cada pleito, seu planejamento e sua logística técnica para a consecução, de forma satisfatória, desses objetivos.

A despeito dos consideráveis avanços verificados, ainda há margem para melhoria do desempenho da Justiça Eleitoral, sem comprometer a segurança do pleito. Por essa razão, o desenvolvimento do Projeto **LOGÍSTICA TÉCNICA DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022** visa aperfeiçoar os resultados obtidos nos pleitos de 2018 e 2020. Para tanto, serão adotados novos modelos de planejamento e logística a serem utilizados nas Zonas Eleitorais, levando em consideração as peculiaridades de cada município, mas sem perder de vista o uso de novas tecnologias. Há, inclusive, em fase de conclusão a implementação de melhorias evolutivas no Sistema Maxlog (sistema de gerenciamento das eleições), integrado com os Sistemas OcorreJE (sistema de gerenciamento de ocorrências na véspera e dia das eleições) e GEL (sistema de gerenciamento de vistorias dos locais de votação). As melhorias evolutivas no sistema Maxlog ocorreram na elaboração de rotas, na apresentação de relatórios, no cadastro de pessoas e usuários, na integração com o sistema GEL. Esta última favorecendo a consolidação das informações de vistorias de locais de votação, realizadas pelo GEL, no próprio Maxlog.

Ademais, cumpre ressaltar a legislação e os sistemas eleitorais que são adaptados para cada pleito, exigindo ações de preparo da Secretaria de Tecnologia da Informação e equipe de apoio para que se ofereça um serviço eficiente.

Este projeto é derivado de demanda da alta administração deste Tribunal, em virtude do Programa Eleições Gerais 2022.

2.2 - Resultados Esperados

- Padronização das ações realizadas pelas unidades da sede do Tribunal e cartórios eleitorais quanto à Logística Técnica das Eleições Gerais 2022;
- Totalização de todas as seções eleitorais do estado do Piauí dentro da meta estabelecida.
- Consolidação das informações da logística técnica adotada pelas zonas eleitorais importadas de 2020 e adaptadas para 2022.
- Promoção da regularidade do planejamento da logística técnica das zonas eleitorais.
- Reconhecimento das iniciativas de logística consolidadas como boas práticas e valorização dos servidores da sede e dos cartórios eleitorais na realização das eleições.

3 - Lista de Marcos

MARCO	DATA	CUSTO ESTIMADO (R\$)	ÁREA RESPONSÁVEL
Realização de avaliação de desempenho das Zonas Eleitorais nos pleitos de 2018 e 2020	08/11/2021 a 31/12/2021	-	SELOGI
Realização de análise de cenários da logística para o pleito de 2022	10/01/2022 a 31/01/2022	-	SELOGI
Configuração do Maxlog (sistema de gerenciamento de logística) para o pleito de 2022	08/11/2021 a 28/02/2022	-	SELOGI
Elaboração de roteiros e videoaulas sobre os sistemas Maxlog e GEL	01/02/2022 a 31/03/2022	-	SELOGI

Plano de recolhimento de mídias, transmissão de resultados e estimativa de encerramento das Eleições Gerais 2022	01/06/2022 a 09/09/2022	-	SELOGI
Realização de vistorias dos locais de votação	01/06/2022 a 09/09/2022	-	SELOGI
Plano de suporte da STI presencial e remoto	01/09/2022 a 30/09/2022	-	SELOGI
Relatório de avaliação das eleições	01/11/2022 a 30/11/2022	-	SELOGI
Realização do Prêmio de Logística	28/11/2022 a 16/12/2022	-	SELOGI

4 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
José de Arimatéa Borges de Carvalho	COELEI/STI	8621079866	coelei@tre-pi.jus.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI/COELEI/STI	8621079867	selogi@tre-pi.jus.br
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN/STI	8621079762	codin@tre-pi.jus.br
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT/STI	8621079779	cosut@tre-pi.jus.br

5 – Riscos Preliminares

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPOSTA AO RISCO
Sistema de logística (Maxlog) não estar disponível para uso dentro do prazo (08/11/2021 a 31/12/2021)	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Atraso ou inviabilidade de execução de algumas atividades. Resposta: Mitigar, utilizando planilhas, formulários e relatórios; utilização do Maxlog nas eleições 2020.
Indisponibilidade de internet nos pontos de transmissão	() 1 - Baixa (x) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Atraso nas transmissão de resultados das eleições Resposta: Mitigar, mantendo contato com equipes de suporte técnicos das operadoras de internet dos pontos de transmissão. Criar estratégia para utilização de ponto de transmissão de contingência.

6 – Trâmite de Aprovação do Termo de Abertura do Projeto

AÇÃO	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Elaboração	SELOGI/COELEI/STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Validação	COELEI/STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Validação	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Validação	ASPLAN/EPI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Aprovação	DG/TRE-PI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 13 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Mendes Soares Martins, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 14:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1354510** e o código CRC **0165B484**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Plano Geral (PGP) Nº 7 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI/SELOGI

PLANO GERAL DO PROJETO

LOGÍSTICA TÉCNICA DAS ELEIÇÕES GERAIS 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Coordenadoria de Eleições Informatizadas - COELEI/STI

1 - Identificação do Projeto

PROJETO			
NOME DO PROJETO		PATROCINADOR	
Logística Técnica das Eleições Gerais 2022		Secretaria de Tecnologia da Informação	
CLIENTES			
Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria Judiciária, Zonas Eleitorais, Partidos Políticos e Candidatos.			
PROGRAMA VINCULADO			
Eleições Gerais 2022			
GERENTE DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jairo Mendes Soares Martins	STI/COELEI/SELOGI	jairo.martins@tre-pi.jus.br	86-21079867

2 - Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
06/10/2021	Jairo Martins	Elaboração do PGP	1.0
22/10/2021	Jairo Martins	Revisão do PGP	1.1

3 - Visão Geral do Projeto

3.1 - Resultados esperados

RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none">• Padronização das ações realizadas pelas unidades da sede do Tribunal e cartórios eleitorais quanto à Logística Técnica das Eleições Gerais 2022;• Totalização de todas as seções eleitorais do estado do Piauí dentro da meta estabelecida.• Consolidação das informações da logística de apuração adotada pelas zonas eleitorais importadas de 2020 e adaptadas para 2022.• Promoção da regularidade do planejamento da logística técnica das zonas eleitorais.• Reconhecimento das iniciativas de logística consolidadas como boas práticas e valorização dos servidores da sede e dos cartórios eleitorais na realização das eleições.

3.2 - Objetivos do Projeto

OBJETIVO MACRO		
Padronizar e consolidar a logística técnica das Eleições Gerais 2022		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Estabelecer padrões logísticos para as Zonas Eleitorais.	Número de Zonas Eleitorais com planos logísticos/Número total de Zonas Eleitorais	90% das zonas eleitorais com plano de transmissão e recolhimento de mídias cadastrada no Maxlog.
Realização de vistorias dos locais de votação, priorizando as vias de acesso, acessibilidade e infraestrutura.	Número de locais de votação ativos com informações registradas/Número total dos locais de votação efetivos	90% dos locais de votação ativos com as informações registradas.
Realizar treinamento para as Zonas Eleitorais sobre os sistemas de logística (Maxlog e GEL)	Número de Zonas Eleitorais treinadas/ número total de Zonas Eleitorais	90% das Zonas Eleitorais com pelo menos uma pessoa treinada.

3.3 - Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 - Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente.	Forte	índice de percepção da sociedade quanto a condução do processo eleitoral	70%	Contribuir para cumprimento das atividades previstas no programa eleições gerais 2022

4 - Escopo do Projeto

4.1 - Dentro do Escopo

DESCRIÇÃO
Elaboração de relatórios de avaliação dos tempos de transmissão das eleições de 2018 e 2020
Avaliação dos planos logísticos das Eleições Municipais 2020
Cadastramento das informações sobre vias de acesso, acessibilidade e infraestrutura dos locais de votação no GEL, incluindo o código única da EQUATORIAL
Definição dos pontos de transmissão pelas Zonas Eleitorais que serão utilizados no pleito de 2022
Elaboração pelas zonas eleitorais do plano de recolhimento das urnas eletrônicas após o encerramento da votação
Capacitação das zonas eleitorais para utilização dos sistemas de logística (Maxlog e GEL)
Elaboração de roteiros e vídeoaulas para utilização dos sistemas de logística (Maxlog e GEL)
Suporte e orientação às zonas eleitorais quanto aos sistemas de logística
Proposição de novos pontos de transmissão ou nova estratégia para as zonas eleitorais com desempenho insuficiente em relação às metas dos pleitos anteriores
Identificação das condições de acessibilidade dos locais de votação
Acompanhamento e monitoramento dos planos logísticos cadastrados pelas zonas eleitorais nos sistemas de logística (Maxlog e GEL)
Definição das rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas pelas Zonas Eleitorais
Definição dos tipos de veículos e rotas para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas nos locais de votação

4.2 - Fora do Escopo

DESCRIÇÃO
Elaboração de projeto básico para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas, para a contratação de pessoal para o recolhimento de mídias e a transmissão de resultados.
Gestão ou fiscalização das contratações que serão realizadas para a execução do projeto
Coordenação ou execução do projeto no âmbito de cada Zona Eleitoral
Instalação de pontos de transmissão
Realização de transferência temporárias e agregações de seções eleitorais

4.3 - Premissas e Restrições

PREMISSAS
Disponibilização dos sistemas de logística (Maxlog e GEL) com as funcionalidades prevista dentro do escopo do projeto até 28/02/2022.

RESTRIÇÕES
Indisponibilidade de aparelhos do tipo smartphones com acesso livre a internet para configuração do GEL e envio das vistorias dos locais de votação.
Indisponibilidade da integração do Maxlog com o GEL, inviabilizando a utilização do Maxlog nas vistorias dos locais de votação.

4.4 - Estrutura Analítica do Projeto (EAP)

Logística Técnica das Eleições Gerais 2022



5 – Cronograma de execução

CRONOGRAMA		PERÍODO		PREDECESSORAS	RESPONSÁVEL	ÁREA
		INÍCIO	TÉRMINO			
FASE 1 - GERENCIAMENTO						
ENTREGA 1.1 - Iniciação		06/10/2021	31/10/2021		Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 1.2 - Planejamento		01/11/2021	30/11/2021	1.1	Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 1.3 - Monitoramento e controle		31/01/2022	16/12/2022	1.2	Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 1.4 - Encerramento		01/11/2022	16/12/2022	4.5	Jairo Martins	SELOGI
FASE 2 - Levantamento de Informações e Análise de Cenários						
ENTREGA 2.1	Relatório de Avaliação dos Pleitos de 2018 e 2020.	08/11/2021	31/12/2021			
ATIVIDADE 2.1.1	Elaborar relatório de tempos de transmissão dos BUs do Pleito 2018 e 2020	08/11/2021	31/12/2021		Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 2.1.2	Elaborar relatório dos pontos de transmissão no Pleito de 2020.	08/11/2021	31/12/2021	2.1.1	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 2.1.3	Elaborar relatório de problemas técnico/logístico no Pleito de 2020.	08/11/2021	31/12/2021	2.1.2	Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 2.1	Relatório de Análise de Cenário da Logística para o Pleito de 2022.	10/01/2022	31/01/2022			
ATIVIDADE 2.2.1	Distribuir Zonas Eleitorais por Grupos Logísticos	10/01/2022	31/01/2022	2.1	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 2.2.2	Elaborar relatório de diagnóstico logístico e de suporte técnico para as Zonas Eleitorais.	10/01/2022	31/01/2022	2.2.1	Jairo Martins	SELOGI
FASE 3 - Preparação do Maxlog e GEL						
ENTREGA 3.1:	Configuração do Marxlog para o Pleito de 2022	08/11/2021	28/02/2022			
ATIVIDADE 3.1.1	Cadastrar o Pleito 2022 e importar dados do pleito de 2020.	08/11/2021	31/01/2022	2.2.2	Francisco Diógenes	SEDESC
ATIVIDADE 3.1.2	Cadastrar os Usuários Chefes de Cartórios no Maxlog e GEL (ODIN3)	01/01/2021	31/01/2022	3.1.1	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 3.1.3	Cadastrar Pessoas e Usuários do Maxlog	01/02/202	28/02/2022	3.1.1	Chefia de Cartório	Zona Eleitoral

	nas Zonas Eleitorais					
ENTREGA 3.2:	Elaboração de Roteiros e videoaulas	01/02/2022	31/03/2022			
ATIVIDADE 3.2.1	Elaborar roteiro e videoaula para cadastro de pessoas e usuários nas Zonas Eleitorais no Maxlog	01/02/2022	31/03/2022	3.1	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 3.2.2	Elaborar roteiro e videoaula para gestão de pontos de transmissão no Maxlog	01/02/2022	31/03/2022	3.1	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 3.2.3	Elaborar roteiro e videoaula para gestão de rotas de recolhimento de mídias no Maxlog	01/02/2022	31/03/2022	3.1	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 3.2.4	Elaborar roteiro e videoaula para operacionalização do APP GEL e do GEL no ODIN3	01/02/2022	31/03/2022	3.1	Jairo Martins	SELOGI
FASE 4 - Planos e Avaliações						
ENTREGA 4.1:	Plano de Recolhimento de Mídias e Transmissão de Resultados	01/05/2022	09/09/2022			
ATIVIDADE 4.1.1	Enviar e-mail às Zonas Eleitorais para revisão e cadastro de novos pontos e rotas de recolhimento de mídias, se for o caso.	01/05/2022	10/05/2022	3.1 e 3.2	José de Arimatea	COELEI
ATIVIDADE 4.1.2	Revisar os pontos de transmissão e rotas de recolhimento de mídias importados de 2020.	11/05/2022	15/08/2022	4.1.1	Chefia de Cartório	Zona Eleitoral
ATIVIDADE 4.1.3	Cadastrar novas rotas e pontos de transmissão conforme relatório de diagnóstico	16/08/2022	02/09/2022	4.1.2	Chefia de Cartório	Zona Eleitoral
ATIVIDADE 4.1.4	Elaborar relatório de estimativa de conclusão da eleição	03/09/2022	09/09/2022	4.1.3	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 4.1.5	Disponibilizar para homologação pelo TRE-PI a lista dos pontos de transmissão de resultados	03/09/2022	09/09/2022	4.1.4	José de Arimatea	COELEI
ATIVIDADE 4.1.6	Disponibilizar para SEINF e SEAU a lista homologado dos pontos de transmissão de resultados	03/09/2022	09/09/2022	4.1.5	Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 4.2:	Plano de Vistoria dos locais de votação	01/06/2022	09/09/2022	3.1 e 3.2	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 4.2.1	Habilitar smartphone de vistoriadores no GEL do ODIN3	01/06/2022	09/09/2022	3.1 e 3.2	Chefia de Cartório	Zona Eleitoral
ATIVIDADE 4.2.2	Realizar vistoria dos locais de votação observando acessos, acessibilidade, conectividade e código único da EQUATORIAL	01/06/2022	08/09/2022	4.2.1	Chefia de Cartório	Zona Eleitoral
ATIVIDADE 4.2.3	Analisar as vistorias e registrar no ELO	01/06/2022	09/09/2022	4.2.2	Chefia de Cartório	Zona Eleitoral
ENTREGA 4.3:	Plano de Suporte da STI (presencial e remoto)	01/09/2022	30/09/2022	4.2	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 4.3.1	Elaborar Plano e cronograma de suporte presencial e remoto	01/09/2022	12/09/2022	4.2	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 4.3.2	Convocar servidores para suporte presencial	13/09/2022	30/09/2022	4.3.1	Anderson Lima	STI

	e remoto às Zonas Eleitorais					
ENTREGA 4.4:	Relatório de Avaliação da Logística	01/11/2022	30/11/2022			
ATIVIDADE 4.4.1	Elaborar relatório estatístico de desempenho das Zonas Eleitorais	01/11/2022	13/11/2022	2.1, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2 e 4.3	Jairo Martins	SELOGI
ATIVIDADE 4.4.2	Elaborar relatório de avaliação da logística e do desempenho das Zonas Eleitorais no pleito de 2022.	14/11/2022	30/11/2022	2.1, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2 e 4.3	Jairo Martins	SELOGI
ENTREGA 4.5:	Prêmio de Logística	28/11/2022	16/12/2022			
ATIVIDADE 4.5.1	Determinar classificação das Zonas Eleitorais nas categorias do Prêmio de Logística	28/11/2022	02/12/2022	2.1, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2 e 4.3	José de Arimatea	COELEI
ATIVIDADE 4.5.2	Convocar Chefes de Cartórios e Juizes Eleitorais premiados para o evento	05/12/2022	09/12/2022	2.1, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2 e 4.3	Denise Miranda	SGP
ATIVIDADE 4.5.3	Realizar evento de premiação de logística	12/12/2022	16/12/2022	2.1, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2 e 4.3	Denise Miranda	SGP

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Áreas/grupos envolvidos

ÁREAS/GRUPOS INTERNOS		
PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL	ÁREA/GRUPO INTERNO
Gerenciamento do projeto, manter contato com as zonas eleitorais, monitorar as atividades, elaborar relatórios, treinamentos e sugerir ações de melhorias.	Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI
Entrega do sistema MaxLog atualizado e em produção	Francisco Diógenes	SEDESC
Entrega dos kit's do JE-Connect e os equipamentos para transmissão de resultados via satélite	Carlos Nascimento Júnior	SEINF
Entrega dos Notebooks para transmissão dos resultados	Márcio Igo	SEAU
Definição e execução da logística que será aplicada pela Zona Eleitoral	Chefe de Cartório	CARTÓRIOS ELEITORAIS
ÁREAS/GRUPOS EXTERNOS		
PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL	ÁREA/GRUPO EXTERNO
Não se aplica		

6.2 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI/STI	2107-9796	ary.borges@tre-pi.jus.br
Nadja Marcela Silva Santiago	COSUT/STI	2107-9779	nadja.melo@tre-pi.jus.br
Antonio Manoel Silveira de Sousa	CODIN/STI	2107-9762	antonio.sousa@tre-pi.ju.br
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI/COELEI/STI	2107-9796	jairo.martins@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Júnior	SEINF/CONDIN/STI	2107-9756	carlos.nascimento@tre-pi.jus.br
Francisco Diógenes Façanha Pires	SEDESC/CONDIN/STI	2107-9861	diogenes.pires@tre-pi.jus.br
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU/COSUT/STI	2107-9859	marcio.igo@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Risco e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Indisponibilidade do sistema Maxlog do período de 08/11/2021 a 31/01/2022.	Atraso e inviabilidade das atividades da FASE 3 desse projeto.	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Utilização de ferramentas para produção de planilhas, formulários e relatórios. Utilização do Maxlog, versão 2020.	(x) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	Jairo Martins	SELOGI	31/12/2021	-

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Indisponibilidade de aparelhos de smartphone com acesso a internet para realização de	Inviabilidade de realização de vistorias pelo sistema GEL.	(x) 1 - Baixa () 2 - Média	() 1 - Baixo () 2 - Médio

vistorias nos locais de votação com o sistema GEL		() 3 - Alta () 4 - Muito alta	(x) 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhar contratação de pacote de dados para smartphone do TRE-PI nos Cartórios Eleitorais. Utilização de smartphone e pacote de dados dos Chefes de Cartórios, requisitados e auxiliares de eleições.	() 1 - Mitigar () 2 - Evitar (x) 3 - Aceitar () 4 - Transferir	Jairo Martins	SELOGI	31/08/2022	-

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO		PROBABILIDADES		IMPACTO
Indisponibilidade de internet nos pontos de transmissão de resultados	Demora na transmissão dos resultados		<input type="radio"/> 1 - Baixa <input checked="" type="radio"/> 2 - Média <input type="radio"/> 3 - Alta <input type="radio"/> 4 - Muito alta		<input type="radio"/> 1 - Baixo <input type="radio"/> 2 - Médio <input checked="" type="radio"/> 3 - Alto <input type="radio"/> 4 - Muito alto
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhar abertura de chamado junto as operadoras de internet nos pontos de transmissão. Definição de ponto de transmissão de contingência o mais próximo possível do principal.	<input type="radio"/> 1 - Mitigar <input type="radio"/> 2 - Evitar <input checked="" type="radio"/> 3 - Aceitar <input type="radio"/> 4 - Transferir	Jairo Martins	SELOGI	01/10/2022	-

8 – Plano Orçamentário

ENTREGA	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
4.3.1 Elaborar Plano e cronograma de suporte presencial e remoto*	Orçamento de Eleição	Diária	90	336,00	30.240,00
4.3.1 Elaborar Plano e cronograma de suporte presencial e remoto**	Orçamento de Eleição	Diária	60	287,57	17.254,20
4.5.3 Realizar evento de premiação de logística	Orçamento de Eleição	Placas e Medalhas de Premiação	1	5.000,00	5.000,00
CUSTO DO PROJETO					71.967,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RESPOSTA AO RISCO)					0,00
TOTAL DO ORÇAMENTO					
OBSERVAÇÕES:					
* Estimativa de deslocamento de até 6 servidores efetivos para prestar suporte presencial às Zonas Eleitorais durante 8 dias que antecedem, incluindo o dia da eleição e 1(um) dia após as eleições de primeiro e segundo turno, se houver. (7,5 diárias por técnico por turno).					
**Estimativa de deslocamento de até 4 servidores terceirizados da STI para prestar suporte presencial às Zonas Eleitorais durante 8 dias que antecedem, incluindo o dia da eleição e 1(um) dia após as eleições de primeiro e segundo turno, se houver. (7,5 diárias por técnico por turno).					

9 – Análise / Revisão / Validação/ Aprovação / Homologação

9.1 – Elaborado por:

NOME	ÁREA	DATA
Jairo Mendes Soares Martins	SELOGI/COELEI/STI	Data da assinatura eletrônica

9.2 – Revisado e Validado por: Titular da Área / Escritório Setorial / Unidade de Apoio ao Projeto:

NOME	UNIDADE	DATA
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI/STI	Data da assinatura eletrônica
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica

9.3 – Analisado / Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - ASPLAN/EPI:

NOME	UNIDADE	DATA
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	ASPLAN	Data da assinatura eletrônica
	EPI/ASPLAN	Data da assinatura eletrônica

9.4 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI/STI	Data da assinatura eletrônica
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT/STI	Data da assinatura eletrônica
Antonio Manoel Silveira de Sousa	CODIN/STI	Data da assinatura eletrônica
Denise Vieira Berger Miranda	SGP	Data da assinatura eletrônica

9.5 – Aprovador por: Diretor-Geral

NOME	DATA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica

9.6 – Homologado por: Presidente do TRE-PI

NOME	DATA
Desembargador José James Gomes Pereira	Data da assinatura eletrônica

Em 13 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Mendes Soares Martins, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 14:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1354519** e o código CRC **AD51A662**.

Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos Institucionais

0015331-39.2021.6.18.8000

1354519v58



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1355196 - TRE/PRESI/DG/STI/COELEI

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Treinamento de Auxiliares de Apoio às Eleições Gerais 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI	COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Treinamento de Auxiliares de Apoio às Eleições Gerais 2022		11/10/2021	
CLIENTES			
Zonas Eleitorais			
Auxiliares de Apoio às Eleições 2022			
PROGRAMA VINCULADO			
Eleições Gerais 2022			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
José de Arimatéa Borges de Carvalho	GABCOELEI	ary.borges@tre-pi.jus.br	2107-9866

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
11 a 19/10/2021	José de Arimatéa Borges de Carvalho	Documento Inicial	1.0
20 e 21/10/2021	José de Arimatéa Borges de Carvalho	Primeira Revisão	1.1

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
O serviço de apoio às eleições é uma atividade específica da Justiça Eleitoral, portanto, não existem no mercado profissionais com conhecimento prévio nessa área, exceto aqueles que já atuaram em eleições anteriores. Ademais, mesmo os que já possuem alguma experiência, necessitam atualizar seus conhecimentos, visto que, a cada nova eleição, são implementadas melhorias em todas as etapas do processo de preparação das eleições, e, em particular, nas rotinas relacionadas à preparação e suporte às urnas eletrônicas.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Garantir que todos os profissionais contratados para prestar o apoio técnico às eleições 2022 estejam aptos a desempenhar suas atividades com desenvoltura e segurança, visando o pleno êxito das eleições.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Proporcionar agilidade na execução das atividades relacionadas à preparação das urnas eletrônicas e demais atribuições definidas pela chefia do Cartório Eleitoral	Atividades executadas com qualidade, agilidade e segurança	100% dos auxiliares capacitados a executar suas atividades com eficiência
Capacitar os auxiliares de eleição para prestarem o suporte técnico no dia da eleição de forma ágil e eficiente.	Capacitar os auxiliares de eleição para prestarem o suporte técnico no dia da eleição de forma ágil e eficiente.	100% de auxiliares eficazmente capacitados

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente	() Fraco () Moderado (x) Forte	Profissionais capacitados poderão prestar um serviço de excelência, contribuindo para um processo eleitoral seguro e transparente

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Aumentar a Satisfação dos Usuários dos Serviços de TI	() Fraco (x) Moderado () Forte	Profissionais adequadamente capacitados tendem a executar suas atividades com eficiência, contribuindo para a satisfação dos usuários.
	() Fraco () Moderado () Forte	

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
<ul style="list-style-type: none"> Auxiliares contratados e disponíveis para o treinamento em suas respectivas zonas eleitorais antes do início previsto para o treinamento. Locais e materiais do treinamento disponibilizados em tempo hábil. Veículos e motoristas disponíveis para a condução dos servidores que ministrarão o treinamento.

RESTRIÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> Todos os auxiliares devem estar treinados antes do início das audiências de preparação das urnas para as Eleições Gerais 2022. Realização da rota de treinamento no intervalo máximo de 8 dias.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Analisar a logística dos treinamentos realizados nas eleições de 2018 e 2020	11/10/2021	19/10/2021	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Definir as rotas para o treinamento dos Auxiliares para as Eleições Gerais 2022	01/02/2022	10/02/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Definir os instrutores que irão ministrar o treinamento	01/06/2022	10/06/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Encaminhar o plano de rotas de treinamento para análise e aprovação pela STI	10/06/2022	11/06/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Encaminhar Memorando à SAOF com a planilha das rotas de treinamento, o período e a quantidade de veículos e motorista necessários	15/06/2022	20/06/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Atualizar o conteúdo do treinamento a ser ministrado	01/07/2022	20/07/2022	Wellington Jerônimo	SEVIN	-
Imprimir os manuais/cartilhas a serem utilizados no treinamento	11/07/2022	05/08/2022	Pessoal da Gráfica do TRE	GRÁFICA	3.000,00
Enviar comunicação às Zonas Eleitoral, informando o cronograma de treinamento	01/08/2022	05/08/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Disponibilizar veículos com motorista para a viagem de treinamento	04/09/2022	20/09/2022	Marconio Galvao	SEAPT	100.000,00
Definir as turmas para o treinamento dos auxiliares da capital	01/09/2022	03/09/2022	Arimatêa Carvalho Wellington Jerônimo	COELEI/SEVIN	-
Realizar o treinamento nas zonas eleitorais, de acordo com as rotas definidas.	05/09/2022	20/09/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	44.860,00
Realizar o treinamento dos Auxiliares de Eleição da capital	18/09/2022	22/09/2022	Wellington Jerônimo	COELEI	-
Avaliar o resultado do treinamento com base nas informações dos instrutores	21/09/2022	25/09/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-
Notificar a empresa responsável pela contratação dos auxiliares a eventual necessidade de substituição de auxiliares com rendimento insatisfatório no treinamento	21/09/2022	25/09/2022	Arimatêa Carvalho	COELEI	-

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
COELEI	Planejar e coordenar as ações do plano de ação	Arimatêa Carvalho
COELEI	Definir as rotas de treinamento	Arimatêa Carvalho
EMPRESA CONTRATADA	Disponibilizar os auxiliares em suas respectivas zonas até o início do treinamento	Representante da empresa
ZONAS ELEITORAIS	Disponibilizar o local para o treinamento	Chefes de cartório
SEVIN	Definir/revisar o conteúdo para o treinamento	Wellington Jerônimo
GRÁFICA	Imprimir o material para o treinamento	Carlos Alberto
SEAPT	Disponibilizar veículos com motorista	Marcônio
STI/COELEI/COSUT/CODIN	Ministrar o treinamento nas zonas eleitorais	Instrutores
COELEI	Avaliar o treinamento conforme relatório dos instrutores	Arimatêa Carvalho
EMPRESA CONTRATADA	Substituir auxiliares com desempenho insatisfatório, se necessário	Representante da empresa

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
José de Arimatêa Borges de Carvalho	COELEI	2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Wellington Jerônimo da Silva	SEVIN		wellington.jeronimo@tre-pi.jus.br
Etevaldo Candido Custódio	SEVIN		etevaldo.custodio@tre-pi.jus.br
Marcônio Galvão	SEAPT		marconio.galvao@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
<ul style="list-style-type: none"> Atraso na contratação dos Auxiliares de apoio às Eleições 	Impacto no cronograma de treinamento	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Alteração no cronograma de treinamento dos auxiliares	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Arimatêa Carvalho	COELEI	15/08/2022	-

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Realizar o treinamento nas zonas eleitorais, de acordo com as rotas definidas.	Diárias para os Instrutores/servidores	UM	90	336,00	30.510,00
	Diárias para os Instrutores/Terceirizados	UM	50	287,00	14.350,00
Disponibilizar veículos com motorista para a viagem de treinamento	Contrato de veículos com motorista para a condução dos servidores	UM	1	100.000,00	100.000,00
Imprimir os manuais/cartilhas a serem utilizados no treinamento	material para a impressão	UM	1	3.000,00	3.000,00
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					147.860,00
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

- () Sim.
- () Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.
- () Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NOME	DATA	ASSINATURA
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcante de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
José de Arimatêa Borges de Carvalho	COELEI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Marcônio Galvão	SEAPT	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Wellington Jerônimo	SEVIN	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Carlos Alberto	GRÁFICA	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga		Assinatura Eletrônica SEI

Em 13 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jose de Arimatea Borges de Carvalho, Coordenador(a) de Eleições Informatizadas**, em 08/11/2021, às 14:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o



código verificador **1355196** e o código CRC **1DF3DFCB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1359795 - TRE/PRESI/DG/STI/COSUT/SEAU

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Preparação do Ambiente das Zonas Eleitorais - Eleições Gerais 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Seção de Apoio ao Usuário - SEAU	STI

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Preparação do Ambiente das Zonas Eleitorais - Eleições Gerais 2022		Junho/2022	
CLIENTES			
Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
Programa Eleições 2022			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	marcio.igo@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9859

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
19/10/2021	Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	Documento inicial	1.0
20/10/2021	Maria do Socorro Guilherme de Carvalho	Revisão	1.1
20/10/2021	Nadja Marcela Melo Silva Santiago	Revisão	1.2
22/10/2021	Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	Revisão após reunião com a STI	1.3

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
<p>Necessidade de padronizar a infraestrutura de TI das Zonas Eleitorais:</p> <ul style="list-style-type: none">Análise de desempenho dos equipamentos existentes nas Zonas Eleitorais;Atualização de programas da Justiça Eleitoral nos micros das Zonas Eleitorais;Instalação dos programas específicos das Eleições Gerais 2022, após liberação pelo TSE. <p>Necessidade, ainda, de realizar a identificação de equipamentos ociosos e/ou obsoletos existentes nas Zonas Eleitorais com objetivo de solicitação de baixa ou manutenção corretiva/preventiva.</p>

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Proporcionar a adequada preparação do ambiente de TI nas Zonas Eleitorais para as Eleições Gerais 2022, adotando a padronização de infraestrutura baseada no modelo de nivelamento de TI do TRE-PI.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Atualizar os aplicativos e sistemas eleitorais utilizados pelas Zonas Eleitorais.	Número de computadores atualizados nas ZEs / Número total de computadores a serem atualizados nas ZEs	Atualizar 100% dos microcomputadores a serem utilizados nas Zonas Eleitorais.
Identificar e recolher equipamentos de TI ociosos existentes nas Zonas Eleitorais	Número de ZEs vistoriados para identificar equipamento de TI ociosos e obsoletos / Número total de ZEs	Identificar em 100% da ZEs os equipamentos de TI ociosos e/ou obsoletos

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente.	() Fraco () Moderado (X) Forte	Padronização da infraestrutura de TI para as eleições 2022 dentro do prazo estabelecido.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
----------------------	-------------	--------------

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Entregar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	() Fraco () Moderado (X) Forte	Atualização dos microcomputadores das Zonas Eleitorais, auxiliando no cumprimento dos prazos estabelecidos para a Transmissão e totalização das Eleições.
Aumentar a Satisfação dos Usuários dos Serviços de TI	() Fraco () Moderado (X) Forte	Garantir que os equipamentos possuam os sistemas mais atualizados facilita o suporte da equipe técnica.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de diárias pelo TRE-PI para realização das viagens necessárias. Disponibilização de veículos e motoristas pelo TRE-PI para realização das viagens necessárias. Comunicação das rotas de viagens às Zonas Eleitorais pela Corregedoria Regional Eleitoral Realização de Backups dos arquivos locais dos micros pelas Zonas Eleitorais até a execução das rotas de viagens. Acompanhamento por representante dos Cartórios Eleitorais dos procedimentos técnicos a serem realizados.

RESTRITÕES
<ul style="list-style-type: none"> Instalação somente de aplicativos autorizados pela JE nos microcomputadores das Zonas Eleitorais; Conclusão do projeto até 02/09/2022.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Levantamento dos Equipamentos de TI existentes nas Zonas Eleitorais	01/06/2022	10/06/2022	Márcio Igo	SEAU	
Preparar roteiro de atividades a serem realizadas nas Zonas Eleitorais	06/06/2022	10/06/2022	Márcio Igo	SEAU	
Definir rotas de viagens	13/06/2022	17/06/2022	Márcio Igo Marconio Galvão	SEAU SEAPT	
Enviar Memorando à STI solicitando autorização para realização de viagens.	20/06/2022	21/06/2022	Nadja Marcela	COSUT	
Enviar Memorando à STI para motivar a CRE a oficiar as Zonas Eleitorais sobre a realização das viagens.	22/06/2022	23/06/2022	Nadja Marcela	COSUT	
Criar uma pasta compartilhada no servidor de arquivos contendo as versões recentes dos aplicativos necessários às Zonas Eleitorais para as Eleições 2022.	04/07/2022	07/07/2022	Francimar Lopes	SEGSIE	
Realização das viagens	18/07/2022	02/09/2022	Márcio Igo	SEAU	R\$ 53.939,02

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPEIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
SEAU	Gerenciamento e desenvolvimento de atividades afins ao Plano de Ação.	Márcio Igo
SEGSIE	Desenvolvimento de atividades relacionadas ao repositório das versões atualizadas dos Sistemas Eleitorais a serem instalados nos computadores das Zonas Eleitorais.	Francimar Lopes
COSUT	Coordenação dos trabalhos relacionados a definição do modelo padronizado de infraestrutura de TI para as Zonas Eleitorais bem como elaboração dos memorandos relacionados às rotas de viagens e pedido de pagamento de diárias para os deslocamentos.	Nadja Marcela
SEAPT	Auxiliar na definição das rotas e disponibilizar veículos e motoristas para as viagens.	Marcônio Galvão
STI	Unidade responsável pela interação com as demais unidades do TRE-PI externas à STI.	Anderson Lima
CRE	Elaboração e envio de Ofício comunicando às Zonas Eleitorais as rotas de viagens propostas pelo Plano.	Des. Erivan Lopes

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	2107-9859	marcio.igo@tre-pi.jus.br
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	2107-9779	nadja.melo@tre-pi.jus.br
Francimar Lopes de Vasconcelos	SEGSIE	2107-9855	francimar.lopes@tre-pi.jus.br
João Alves Cavalcante Neto	SEAU	2107-9862	joao.cavalcante@tre-pi.jus.br
Maria do Socorro Guilherme de Carvalho	SEAU	2107-9862	maria.guilherme@tre-pi.jus.br
Martony Demes da Silva	SEAU	2107-9859	martony.silva@tre-pi.jus.br
Marcônio Galvão Lopes	SEAPT	2107-9789	marconio.galvao@tre-pi.jus.br
Des. Erivan José da Silva Lopes	CRE	2107-9888	erivan.lopes@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Falta de recursos para pagamento de diárias de	Falta de padronização do ambiente computacional	(X) 1 - Baixa	() 1 - Baixo

deslocamento dos técnicos.	das Zonas Eleitorais.	() 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 2 - Médio () 3 - Alto (X) 4 - Muito alto
----------------------------	-----------------------	---	---

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Elaboração de tutoriais para as atividades serem realizadas pelos servidores dos Cartórios Eleitorais, além de acompanhamento remoto.	() 1 - Aceitar () 2 - Eliminar (X) 3 - Mitigar () 4 - Transferir () 5 - Explorar	Márcio Igo	SEAU	21/06/2022	0,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Indisponibilidade de servidores em número suficiente para atender a demanda das rotas	Atraso no cumprimento do cronograma das rotas	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (X) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Incluir técnicos da STI da área de desenvolvimento para atendimento da demanda. Aumentar a quantidade de cidades para um mesmo técnico.	() 1 - Aceitar () 2 - Eliminar (X) 3 - Mitigar () 4 - Transferir () 5 - Explorar	Nadja Marcela	COSUT	21/06/2022	0,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Perda de dados das Zonas Eleitorais.	Atraso na realização das atividades cartorárias.	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (X) 3 - Alto () 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Proceder com a formatação do computador após certificar que o backup está íntegro e em local diferente do disco do computador (fileserver, HD Externo).	() 1 - Aceitar () 2 - Eliminar (X) 3 - Mitigar () 4 - Transferir () 5 - Explorar	Equipe Técnica	SEAU	02/09/2022	0,00

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Viagens de Padronização	Orçamento Eleições 2022	Diária	44	336,00	14.784,00
	Orçamento Contrato Suporte Técnico	Diária	50	287,57	14.378,50
	Orçamento Contrato Motoristas	Diária	94	263,58	24.776,52
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					53.939,02
OBSERVAÇÕES: O Plano de Custos faz a previsão de: a. 44 diárias para servidores efetivos; b. 50 diárias para colaboradores terceirizados; c. 94 diárias para motoristas terceirizados. O quantitativo foi baseado nos valores utilizados nas Eleições Gerais 2022.					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

() Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NOME	DATA	ASSINATURA

		Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
			Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
		Assinatura Eletrônica SEI

Em 19 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 17:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1359795** e o código CRC **CA7C7A4B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1357617 - TRE/PRESI/DG/STI/COSUT

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Central de Suporte Técnico às Eleições Gerais 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO	STI

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Central de Suporte Técnico às Eleições Gerais 2022		14/03/2022	
CLIENTES			
Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
Programa Eleições Gerais 2022			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	nadja.melo@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9779

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
15/10/2021	Nadja Marcela Melo Silva Santiago	Documento inicial.	1.0
21/10/2021	Nadja Marcela Melo Silva Santiago	Alterações propostas em reunião.	1.1

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA
Necessidade de manter, de forma centralizada, todos os serviços de apoio da STI às Zonas Eleitorais, durante o processo de preparação, acompanhamento da votação, apuração, transmissão de dados, totalização e divulgação dos resultados, evitando dessa forma que durante a véspera e o dia da realização das Eleições, os integrantes das unidades da Secretaria de Tecnologia da Informação, responsáveis pelo suporte, apoio e coordenação das atividades referentes aos trabalhos de transmissão, tratamento e apuração dos votos fiquem distribuídos em diferentes salas, dificultando a interação entre eles e o compartilhamento de informações relativas a problemas muitas vezes comuns entre si.

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Prover um ambiente centralizado para gerenciamento das atividades relacionadas ao suporte prestado pela STI na véspera e dia das Eleições ao processo de preparação, acompanhamento da votação, transmissão de dados, totalização e divulgação dos resultados.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Prestar suporte ao acompanhamento da instalação das seções, da votação, transmissão de dados e da totalização das Eleições 2022, em ambiente centralizado, com os servidores da STI envolvidos no processo.	<ul style="list-style-type: none">Total de atendimentos prestados/total de chamados abertos.	<ul style="list-style-type: none">90% de resolução do total de chamados na véspera e dia das Eleições atendidos na Central de Suporte Técnico às Eleições.
Manter representantes das empresas parceiras do TRE-PI, na Central de Suporte Técnico às Eleições.	<ul style="list-style-type: none">Número de representantes das empresas parceiras / total de representantes das empresas parceiras.	<ul style="list-style-type: none">Manter pelo menos um representante de cada empresa parceira do TRE-PI na Central de Suporte Técnico às Eleições, durante todo o período de funcionamento da mesma.

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente.	<ul style="list-style-type: none">() Fraco(X) Moderado() Forte	O suporte centralizado proporciona maior rapidez na resolução dos problemas, contribuindo para que o processo eleitoral transcorra normalmente.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Aumentar a Satisfação dos Usuários dos Serviços de TI.	() Fraco (X) Moderado () Forte	O suporte centralizado proporciona maior rapidez no atendimento aos chamados dos usuários e na resolução dos problemas, contribuindo para o aumento na satisfação com os serviços prestados.

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
<ul style="list-style-type: none"> A sala de Treinamento e a sala de Audiências deverão estar disponibilizadas para a implantação da Central a partir do dia 26/09/2022. Todos os equipamentos reservados ao plano deverão estar disponíveis até 26/09/2022.

RESTRICÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> A sala deve ser preparada pela SEAU até o dia 30/09/2022. A sala deve ser preparada pela SEAU até o dia 28/10/2020 para 2º turno (se houver).

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Reservar os espaços para instalação da Central.	14/03/2022	18/03/2022	Nadja Marcela	COSUT	-
Definir o layout da Central.	21/03/2022	01/04/2022	Nadja Marcela	COSUT	-
Elaborar o layout da Central.	04/04/2022	22/04/2022	Marcônio Galvão	SEAPT/ENARQ	-
Definir os serviços e monitoramento a serem executados.	04/07/2022	29/07/2022	Anderson Lima	STI	-
Planejar a demanda de materiais e equipamentos necessários (TI, áudio, vídeo, telefônico, internet, etc.).	18/07/2022	05/08/2022	Nadja Marcela	COSUT	-
Solicitar materiais e equipamentos (TI, áudio, vídeos, telefônico, internet, etc.).	08/08/2022	23/08/2022	Nadja Marcela	COSUT	2.700,00
Convocar representantes das empresas parceiras diretamente envolvidas (Internet, Energia, Auxiliares de Eleição).	19/09/2022	30/09/2022	Gestores dos contratos	STI/SAOF	-
Instalar mobiliários e adequar as instalações físicas, elétricas, lógicas e telefônica ao layout definido.	26/09/2022	30/09/2022	José Filho	COAAD	-
Configurar e instalar os equipamentos de TI e audiovisuais.	26/09/2022	30/09/2022	Márcio Igo	SEAU	-
Simular os serviços e monitoramento disponíveis.	30/09/2022	30/09/2022	Márcio Igo	SEAU	-
Desmontar e liberar a sala para outros fins.	03/10/2022	04/10/2022	Márcio Igo	SEAU	-
Desmontar as instalações elétricas, lógicas e telefônica.	05/10/2022	07/10/2022	José Filho	COAAD	-
Reinstalar o mobiliário e equipamentos de TI e audiovisuais, caso haja segundo turno.	24/10/2022	28/10/2022	Márcio Igo	SEAU	-
Desmontar e liberar a sala para outros fins.	31/10/2022	03/11/2022	Márcio Igo	SEAU	-

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
STI	Planejamento, gerenciamento e execução das atividades previstas no plano de ação.	Anderson Lima
COSUT	Planejamento, gerenciamento e execução de atividades previstas no plano de ação.	Nadja Marcela
SEAU	Execução de atividades previstas no plano de ação.	Márcio Igo
COAAD	Execução de atividades previstas no plano de ação.	José Filho
SEAPT	Execução de atividades previstas no plano de ação.	Marcônio Galvão

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	(86) 2107-9779	nadja.melo@tre-pi.jus.br
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	(86) 2107-9859	marcio.igo@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Indisponibilidade da sala de treinamento para instalação da Central.	Atraso na instalação da Central.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhar cronograma de utilização da sala de treinamento e solicitar a sua liberação no período que antecede a instalação da Central.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Nadja Marcela	COSUT	23/09/2022	-
Definir outro local para instalação da Central.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Nadja Marcela	COSUT	23/09/2022	-

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Indisponibilidade de materiais e equipamentos para montagem do ambiente da Central.	Instalação da Central com recursos insuficientes.	1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Buscar a realocação e empréstimo de materiais e equipamentos de outras unidades.	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Nadja Marcela	COSUT	23/09/2022	-

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Solicitar materiais e equipamentos (TI, áudio, vídeos, telefônico, internet, etc.)	Fone de ouvido para base discadora - RJ9.	UN	30	90,00	2.700,00
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					R\$ 2.700,00
OBSERVAÇÕES: O custo previsto é com a aquisição de fones de ouvido para utilização com as bases discadoras já disponíveis, em substituição a fones defeituosos.					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

- () Sim.
- () Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.
- () Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NOME	DATA	ASSINATURA
Joana D'arc Sousa Macêdo Lima	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
José Alves Siqueira Filho	COAAD	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI
Marcônio Galvão Lopes	SEAPT	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NOME	DATA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica	Assinatura Eletrônica SEI

Em 15 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Marcela Melo Silva Santiago**, **Coordenador(a) de Suporte Técnico**, em 08/11/2021, às 14:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1357617** e o código CRC **DE89491B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Termo de Abertura (TAP) Nº 12 - TRE/PRESI/DG/STI/CODIN/SEINF

TERMO DE ABERTURA DO PROJETO

TRANSMISSÃO DE DADOS DAS ELEIÇÕES 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura - CODIN/STI

1 - Identificação do Projeto

NOME DO PROJETO		PATROCINADOR	PREVISÃO DE INÍCIO
Transmissão de Dados das Eleições 2022		STI	Novembro/2021
CLIENTES			
Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
Eleições Gerais 2022			
LÍDER DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Antônio Manoel Silveira de Sousa	STI/CODIN	antonio.sousa@tre-pi.jus.br	86-2107-9762

2 - Visão Geral do Projeto

2.1 - Justificativa do Projeto

Após o encerramento da votação, faz-se necessário o envio dos dados das urnas eletrônicas para apuração.

Regra geral, esses dados são transmitidos dos cartórios eleitorais, onde existem links de comunicação de dados que conectam esses cartórios ao TRE.

No entanto, a distância e a dificuldade de acesso de determinados locais de votação, a demora no envio dos dados de alguns municípios e a necessidade de agilizar a apuração, fizeram surgir o interesse por meios alternativos de envio dos dados das eleições.

Nesse sentido, nos anos eleitorais, o TSE firma contrato para aquisição de serviços de transmissão de dados utilizando comunicação via satélite. Esse contrato contempla locais de votação de difícil acesso e áreas remotas não atendidas por outro tipo de comunicação de dados.

Além dessa tecnologia, é utilizada uma solução chamada JE-Connect, desenvolvida por um grupo de trabalho formado por representantes de vários Tribunais e coordenado pelo TSE, que utiliza links de Internet disponíveis nas proximidades dos locais de votação para estabelecer um canal de comunicação seguro por VPN (*Virtual Private Network*) para, então, enviar os dados das urnas eletrônicas.

Essas soluções serão utilizadas por servidores do TRE, requisitados de outros órgãos públicos e por pessoal contratado por prestadores de serviços.

Conforme registro nas ações de melhorias propostas pelas lições aprendidas das últimas eleições, devemos aumentar os pontos de transmissão utilizando a solução JE-Connect, mais eficiente e barata que a transmissão via satélite; enviar kits JE-Connect reserva para todas as zonas eleitorais, em especial, para o interior; e diminuir a quantidade de kits de transmissão via satélite. Essas alterações pretendem diminuir o tempo para totalização dos boletins de urna e contribuir para a economicidade e eficiência dos trabalhos.

Por outro lado, para alcançar esses objetivos, se faz necessário um treinamento adequado para os técnicos envolvidos e planejamento logístico criterioso, objetivando minimizar atrasos na transmissão dos resultados das urnas eletrônicas.

Este projeto é derivado de demanda da alta administração deste Tribunal, em virtude do Projeto Eleições 2022.

2.2 - Resultados Esperados

- Cumprimento da meta estabelecida de tempo para o encerramento da totalização dos resultados das eleições.

3 - Lista de Marcos

MARCO	DATA	CUSTO ESTIMADO (R\$)	ÁREA RESPONSÁVEL
Gerenciamento do Projeto	08/11/2021 a 14/11/2022	-	SEINF
Contratação de Serviços (Transmissão via satélite)	01/05/2022 a 01/11/2022	R\$ 250.000,00	TSE
Aquisição de componentes (mídias JE-Connect)	01/06/2022 a 15/09/2022	R\$ 7.000,00	SEINF
Sprints JE-Connect	08/11/2021 a 01/07/2022	R\$ 13.650,00	CODIN
Treinamento	01/08/2022 a	-	SEINF

	30/09/2022		
Transmissão	02/10/2022 a 30/10/2022	-	SEINF

4 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN/STI	2107-9762	codin@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Jr.	SEINF/CODIN/STI	2107-9756	seinf@tre-pi.jus.br

5 – Riscos Preliminares

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPOSTA AO RISCO
Indisponibilidade de escolas como local de transmissão dos resultados das urnas	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Inviabilidade de transmissão. Resposta: Estabelecer um canal de comunicação eficiente com a escola para sanar possíveis problemas na utilização da escola como ponto de transmissão; Utilizar BGAN;
Atraso na contratação dos técnicos	() 1 - Baixa (x) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Treinamento inadequado Resposta: Acompanhar o processo licitatório para evitar atrasos, dando suporte à equipe da SELIC
Alto índice de reprovação dos técnicos	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (x) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Escassez de técnicos Resposta: Realizar treinamento com um número de técnicos superior ao necessário; Exigir da empresa substituição rápida do técnico que não se qualificar no treinamento;
Atraso na entrega dos kits BGAN	() 1 - Baixa () 2 - Média (x) 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Atraso no envio do equipamento: Possibilidade de não chegar à tempo do primeiro turno Resposta: Reavaliar o cronograma de realização das atividades de preparação
Atraso na liberação do JE-Connect pelo TSE	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (x) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto	Efeito: Atraso no envio dos kits Resposta: Reavaliar o cronograma de realização das atividades de preparação

6 – Trâmite de Aprovação do Termo de Abertura do Projeto

AÇÃO	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Elaboração	SEINF/CODIN/STI	19/10/2021	Assinatura Eletrônica SEI
Validação			Assinatura Eletrônica SEI
Validação			Assinatura Eletrônica SEI
Aprovação			Assinatura Eletrônica SEI

Em 08 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Junior, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 14:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Manoel Silveira de Sousa, Coordenador**, em 08/11/2021, às 15:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1373886** e o código CRC **E8494702**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Plano Geral (PGP) Nº 16 - TRE/PRESI/DG/STI/CODIN

PLANO GERAL DO PROJETO

TRANSMISSÃO DE DADOS DAS ELEIÇÕES 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura - CODIN/STI

1 - Identificação do Projeto

PROJETO			
NOME DO PROJETO		PATROCINADOR	
Transmissão de Dados das Eleições 2022		Secretaria de Tecnologia da Informação	
CLIENTES			
Zonas Eleitorais			
PROGRAMA VINCULADO			
Eleições Gerais 2022			
GERENTE DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Antônio Manoel Silveira de Sousa	STI/CODIN	antonio.sousa@tre-pi.jus.br	86-2107-9762

2 - Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
19/10/2021	Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Jr	Elaboração do PGP	1.0

3 - Visão Geral do Projeto

3.1 - Resultados esperados

RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none">Cumprimento da meta estabelecida de tempo para o encerramento da totalização dos resultados das eleições.

3.2 - Objetivos do Projeto

OBJETIVO MACRO		
Garantir a infraestrutura de comunicação de dados para conclusão da totalização dentro da meta estabelecida pelo TRE-PI		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Garantir a infraestrutura de comunicação de dados para conclusão da totalização dentro da meta estabelecida pelo TRE-PI	Número de canais que transmitiram / Número total de canais para transmissão	Alcançar 95% dos canais de transmissão de resultados disponível para a transmissão da votação.
Garantir a infraestrutura de comunicação de dados para conclusão da totalização dentro da meta estabelecida pelo TRE-PI	Número de técnicos de transmissão treinados no projeto / Total de técnicos de transmissão	Treinar 95% dos técnicos de transmissão
Verificar o funcionamento dos pontos de transmissão por meio de simulado	Número de pontos de transmissão que realizaram o simulado / Total de pontos de transmissão	Alcançar 95% de participação nos simulados

3.3 - Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 - Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente	Forte	índice de aderência ao cronograma do planejamento das eleições	concluir 100% das atividades que dependem exclusivamente do TRE-PI	Contribuir para cumprimento das atividades previstas no programa eleições 2022
Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança da informação e acesso à informação	Moderado	Índice de nivelamento da infraestrutura de TI		Disponibilização dos equipamentos necessários à transmissão de resultados
Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional	Forte			

4 - Escopo do Projeto

4.1 - Dentro do Escopo

DESCRIÇÃO
Aquisição de pendrives para o JE-CONNECT
Treinamento de Transmissão de dados
Testes dos sistemas de transmissão de dados
Definição dos pontos de transmissão pelas Zonas Eleitorais que serão utilizados no pleito de 2022
Simulado de transmissão de dados junto com os cartórios eleitorais
Transmissão de dados 1º turno
Transmissão de dados 2º (se houver)

4.2 - Fora do Escopo

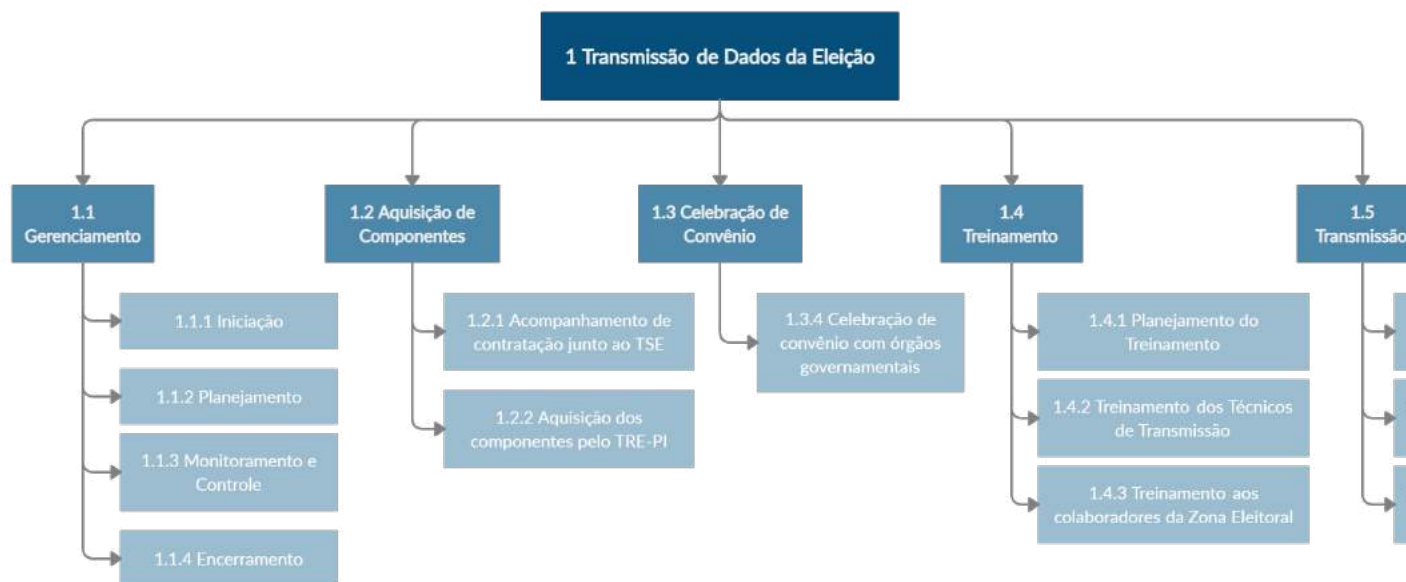
DESCRIÇÃO
Seleção dos técnicos de transmissão
Locação e preparação da infraestrutura física para o treinamento dos técnicos de transmissão
Resolução de questões contratuais dos técnicos de transmissão e colaboradores contratados

4.3 - Premissas e Restrições

PREMISSAS
Suporte técnico realizado pela tutoria e pela central das eleições
Contratação dos técnicos de transmissão
Disponibilidade das escolas para a transmissão
Pontos de transmissão definidos pela STI junto aos cartórios eleitorais
Envio dos kits de transmissão via satélite no prazo contratual pelo TSE
Liberação do JE-Connect pelo TSE
Licitação de pendrives pelo grupo JE-Connect

RESTRIÇÕES
Período reduzido de atuação dos técnicos
Limitação dos recursos para o deslocamento dos técnicos

4.4 - Estrutura Analítica do Projeto (EAP)



5 – Cronograma de execução

CRONOGRAMA	PERÍODO		PREDECESSORAS	RESPONSÁVEL	ÁREA
	INÍCIO	TÉRMINO			
FASE 1 - Gerenciamento					
ENTREGA 1.1 - Iniciação	19/10/2021	30/11/2021		Antônio Sousa	CODIN
ENTREGA 1.2 - Planejamento	01/12/2021	30/06/2022	1.1	Antônio Sousa	CODIN
ENTREGA 1.3 - Monitoramento e controle	30/06/2022	31/10/2022	1.2	Antônio Sousa	CODIN
ENTREGA 1.4 - Encerramento	01/11/2022	14/11/2022	1.3	Antônio Sousa	CODIN
FASE 2 - Aquisição de Componentes					
ENTREGA 2.1	02/05/2022	15/09/2022	1.2	Carlos Alberto	SEINF

Acompanhamento de contratação junto ao TSE						
ATIVIDADE 2.1.1	Acompanhar testes e disponibilização do JE-Connect	02/05/2022	30/08/2022	2.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 2.1.2	Acompanhar a contratação de entrega dos kits BGAN	02/05/2022	15/09/2022	2.1	Carlos Alberto	SEINF
ENTREGA 2.2 Aquisição dos componentes pelo TRE-PI		02/05/2022	30/08/2022	1.2	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 2.2.1	Adquirir pendrives	02/05/2022	30/08/2022	2.2	Sidnei Antunes	SELIC
FASE 3 - Treinamento						
ENTREGA 3.1 Planejamento do Treinamento		01/07/2022	30/08/2022	2.1 e 2.2	Antônio Manoel	CODIN
ATIVIDADE 3.1.1	Planejar o treinamento	01/07/2022	30/08/2022	3.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.1.2	Preparar o material	01/08/2022	30/08/2022	3.1.1	Carlos Alberto/Márcio	SEINF/SEAU
ATIVIDADE 3.1.3	Validar a seleção para os técnicos de transmissão	01/08/2022	30/08/2022	3.1.1	Arimatéia	COELEI
ENTREGA 3.2 Treinamento dos técnicos de transmissão		01/09/2022	30/09/2022	3.1.3	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.2.1	Entrega dos kits de transmissão	01/09/2022	30/09/2022	3.2	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.2.2	Realizar treinamento	15/09/2022	25/09/2022	3.2.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.2.3	Realizar o simulado	23/09/2022	26/09/2022	3.2.2	Carlos Alberto	SEINF
ENTREGA 3.3 Treinamento dos colaboradores		23/09/2022	30/09/2022	3.2.3	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.3.1	Entrega de kits de transmissão	23/09/2022	30/09/2022	3.3	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.3.2	Realizar o treinamento	23/09/2022	30/09/2022	3.3.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 3.3.3	Realizar o simulado	23/09/2022	30/09/2022	3.3.2	Carlos Alberto	SEINF
FASE 4 - Transmissão						
ENTREGA 4.1 Sprints JE Connect		01/10/2021	02/07/2022		Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.1.1	Inclusão de participante em grupo de trabalho	01/10/2021	30/11/2021	4.1	Anderson Lima	STI
ATIVIDADE 4.1.2	1ª Sprint	07/11/2021	13/11/2021	4.1.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.1.3	2ª Sprint	13/02/2022	19/02/2022	4.1.2	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.1.4	3ª Sprint	03/04/2022	09/04/2022	4.1.3	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.1.5	4ª Sprint	22/05/2022	28/05/2022	4.1.4	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.1.6	5ª Sprint	26/06/2022	02/07/2022	4.1.5	Carlos Alberto	SEINF
ENTREGA 4.2 Simulado da Transmissão		20/09/2022	30/09/2022	4.1.5	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.2.1	Preparar base de dados	20/09/2022	23/09/2022	4.2	Francimar Lopes	SEGSIE
ATIVIDADE 4.2.2	Acompanhar simulado	23/09/2022	30/09/2022	4.2.1	Carlos Alberto	SEINF
ENTREGA 4.3 Acompanhamento da Transmissão do 1º Turno		01/10/2022	03/10/2022	4.2	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.3.1	Preparar as juntas apuradoras	01/10/2022	02/10/2022	4.2	José de Arimatea	COELEI
ATIVIDADE 4.3.2	Acompanhar a instalação dos pontos remotos de transmissão	01/10/2022	02/10/2022	4.3.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.3.3	Acompanhar a transmissão	02/10/2022	03/10/2022	4.3.2	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.3.4	Elaborar relatório de consolidação dos resultados	03/10/2022	15/10/2022	4.3.3	Carlos Alberto	SEINF
ENTREGA 4.4: Acompanhamento da Transmissão do 2º Turno		20/10/2022	14/11/2022	4.3.3	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.4.1	Preparar as juntas apuradoras	29/10/2022	30/10/2022	4.3.3	José de Arimatea	COELEI
ATIVIDADE 4.4.2	Acompanhar a instalação dos pontos remotos de transmissão	29/10/2022	30/10/2022	4.4.1	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.4.3	Acompanhar a transmissão	29/10/2022	30/10/2022	4.4.2	Carlos Alberto	SEINF
ATIVIDADE 4.4.4	Elaborar relatório de consolidação dos resultados	31/10/2022	14/11/2022	4.4.3	Carlos Alberto	SEINF

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 - Áreas/grupos envolvidos

ÁREAS/GRUPOS INTERNOS		
PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL	ÁREA/GRUPO INTERNO

Execução da Fase 1 do projeto	Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN
Execução das Atividades 2.1.1 e 2.1.2	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Execução da Atividade 2.2.1	Sidnei Antunes	SELIC
Execução da Atividade 3.1.1	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Execução da Atividade 3.1.2	Carlos Alberto Ribeiro / Márcio Igo	SEINF/SEAU
Execução da Atividade 3.1.3	José de Arimatea	COELEI
Execução das Atividades 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Execução da Atividade 4.1.1	Anderson Lima	STI
Execução das Atividades 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5 e 4.1.6	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Execução da Atividade 4.2.1	Francimar Lopes	SEGSIE
Execução da Atividade 4.2.2	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Execução da Atividade 4.3.1	José de Arimatea	COELEI
Execução das Atividades 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Execução da Atividade 4.4.1	José de Arimatea	COELEI
Execução das Atividades 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.4	Carlos Alberto Ribeiro	SEINF
Participação nas Atividades 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3	Chefes de Cartório	CARTÓRIOS ELEITORAIS
ÁREAS/GRUPOS EXTERNOS		
PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL	ÁREA/GRUPO EXTERNO
Fornecimento dos sistemas e kits BGAN	Júlio Valente	TSE
Fornecimento dos links e garantia do serviço de dados	Preposto	Operadora
Fornecimento do link de internet e computadores	Diretores da escola	Escolas Públicas
Contratar e disponibilizar os técnicos de comunicação	Preposto	Empresa Contratada

6.2 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN/STI	2107-97962	antonio.sousa@tre-pi.jus.br
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Júnior	SEINF/CONDIN/STI	2107-9756	carlos.nascimento@tre-pi.jus.br
Paulo das Neves e Silva Jr.	SEINF/CONDIN/STI	2107-9679	paulo.neves@tre-pi.jus.br
Leonardo Saraiva e Silva	SEINF/CONDIN/STI	2107-9816	leonardo.saraiva@tre-pi.jus.br
José de Arimatea Borges de Carvalho	COELEI/STI	2107-9866	ary.borges@tre-pi.jus.br
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU/COSUT/STI	2107-9859	marcio.igo@tre-pi.jus.br
Francimar Lopes Vasconcelos	SEGSIE/COSUT/STI	2107-9855	francimar.lopes@tre-pi.jus.br
Sidnei Antunes Ribeiro	SELIC/COCONP/SAOF	2107-9765	sidnei.antunes@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Risco e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Indisponibilidade de escolas como local de transmissão dos resultados das urnas	Não haverá transmissão de dados na escola indisponível	() 1 - Baixa (x) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (x) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Estabelecer um canal de comunicação eficiente com a escola para sanar possíveis problemas na utilização da escola como ponto de transmissão	(x) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	Coelei e Cartórios Eleitorais	COELEI	01/09/2022	-
Utilizar BGAN	() 1 - Mitigar (x) 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	SEINF	CODIN	15/09/2022	R\$ 8.000,00

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Atraso na contratação dos técnicos	Todo o planejamento de preparação dos locais de transmissão será prejudicado, havendo atraso no cronograma.	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhar o processo licitatório para evitar atrasos, dando suporte à equipe da SELIC	(x) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	Antônio Sousa	CODIN	15/08/2022	-

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Indisponibilidade de internet nos pontos de transmissão de resultados	Demora na transmissão dos resultados	() 1 - Baixa (x) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (x) 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhar abertura de chamado junto as	() 1 - Mitigar	Jairo Martins	SELOGI	01/10/2022	-

operadoras de internet nos pontos de transmissão. Definição de ponto de transmissão de contingência o mais próximo possível do titular.	() 2 - Evitar (x) 3 - Aceitar () 4 - Transferir				
---	---	--	--	--	--

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Atraso na liberação do JE-Connect pelo TSE	Todo o planejamento e preparação dos kits serão prejudicados, havendo atraso no cronograma.	() 1 - Baixa (x) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (x) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Reavaliar o cronograma de realização das atividades de preparação	(x) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	SEINF	CODIN	01/09/2022	-

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Alto índice de reprovação dos técnicos	Haverá um grande suporte técnico por parte da STI no dia da eleição	(x) 1 - Baixa () 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (x) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Realizar treinamento com um número de técnicos superior ao necessário	() 1 - Mitigar (x) 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	SEINF	CODIN	01/09/2022	-
Exigir da empresa substituição rápida do técnico que não se qualificar no treinamento;	(x) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	COELEI	COELEI	01/09/2022	

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO		
Atraso na entrega dos kits BGAN	Atraso no planejamento do projeto, atraso no treinamento dos técnicos e/ou inviabilização de transmissão de pontos remotos	() 1 - Baixa (x) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo (x) 2 - Médio () 3 - Alto () 4 - Muito alto		
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Reavaliar o cronograma de realização das atividades de preparação	(x) 1 - Mitigar () 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	SEINF	CODIN	01/08/2022	-
Mudar ponto de transmissão para o local mais próximo com link de Internet	() 1 - Mitigar (X) 2 - Evitar () 3 - Aceitar () 4 - Transferir	SEINF	CODIN	30/09/2022	

8 – Plano Orçamentário

ENTREGA	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Entrega 2.1: Acompanhamento de contratação junto ao TSE	BGAN	UN	31	R\$ 8.064,52	R\$ 250.000,12
Entrega 2.2: Aquisição dos componentes pelo TRE-PI	Mídias JE Connect (reposição)	UN	50	R\$ 140,00	R\$ 7.000,00
Entrega 4.1: Sprints JE Connect	Solução JE Connect	Diárias	32,5	R\$ 420,000	R\$ 13.650,00
CUSTO DO PROJETO					R\$ 270.650,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RESPOSTA AO RISCO)					0,00
TOTAL DO ORÇAMENTO					R\$ 40.240,00
OBSERVAÇÕES: Estimativa de deslocamento de até 10 servidores/colaboradores da STI para prestar suporte presencial às Zonas Eleitorais durante 4 dias que antecedem e incluem o dia da eleição e 1(um) dia após as eleições de primeiro e segundo turno, se houver.					

9 – Análise / Revisão / Validação/ Aprovação / Homologação

9.1 – Elaborado por:

NOME	ÁREA	DATA
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Jr	SEINF/CODIN/STI	19/10/2021

9.2 – Revisado e Validado por: Titular da Área / Escritório Setorial / Unidade de Apoio ao Projeto:

NOME	UNIDADE	DATA
Anderson Cavalcanti de Lima	STI	Data da assinatura eletrônica
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN/STI	Data da assinatura eletrônica

9.3 – Analisado / Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - ASPLAN/EPI:

NOME	UNIDADE	DATA
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima	ASPLAN	Data da assinatura eletrônica
		Data da assinatura eletrônica

9.4 – De acordo das áreas envolvidas

NOME	ÁREA	DATA
Antônio Manoel Silveira de Sousa	CODIN	Data da assinatura eletrônica
José de Arimatéa Borges de Carvalho	COELEI	Data da assinatura eletrônica
Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU/COSUT	Data da assinatura eletrônica
Francimar Lopes Vasconcelos	SEGSIE/COSUT/STI	Data da assinatura eletrônica
Sidnei Antunes Ribeiro	SELIC/COCONP/SAOF	Data da assinatura eletrônica

9.5 – Aprovador por: Diretor-Geral

NOME	DATA
Ronaldo Maique Araújo Braga	Data da assinatura eletrônica

9.6 – Homologado por: Presidente do TRE-PI

NOME	DATA
Desembargador José James Gomes Pereira	Data da assinatura eletrônica

Em 08 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Manoel Silveira de Sousa, Coordenador**, em 08/11/2021, às 16:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Junior, Chefe de Seção**, em 08/11/2021, às 16:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves, Chefe de Seção**, em 12/11/2021, às 15:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jose de Arimatea Borges de Carvalho, Coordenador(a) de Eleições Informatizadas**, em 07/12/2021, às 09:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1373926** e o código CRC **414C3DD8**.

VI – Secretaria Judiciária - SJ

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, referente ao período de abril de 2020 a dezembro de 2021, concebeu-se nos moldes delineados nas recomendações contidas no artigo 4º da Resolução nº 95/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e no art. 3º da Resolução TRE/PI nº 268, de 20 de agosto de 2013, tendo por objetivo apresentar à equipe de transição dos novos dirigentes deste Egrégio Regional prestação de contas extraordinária de modo a subsidiá-los na elaboração e implantação do programa de gestão dos respectivos mandatos.

O presente relatório encontra-se estruturado primeiramente com a identificação e atribuições da Secretaria Judiciária, disciplinada na Resolução TRE-PI n.º 271/2013 (Regulamento Interno da Secretaria do TRE-PI), trazendo os organogramas descritivo e gráfico, bem como os macroprocessos finalísticos e os principais parceiros externos.

Em seguida, restam delineados os objetivos estratégicos relacionados à Unidade e os Planos de Ações e Projetos concebidos para o período em referência, que tem por escopo alcançar a estratégia estabelecida no Mapa da Estratégia TRE/PI.

Nesse passo, é apresentado também o desempenho institucional dos indicadores estratégicos deste Egrégio Regional, bem como as metas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça a cargo dessa unidade de gestão.

Finaliza-se com a apresentação dos resultados e conclusões na gestão dos processos organizacionais da Secretaria Judiciária, registrando uma síntese das principais ações a serem desenvolvidas no exercício de 2022, visando minimizar ou extirpar as dificuldades enfrentadas quando da realização de suas atribuições no exercício sob relato.

1. VISÃO GERAL DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1- TRE - Identificação da Unidade

Identificação da Unidade			
Denominação completa: Secretaria Judiciária			
Denominação abreviada: SJ			
Principal Atividade: Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades referentes à formação, andamento, guarda, conservação e arquivamento dos feitos distribuídos no âmbito da competência Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, competindo-lhe também organizar e controlar o cadastro dos órgãos diretivos regionais e municipais dos partidos políticos e gerenciar a base de dados da jurisprudência do Tribunal.			
Telefones/Fax de contato:	(86) 2107-9890	(86) 2107-9814	(86) 2107-9890

E-mail: sj@tre-pi.jus.br
Página na Intranet/Internet: http://intranet.tre-pi.jus.br/unidades/judiciaria/judiciaria
Normas relacionadas à Unidade
Normas de criação e alteração da Unidade
Resolução TRE/PI nº 271/2013 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí)
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade
Resolução TRE/PI nº 107/2005 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), Resolução TRE/PI nº 271/2013 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), Resolução CNJ nº 325/2020 (Dispõe sobre a Estratégica Nacional do Poder Judiciário), Resolução TRE/PI nº 269/2013 (Regulamento Interno da Biblioteca), Resolução TRE/PI n.º 420/2021 (Plano Estratégico do TRE/PI para o período 2021/2026), Resolução TRE/PI nº 158/2009 (Revista ELEIÇÕES & CIDADANIA).
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade
Ementários TRE/PI
InfoSejub
Boletim Informativo “Novas Aquisições”
Boletim Informativo “Sumário de Periódicos”
Informativo TRE/PI
Guia do Portal do TRE/PI
Compêndio com Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2020
Calendário Virtual – Eleições 2020
Manuais e <i>Folders</i> – Eleições 2020
Revista ELEIÇÕES & CIDADANIA

1.2 Organograma Funcional

À Secretaria Judiciária compete planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a autuação, distribuição, processamento, guarda, conservação e arquivamento dos feitos distribuídos no âmbito da competência do TRE-PI, bem como a base de dados de jurisprudência, legislação, documentação e informação do Tribunal. Compete-lhe também registrar, organizar e controlar os dados cadastrais dos órgãos diretivos regionais e municipais dos partidos políticos.

Essa Unidade é subdividida em três Coordenadorias: de Registros Partidários, Autuação e Distribuição; de Jurisprudência e Documentação e de Sessões de Apoio ao Pleno, às quais competem planejar, organizar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades de suas respectivas unidades vinculadas.

A Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição – CORPAD, unidade responsável pelo planejamento, organização, coordenação e controle das atividades desenvolvidas em cada uma das unidades que lhe são vinculadas, consubstanciadas no gerenciamento da movimentação processual e dos documentos encaminhados a esta Coordenadoria, bem como a administração dos dados partidários e, recentemente, o Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas. Os atos cartorários cabem à Seção de Controle, Autuação e Distribuição de Processos - SECADP. À Seção de Gerenciamento de Dados Partidários - SEGDP incumbe a anotação e controle dos dados partidários pertinentes aos diretórios regionais e municipais dos Partidos Políticos existentes no Estado do Piauí. E ao **Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas** compete a análise técnica das prestações de contas de campanha eleitoral e das prestações de contas anuais dos partidos políticos.

Tendo, assim, como principal produto decorrente das citadas atribuições a condução regular e célere dos processos judiciais e administrativos autuados no TRE/PI, bem como a excelência na prestação de informações solicitadas, aprimorando a comunicação interna e externa com o público interessado na prestação jurisdicional dessa Casa de Justiça.

A Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJURD, desenvolve atividades ligadas diretamente à seleção, análise, indexação, disponibilização dos acórdãos e resoluções proferidos pela Corte de Justiça deste Egrégio Regional, bem como aos atos normativos internos (portarias), e fornecimento de jurisprudência e legislação relacionada à matéria eleitoral e partidária, além de se responsabilizar pela organização e manutenção de registro, classificação e catalogação de livros, jornais oficiais, revistas e outras publicações. Atividades essas de competência da Seção de Jurisprudência e Biblioteca - SEJUB.

Referenciadas atribuições proporcionam transparência das decisões colegiadas da Corte Regional Eleitoral e de demais matérias de interesse do público interno e externo, de modo a dar maior visibilidade às produções oficiais do TRE/PI e a auxiliar às autoridades judicantes desta Justiça Especializada no conhecimento da jurisprudência em matéria eleitoral, processual e administrativa de interesse dessa Casa, além de gerenciar o acervo bibliográfico.

Compete-lhe, ainda, nos termos de resoluções normativas, a coordenação da editoração e lançamento da Revista Eleições & Cidadania do TRE-PI.

A **Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno – COSAP**, desempenha atividades voltadas à organização do funcionamento das Sessões Plenárias, formatação e publicação de acórdãos e resoluções, confecção e publicação de pautas e atas das sessões de julgamento ou solene, com respectivas gravações das sessões da Corte Regional Eleitoral do Piauí, registro das decisões no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP e no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, contando para tanto com as Seções de Acórdãos e Resoluções - SEARE e de Taquigrafia – SETAQ.

Decorre, portanto, das citadas atribuições, o regular, célere e transparente trâmite dos processos apreciados na Corte Regional Eleitoral e o aprimoramento da comunicação com o público interno e externo quando da prestação de informações e notas taquigráficas solicitadas.

1.3 Macroprocessos finalísticos

A Secretaria Judiciária tem como macroprocesso finalístico precípua a regular prestação jurisdicional do TRE-PI, compreendendo a realização de atividades referentes à formação, tramitação, guarda, conservação, publicidade às decisões e arquivamento de processos judiciais e administrativos autuados e distribuídos no âmbito da competência do TRE-PI, de modo ao exato cumprimento das normas processuais, procedimentais e regimentais pertinentes, com observância dos princípios da transparência e celeridade que norteiam a Justiça Eleitoral.

Igualmente integra o macroprocesso finalístico, a gestão do acervo das decisões colegiadas proferidas pela Corte do TRE-PI, das normas internas (Resoluções e Portarias do TRE-PI), e do acervo bibliotecário, bem como a gestão, organização e controle do cadastro dos órgãos diretivos regionais e municipais dos partidos políticos registrados nesta Circunscrição eleitoral, e também a análise de prestações de contas anuais de partidos políticos e de campanha eleitoral, como se verifica no quadro a seguir.

Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Principais insumos e fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis		Principais parceiros externos	
Celeridade da tramitação dos processos judiciais e administrativos autuados na Secretaria Judiciária	Regular tramitação dos processos, garantindo que as atividades cartorárias levadas a efeito observem estritamente as determinações legais, evitando-se o surgimento de nulidade e retrabalho de modo a impedir a celeridade processual.	Servidores capacitados Infraestrutura física e tecnológica adequadas.	Efetivação da prestação jurisdicional às partes dos processos.	Partes dos processos Advogados dos Eleitores	CORP AD SECA DP SEGD P COS AP SEA RE SET AQ	– e – e	Partes processos Advogados	dos e

Disponibilização das decisões proferidas pelos Juízes Membros, dos Atos Normativos e do acervo da Biblioteca do TRE/PI	Inclusão de todos os acórdãos, portarias normativas e resoluções do TRE/PI em sistemas de acesso ao público interno e externo por meio da página eletrônica do Tribunal, garantindo a transparência da	Servidores capacitados Infraestrutura física e tecnológica adequadas.	Efetivação da prestação jurisdicional às partes dos processos e transparência dos atos judiciais, normativos e doutrinários do TRE/PI	Partes dos processos Advogados Eleitores Servidores	COSAP SEARE SETAQ COJ UD SEJ UB	- e -	Partes processo Advogados	d o s
--	--	--	---	---	--	-------------	---------------------------	-------------

	prestação jurisdicional, normativa e doutrinária do TRE/PI.					
Organização dos documentos referentes às anotações de órgãos partidários junto ao TRE/PI e controle da veiculação da propaganda partidária.	Controle da validade dos diretórios e comissões provisórias das agremiações partidárias e produção de mapa de mídia visando controlar a distribuição das inserções de propaganda político- partidária.	Servidores capacitado s Infraestrut ura física e tecnológ ica adequad as.	Cadastro de partidos políticos registrados no TRE/PI com informações sobre a constituição e validade de diretórios ou comissões provisórias que possuem direitos e deveres perante à Justiça Eleitoral.	Partid os Políti cos	CORPAD – SEGD	Partid os Políti cos Advogados Autores e articulist as.
Emissão de parecer técnico nas prestações de contas de campanha eleitoral e nas prestações de contas anuais	Atuar na análise dos processos de prestações anuais de partidos políticos e de campanha eleitoral, bem como orientar os partidos políticos e candidatos na	Servidores capacitado s Infraestrut ura física e tecnológ ica adequad as.	Efetivação da prestação jurisdicion al às partes dos processos.	Partid os Políti cos e candidato s	CORPAD – NAAPC	Partidos Políticos Candida tos Advogados

dos partidos políticos.	elaboração de prestação de contas.					
-------------------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Regulamento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (Resolução TRE/PI nº 271/2013) e Resolução TRE-PI nº 419/2021.

Gabinete da Secretaria Judiciária

O gabinete da Secretaria Judiciária labora, em essência, com os seguintes sistemas / ferramentas: SEI (*Secretaria Judiciária*), Balcão Virtual (*balcaovirtual-sj@tre-pi.jus.br*) e Zimbra - Servidor de *e-mail* (*sj@tre-pi.jus.br*).

Além disso, a referida unidade procede ao acesso e encaminhamento - de forma compartilhada com as demais unidades desta secretaria -, às mensagens relativamente ao endereço eletrônico comunica@tre-pi.jus.br.

Registro, por oportuno, que, além do Secretário Judiciário, a servidora Ana Kallyne Rodrigues Dantas Soares (Oficiala de Gabinete) e o servidor Jacob Alves Pessoa Junior (Assistente) manuseiam ordinariamente os referidos sistemas e tarefas.

Por último, mas não menos importante, informo, ainda, que o Secretário Judiciário oficia constantemente junto ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

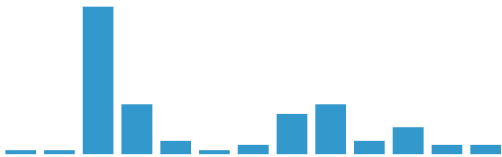
A seguir, apresento o doc. SEI nº 1425728 com as estatísticas do gabinete no período de 7 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2021:

Processos gerados no período:

T i p o	2020										
	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O u t	N o v	D e z		
Administração geral - Certificados Digitais						1				1	
Administração geral - Eventos e solenidades	1									1	
Administração geral - Gestão das unidades	1	20	3	4	1	2	1		1	33	
Administração geral - Políticas e normas				1	1	4	2		3	11	
Gestão da informação - Controle da produção de documentos								3		3	
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos								1		1	
Gestão da informação - Políticas e normas						2				2	
Pessoal - Assentamento funcional	2			2	2	3				9	
Pessoal - Frequência	2	1		3	1	1	1	1	1	11	
Pessoal - Férias	1			2						3	
Tecnologia da Informação - Políticas e normas											
Tecnologia da Informação - Infraestrutura						1	1			2	
TOTAL:	8	22	3	12	5	16	6	6	7	85	

Ocultar Gráfico

Processos gerados no período (SJ / TRE-PI)

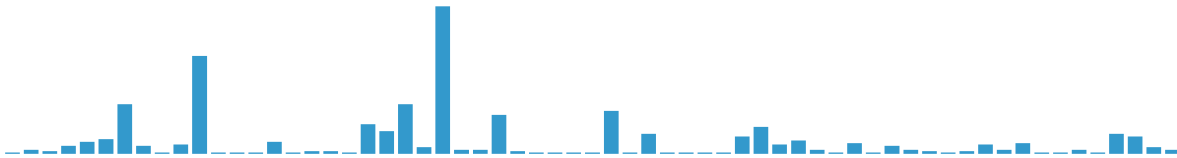


Processos com tramitação no período:

T i p o	Quantidade
Administração Geral - Contratação	1
Administração geral - Apuração de responsabilidades	5
Administração geral - Auditoria e Sindicância	3
Administração geral - Certificados Digitais	10
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas	17
Administração geral - Eventos e solenidades	20
Administração geral - Gestão das unidades	66
Administração geral - Gestão de contratos	11
Administração geral - Licitação	1
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	13
Administração geral - Políticas e normas	130
Administração geral - Sustentabilidade	1
Corregedoria Eleitoral - Correição em Primeiro Grau	2
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	2
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	16
Corregedoria Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	1
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	3
Eleições - Apuração	3
Eleições - Cadastro eleitoral	2
Eleições - Logística	39
Eleições - Partido Político	31
Eleições - Políticas e normas	67
Eleições - Processamento das Eleições	9
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	197
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	5
Gestão da informação - Gestão e planejamento de pesquisa	5
Gestão da informação - Políticas e normas	52
Material e patrimônio - Administração de material	4
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	2
Orçamento e finanças - Liquidação de despesas e autorização de pagamentos	2
Orçamento e finanças - Prestação de contas	2
Orçamento e finanças - Suprimento de fundos	1
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO	58
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO	2
Pessoal - Assentamento funcional	27
Pessoal - Benefícios	2
Pessoal - Concurso	1
Pessoal - Dimensionamento da Força de Trabalho	1
Pessoal - Diárias e passagens	2
Pessoal - Frequência	24
Pessoal - Férias	35
Pessoal - Labor Além Jornada	12
Pessoal - Magistrados	18
Pessoal - Pagamento de pessoal	5
Pessoal - Pedido de Informações	1
Pessoal - Políticas e normas	15
Pessoal - Reembolso por cumprimento de mandados	1
Pessoal - Requisição e cessão de servidor	10
Pessoal - Suporte	5
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento	4
Planejamento - Metas do Poder Judiciário	1
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	4
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	12
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	6
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	14
Zona Eleitoral - Desfiliação Partidária	1
Zona Eleitoral - Direitos Políticos (DP)	1
Zona Eleitoral - Informações Eleitorais	5
Zona Eleitoral - Microfilmagem de Processos	1
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	27
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	23
Zona Eleitoral - Representação	9
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços	5
TOTAL:	1.055

Ocultar Gráfico

Processos com tramitação no período (SJ / TRE-PI)

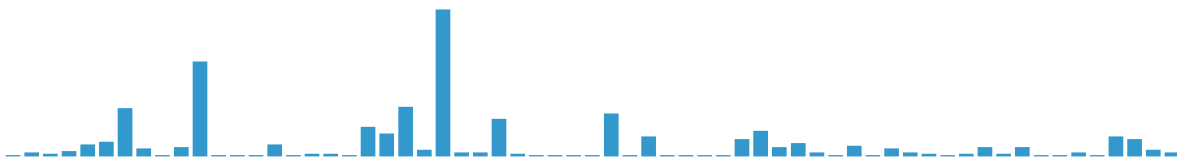


Processos com andamento fechado na unidade ao final do período:

T i p o	Quantida de
Administração Geral - Contratação	1
Administração geral - Apuração de responsabilidades	5
Administração geral - Auditoria e Sindicância	3
Administração geral - Certificados Digitais	8
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas	17
Administração geral - Eventos e solenidades	20
Administração geral - Gestão das unidades	64
Administração geral - Gestão de contratos	11
Administração geral - Licitação	1
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	12
Administração geral - Políticas e normas	128
Administração geral - Sustentabilidade	1
Corregedoria Eleitoral - Correição em Primeiro Grau	2
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	1
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	16
Corregedoria Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	1
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	3
Eleições - Apuração	3
Eleições - Cadastro eleitoral	2
Eleições - Logística	39
Eleições - Partido Político	31
Eleições - Políticas e normas	67
Eleições - Processamento das Eleições	9
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	197
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	5
Gestão da informação - Gestão e planejamento de pesquisa	5
Gestão da informação - Políticas e normas	50
Material e patrimônio - Administração de material	4
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	2
Orçamento e finanças - Liquidação de despesas e autorização de pagamentos	2
Orçamento e finanças - Prestação de contas	2
Orçamento e finanças - Suprimento de fundos	1
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO	58
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO	2
Pessoal - Assentamento funcional	27
Pessoal - Benefícios	2
Pessoal - Concurso	1
Pessoal - Dimensionamento da Força de Trabalho	1
Pessoal - Diárias e passagens	2
Pessoal - Frequência	23
Pessoal - Férias	34
Pessoal - Labor Além Jornada	12
Pessoal - Magistrados	18
Pessoal - Pagamento de pessoal	5
Pessoal - Pedido de Informações	1
Pessoal - Políticas e normas	15
Pessoal - Reembolso por cumprimento de mandados	1
Pessoal - Requisição e cessão de servidor	10
Pessoal - Suporte	5
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento	4
Planejamento - Metas do Poder Judiciário	1
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	4
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	12
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	4
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	13
Zona Eleitoral - Desfiliação Partidária	1
Zona Eleitoral - Direitos Políticos (DP)	1
Zona Eleitoral - Informações Eleitorais	5
Zona Eleitoral - Microfilmagem de Processos	1
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	26
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	23
Zona Eleitoral - Representação	9
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços	5
TOTAL:	1.039

Outlet Gráfico

Processos com andamento fechado na unidade ao final do período (SJ / TRE-PI)



Processos com andamento aberto na unidade ao final do período:

T i p o	Quantida de
Administração geral - Certificados Digitais	2
Administração geral - Gestão das unidades	2
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	1
Administração geral - Políticas e normas	2
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	1
Gestão da informação - Políticas e normas	2
Pessoal - Frequência	1
Pessoal - Férias	1
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	2
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	1
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	1
TOTAL:	16

Outlet Gráfico

Age Group	Number of People
18-24	95
25-34	95
35-44	65
45-54	95
55-64	65
65-74	65
75-84	95
85-94	65
95-104	65

	T i p o	Tempo Médio
Administração Geral - Contratação		6d 2h 46m 6s
Administração geral - Apuração de responsabilidades		3d 12h 47m 31s
Administração geral - Auditoria e Sindicância		5d 18h 18m 11s
Administração geral - Certificados Digitais		2d 11h 41m 34s
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas		4d 10h 47m 52s
Administração geral - Eventos e solenidades		2d 7h 59m 49s
Administração geral - Gestão das unidades		11d 9h 30m 57s
Administração geral - Gestão de contratos		10d 9h 43m 35s
Administração geral - Licitação		1d 15h 43m 9s
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades		5d 20h 26m 53s
Administração geral - Políticas e normas		4d 10h 57m 3s
Administração geral - Sustentabilidade		3d 15h 5m 1s
Corregedoria Eleitoral - Correição em Primeiro Grau		16h 46m 43s
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual		6d 1h 39m 35s
Corregedoria Eleitoral - Inspeção		5d 4h 17m 31s
Corregedoria Eleitoral - Pedido de Providência (PP)		8d 12h 25m 24s
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas		14d 2h 8m 7s
Eleições - Apuração		3d 19h 30m 56s
Eleições - Cadastro eleitoral		6d 1h 5m 42s
Eleições - Logística		1d 22h 31m 21s
Eleições - Partido Político		5d 40m 35s
Eleições - Políticas e normas		3d 14h 44m 44s
Eleições - Processamento das Eleições		5d 9h 4m 25s
Gestão da informação - Controle da produção de documentos		18h 10m 10s
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos		4d 4h 15m 5s
Gestão da informação - Gestão e planejamento de pesquisa		2d 11h 16m 24s
Gestão da informação - Políticas e normas		7d 9h 9m 35s
Material e patrimônio - Administração de material		12d 15h 46m 17s
Material e patrimônio - Administração de patrimônio		5d 19h 36m 19s
Orçamento e finanças - Liquidação de despesas e autorização de pagamentos		14h 9m 37s
Orçamento e finanças - Prestação de contas		2d 14h 39m 25s
Orçamento e finanças - Suprimento de fundos		13h 44m 11s
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO		1d 23h 55m 34s
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO		2d 14h 49m 19s
Pessoal - Assentamento funcional		3d 7h 48m 13s
Pessoal - Benefícios		2d 12h 44m 49s
Pessoal - Concurso		4h 3m 53s
Pessoal - Dimensionamento da Força de Trabalho		1d 8h 11m 48s
Pessoal - Diárias e passagens		3d 13h 46m 1s
Pessoal - Frequência		7d 23h 59m 24s
Pessoal - Férias		2d 17h 25m 40s
Pessoal - Labor Além Jornada		3d 10h 47m 36s
Pessoal - Magistrados		3d 9h 15m 28s
Pessoal - Pagamento de pessoal		3d 19h 47m 57s
Pessoal - Pedido de Informações		12d 15h 2m 35s
Pessoal - Políticas e normas		1d 23h 7m 55s
Pessoal - Reembolso por cumprimento de mandados		3h 29m 7s
Pessoal - Requisição e cessão de servidor		2d 13h 34m 47s
Pessoal - Suporte		7d 8h 43m 6s
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento		6d 14h 57m 59s
Planejamento - Metas do Poder Judiciário		14h 13m 9s
SOLICITAÇÕES DIVERSAS		4d 7h 7m 48s
Tecnologia da Informação - Infraestrutura		7d 9h 43m 42s
Tecnologia da Informação - Políticas e normas		5d 11h 4m 40s
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos		9d 14h 46m 49s
Zona Eleitoral - Desfiliação Partidária		4d 11h 14m 16s
Zona Eleitoral - Direitos Políticos (DP)		4h 40m 13s
Zona Eleitoral - Informações Eleitorais		7h 27m 3s
Zona Eleitoral - Microfilmagem de Processos		10d 23h 9m 38s
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)		3d 8h 18s
Zona Eleitoral - Políticas e Normas		2d 15h 55m 34s
Zona Eleitoral - Representação		17h 27m 27s
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços		3d 6h 36m 11s
	GERAL:	4d 11h 3m 17s

Tempos médios de tramitação no período (SJ / TRE-PI)

T i p o	2020										Total
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Ata de Reunião	1	1									2
Atesto									2		2
Carta de Ordem		1									1
Declaração				1							1
Declaração Acumulação de Cargos				3							3
Despacho	85	218	177	199	169	249	195	135	119		1.546
E-mail	1	5		1		1	1				9
Formulário Falta de Registro de Ponto - ANEXO III				2							2
Formulário Labor Além-Jornada						3	1	1	1		6
Formulário de Alteração e Remarcação de Férias	1			2							3

Informação		10	3	8	3	1	3	1	1	30
Manifestação					1					1
Memorando	3	1								4
Ofício			2							2
Requerimento	1			2	2	1				6
Solicitação	2	1		1	1	2	1			8
Termo de Compromisso - Trabalho Remoto						2	1			3
Termo de Opção - Adicional de Qualificação					2	1				3
Termo de Retorno ao Trabalho Presencial						1				1
TOTAL:	94	237	182	219	178	261	202	139	121	632

Visualizar Gráfico

Documentos gerados no período (SJ / TRE-PI)



Documentos externos no período:

T I P O	2020										
	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O u t	N o v	D e z		
Acórdão				1					1	1	3
Anexo	40	8	2	1					6		57
Apresentação						1					1
Atestado						1					1
Certidão										1	1
Comunicado										2	2
Decisão						1	1				2
Despacho					1					1	2
E-mail	11	10	4			7	4	4		1	41
Intimação				1							1
Manifestação				1		1					2
Minuta		1									1
Ofício						1					1
Ofício-Circular						3					3
Portaria Presidência						1				1	2
Requerimento					1	1					2
Resolução				1	2	5					8
Solicitação				3	2						5
Termo						2					2
TOTAL:	55	11	6	6	6	22	5	4	7		122

Visualizar Gráfico

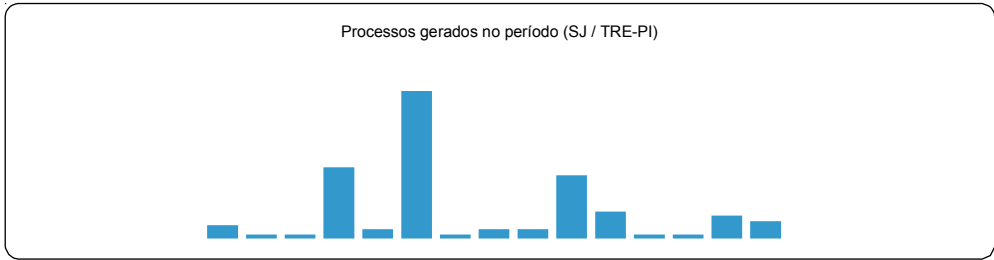
Documentos externos no período (SJ / TRE-PI)



Processos gerados no período:

T I P O	2021												
	J a n	F e v	M a r	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O u t	N o v	D e z	
Administração geral - Certificados Digitais	1	1						1					3
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas							1						1
Administração geral - Eventos e solenidades										1			1
Administração geral - Gestão das unidades	1		1	7	1	1	1				2	2	6
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades								1			1		2
Administração geral - Políticas e normas			4	1	9	7	1	2	1	2	4	2	33
Eleições - Apuração						1							1
Eleições - Políticas e normas				1		1							2
Pessoal - Desenvolvimento na carreira						1		1					1
Pessoal - Frequência	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	4
Pessoal - Férias	2					2				1	1		6
Pessoal - Imposto de renda							1						1
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	1			2			1			1			5
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	1			1			1			1			4
TOTAL:	9	2	6	3	2	4	7	6	2	7	9	5	92

📊 Ocultar Gráfico

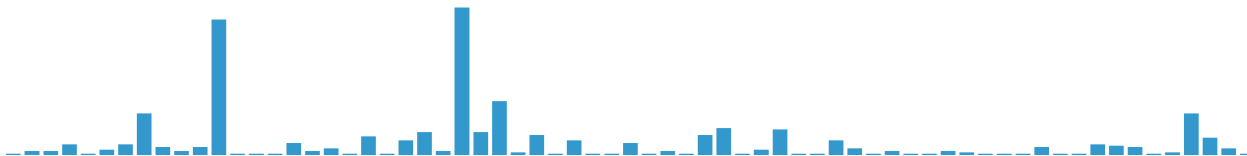


Processos com tramitação no período:

T I P O	Quantida de
Administração Geral - Contratação	1
Administração geral - Apuração de responsabilidades	4
Administração geral - Auditoria e Sindicância	4
Administração geral - Certificados Digitais	13
Administração geral - Convênio	2
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas	7
Administração geral - Eventos e solenidades	13
Administração geral - Gestão das unidades	50
Administração geral - Gestão de contratos	10
Administração geral - Licitação	4
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	9
Administração geral - Políticas e normas	162
Administração geral - Sustentabilidade	2
Corregedoria Eleitoral - Correição em Primeiro Grau	2
Corregedoria Eleitoral - Direitos Políticos (DP)	1
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	14
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	4
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	8
Eleições - Apuração	2
Eleições - Cadastro eleitoral	23
Eleições - Logística	2
Eleições - Partido Político	18
Eleições - Políticas e normas	27
Eleições - Processamento das Eleições	5
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	176
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	27
Gestão da informação - Políticas e normas	64
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	3
Orçamento e finanças - Liquidação de despesas e autorização de pagamentos	24
Orçamento e finanças - Políticas e normas	2
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO	18
Ouvidoria - DENÚNCIA	1
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO	2
Pessoal - Assentamento funcional	14
Pessoal - Benefícios	1
Pessoal - Concurso	4
Pessoal - Desenvolvimento na carreira	2
Pessoal - Frequência	24
Pessoal - Férias	32
Pessoal - Imposto de renda	1
Pessoal - Labor Além Jornada	6
Pessoal - Magistrados	30
Pessoal - Pagamento de pessoal	1
Pessoal - Pedido de Informações	1
Pessoal - Políticas e normas	18
Pessoal - Requisição e cessão de servidor	8
Pessoal - Suporte	1
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento	4
Planejamento - Acessibilidade e Inclusão	1
Planejamento - Eleições	2
Planejamento - Estatística	4
Planejamento - Estratégico	3
Planejamento - Metas do Poder Judiciário	2
Planejamento - Processos organizacionais	1
Planejamento - Sustentabilidade	1
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	10
Serviços - Obras	1
Serviços - Solicitação de serviço	1
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	12
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	11
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	10
Zona Eleitoral - Cadastro de usuário/senha em sistemas informatizados	1
Zona Eleitoral - Informações Eleitorais	3
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	49
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	21
Zona Eleitoral - Representação	8
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços	2
TOTAL:	994

📊 Ocultar Gráfico

Processos com tramitação no período (SJ / TRE-PI)

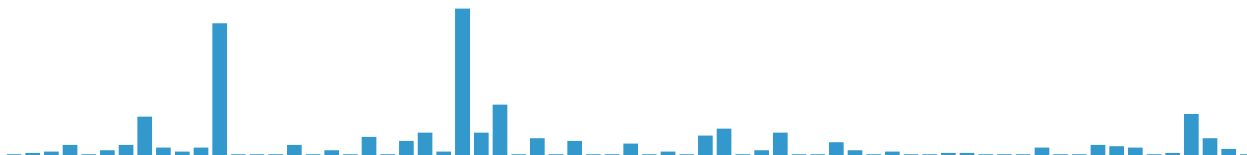


Processos com andamento fechado na unidade ao final do período:

T i p o	Quantida de
Administração Geral - Contratação	1
Administração geral - Apuração de responsabilidades	3
Administração geral - Auditoria e Sindicância	4
Administração geral - Certificados Digitais	13
Administração geral - Convênio	2
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas	7
Administração geral - Eventos e solenidades	13
Administração geral - Gestão das unidades	47
Administração geral - Gestão de contratos	9
Administração geral - Licitação	4
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	9
Administração geral - Políticas e normas	159
Administração geral - Sustentabilidade	2
Corregedoria Eleitoral - Correição em Primeiro Grau	2
Corregedoria Eleitoral - Direitos Políticos (DP)	1
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	13
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	7
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	7
Eleições - Apuração	2
Eleições - Cadastro eleitoral	23
Eleições - Logística	2
Eleições - Partido Político	18
Eleições - Políticas e normas	27
Eleições - Processamento das Eleições	5
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	176
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	27
Gestão da informação - Políticas e normas	61
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	2
Orçamento e finanças - Liquidação de despesas e autorização de pagamentos	21
Orçamento e finanças - Políticas e normas	2
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO	18
Ouvidoria - DENÚNCIA	1
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO	2
Pessoal - Assentamento funcional	14
Pessoal - Benefícios	1
Pessoal - Concurso	4
Pessoal - Desenvolvimento na carreira	2
Pessoal - Frequência	24
Pessoal - Férias	32
Pessoal - Imposto de renda	1
Pessoal - Labor Além Jornada	6
Pessoal - Magistrados	27
Pessoal - Pagamento de pessoal	1
Pessoal - Pedido de Informações	1
Pessoal - Políticas e normas	16
Pessoal - Requisição e cessão de servidor	7
Pessoal - Suporte	1
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento	4
Planejamento - Acessibilidade e Inclusão	1
Planejamento - Eleições	2
Planejamento - Estatística	3
Planejamento - Estratégico	3
Planejamento - Metas do Poder Judiciário	1
Planejamento - Processos organizacionais	1
Planejamento - Sustentabilidade	1
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	10
Serviços - Obras	1
Serviços - Solicitação de serviço	1
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	12
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	11
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	10
Zona Eleitoral - Cadastramento de usuário/senha em sistemas informatizados	1
Zona Eleitoral - Informações Eleitorais	3
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	49
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	20
Zona Eleitoral - Representação	8
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços	2
TOTAL:	966

Processos com andamento aberto na unidade ao final do período (SJ / TRE-PI)

Processos com andamento aberto na unidade ao final do período (SJ / TRE-PI)



Processos com andamento aberto na unidade ao final do período:

T i p o	Quantida de
Administração geral - Apuração de responsabilidades	1
Administração geral - Gestão das unidades	3
Administração geral - Gestão de contratos	1
Administração geral - Políticas e normas	3
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	1
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	2
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	1
Gestão da informação - Políticas e normas	3
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	1
Orçamento e finanças - Liquidação de despesas e autorização de pagamentos	3
Pessoal - Magistrados	3

[illegible]

Atesto		2	1	1	2	2	1	4	3	2	1	2	21
Declaração Acumulação de Cargos						1							1
Despacho	125	101	130	144	152	165	138	21223	164	144	1358	1044	1.714
E-mail	9	3	9		17	7	11		17	13	8	4	121
Formulário Falta de Registro de Ponto - ANEXO III					1								1
Formulário de Alteração e Remarcação de Férias	2					2				1	1		6
Formulário de Autorização de Acesso - IRPF							1						1
Informação	2	1	1	1	2	2	1	3	1	1	1	1	17
Manifestação					1								1
Memorando											1		1
Ofício	3	4	3	4	11	6	11	201	13	12	9	4	100
Portaria Presidência													1
Requerimento	1				1								2
Termo de Compromisso - Trabalho Remoto	3	1		3			2			2			11
			44	53		85		63			56	16	9

📄 Ocultar Gráfico

Documentos gerados no período (SJ / TRE-PI)

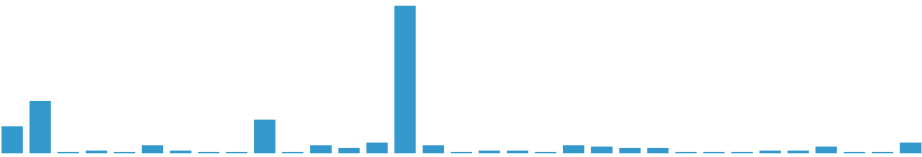


Documentos externos no período:

T I P O	2021												
	J a n	F e v	M a r	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O u t	N o v	D e z	
Acórdão					7	5		1		3	1		17
Anexo			1	6	6	1		7	1			1	33
Ata						1							1
Atestado	2												2
Atesto	1												1
Aviso					1		2			1	1		5
Certidão			1								1		2
Certificado								1					1
Comprovante	1												1
Comunicado			1		7	5	1	1	1	3	2		21
Declaração	1												1
Demonstrativo						1		4					5
Despacho			1				1		1				3
Documentos Pessoais									3		4		7
E-mail	6	2	7	6	11	10	5	19	8	9	4	5	92
Formulário						2					3		5
Frequência	1												1
Informação		1					1						2
Manual				1		1							2
Minuta			1										1
Ofício			1			3	1						5
Ofício-Circular					1	1	1				1		4
Planilha						2	1						3
Plano de Ação - Eleições						2							1
Portaria Conjunta			1										1
Portaria Presidência												1	1
Portaria TSE													1
Provedimento	2							1					2
Resolução	1	1											2
Resolução - Outras Ações			2					1					4
Solicitação						1							1
Termo				1	1				5				7
TOTAL:	15	4	17	24	34	35	14	35	19	16	18	7	238

📄 Ocultar Gráfico

Documentos externos no período (SJ / TRE-PI)



Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

À COJURD, dentre os elementos relacionados no art. 3º da Resolução TRE-PI nº 268/2013, acrescido do inciso VIII do art. 4º da Resolução nº 95/2009, incumbe apenas a informação solicitada nos itens IX, qual seja, *"Planos de ação e projetos específicos de cada área específica"*, e XXVI, qual seja, *"Cópia da Resolução TRE/PI Nº 268, de 20 de agosto de 2013"*.

Quanto ao item IX, seguem os Planos de Ação geridos pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - COJURD, para as Eleições 2022, já com a ciência da Presidência deste Regional (evento 1382047), conforme SEI 0016645-20.2021.6.18.8000:

1. Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2022 (evento 1372069);
2. Manuais e Foderes – Eleições 2022 (evento 1372094);
3. Disque Eleições - Eleições/2022 (evento 1373113).

Referente ao item XXVI, já consta neste feito eletrônico, a Resolução TRE/PI nº 268, de 20 de agosto de 2013 (evento 1406845).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1372069 - TRE/PRESI/DG/SJ/COJURD

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - COJURD	Secretaria Judiciária - SJ

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2022		1º.02.2022	
CLIENTES			
Cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados, servidores, juízes e promotores eleitorais, bem como os demais interessados no processo eleitoral.			
PROGRAMA VINCULADO			
Programa Eleições/2022			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD	cristiane.nogueira@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9809

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
08/11/2021	Cristiane Falcão Nogueira	Elaboração Minuta - Plano de Ação	1.0
	Edmar Holanda Luz	Revisão	1.1

3 – Visão Geral do Plano de Ação**3.1 – Justificativa do Plano**

JUSTIFICATIVA
<p>A Justiça Eleitoral brasileira cada vez mais é chamada a demonstrar sua efetividade e eficiência – notadamente – nos tempos de crise política. Assim, o processo eleitoral deve seguir rigorosamente os normativos vigentes, assegurando-lhe celeridade, transparência, segurança e ter custo logístico aceitável.</p> <p>A seleção e organização da legislação eleitoral e partidária constitui atribuição regimental a cargo da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJURD. Assim, a compilação das normas eleitorais – relativa ao pleito de 2022 – num único documento (Compêndio) e de fácil acesso, configura-se serviço de fundamental importância para divulgação objetiva das normas que disciplinarão as Eleições de 2022, cujos destinatários são os Cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados, servidores, juízes e promotores eleitorais, bem como os demais interessados no processo eleitoral, além de ser um registro histórico.</p> <p>Por estas razões, o presente Plano de Ação tem por finalidade disponibilizar, virtualmente, aos clientes da Justiça Eleitoral do Piauí, a Legislação Eleitoral e Partidária referente às Eleições de 2022.</p>

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Disponibilizar – em formato web e impresso (quando solicitado) – a legislação eleitoral e partidária que disciplinam as Eleições 2022: Lei de Inelegibilidade, Lei dos Partidos Políticos, Lei das Eleições e Resoluções TSE e TRE/PI – Eleições 2022.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
Coletar e compilar a legislação	Coletar e compilar a legislação eleitoral e partidária disponibilizada pelo TSE e TRE/PI.	Coletar e compilar 100% da referida legislação eleitoral e partidária – Eleições 2022 até 15/04/2022.

Elaborar projeto gráfico do Compêndio	Elaborar projeto gráfico no intervalo estabelecido no plano de ação.	Elaborar o projeto gráfico até 29/04/2022.
Lançar o Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2022 ao público interno e externo	Lançar e divulgar compêndio	Divulgar o lançamento da

	na data prevista.	publicação e disponibilização na <i>Internet</i> do compêndio, até dia 05/06/2022.
		Distribuir, até o dia 28/06/2022, a versão impressa do compêndio;
Distribuir 90 (noventa) exemplares do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022	Distribuir número de exemplares do compêndio na data prevista.	1 (um) exemplar impresso às Zonas Eleitorais, Presidência, Corregedoria Eleitoral, Gabinetes Membros da Corte, Secretarias e PRE/PI e, ainda, disponibilizar no <i>site</i> do TRE/PI, ao público em geral, consulta a seu conteúdo.

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Fortalecer a segurança do processo eleitoral	() Fraco () Moderado (X) Forte	Conferir integral adesão aos normativos reguladores do processo eleitoral
Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação	() Fraco () Moderado (X) Forte	Compilar e disponibilizar objetivamente os normativos relativos as Eleições 2022.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Não se aplica		

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS					
5 – Cronograma de execução Apoio da Administração Superior;					
ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Coletar e compilar a legislação eleitoral e partidária - Eleições 2022	1º/02/2022	15/04/2022	Coordenador	COJURD	-
Formatar em arquivo único: Lei de Inelegibilidade, Lei dos Partidos Políticos, Lei das Eleições e Resoluções TSE e TRE/PI – Eleições 2022.	14/04/2022	15/04/2022	Coordenador e Chefe	COJURD/SEJUB	
Elaborar projeto gráfico do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022	15/04/2022	29/04/2022	Chefe	SECOM/REPRO	
Revisar e aprovar a editoração, diagramação e arte final do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022.	29/04/2022	04/06/2022	Secretário	SJ	

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Lançar e disponibilizar no site do TRE/PI e Portal das Eleições o Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022 aos públicos interno e externo	05/06/2022	05/06/2022	Presidente	IMCOS	
Disponibilizar no site do TRE/PI e Portal das Eleições o Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022 aos públicos interno e externo	05/06/2022	05/06/2022	Coordenador	COJURD	
Imprimir 90(noventa) exemplares do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022 aos públicos interno e externo	05/06/2022	17/06/2022	Chefe	SECOM/REPRO	R\$ 4.500,00
Distribuir 90(noventa) exemplares do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022 às Zonas Eleitorais, Presidência, Corregedoria Eleitoral, Gabinetes Membros da Corte, Secretarias e PRE/PI.	17/06/2022	29/06/2022	Chefe	SEJUB	
Elaborar o Relatório de Conclusão do presente Plano de Ação e encaminhar à SJ e Administração Superior do TRE/PI.	1º/07/2022	30/11/2022	Coordenador	COJURD	

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPEIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
Presidência – PRESI	Lançamento do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022	Presidente
Secretaria Judiciária – SJ	Aprovação do conteúdo relacionado ao Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022	Secretário Judiciário
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJURD	Monitoramento e execução das etapas de execução do presente plano de ação.	Coordenador
Seção de Jurisprudência e Biblioteca – SEJUB	Execução das fases de sua competência e de outras determinadas pela COJURD.	Chefe
Seção de Comunicações – SECOM/REPRO	Impressão e criação do projeto gráfico do arquivo relacionado ao compêndio da legislação nos quantitativos indicados neste plano de ação.	Chefe
Serviço de Imprensa e Comunicação Social – IMCOS	Divulgação do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022	Chefe

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NO ME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD	2107-9809	cristiane.nogueira@tre-pi.jus.br
Cristianna Ribeiro Moura Lopes de Araújo	COJURD	2107-9750	cristianna.araujo@tre-pi.jus.br
Rita de Cássia Rufino de Carvalho	SEJUB	2107-9705	rita.rufino@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Corte orçamentário – Eleições 2022 – insumos.	Impactar na impressão dos exemplares do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022.	1 - Baixo 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÃO	TIPO DE	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMIT	CUSTO

ES	AÇÃO	EL		E	
Redução do número de exemplares do Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária – Eleições 2022 a serem impressos ou mesmo disponibilizar apenas na versão <i>web</i> .	1 - Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 - Transferir 5 - Explorar	Coordenador	COJURD		

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDA DE	QUAN T.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Aquisição – Papel A4 impressão do Compêndio	Papel A4	resma	85	R\$17,00 (resma)	R\$1.445,00
	Papel A4	resma	85	R\$50,00	R\$4.500,00
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					R\$5.945,00
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

(X) Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NO ME	DAT A	ASSINATURA
Joana D"arc Sousa Macedo Lima		

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NO ME	AREA	DAT A	ASSINATURA
Des. José James Gomes Pereira	PRESI		
Edmar Holanda luz	SJ		
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD		
Rita de Cássia Rufino de Carvalho	SEJUB		
Breno Ponte de Brito	SECOM/REP RO		
Deimyson Alcântara França	IMCOS		

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NO ME	DAT A	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga		

Em 05 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Falcao Nogueira, Coordenador de Jurisprudência e Documentação**, em 08/11/2021, às 12:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **1372069** e o código CRC **E17D30F4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1372094 - TRE/PRESI/DG/SJ/COJURD

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Manuais e Foderes – Eleições 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - COJURD	Secretaria Judiciária - SJ

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Manuais e Foderes – Eleições 2022		01.02.2022	
CLIENTES			
Cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados, servidores, juizes e promotores eleitorais, bem como demais interessados no processo eleitoral.			
PROGRAMA VINCULADO			
Programa Eleições/2022.			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD	cristiane.nogueira@tre-pi.jus.br	(86) 2107-9809

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
05/11/2021	Cristiane Falcão Nogueira	Elaboração Minuta - Plano de Ação	1.0
	Edmar Holanda Luz	Revisão	1.1

3 – Visão Geral do Plano de Ação**3.1 – Justificativa do Plano**

JUSTIFICATIVA
<p>A organização e execução do processo eleitoral compete à Justiça Eleitoral, consoante art. 1º do Código Eleitoral, notadamente, no que diz respeito a assegurar o exercício dos direitos políticos: votar e ser votado. Este processo inicia-se com o alistamento eleitoral e finaliza com a diplomação dos eleitos, além das demandas judiciais perpetradas antes, durante e após o referido processo.</p> <p>Nesse sentido, torna-se necessário a divulgação das normas – Resoluções TSE – que regulam o mencionado processo eleitoral cuja finalidade desse Plano de Ação é assegurar amplo acesso aos cidadãos a essa gama de informações relativas aos temas: Propaganda Eleitoral, Registro de Candidatura, Pesquisa Eleitoral, Prazos de Desincompatibilização e Condutas Vedadas.</p> <p>Estas razões justificam a necessidade de elaborar: (1) Manual e orientações sobre Propaganda Eleitoral; (2) Divulgação de Prazos de Desincompatibilização com tabela de cargos e respectivos prazos de afastamento ; (3) Divulgação Guia de Horário Eleitoral; (4) Folder: de Registro de Candidatura com condições de elegibilidade e documentação necessária à formatação dos pedidos de registro de candidaturas; (5) Folder: Pesquisa Eleitoral com requisitos para registro dos pedidos de pesquisas junto à Justiça Eleitoral; (6) Folder de Condutas Vedadas.</p>

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO

Disponibilizar, na página da *Internet* e Portal das Eleições do TRE-PI, material de divulgação referente ao pleito 2022.

OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	META
--------------------------	-----------	------

Formatar manual e cartilhas sobre propaganda eleitoral, planilhas de prazos de desincompatibilização com tabela de cargos e respectivos prazos de afastamento; formatar folders de pesquisa eleitoral, registro de candidatura e condutas vedadas; divulgação de guias de horários eleitorais.	Número de folders e manuais formatados até a data especificada / Número total de folders e manuais planejados.	Formatar 100% dos manuais folders e orientações relativos a Registro de Candidatura, Propaganda Eleitoral, Pesquisa Eleitoral, Prazos de Desincompatibilização, Condutas Vedadas até 29/07/22.

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Fortalecer a segurança do processo eleitoral	() Fraco () Moderado (x) Forte	Disponibilização de informações concernentes ao processo eleitoral 2022 no prazo estabelecido no Planejamento das Eleições/22.
Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação.	() Fraco () Moderado (x) Forte	Disponibilizar em formato de síntese os aspectos normativos relevantes do processo eleitoral das Eleições/2022.
Fortalecer a Cidadania.	() Fraco () Moderado (x) Forte	Divulgação das normas que regulamentam o processo eleitoral, assegurando o conhecimento de temas afins aos interessados e envolvidos no pleito vigente.

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Não se aplica.	() Fraco () Moderado () Forte	
	() Fraco () Moderado () Forte	
	() Fraco () Moderado () Forte	

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS

Colaboração da Gráfica no que se refere à criação dos projetos gráficos dos manuais e folders relativos às Eleições/2022 até 15/07/2022.

Colaboração das unidades impactadas no que se refere à elaboração dos folders e manuais até 15/07/2022.

Efetivação do Portal das Eleições, meio adequado à divulgação dos Manuais e Folders relativos às Eleições/2022 até 20/06/2022.

Aprovação e publicação, em tempo hábil, das Resoluções do TSE e normativos internos.

Quadro de pessoal estruturado da COJURD.

RESTRIÇÕES

- Publicações e alterações das Resoluções do TSE e demais instruções normativas após o início do processo eleitoral.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			

Formatar os manuais e folders relativos às Eleições/2022.	01/02/2022	29/07/2022.	Coordenador	COJURD	Sem custo
Elaborar projetos gráficos dos arquivos contendo manuais e folders relativos às Eleições/2022.	01/02/2022	15/07/2022	Chefe	SECOM	Sem custo

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Revisar os arquivos relacionados aos manuais e folders relativos às Eleições/2022.	27/06/2022	01/07/2022	Secretário	SJ	Sem custo
Monitorar execução do Plano de Ação: Manuais e Folders – Eleições/2022	01/02/2022	30/11/2022	Coordenador	COJURD	Sem custo
Aprovar os arquivos relacionados aos manuais e folders relativos às Eleições/2022.	01/07/2022	28/07/2022	Diretor Geral	DG	Sem custo
Alimentar conteúdo no Portal das Eleições/2022.	01/06/2022	29/07/2022	Coordenador	COJURD	Sem custo
Emitir relatório acerca da execução do presente plano de ação, e posterior encaminhamento à Secretaria Judiciária.	01/11/2022	30/11/2022	Coordenador	COJURD	Sem custo

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPÉIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
COJURD	Monitoramento das etapas de planejamento e execução do Plano de Ação.	Cristiane Falcão Nogueira; Cristianna Ribeiro Lopes.
SEJUB	Planejamento, execução das etapas de execução e divulgação dos Manuais e Folders relativos às Eleições/2022.	Rita de Cássia Rufino.
CORPAD	Colaboração na formatação do cartaz e folders de Registro de Candidatura e Pesquisas Eleitorais – Eleições/2022.	Carmen Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo
SECOM	Criação dos projetos gráficos dos arquivos relacionados aos Manuais e Folders relativos às Eleições/2022.	Breno Ponte de Brito

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NO ME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD	2107-9809	cristiane.nogueira@tre-pi.jus.br
Cristianna Ribeiro Moura Lopes de Araújo	COJURD	2107-9750	cristianna.araujo@tre-pi.jus.br
Rita de Cássia Rufino de Carvalho	SEJUB	2107-9705	rita.rufino@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Publicações e alterações das Resoluções do TSE e demais instruções normativas após o início do processo eleitoral.	Demora na divulgação dos Manuais e Folders.	Média	Alto

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Acompanhar – rotineiramente no site do TSE – as alterações prováveis das resoluções TSE – Eleições 2022 e promover de imediato as alterações nos manuais e folders – Eleições 2022.	Explorar	Coordenador	COJURD		

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURS O	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					
OBSERVAÇÕES:					
O Plano de Ação em comento não demanda custo financeiro.					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

(x) Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NO ME	DAT A	ASSINATURA
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima		Assinatura Eletrônica SEI

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NO ME	AREA	DAT A	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araujo Braga	DG		
Edmar Holanda Luz	SJ		
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD		Assinatura Eletrônica SEI
Carmen Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo	CORPAD		
Breno Ponte de Brito	SECOM		

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NO ME	DAT A	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga		Assinatura Eletrônica SEI

Em 05 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Falcao Nogueira**, Coordenador de Jurisprudência e Documentação, em 08/11/2021, às 12:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **1372094** e o código CRC **075FFB34**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Plano de Ação - Eleições Nº 1373113 - TRE/PRESI/DG/SJ/COJURD

PLANO DE AÇÃO - ELEIÇÕES

Disque Eleições - Eleições/2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - COJURD	SJ

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO			
NOME DO PLANO		PREVISÃO DE INÍCIO	
Disque Eleições - Eleições/2022		01/07/2022	
CLIENTES			
Cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados, servidores, juizes e promotores eleitorais, bem como demais interessados no processo eleitoral.			
PROGRAMA VINCULADO			
Programa Eleições 2022.			
LÍDER DO PLANO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD/SJ	cristiane.nogueira@tre-pi.jus.br	(86)2107-9809

2 – Histórico dos Registros

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO
08/11/2021	Cristiane Falcão Nogueira	Elaboração de Minuta - Plano de Ação	1.0
	Edmar Holanda Luz	Revisão	1.1

3 – Visão Geral do Plano de Ação**3.1 – Justificativa do Plano**

JUSTIFICATIVA
<p>O exercício do direito de votar e ser votado deverá ser assegurado pela Justiça Eleitoral aos cidadãos que estejam habilitados para tal mister. Nesse sentido compete à Justiça Eleitoral para assegurar esse direito prestar atendimento de cunho informativo aos clientes internos e externos da Justiça Eleitoral, direta ou indiretamente interessados no processo de escolha de seus representantes, fundamentando-se na legislação eleitoral, e especialmente nos dispositivos do Código Eleitoral, Lei Complementar nº64/90 (alterada pela Lei Complementar nº 135/2010), Lei nº 9.504/97 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí voltadas para a regulamentação do pleito eleitoral.</p> <p>A Justiça Eleitoral do Piauí, através do Disque Eleições, disponibiliza ao público externo (cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados e demais interessados no processo eleitoral), e ao público interno (servidores, Juizes e Promotores Eleitorais) acesso rápido às informações relativas ao pleito eleitoral de 2022, através de linha telefônica privilegiada, atendimento presencial, e-mail e portal da rede de computadores da Justiça Eleitoral do Piauí.</p> <p>O funcionamento do Disque-Eleições/ 2022 somente ocorrerá na véspera e durante o período de registro de candidatura, na véspera e Dia das Eleições 2022, incluindo-se – nesses períodos – os sábados, domingos e feriados.</p>

3.2 – Objetivos do Plano

OBJETIVO MACRO		
Disponibilizar ao cidadão eleitor, por meio do serviço Disque eleições, um instrumento efetivo de acesso à informação sobre o processo eleitoral.		
OBJETIVOS COMPLEMENTARES	INDICADOR	METAS
		Colocar à disposição
		Comissão de servidores
	Disponibilizar	designados para
	infraestrutura necessária	atendimento no
	ao	serviço d
Promover a instalação do serviço Disque Eleições 2018, com infraestrutura adequada.	funcionamento do serviço Disque Eleições	Disque Eleições 2022

	na data	100% das instalações
	prevista.	material adequado e dign
		à execução do serviço até
		dia 29/07/2022.

Promover os treinamentos necessários à Comissão do serviço Disque Eleições/2022.	Capacitar equipe do serviço Disque Eleições na data prevista.	Realizar capacitação de 100% dos servidores pertencentes a Comissão até dia 29/07/2022, na áreas técnica e jurídica viabilizando o pronto atendimento aos usuário deste serviço.
Disponibilizar sistema adequado ao registro dos atendimentos estatísticos do serviço Disque Eleições/2022.	Disponibilizar sistema estatístico de atendimento na data prevista.	Disponibilizar 100% d sistema adequado a registro dos atendimento estatísticos do serviço Disque Eleições/2022 até dia 29/07/2022.
Divulgar o serviço Disque Eleições/2022, por meio do setor de Imprensa e Comunicação Social do TRE-PI.	Divulgar matérias no site do TRE até data de finalização das Eleições/2022.	Divulgar no mínim 10(dez) matéria jornalísticas e informativa no site do TRE do serviço Disque Eleições/2022, e datas pré-definidas pel equipe do projeto.

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Fortalecer a cidadania	() Fraco () Moderado (x) Forte	
Fortalecer a segurança do processo eleitoral	() Fraco () Moderado (x) Forte	
Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação	() Fraco () Moderado (x) Forte	

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	CONTRIBUIÇÃO
Não se aplica	() Fraco () Moderado () Forte	
	() Fraco () Moderado () Forte	
	() Fraco () Moderado () Forte	

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
<p>Apoio da Administração Superior;</p> <p>Colaboração das Unidades Envolvidas (SAOF, STI, SGP, IMCOS, COCIN, CORPAD) com a execução das atividades ora relacionadas, nos prazos estabelecidos;</p> <p>Capacitação de servidores.</p>
RESTRICÇÕES
Encaminhamentos equivocados de denúncias ao Disque-Eleições.

5 – Cronograma de execução

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Planejar atividades	08/11/2021	01/07/2022	Coordenador	COJURD	
Revisar – Plano de Ação Disque- Eleições/2022			Secretário	SJ	-

ATIVIDADES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	ÁREA	CUSTO ESTIMADO (R\$)
	INÍCIO	TÉRMINO			
Monitorar execução – Plano de Ação Disque- Eleições/2022	08/11/2021	30/11/2022	Coordenador	COJURD	
Preparar Infraestrutura física, mobiliário, contratação e demais insumos necessários, tais como banner, cadernos de anotação, canetas, etc.	01/06/2022	24/06/2022	Coordenador	COJURD	R\$ 500,00
Disponibilizar serviço telefônico, por meio de 03 (três) linhas telefônicas com ramais e de 01 (um) número tipo 0800 (para o recebimento de ligações gratuitas em todo o Estado do Piauí)	13/06/2022	27/06/2022	Chefe	SECOM	R\$ 8.000,00
Disponibilizar sistema adequado ao registro estatístico do atendimento e à emissão de relatórios.	24/06/2022	29/07/2022	Chefe	SEDESC	
Nomear equipe de 06 (seis) servidores da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJURD e, em sendo necessário, outros 02 (dois) servidores, preferencialmente da SJ, habilitados para prestar informações relativas ao processo eleitoral/2022, que comporão a Comissão do serviço Disque Eleições/2022.	30/05/2022	30/06/2022	Coordenador	COPEs	R\$ 30.000,00
Levantar informações, preparar manuais, anotar e registrar em sistema específico os temas mais relevantes demandados pelo serviço Disque Eleições.	03/01/2022	06/06/2022	Coordenador	COJURD	
Preparar material informativo acerca do funcionamento do serviço, como manuais, <i>folders em formato web</i> .	02/05/2022	06/06/2022	Coordenador	COJURD	
Disponibilizar para a equipe do Disque-Eleições/2022 a legislação eleitoral e partidária aplicável às Eleições/2022, em formato web.	13/04/2022	04/07/2022	Coordenador	COJURD	
Promover treinamento conjunto com a equipe de servidores da Comissão Disque Eleições e da Ouvidoria quanto aos sistemas eleitorais CAND, CANDEX, HE, sistema ELO e Prestação de Contas.	04/07/2022	29/07/2022	Coordenador	COJURD	
Lançar o serviço Disque Eleições/2022 com a apresentação de informações ao público interno e externo acerca do funcionamento do serviço.	01/08/2022	01/08/2022		PRESI	
Divulgar o serviço Disque Eleições/2022	29/07/2022	31/10/2022	Chefe	IMCOS	
Emitir relatórios mensais, incluindo a emissão de relatórios referentes aos finais de semana específicos dos dias das Eleições.	04/07/2022	31/10/2022	Coordenador	COJURD	
Conceder entrevistas a emissoras de rádio e TV, com prévia anuência da Presidência, visando à divulgação do funcionamento do serviço e dos relatórios estatísticos do atendimento.	04/07/2022	31/10/2022	Coordenador	COJURD	
Elaborar Relatório Final e apresentar à Presidência do Tribunal.	31/10/2022	18/11/2022	Coordenador	COJURD	

6 – Papéis e responsabilidades

6.1 – Área/grupo interno envolvido

ÁREA/GRUPO INTERNO	PAPEIS e RESPONSABILIDADES	RESPONSÁVEL
SEJUB/SECOM	Levantamento de informações, preparação de manuais, anotação e registro em arquivo específico dos temas mais relevantes demandados pelo serviço Disque Eleições: manuais, folhetos, <i>folders</i> e <i>banners</i> .	Cristiane Falcão Nogueira Cristianna Ribeiro Lopes Breno Ponte de Brito
COJURD	Monitoramento das etapas de planejamento e execução do Plano de Ação	Cristiane Falcão Nogueira
SEDESC	Instalação de equipamentos de informática (03 computadores) Testes nos sistemas – Disponibilização de sistema adequado ao registro estatístico do atendimento e à emissão de relatórios. Disponibilização de sistema adequado ao registro estatístico do atendimento e à emissão de relatórios.	Francisco Diógenes Façanha Pires

6.2 – Equipe do Plano de Ação

NO ME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Cristiane Falcão Nogueira	COJURD	21079809	cristiane.nogueira@tre-pi.jus.br
Cristianna Ribeiro Moura L de Araújo	COJURD	21079809	cristianna.ribeiro@tre-pi.jus.br
Jorge Luis Leite	COJURD	21079809	jorge.leite@tre-pi.jus.br
Rita de Cássia Rufino de Carvalho	SEJUB		rita.rufino@tre-pi.jus.br
Jovita Maria Gomes Oliveira	SEJUB	2107 - 9753	jovita.oliveira@tre-pi.jus.br

7 – Matriz de Riscos e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO	PROBABILIDADES	IMPACTO
Corte Orçamentário	Impactar no pagamento de horas extras.	Média	Média

PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Redução no número de plantões para atendimento ao disque eleições.	Mitigar	Coordenador	COJURD		

8 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Serviços extraordinários – plantões aos sábados, domingos e feriados	Serviço	Homem/Hora	50 hora	R\$ 600,00	R\$ 30.000,00
Linha telefonica - 0800	Serviço	Linha Privilegiada 0800	01	R\$ 8.000,00	R\$8.000,00
Banner	Material Gráfico		02	R\$ 200,00	R\$ 400,00
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					R\$ 38.400,00
OBSERVAÇÕES:					

9 – Aprovações

9.1 – Analisado/Validado por: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – ASPLAN

Segundo a análise da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

(x) Sim.

() Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.

() Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN:

NO	DATA	ASSINATURA
----	------	------------

ME		
		Assinatura Eletrônica SEI
Joana D'Arc Sousa Macedo Lima		

9.2 – De acordo das áreas envolvidas

NO ME	AREA	DATA	ASSINATURA
Des. José James Gomes Pereira	PRESIDEN TE		
Edmar Holanda Luz	SJ		Assinatura Eletrônica SEI
Cristiane Falcao Nogueira	COJURD		
Euchardes de Castro Costa	SECOM		
Breno Ponte de Brito	SECOM		
Deimyson Alcantara Franca	IMCOS		
Luciana Vilarinho	COPEs		

9.3 – Aprovado por: Diretor-Geral

NO ME	DA TA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araújo Braga		Assinatura Eletrônica SEI

Em 08 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Falcao Nogueira**, Coordenador de Jurisprudência e Documentação, em 08/11/2021, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1179233** e o código CRC **D4DCDACB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

Dentre as atividades executadas pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJURD, desde de abril a dezembro de 2020, destacam-se as seguintes tarefas:

1. Sistema de Inteiro Teor e Resoluções (ITAR)

O Sistema ITAR é uma base de dados desenvolvido pelo TSE e alimentado pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Nesse sistema são inseridas todas as decisões proferidas pela Corte do TRE, ou, em alguns casos, decisões de natureza singular. Assim, são lançados e disponibilizados na web deste Tribunal, mensalmente, todos os acórdãos e resoluções proferidos pela egrégia Corte de Justiça deste Tribunal. Consiste, resumidamente, em publicar mensalmente na web do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (www.tre-pi.jus.br/transparencia) todos os acórdãos e resoluções após a sessão de julgamento, em cumprimento à meta 4 do CNJ/2010.

Atesto que tais atividades estão sendo desenvolvidos tempestivamente.

2. Sistema de Jurisprudência (SJUR)

Disponibilização mensal, na internet, de decisões colegiadas selecionadas, que contenham inovação jurisprudencial e/ou relevante interesse jurídico, para fins de consulta livre do público em geral.

Esclareço que o Sistema SJUR estava sem alimentação desde 2017. Por conseguinte informamos a situação à Administração Superior, através dos SEIs de n.º 13092-96.2020 e de n.º 13925-17.2020, em que restou constatado o referido atraso e oportunizou o retorno da inserção dos dados. Em razão do exposto, estamos empreendendo esforços em alimentar e atualizar o referido sistema na medida do possível.

3. Consultas de Legislação e Jurisprudências

São demandas de servidores/magistrados/interessados em geral, dirigidas diretamente à Coordenadoria de Jurisprudência e dizem respeito a julgados e/ou legislação pertinentes à Justiça Eleitoral. Tratando-se de ano eleitoral, houve um aumento exponencial deste serviço.

4. Gestão dos Portais (intranet e internet)

Disponibilização das Resoluções e Portarias Normativas deste Regional. Cabe a esta Coordenadoria disponibilizar esses atos na intranet/internet deste Tribunal, conferindo maior publicidade às normas internas e considerando o que dispõe o art. 40, VIII, do Regulamento Interno da Secretária do TRE-PI.

Registro que temos disponibilizado tempestivamente todas as Portarias Normativas e Resoluções que são encaminhadas à COJURD.

5. Revista Digital Eleições & Cidadania

Planejamento, organização e lançamento da Revista Eletrônica Eleições & Cidadania - Volume I, com programação para lançamento oficial no dia 18/12/2020 (SEI 0014754-95.2020.6.18.8000).

6. Fiscalização do Contrato TRE/PI n.º 10/2020 (SEI N.º 9635-56.2020)

O presente contrato versa sobre a prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, uma licença de acesso para uma sub-biblioteca, duas licenças de acesso para usuários Staff e duas licenças de acesso para usuários OPAC Web a ser aplicado no âmbito do TRE/PI, no sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, conforme estabelecido no Projeto Básico do referido Contrato.

7. Alimentação do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo - SGC (Biblioteca)

Disponibilização diária do Informativo de notícias - INFOSEJUB, com informações de interesse da Justiça Eleitoral do Piauí oriundas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e Estado do Piauí. Estes dados são repassados, diariamente, via e-mail, a todas as unidades administrativas e aos servidores do TRE-PI.

Atesto que tais atividades estão sendo desenvolvidos tempestivamente.

8. Alimentação do Sistema ALEPH (Biblioteca)-

Sistema utilizado para catalogação e empréstimos de livros da Biblioteca do TRE/PI. É interligado com a REJE, Rede de Bibliotecas Virtuais da Justiça Eleitoral. Atesto que tais atividades estão sendo desenvolvidos tempestivamente.

Apresentamos abaixo tabelas estatísticas com vista a retratar o quantitativo de serviços fornecidos pela Biblioteca, em especial quanto à frequência mensal de usuários, ao número de edições do Informativo da Biblioteca do TRE-PI, às áreas de interesse por usuários e ao processamento técnico dos itens inseridos na BIBLIOTECA TRE-PI.

Atividades desenvolvidas para execução dos Planos de Ação de competência desta Coordenadoria para as Eleições 2020:

1. Edição do Compêndio Eleitoral - Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2020 (SEI 10692-12.2020.6.18.8000)

Compilação das normas eleitorais – relativas ao pleito de 2020 – num único documento (compêndio). Trabalho de fundamental importância para divulgação objetiva, na forma impressa e pela web, das normas que disciplinarão as Eleições de 2020, cujos destinatários são os magistrados, promotores eleitorais, servidores, advogados, representantes partidários e demais interessados no processo eleitoral (estudantes, professores, pesquisadores...).

O Compêndio Eleitoral foi distribuído às Unidades, Secretarias e demais setores desse Regional, bem como a todas as Zonas Eleitorais da capital e do interior do Estado durante o mês de Julho/2020. Este material foi também disponibilizado nas páginas da intranet (Portal das Eleições) e internet do TRE-PI.

Em razão do advento da Emenda Constitucional n.º 107/2020, alterando as datas das eleições/2020, o TSE e o TRE-PI publicaram, a partir de agosto do corrente ano, algumas Resoluções acerca do pleito, motivo pelo qual elaboramos e disponibilizamos na intranet e internet desse Regional o **Adendo ao Compêndio Eleitoral/2020**, com tais regramentos.

2. Elaboração de Manuais e Folders - Eleições 2020 (SEI 0019297-44.2020.6.18.8000)

Trabalho no sentido de disponibilizar aos cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados e demais interessados no processo eleitoral – através da *web* desse Regional – acesso rápido às informações básicas relativas ao processo eleitoral de 2020. Foram elaborados: (1) Manual de Propaganda Eleitoral com respectivos fluxogramas de Poder de Polícia, Direito de Resposta e Representações – (2) Orientações sobre Propaganda Eleitoral - Tabela Põe X Não-Põe - (3) Manual de Prazos de Desincompatibilização com tabela de cargos e respectivos prazos de afastamento – (4) Folder: de Registro de Candidatura com condições de elegibilidade e documentação necessária à formatação dos pedidos de registro de candidaturas e (5) Folder: Pesquisa Eleitoral com requisitos para registro dos pedidos de pesquisas junto à Justiça Eleitoral.

Em razão da dificuldade de distribuição do material impresso, por causa do trabalho remoto ocasionado pela Pandemia, bem como por observar no referido Plano que o resultado esperado é a disponibilização do material no site desse Regional, não realizamos a impressão dos exemplares, oportunizando tempestivamente, até meados de setembro/2020, todo material descrito acima no site do TRE-PI (intranet e internet).

3. Disque-Eleições (SEI 0011551-28.2020.6.18.8000)

Serviço que disponibiliza ao público externo (eleitores/interessados) acesso rápido às informações relativas ao pleito eleitoral de 2020, em especial, sobre a situação cadastral dos eleitores e localização das seções eleitorais. Foram disponibilizadas no site (intranet e internet) do TRE-PI e na página de notícias desse Regional as informações essenciais sobre o Disque-Eleições/2020. Funcionou na véspera e dia do pleito, 1º e 2º Turnos, com atendimento médio de 1.400 (um mil e quatrocentas) ligações.

Atividades, mais expressivas, realizadas pela Biblioteca no ano de 2020:

1 - 1.1 – Realização do processamento técnico do acervo da Biblioteca (por meio do sistema Aleph; catalogação de novas obras físicas e do acervo digital 2020/2019 da Biblioteca Digital Fórum); 1.2 – Inventário do acervo da Biblioteca ; 1.3 – Atendimento e orientação aos usuários da Biblioteca (do início do ano de 2020 até o momento imediatamente anterior ao período de isolamento social e posteriormente pelo e-mail institucional para o público interno no TRE PI); 1.4 – Disseminação de informações de interesse geral dos servidores (InfoSejub e agenda de webinários pelo e-mail institucional); 1.5 – Organização e arquivamento de documentos (rotina administrativa ordinária da biblioteca); 1.6 – Elaboração estatística dos serviços prestados na Biblioteca (tópico seguinte deste relatório); 1.7 – Proposição opinativa quanto a aquisição de obras literárias e de assinaturas de periódicos (Informação 10718 contida no SEI 12539-49.2020); 1.8 – Normalização das publicações do TRE-PI, bem como orientar a normalização de documentos tendo por suporte as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Normalização dos artigos da Revista Eleições e Cidadania 2020); 1.9 – Atualização da página da Biblioteca na Intranet (inserção e atualização de dados referentes à biblioteca, concursos, congressos e eventos on-line).

2 - Relatório Estatístico Anual da Biblioteca:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

No período de janeiro a dezembro do ano de 2021, na Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação –COJURD foram executadas as seguintes atividades:

1. Sistema de Inteiro Teor e Resoluções (ITAR)

O Sistema ITAR é uma base de dados desenvolvido pelo TSE e alimentado pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Nesse sistema são inseridas todas as decisões proferidas pela Corte do TRE, ou, em alguns casos, decisões de natureza singular. Assim, são lançados e disponibilizados na *web* deste Tribunal, mensalmente, todos os acórdãos e resoluções proferidos pela egrégia Corte de Justiça deste Tribunal. Consiste, resumidamente, em publicar mensalmente na *web* do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (www.tre-pi.jus.br/transparencia) todos os acórdãos e resoluções após a sessão de julgamento.

Atesto que tais atividades estão sendo desenvolvidos tempestivamente.

2. Sistema de Jurisprudência (SJUR)

Disponibilização mensal, na internet, de decisões colegiadas selecionadas e resoluções do TRE-PI, que contenham inovação jurisprudencial e/ou relevante interesse jurídico, para fins de consulta livre do público em geral.

A atividade consiste em selecionar, indexar e disponibilizar acórdãos e resoluções deste Regional para fins de pesquisas. Neste ano de 2021, esta unidade emvidou esforços no sentido de alimentar e atualizar o Sistema de Jurisprudência (SJUR), vez que o mesmo estava sem atualização desde 2017, conforme devidamente informado, tempestivamente, à Administração Superior, através do SEI N.º 13092-96.2020.

3. Consultas de Legislação e Jurisprudências

São demandas de servidores/magistrados/interessados em geral, dirigidas à Ouvidoria ou diretamente à Coordenadoria de Jurisprudência do TRE-PI acerca de consultas sobre julgados e/ou legislação pertinentes à Justiça Eleitoral.

4. Gestão dos Portais (*intranet* e *internet*)

Disponibilização das Resoluções e Portarias Normativas do TRE-PI. Cabe a esta Coordenadoria disponibilizar esses atos na *intranet/internet* deste Tribunal, conferindo maior publicidade e transparência às normas internas e em atendimento ao disposto no art. 40, VIII, do Regulamento Interno da Secretária do TRE-PI.

Registro que temos disponibilizado tempestivamente todas as Portarias Normativas e Resoluções que são encaminhadas à COJURD.

5. Ementário

Compêndio de cunho informativo que disponibiliza, anualmente, as emendas dos acórdãos e resoluções proferidas pela E. Corte da Justiça do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, as quais expressam, de forma clara e direta, a síntese dos fundamentos da decisão.

6. Informativo

Serviço de disponibilização das ementas das decisões proferidas pela Corte do TRE-PI, cujo objetivo é divulgar mensalmente, de forma resumida, as decisões do Pleno deste Regional. Este Informativo é elaborado pela Seção de Jurisprudência e Biblioteca e disponibilizado na *web* do TRE-PI, bem como enviado às Unidades, Zonas e a todos os servidores através do e-mail funcional.

7. Fiscalização do Contrato TRE/PI n.º 16/2021 (SEI N.º 22610-13.2020)

O presente contrato versa sobre a prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, uma licença de acesso para uma sub-biblioteca, duas licenças de acesso para usuários Staff e duas licenças de acesso para usuários OPAC Web a ser aplicado no âmbito do TRE/PI, no sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, conforme estabelecido no Projeto Básico do referido Contrato.

8. Alimentação do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo - SGC (Biblioteca)

Disponibilização diária do Informativo de notícias - INFOSEJUB, com informações de interesse da Justiça Eleitoral do Piauí oriundas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e Estado do Piauí. Estes dados são repassados, diariamente, via e-mail, a todas as unidades administrativas e aos servidores do TRE-PI.

Atesto que tais atividades estão sendo desenvolvidos tempestivamente.

9. Alimentação do Sistema ALEPH (Biblioteca)-

Sistema utilizado para catalogação e empréstimos de livros da Biblioteca do TRE/PI. É interligado com a REJE, Rede de Bibliotecas Virtuais da Justiça Eleitoral. Atesto que tais atividades estão sendo desenvolvidos tempestivamente.

Apresentamos tabelas estatísticas com vista a retratar o quantitativo de serviços fornecidos pela Biblioteca, em especial quanto à frequência mensal de usuários, ao número de edições do Informativo da Biblioteca do TRE-PI, às áreas de interesse por usuários e ao processamento técnico dos itens inseridos na BIBLIOTECA TRE-PI (evento 1402854)

10. Atualização da disponibilização na *web* dos Normativos do TRE/PI

Atendendo demanda do Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste Regional, os normativos do TRE/PI já disponibilizados na *internet* e *intranet*, foram atualizados a fim de disponibilizá-los com o reconhecimento ótico de caracteres, de modo a permitir o consumo de conteúdo por pessoas com deficiência visual.

Elaboração dos Planos de Ação de competência desta Coordenadoria para as Eleições 2021:**1. Edição do Compêndio Eleitoral - Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2022 (SEI 0016645-20.2021.6.18.8000)**

Compilação das normas eleitorais – relativas ao pleito de 2022 – num único documento (compêndio). Trabalho de fundamental importância para divulgação objetiva, na forma impressa e pela *web*, das normas, legislação eleitoral e partidária, que disciplinarão as Eleições de 2022, cujos destinatários são os magistrados, promotores eleitorais, servidores, advogados, representantes partidários e demais interessados no processo eleitoral (estudantes, professores, pesquisadores...), assegurando segurança, celeridade e transparência ao processo eleitoral.

2. Elaboração de Manuais e Folders - Eleições 2021 (SEI 0016645-20.2021.6.18.8000)

Trabalho no sentido de disponibilizar aos cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados e demais interessados no processo eleitoral – através da *web* desse Regional – acesso rápido às informações básicas relativas ao processo eleitoral de 2022. Serão elaborados: (1) Manual e orientações sobre Propaganda Eleitoral; (2) Divulgação de Prazos de Desincompatibilização com tabela de cargos e respectivos prazos de afastamento; (3) Divulgação Guia de Horário Eleitoral; (4) Folder: de Registro de Candidatura com condições de elegibilidade e documentação necessária à formatação dos pedidos de registro de candidaturas; (5) Folder: Pesquisa Eleitoral com requisitos para registro dos pedidos de pesquisas junto à Justiça Eleitoral; (6) Folder de Condutas Vedadas.

3. Disque-Eleições (SEI 0016645-20.2021.6.18.8000)

A Justiça Eleitoral do Piauí, através do Disque Eleições, disponibiliza ao público externo (cidadãos, candidatos, partidos políticos, contadores, advogados e demais interessados no processo eleitoral), e ao público interno (servidores, Juízes e Promotores Eleitorais) acesso rápido às informações relativas ao pleito eleitoral de 2022, através de linha telefônica privilegiada, atendimento presencial, e-mail e portal da rede de computadores da Justiça Eleitoral do Piauí.

Atividades, mais expressivas, realizadas pela Biblioteca no ano de 2021:

I - 1. Atendimento e orientação aos usuários da biblioteca; 2- Elaboração de pesquisas bibliográficas sobre temas de interesse dos usuários; 3- Disseminação de informações de interesse geral dos servidores por meio do informativo diário (INFOSEJUB) encaminhado via e-mail institucional; 4- Seleção de novos títulos de obras literárias e proposição para aquisição; 5- Elaboração, juntamente com a selic, dos documentos relacionados à aquisição das publicações: documento de oficialização da demanda (DOD), estudos técnicos preliminares (ETP) e termo de referência (TR); 6- Registro e processamento técnico das publicações incorporadas ao acervo da biblioteca; 7- Cadastro dos documentos adquiridos, de acordo com sua tipologia (livros, revistas, folhetos, dissertações, cds, dvds, etc.), nas bases de dados correspondentes do sistema Aleph; 8- Divulgação das obras adquiridas pela biblioteca através do boletim de Novas Aquisições; 9- Realização do inventário do acervo da biblioteca; 10- Normalização das publicações do TRE-PI, bem como orientação acerca da normalização de trabalhos dos servidores, tendo por suporte as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; 11- Atualização da página da biblioteca na intranet e internet (inserção e atualização de dados referentes à biblioteca, concursos, congressos e eventos on-line); 12- Elaboração da estatística dos serviços prestados na biblioteca; 13- Recebimento e elaboração do expediente da biblioteca; 14 - Organização e arquivamento de documentos (rotina administrativa ordinária da biblioteca); 15- Fiscalização do contrato de prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correção e de atualizações do software ALEPH 500 (CT TRE-PI nº 16/2021).

Anexo Relatório Estatístico Anual da Biblioteca - 2021 (evento SEI 1402854)

BIBLIOTECA – DADOS ESTATÍSTICOS – ANO BASE: 2020
(01.04.2020 a 31.12.2020)

Tabela 1 – Frequência mensal de usuários da Biblioteca TRE-PI

ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
13	15	18	12	14	39	41	41	21	214

Fonte: Biblioteca TRE-PI.

Gráfico 1 – Frequência mensal de usuários da Biblioteca TRE-PI

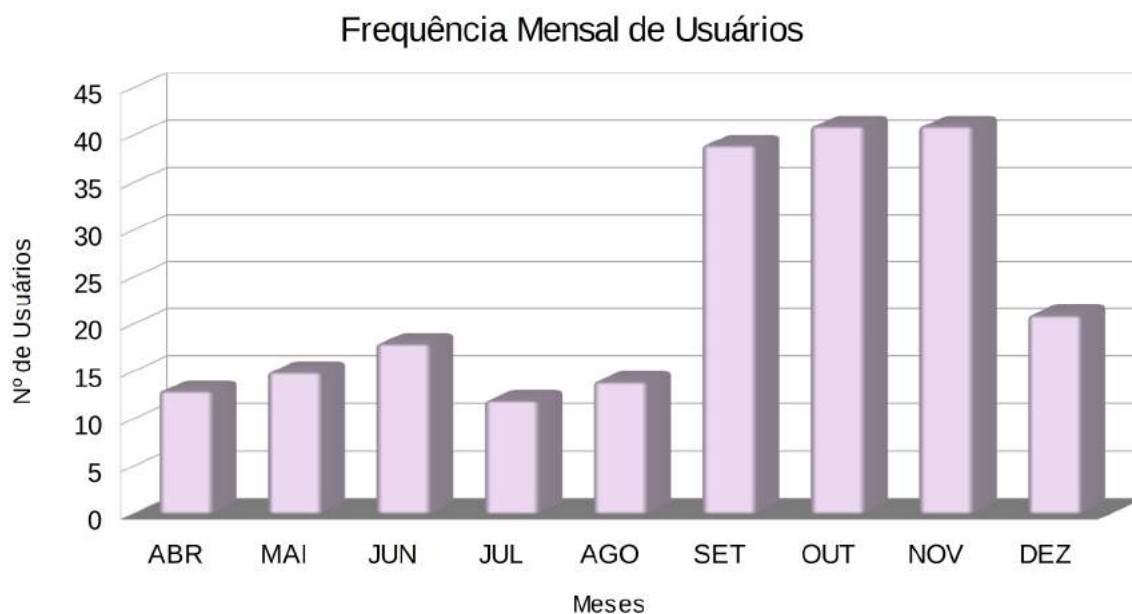


Tabela 2 – Publicação mensal do InfoSejub - Biblioteca TRE-PI

MESES	QUANTIDADE
ABRIL	18
MAIO	19
JUNHO	20
JULHO	23
AGOSTO	20
SETEMBRO	21
OUTUBRO	18
NOVEMBRO	20
DEZEMBRO	12
TOTAL	171

Fonte: Biblioteca TRE/PI

Gráfico 2- Publicação Mensal do Infosejub

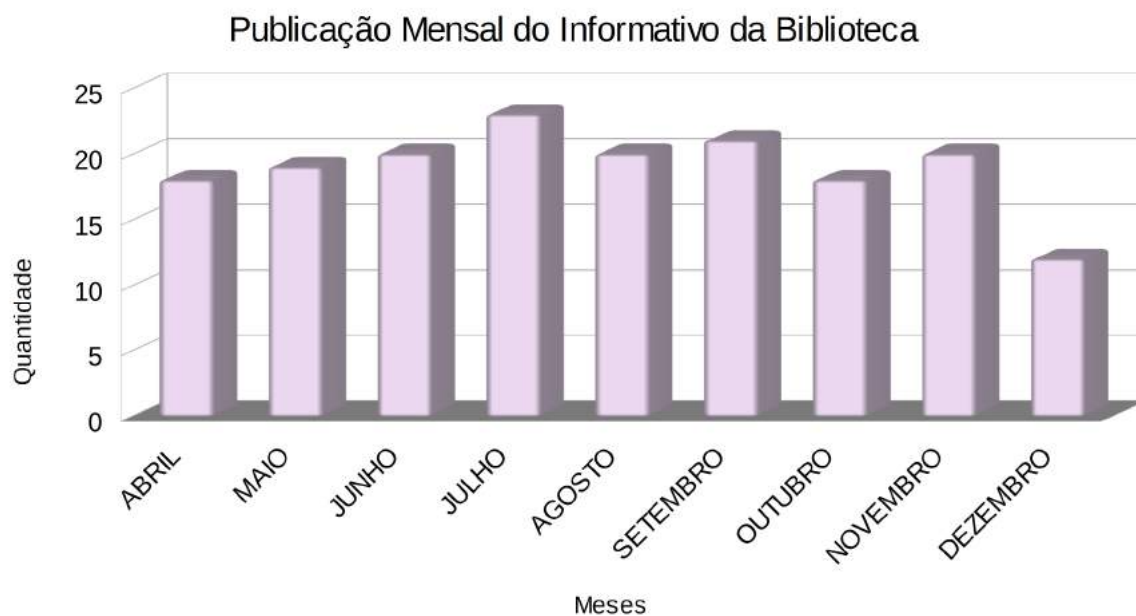


Tabela 3 – Itens cadastrados na Biblioteca do TRE-PI.

ITENS	QUANTIDADE
LIVROS IMPRESSOS	121
LIVROS DIGITAIS	65
PERIÓDICOS	26
PRODUÇÃO INTELECTUAL DE SERVIDORES DO TRE-PI (Artigos e Dissertação de Mestrado)	06
TOTAL	218

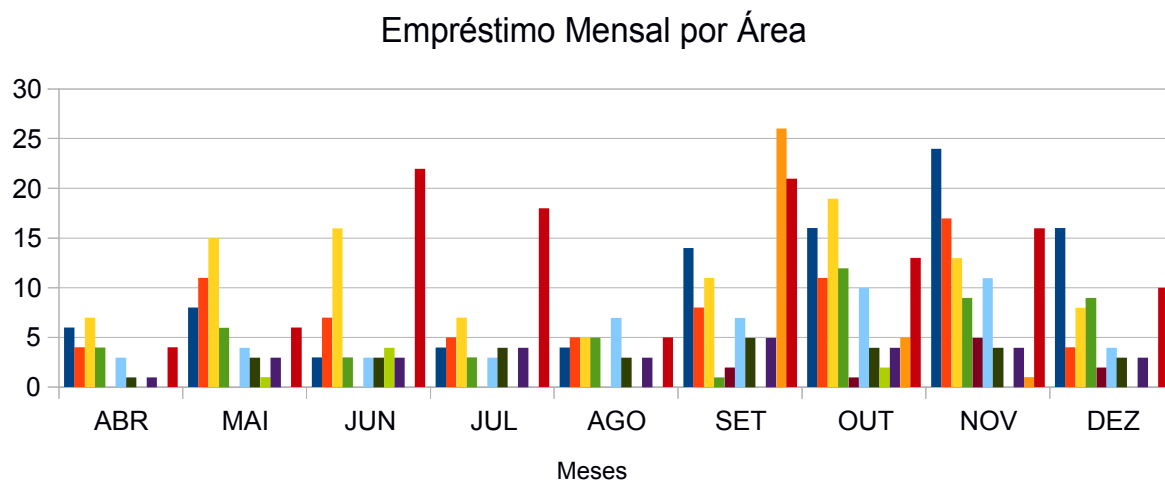
Fonte: Biblioteca TRE-PI

Tabela 4 – Empréstimo mensal por área de interesse dos usuários da Biblioteca TRE-PI

ÁREAS	MES ES												TOTA L
	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	JU L	A G O	SE T	O U T	NO V	D E Z	
ADMINISTRATIV O	-	-	-	06	08	03	04	04	14	16	24	16	95
CIVI L	-	-	-	04	11	07	05	05	08	11	17	04	72
CONSTITUCIONA L	-	-	-	07	15	16	07	05	11	19	13	08	101
ELEITORAL	-	-	-	04	06	03	03	05	01	12	09	09	52
PEN AL	-	-	-	00	00	00	00	00	02	01	05	02	10
PROC. CIVIL	-	-	-	03	04	03	03	07	07	10	11	04	52
AMBIENTAL	-	-	-	01	03	03	04	03	05	04	04	03	30
TRABALHO	-	-	-	00	01	04	00	00	00	02	00	00	07
TRIBUTÁRIO	-	-	-	01	03	03	04	03	05	04	04	03	30
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	00	00	00	00	00	26	05	01	00	32
OUTROS	-	-	-	04	06	22	18	05	21	13	16	10	115
TOTAL	-	-	-	30	57	64	48	37	100	97	104	59	596

Fonte: Biblioteca TRE-PI

Gráfico 3 – Empréstimo mensal por área de interesse.



ADMINISTRATIVO	CIVIL	CONSTITUCIONAL	ELEITORAL
PENAL	PROC. CIVIL	AMBIENTAL	TRABALHO
TRIBUTÁRIO	ADMINISTRAÇÃO	OUTROS	

Tabela 5- Usuários da Biblioteca

Usuários	Quantidade
Cadastrados em 2020	10
Total de usuários ativos	211

Fonte: Biblioteca TRE-PI

Tabela 6 – Outros serviços realizados na Biblioteca

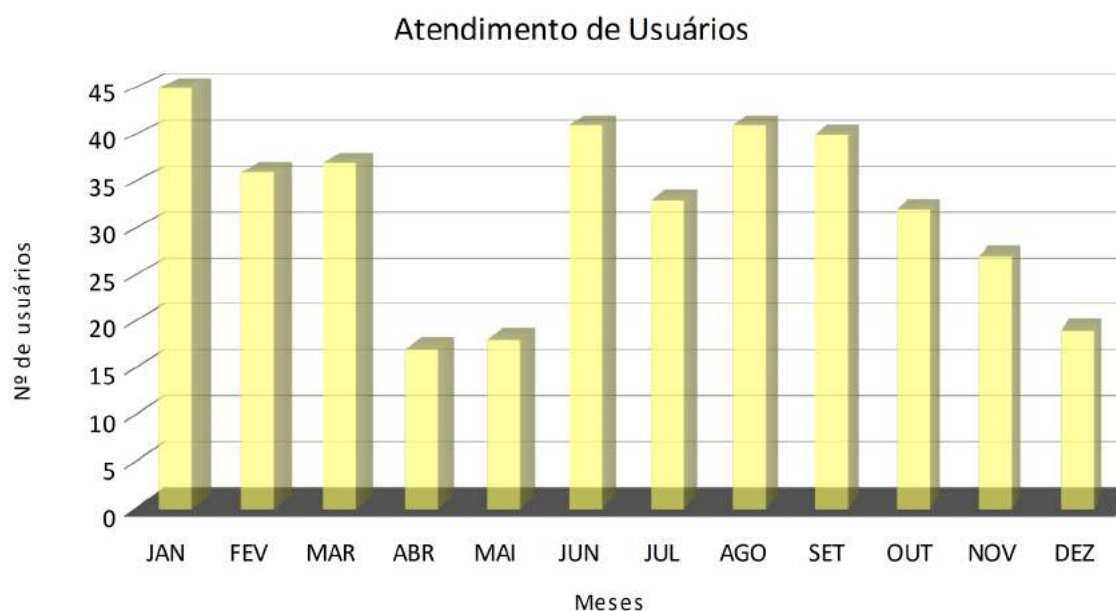
Serviços	Quantidade
Trabalhos recuperadas em levantamentos bibliográficos soli- citados pelos usuários	10
Certidão de Nada Consta fornecidas	44
Boletim Informativo das Novas Aquisições da Biblioteca	08
Normalização de Publicações (artigos da Revista Eleições & Cidadania e de servidores do TRE-PI)	09

Fonte: Biblioteca TRE-PI

BIBLIOTECA – DADOS ESTATÍSTICOS – ANO BASE: 2021**(01.01.2021 a 31.12.2021)****Tabela 1** – Frequência mensal de usuários da Biblioteca TRE-PI

JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
43	36	37	17	18	41	33	41	40	32	27	19	384

Fonte: Biblioteca TRE-PI.

Gráfico 1 – Atendimento mensal de usuários da Biblioteca TRE-PI**Tabela 2** – Publicação mensal do InfoSejub - Biblioteca TRE-PI

MESES	QUANTIDADE
JANEIRO	15
FEVEREIRO	16
MARÇO	18
ABRIL	17
MAIO	19
JUNHO	19
JULHO	23
AGOSTO	19
SETEMBRO	14
OUTUBRO	16
NOVEMBRO	16
DEZEMBRO	08

TOTAL	200
--------------	------------

Fonte: Biblioteca TRE/PI

Gráfico 2- Publicação Mensal do Infosejub

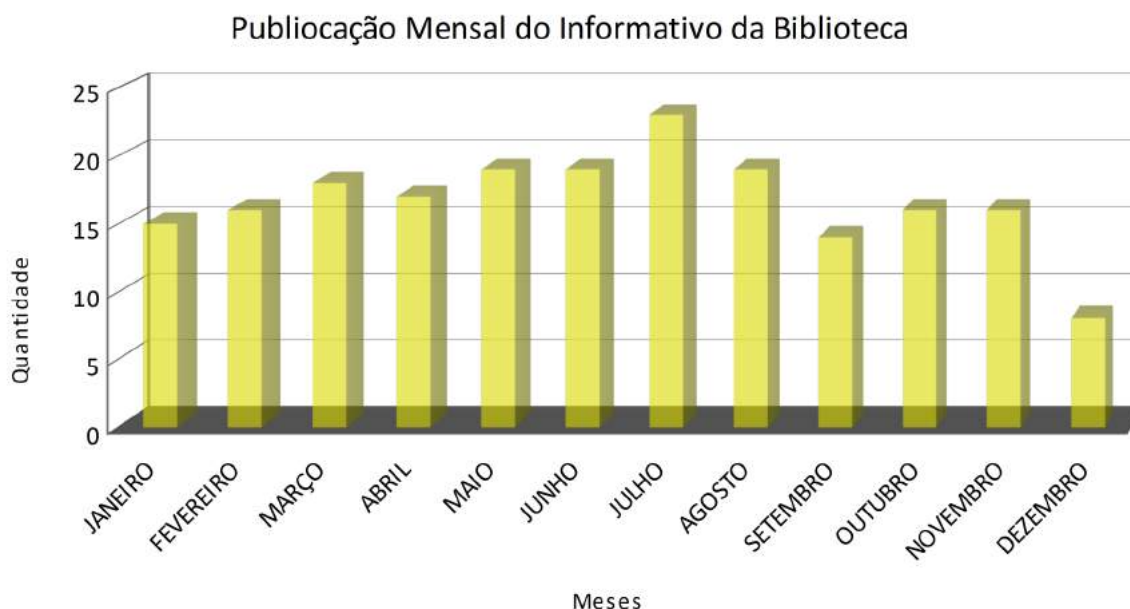


Tabela 3 – Itens cadastrados na Biblioteca do TRE-PI.

ITENS	QUANTIDADE
LIVROS IMPRESSOS E DIGITAIS	94
PERIÓDICOS	12
CDs	18
PRODUÇÃO INTELECTUAL DE SERVIDORES DO TRE-PI (Artigos e Dissertação de Mestrado)	10
TOTAL	134

Fonte: Biblioteca TRE/PI

Tabela 4 – Empréstimo mensal por área de interesse dos usuários da Biblioteca TRE-PI

ÁREAS	MES ES												TOTA L
	J A N	F E V	M AR	A B R	M AI	J U N	JU L	A G O	SE T	O U T	N O V	D E Z	
ADMINISTRATI VO	0 5	1 1	06	03	06	1 7	1 1	14	16	07	07	0 4	1 0 7
CIVI L	0 3	0 6	08	05	04	0 7	0 2	05	15	08	07	0 4	7 4
CONSTITUCION AL	1 2	2 1	19	03	03	1 8	1 0	12	05	10	07	0 2	1 2 2
ELEITORAL	1 3	1 2	12	08	08	0 8	0 8	14	07	06	08	0 2	1 0 6
TRIBUTÁRIO	0 4	0 5	04	03	02	0 5	0 3	04	04	04	04	0 2	4 4
AMBIENTAL	0 4	0 5	04	03	02	0 5	0 3	04	05	06	03	0 2	4 6
PROCESSO CIVIL	0 0	0 4	09	06	08	0 9	0 0	04	05	03	04	0 0	5 2
PROCESSO PENAL	0 0	0 1	03	02	02	0 2	0 0	01	02	02	03	0 0	1 8
CIÊNCIA POLÍTICA	0 5	0 4	04	00	00	0 1	0 0	00	00	00	00	0 0	1 4
FILOSOFIA DO DIREITO	0 0	0 0	00	00	00	0 4	0 2	04	06	06	04	0 0	2 6
OUTROS	0 5	0 2	05	00	00	0 6	2 6	15	14	12	06	0 1	9 2
TOTAL	5 1	7 1	74	33	35	8 2	6 5	77	79	64	53	1 7	7 0 1

Fonte: Biblioteca TRE-PI

Gráfico 3 – Empréstimo mensal por área de interesse.

Empréstimo Mensal por Área

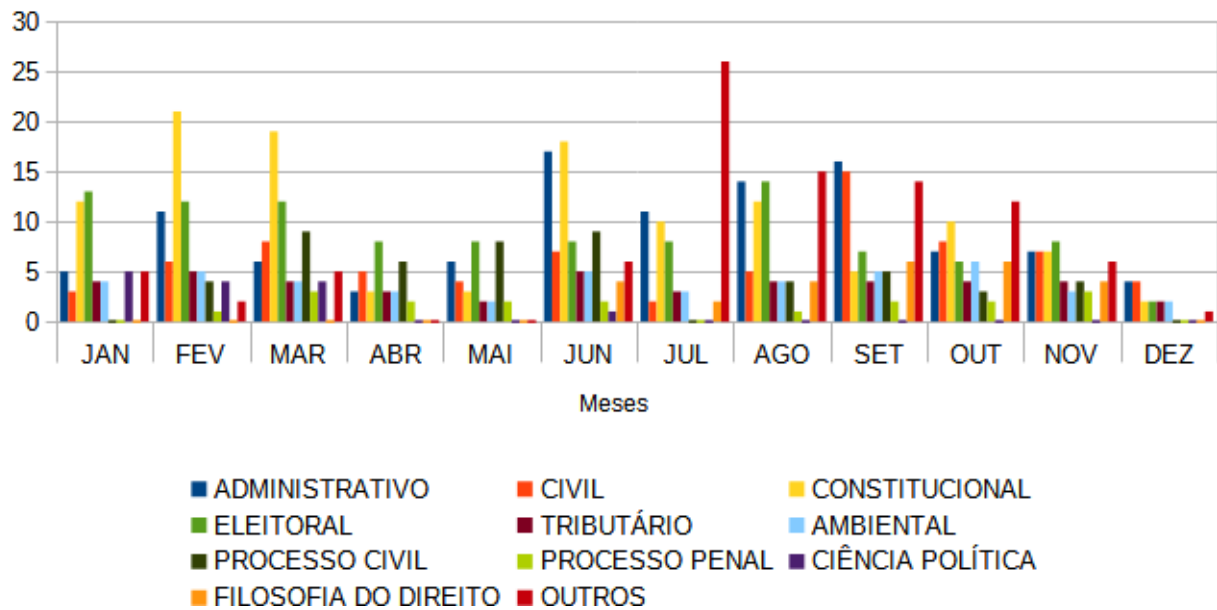


Tabela 5- Usuários da Biblioteca

Usuários	Quantidade
Cadastrados em 2021	12
Total de usuários ativos	223

Fonte: Biblioteca TRE-PI

Tabela 6 – Outros serviços realizados na Biblioteca

Serviços	Quantidade
Trabalhos recuperadas em levantamentos bibliográficos solti- citados pelos usuários	61
Certidão de Nada Consta fornecidas	42
Boletim Informativo das Novas Aquisições da Biblioteca	05
Normalização de Publicações	05

Fonte: Biblioteca TRE-PI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição

A **Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição – CORPAD** é a unidade responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades desenvolvidas em cada uma das unidades que lhe são vinculadas, consubstanciadas no gerenciamento da movimentação processual e dos documentos encaminhados a esta Coordenadoria, bem como a orientação sobre o registro de pesquisas no período das eleições estaduais e federais em sistema informatizado e a administração dos dados partidários, e também responsável pelo projeto relativo ao registro de candidatura, constante no SEI 16645-20.2021.6.18.8000 documento 1373806.

Os atos cartorários e elaboração de relatórios dos processos distribuídos cabem à **Seção de Controle, Autuação e Distribuição de Processos - SECADP**. A anotação e controle dos dados partidários pertinentes aos diretórios regionais e municipais dos Partidos Políticos existentes no Estado do Piauí incumbe à **Seção de Gerenciamento de Dados Partidários – SEGDP**.

Além disso, em agosto do corrente ano, o **Núcleo de Assistência e Apoio à Prestação de Contas – NAAPC**, responsável pela análise, orientação e demais atribuições e responsabilidades relativas às prestações de contas, passou a compor a estrutura desta Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição, conforme Res. TRE/PI nº 381, alterada pela Res. TRE/PI nº 419/2021.

Assim, o Relatório de Gestão desta Coordenação de Registros Partidários, Autuação e Distribuição - CORPAD, unidade integrante da Secretaria Judiciária - SJ, do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, referente ao período de 1º de janeiro de 2021 a 15 de dezembro de 2021, tem por objetivo apresentar prestação de contas das ações e atividades desenvolvidas e pautadas na promoção da celeridade e transparência nos trâmites judiciais, tendo como meta primordial a regularidade da tramitação processual, com a adoção de processos de trabalho que alcançassem a excelência no desempenho das atribuições legalmente impostas a essa Unidade.

Na gestão da prestação jurisdicional referente ao ano de 2021, esta Unidade autuou e distribuiu 823 (oitocentos e vinte e três) processos, que somados aos feitos distribuídos em anos anteriores e pendentes de apreciação – 105 (cento e cinco), totalizaram-se 928 (novecentos e vinte e oito) processos em tramitação, excluindo-se os julgados e ainda não baixados, neste egrégio Regional.

Em 2021, os Juízes Membros da Corte Regional Eleitoral do Piauí apreciaram 836 (oitocentos e trinta e seis) processos, restando para o ano de 2022, como saldo remanescente, a pendência de julgamento de 92 (noventa e dois) feitos, conforme dados extraídos do Sistema Processo Judicial Eletrônico e demonstrados na tabela abaixo.

Este Egrégio Regional julgou, em 2021, 90,08% (noventa vírgula oito por cento) dos processos judiciais autuados somados ao estoque recebido do exercício anterior, consoante se vê no demonstrativo da tabela abaixo.



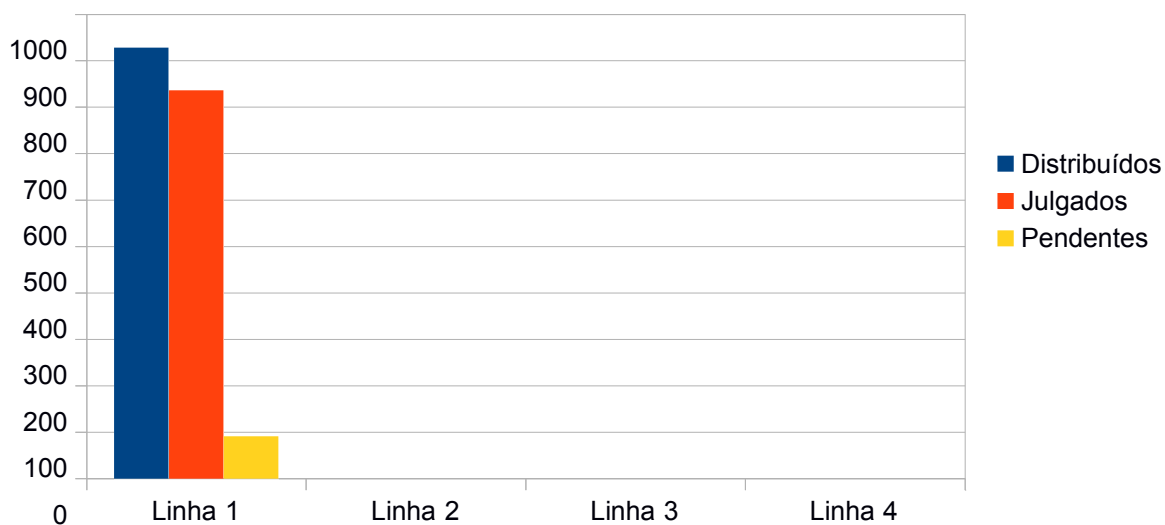
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Movimento processual no ano de 2021

PROCESSOS QUE TRAMITARAM EM 2021	PROCESSOS 2021 + PROCESSOS	PROCESSOS JULGADOS EM 2021 ATÉ 15.12.2021	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO EM 15.12.2021
	ANTIGOS (ESTOQUE 2020)		
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2021	823	836	92
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM ANOS ANTERIORES (não julgados)	105	-	-
TOTAL	928	836	92

Fonte: Pje- - Processo judicial Eletrônico e Registros Internos da SECADP

Processos Distribuídos/Estoque X Processos Julgados X Processos Pendentes



1. Informações sobre o Fundo Partidário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
denominado Fundo Partidário, recebidos pelos partidos políticos registrados neste TRE/PI.

O
Relatório de
Gestão
anual
do
Tribunal
de
Contas
da
União -
TCU,
referente
ao
ano
2020,
determinou o
envio,
por este
Tribunal
Eleitoral,
de
informações
sobre o
recebimento de
recursos
financeiros
provenientes
do
Fundo
Especial de
Assistência
Financeira aos
Partidos
Políticos,

Os recursos oriundos do fundo partidário repassados pelos diretórios partidários nacionais aos diretórios estaduais nos anos de 2018 e 2019 foram enviados a este Tribunal Eleitoral por meio das Prestações de Contas anual, elaboradas por meio do Sistema de Prestação de Contas Anual – SPCA, conforme regras de arrecadação e realização de despesas contidas nas Resoluções TSE nºs 23.464/2015 e 23.546/2017.

Cumprir informar que referidas resoluções disciplinam as análises das prestações de contas partidárias anuais relativas aos exercícios dos anos de 2016 até 2019. Além disso, as agremiações partidárias anuais têm até 30 de junho do ano de 2021 para apresentação, a este TRE/PI, de suas prestações de contas partidárias anuais correspondentes ao exercício do ano de 2020, prazo este amparado pelo art. 32 da Lei 9.096/1995 (alterada pela Lei nº 13.877/2019) e disciplinada pela Resolução TSE nº 23.604/2019, motivo pelo qual não constam os repasses do fundo no quadro abaixo.

Segue abaixo relação dos diretórios regionais deste Estado com as informações constantes das Contas partidárias anuais sobre os valores relativos ao fundo partidário repassados pelos diretórios nacionais às direções regionais deste Estado, conforme abaixo descrito:

VALORES DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO AO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - FEVEREIRO/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2020**	2019	2018
* PMDB		940.734,91	1.211.242,30
* PT		1.022.755,48	1.013.116,10
* PTB		215.000,00	840.000,00
* PDT		10.000,00	415.000,00
* PC do B		17.900,00	52.010,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2020**	2019	2018
* <u>PCB</u>		0,00	*não consta informação sobre FP no TSE (só FEFC)
* <u>PSB</u>		271.071,04	349.500,00
* <u>PSC</u>		30.000,00	198.000,00
* <u>PMN</u>		0,00	0,00
* <u>Pt do B</u> /AVANTE		0,00	0,00
* <u>PV</u>		105.017,25	150.289,79
* <u>PPS</u> /CIDADANIA		100.000,00	0,00
* <u>PP</u>		1.216.000,00	5.441.000,00
* <u>PSTU</u>		0,00	0,00
* <u>PRP</u>		0,00	0,00
* <u>PRTB</u>		0,00	0,00
* <u>PSDC</u> / DC		0,00	18.000,00
* <u>PSL</u>		0,00	0,00
* <u>PSDB</u>		755.211,26	876.945,28
<u>PHS</u>		0,00	*O partido não apresentou o demonstrativo (informação site do TSE)
* <u>PTC</u>		0,00	7.000,00
* <u>PTN</u> /PODEMOS		60.000,00	0,00
* <u>PSOL</u>		111.376,69	57.764,00
* <u>PRB</u> /REPUBLICANOS		92.000,00	341.750,00
<u>PR</u> /PL		448.411,75	1.784.000,00
<u>DEM</u>		112.000,00	463.000,00
* <u>PCO</u>		0,00	0,00
* <u>PSD</u>		895.000,00	650.000,00

SIGLA DO PARTIDO	EXERCÍCIOS		
	2020**	2019	2018
* <u>PPL</u>		0,00	0,00
* <u>PEN</u> /PATRIOTA		0,00	0,00
* <u>SD</u>		668.000,00	190.000,00
* <u>PROS</u>		40.000,00	100.000,00
* <u>PMB</u>		0,00	0,00
* <u>REDE</u>		4.991,14	3.232,20
* <u>NOVO</u>		0,00	0,00

(2) *Fonte: Consulta às prestações de contas do diretório nacional de cada partido, disponível no Sistema de Prestação de Contas Anual – SPCA, por meio do Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral – ODIN/Portal SPCA, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (<https://odin.tse.jus.br/odin-je-idp/>)

(1)** Os dados referentes ao fundo partidário do ano de 2020 não foram informados na planilha acima, haja vista que os valores constam somente das Pcs anuais cuja data de entrega à Justiça Eleitoral foi de 01/01/2021 até 30/06/2021, conforme art. 32, da Lei nº 9.096/95, alterado pela Lei nº 13.877/2019.

2. Informações sobre Prestação de Contas dos Diretórios Estaduais

O quadro seguinte refere-se às prestações de contas dos diretórios estaduais dos partidos políticos sob a jurisdição do TRE relativamente ao exercício de 2020, conforme a seguinte classificação:

- AN – Em análise;
- AP – Aprovada;
- AR – Aprovada com ressalva;
- DP – Desaprovada;
- NP – Não Prestada;

SIGLA DO PARTID O	SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS		
	NO EXERCÍCIO DE 2020		
	Da ta	Proces so	Situação em 2021
PRB	30/06/2021	0600130-96.2021.6.18.0000	AN
PUP	07/10/2021	0600221-89.2021.6.18.0000	AN
PTC	07/10/2021	0600219-22.2021.6.18.0000	NÃO PRESTAÇÃO (AN)
PCO	12/08/2021	0600193-24.2021.6.18.0000	NÃO PRESTAÇÃO (AN)
PP	09/08/2021	0600187-17.2021.6.18.0000	AN
DEMOCRAT AS	04/08/2021	0600182-92.2021.6.18.0000	AN
PROS	04/08/2021	0600181-10.2021.6.18.0000	AN
PRTB	22/07/2021	0600145-65.2021.6.18.0000	AN
PEN	22/07/2021	0600144-80.2021.6.18.0000	AN
PSC	16/06/2021	0600090-17.2021.6.18.0000	AN
PCB	22/07/2021	0600143-95.2021.6.18.0000	NP
PR/PL	30/06/2021	0600126-59.2021.6.18.0000	AN
PPS/ CIDADAN IA	30/06/2021	0600123-07.2021.6.18.0000	AN
PSDC	16/06/2021	0600091-02.2021.6.18.0000	AN
PRTB	22/07/2021	0600145-65.2021.6.18.0000	NP
PMN	27/01/2021	0600006-16.2021.6.18.0000	AN
PSB	01/07/2021	0600133-51.2021.6.18.0000	AN
PV	28/06/2021	0600111-90.2021.6.18.0000	AN
PSDB	24/06/2021	0600105-83.2021.6.18.0000	AN

SIGLA DO PARTID O	SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS		
	NO EXERCÍCIO DE 2020		
	Da ta	Proces so	Situação em 2021
PSL	28/06/2021	0600110-08.2021.6.18.0000	AN
PSD	25/06/2021	0600109-23.2021.6.18.0000	AN
PC DO B	30/06/2021	0600125-74.2021.6.18.0000	AN
PT do B/AVAN TE	29/06/2021	0600117-97.2021.6.18.0000	AN
PEN	22/07/2021	0600144-80.2021.6.18.0000	AN
SDD	30/06/2021	0600128-29.2021.6.18.0000	AN
REDE	30/06/2021	0600122-22.2021.6.18.0000	AN
PMB	14/07/2021	0600140-43.2021.6.18.0000	AN
NOVO	29/06/2021	0600121-37.2021.6.18.0000	AN

Fonte: PJe – Processo Judicial Eletrônico.

Data da Consulta: 16/12/2021.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

A SECADP, no cumprimento de suas atribuições regimentalmente disciplinadas, tem por finalidade e competência institucional promover a regular tramitação dos processos autuados originariamente ou em sede recursal neste Egrégio Tribunal, buscando sempre a excelência no desempenho dos misteres impostos, fomentando a sustentabilidade e aperfeiçoando a comunicação e informação com o público interno e externo, especialmente com as partes que compõem os feitos eleitorais e administrativos e os advogados regularmente constituídos, resultando, por conseguinte, na busca incessante da garantia da legitimidade do processo eleitoral, missão desta Casa de Justiça.

Assim, na gestão de referência, a Seção, ao gerenciar plano de ações, à luz das competências normativas fixadas, vinculou-se aos seguintes objetivos estratégicos, traçados no Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o período 2021-2026, instituído pela Resolução TRE/PI nº 420/2021:

a) **Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais**, visando especialmente promover a celeridade na tramitação dos feitos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração dos processos que tramitam no Tribunal. Este objetivo está vinculado ao macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”, da estratégia nacional do Poder Judiciário.

b) **Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional**, tendo por finalidade uma prestação jurisdicional ágil, efetiva e segura e o aumento da produtividade de magistrados e servidores, vinculando-se ao macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, da estratégia nacional do Poder Judiciário.

Ações para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à Secretaria Judiciária

Os gestores e colaboradores da Secretaria Judiciária realizaram as suas atividades em 2021 visando atender às diretrizes traçadas pelo Plano Estratégico do TRE/PI e Metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, promovendo efetivo controle do andamento dos Planos de Ação, bem como interagindo com outras unidades intrinsecamente relacionadas com as entregas das tarefas definidas nos citados documentos, de modo a alcançar os resultados esperados.

Registre-se que, durante o desenvolvimento e cumprimento das propostas planejadas pela SECADP, registraram-se impactos positivos nos processos de trabalho, como simplificação das rotinas, melhor aproveitamento das ferramentas tecnológicas disponíveis, redução do consumo de energia elétrica e recursos públicos, diminuição de retrabalho e aperfeiçoamento das relações interpessoais entre os servidores e os clientes da unidade.

Assim, para atender às competências regimentais e os objetivos e prioridades organizacionais com a excelência que a gestão requer, faz-se necessário que as ações e projetos sejam continuamente revisados e aprimorados, sempre voltados ao aperfeiçoamento do processo de trabalho das atividades eminentemente judiciais.

Registre-se, por fim, que a SECADP planejou ações e projetos para cumprir os objetivos delineados no Plano Estratégico do TRE/PI 2021-2026 e as metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os quais se encontram sucintamente apresentados abaixo:

Ações voltadas para o tema eficiência operacional

No tema eficiência operacional, firmado na perspectiva Processos Internos do Plano Estratégico do TRE/PI 2021-2026, são apresentadas as ações correspondentes ao atendimento dos objetivos estratégicos de combater a corrupção e a improbidade administrativa, de garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa e de fomentar a segurança do processo eleitoral.

a) Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais,

Referidos objetivos estratégicos se direcionam a promover a celeridade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, a fim de assegurar a razoável duração dos processos que tramitam neste Tribunal, seja originariamente ou em sede recursal, em relação aos quais foram planejadas e executadas as seguintes ações:

Ação de Gestão Judiciária no 2º Grau

A Secretaria Judiciária cumpriu integralmente essa ação considerando que, através do processo SEI nº 8771-81.2021.6.18.8000, apresentou minuta de portaria para criação de um Núcleo de Governança Judiciária do 2º Grau, competindo a este monitoramento de dados estatísticos referente a processos judiciais, realização de estudos e propositura de diretrizes com vistas à otimização da gestão processual das unidades da Secretaria Judiciária, atuando na busca de melhorias de dados estatísticos referentes aos feitos originários e recursais do TRE/PI.

AÇÃO: Gestão Judiciária no 2º Grau	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
RESULTADOS e IMPACTOS A SEREM ALCANÇADOS:	Propiciar a otimização da gestão processual judiciária no 2º grau e reduzir as inconsistências de dados entre o Pje e os sistemas de controles processuais , quando o núcleo for implantado.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Cumprimento de Sentença

Esta ação foi cumprida com a proposta de portaria inserta no processo SEI N.º 11838-54.2021.6.18.8000, onde se apresentou um novo procedimento a ser aplicado aos processos em fase de execução cível.

AÇÃO: Cumprimento de Sentença	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida propiciando a celeridade dos processos em fase de execução e reduzindo o lapso temporal entre a autuação dos processos que necessitem de execução e sua baixa. Portaria Conjunta TRE/PI N.º 15/2021. SEI n.º 11838-54.2021.6.18.8000

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Divulgar Mensalmente a Produtividade dos Membros da Corte

Impende registrar o cumprimento integral da ação em referência, tendo-se em conta que a Secretaria Judiciária publicou, na página eletrônica do TRE/PI, a quantidade de processos autuados/distribuídos e as respectivas decisões colegiadas e monocráticas proferidas pelos Juízes que compõem esse Egrégio Regional, proporcionando a transparência na prestação jurisdicional e atuação de controle dos processos ainda pendentes de julgamento.

AÇÃO: Divulgar a produtividade dos membros do TRE/PI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida mensalmente com a disponibilização da prestação jurisdicional nas páginas eletrônicas do TRE/PI (internet), de modo a proporcionar a exigida transparência na tramitação das demandas eleitorais autuadas nesse Egrégio Regional.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Controlar o Andamento Processual dos Feitos Judiciais em Tramitação no TRE/PI

O efetivo e diário controle do andamento processual dos feitos judiciais e administrativos autuados na Secretaria Judiciária deste Egrégio Tribunal evitou nulidades processuais com o condão de retardar o andamento dos processos, cumprindo desse modo a atribuição de proporcionar a regular tramitação e celeridade nos processos eleitorais.

AÇÃO: Controlar efetivamente o andamento processual dos feitos em tramitação no TRE/PI	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida diariamente pela unidade, por controle interno, de modo que o efetivo controle dessa atividade evitou retrabalho e atraso na tramitação dos processos judiciais e administrativos em tramitação no TRE/PI, observando, com isso, a celeridade da prestação jurisdicional, que é princípio basilar desta Justiça Especializada.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Otimização de Relatórios Estatísticos

A sociedade requer transparência e comunicação dos órgãos públicos e, para isto, foram criados controles que se tornaram obrigatórios e regulares, tais como os insertos na Resolução CNJ n.º 76/2009, que trata dos relatórios estatísticos do judiciário.

A Secretaria Judiciária é a unidade responsável pela elaboração, controle e divulgação de dados estatísticos referentes ao movimento processual de competência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, extraindo estes dados do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP e do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE. Estes relatórios exigiram um aprimoramento provocando uma base de consulta complementar para fins de conferência de dados disponibilizados nos sistemas de processamento e medição de indicadores e metas estabelecidos pelo Conselho nacional de Justiça

AÇÃO: Otimização de Relatórios Estatísticos	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

RESULTADOS e	Ação cumprida com a reformulação de controles internos e reuniões de esclarecimentos e
------------------------	---

IMPACTOS ALCANÇADOS:	treinamentos para servidores responsáveis pelo controle de dados respectivos
-----------------------------	--

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Gestão de Processos no SADP/PJE

A ação proposta visa atender demanda da própria administração deste Egrégio Tribunal, que reclama relatórios mais consistentes com a atividade judicial desta corte, aliada ao compromisso com as metas estratégicas definidas pela instituição, a exigir redução dos tempos de espera e tramitação dos processos autuados no TRE/PI.

Desse modo, essa ação tem por escopo mapear os processos com deficiência de registros nos sistemas SADP e PJe.

AÇÃO: Gestão Cartorária	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS NÃO ALCANÇADOS:	Ação parcialmente cumprida com o levantamento de processos com registros deficientes ou ausentes nos sistemas SADP/Pje, análise das providências a serem realizadas para saneamento devido, comunicação às partes interessadas e efetiva operação nos sistemas.
CAUSAS	

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Migração de Processos Físicos

A ação proposta visa atender demanda do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e do próprio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí objetivando a tramitação de todos os processos sob a forma eletrônica, para aperfeiçoar o acesso aos feitos eleitorais e a transparência destes.

Desse modo, essa ação teve por escopo migrar os processos físicos que tramitavam no SADP para o PJe.

AÇÃO: Migração de Processos Físicos	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS	Ação cumprida com a migração dos processos ainda em fase de tramitação neste tribunal para o PJe,
NÃO ALCANÇADOS:	com a consequente digitalização integral dos autos físicos e operação nos sistemas respectivos.
CAUSAS	

CAUSAS	
--------	--

Fonte: CORPAD – SJ

Ações/atividades - SGIP

Relatório emitido pelo Sistema de Gerenciamento de Dados Partidários (SGIPin) do quantitativo de anotações analisadas, validadas ou devolvidas por este setor no ano de 2021 (v. anexo):

UF: PIAUÍ.

Período: 01/01/2021 a 14/12/2021.

Título de Eleitor Situação Total

Órgão Partidário Validado 605

Órgão Partidário Devolvido 10

Órgão Partidário Validado 111

Órgão Partidário Devolvido 4

Delegado Validado 2

Órgão Partidário Validado 742

Órgão Partidário Devolvido 5

Total Geral: 1.479 (Hum mil quatrocentos e setenta e nove anotações).

Ações/atividades - Sistema FILIA

- Apresentação de tutorial de treinamento/aula à distância de todos os chefes de cartórios, assistentes e terceirizados acerca das inovações afetas ao sistema FILIA, dentre elas: nova plataforma, mudança da aquisição de senhas, filiações automatizadas, etc.
- Resolução de dúvidas apresentadas pelos partidos, cartórios eleitorais e o público em geral acerca de filiação partidária, rezoneamentos, emissão de certidões, etc.
- Emitir pareceres em processos de filiação partidária, em especial, nos processos de "sub judice" que tramitam nesta Corte Eleitoral;
- Cancelar filiações quando há urgência e existir inconsistências do tipo rezoneamento e/ou eleitor não pertence a zona.

Ações/atividades - Sistema SAPF

- Acompanhar os procedimentos cartorários quanto à análise das listas de apoio que lhe são peticionadas e certificar os processos afetos de competência deste TRE/PI;
- Planejamento e possível execução de treinamento à distância do manuseio do sistema de apoio de partido em formação (SAPF) ainda no decorrer deste ano.

Manter atualizada a lista de partidos registrados neste Estado, bem como alertar aos Diretórios Nacionais a inatividade dos que assim se encontrem

Emissão de pareceres e relatórios no PJe afetos a processos de prestações de contas de partidos, incluindo suas representatividades no decorrer do tempo, endereços, etc.

Acompanhar e responder, diariamente, quando solicitado, informações, relatórios, etc, no sistema SEI/TRE-PI (sistema eletrônico de informações - v. anexo), bem como, no sistema Zimbra (e-mail).

Suspender, quando devidamente comunicado por Zona Eleitoral, após trânsito em julgado, em sistema próprio (SGIPin), as anotações de partidos com contas não prestadas, bem como, realizar levantamentos de ofício, para suspensão de anotações de partidos que não constem em seus registro o CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica).

Fazer batimento, em especial quando do registro de candidaturas (RCAND), entre os sistema Sgip, ELO, Receita Federal e Filia.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS/2020

O NAAPC, após o período da Campanha Eleitoral Municipal/2020 e, ainda, vinculado, na época, à Coordenadoria de Controle Interno (COCIN), realizou, durante o período de 07 de janeiro a 12 de fevereiro de 2021, segundo Planejamento prescrito no SEI nº 22.981-74.2020, evento nº 1126565) e com o auxílio de Comissão nomeada pela Presidência deste TRE/PI (conforme Portaria TRE/PI nº 1.181/2020, de 15 de dezembro de 2020), composta por 52 (cinquenta e dois) membros, as seguintes atividades:

1. Auxílio e suporte à análise dos processos de contas eleitorais de Candidatos eleitos e suplentes dos Municípios - sede dos Cartórios Eleitorais que, naquele período, encontravam-se com reduzida lotação de servidores e/ou maior quantitativo de processos para serem analisados;

2. Auxílio e orientações à análise dos processos de contas eleitorais de Candidatos eleitos, suplentes e não eleitos de Zonas Eleitorais não abrangidas no item anterior, mediante:

2.1. Atendimento direto aos servidores dos Cartórios Eleitorais incumbidos da análise das prestações de contas, com esclarecimentos sobre a aplicação das normas disciplinadoras da prestação de contas/Eleições 2020 (Resolução TSE 23.607/2019, alterada pela Emenda Constitucional nº 107/2020);

2.2. Orientação ao público externo quanto à Resolução TSE 23.607/2019 e à operacionalização do Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE - Cadastro, envio e entrega de mídia, contendo a documentação relativa às prestações de contas de campanha), proveniente de demandas das assessorias contábeis e jurídicas;

2.3. Orientação aos Cartórios Eleitorais quanto à utilização do Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral ODIN, via SPCE WEB, e seus respectivos Módulos para análise das prestações de contas, adiante relacionados:

→ Recepção e envio;

- CNPJ;
- Indícios de irregularidades;
- Exame e relatório das contas eleitorais;
- Extratos eletrônicos;
- Financiamento coletivo de campanha;
- Consulta aos relatórios SPCE (Demonstrativos);
- Dívidas de campanha;
- Fiscaliza JE;
- Recursos de fundo público;
- RIFs / COAF;
- Configuração de zonas administradoras, dentre outros.

Ressalta-se que, no período acima informado, os servidores lotados no NAAPC, os quais se encontravam exclusivamente dedicados à análise das prestações de contas de campanha dos Candidatos eleitos e suplentes/Eleições 2020, procederam, no total, com a análise de cerca de 203 (duzentos e três) processos eleitorais, conforme planilha abaixo.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – ANO 2021

Produtividade dos servidores do NAAPC em prestações de contas eleitorais – Auxílio às zonas eleitorais com maior acervo processual e reduzido quadro de servidores, de 07/01 até 12/02/2021, por ocasião da atuação da Comissão de auxílio e suporte aos cartórios eleitorais.

TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS	SISTEMA	ATIVIDADE	QUANTIDADE
--------------------------------------	-----	---------	-----------	------------

	Janeiro a 12 de fevereiro	PJE	Análise de processos relativos às prestações de contas de prestações de contas ELEIÇÕES 2020, realizada pelos servidores do NAAPC (Candidatos eleitos e suplentes/Eleições 2020)	203
		WHATSAPP	Realizações de atendimentos, via whatsapp , em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais)	253
		E-MAIL	Atendimentos, via e-mail ao público interno e externo (contadores, advogados e representantes partidários.	348
		SEI	Realização de atividades acessórias de assistência, suporte e orientação às zonas e ao público externo, sendo: Informações para atendimentos e/ou fornecimento de informações, via processos SEI;	85

CONTAS ELEITORA IS	13/02 a 30/07/20 21	WHATSAP P	Realizações de atendimentos, via whatsapp , em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais)	182
-----------------------------------	---------------------------	--------------	--	-----

CONTAS PARTIDÁRI A ANUAIS	13/02 a 30/07/202 1	PJE	Análises processuais das prestações de contas anuais e eleitorais, distribuídas entre Informações, Informações preliminares, diligências e pareceres conclusivos relativos às prestações de contas partidárias anuais correspondentes aos exercícios anuais de 2015 a 2020, sendo 26 pareceres conclusivos, 16 pareceres de diligências e 06 Informações preliminares	48
	Julho a	PJE	Realização de análises processuais relativos a PC anuais e eleitorais, com emissão de informações, informações preliminares, diligências ou parecer conclusivo, via PJe	156
		SEI	Realização das seguintes atividades: Informações para atendimentos, via processos SEI	39
		WATS APP	Realizações de atendimentos, via wats app, em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais)	317

	15/12/2021	E-MAIL / TELEFONES	Atendimentos, via e-mail e telefones, público interno e externo (contadores, advogados e representantes partidários)	405
--	------------	-----------------------	--	-----

Fonte: PJe, SEI, e-mail NAAPC, whatsapp pessoal.

A partir de 13 de fevereiro até o mês de julho do presente ano, ainda sob a vinculação da então COCIN, foram realizadas pelo NAAPC análises nos processos de prestação de contas dos Diretórios Partidários Estaduais que prestam contas a este Regional, relativas às Eleições Municipais/2020 (art. 45, II, b, Res. TSE nº 23.607/2019), com a expedição, em média, de **30 (trinta) movimentações mensais**, distribuídas entre Informações, Diligências e Pareceres técnicos conclusivos.

Soma-se a isso, ainda, os atendimentos e/ou informações prestados ao público interno (Cartórios Eleitorais) e, em maioria, ao externo (contadores, advogados e representantes partidários), via SEI (85 informações), Whatsapp (435 atendimentos) e e-mail (348 respostas), conforme mesmo quadro de produtividade da Unidade acima mencionado.

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA ANUAL

Com o encerramento dos trabalhos da Comissão de Auxílio às zonas eleitorais e até julho do presente ano, o NAAPC procedeu à análise de processos de prestação de contas anual de partidos políticos referentes a diversos exercícios financeiros, com emissão, em média, de 48 (quarenta e oito) análises processuais, distribuídas entre Informações, Informações preliminares, diligências e pareceres conclusivos relativos às prestações de contas partidárias anuais correspondentes aos exercícios anuais de 2015 a 2020, sendo 26 (vinte e seis) pareceres conclusivos, 16 (dezesesseis) pareceres de diligências e 06 (seis) Informações preliminares.

A partir do mês de junho do ano em curso até a presente data (15/12/2012), dando continuidade a suas atividades, foram realizadas pelo Núcleo as seguintes atividades: análises processuais, com emissão de informações, informações preliminares, diligências ou parecer conclusivo, via PJe; informações para atendimentos, via processos SEI; realizações de atendimentos, via whatsapp, em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais); atendimentos, via e-mail público interno e externo (contadores, advogados e representantes partidários) e inúmeras atendimentos via telefone (público interno e externo), segundo mais detalhadamente quantificado na planilha abaixo.

PRODUTIVIDADE MENSAL – NAAPC/CORPAD

(ANO 2021)

PRODUTIVIDADE MENSAL- (ANO 2021)						
Mês	Processos PJe	Processos SEI	Mensagens (via whatsapp)	E-mails respondidos	Telefone	Total de atendimentos
Julho	10	04	-	80	94	
Agosto	22	07	80	68	-	177
Setembro	48	05	89	78	26	246
Outubro	33	05	75	46	28	187
Novembro	28	09	62	48	22	169
Dezembro (até 15/12)	15	09	11	29	-	64
Dezembro						
Total	156	39	317	329	76	917

Entre agosto e dezembro, já sob a vinculação deste Núcleo à Secretária e à Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (conforme Res. TRE/PI nº 381, alterada pela Res. TRE/PI nº 419/2021), foram realizados pelo NAAPC cerca de **34 (trinta e quatro) movimentações mensais**, distribuídas entre Informações, Diligências e Pareceres técnicos conclusivos, atinentes aos processos de contas de campanha. Fora o auxílio e orientações que ainda vem o NAAPC prestando às Zonas Eleitorais quanto à análise de processos de prestação de contas de campanha remanescentes.

ATIVIDADES ACESSÓRIAS, DECORRENTES DO EXAME DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS E ELEITORAIS

Além das atividades mencionadas no corpo deste Relatório, cumpre assinalar as atividades/tarefas outras que foram demandadas ao NAAPC, ainda durante o ano de 2021:

1. Preenchimento do Quadro Demonstrativo de Recebimento dos Recursos do Fundo Partidário, qual fez parte do Relatório de Gestão / 2020 do TRE-PI, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União;

2. Participação em Seminário de Integração para Novos Servidores, realizado por este Tribunal, nos termos dispostos nos autos do processo SEI nº 13061-42.2021.6.18.8000 - Doc. evento 1332965);

3. Vinculação manual entre Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA) e o Sistema Judicial Eletrônicos (PJE), relativo aos processos de prestações de contas partidárias anuais, dos exercícios de 2017 a 2019, proveniente de demanda do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
4. Implantação da Integração Automática entre SPCA x PJe, com expedição de orientações às Zonas Eleitorais deste Estado, nos termos dispostos no art. 31 da Resolução TSE nº 23.604/2019 e nos autos do processo SEI nº 5151-61.2021.6.18.8000;
5. Tomada de providências quanto à existência de Diretórios Partidários Municipais que encerraram suas prestações de contas anuais, exercício 2020, mas "que ainda não possuem nenhum processo do PJe vinculado a elas (SEI nº 8334-40.2021.6.18.8000)", decorrente de demanda da Assessoria em Prestação de Contas do Tribunal Superior Eleitoral (ASEPA);
6. Tomada de providências quanto à informação repassada pela ASEPA, conforme e-mail anexo (SEI nº 12654-36.2021.6.18.8000): "Doação eleitoral. Pessoa física. Produtor Rural. Critérios para aferição do limite de doação a campanhas eleitorais.";
7. Elaboração de proposta de minuta referente à Portaria TRE/PI nº 528/2021 (a qual estabeleceu prazo final para a suspensão do prazo de entrega das mídias relativas às prestações de contas de campanha eleitoral/2020, determinado pela Portaria TSE nº 111/2020), para fins de regulamentação da recepção das mídias relativas às prestações de contas da campanha eleitoral/2020, nos Cartórios Eleitorais deste Estado e no âmbito deste TRE/PI, conforme SEI nº 11496-43.2021.6.18.8000 - Doc. evento 1309728;
8. Elaboração de proposta de minuta referente à reestruturação da Unidade de Prestações de Contas deste TRE/PI, em atenção a Recomendação originada da OEA, constante dos autos do processo SEI nº 14085-085.2021.6.18.8000;
9. Participação no III Teste em Campo SPCE/2021, realizado de 29/11 a 03/12/2021, no horário de 9h às 18h, com participação e dedicação exclusiva de servidores da Justiça Eleitoral, conforme solicitação contida nos autos do processo SEI nº 16014-76.2021.6.18.8000.

Resultados e conclusões na gestão dos processos organizacionais da CORPAD

A CORPAD planejou, monitorou e executou projetos e ações, de janeiro de 2021 a dezembro de 2021 que efetivamente garantissem a celeridade e transparência nos trâmites judiciais, observando-se sempre, no cumprimento de suas atribuições, a regularidade da tramitação processual nos moldes exigidos pela legislação eleitoral pertinente.

Ressalte-se que os principais desafios enfrentados por essa unidade se detiveram na migração de processos físicos para o sistema Pje, dada as inúmeras tarefas previamente realizadas no sistema SADP para tornar o feito apto à migração exigida, além das digitalizações de todos os processos, na otimização de relatórios estatísticos para um efetivo acompanhamento da movimentação processual, posto que o Pje não possibilita a extração de nenhum relatório, aliado ao fato da participação desta unidade no grupo de demandas do Conselho Nacional de Justiça, atuando na consulta e execução de adaptação de sistema no quesito da prestação jurisdicional.

Nesse contexto, esta unidade considera positiva sua atuação no período de referência do presente documento, ao passo que contribuiu para agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos autuados no TRE/PI, sejam originários ou recursais; para o aperfeiçoamento do

processo eleitoral e para o aprimoramento da comunicação com o público interno e externo, inclusive com a utilização da ferramenta Balcão Virtual.

Registre-se, por fim, que essa Unidade apresentou à Administração Superior Projeto de Registro de Candidatura que comporá o Programa Eleições 2021, bem como participou de diversas reuniões de planejamento e *workshop* de planejamento estratégico, visando auxiliar positivamente nas tarefas realizadas por essa Casa de Justiça.

Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas

O Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas – NAAPC é responsável pelo plano de ação de prestação de contas (evento nº 1417293), relativo à análise das prestações de contas das Eleições Gerais / 2022, que constar no SEI nº 0016645-20.2021.6.18.8000, eventos nº 1374517 e 1374540.

A análise das prestações de contas das Eleições Gerais/ 2022, será disciplinada pela Resolução TSE nº 23.665/2021, já publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral- TSE.

1. ATIVIDADES RELACIONAIS AOS PROCESSOS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS / ELEIÇÕES MUNICIPAIS/2020

1.1 – Atividades de Suporte e Auxílio às Zonas Eleitorais e Público Externo

Este NAAPC, após o período da Campanha Eleitoral Municipal/2020 e, ainda, vinculado, na época, à Coordenadoria de Controle Interno (COCIN), realizou, durante o período de 07 de janeiro a 12 de fevereiro de 2021, segundo Planejamento prescrito no SEI nº 22.981-74.2020, evento nº 1126565) e com o auxílio de Comissão nomeada pela Presidência deste TRE/PI (conforme Portaria TRE/PI nº 1.181/2020, de 15 de dezembro de 2020), composta por 52 (cinquenta e dois) membros, as seguintes atividades:

1.1.1 - Auxílio e suporte à análise dos processos de contas eleitorais de Candidatos eleitos e suplentes dos Municípios - sede dos Cartórios Eleitorais que, naquele período, encontravam-se com reduzida lotação de servidores e/ou maior quantitativo de processos para serem analisados;

1.1.2 - Auxílio e orientações à análise dos processos de contas eleitorais de Candidatos eleitos, suplentes e não eleitos de Zonas Eleitorais não abrangidas no item anterior, mediante:

1.1.3 - Atendimento direto aos servidores dos Cartórios Eleitorais incumbidos da análise das prestações de contas, com esclarecimentos sobre a aplicação das normas disciplinadoras da prestação de contas/Eleições 2020 (Resolução TSE 23.607/2019, alterada pela Emenda Constitucional nº 107/2020);

1.1.4. Orientação ao público externo quanto à Resolução TSE 23.607/2019 e à operacionalização do Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE - Cadastro, envio e entrega de mídia, contendo a documentação relativa às prestações de contas de campanha), proveniente de demandas das assessorias contábeis e jurídicas;

1.1.5. Orientação aos Cartórios Eleitorais quanto à utilização do Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral ODIN, via SPCE WEB, e seus respectivos Módulos para análise das prestações de contas, adiante relacionados:

- Recepção e envio;
- CNPJ;
- Indícios de irregularidades;
- Exame e relatório das contas eleitorais;
- Extratos eletrônicos;
- Financiamento coletivo de campanha;
- Consulta aos relatórios SPCE (Demonstrativos);
- Dívidas de campanha;
- Fiscaliza JE;
- Recursos de fundo público;
- RIFs / COAF;
- Configuração de zonas administradoras, dentre outros.

1.2 – Realização de análise técnica dos processos de prestação de contas, exclusivamente pelos servidores do núcleo de contas

1.2.1 – Análise de processos decorrentes da Comissão de análise das prestações de contas de campanha dos Candidatos eleitos e suplentes/Eleições 2020

Ressalta-se que, no período acima informado, os servidores lotados neste NAAPC, os quais se encontravam exclusivamente dedicados à análise das prestações de contas de campanha dos Candidatos eleitos e suplentes/Eleições 2020, procederam, ***no total, com a análise de cerca de 203 (duzentos e três) processos eleitorais.***

1.3 – Análise de processos contas anuais e eleitorais no decorrer do 1º semestre de 2021

A partir de 13 de fevereiro até o mês de julho do presente ano, ainda sob a vinculação da então COCIN, foram realizadas pelo NAAPC análises nos processos de prestação de contas dos Diretórios Partidários Estaduais que prestam contas a este Regional, relativas às Eleições Municipais/2020 (art. 45, II, b, Res. TSE nº 23.607/2019), com a expedição, em média, de **30 (trinta) movimentações mensais**, distribuídas entre Informações, Diligências e Pareceres técnicos conclusivos.

Soma-se a isso, ainda, os atendimentos e/ou informações prestados ao público interno (Cartórios Eleitorais) e, em maioria, ao externo (contadores, advogados e representantes partidários), via SEI (85 informações), Whatsapp (435 atendimentos) e e-mail (348 respostas), conforme mesmo quadro de produtividade da Unidade, em anexo (doc. 1405013)

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA ANUAL

2.1 – Análise de processos contas anuais no decorrer do 1º semestre de 2021

Com o encerramento dos trabalhos da Comissão de Auxílio às zonas eleitorais e até julho do presente ano, este NAAPC procedeu à análise de processos de prestação de contas anual de partidos políticos referentes a diversos exercícios financeiros, com emissão, em média, de 48 (quarenta e oito) análises processuais, distribuídas entre Informações, Informações preliminares, diligências e pareceres conclusivos relativos às prestações de contas partidárias anuais correspondentes aos exercícios anuais de 2015 a 2020, sendo 26 (vinte e seis) pareceres conclusivos, 16 (dezesesseis) pareceres de diligências e 06 (seis) Informações preliminares.

2.2 – Análise de processos contas anuais no decorrer do 2º semestre de 2021

A partir do mês de junho do ano em curso até a presente data (15/12/2012), dando continuidade a suas atividades, foram realizadas por este Núcleo as seguintes atividades: análises processuais, com emissão de informações, informações preliminares, diligências ou parecer conclusivo, via PJe; Informações para atendimentos, via processos SEI; realizações de atendimentos, via wats app, em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais); atendimentos, via e-mail público interno e externo (contadores, advogados e representantes partidários) e inúmeras atendimentos via telefone (público interno e externo), segundo mais detalhadamente quantificado na planilha anexa (doc.1405022).

Entre agosto e dezembro, já sob a vinculação deste Núcleo à Secretária e à Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (conforme Res. TRE/PI nº 381, alterada pela Res. TRE/PI nº 419/2021), foram realizados pelo NAAPC cerca de **34 (trinta e quatro) movimentações mensais**, distribuídas entre Informações, Diligências e Pareceres técnicos conclusivos, atinentes aos processos de contas de campanha. Fora o auxílio e orientações que ainda vem o NAAPC prestando às Zonas Eleitorais quanto à análise de processos de prestação de contas de campanha remanescentes.

2.3- Atividades Acessórias, decorrentes do Exame Das Prestações de Contas Anuais e Eleitorais

Além das atividades mencionadas no corpo deste Relatório, cumpre assinalar as atividades/tarefas outras que foram demandadas ao NAAPC, ainda durante o ano de 2021:

2.3.1. Preenchimento do Quadro Demonstrativo de Recebimento dos Recursos do Fundo Partidário, qual fez parte do Relatório de Gestão / 2020 do TRE-PI, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União;

2.3.2. Participação em Seminário de Integração para Novos Servidores, realizado por este Tribunal, nos termos dispostos nos autos do processo SEI nº 13061-42.2021.6.18.8000 - Doc. evento 1332965);

2.3.3. *Vinculação manual entre Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA) e o Sistema Judicial Eletrônicos (PJE)*, relativo aos processos de prestações de contas partidárias anuais, dos exercícios de 2017 a 2019, proveniente de demanda do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);

2.3.4. Implantação da *Integração Automática entre SPCA x PJe*, com expedição de orientações às Zonas Eleitorais deste Estado, nos termos dispostos no art. 31 da Resolução TSE nº 23.604/2019 e nos autos do processo SEI nº 5151-61.2021.6.18.8000;

2.3.5. Tomada de providências quanto à existência de Diretórios Partidários Municipais que encerraram suas prestações de contas anuais, exercício 2020, mas "que ainda não possuem nenhum

processo do PJe vinculado a elas (SEI nº 8334-40.2021.6.18.8000)”, decorrente de demanda da Assessoria em Prestação de Contas do Tribunal Superior Eleitoral (ASEPA);

2.3.6. Tomada de providências quanto à informação repassada pela ASEPA, conforme e-mail anexo (SEI nº 12654-36.2021.6.18.8000): "Doação eleitoral. Pessoa física. Produtor Rural. Critérios para aferição do limite de doação a campanhas eleitorais.";

2.3.7. Elaboração de proposta de minuta referente à Portaria TRE/PI nº 528/2021 (a qual estabeleceu prazo final para a suspensão do prazo de entrega das mídias relativas às prestações de contas de campanha eleitoral/2020, determinado pela Portaria TSE nº 111/2020), para fins de regulamentação da recepção das mídias relativas às prestações de contas da campanha eleitoral/2020, nos Cartórios Eleitorais deste Estado e no âmbito deste TRE/PI, conforme SEI nº 11496-43.2021.6.18.8000 - Doc. evento 1309728;

2.3.8. Elaboração de proposta de minuta referente à reestruturação da Unidade de Prestações de Contas deste TRE/PI, em atenção a Recomendação originada da OEA, constante dos autos do processo SEI nº 14085-085.2021.6.18.8000;

2.3.9. Participação no **III Teste em Campo SPCE/2021**, realizado de 29/11 a 03/12/2021, no horário de 9h às 18h, com participação e dedicação exclusiva de servidores da Justiça Eleitoral, conforme solicitação contida nos autos do processo SEI nº 16014-76.2021.6.18.8000.

3 – QUADRO RESUMO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO NÚCLEO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Produtividade dos servidores do NAAPC em prestações de contas eleitorais - Auxílio às zonas eleitorais com maior acervo processual e reduzido quadro de servidores, de 07/01 até 12/02/2021, por ocasião da atuação da Comissão de auxílio e suporte aos cartórios eleitorais.

TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS	SISTEMA	ATIVIDADE	QUANTIDADE
CONTAS ELEITORAIS	Janeiro a 12 de fevereiro	PJE	Análise de processos relativos às prestações de contas de prestações de contas ELEIÇÕES 2020, realizada pelos servidores do NAAPC (Candidatos eleitos e suplentes/Eleições 2020)	203
		WATS APP	Realizações de atendimentos, via wats app , em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais)	253
		E-MAIL	Atendimentos, via e-mail ao público interno e externo (contadores, advogados e representantes partidários.	348
		SEI		85

	13/02 a 30/07/2021		Realização de atividades acessórias de assistência, suporte e orientação às zonas e ao público externo, sendo: Informações para atendimentos e/ou fornecimento de informações, via processos SEI;	
		WATS APP	Realizações de atendimentos, via wats app , em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais)	182
CONTAS PARTIDÁRIA ANUAIS	13/02 a 30/07/2021	PJE	Análises processuais das prestações de contas anuais e eleitorais, distribuídas entre Informações, Informações preliminares, diligências e pareceres conclusivos relativos às prestações de contas partidárias anuais correspondentes aos exercícios anuais de 2015 a 2020, sendo 26 pareceres conclusivos, 16 pareceres de diligências e 06 Informações preliminares	48
		PJE	Realização de análises processuais relativos a PC anuais e eleitorais, com emissão de informações, informações preliminares, diligências ou parecer conclusivo, via PJe	156
	Julho a 15/12/2021	SEI	Realização das seguintes atividades: Informações para atendimentos, via processos SEI	39
		WATS APP	Realizações de atendimentos, via wats app, em sua maioria ao público interno (cartórios eleitorais)	317
		E-MAIL / TELEFONES	Atendimentos, via e-mail e telefones, público interno e externo (contadores, advogados e representantes partidários)	405

Fonte: PJe, SEI, e-mail NAAPC, wats app pessoal

PLANO DE AÇÃO

Análise das Prestações de Contas da Campanha Eleitoral/2022

Versão 1.0

Novembro/2022

PAD N°:

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	DATA
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO ÀS PRESTAÇÕES DE CONTAS/CORPAD/SJ	08/11/20 21

1 – Identificação do Plano

PLANO DE AÇÃO	
NOME DO PLANO Análise das Prestações de Contas da Campanha Eleitoral/2022	
UNIDADE SOLICITANTE Coordenadora de Registros Partidárias, Autuação e Distribuição – CORPAD/NAAPC	
PROGRAMA VINCULADO Programa Eleições/2022	
LÍDER DO PLANO Deborah Tajra Fonteles	UNIDADE SOLICITANTE CORPAD
E-MAIL DO LÍDER DO PLANO deborah.tajra@tre-pi.jus.br	RAMAL DO LÍDER DO PLANO 9892

2 – Histórico dos Registros do Documento

DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	VERSÃO 05
05/11/20 22	Maria do Amparo Araújo	Elaboração do documento	1.0
08/11/20 22	Camila Maria Ferro Silva	Revisão	1.0
08/11/20 22	Soraya Cybelle Lustosa de Sousa	Revisão	1.0

3 – Visão Geral do Plano de Ação

3.1 – Justificativa do Plano

JUSTIFICATIVA

A obrigatoriedade de apresentação das prestações de contas de campanha eleitoral pelos Diretórios Partidários é uma exigência legal, prevista na Constituição Federal de 1988 (art. 17, III), na Lei nº 9.096/1995 (arts. 30 a 37-A) e na Lei nº 9.504/97 (arts. 30 a 37-A), sendo sua elaboração regulamentada por meio de Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o objetivo de garantir a transparência e a legitimidade da atuação partidária no processo eleitoral.

Nesta seara, tem o presente Plano de ação, como finalidade, a consecução de todas as atividades diretamente relacionadas à análise dos processos das prestações de contas de campanha eleitoral 2022, bem como aquelas atividades subsidiárias e acessórias referentes aos candidatos e partidos políticos, cuja competência para análise e julgamento é deste Tribunal Regional Eleitoral.

Em face da grande quantidade de processos de prestações de contas que decorrerão das Eleições 2022 e do exíguo prazo para sua análise e julgamento, a ser estabelecido pelo TSE no Calendário Eleitoral, cumpre ressaltar que as atividades de análise requererão dedicação exclusiva do corpo de servidores lotados no Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas (NAAPC), como também a dedicação especial daqueles servidores que participarão diretamente nas atividades de análise das Contas (servidores lotados em outras unidades do Tribunal que comporão a Comissão de auxílio na execução das análises das prestações de contas), para que sejam

JUSTIFICATIV

A

cumpridas as datas de diplomação dos candidatos eleitos e suplentes.

Somado a isso, tem-se, ainda, a necessidade imperiosa da realização de análise da maior quantidade possível de prestações de contas relativas às Eleições 2022, em cumprimento às Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Diante do exposto, e visando o cumprimento do prazo legal para julgamento das contas de campanha eleitoral, estipula-se nesse Plano de Ação, como data final para conclusão dos exames de todas as prestações de contas referente às eleições gerais de 2022 (prestações de contas remanescentes), o mês de Dezembro de 2023, em conformidade com o prazo final para cumprimento das Metas Nacionais do CNJ, salvo determinação de prazo específico pelo TSE (assim como ocorreu para as Eleições de 2018).

3.2 – Objetivos do plano

OBJETIVO MACRO

Realizar a análise de todos os processos de prestações de contas de campanha eleitoral – Eleições 2022 (candidatos e partidos políticos) e prestar orientação ao público externo, bem como fornecer suporte técnico aos servidores que comporão a Comissão de auxílio na execução das análises das prestações de contas das Eleições 2022 e auxílio aos servidores dos Cartórios Eleitorais, no exame das prestações de contas dos diretórios partidários municipais relativas ao Pleito eleitoral 2022.

OBJETIVOS				INDICADORES		META
Ministrar palestras aos candidatos, partidos políticos, advogados, contadores e, quando solicitado, às demais entidades interessadas sobre o tema prestação de contas de campanha eleitoral.				Quantidade de	de palestras ministradas / de palestras a serem realizadas.	Realizar, no mínimo, 02 (duas) palestras destinadas ao público externo, a partir do mês de Junho de 2022.
Ministrar palestras aos servidores que comporão a Comissão de auxílio na análise dos processos de prestação de contas das Eleições 2022, bem como aos servidores dos cartórios eleitorais que analisarão, obrigatoriamente, as prestações de contas dos diretórios partidários municipais relativas ao Pleito eleitoral 2022.				Quantidade de	de palestras ministradas / de palestras a serem realizadas.	Realizar, no mínimo, 02 (duas) palestras destinadas ao público interno (servidores da sede e dos cartórios eleitorais), a partir do mês de Junho de 2022.
Coordenar as atividades	d e	análise	d a s	Quantidade de servidores capacitados /		Capacitar 100% da equipe que irá analisar
prestações de contas.				Número total de servidores integrantes da Comissão.		as contas de campanha eleitoral – Eleições 2022.
Realizar o exame dos processos de prestações de contas dos eleitos e suplentes que				Quantidade de prestações de contas analisadas / Quantidade total		Analisar 100% dos processos dos candidatos eleitos e suplentes que

serão	de	serão
diplomados.	prestação de contas a serem examinadas.	diplomados.
Realizar o exame dos processos de prestações	Quantidade de prestações de contas	Analisar 100% dos processos dos
de contas remanescentes, a fim de dar	analisadas / Quantidade total de	candidatos não eleitos e partidos
cumprimento às Metas Nacionais do CNJ.	prestação de contas a serem examinadas.	políticos até o mês de Novembro de
		2023.

3.3 – Objetivos estratégicos alinhados

3.3.1 – Objetivos estratégicos institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
		Índice de avaliação positiva de atendimento da Ouvidoria	Alcançar o grau de avaliação “ótimo” no atendimento da Ouvidoria, até 2020	
Combater a corrupção e a improbidade administrativa	<input checked="" type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de atos em desconformidade identificados nas auditorias	Reduzir, até 2020, para 10% de desconformidade	
		Índice do grau de cumprimento das recomendações de auditorias	Alcançar, até 2020, 100% das recomendações cumpridas	
		Índice de tempo de tramitação média de processos de cassação de mandato	Julgar processos originários em 9 meses e os recursos, em 3 meses	
		Índice de tempo de tramitação média das ações penais eleitorais	Julgar ações penais em até um ano	
<input checked="" type="checkbox"/> Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	<input type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input checked="" type="radio"/> Forte	<input checked="" type="checkbox"/> Índice de estoque processual	<input checked="" type="checkbox"/> Reduzir 80% do estoque processual, até 2020 (2º grau) Reduzir 50% do estoque processual, até 2020 (1º grau)	Prestação de informações em tempo hábil e eficaz à sociedade
		Índice de atendimento à demanda	Julgar quantitativo de processos igual ou maior que os processos novos	
		Índice de julgamento de processos antigos	Julgar 90% dos processos antigos	
		Índice de tempo de tramitação médio dos recursos internos	Tramitar, em até 20 dias, os embargos de declaração	
<input checked="" type="checkbox"/> Fortalecer a segurança do processo eleitoral	<input type="radio"/> Fraco <input checked="" type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de cadastro biométrico	Alcançar 100% do eleitorado com recadastramento biométrico até 2018	
		Índice de inspeções em cartórios eleitorais	Inspecionar 25% dos Cartórios Eleitorais, anualmente	
		<input checked="" type="checkbox"/> Índice de aderência ao cronograma do planejamento das eleições	<input checked="" type="checkbox"/> Concluir 100% das atividades no prazo	Prestação de informações em tempo hábil e eficaz à sociedade
Fomentar a acessibilidade	<input checked="" type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado	Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico	Alcançar, até 2020, 100% das páginas do sítio acessíveis	

de	ado ○ Forte	Índice de Unidades aderentes aos padrões de acessibilidade	Tornar 80% das unidades administrativas e judiciárias acessíveis, até 2020	
		Índice de eleitores declarados deficientes	Cadastrar 80% da população deficiente, até	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
			2020	
Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação	<input checked="" type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de matérias positivas na mídia	Alcançar 80% das notícias positivas na mídia	
		Índice de satisfação com a comunicação interna	Alcançar o índice de 85% de índice de favorabilidade em comunicação interna, até 2020	
		Índice de monitoramento do TRE-PI na <i>internet</i> e redes sociais	Alcançar 65% de <i>buzz</i> positivo	
		Índice do tempo de resposta das manifestações dirigidas à Ouvidoria	Atender, em média, até em 01 dia as manifestações dirigidas à Ouvidoria	
Fortalecer a 1ª instância de jurisdição	<input checked="" type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de participação do 1º Grau nos eventos de capacitação	Disponibilizar 30% das vagas para servidores de 1º Grau	
		Índice de cartórios com lotação adequada ao previsto em lei	Adequar 40% dos cartórios eleitorais aos critérios da Lei 10842/2004	
		Índice de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	Alcançar 80% de adequação, até 2020	
Fomentar a sustentabilidade	<input checked="" type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de alcance das metas socioambientais	Alcançar 90 % das metas socioambientais até 2020	
		Índice de informatização dos processos e procedimentos administrativos	Reduzir para 5% os processos físicos	
		Índice de contratações sustentáveis	Alcançar, até 2020, 100 % das contratações sustentáveis	
Fortalecer a gestão de pessoas	<input type="radio"/> Fraco <input checked="" type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de mapeamento das competências	Alcançar, até 2020, o mapeamento de 100% das competências	
		Índice de prevenção à saúde	Alcançar 100% de retorno dos servidores convocados, até 2020	
		Índice de absenteísmo	Manter o índice de 13% de absenteísmo	
Aperfeiçoar a gestão orçamentária	<input type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado	Índice de perdas orçamentárias	Reduzir continuamente a perda orçamentária de 2014, a cada ano, até atingir	

	ado ○ Forte		desempenho de 9%	
		Índice de aderência orçamentária	Melhorar o desempenho em 2 %, a cada ano, até atingir 80 % do patamar considerado satisfatório, e manter o índice.	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO	INDICADOR	META	CONTRIBUIÇÃO
		Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Alcançar 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão até 2020	
Fortalecer a governança	<input type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de governança pública	Alcançar 40% de iGOV pública	
		Índice de governança de pessoas	Atingir 52% de iGov Pessoas	
		Índice de governança de aquisição	Alcançar 45% de iGov aquisição	
Fortalecer a infraestrutura e governança de TI	<input type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Moderado <input type="radio"/> Forte	Índice de governança de TI	Alcançar, até 2020, o índice de 0,65 do iGov TI	
		Índice de maturidade em segurança da informação	Alcançar o índice 3 de maturidade, até 2020	
		Índice de nivelamento da infraestrutura de TI	Alcançar, até 2020, 95% dos requisitos de nivelamento de TI	

3.3.2 – Objetivos estratégicos setoriais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META
Não se aplica		

4 – Premissas e Restrições

PREMISSAS
Disponibilização pelo TSE de todos os sistemas de prestação de contas na versão final até setembro de 2022.
1. Apoio da Alta Administração do TRE.
Análise, julgamento e publicação, até a data final fixada no Calendário Eleitoral 2022, das prestações de contas dos candidatos eleitos e dos suplentes a serem diplomados.
Criação de Comissão, a ser designada pela Presidência do TRE/PI, para analisar as prestações de contas de campanha eleitoral – Eleições 2022.
Disponibilização pelo TSE da legislação até Março de 2022.
Designação de, no mínimo, 40 (quarenta) servidores do quadro, após liberação das respectivas Chefias, para compor a Comissão de Análise das Prestações de Contas de Campanha Eleitoral 2022 e auxiliar o NAAPC nas atividades de exames das prestações de contas dos candidatos e partidos políticos, durante o período de Novembro a Dezembro de 2022.
Participação dos servidores membros da Comissão de Auxílio na Análise das Prestações de Contas de Campanha Eleitoral no

Disponibilização pelo TSE de todos os sistemas de prestação de contas na versão final até setembro de 2022.
treinamento sobre legislação e sistemas de prestação de contas, a ser ministrado pelo NAAPC.
Realização, em tempo hábil, das intimações encaminhando as diligências aos candidatos e partidos.

RESTRIÇÕES
Não disponibilização, pelo TSE, dos sistemas de exame da prestação de contas, no prazo previsto
Falta de recursos financeiros para pagamento de despesas decorrentes de serviços extraordinários
Desmotivação dos servidores em participar do trabalho de análise das prestações de contas de campanha – Eleições 2022, como já vivenciado em anos anteriores.
Apresentação de inconsistências técnicas nos sistemas desenvolvidos pela Justiça Eleitoral para análise das prestações de contas eleitorais.

5 – Cronograma de execução

AÇÕES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	
	INÍCIO	TÉRMINO		
Entrega 1: Elaboração de material para realização de palestras e treinamentos.	07/05/2022	31/08/2022	Maria do Amparo Araújo	NAAPC/ CORPAD/SJ
Entrega 2: Requisição e reserva de local para realização de palestras, treinamentos e análise das prestações de contas.	04/06/2022	15/06/2022	Luciana Vilarinho da Rocha Nunes	SGP/COE/DE
Entrega 3: Criação e impressão de material para realização de palestras ao público externo (folders, cartazes, etc).	07/05/2022	29/06/2022	Silvani Maia Resende Santana e Breno Ponte de Brito	SAOF/ NACJIP/GP
Entrega 4: Divulgação, na internet e nas redes sociais do TRE-PI, da palestra direcionada ao público externo sobre legislação e SPCE - módulo externo.	01/06/2022	30/06/2022	Deimyson Alcantara Franca	IMCOS
Entrega 5: Realização de palestras para o público externo sobre legislação e SPCE módulo externo.	02/07/2022	31/08/2022	Maria do Amparo Araújo e Deborah Tajra Fonteles	NAAPC e CORPAD
Entrega 6: Solicitação e fornecimento de equipamentos, material de expediente e suporte técnico.	25/06/2022	30/11/2022	Anderson Cavalcanti de Lima e Silvani Maia Resende Santana	S TI / SA O F

Entrega 7: Impressão de material para treinamento dos servidores que analisarão as prestações de contas (apostila, manual, etc).	10/09/2022	31/10/2022	Silvani Maia Resende Santana	SAOF
Entrega 8: Treinamento dos servidores da Comissão de Análise das Prestações de Contas de Campanha Eleitoral 2022.	22/10/2022	31/10/2022	Maria do Amparo Araújo	NAAPC

AÇÕES	PERÍODO		RESPONSÁVEL	
	INÍCIO	TÉRMINO		
Entrega 9: Análise das prestações de contas de campanha eleitoral dos candidatos eleitos e suplentes.	05/11/2022	19/12/2022	Maria do Amparo Araújo	NAAPC

6 – Matriz de Risco e Plano de Resposta

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO		PROBABILIDADE S	IMPACTO	
Indisponibilidade dos sistemas de análise de prestação de contas	Ausência de batimentos com os órgãos fiscalizadores e não disponibilidade dos indícios de irregularidades na prestação de contas, dos extratos eletrônicos e das notas fiscais eletrônicas, restringindo a maior eficácia na fiscalização dos recursos arrecadados e utilizados durante a campanha.		<input checked="" type="checkbox"/> 1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto	
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Efetuar a análise das prestações de contas através dos extratos bancários, recibos eleitorais e demais documentos juntados ao processo de prestação de contas de campanha.	<input checked="" type="checkbox"/> 1 – Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 – Transferir 5 – Explorar	Maria do Amparo Araújo	NAAPC	17.12.2022	748.080,00
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	EFEITO		PROBABILIDADE S	IMPACTO	
Recursos financeiros insuficientes para pagamento de serviços extraordinários durante a análise das contas de campanha dos eleitos e suplentes que serão diplomados.	Baixa adesão dos servidores e não cumprimento de metas estipuladas para análise das contas de campanha.		1 - Baixa 2 - Média 3 - Alta 4 - Muito alta	1 - Baixo 2 - Médio 3 - Alto 4 - Muito alto	
PLANO DE RESPOSTA AO RISCO					
AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	ÁREA	DATA LIMITE	CUSTO
Reservar recursos financeiros para pagamento de horas extras aos servidores que comporão a Comissão de Análise de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral 2022.	1 – Aceitar 2 - Eliminar 3 - Mitigar 4 – Transferir 5 – Explorar		SAOF		748.080,00

7 – Plano de custos

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
-----------	---------	---------	--------	-------------------	-------------------

Impressão de material para palestras do público externo (folders, cartazes)	Papel A4	Resma	5	0,00	0,00
Impressão de material para treinamento dos servidores que	Papel A4	Resma	5	0,00	0,00

ATIVIDADE	RECURSO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
analisar as contas (apostila, manual, etc)					
Análise das prestações de contas de campanha eleitoral 2022 e atividades acessórias	Pagamento de serviço extraordinário para 40 (quarenta) servidores, a ser realizado aos domingos e feriados, durante o mês de novembro (considerando-se a estimativa de limite mensal de 60h).	Horas	2.400h	187,02	448.848,00
	Pagamento de serviço extraordinário para 40 (quarenta) servidores, a ser realizado aos domingos e feriados, de 01 a 17/12/2022 (considerando-se a estimativa de limite mensal de 40h).	Horas	1.600h	187,02	299.232,00
CUSTO DO PLANO DE AÇÃO					R\$ 748.080,00
<p>OBSERVAÇÕES 1: O valor unitário acima aplicado, para cálculo do pagamento de serviço extraordinário, teve por base a remuneração final para o cargo de Analista Judiciário Federal.</p> <p>OBSERVAÇÕES 2: Do somatório total de horas trabalhadas nos meses de novembro e dezembro foi considerado somente aquelas prestadas aos domingos e feriados. Em caso de insuficiências de recursos financeiros e de decisão normativas deste TRE/PI, o excedente de horas laboradas poderão remanesecer para pagamento futuro ou compor banco de horas.</p>					

8 – Papéis e responsabilidades

8.1 – Áreas/grupos envolvidos

UNIDADE/GRUPO INTERNO	RESPONSABILIDADES	GESTOR/RESPONSÁVEL
SJ/CORPAD/NAAPC	Planejar, coordenar e executar as atividades de prestação de contas.	Edmar Holanda Luz Deborah Tajra Fonteles Maria do Amparo Araújo
SGP	Auxiliar no recrutamento e treinamento de pessoal de apoio.	Denise Vieira Berger Miranda
STI	Prover os equipamentos de informática e o suporte técnico aos sistemas relacionados ao plano de ação	Anderson Cavalcanti de Lima
SAOF	Prover a infraestrutura necessária para a execução do Plano de Ação	Silvani Maia Resende Santana
SJ	Apoiar atividades cartorárias na tramitação, via PJE, dos processos de prestação de contas	Edmar Holanda Luz

8.2 – Equipe do Plano de Ação

NOME	UNIDADE	RAMAL	E-MAIL
------	---------	-------	--------

Maria do Amparo Araújo	SJ	9883	maria.amparo@tre-pi.jus.br
Maria do Amparo Araújo	SJ	9883	maria.amparo@tre-pi.jus.br

NOME	UNIDA DE	RAM AL	E-MAIL
Camila Maria Ferro Silva	NAAPC	9881	camila.silva@tre-pi.jus.br
Soraya Cybelle Lustosa de Sousa	NAAPC	9881	soraya.sousa@tre-pi.jus.br
Ernani Monte Barros	NAAPC	9881	ernani.barros@tre-pi.jus.br
Denise Vieira Berger Miranda	SGP	9702	sgp@tre-pi.jus.br
Anderson Cavalcanti de Lima	NAAPC	9761	sti@tre-pi.jus.br
Silvani Maia Resende Santana	NAAPC	9729	saof@tre-pi.jus.br
Edmar Holanda Luz	SJ	9814	sj@tre-pi.jus.br

9 – Aprovações

9.1 – Elaborado por:

NO ME	DATA	ASSINATU RA
Maria do Amparo Araújo	08/11/20 21	

9.2 – Revisado e Validado por: Titular da Área/ Escritório Setorial / Unidade Setorial de Projetos

NO ME	DATA	ASSINATU RA
Edmar Holanda Luz	08/11/20 21	

9.3 – Analisado/Validado por: Escritório Estratégico de Projetos Institucionais – ASPLAN/EPI

Segundo a análise do Escritório Estratégico de Projetos Institucionais - EPI e da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN, a iniciativa poderá ser gerenciada como um Plano de Ação, com a aplicação opcional dos procedimentos de gerenciamento de projetos:

- ☒ Sim.
- ☐ Não. A iniciativa deverá ser gerenciada como rotina ou processo.
- ☐ Não. A iniciativa será analisada quanto aos critérios para classificação e priorização de projetos.

Validação ASPLAN/EPI:

NO ME	DA TA	ASSINATU RA
Joana D'arc Sousa Macêdo Lima		

9.4 – De acordo das áreas envolvidas

GESTOR/RESPONSÁVEL	UNIDAD E	DA TA	ASSINATU RA
Silvani Maia Resende	SAOF		

Santana			
Denise Vieira Berger Miranda	SGP		
Anderson Cavalcanti de Lima	STI		
Edmar Holanda Luz	SJ		

9.5 – Aprovado por: Diretor(a)-Geral

NO ME	DA TA	ASSINATURA
Ronaldo Maique Araujo Braga		

10 - Informações Complementares

SIGLAS/ABREVIATURAS	SIGNIFICADO
NAAPC	Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SJ	Secretaria Judiciária
CORPAD	Coordenadora de Registros Partidárias, Autuação e Distribuição
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
EPI	Escritório Estratégico de Projetos Institucionais
ASPLAN	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
NACJIPGP	Núcleo de Assistência e Cooperação Judiciária e Institucional ao 1º Grau da Presidência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Seção de Controle, Autuação e Distribuição de Processos

A Seção de Autuação e Distribuição de Processos – SECADP, unidade integrante da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição – CORPAD/SJ, do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, apresenta prestação de contas, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021, das ações e atividades desenvolvidas e pautadas na promoção da celeridade e transparência nos trâmites judiciais tendo como meta primordial a regularidade da tramitação processual, com a adoção de processos de trabalho que alcançassem a excelência no desempenho das atribuições legalmente impostas a essa Unidade.

Na gestão da prestação jurisdicional referente ao ano de 2020, esta Unidade autuou e distribuiu 1779 (hum mil setecentos e setenta e nove) processos, que somados aos feitos distribuídos em anos anteriores e pendentes de apreciação – 154 (cento e cinquenta e quatro), totalizaram-se 1933 (hum mil novecentos e trinta e três) processos em tramitação, excluindo-se os julgados e ainda não baixados, neste egrégio Regional.

Em 2020, os Juízes Membros da Corte Regional Eleitoral do Piauí apreciaram 1828 (hum mil oitocentos e vinte e oito) processos, restando para o ano de 2021, como saldo remanescente, a pendência de julgamento de 105 (cento e cinco) feitos, conforme dados extraídos do Sistema Processo Judicial Eletrônico e demonstrados na tabela abaixo.

Este Egrégio Regional julgou, em 2021, 94,56% (noventa e quatro vírgula cinquenta e seis por cento) dos processos judiciais autuados somados ao estoque recebido do exercício anterior, consoante se vê no demonstrativo da tabela abaixo.

Na gestão da prestação jurisdicional referente ao ano de 2021, esta Unidade autuou e distribuiu 823 (oitocentos e vinte e três) processos, que somados aos feitos distribuídos em anos anteriores e pendentes de apreciação – 105 (cento e cinco), totalizaram-se 928 (novecentos e vinte e oito) processos em tramitação, excluindo-se os julgados e ainda não baixados, neste egrégio Regional.

Em 2021, os Juízes Membros da Corte Regional Eleitoral do Piauí apreciaram 836 (oitocentos e trinta e seis) processos, restando para o ano de 2022, como saldo remanescente, a pendência de julgamento de 92 (noventa e dois) feitos, conforme dados extraídos do Sistema Processo Judicial Eletrônico e demonstrados na tabela abaixo.

Este Egrégio Regional julgou, em 2021, 90,08% (noventa vírgula oito por cento) dos processos judiciais autuados somados ao estoque recebido do exercício anterior, consoante se vê no demonstrativo da tabela abaixo.

Movimento processual no ano de 2020

PROCESSOS QUE TRAMITARAM EM 2021	PROCESSOS 2020 + PROCESSOS ANTIGOS (ESTOQUE 2019)	PROCESSOS JULGADOS EM 2021 ATÉ 31.12.2020	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO EM 15.12.2020
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2020	1779	1828	105
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM ANOS ANTERIORES (não julgados)	154	-	-
TOTAL	1933	1828	105

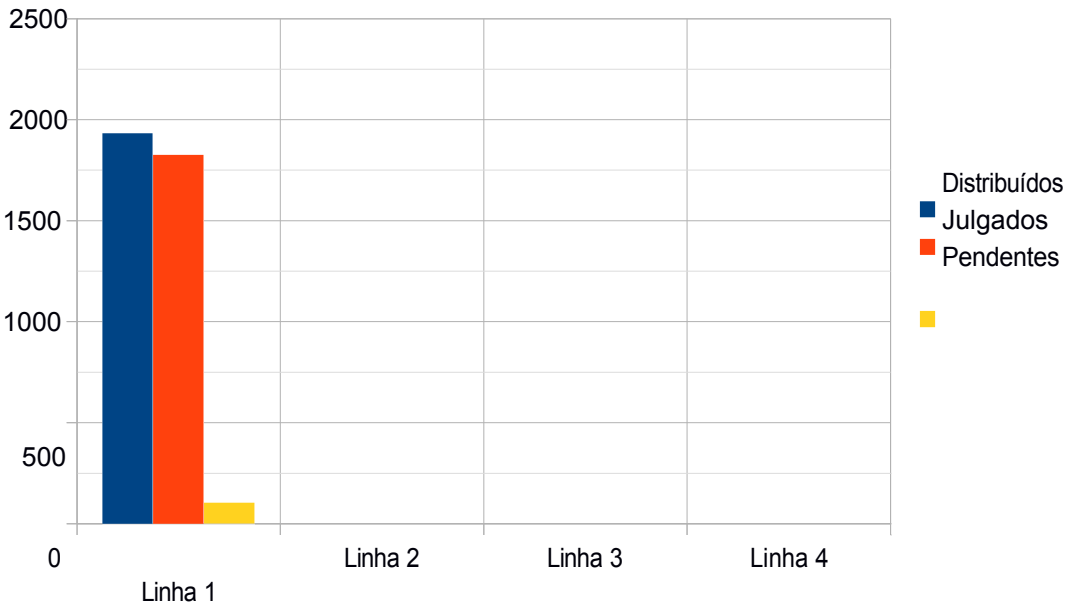
Fonte: Pje- - Processo judicial Eletrônico e Registros Internos da SECADP

Movimento processual no ano de 2021

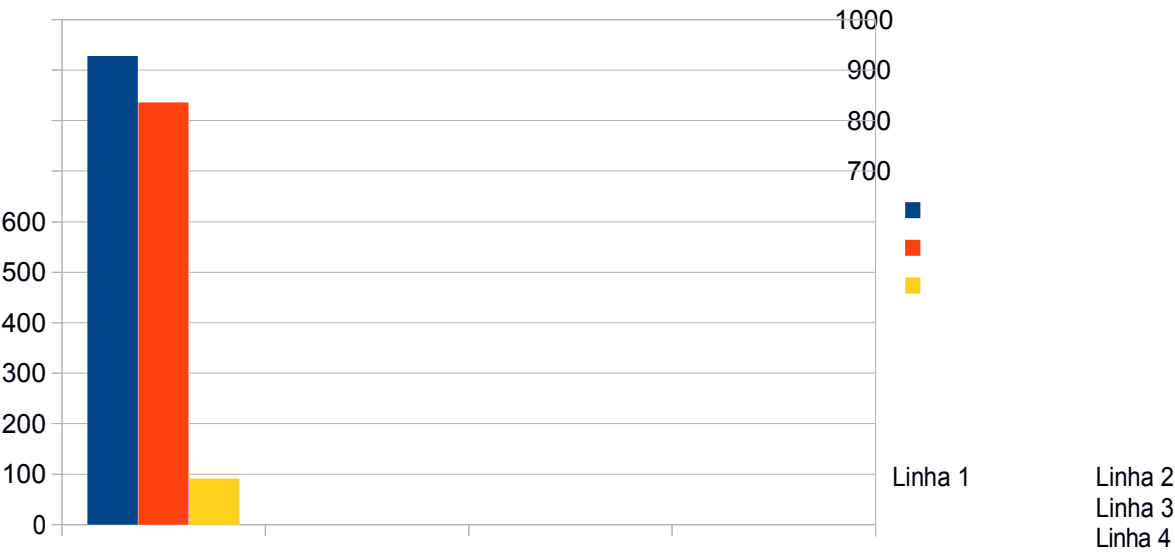
PROCESSOS QUE TRAMITARAM EM 2021	PROCESSOS 2021 + PROCESSOS ANTIGOS (ESTOQUE 2020)	PROCESSOS JULGADOS EM 2021 ATÉ 31.12.2021	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO EM 15.12.2021
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2021	823	836	92
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM ANOS ANTERIORES (não julgados)	105	-	-
TOTAL	928	836	92

Fonte: Pje- - Processo judicial Eletrônico e Registros Internos da SECADP

Processos Distribuídos/Estoque X Processos Julgados X Processos Pendentes 2020



Processos Distribuídos/Estoque X Processos Julgados X Processos Pendentes 2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA JUDICIÁRIA

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS/JULGADOS DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2020

Relator	D. José James G Pereira			D. Eri van José da S Lopes			Dr. Agilberto G Machado			Dr. Aderson A B Nogueira			Dr. Charles Marx P M da Rocha			Dr. Antônio S dos Santos			Dr. Teófilo R Ferreira			Dr. Thiago Mendes			Distribuídos	Colegiado	Monocrático
Classes	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon			
AC	0	0	0	2	0	4	2	0	5	1	0	2	4	0	6	0	0	0	1	0	2	1	0	1	11	0	20
AJD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AIME	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AJUE	0	0	0	4	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	4	
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	
AE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
CC	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	2	1	1	0	6	5	2
COR	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
CTA	0	0	0	2	1	1	2	0	3	2	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	4	3	2	12	5	7
CZER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CUMSEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
EF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
EXC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
IP	0	0	0	5	0	3	3	0	2	4	0	2	3	0	2	1	0	0	1	0	1	2	0	1	19	0	11
HC	0	0	0	1	0	1	2	0	2	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	6	2	5
MSCIV	0	0	0	17	0	19	17	0	31	9	1	13	24	3	34	0	0	0	24	0	42	10	2	24	101	6	163
PA	31	39	3	3	3	1	3	4	0	3	5	0	8	5	7	0	0	0	2	2	0	4	2	2	54	60	13
PC	0	0	0	28	0	15	17	2	7	16	3	9	15	5	3	14	4	11	10	3	2	20	6	16	120	23	63
PET	0	0	0	9	4	4	9	4	11	8	3	2	6	2	6	7	6	3	2	1	2	7	4	6	48	24	34
PP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
REI	0	0	0	204	126	70	218	150	59	213	134	82	210	144	71	77	44	0	128	64	96	224	113	104	1.274	775	482
RECL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RC	0	0	0	1	0	0	4	3	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	6	5	0
RCED	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ROPPF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RVE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RP	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	2	0	2	0	0	0	5	2	4
REVCIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	
RROPFA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0
RROPCE	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	5	2	0
TOTAL	31	39	3	279	137	123	278	165	120	258	147	111	275	160	131	103	56	16	177	76	150	275	133	156	1.676	913	810

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA JUDICIÁRIA

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS/JULGADOS NO ANO DE 2021

Relator	D. José James G Pereira						D. Eriivan José da S Lopes						Dr. Agilberto G Machado						Dr. Aderson A B Nogueira						Dr. Charles M P M da Rocha						Dr. Theodilo R Ferreira						Dr. Thiago Mendes						Dr. Edson Vieira Araújo						D. Hilo de Almeida Souza						Dr. Lucas R M de Araújo						Dr. Lucicleide Pereira Belo						Distribuídos	Colegado	Monocrático
Classes	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Distrib	Col	Monoc	Distrib	Col	Monoc	Distrib	Col	Monoc	Distrib	Col	Monoc	Distrib	Col	Monoc	Distrib	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon	Dist	Col	Mon																														
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2																											
AID	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1																													
AIMB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																													
AJUE	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1																														
AP	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2																														
AE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
CC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
CON	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1																														
CTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
CZER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
CUMSEN	0	0	0	4	0	0	10	0	0	2	0	0	2	0	1	5	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	0	1																													
EF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
EXC	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1																														
IP	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	6	0	5																												
HC	0	0	0	3	2	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	4	4																													
MSCIV	0	0	0	1	1	6	3	3	1	5	1	3	6	1	6	3	2	6	0	0	4	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	23	9	27																												
PA	45	40	2	1	2	0	3	3	0	1	3	0	3	2	1	1	0	2	1	0	1	1	1	6	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	59	5																													
PC	0	0	0	2	8	4	6	10	2	11	6	2	10	12	0	7	24	3	3	4	1	5	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	44	65	13																														
PET	1	0	1	6	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	20	1																														
PP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
REI	0	0	0	129	108	5	106	93	8	109	81	11	108	102	3	108	84	8	28	27	2	86	64	3	0	0	0	0	2	5	0	1	7	0	0	677	571	40																															
RECL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
RC	0	0	0	1	2	0	1	2	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	1																														
RCED	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0																														
RCF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
ROPPF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
RVE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
RP	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7	1	4																													
REVCNIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																														
RROPCA	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2																														
RROPCA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1																														
TOTAL	47	40	4	150	146	19	134	114	14	131	93	19	128	120	16	128	111	20	35	32	9	106	67	8	6	5	0	2	6	0	3	8	2	870	742	111																																	

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

A SECADP, no cumprimento de suas atribuições regimentalmente disciplinadas, tem por finalidade e competência institucional promover a regular tramitação dos processos autuados originariamente ou em sede recursal neste Egrégio Tribunal, buscando sempre a excelência no desempenho dos misteres impostos, fomentando a sustentabilidade e aperfeiçoando a comunicação e informação com o público interno e externo, especialmente com as partes que compõem os feitos eleitorais e administrativos e os advogados regularmente constituídos, resultando, por conseguinte, na busca incessante da garantia da legitimidade do processo eleitoral, missão desta Casa de Justiça.

Assim, na gestão de referência, esta unidade ao gerenciar plano de ações, à luz das competências normativas fixadas, vinculou-se aos seguintes objetivos estratégicos, traçados no Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o período 2021-2026, instituído pela Resolução TRE/PI nº 420/2021:

a) **Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais**, visando especialmente promover a celeridade na tramitação dos feitos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração dos processos que tramitam no Tribunal. Este objetivo está vinculado ao macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”, da estratégia nacional do Poder Judiciário.

b) **Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional**, tendo por finalidade uma prestação jurisdicional ágil, efetiva e segura e o aumento da produtividade de magistrados e servidores, vinculando-se ao macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, da estratégia nacional do Poder Judiciário.

2.1 Ações para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à Secretaria Judiciária

Os gestores e colaboradores da Secretaria Judiciária realizaram as suas atividades em 2021 visando atender às diretrizes traçadas pelo Plano Estratégico do TRE/PI e Metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, promovendo efetivo controle do andamento dos Planos de Ação, bem como interagindo com outras unidades intrinsecamente relacionadas com as entregas das tarefas definidas nos citados documentos, de modo a alcançar os resultados esperados.

Registre-se que, durante o desenvolvimento e cumprimento das propostas planejadas por esta unidade, registraram-se impactos positivos nos processos de trabalho, como simplificação das rotinas, melhor aproveitamento das ferramentas tecnológicas disponíveis, redução do consumo de energia elétrica e recursos públicos, diminuição de retrabalho e aperfeiçoamento das relações interpessoais entre os servidores e os clientes da unidade.

Assim, para atender às competências regimentais e os objetivos e prioridades organizacionais com a excelência que a gestão requer, faz-se necessário que as ações e projetos sejam continuamente revisados e aprimorados, sempre voltados ao aperfeiçoamento do processo de trabalho das atividades eminentemente judiciais.

Registre-se, por fim, que a SECADP planejou ações e projetos para cumprir os objetivos delineados no Plano Estratégico do TRE/PI 2021-2026 e as metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os quais se encontram sucintamente apresentados abaixo:

2.1.1 Ações voltadas para o tema eficiência operacional

No tema eficiência operacional, firmado na perspectiva Processos Internos do Plano Estratégico do TRE/PI 2021-2026, são apresentadas as ações correspondentes ao atendimento dos objetivos estratégicos de combater a corrupção e a improbidade administrativa, de garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa e de fomentar a segurança do processo eleitoral.

No exercício de 2020, esta unidade concentrou suas atividades no projeto Registro de Candidaturas 2020.

a) Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais,

Referidos objetivos estratégicos se direcionam a promover a celeridade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, a fim de assegurar a razoável duração dos processos que tramitam neste Tribunal, seja originariamente ou em sede recursal, em relação aos quais foram planejadas e executadas as seguintes ações:

2020

Constituição e atuação de equipe de Tutoria

AÇÃO: Constituição e atuação de equipe de Tutoria	
OBJETIVO ES-TRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS	Ação cumprida com consituição de equipe composta por servidores lotados na Secretaria Judiciária,

ALCANÇADOS	Gabinete dos Membros Relatores e Coordenadoria de Pessoal, atendendo todas as zonas eleitorais em suas variadas demandas.
-------------------	---

Disponibilizaçãodas Rotinas Cartorárias

AÇÃO: Disponibilizaçãodas Rotinas Cartorárias	
OBJETIVO ES-TRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADO S ALCANÇADOS	Ação cumprida com disponibilização de rotinas e modelos de processamento dos registros de candidatura revisados no processo SEI nº nº 0017048-23.2020.6.18.8000, para inclusão de modelos e fluxos dos processos de registro de candidatura.

Capacitação de Servidores as Secretaria Judiciária e Zonas Eleitorais

AÇÃO: Capacitação de Servidores as Secretaria Judiciária e Zonas Eleitorais	
OBJETIVO ES-TRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADO S ALCANÇADOS	Ação cumprida por capacitação realizada por meio de videoconferência com as zonas eleitorais(17 a 20.08.2020) e secretaria judiciária(12 e 13.08.2020)

Apresentação do Sistema de Candidatura Módulo Externo - CANDex aos partidos políticos com treinamento de seus representantes e advogados

AÇÃO: Apresentação do Sistema de Candidatura Módulo Externo - CANDex aos partidos políticos com treinamento de seus representantes e advogados	
OBJETIVO ES-TRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADO S ALCANÇADOS	Ação cumprida por disponibilização no YouTube do TRE-PI um vídeo cedido pelo TRE-SC e realização de uma LIVE, transmitida pelo TRE-PI, em cooperação Secretaria Judiciária e EJE-PI.

2021

Ação de Gestão Judiciária no 2º Grau

A Secretaria Judiciária cumpriu integralmente essa ação considerando que, através do processo SEI nº 8771-81.2021.6.18.8000, apresentou minuta de portaria para criação de um Núcleo de Governança Judiciária do 2º Grau, competindo a este monitoramento de dados estatísticos referente a processos judiciais, realização de estudos e propositura de diretrizes com vistas à otimização da gestão processual das unidades da Secretaria Judiciária, atuando na busca de melhorias de dados estatísticos referentes aos feitos originários e recursais do TRE/PI

AÇÃO: Gestão Judiciária no 2º Grau	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
RESULTADOS e IMPACTOS A SEREM ALCANÇADOS:	Propiciar a otimização da gestão processual judiciária no 2º grau e reduzir as inconsistências de dados entre o Pje e os sistemas de controles processuais, quando o núcleo for implantado.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Cumprimento de Sentença

Esta ação foi cumprida com a proposta de portaria inserta no processo SEI N.º 11838-54.2021.6.18.8000, onde se apresentou um novo procedimento a ser aplicado aos processos em fase de execução cível.

AÇÃO: Cumprimento de Sentença	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida propiciando a celeridade dos processos em fase de execução e reduzindo o lapso temporal entre a autuação dos processos que necessitem de execução e sua baixa. Portaria Conjunta TRE/PI N.º 15/2021. SEI n.º 11838-54.2021.6.18.8000

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Divulgar Mensalmente a Produtividade dos Membros da Corte

Impende registrar o cumprimento integral da ação em referência, tendo-se em conta que a Secretaria Judiciária publicou, na página eletrônica do TRE/PI, a quantidade de processos autuados/distribuídos e as respectivas decisões colegiadas e monocráticas proferidas pelos Juízes que compõem esse Egrégio Regional, proporcionando a transparência na prestação jurisdicional e atuação de controle dos processos ainda pendentes de julgamento.

Divulgar Mensalmente a Produtividade dos Membros da Corte

AÇÃO: Divulgar a produtividade dos membros do TRE/PI	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida mensalmente com a disponibilização da prestação jurisdicional nas páginas eletrônicas do TRE/PI (internet), de modo a proporcionar a exigida transparência na tramitação das demandas eleitorais autuadas nesse Egrégio Regional.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Controlar o Andamento Processual dos Feitos Judiciais em Tramitação no TRE/PI

O efetivo e diário controle do andamento processual dos feitos judiciais e administrativos autuados na Secretaria Judiciária deste Egrégio Tribunal evitou nulidades processuais com o condão de retardar o andamento dos processos, cumprindo desse modo a atribuição de proporcionar a regular tramitação e celeridade nos processos eleitorais.

Controlar o Andamento Processual dos Feitos Judiciais e Administrativos em Tramitação no TRE/PI

AÇÃO: Controlar efetivamente o andamento processual dos feitos em tramitação no TRE/PI	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida diariamente pela unidade, por controle interno, de modo que o efetivo controle dessa atividade evitou retrabalho e atraso na tramitação dos processos judiciais e administrativos em tramitação no TRE/PI, observando, com isso, a celeridade da prestação jurisdicional, que é princípio basililar desta Justiça Especializada.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Otimização de Relatórios Estatísticos

A sociedade requer transparência e comunicação dos órgãos públicos e, para isto, foram criados controles que se tornaram obrigatórios e regulares, tais como os insertos na Resolução CNJ n.º 76/2009, que trata dos relatórios estatísticos do judiciário.

A Secretaria Judiciária é a unidade responsável pela elaboração, controle e divulgação de dados estatísticos referentes ao movimento processual de competência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, extraindo estes dados do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP e do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE. Estes relatórios exigiram um aprimoramento provocando uma base de consulta complementar para fins de conferência de dados disponibilizados nos sistemas de processamento e medição de indicadores e metas estabelecidos pelo Conselho nacional de Justiça

Otimização de Relatórios Estatísticos

AÇÃO: Otimização de Relatórios Estatísticos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional e Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
RESULTADOS e IMPACTOS ALCANÇADOS:	Ação cumprida com a reformulação de controles internos e reuniões de esclarecimentos e treinamentos para servidores responsáveis pelo controle de dados respectivos

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Gestão de Processos no SADP/PJE

A ação proposta visa atender demanda da própria administração deste Egrégio Tribunal, que reclama relatórios mais consistentes com a atividade judicial desta corte, aliada ao compromisso com as metas estratégicas definidas pela instituição, a exigir redução dos tempos de espera e tramitação dos processos autuados no TRE/PI.

Desse modo, essa ação tem por escopo mapear os processos com deficiência de registros nos sistemas SADP e PJe

Gestão Cartorária

AÇÃO: Gestão Cartorária	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS ALCANÇADOS	Ação parcialmente cumprida com o levantamento de processos com registros deficientes ou ausentes nos sistemas SADP/PJe, análise das providências a serem realizadas para saneamento devido, comunicação às partes interessadas e efetiva operação nos sistemas.

Fonte: Secretaria Judiciária

Ação de Migração de Processos Físicos

A ação proposta visa atender demanda do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e do próprio Tribunal Regional Eleitoral do Piauí objetivando a tramitação de todos os processos sob a forma eletrônica, para aperfeiçoar o acesso aos feitos eleitorais e a transparência destes.

Desse modo, essa ação teve por escopo migrar os processos físicos que tramitavam no SADP para o PJe

AÇÃO: Migração de Processos Físicos	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
RESULTADOS ALCANÇADOS	Ação cumprida com a migração dos processos ainda em fase de tramitação neste tribunal para o PJe, com a consequente digitalização integral dos autos físicos e operação nos sistemas respectivos.

4. Resultados e conclusões na gestão dos processos organizacionais da SECADP

A SECADP planejou, monitorou e executou projetos e ações, de janeiro de 2020 a dezembro de 2021 que efetivamente garantissem a celeridade e transparência nos trâmites judiciais, observando-se sempre, no cumprimento de suas atribuições, a regularidade da tramitação processual nos moldes exigidos pela legislação eleitoral pertinente.

Um dos maiores desafios do projeto de Registro de Candidatura 2020 foi realizar, de forma inédita, o treinamento das zonas eleitorais, partidos e advogados sob forma de videoconferência, posto que a capacitação envolve legislação e quatro sistemas (CANDex PARTIDOS, CANDex JE, PJe e CAND), considerando-se que diversos servidores lotados nas zonas eleitorais ainda não utilizaram a maioria dos sistemas eleitorais utilizados no processo eleitoral e considerando, principalmente, que o sistema CAND configura-se na base de dados para as eleições.

O treinamento foi realizado com sucesso e o novo desafio foi a realização de uma "LIVE" dirigida para todos os partidos políticos do Piauí e advogados, sobre o sistema CANDEX, em substituição ao treinamento de responsabilidade das zonas eleitorais.

Um novo desafio que se apresentou foi um curso dos sistemas eleitorais e sistemas afins (CANDEX - CAND - CANDEX JE - PJe - HE) tendo como público alvo os juízes eleitorais e ministério público eleitoral. A unidade foi demandada pelo juiz auxiliar da presidência e o curso foi ministrado por videoconferência nos dias 10 e 11 de setembro.

Ressalte-se que os principais desafios enfrentados por essa unidade no exercício de 2021 se detiveram na migração de processos físicos para o sistema PJe, dada a inúmeras tarefas previamente realizadas no sistema SADP para tornar o feito apto à migração exigida, além das digitalizações de todos os processos, na otimização de relatórios estatísticos para um efetivo acompanhamento da movimentação processual, posto que o PJe não possibilita a extração de nenhum relatório, aliado ao fato da participação desta unidade no grupo de demandas do Conselho Nacional de Justiça, atuando na consulta e execução de adaptação de sistema no quesito da prestação jurisdicional.

Nesse contexto, a esta unidade considera positiva sua atuação no período de referência do presente documento, ao passo que contribuiu para agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos autuados no TRE/PI, sejam originários ou recursais; para o aperfeiçoamento do processo eleitoral e para o aprimoramento da comunicação com o público interno e externo, inclusive com a utilização da ferramenta Balcão Virtual.

Registre-se, por fim, que essa Unidade apresentou à Administração Superior Projeto de Registro de Candidatura que comporá o Programa Eleições 2022, bem como participou de diversas reuniões de planejamento e *workshop* de planejamento estratégico, visando auxiliar positivamente nas tarefas realizadas por essa Casa de Justiça.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Projeto - Termo de Abertura (TAP) Nº 3 - TRE/PRESI/DG/SJ/CORPAD/SECADP

TERMO DE ABERTURA DO PROJETO

REGISTRO DE CANDIDATURA - 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA	UNIDADE SOLICITANTE

1 - Identificação do Projeto

NOME DO PROJETO	PATROCINADOR	PREVISÃO DE INÍCIO	
REGISTRO DE CANDIDATURA - 2022	SJ/CORPAD	14.01.2022	
CLIENTES			
Secretaria Judiciária, Zonas Eleitorais, Partidos Políticos, Candidatos, Magistrados Eleitorais, Ministério Público Eleitoral			
PROGRAMA VINCULADO			
ELEIÇÕES 2022			
LÍDER DO PROJETO	LOTAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Carmen Lucia Castelo Branco Rocha Campelo	SJ/CORPAD/SECADP	carmen.campelo@tre-pi.jus.br	9712

2 - Visão Geral do Projeto**2.1 - Justificativa do Projeto**

As eleições estaduais e federais se realizarão no ano de 2022, o que resultará em uma maior demanda de feitos eleitorais neste tribunal.

A legislação e os sistemas eleitorais são adaptados para cada pleito, exigindo ações de preparo da Secretaria Judiciária e equipe de apoio para que se ofereça um servi eficiente, além de preparo dos partidos políticos e advogados para a utilização dos sistemas de candidatura externos e o processo Judicial Eletrônico.

Este projeto é derivado de demanda da alta administração deste Tribunal, em virtude do Projeto Eleições/2022.

2.2 - Resultados Esperados

Imprimir celeridade aos trâmites processuais dos feitos relacionados a registro de candidatura e minorar erros CANDEX referentes às Eleições 2022.
Rotinas dos procedimentos cartorários facilitadas, possibilitando maior celeridade e eficiência, na execução dos feitos eleitorais.
Definição de metodologias facilitadoras do desempenho dos servidores da Secretaria Judiciária e equipe de apoio.

3 - Lista de Marcos

MARCO	DATA	CUSTO ESTIMADO (R\$)	ÁREA RESPONSÁVEL
Mapeamento das demandas da Secretaria Judiciária	28.02.2022	0,00	CORPAD
Revisão e eleição de Rotinas Cartorárias	31.03.2022	0,00	CORPAD
Capacitação dos servidores que atuarão na Secretaria Judiciária	30.06.2022	0,00	CORPAD/SECADP
Apresentação do Sistema de Candidatura Módulo Externo - CANDex aos partidos políticos com treinamento de seus representantes	04.08.2022	0,00	CORPAD/SECADP
Capacitação de advogados	04.08.2022	0,00	CORPAD/SECADP
Processamento dos Registros de Candidatura e demais processos derivados	19.12.2022	0,00	CORPAD/SECADP
Julgamento dos Registros de Candidatura	09.10.2022	0,00	COSAP

4 - Equipe do Projeto

NOME	ÁREA	TELEFONE	E-MAIL
Edmar Holanda Luz	SECRETARIO JUDICIARIO	9814	sj@tre-pi.jus.br
Deborah Tajra Fonteles	COORDENADORA - CORPAD	9893	corpad@tre-pi.jus.br
Carmen Lucia C. B. R. Campelo	SECADP	9712	secadp@tre-pi.jus.br
Walter Schel Raposo	COORDENADOR - COSAP	9895	cosap@tre-pi.jus.br
Lara Nobre Tupinambá	SECADP	9891	secadp@tre-pi.jus.br

5 - Riscos Preliminares

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPOSTA AO RISCO
-------	---------------	---------	-------------------

Servidores sem conhecimento do PJe	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio (X) 3 - Alto () 4 - Muito alto	Treinamento do servidor em curso disponibilizado eletronicamente e presencialmente
Servidores sem conhecimento do sistema de candidatura	() 1 - Baixa (X) 2 - Média () 3 - Alta () 4 - Muito alta	() 1 - Baixo () 2 - Médio () 3 - Alto (X) 4 - Muito alto	participação do servidor em simulado do sistema respectivo e participação em treinamento interno

6 – Trâmite de Aprovação do Termo de Abertura do Projeto

AÇÃO	ÁREA	DATA	ASSINATURA
Elaboração	SJ/CORPAD/SECADP	14/01/2022	Assinatura Eletrônica SEI
Validação	SJ		Assinatura Eletrônica SEI
Aprovação			Assinatura Eletrônica SEI

Em 13 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Carmen Lucia Castelo Branco Rocha Campelo**, **Analista Judiciário**, em 14/01/2022, às 11:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jacob Alves Pessoa Junior**, **Secretário Judiciário Substituto**, em 14/01/2022, às 11:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1419441** e o código CRC **0405ACEE**.

Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos Institucionais

0016645-20.2021.6.18.8000

1419441v11

Criado por [carmen.campelo](#), versão 11 por [carmen.campelo](#) em 14/01/2022 11:26:04.

Seção de Gerenciamento de Dados Partidários

Atividades desenvolvidas pela Seção de Gerenciamento de Dados Partidários – SEGDP:

I. Carteira de Projetos:

Neste interin, a Seção de Gerenciamento de Dados Partidários/SEGDP, promoveu durante o ano de 2021, estudos e, pôs em prática/produção, o Sistema de Distribuição de Mídias, juntamente com apoio da Secretaria Judiciária/TI, projeto este transformado que levava o mesmo nome, cujo os objetivos transfiguram as determinações contidas na Lei nº 14.291/22, retiradas do papel e postas em forma sistema eletrônico, cujo objetivos e justificativas primordiais são:

I.I. Da Justificativa:

A viabilidade e conveniência da utilização mecanizada de programa que possa ser operacionalizado de forma a eliminar erros ou duplicações de distribuição de mídias entre os Partidos Políticos, quando das suas inserções de propagandas partidárias / ano a ano.

I.II. Do Objetivo:

Prestação de serviço de coletividade, através de disponibilização de programa/similar projetado em sintonia desta Seção de Gerenciamento de Dados Partidários e a STI-TRE/PI, conforme especificações técnicas a serem definidas.

É de suma importância deixar claro que referido **sistema de distribuição de mídia/PD MÍDIA** (clique aqui: <http://pdmidia.tre-pi.gov.br/>), trata-se de um módulo sistemático de inserções de propagandas político-partidárias, quase que totalmente automatizado e, **como dito, genuinamente produzido neste Tribunal Regional Eleitoral/PI-SJ/CORPAD/SEGDP**, onde pelos seus pré-resultados, aqui, já testados nesta Especializada, serviram de alerta para aquisição de cópia, aos demais Tribunais Regionais Eleitorais, como também ao Tribunal Superior Eleitoral (SEIs nºs 64-90.2022, 590-57.2022, etc) - oito ao total, até a presente data.

Nesse norte, Senhor Diretor, é com imensa satisfação que esta seção de gerenciamento de dados partidários/SEGDP, neste item (Carteira de projetos), cumprindo a sua missão e, atenta às suas competências dispostas no art. 38, do Regimento Interno da Secretaria deste TRE/PI, faz a entrega, tempestiva (2021) deste multicitado programa de divisão de inserções partidárias/PD-MÍDIA-TRE/PI a este Tribunal Regional Eleitoral/PI, para fazer uso a partir do ano de 2022, conforme determina a Lei nº 14.291/22.

II. Sistema de Gerenciamento de Dados Partidários/SEGDP:

(Obs: Dados colhidos até 31/12/2011)

II-I. Quantidade de Órgãos Partidários Definitivos registrados no Estado do Piauí/Estadual: **15 (quinze);**

II-II. Quantidade de Órgãos Partidários Provisórios registrados no Estado do Piauí/Estadual: **13 (treze);**

II.III. Total de Órgãos Partidários: **28 (vinte e oito).**

II-IV. Quantidade de Órgãos Partidários Definitivos registrados no Estado do Piauí/Municipal: **555 (Quinhentos e cinquenta e cinco);**

II-V. Quantidade de Órgãos Partidários Provisórios registrados no Estado do Piauí/Municipal: **698 (seiscentos e noventa e oito);**

II-VI. Quantidade de Órgãos Partidários Definitivos registrados no Estado do Piauí/Municipal: **1 (um);**

II-VII. Total: de Órgãos Partidários (Estadual + Municipal): **1.254 (Um mil duzentos e cinquenta e quatro).**

II-VIII. Quantidade de Órgãos Suspensos, por não apresentação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ: **215 (Duzentos e quinze).**

III- Sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informação):

(Obs: Dados colhidos até 31/12/2011)

III-I. Quantidade de Processos Gerados/SEGDP: **209 (Duzentos e nove);**

III-II. Quantidade de Processos Gerados/SEGDP: **461 (Quatrocentos e sessenta e um);**

III-IV. Quantidade Total: **670 (seiscentos e setenta).**

IV- Sistema de Apoio de Partido em Formação/SAPF:

(Obs: Dados colhidos até 31/12/2011)

IV-I. Quantidade de Partidos em Formação/Brasil: **99 (noventa e nove);**

IV-II. Quantidade de Partidos em Formação/Piauí: **18 (dezoito);**

IV.III. Total: 117 (cento e dezessete).

V- Sistema FILIA (Filiação Partidária) - SEI nº 10.381-84.2021:

(Obs: Dados colhidos até 31/12/2011)

V.I4- I. Quantidade de levantamentos de filiações partidárias de policiais militares **consultados e certificados** um a um, nesta Seção/SEGDP, por solicitação da Presidência deste Tribunal Regional Eleitoral/Ministério Público: **5.452 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois filiações/policiais).**

VI.- Sistema de Acompanhamento de Processos e Documentos (SADP):

(Obs: Dados colhidos até 31/12/2011)

VII. Quantidade de treinamentos presenciais e à distância realizados por esta Seção de Gerenciamento de Dados Partidários/SEGDP, NO ANO DE 2021

VII.I. Um presencial - abril de 2021 - treinamento de novos servidores;

VI.II. Outro à distância: Dezembro de 2021 - Sistema de Filiação Partidária/FILIA - Todos os Chefes de Cartório e Terceirizados..

VIII- Quantidade de Processo que tramitaram no setor em 2021: 9 (nove).

Segue, em anexo, gráficos afetos aos quantitativos acima abordados e outros dados.

SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS/SEGP

SISTEMA SEI - ESTATÍSTICAS

PROCESSOS GERADOS: 209

PROCESSOS QUE TRAMITARAM: 461

Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno

Processos gerados no período:

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Administração Geral - Contratação											3		3
Administração geral - Gestão das unidades												1	1
Administração geral - Gestão de contratos		1				1					3		5
Administração geral - Políticas e normas		4	1		2	1			2		1	1	12
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	9	15	16	11	18	18	18	22	16	13	13	6	175
Pessoal - Assentamento funcional						2	1						3
Pessoal - Diárias e passagens										1			1
Pessoal - Frequência						1			1			1	3
Pessoal - Férias					1				1				2
Pessoal - Labor Além Jornada										2			2
Tecnologia da Informação - Políticas e normas			1						1				2
TOTAL:	9	20	18	11	21	23	19	22	21	16	20	9	209

Ocultar Gráfico

Processos gerados no período (SEGP / TRE-PI)



Processos com tramitação no período:

Tipo	Quantidade
Administração Geral - Contratação	3
Administração geral - Auditoria e Sindicância	1
Administração geral - Certificados Digitais	2
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas	1
Administração geral - Eventos e solenidades	5
Administração geral - Gestão das unidades	16
Administração geral - Gestão de contratos	6
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	2
Administração geral - Políticas e normas	91
Administração geral - Sustentabilidade	1
Corregedoria Eleitoral - Filiação Partidária	1
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	1
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	5
Eleições - Logística	1
Eleições - Partido Político	11
Eleições - Políticas e normas	7
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	180
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	1
Gestão da informação - Políticas e normas	33
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	2
Orçamento e finanças - Políticas e normas	1
Orçamento e finanças - Prestação de contas	1



Partido	Comissão Executiva		�rg�o Definitivo					Comissão Provisória				Comissão Interventora		Total Geral
	Nacional		Nacional	Estadual	Municipal	Regional	Zonal	Estadual	Municipal	Regional	Zonal	Estadual	Municipal	
CIDADANIA	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
DEM	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MDB	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
NOVO	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PATRIOTA	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PCDOB	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PCO	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PDT	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PL	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PMN	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PODE	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PP	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PROS	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PSB	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PSC	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PSD	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PSDB	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PSL	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PSOL	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PSTU	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PT	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PTB	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PTC	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PV	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
REDE	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
REPUBLICANOS	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SOLIDARIEDADE	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UP	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total geral	0		0	15	0	0	0	0	13	0	0	0	0	28

Relatório - Quantitativo de  rg os Partidários Piaul/2021

Gestão da informação - Políticas e normas	31
Orçamento e finanças - Políticas e normas	1
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO	2
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO	1
Pessoal - Assentamento funcional	5
Pessoal - Concurso	1
Pessoal - Diárias e passagens	2
Pessoal - Frequência	19
Pessoal - Férias	2
Pessoal - Labor Além Jornada	4
Pessoal - Magistrados	5
Pessoal - Políticas e normas	2
Pessoal - Requisição e cessão de servidor	2
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento	2
Planejamento - Estatística	1
Planejamento - Estratégico	1
Planejamento - Metas do Poder Judiciário	1
Planejamento - Sustentabilidade	1
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	2
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	5
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	2
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	2
Zona Eleitoral - Desfiliação Partidária	1
Zona Eleitoral - Direitos Políticos (DP)	1
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	1
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	4
TOTAL:	381

▲ Ocultar Gráfico

Processos com andamento fechado na unidade ao final do período (SEGDP / TRE-PI)



Processos com andamento aberto na unidade ao final do período:

Tipo	Quantidade
Administração Geral - Contratação	3
Administração geral - Certificados Digitais	1
Administração geral - Gestão das unidades	10
Administração geral - Gestão de contratos	2
Administração geral - Políticas e normas	27
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	1
Eleições - Partido Político	6
Eleições - Políticas e normas	2
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	2
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	1
Gestão da informação - Políticas e normas	2
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	2
Orçamento e finanças - Prestação de contas	1
Pessoal - Assentamento funcional	4
Pessoal - Frequência	1

Pessoal - Férias	1
Pessoal - Labor Além Jornada	2
Pessoal - Políticas e normas	1
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	2
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	3
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	5
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços	1
TOTAL:	80

▲ Ocultar Gráfico

Processos com andamento aberto na unidade ao final do período (SEGDP / TRE-PI)



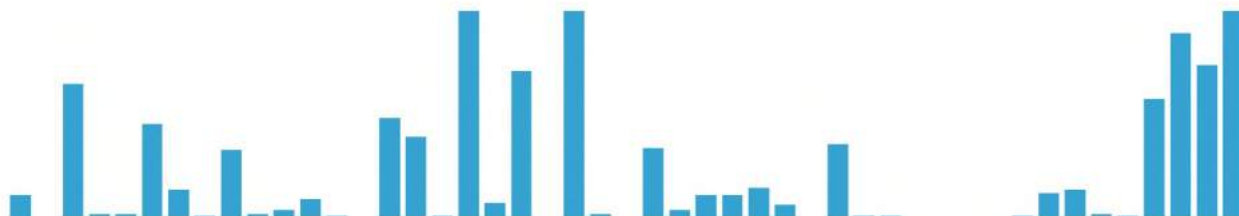
Tempos médios de tramitação no período:

Tipo	Tempo Médio
Administração Geral - Contratação	38d 10h 42m 43s
Administração geral - Auditoria e Sindicância	10h 11m 51s
Administração geral - Certificados Digitais	225d 10h 57m 55s
Administração geral - Estudos, levantamentos e pesquisas	6d 20h 53m 36s
Administração geral - Eventos e solenidades	4d 19h 15m 29s
Administração geral - Gestão das unidades	158d 1h 19m 6s
Administração geral - Gestão de contratos	47d 17h 50m 40s
Administração geral - Planejamento e Avaliação das atividades	3d 20h 20m 2s
Administração geral - Políticas e normas	114d 17h 20m 23s
Administração geral - Sustentabilidade	7d 22h 6m 29s
Corregedoria Eleitoral - Filiação Partidária	12d 21h 24m 49s
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	30d 20h 58m 29s
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	3d 12h 43m 33s
Eleições - Logística	1h 13m 36s
Eleições - Partido Político	166d 20h 9m 38s
Eleições - Políticas e normas	136d 13h 19m 9s
Gestão da informação - Controle da produção de documentos	4d 18h 3m 51s
Gestão da informação - Controle da tramitação de documentos	349d 12h 23m 52s
Gestão da informação - Políticas e normas	26d 10h 46m 21s
Material e patrimônio - Administração de patrimônio	249d 7h 27m 37s
Orçamento e finanças - Políticas e normas	23h 54m 18s
Orçamento e finanças - Prestação de contas	349d 12h 23m 52s
Ouvidoria - ACESSO À INFORMAÇÃO	6d 23h 57m 5s
Ouvidoria - RECLAMAÇÃO	1h 45m 5s
Pessoal - Assentamento funcional	116d 14h 35m 23s
Pessoal - Concurso	12d 20h 21m 36s
Pessoal - Diárias e passagens	37d 17h 17m 57s
Pessoal - Frequência	37d 18h 4m 26s
Pessoal - Férias	49d 11h 58m 8s
Pessoal - Labor Além Jornada	21d 15h 11m 33s
Pessoal - Magistrados	17h 41m 33s
Pessoal - Políticas e normas	122d 16h 1m 19s
Pessoal - Requisição e cessão de servidor	3d 23h 22m 33s
Pessoal - Treinamento de capacitação e desenvolvimento	2d 16h 23m 1s

Planejamento - Estatística	1d 4h 49m 20s
Planejamento - Estratégico	12h 33m 30s
Planejamento - Metas do Poder Judiciário	21h 55m 40s
Planejamento - Sustentabilidade	8h 15m 41s
SOLICITAÇÕES DIVERSAS	2d 20h 37m 51s
Tecnologia da Informação - Infraestrutura	42d 9h 6m 20s
Tecnologia da Informação - Políticas e normas	46d 21h 19m 21s
Tecnologia da Informação - Sistemas corporativos	6d 7h 56m 35s
Zona Eleitoral - Desfiliação Partidária	4d 18h 20m 30s
Zona Eleitoral - Direitos Políticos (DP)	200d 8h 43m 32s
Zona Eleitoral - Pedido de Providência (PP)	312d 5h 29m 30s
Zona Eleitoral - Políticas e Normas	257d 16h 22m 16s
Zona Eleitoral - Solicitação de Serviços	349d 12h 23m 52s
GERAL:	76d 3h 27m 15s

▲ Ocultar Gráfico

Tempos médios de tramitação no período (SEGDP / TRE-PI)

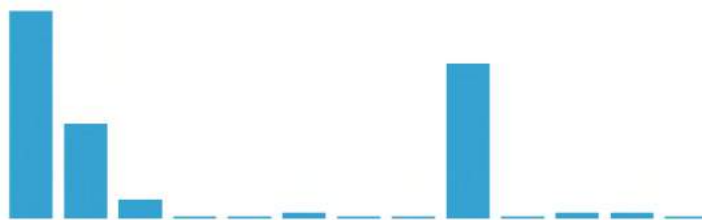


Documentos gerados no período:

Tipo	2021												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Certidão	11	15	14	9	16	16	12	21	18	11	15	6	164
Despacho	3		7	10	9	5	5	6	6	8	13	2	74
E-mail	1		1		1	1	2	2	4		1	2	15
Formulário Falta de Registro de Ponto - ANEXO III									1	1			2
Formulário Labor Além-Jornada										2			2
Formulário Prestação de Contas de Viagem a Serviço										1	3		4
Formulário de Alteração e Remarcação de Férias					1				1				2
Formulário de Autorização de Acesso - IRPF						1							1
Informação	5	7	2	4	9	10	21	12	13	11	16	12	122
Ofício-Circular								1					1
Requerimento					2			1				1	4
Termo de Compromisso - Trabalho Remoto		2	1			1			1				5
Termo de Desistência - Trabalho Presencial		1											1
TOTAL:	20	25	25	23	38	34	40	43	44	34	48	23	397

▲ Ocultar Gráfico

Documentos gerados no período (SEGDP / TRE-PI)



Documentos externos no período:

Tipo	2021												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Anexo						1				3			4
Atestado					1								1
Ato						1							1
Certidão								2	9		1	2	14
Certificado Ext						2							2
Declaração							1						1
Documentos Pessoais										1			1
E-mail								1	1				2
Informação												2	2
Lei											1		1
Memorando	9	15	15	11	17	18	17	22	16	13	13	6	172
Normativos											2		2
Ofício		2			1		1					1	5
Planilha						1		3					4
Portaria Presidência												1	1
Relatório			1			14	2		11	1	2	3	34
Requerimento						1				1	1		3
Solicitação											1	1	2
TOTAL:	9	17	16	11	19	38	21	28	37	19	21	16	252

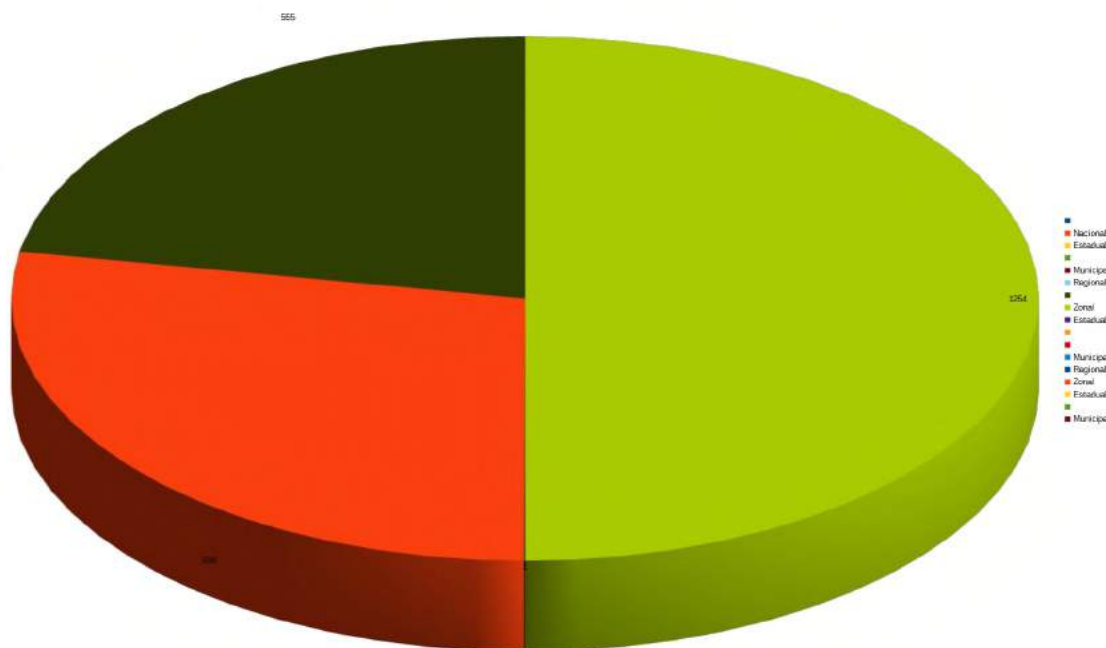
Documentos externos no período (SEGDP / TRE-PI)





Partido	Comissão Executiva		Órgão Definitivo				Comissão Provisória				Comissão Interventora		Total Geral
	Nacional	Nacional	Estadual	Municipal	Regional	Zonal	Estadual	Municipal	Regional	Zonal	Estadual	Municipal	
AVANTE	0	0	0	6	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CIDADANIA	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
DC	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
DEM	0	0	0	11	0	0	0	46	0	0	0	0	57
MDB	0	0	0	111	0	0	0	0	0	0	0	0	111
PATRIOTA	0	0	0	6	0	0	0	6	0	0	0	0	6
PCE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PCDOB	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	29
PCO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PDT	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	29
PL	0	0	0	0	0	0	0	115	0	0	0	0	115
PMB	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
PMN	0	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0	1	39
PODC	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	30
PP	0	0	0	0	0	0	0	180	0	0	0	0	180
PROS	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	0	0	18
PSE	0	0	0	35	0	0	0	20	0	0	0	0	55
PSC	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
PSD	0	0	0	69	0	0	0	17	0	0	0	0	86
PSDB	0	0	0	41	0	0	0	1	0	0	0	0	42
PSL	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9
PSOL	0	0	0	2	0	0	0	11	0	0	0	0	13
PSTU	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PT	0	0	0	180	0	0	0	0	0	0	0	0	180
PTB	0	0	0	11	0	0	0	94	0	0	0	0	66
PTC	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	3
PV	0	0	0	7	0	0	0	16	0	0	0	0	23
REDE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
REPUBLICANOS	0	0	0	4	0	0	0	99	0	0	0	0	103
SOLIDARIEDADE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
UP	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total geral	0	0	0	929	0	0	0	698	0	0	0	1	1254

Quantitativo de Órgãos Partidários Municipais - 2021



Partido	Tipo do Órgão	Data Início Vigência	Data Fim Vigência	Situação	Nome do representante	Cargo	Endereço	Bairro	Município	CEP	Telefone
CIDADANIA	Órgão provisório	02/12/2021	02/06/2022	Anulado;	MARIO ROGERIO DA COSTA SOARES	PRESIDENTE	AVENIDA HIGINO CUNHA	MONTE CASTELO	TERESINA	64014220	(86) 99956-7276
CIDADANIA	Órgão provisório	02/12/2021	02/06/2022	Anulado;	OCIVAM NUNES DO BOMFIM	GERAL	AVENIDA HIGINO CUNHA	MONTE CASTELO	TERESINA	64014220	(86) 99956-7276
DEM	Órgão definitivo	26/04/2019	26/04/2022	Anulado;	RONNEY WELLINGTON MARQUES LUSTOSA	PRESIDENTE	RUA COELHO RODRIGUES, 1999	CENTRO	TERESINA	60000880	(86) 3085-5211
MOB	Órgão definitivo	30/06/2019	30/06/2022	Anulado;	RONCELO COSTA E CASTRO	PRESIDENTE	RUA DOUTOR WLADIMIR REGO MONTEIRO Nº 1171	SÃO JOÃO	TERESINA	64006640	(86) 3216-1515
NOVO	Órgão definitivo	24/01/2020	23/01/2022	Anulado;	ALFREDO ENNES FONSECA FILHO	PRESIDENTE	AVENIDA ELIAS JOÃO TAJARA, 1717	FÁTIMA	TERESINA	64049395	(11) 4710-3030 / (11) 3171-5088
NOVO	Órgão definitivo	24/01/2020	23/01/2022	Anulado;	WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA	PRESIDENTE	AVENIDA ELIAS JOÃO TAJARA, 1717	FÁTIMA	TERESINA	64049395	(11) 4710-3030 / (11) 3171-5088
PATRIOTA	Órgão provisório	27/03/2020	01/03/2022	Anulado;	DIEGO GOMES MELO	PRESIDENTE	rua coelho rodriques, 1999, 4º andar	centro	TERESINA	60000680	(86) 3223-1071
PCDOB	Órgão definitivo	24/11/2021	24/11/2023	Anulado;	JOSÉ CARVALHO RUFINO	PRESIDENTE (A)	RUA AREOLINO DE ABRÉU, 1949	CENTRO	TERESINA	64000180	(86) 99496-3806 / (86) 3215-8819 / (86) 99590-4834
PCDOB	Órgão definitivo	24/11/2021	24/11/2023	Anulado;	TERESA CRISTINA MATOS ESTEVES	SECRETÁRIO GERAL	RUA AREOLINO DE ABRÉU, 1949	CENTRO	TERESINA	64000180	(86) 99496-3806 / (86) 3215-8819 / (86) 99590-4834
PCO	Órgão definitivo	04/07/2018	Indeterminada	Restabelecido por decisão judicial;	MARIA DE LOURDES MELO	PRESIDENTE	CONJ BELA VISTA, QUADRA 19, CASA 5	BELA VISTA	TERESINA	64030050	(11) 95456-9764
PCO	Órgão definitivo	04/07/2018	Indeterminada	Restabelecido por decisão judicial;	REMYTO FARAC GALATA	TESOUREIRO	CONJ BELA VISTA, QUADRA 19, CASA 5	BELA VISTA	TERESINA	64030050	(11) 95456-9764
PDT	Órgão provisório	26/10/2021	26/04/2022	Anulado;	EVANDRO TAJARA HIDD FILHO	PRESIDENTE ESTADUAL	RUA OLAVO BLAC, 2.655	FREI SERAFIM	TERESINA	64001580	
PDT	Órgão provisório	26/10/2021	26/04/2022	Anulado;	RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS	TESOUREIR	RUA OLAVO BLAC, 2.655	FREI SERAFIM	TERESINA	64001580	
PL	Órgão provisório	11/02/2020	10/02/2022	Anulado;	FABIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE	PRESIDENTE	Rua Sete de Setembro, 226	CENTRO	TERESINA	64000210	(86) 99402-7772 / (86)
PMN	Órgão provisório	13/08/2020	31/01/2022	Anulado;	RAVENNA DE CASTRO LIMA AZEVEDO	PRESIDENTE	RUA DOWINGOS MOURÃO, 482	SÃO JOÃO	TERESINA	64046430	(86) 99440-7588 / (86) 3231-1692
PODE	Órgão provisório	13/12/2021	31/12/2022	Anulado;	EGIDIO ISMAEL DE OLIVEIRA	PRESIDENTE	AV. RAUL LOPES, 880 - SALA 408 - ED. POTY PREMIER	JOCKEY	TERESINA	64048095	(86) 99927-8899 / (86)
PODE	Órgão provisório	13/12/2021	31/12/2022	Anulado;	LANDERSON MOURA FERNANDES DE	SECRETÁRIO GERAL	AV. RAUL LOPES, 880 - SALA 408 - ED. POTY PREMIER	JOCKEY	TERESINA	64048065	(86) 99927-8899 / (86) 9886-4330
PP	Órgão definitivo	25/03/2013	28/09/2022	Anulado;	ALESSANDRO COSTA DE SOUSA LUSTOSA,	SECRETÁRIO GERAL	RUA ANTONIO CHAVES 1975	DOS NOIVOS	TERESINA	64045340	(86) 3221-6654 / (86)
PP	Órgão definitivo	25/03/2013	28/09/2022	Anulado;	JULIO FERRAZ ARCOVERDE	PRESIDENTE	RUA ANTONIO CHAVES 1975	DOS NOIVOS	TERESINA	64045340	(86) 3221-6654 / (86)
PROS	Órgão provisório	02/03/2021	06/06/2022	Anulado;	FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES SILVA	SECRETÁRIO GERAL	AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO Nº 1002	ILHOTAS	TERESINA	64014058	(86) 99441-2381
PROS	Órgão provisório	02/03/2021	06/06/2022	Anulado;	MARILENE LUZ AGUIAR HOLANDA	PRESIDENTE	AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO Nº 1002	ILHOTAS	TERESINA	64014058	(86) 99441-2381
PSB	Órgão definitivo	01/12/2021	31/09/2022	Anulado;	WILSON NUNES MARTINS	PRESIDENTE	RUA FELIX FACHECO Nº 1333	CENTRO	TERESINA	64001160	(86) 3221-7677
PSC	Órgão provisório	16/06/2021	10/12/2027	Anulado;	GESSY KARLA LIMA BORGES FONSECA	PRESIDENTE	RUA RIO GRANDE DO SUL, 102	ILHOTA	TERESINA	64001550	(21) 2220-1919
PSD	Órgão definitivo	17/06/2019	15/06/2022	Anulado;	JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA	PRESIDENTE	RUA ANTONIO TITO, 137-A	JOQUEI	TERESINA	64048290	(86) 3232-2223
PSDB	Órgão definitivo	04/05/2019	31/03/2022	Anulado;	LUCIANO NUNES SANTOS FILHO	PRESIDENTE	RUA: VATO GROSSO,280	CABRAL	TERESINA	64000710	(86) 3228-3199
PSL	Órgão provisório	05/09/2021	04/03/2022	Anulado;	LUIS ANDRE DE ARRUDA MONT ALVERNE	PRESIDENTE	AV. SENADOR AREA LEAO, TORRE 03, 2185, 1 ANDAR, SALA 110	SÃO CRISTOVAO	TERESINA	64051090	(86) 3217-3077 / (86) 96479-1537
PSOL	Órgão definitivo	01/10/2021	01/10/2023	Anulado;	EMERSON SAMUEL SANTOS ARAUJO	PRESIDENTE	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY,2680, TORRE GIRONA, APTO 601	PIÇARRÉIRA	TERESINA	64052335	(86) 99904-2493
PSOL	Órgão definitivo	01/10/2021	01/10/2023	Anulado;	IDELMAR GOMES CAVALCANTE JUNIOR	PRIMEIRO SECRETÁRIO GERAL	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY,2680, TORRE GIRONA, APTO 601	PIÇARRÉIRA	TERESINA	64052335	(86) 99904-2493
PSTU	Órgão definitivo	01/06/2020	01/06/2022	Anulado;	JOÃO GERVASIO DOS SANTOS NETO	PRESIDENTE	RUA DESEMBARGADOR FREITAS Nº 1849	CENTRO	TERESINA	64000240	(86) 9531-1544
PSTU	Órgão definitivo	01/06/2020	01/06/2022	Anulado;	SOLIMAR SILVA	TESOUREIR	RUA DESEMBARGADOR FREITAS Nº 1849	CENTRO	TERESINA	64000240	(86) 9531-1544
PT	Órgão definitivo	01/01/2020	31/12/2023	Anulado;	EDMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA	SECRETÁRIO (A) DE ORGANIZAÇ	RUA AREA LEÃO N°880	CENTRO	TERESINA	64000310	(86) 96876-4700 / (86) 3223-0019 / (86) 3221-0766
PT	Órgão definitivo	01/01/2020	31/12/2023	Anulado;	FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA	PRESIDENTE	RUA AREA LEÃO N°880	CENTRO	TERESINA	64000310	(86) 96876-4700 / (86) 3223-0019 / (86) 3221-0766
PT	Órgão definitivo	01/01/2020	31/12/2023	Anulado;	JOELSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	SECRETÁRIO (A) DE ORGANIZAÇ	RUA AREA LEÃO N°880	CENTRO	TERESINA	64000310	(86) 96876-4700 / (86) 3223-0019 / (86) 3221-0766
PTB	Órgão provisório	13/12/2019	11/01/2022	Anulado;	ANTONIO VENICIO DO O DE LIMA	PRESIDENTE	RUA GOVERNADOR TIBERIO NUNES, 570	ILHOTAS	TERESINA	64014050	(86) 3221-8824 / (86) 3221-5823
PTC	Órgão provisório	27/10/2021	27/04/2022	Anulado;	EDSON ALVES DE SOUZA	TESOUREIR O DA COMISSÃO DIRETORA PROVISORIA	POVOADO REGALO, S/N	REGALO	MONTE ALEGRE DO PIAUI	64940000	(61) 99667-7106
PTC	Órgão provisório	27/10/2021	27/04/2022	Anulado;	HELEN FOLHA DA SILVA	PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA PROVISORIA	POVOADO REGALO, S/N	REGALO	MONTE ALEGRE DO PIAUI	64940000	(61) 99667-7106
PV	Órgão definitivo	19/06/2021	19/06/2023	Anulado;	DEOCLICIANO GUEDES FERREIRA	SECRETÁRIO DE	RUA FERNANDO LOPES SOBRINHO, 4044	SANTA ISABEL	TERESINA	64053140	(86) 3233-8042 / (86) 3233-6491
PV	Órgão definitivo	19/06/2021	19/06/2023	Anulado;	ELIZANGELA NUNES SOUSA	SECRETÁRIO DE	RUA FERNANDO LOPES SOBRINHO, 4044	SANTA ISABEL	TERESINA	64053140	(86) 3233-8042 / (86) 3233-6491
PV	Órgão definitivo	19/06/2021	19/06/2023	Anulado;	JOSE ANTONIO DE SIQUEIRA BRITTO	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇ	RUA FERNANDO LOPES SOBRINHO, 4044	SANTA ISABEL	TERESINA	64053140	(86) 3233-8042 / (86) 3233-6491

COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO

Atividades executadas, no período de abril de 2020 a dezembro de 2021, pela **Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno - COSAP**, abrangendo a Seção de Acórdãos e Resoluções e a Seção de Taquigrafia:

Relatório – abril de 2020 a dezembro 2021 Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno Seção de Acórdãos e Resoluções Seção de Taquigrafia	
a. Atas elaboradas	214
a.1 Sessões administrativas extraordinárias	1
a.2 Sessões administrativas ordinárias	8
a.3 Sessões jurisdicionais extraordinárias	9
a.4 Sessões jurisdicionais ordinárias	184
a.5 Sessões solenes	12
b. Notas taquigráficas	381 horas de áudios degravados
b.1 Pedidos de notas taquigráficas - cliente interno	211
b.2 Pedidos de notas taquigráficas - cliente externo	13
b.3 Total de pedidos de notas taquigráficas	224
c. Processos julgados (dentre os distribuídos; decisões colegiadas) (c.1 + c.2)	1663
c.1. Competência originária	275
c.2. Competência recursal	1388
c.3. Processos apensos ou conexos	
d. Recursos julgados (das decisões da Corte e de seus Membros) (d.1 + d.2 + d.3)	159
d.1 Pedido de reconsideração	0
d.2 Embargos de declaração	143
d.3 Agravo regimental	16
d.4 Recurso (JEAUX)	0
e. Resoluções (e.1 + e.2)	46
e.1 Resoluções (oriundas de processos sem distribuição)	0
e.2 Resoluções (oriundas de processos distribuídos)	46
f. Outros (f.1 + f.2 + f.3)	0
f.1. Decisão em ação penal de recebimento da denúncia (acórdão)	0
f.2. Diversos I (sem acórdão)	0
f.3. Diversos II (com acórdão)	
g. Decisões proferidas (colegiadas) (c + d + e.1 + f) - c.3	1822
h. Acórdãos formatados (c + d + f.1. + f.3.) - c.3 - e.2.	1776

NOTAS (apenas dos itens que podem gerar dúvidas)
1. Este relatório contempla apenas as decisões colegiadas do TRE-PI.
2. O item c refere-se ao total de processos julgados pela Corte do TRE-PI, dentre os distribuídos, alcançando as decisões definitivas e terminativas.
3. O item e refere-se às resoluções aprovadas pelo Tribunal, que podem originar-se de processos com ou sem distribuição ou reapreciados. Essa distinção faz-se necessária porque todos os processos julgados pelo Tribunal, dentre os distribuídos, que gerem acórdão ou resolução, integram o cálculo do item c e este, por sua vez, integra o cálculo do item h . Assim, no cálculo do item h , subtrai-se o total do item e.2 .
4. O item f.1. compreende as decisões colegiadas em ação penal originária de recebimento de denúncia. Tais decisões não são computadas em processos julgados, mas integram o total de acórdãos formatados. Por sua vez, as decisões que põem termo à ação penal originária, em sede de preliminar ou de mérito, são computadas em processos julgados/competência originária (item c.1.) e, também, compõem o total de acórdãos formatados.
5. O item f.2. relaciona decisões colegiadas que não geram acórdão ou resolução nem se enquadram em nenhum outro item ou subitem, devendo ser computadas no item g , mas não devem integrar os itens c e h .
6. O item f.3. relaciona decisões colegiadas que geram acórdão, mas não se enquadram em nenhum outro item ou subitem, devendo ser computadas no item g e no item h , mas não devem integrar o item c .

2. Resultados e conclusões na gestão dos processos organizacionais da Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária planejou, monitorou e executou projetos e ações, de abril de 2020 a dezembro de 2021, que efetivamente garantissem a celeridade e transparência nos trâmites judiciais, a considerar a realização de eleições para a escolha de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em 224 (duzentos e vinte quatro) municípios do Piauí, observando-se sempre, no cumprimento de suas atribuições, a regularidade da tramitação processual nos moldes exigidos pela legislação eleitoral pertinente.

Para esse desiderato, houve a adoção de vários processos de trabalho que proporcionaram o alcance dos objetivos estratégicos delineados no Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral, do Programa Eleições 2020 e das diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, resultando excelência na qualidade das tarefas desenvolvidas com responsabilidade socioambiental e com aprimoramento da comunicação da Justiça Eleitoral com o público interno e externo e, por consequência, garantia da legitimidade do processo eleitoral.

Ressalte-se que os principais desafios enfrentados por essa unidade se detiveram ao processo eleitoral, especialmente, quanto ao monitoramento e execução do Projeto Gestão do Processo do Registro de Candidatura Eleições 2020, considerando que realizou-se certame em todos os municípios do Piauí, com aumento significativo da demanda processual, com sistemas e normas atualizados e adequados pelo Colendo TSE, que demandaram da Secretaria Judiciária e Zonas Eleitorais a realização de ações preventivas e de metodologias facilitadoras do desempenho de seus servidores, garantindo, dessa forma, a qualidade dos serviços prestados em relação ao registro de candidatura.

Registra-se, outrossim, como atividade de relevo desenvolvida pela Unidade, a implantação de melhorias no Processo Judicial Eletrônico – PJe, instituída por meio Resolução 348, de 22 de maio de 2017, como sistema informatizado de constituição e tramitação de processos no âmbito deste Regional, a instituição de sessões de julgamento por meio eletrônico (Resolução nº 380, de 17 de dezembro de 2019), e a instituição de sessões de julgamento por meio de videoconferência (Resolução nº 387, de 27 de março de 2020), visando garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa, além da efetiva transparência na tramitação e julgamento dos feitos autuados nesta Casa de Justiça Especializada.

Impende registrar que se alcançou o objetivo maior desse projeto, com a capacitação dos servidores, de representantes do Ministério Público Eleitoral, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Advocacia Geral da União e de Advogados, bem como a produção de manuais de acesso ao sistema e construção do Portal do PJe no sítio do TRE/PI com diversas funcionalidades à disposição da sociedade, atendendo-se os princípios da transparência e celeridade da prestação jurisdicional.

Registre-se ainda que, com a realização das eleições municipais em 2020, a Secretaria Judiciária esteve também responsável pela gestão e execução das ações Compêndio: Legislação Eleitoral e Partidária - Eleições 2020, Disque-Eleições 2020, Auditoria e Votação Paralela, Calendário Eleitoral Virtual – Eleições Municipais 2020 e Manuais e Folders – Eleições Municipais 2020, os quais proporcionaram, nas suas vias de atuação, produtos e serviços que levaram este Egrégio Tribunal a aperfeiçoar o processo eleitoral do referenciado pleito e a demonstrar o que deve ser aperfeiçoado para a realização de novas eleições.

Merece registro, outrossim, a maior aproximação da Secretaria Judiciária com os Gabinetes dos Juízes Membros da Corte e da Procuradoria Regional Eleitoral do Piauí, mediante a adoção de medidas que resultaram no fortalecimento da harmonia das relações e no aprimoramento do desempenho das atribuições das correspondentes Unidades, de modo que a tramitação e julgamento dos processos judiciais e administrativos em tramitação no TRE/PI fossem realizados com celeridade e ausentes de empecilho que gerassem nulidades processuais capazes de retardar a entrega da prestação jurisdicional.

Registre-se, ainda, a disponibilidade, no sítio eletrônico do TRE/PI, de acompanhar ao vivo, por meio de áudio e imagem, as sessões plenárias judiciais, administrativas e solenes realizadas no Plenário deste Egrégio Regional, garantindo acessibilidade da prestação jurisdicional em dependências externas e de interesse do cidadão, além da disponibilização dos aplicativos TRE Processos e Pádal para celulares e *tablets*, que, respectivamente, viabilizou o acompanhamento da tramitação dos processos autuados nas Zonas Eleitorais e nesse Tribunal e possibilitou a formalização de denúncia sobre irregularidades supostamente ocorridas durante o processo eleitoral próximo passado.

Nesse contexto, a Secretaria Judiciária considera positiva sua atuação no período de referência do presente documento, ao passo que contribuiu para agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos autuados no TRE/PI, sejam originários ou recursais; para o aperfeiçoamento do processo eleitoral; para o aprimoramento da comunicação com o público interno e externo, merecendo destaque o serviço de Disque-Eleições 2020 e confecção de compêndio das normas principais que regeram o certame próximo passado; para a consciência da sustentabilidade, quando do aperfeiçoamento dos processos de trabalho da própria unidade; para o desenvolvimento de competência dos servidores por foco em resultados, quando da realização de treinamento sobre sistemas, processos de trabalhos internos e realização de reuniões; dentre outras atividades mencionadas no presente relatório, que contribuíram para a garantia da legitimidade do processo eleitoral, consolidando a credibilidade desta Justiça Especializada.

Registre-se, por fim, que essa Unidade apresentou à Administração Superior termos de abertura do projeto e planos de ação que comporão o Programa Eleições 2020, bem como participou de diversas reuniões de planejamento, visando analisar documentos dessa temática das demais Unidades que compõem esta Casa de Justiça.

Em linhas conclusivas, cumpre evidenciar que a busca incessante pela melhoria no desempenho institucional revela à gestão a necessidade de aperfeiçoamentos, exigindo-se aprimoramento constante dos processos internos de trabalho, a fim de se buscar a excelência na execução das atribuições impostas, com vista ao cumprimento dos objetivos estratégicos traçados no Plano Estratégico do TRE/PI, das metas e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Tribunal de Contas da União - TCU, bem como auxiliar as demais unidades dessa Casa de Justiça na execução de seus misteres.

Teresina/PI, 25 de janeiro de 2022.

EDMAR HOLANDA LUZ

Secretário Judiciário

Anexo I: Resolução TRE-PI nº 268/2013

Publicado em ____/____/2013
no Diário de Justiça Eletrônico do
TRE/PI n.º ____ pág. ____



TRE-PI
Fls. ____

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 268, DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 1370/2013

OBJETO: PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DOS DIRIGENTES DO TRE/PI

Interessada: Diretoria Geral – DG

Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem

Dispõe sobre o processo de transição da
Presidência e Vice-Presidência do Tribunal
Regional Eleitoral do Piauí.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso IX, da Resolução TRE-PI nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno), e

CONSIDERANDO que a continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Justiça Eleitoral do Piauí;

CONSIDERANDO o necessário cumprimento da Estratégia Institucional, em busca do alcance da visão de futuro – ser reconhecido pela efetividade e excelência na gestão do processo eleitoral;

CONSIDERANDO que o alcance dos objetivos estratégicos institucionais é uma meta a ser perseguida por este Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir para maior eficácia, eficiência e efetividade ao processo de continuidade das iniciativas estratégicas e institucionais, por meio de projetos e ações específicas;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior transparência ao processo de transição dos dirigentes deste Tribunal;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 95, de 29 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da transição dos cargos de direção nos órgãos do Poder Judiciário,

RESOLVE:

Art. 1º O processo de transição da Presidência e Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí fica regulamentado por esta Resolução e visa fornecer aos dirigentes eleitos informações essenciais para a elaboração e implementação do Plano de Gestão para o biênio correspondente.

~~Art. 2º O processo de transição tem início com a eleição dos Desembargadores pelo Tribunal de Justiça do Piauí, encerrando com a respectiva posse neste Tribunal.~~

Art. 2º O processo de transição tem início com a eleição do Presidente e Vice-Presidente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e se



Processo Administrativo Digital nº 1370/2013

encerra com as respectivas posses. ([Redação dada pela Resolução TRE-PI nº 317, de 6.10.2015](#))

~~Art. 3º O Presidente do TRE/PI entregará aos Desembargadores eleitos, em até 10 (dez) dias após o escrutínio realizado pelo Tribunal de Justiça, Relatório com os seguintes elementos:~~

Art. 3º O Presidente do TRE/PI entregará aos Desembargadores eleitos, em até 10 (dez) dias após o escrutínio realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral, relatório com os seguintes elementos: ([Redação dada pela Resolução TRE-PI nº 317, de 6.10.2015](#))

I – Plano Estratégico e Relatório da última Reunião de Análise da Estratégia (RAE);

II – Carteira de Projetos;

III – Relatório das Tomadas de Contas especiais em andamento, se houver;

IV – Relação das Recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pendentes de atendimento, se houver;

V – Relação das Recomendações da unidade de Controle Interno pendente de atendimento, se houver;

VI – Relação das comissões vigentes, com respectiva vigência e nome do Presidente;

VII – Sindicâncias e processos administrativos em curso, se houver;

VIII – Relatório dos processos de apuração de responsabilidades dos contratados pessoas físicas ou jurídicas;

IX – Planos de ação e projetos específicos de cada área específica;

X – Detalhamento da execução orçamentário do exercício corrente;

XI – Estatística processual de 1º e 2º graus;

XII – Proposta orçamentária do exercício seguinte ao da transição, bem como dados sobre o orçamento com especificação das ações e programas, destacando possíveis pedidos de créditos suplementares em andamento, com as devidas justificativas;

XIII – Relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência;

XIV – Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000;

XV – Estrutura organizacional com detalhamento do Quadro de Pessoal, cargos providos, vagos, inativos, pensionistas, requisitados, cedidos, cargos em comissão e funções comissionadas;

XVI – Quadro demonstrativo da situação de lotação de servidores nos cartórios eleitorais;

XVII – Quadro demonstrativo da situação de ocupação da



Processo Administrativo Digital nº 1370/2013

titularidade de juízes eleitorais;

XVIII – Relatório diagnóstico do TCU para governança de pessoal;

XIX – Relatório do TCU de avaliação de governança de Tecnologia da Informação;

XX – Relatório de inventário dos bens patrimoniais;

XXI – Relatório de conformidade contábil;

XXII – Relatório de estoque do almoxarifado;

XXIII – Relatório das obras em andamento;

XXIV – Planejamento integrado das eleições;

XXV – Coletânea de normatização de controles internos;

XXVI – Cópia desta Resolução.

~~Parágrafo único. Os Desembargadores escolhidos pelo Tribunal de Justiça poderão solicitar, em sendo necessário e conforme pertinência ao processo de transição, dados e informações complementares.~~

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente eleitos poderão solicitar, em sendo necessário e conforme pertinência ao processo de transição, dados e informações complementares. ([Redação dada pela Resolução TRE-PI nº 317, de 6.10.2015](#))

~~Art. 4º O Presidente do TRE/PI, em item específico do Relatório de que trata o *caput* do artigo 3º, informará aos escolhidos pelo Tribunal de Justiça sobre a possibilidade de indicarem formalmente, cada um, até 03 (três) servidores para compor a equipe de transição.~~

Art. 4º O Presidente do TRE/PI, em item específico do relatório de que trata o *caput* do artigo 3º, informará aos eleitos sobre a possibilidade de indicarem formalmente, cada um, até três servidores para compor a equipe de transição. ([Redação dada pela Resolução TRE-PI nº 317, de 6.10.2015](#))

§ 1º A equipe será composta por um coordenador que, com os demais membros, terão acesso integral aos dados e informações concernentes à gestão em curso.

§ 2º O Diretor-Geral é o responsável pela interlocução com o coordenador da equipe de transição.

Art. 5º Caberá às Unidades Administrativas deste Tribunal apresentar os relatórios pertinentes às respectivas áreas até a 1ª (primeira) quinzena do mês de setembro do ano em que ocorrer alteração de gestão.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, em 20 de agosto de 2013.

Des. HAROLDO OLIVEIRA REHEM



TRE-PI
Fls. _____

Processo Administrativo Digital nº 1370/2013

Presidente do TRE-PI

Des. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. SANDRO HELANO SOARES SANTIAGO
Juiz Federal

Dr. VALTER FERREIRA DE ALENCAR PIRES REBELO
Jurista

Dr. AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO
Jurista

Dr. JOÃO GABRIEL FURTADO BAPTISTA
Juiz de Direito

Dr. DIOCLÉCIO SOUSA DA SILVA
Juiz de Direito

Dr. ALEXANDRE ASSUNÇÃO E SILVA
Procurador Regional Eleitoral



Processo Administrativo Digital nº 1370/2013

RELATÓRIO

O DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM (RELATOR): Senhores Membros desta eg. Corte Regional, eminente Procurador Regional Eleitoral,

Cuida-se de proposta de regulamentação da Resolução nº. 95, de 29/10/2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre a transição dos cargos de direção nos órgãos do Poder Judiciário.

Para tanto, a Diretoria Geral apresenta minuta de resolução dispondo acerca do processo de transição da Presidência e Vice-Presidência deste Regional, visando facilitar o fornecimento de informações previamente à transmissão dos referidos cargos, de modo a conferir maior eficiência e transparência ao processo de mudança das gestões, favorecendo a continuidade dos projetos e ações.

Dessa forma, sugere que o presente feito seja submetido ao representante do Ministério Público Eleitoral e, após, à Egrégia Corte Eleitoral.

A Procuradoria Regional Eleitoral opina pela aprovação da minuta de resolução de fls. 03/06.

É o relatório.



TRE-PI
Fls. _____

Processo Administrativo Digital nº 1370/2013

VOTO

O DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM (RELATOR): Senhores Membros desta eg. Corte Eleitoral,

Compulsando os autos, observo que a proposta, ao cuidar da transição de cargos de gestão dos Tribunais, dá cumprimento a uma medida de transformação e aperfeiçoamento do Poder Judiciário, oriunda do CNJ, que tem como meta fundamental a regulamentação do processo de transmissão dos cargos de direção dos órgãos jurisdicionais, com a intenção de diminuir as descontinuidades de projetos e ações, devido à mudança de dirigentes.

Verifico que a Resolução CNJ nº 95/2009 foi elaborada visando facilitar o acesso às informações essenciais para os planos de ação dos dirigentes eleitos, bem como para conferir maior eficiência e transparência ao referido processo, ainda não regulamentado no âmbito deste TRE/PI.

Assim, entendo que a aprovação do ato normativo proposto faz-se necessária.

EX POSITIS, VOTO, em consonância total com o parecer ministerial, pela APROVAÇÃO da minuta de resolução acostada às fls. 03/06, convertendo-a em instrumento definitivo, de tudo se observando as formalidades legais.

É como voto.

Anexo II: Resolução TRE-PI nº 317/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 317, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

RESOLUÇÃO. ORIGEM: TERESINA-PI. ASSUNTO: ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 268, DE 20 DE AGOSTO DE 2013, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Requerente: Des. Edvaldo Pereira de Moura

Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura

Altera a Resolução nº 268, de 20 de agosto de 2013, do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso das atribuições regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Resolução nº 95, de 29 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça; e

CONSIDERANDO a alteração do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral, realizada pela Resolução nº 313, de 14 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 2º, 3º e 4º da Resolução nº 268, de 20 de agosto de 2013, do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O processo de transição tem início com a eleição do Presidente e Vice-Presidente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e se encerra com as respectivas posses" (NR).

"Art. 3º O Presidente do TRE/PI entregará aos Desembargadores eleitos, em até 10 (dez) dias após o escrutínio realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral, relatório com os seguintes elementos:

.....
Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente eleitos poderão solicitar, em sendo necessário e conforme pertinência ao processo de transição, dados e informações complementares." (NR).

"Art. 4º O Presidente do TRE/PI, em item específico do relatório de que trata o *caput* do artigo 3º, informará aos eleitos sobre a possibilidade de indicarem formalmente, cada um, até três servidores para compor a equipe de transição.

....." (NR).



TRE-PI
Fls. _____

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em Teresina (PI), 6 de outubro de 2015.


Des. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
Presidente do TRE-PI


Des. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral


DR. GERALDO MAGELA E SILVA MENESES
Juiz Federal


Dr. AGRIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO
Jurista


Dr. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR
Jurista


Dr. JOSÉ VIDAL DE FREITAS FILHO
Juiz de Direito


Dra. MARIA CELIA LIMA LÚCIO
Juíza de direito


Dr. KELSTON PINHEIRO LAGES
Procurador Regional Eleitoral

**RELATÓRIO E VOTO**

O DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA (RELATOR): Senhor Desembargador Vice-Presidente, demais ilustres colegas juízes eleitorais, prezado Procurador Regional Eleitoral, senhores advogados, demais pessoas ilustres aqui presentes,

Para atender simultaneamente os arts. 11 e 12 da Resolução nº 20.958, de 18 de dezembro de 2008, do Tribunal Superior Eleitoral e ao art. 2º, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 95/2009, foi editada a Resolução nº 313/2015 deste Tribunal Regional Eleitoral, que alterou o seu Regimento Interno.

Embora a Constituição Federal faça referência à eleição de membros do TRE/PI pelo respectivo Tribunal de Justiça (art. 120, § 1º, I, "a"), este Tribunal apenas escolhe entre seus integrantes dois membros do Tribunal Eleitoral, cabendo ao próprio Tribunal Eleitoral eleger, dentre os Desembargadores, o seu Presidente e Vice-Presidente (art. 120, § 2º, da CF).

Com referida alteração do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral, torna-se necessária a alteração dos arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 268, de 20 de agosto de 2013, inclusive para corrigir esses dispositivos, uma vez que a eleição do Presidente e Vice-Presidente do TRE/PI é feita por este Tribunal Eleitoral, por força do art. 120, § 2º, da Constituição Federal, e não pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Com uma simples comparação entre o texto atual da Resolução e o texto da alteração proposta, fica evidenciado o desacerto do texto vigente.

Redação da Resolução TRE/PI n. 268/2013	Alteração proposta
Art. 2º O processo de transição tem início com a eleição dos Desembargadores pelo Tribunal de Justiça do Piauí, encerrando com respectiva posse neste Tribunal.	Art. 2º O processo de transição tem início com a eleição do Presidente e Vice-Presidente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e se encerra com as respectivas posses.
Art. 3º O Presidente do TRE/PI entregará aos Desembargadores eleitos, em até 10 (dez) dias após o escrutínio realizado pelo Tribunal de Justiça, Relatório com os seguintes elementos:	Art. 3º O Presidente do TRE/PI entregará aos Desembargadores eleitos, em até 10 (dez) dias após o escrutínio realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral, relatório com os seguintes elementos:
..... Parágrafo único. Os Desembargadores escolhidos pelo Tribunal de Justiça poderão solicitar, em sendo Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente eleitos poderão solicitar, em sendo necessário e conforme



TRE-PI
Fls. _____

necessário e conforme pertinência ao processo de transição, dados e informações complementares.	pertinência ao processo de transição, dados e informações complementares.
Art. 4º O Presidente do TRE/PI, em item específico do relatório de que trata o <i>caput</i> do artigo 3º, informará aos escolhidos pelo Tribunal de Justiça sobre a possibilidade de indicarem formalmente, cada um, até 03 (três) servidores para compor a equipe de transição.	Art. 4º O Presidente do TRE/PI, em item específico do relatório de que trata o <i>caput</i> do artigo 3º, informará aos eleitos sobre a possibilidade de indicarem formalmente, cada um, até três servidores para compor a equipe de transição.

Como se sabe, o TJ/PI escolhe dois Desembargadores para compor o TRE/PI e aqui, na Corte Eleitoral, é que ocorre a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assim, com a escolha do TJ/PI e antes da eleição no TRE, não se sabe quem será o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional, o que impossibilita o início da transição, ainda mais quando se sabe que as atribuições do Presidente e do Vice-Presidente são bem diversas.

Por essa razão, propõe-se a alteração dos arts. 2º, 3º e 4º da Resolução TRE/PI nº 268/2013 para ajustar seu texto à recente alteração do Regimento Interno deste Tribunal e à Resolução nº 95 do Conselho Nacional de Justiça.

[Assinaturas manuscritas]